



revista Eptic

REVISTA ELETRÔNICA INTERNACIONAL DE ECONOMIA
POLÍTICA DA INFORMAÇÃO, DA COMUNICAÇÃO E DA CULTURA

DOSSIÊ TEMÁTICO

ECONOMIA POLÍTICA DO ESPORTE- ESPETÁCULO: MERCANTILIZAÇÃO E RESISTÊNCIA FRENTE À CONTRADIÇÃO ECONOMIA-CULTURA

VOL. 25, Nº 1, JAN.-ABR. 2023
ISSN 1518-2487

Revista quadrimestral vinculada ao Observatório de Economia e Comunicação (OBSCOM) e ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Sergipe

OBSCOM - UFS

Coordenação

Profa. Dra. Verlane Aragão Santos
Prof. Dr. César Ricardo Siqueira Bolaño

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO - UFS

Coordenação

Prof. Dr. Josenildo Luiz Guerra

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA - UFS

Coordenação

Profa. Dra. Verlane Aragão Santos

REVISTA EPTIC

Diretor

Prof. Dr. Cesar Siqueira Bolaño, Universidade Federal de Sergipe (UFS), Brasil

Editora-gerente

Profa. Dra. Verlane Aragão Santos, Universidade Federal de Sergipe (UFS), Brasil

Editora-chefe

Profa. Dra. Helena Martins, Universidade Federal do Ceará (UFC), Brasil

Editores Adjuntos

Dr. Jonas Chagas Lucio Valente, pesquisador, Brasil
Prof. Dr. Manoel Dourado Bastos, Universidade Estadual de Londrina (UEL), Brasil
Prof. Dr. Rodrigo Moreno Marques, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Brasil

Secretária Executiva

Profa. Dra. Patricia Mauricio, PUC-Rio, Brasil

Bolsistas

Vitória Vasconcelos, Guilherme Emanuel Guerra, Mário Júnior

Projeto Gráfico

Débora Gomes dos Santos e Ruy Sardinha

Diagramação

Debora Gomes dos Santos e Fabrício Gonçalves

Revisão

Ida Andrade

Conselho Editorial

Prof. Dr. Abraham Benzaquen Sicso, FUNDAJ, Brasil
Prof. Dr. Alain Rallet, Université Paris-Dauphine, França
Prof. Dr. Alain Herscovici, UFES, Brasil
Prof. Dr. Césaire Galvan, FUNDAJ, Brasil
Profª. Drª Delia Crovi Druetta, UNAM, México
Prof. Dr. Dênis Moraes, UFF, Brasil
Prof. Dr. Diego Portales, Universidade del Chile, Chile
Prof. Dr. Dominique Leroy, Université Picardie, França
Prof. Dr. Edgard Reboças, UFP, Brasil
Prof. Dr. Enrique Bustamante, UCM, Espanha
Prof. Dr. Enrique Sánchez, Universidad de Guanajuato, México
Prof. Dr. Francisco Rui Cádima, UNL, Portugal
Prof. Dr. Francisco Sierra, Un. Sevilla, Espanha
Prof. Dr. Gaëtan Tremblay, Université du Québec, Canadá
Prof. Dr. Graham Murdock, Loughborough University, Reino Unido
Prof. Dr. Giovandro Marcus Ferreira, UFES, Brasil
Prof. Dr. Guillermo Mastrini, UBA, Argentina
Prof. Dr. Helenice Carvalho, UNISINOS, Brasil
Prof. Dr. Isabel Urioste, Université de Technologie de Compiègne, França
Prof. Dr. Joseph Straubhaar, University of Texas, Estados Unidos
Prof. Dr. Juan Carlos de Miguel, EUH, Espanha
Prof. Dr. Luiz Guilherme Duarte, UPX, Estados Unidos
Prof. Dr. Marcelo Kischinhevsky, UERJ, Brasil
Profª. Drª Márcia Regina Tosta Dias, UNIFESP, Brasil
Prof. Dr. Marcial Murciano Martinez, UAB, Espanha
Prof. Dr. Marcio Wohlers de Almeida, UNICAMP, Brasil
Prof. Dr. Marcos Dantas, UFRJ, Brasil
Prof. Dr. Nicholas Garham, University of Westminster, Reino Unido
Prof. Dr. Othon Jambeiro, UFBA, Brasil
Prof. Dr. Pedro Jorge Braumann, Instituto Politécnico de Lisboa, Portugal
Prof. Dr. Peter Golding, Northumbria University, Reino Unido
Prof. Dr. Philip Schlesinger, University of Glasgow, Reino Unido
Prof. Dr. Pierre Fayard, Université de Poitiers-Accueil, França
Prof. Dr. Ramón Zallo, Universidad Pais Vasco, Espanha
Prof. Dr. Sergio Augusto Soares Mattos, UFBA, Brasil
Prof. Dr. Sergio Capparelli, UFRGS, Brasil
Prof. Dr. William Dias Braga, UFRJ, Brasil

Coordenação do Dossiê Temático

Anderson David Gomes dos Santos e Irlan Simões da Cruz Santos

Autores desta edição

Anderson David Gomes dos Santos, Ana Lúcia Nishida Tsutsui, César Bolaño, Daniel Moya Lopez, Fábio Palácio, Felipe Collar Berni, Felipe Tavares Paes Lopes, Graziela Bianchi, Helena Martins, Irlan Simões da Cruz Santos, Julieti Sussi de Oliveira, Luiz Léio, Marcos Dantas

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO DA REVISTA

César Bolaño, Helena Martins

5

ARTIGOS E ENSAIOS

Junho de 2013: a ambiência internacional

Fábio Palácio

7

O direito humano à comunicação de pessoas com deficiência: questionamentos e perspectivas no campo do jornalismo

Felipe Collar Berni, Graziela Bianchi

45

DOSSIÊ TEMÁTICO

Apresentação do Dossiê Temático “Economia Política do esporte-espetáculo: mercantilização e resistência frente à contradição economia-cultura”

Anderson David Gomes dos Santos, Irlan Simões da Cruz Santos

63

“O futebol é uma atividade social e econômica coletiva”: Entrevista a Borja García

Anderson David Gomes dos Santos

70

“El fútbol es una actividad tanto social como económica colectiva”: Entrevista a Borja García

Anderson David Gomes dos Santos

91

- El fútbol como industria cultural en proceso de concentración. El caso de Fenway Sports Group** 113
Julieti Sussi de Oliveira, Daniel Moya Lopez
- Futebol-empresa: o capitalismo chegou, afinal, no futebol brasileiro** 129
Marcos Dantas, Luiz Léo
- Futebol e política: uma análise do imaginário de coletivos de torcedores de esquerda sobre o fascismo** 149
Felipe Tavares Paes Lopes
- Time do povo, de luta e liberdade: as construções simbólicas do Sport Club Corinthians Paulista potencializadas pela Democracia Corinthiana** 165
José Carlos Marques, Núbia Maria Silva de Azevedo, Ana Lúcia Nishida Tsutsui
- Esporte e capoeira. Identidade nacional e globalização** 183
César Bolaño
- APOIO** 203

Apresentação da Revista

César Bolaño e Helena Martins, pela equipe editorial

Prezados Leitores,

A nova edição da Revista EPTIC inaugura sua circulação neste ano em que voltamos a respirar ares democráticos no Brasil, mas que é revelador também da profunda crise do capitalismo em âmbito mundial – o que deve nos manter vigilantes. Em janeiro, vivenciamos mobilizações bolsonaristas, como tem sido frequente nos últimos anos, sobretudo pelas redes sociais. Fevereiro registrou um ano da guerra na Ucrânia, expressão da disputa geopolítica acirrada em curso. Em março, houve quebra do SVB, o banco das startups, afetando empresas de vários países. Ao longo desse período, foram registradas demissões em diversos ramos do setor associado às tecnologias da informação e da comunicação. Em todas essas dimensões, temos forte presença das dinâmicas comunicacionais, as quais frequentemente têm sido analisadas na EPTIC, o que mostra a necessidade do pensamento crítico para compreender realidade tão complexa.

Por outros caminhos, a edição da Revista EPTIC que ora lançamos também evidencia a diversidade de abordagens possíveis a partir da Economia Política da Comunicação e do pensamento crítico, em geral. Abrindo a revista, contamos com texto de Fábio Palácio, convidado para expor aqui sua reflexão sobre os 10 anos das jornadas de junho de 2013, momento marcante das transformações conjunturais vividas desde então no Brasil, e que foi bastante caracterizado pela presença das redes sociais e, com elas, por mudanças no fazer político. O texto traz uma análise que posiciona o ciclo de protestos brasileiros em uma ambiência internacional de resistências, mas também de instrumentalização de insatisfações e de disputa de pautas à direita.

Na mesma seção Artigos e Ensaio, Felipe Collar Berni e Graziela Bianchi abordam “O direito humano à comunicação de pessoas com deficiência”. Partindo da crítica à “concepção que a sociedade capitalista e capacitista



Creative Commons



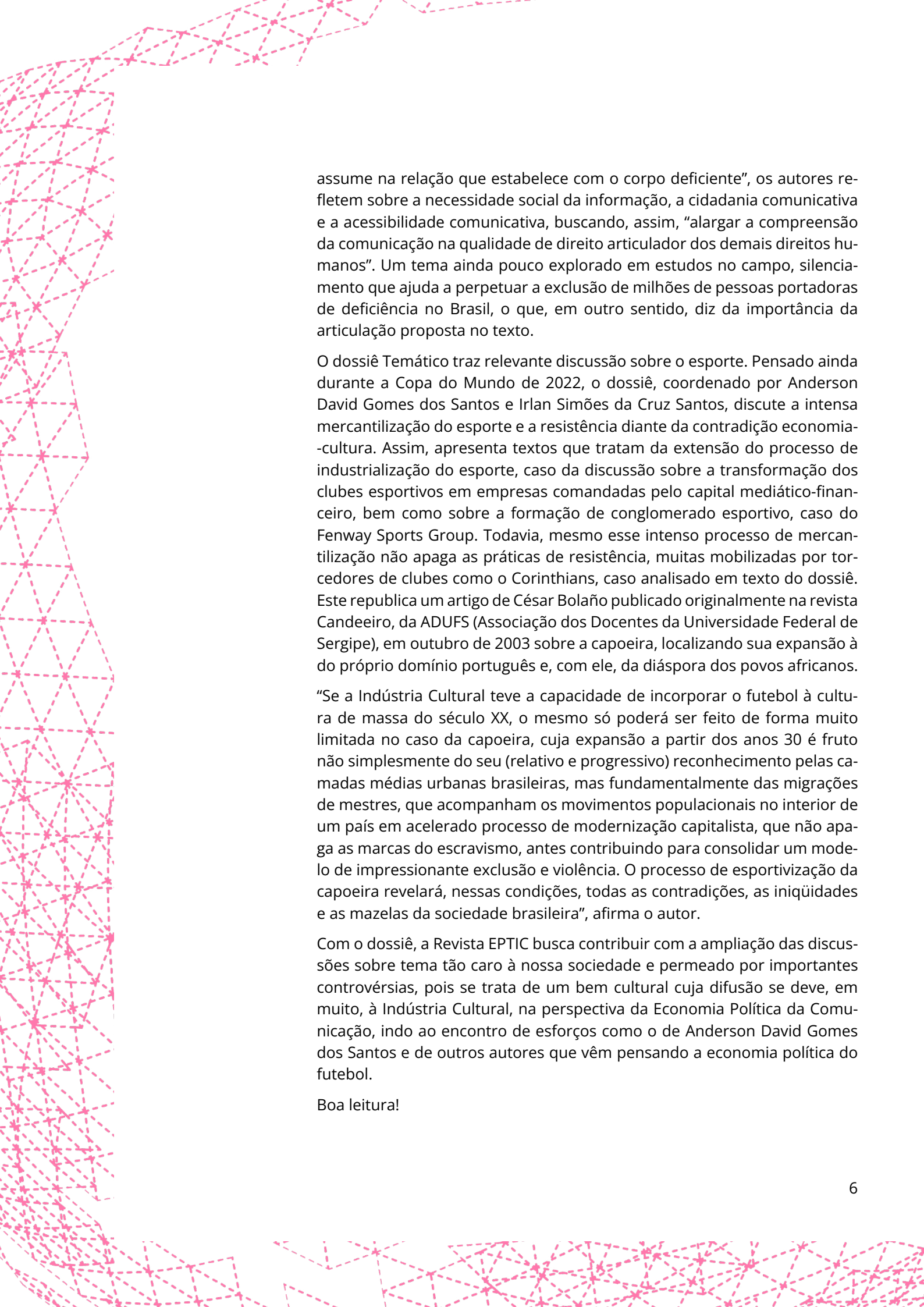
Atribuição



Não Comercial



Compartilhe Igual



assume na relação que estabelece com o corpo deficiente”, os autores refletem sobre a necessidade social da informação, a cidadania comunicativa e a acessibilidade comunicativa, buscando, assim, “alargar a compreensão da comunicação na qualidade de direito articulador dos demais direitos humanos”. Um tema ainda pouco explorado em estudos no campo, silenciamento que ajuda a perpetuar a exclusão de milhões de pessoas portadoras de deficiência no Brasil, o que, em outro sentido, diz da importância da articulação proposta no texto.

O dossiê Temático traz relevante discussão sobre o esporte. Pensado ainda durante a Copa do Mundo de 2022, o dossiê, coordenado por Anderson David Gomes dos Santos e Irlan Simões da Cruz Santos, discute a intensa mercantilização do esporte e a resistência diante da contradição economia-cultura. Assim, apresenta textos que tratam da extensão do processo de industrialização do esporte, caso da discussão sobre a transformação dos clubes esportivos em empresas comandadas pelo capital midiático-financeiro, bem como sobre a formação de conglomerado esportivo, caso do Fenway Sports Group. Todavia, mesmo esse intenso processo de mercantilização não apaga as práticas de resistência, muitas mobilizadas por torcedores de clubes como o Corinthians, caso analisado em texto do dossiê. Este republica um artigo de César Bolaño publicado originalmente na revista Candeeiro, da ADUFS (Associação dos Docentes da Universidade Federal de Sergipe), em outubro de 2003 sobre a capoeira, localizando sua expansão à do próprio domínio português e, com ele, da diáspora dos povos africanos.

“Se a Indústria Cultural teve a capacidade de incorporar o futebol à cultura de massa do século XX, o mesmo só poderá ser feito de forma muito limitada no caso da capoeira, cuja expansão a partir dos anos 30 é fruto não simplesmente do seu (relativo e progressivo) reconhecimento pelas camadas médias urbanas brasileiras, mas fundamentalmente das migrações de mestres, que acompanham os movimentos populacionais no interior de um país em acelerado processo de modernização capitalista, que não apaga as marcas do escravismo, antes contribuindo para consolidar um modelo de impressionante exclusão e violência. O processo de esportivização da capoeira revelará, nessas condições, todas as contradições, as iniquidades e as mazelas da sociedade brasileira”, afirma o autor.

Com o dossiê, a Revista EPTIC busca contribuir com a ampliação das discussões sobre tema tão caro à nossa sociedade e permeado por importantes controvérsias, pois se trata de um bem cultural cuja difusão se deve, em muito, à Indústria Cultural, na perspectiva da Economia Política da Comunicação, indo ao encontro de esforços como o de Anderson David Gomes dos Santos e de outros autores que vêm pensando a economia política do futebol.

Boa leitura!

Junho de 2013: a ambiência internacional

Fábio Palácio

Professor adjunto do Departamento de Comunicação da Universidade Federal do Maranhão.

Contato: fabiopalacio@uol.com.br

Autor convidado



Creative Commons



Atribuição



NãoComercial



Compartilhalgal



Resumo

Escrito por ocasião dos dez anos das manifestações de 2013, este artigo objetiva analisar a ambiência internacional que emoldura esse episódio de significado transcendente para a política brasileira. Fazemos um percurso que passa, em primeiro momento, pela descrição de movimentos associativos ligados às forças hegemônicas, com foco no modelo dito de *revoluções coloridas*. Em segundo momento abordamos os movimentos do campo contra-hegemônico, destacando o ciclo de protestos globais havido entre os anos de 2011-2013, ciclo este no qual se inserem as manifestações de junho. O panorama se conclui com reflexões relacionadas à produção e difusão de ideias, modelos e repertórios de ação política, seja por movimentos do campo progressista, seja por articulações do espectro conservador.

Resumen

Escrito con motivo del décimo aniversario de las manifestaciones de 2013, este artículo tiene como objetivo analizar el ambiente internacional que enmarca este episodio trascendente de la política brasileña. Seguimos un recorrido que pasa, en un primer momento, por la descripción de movimientos asociativos vinculados a fuerzas hegemónicas, centrándonos en el denominado modelo de las *revoluciones de colores*. En segundo lugar, abordamos los movimientos del campo contrahegemónico, destacando el ciclo de protestas globales que se dio entre los años 2011-2013, ciclo en el que se insertan las manifestaciones de junio en Brasil. El texto concluye con reflexiones relacionadas con la producción y difusión de ideas, modelos y repertorios de acción política, ya sea por movimientos del campo progresista o por articulaciones del espectro conservador.

Abstract

Written on the occasion of the tenth anniversary of the 2013 Brazilian demonstrations, this article aims to analyze the international ambience that frames this episode of great significance for Brazilian political process. We expose, at first, a description of associative movements linked to hegemonic forces, focusing on the so-called model of *colour revolutions*. Secondly, we approach the movements of the counter-hegemonic field, highlighting the cycle of global protests that took place between the years 2011-2013, a cycle in which the June demonstrations are inserted. The overview concludes with reflections related to the production and dissemination of ideas, models and repertoires of political action, whether by movements in the progressive field or by articulations of the conservative spectrum.



Introdução

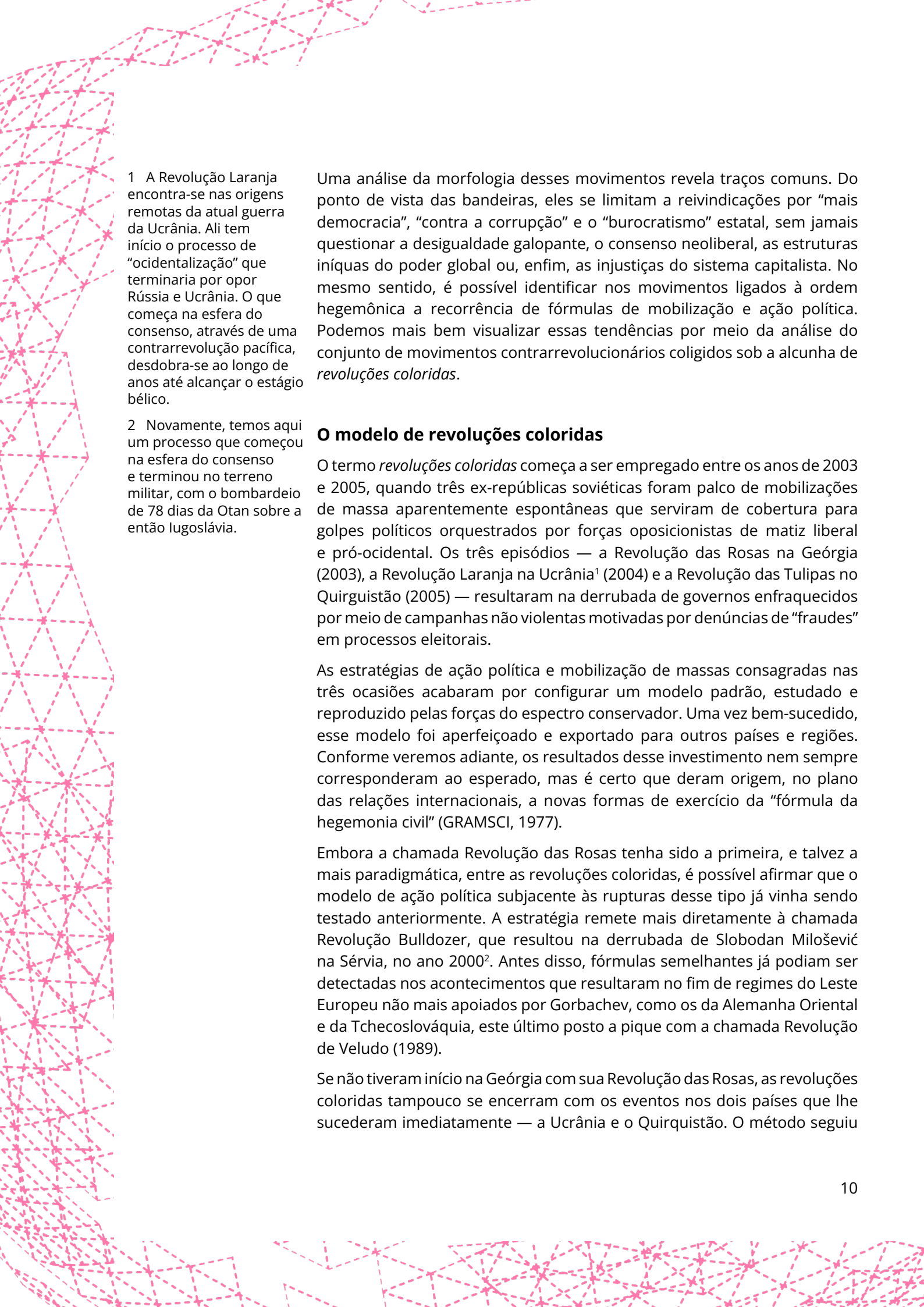
As manifestações de junho de 2013 completam agora dez anos. A efeméride tem despertado uma avalanche de reflexões sobre este que é percebido como um ponto de inflexão na política brasileira recente. Este artigo pretende participar desse ciclo de reflexões analisando a ambiência internacional que emoldura o Junho brasileiro. Pistas importantes para o desvelamento dos sentidos daquelas manifestações podem ser obtidas quando passamos em revista o cenário mundial. Uma análise focada nesse plano revela que o alvorecer do século XXI trouxe novidades no que tange a métodos e fórmulas de ação política. Mais complexos e voláteis tornaram-se os ecossistemas de mobilizações e lutas que contribuem para moldar sistemas de poder.

Após a derrota estratégica sofrida pelo campo socialista — com o fim da União Soviética, no final do século XX —, as lutas sociais passaram por período de “renascimento”, com a renovação de estratégias, repertórios e modelos de ação. Se à esquerda tivemos a exuberância de movimentos e articulações focados na denúncia dos efeitos deletérios do neoliberalismo, o espectro político à direita, nucleado pelo imperialismo norte-americano, também revelou capacidade de aprendizado e reciclagem.

É o que veremos adiante, através de uma análise dos movimentos que corporificam, no plano do associativismo civil, os objetivos das forças hegemônicas, de um lado, e das forças contra-hegemônicas, de outro. O panorama se conclui com algumas reflexões relacionadas à difusão de modelos e repertórios de ação política, seja por movimentos do campo progressista, seja por articulações do espectro conservador. Para economia da exposição, começemos pela análise das articulações ligadas aos interesses de conservação da ordem.

Movimentos ligados às forças hegemônicas

Não só da presença na máquina do Estado vivem as forças hegemônicas. Mais do que ingênuo, seria conceitualmente equivocado pensar dessa maneira. Sabemos, à luz da noção gramsciana de hegemonia, que o poder político possui um duplo caráter. Jamais se compõe apenas da coerção estatal; compreende também a articulação de elementos de consenso sem os quais a manutenção do poder de Estado fica comprometida, se não de imediato, pelo menos no médio-longo prazo. É assim que as forças dominantes precisam apoiar seu poder na agitação de ideias, na propagação de visões de mundo e na criação de correntes mais ou menos vincadas, capazes de solidificar seus interesses e pontos de vista junto à sociedade civil. Esse esforço inclui o fomento a movimentos reivindicatórios diversos, cujas bandeiras se mostram alinhadas aos objetivos sistêmicos de reforço e atualização das estruturas de poder.



1 A Revolução Laranja encontra-se nas origens remotas da atual guerra da Ucrânia. Ali tem início o processo de “ocidentalização” que terminaria por opor Rússia e Ucrânia. O que começa na esfera do consenso, através de uma contrarrevolução pacífica, desdobra-se ao longo de anos até alcançar o estágio bélico.

2 Novamente, temos aqui um processo que começou na esfera do consenso e terminou no terreno militar, com o bombardeio de 78 dias da Otan sobre a então Iugoslávia.

Uma análise da morfologia desses movimentos revela traços comuns. Do ponto de vista das bandeiras, eles se limitam a reivindicações por “mais democracia”, “contra a corrupção” e o “burocratismo” estatal, sem jamais questionar a desigualdade galopante, o consenso neoliberal, as estruturas iníquas do poder global ou, enfim, as injustiças do sistema capitalista. No mesmo sentido, é possível identificar nos movimentos ligados à ordem hegemônica a recorrência de fórmulas de mobilização e ação política. Podemos mais bem visualizar essas tendências por meio da análise do conjunto de movimentos contrarrevolucionários coligidos sob a alcunha de *revoluções coloridas*.

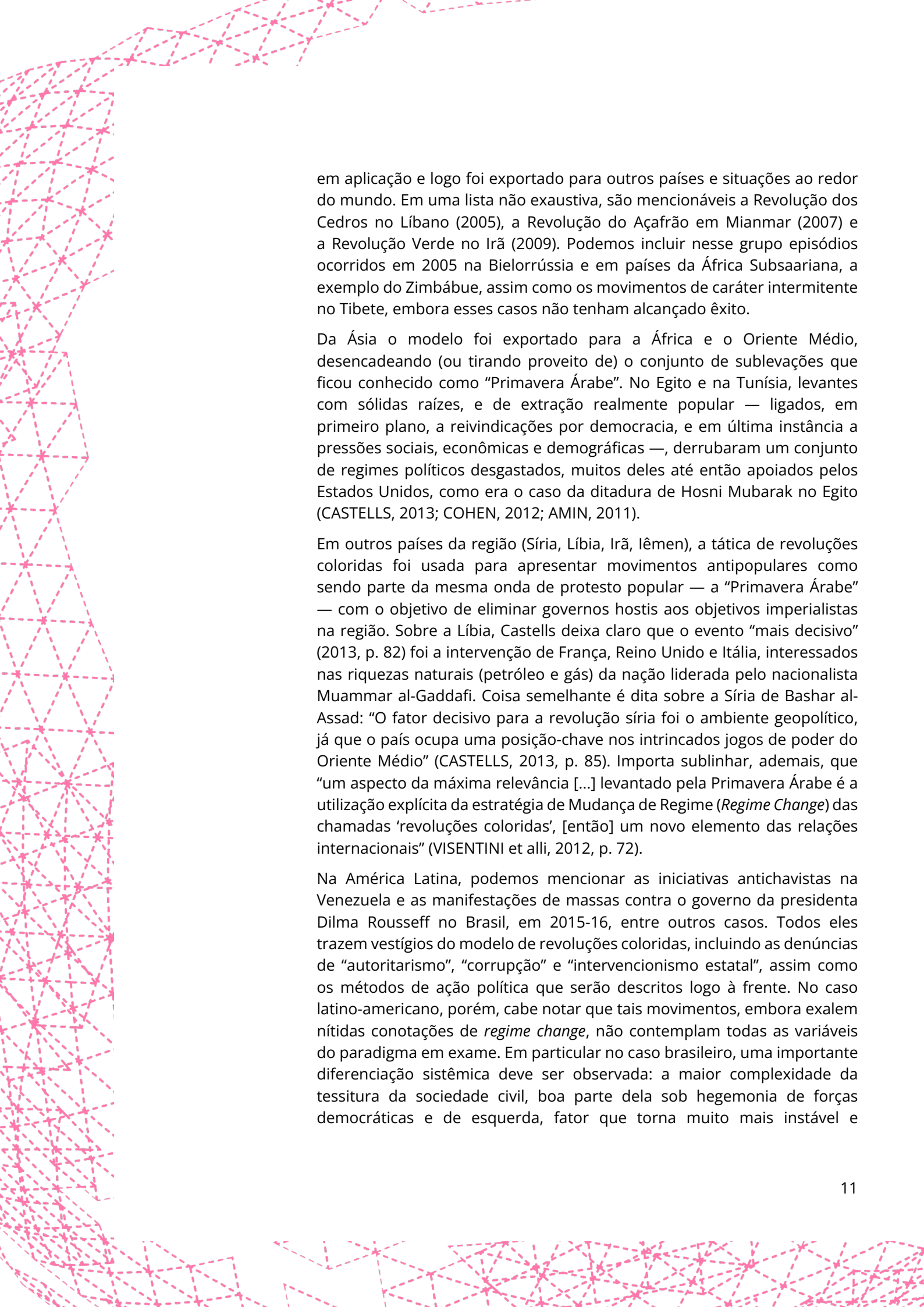
O modelo de revoluções coloridas

O termo *revoluções coloridas* começa a ser empregado entre os anos de 2003 e 2005, quando três ex-repúblicas soviéticas foram palco de mobilizações de massa aparentemente espontâneas que serviram de cobertura para golpes políticos orquestrados por forças oposicionistas de matiz liberal e pró-ocidental. Os três episódios — a Revolução das Rosas na Geórgia (2003), a Revolução Laranja na Ucrânia¹ (2004) e a Revolução das Tulipas no Quirguistão (2005) — resultaram na derrubada de governos enfraquecidos por meio de campanhas não violentas motivadas por denúncias de “fraudes” em processos eleitorais.

As estratégias de ação política e mobilização de massas consagradas nas três ocasiões acabaram por configurar um modelo padrão, estudado e reproduzido pelas forças do espectro conservador. Uma vez bem-sucedido, esse modelo foi aperfeiçoado e exportado para outros países e regiões. Conforme veremos adiante, os resultados desse investimento nem sempre corresponderam ao esperado, mas é certo que deram origem, no plano das relações internacionais, a novas formas de exercício da “fórmula da hegemonia civil” (GRAMSCI, 1977).

Embora a chamada Revolução das Rosas tenha sido a primeira, e talvez a mais paradigmática, entre as revoluções coloridas, é possível afirmar que o modelo de ação política subjacente às rupturas desse tipo já vinha sendo testado anteriormente. A estratégia remete mais diretamente à chamada Revolução Bulldozer, que resultou na derrubada de Slobodan Milošević na Sérvia, no ano 2000². Antes disso, fórmulas semelhantes já podiam ser detectadas nos acontecimentos que resultaram no fim de regimes do Leste Europeu não mais apoiados por Gorbachev, como os da Alemanha Oriental e da Tchecoslováquia, este último posto a pique com a chamada Revolução de Veludo (1989).

Se não tiveram início na Geórgia com sua Revolução das Rosas, as revoluções coloridas tampouco se encerram com os eventos nos dois países que lhe sucederam imediatamente — a Ucrânia e o Quirguistão. O método seguiu

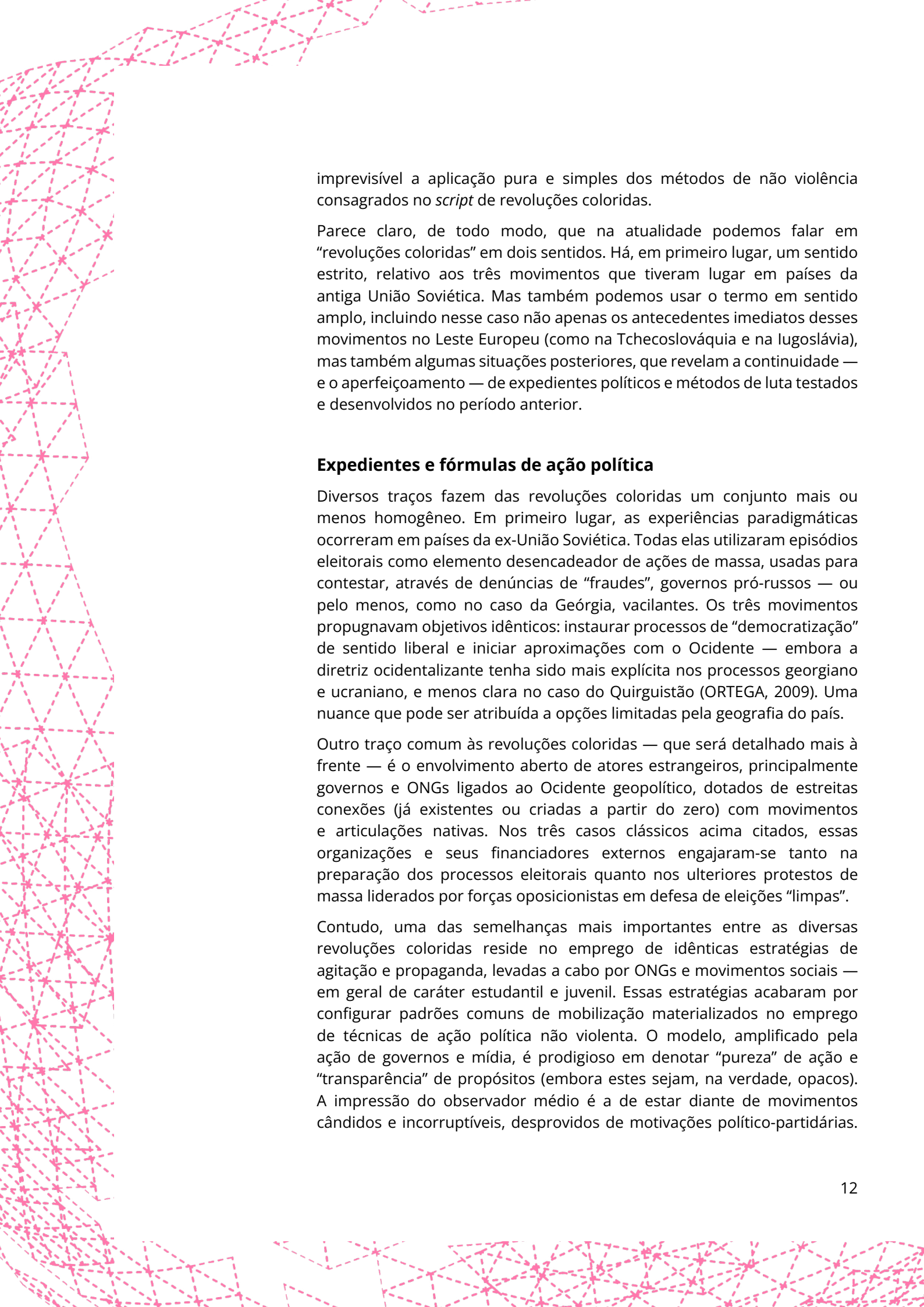


em aplicação e logo foi exportado para outros países e situações ao redor do mundo. Em uma lista não exaustiva, são mencionáveis a Revolução dos Cedros no Líbano (2005), a Revolução do Açafrão em Mianmar (2007) e a Revolução Verde no Irã (2009). Podemos incluir nesse grupo episódios ocorridos em 2005 na Bielorrússia e em países da África Subsaariana, a exemplo do Zimbábue, assim como os movimentos de caráter intermitente no Tibete, embora esses casos não tenham alcançado êxito.

Da Ásia o modelo foi exportado para a África e o Oriente Médio, desencadeando (ou tirando proveito de) o conjunto de sublevações que ficou conhecido como “Primavera Árabe”. No Egito e na Tunísia, levantes com sólidas raízes, e de extração realmente popular — ligados, em primeiro plano, a reivindicações por democracia, e em última instância a pressões sociais, econômicas e demográficas —, derrubaram um conjunto de regimes políticos desgastados, muitos deles até então apoiados pelos Estados Unidos, como era o caso da ditadura de Hosni Mubarak no Egito (CASTELLS, 2013; COHEN, 2012; AMIN, 2011).

Em outros países da região (Síria, Líbia, Irã, Iêmen), a tática de revoluções coloridas foi usada para apresentar movimentos antipopulares como sendo parte da mesma onda de protesto popular — a “Primavera Árabe” — com o objetivo de eliminar governos hostis aos objetivos imperialistas na região. Sobre a Líbia, Castells deixa claro que o evento “mais decisivo” (2013, p. 82) foi a intervenção de França, Reino Unido e Itália, interessados nas riquezas naturais (petróleo e gás) da nação liderada pelo nacionalista Muammar al-Gaddafi. Coisa semelhante é dita sobre a Síria de Bashar al-Assad: “O fator decisivo para a revolução síria foi o ambiente geopolítico, já que o país ocupa uma posição-chave nos intrincados jogos de poder do Oriente Médio” (CASTELLS, 2013, p. 85). Importa sublinhar, ademais, que “um aspecto da máxima relevância [...] levantado pela Primavera Árabe é a utilização explícita da estratégia de Mudança de Regime (*Regime Change*) das chamadas ‘revoluções coloridas’, [então] um novo elemento das relações internacionais” (VISENTINI et alli, 2012, p. 72).

Na América Latina, podemos mencionar as iniciativas antichavistas na Venezuela e as manifestações de massas contra o governo da presidenta Dilma Rousseff no Brasil, em 2015-16, entre outros casos. Todos eles trazem vestígios do modelo de revoluções coloridas, incluindo as denúncias de “autoritarismo”, “corrupção” e “intervencionismo estatal”, assim como os métodos de ação política que serão descritos logo à frente. No caso latino-americano, porém, cabe notar que tais movimentos, embora exalem nítidas conotações de *regime change*, não contemplam todas as variáveis do paradigma em exame. Em particular no caso brasileiro, uma importante diferenciação sistêmica deve ser observada: a maior complexidade da tessitura da sociedade civil, boa parte dela sob hegemonia de forças democráticas e de esquerda, fator que torna muito mais instável e



imprevisível a aplicação pura e simples dos métodos de não violência consagrados no *script* de revoluções coloridas.

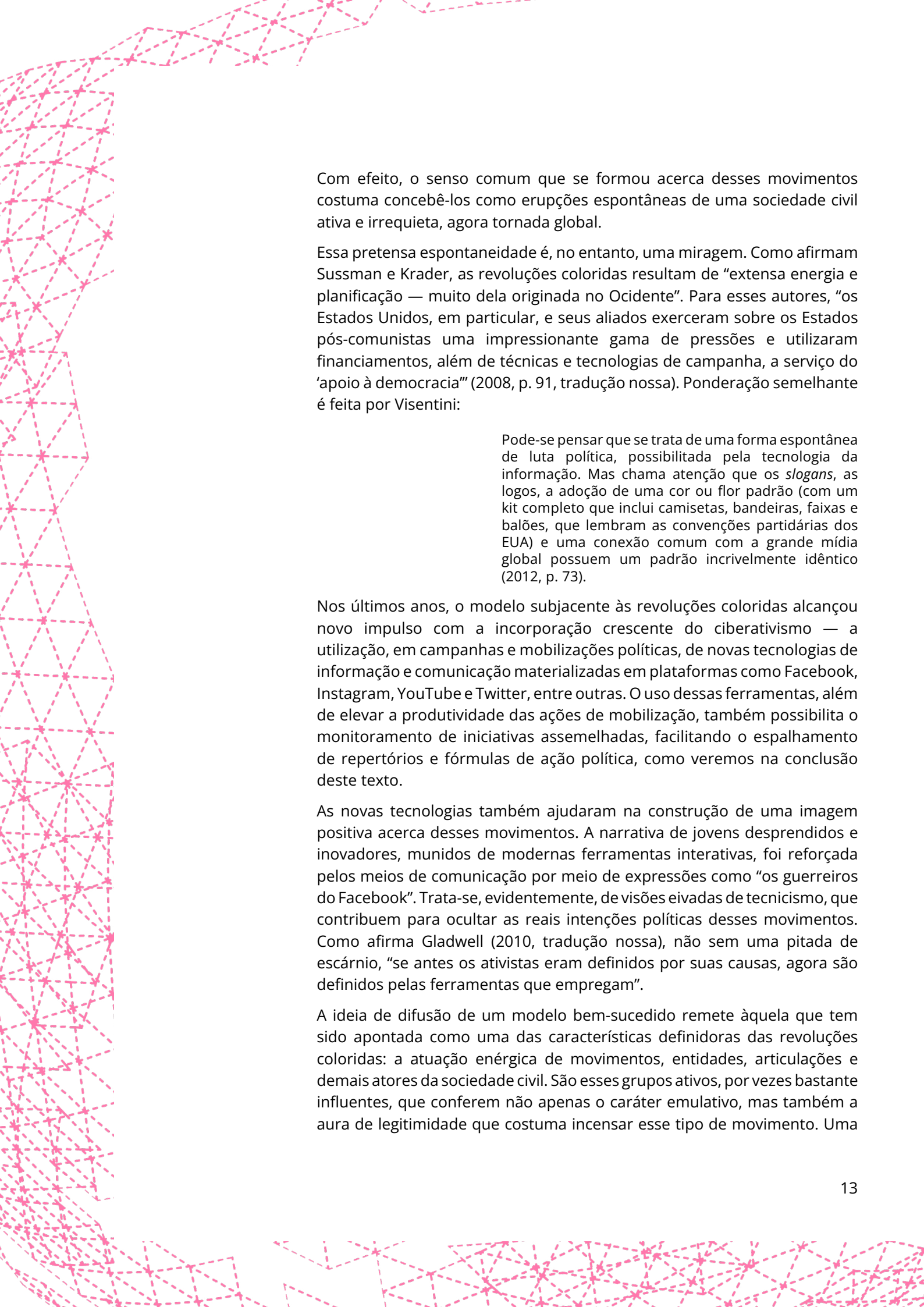
Parece claro, de todo modo, que na atualidade podemos falar em “revoluções coloridas” em dois sentidos. Há, em primeiro lugar, um sentido estrito, relativo aos três movimentos que tiveram lugar em países da antiga União Soviética. Mas também podemos usar o termo em sentido amplo, incluindo nesse caso não apenas os antecedentes imediatos desses movimentos no Leste Europeu (como na Tchecoslováquia e na Iugoslávia), mas também algumas situações posteriores, que revelam a continuidade — e o aperfeiçoamento — de expedientes políticos e métodos de luta testados e desenvolvidos no período anterior.

Expedientes e fórmulas de ação política

Diversos traços fazem das revoluções coloridas um conjunto mais ou menos homogêneo. Em primeiro lugar, as experiências paradigmáticas ocorreram em países da ex-União Soviética. Todas elas utilizaram episódios eleitorais como elemento desencadeador de ações de massa, usadas para contestar, através de denúncias de “fraudes”, governos pró-russos — ou pelo menos, como no caso da Geórgia, vacilantes. Os três movimentos propugnavam objetivos idênticos: instaurar processos de “democratização” de sentido liberal e iniciar aproximações com o Ocidente — embora a diretriz ocidentalizante tenha sido mais explícita nos processos georgiano e ucraniano, e menos clara no caso do Quirguistão (ORTEGA, 2009). Uma nuance que pode ser atribuída a opções limitadas pela geografia do país.

Outro traço comum às revoluções coloridas — que será detalhado mais à frente — é o envolvimento aberto de atores estrangeiros, principalmente governos e ONGs ligados ao Ocidente geopolítico, dotados de estreitas conexões (já existentes ou criadas a partir do zero) com movimentos e articulações nativas. Nos três casos clássicos acima citados, essas organizações e seus financiadores externos engajaram-se tanto na preparação dos processos eleitorais quanto nos posteriores protestos de massa liderados por forças opositoras em defesa de eleições “limpas”.

Contudo, uma das semelhanças mais importantes entre as diversas revoluções coloridas reside no emprego de idênticas estratégias de agitação e propaganda, levadas a cabo por ONGs e movimentos sociais — em geral de caráter estudantil e juvenil. Essas estratégias acabaram por configurar padrões comuns de mobilização materializados no emprego de técnicas de ação política não violenta. O modelo, amplificado pela ação de governos e mídia, é prodigioso em denotar “pureza” de ação e “transparência” de propósitos (embora estes sejam, na verdade, opacos). A impressão do observador médio é a de estar diante de movimentos cândidos e incorruptíveis, desprovidos de motivações político-partidárias.



Com efeito, o senso comum que se formou acerca desses movimentos costuma concebê-los como erupções espontâneas de uma sociedade civil ativa e irrequieta, agora tornada global.

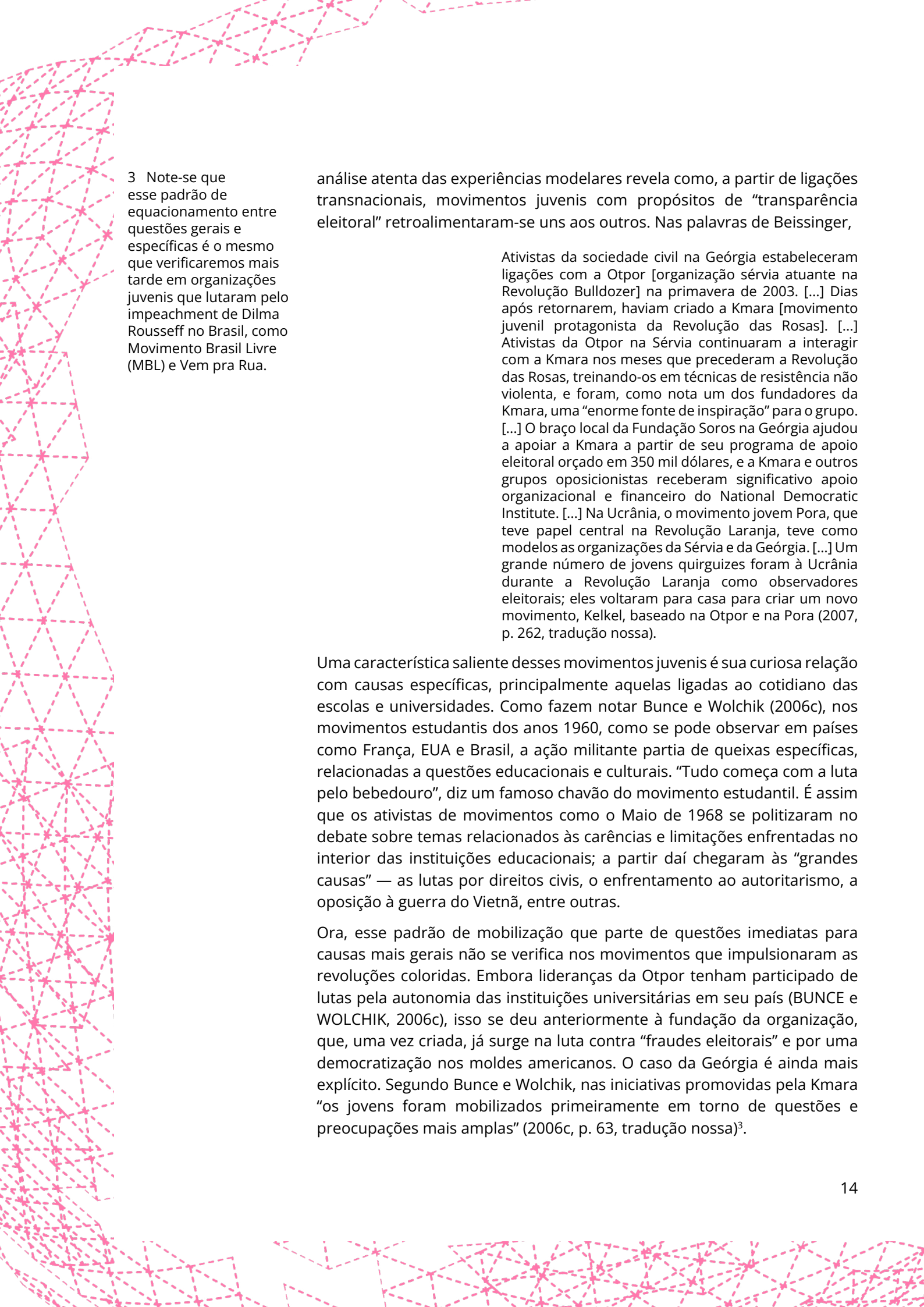
Essa pretensa espontaneidade é, no entanto, uma miragem. Como afirmam Sussman e Krader, as revoluções coloridas resultam de “extensa energia e planificação — muito dela originada no Ocidente”. Para esses autores, “os Estados Unidos, em particular, e seus aliados exerceram sobre os Estados pós-comunistas uma impressionante gama de pressões e utilizaram financiamentos, além de técnicas e tecnologias de campanha, a serviço do ‘apoio à democracia’” (2008, p. 91, tradução nossa). Ponderação semelhante é feita por Visentini:

Pode-se pensar que se trata de uma forma espontânea de luta política, possibilitada pela tecnologia da informação. Mas chama atenção que os *slogans*, as logos, a adoção de uma cor ou flor padrão (com um kit completo que inclui camisetas, bandeiras, faixas e balões, que lembram as convenções partidárias dos EUA) e uma conexão comum com a grande mídia global possuem um padrão incrivelmente idêntico (2012, p. 73).

Nos últimos anos, o modelo subjacente às revoluções coloridas alcançou novo impulso com a incorporação crescente do ciberativismo — a utilização, em campanhas e mobilizações políticas, de novas tecnologias de informação e comunicação materializadas em plataformas como Facebook, Instagram, YouTube e Twitter, entre outras. O uso dessas ferramentas, além de elevar a produtividade das ações de mobilização, também possibilita o monitoramento de iniciativas assemelhadas, facilitando o espalhamento de repertórios e fórmulas de ação política, como veremos na conclusão deste texto.

As novas tecnologias também ajudaram na construção de uma imagem positiva acerca desses movimentos. A narrativa de jovens desprendidos e inovadores, munidos de modernas ferramentas interativas, foi reforçada pelos meios de comunicação por meio de expressões como “os guerreiros do Facebook”. Trata-se, evidentemente, de visões eivadas de tecnicismo, que contribuem para ocultar as reais intenções políticas desses movimentos. Como afirma Gladwell (2010, tradução nossa), não sem uma pitada de escárnio, “se antes os ativistas eram definidos por suas causas, agora são definidos pelas ferramentas que empregam”.

A ideia de difusão de um modelo bem-sucedido remete àquela que tem sido apontada como uma das características definidoras das revoluções coloridas: a atuação enérgica de movimentos, entidades, articulações e demais atores da sociedade civil. São esses grupos ativos, por vezes bastante influentes, que conferem não apenas o caráter emulativo, mas também a aura de legitimidade que costuma incensar esse tipo de movimento. Uma



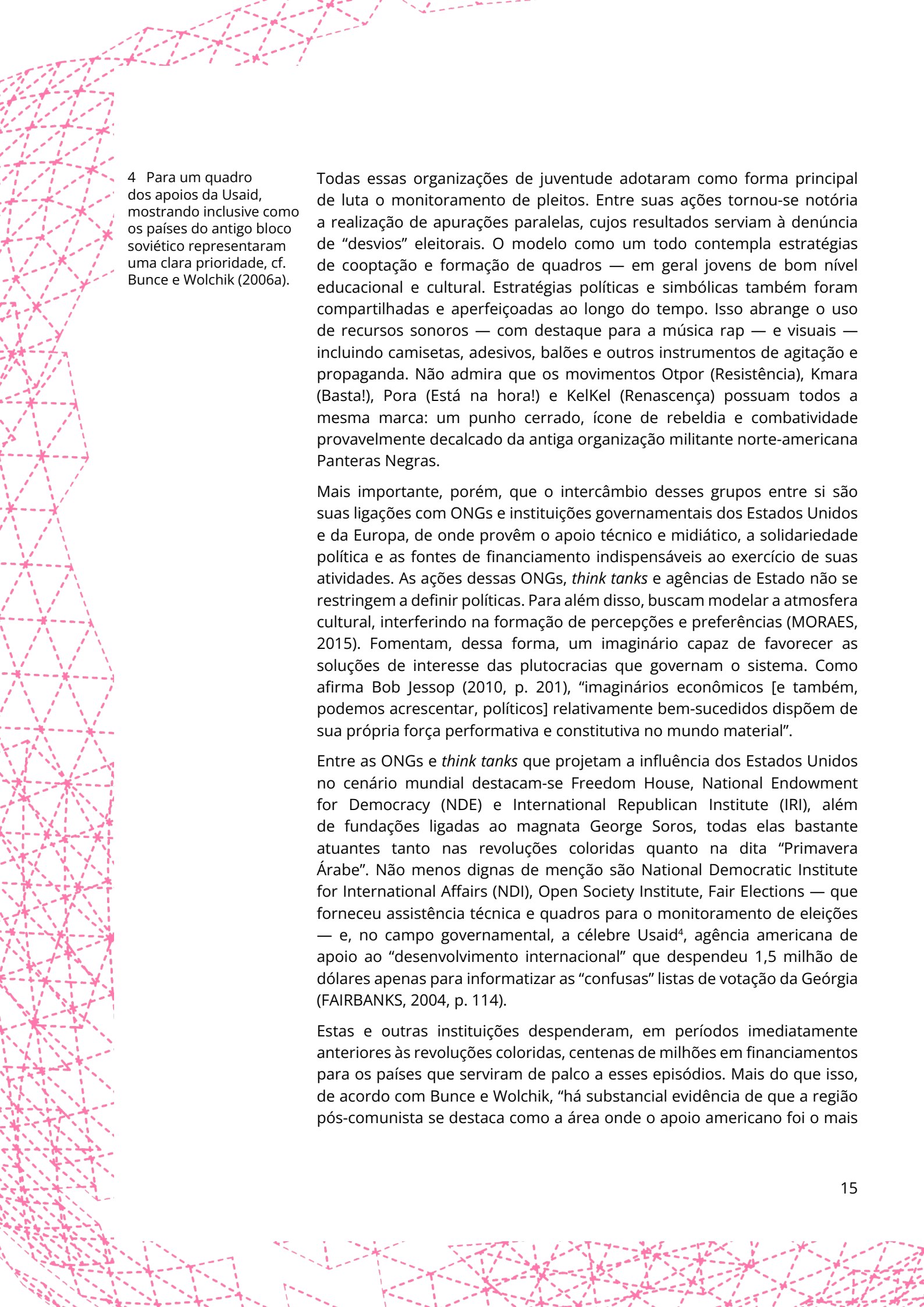
3 Note-se que esse padrão de equacionamento entre questões gerais e específicas é o mesmo que verificaremos mais tarde em organizações juvenis que lutaram pelo impeachment de Dilma Rousseff no Brasil, como Movimento Brasil Livre (MBL) e Vem pra Rua.

análise atenta das experiências modelares revela como, a partir de ligações transnacionais, movimentos juvenis com propósitos de “transparência eleitoral” retroalimentaram-se uns aos outros. Nas palavras de Beissinger,

Ativistas da sociedade civil na Geórgia estabeleceram ligações com a Otpor [organização sérvia atuante na Revolução Bulldozer] na primavera de 2003. [...] Dias após retornarem, haviam criado a Kmara [movimento juvenil protagonista da Revolução das Rosas]. [...] Ativistas da Otpor na Sérvia continuaram a interagir com a Kmara nos meses que precederam a Revolução das Rosas, treinando-os em técnicas de resistência não violenta, e foram, como nota um dos fundadores da Kmara, uma “enorme fonte de inspiração” para o grupo. [...] O braço local da Fundação Soros na Geórgia ajudou a apoiar a Kmara a partir de seu programa de apoio eleitoral orçado em 350 mil dólares, e a Kmara e outros grupos opositores receberam significativo apoio organizacional e financeiro do National Democratic Institute. [...] Na Ucrânia, o movimento jovem Pora, que teve papel central na Revolução Laranja, teve como modelos as organizações da Sérvia e da Geórgia. [...] Um grande número de jovens quirguizes foram à Ucrânia durante a Revolução Laranja como observadores eleitorais; eles voltaram para casa para criar um novo movimento, Kelkel, baseado na Otpor e na Pora (2007, p. 262, tradução nossa).

Uma característica saliente desses movimentos juvenis é sua curiosa relação com causas específicas, principalmente aquelas ligadas ao cotidiano das escolas e universidades. Como fazem notar Bunce e Wolchik (2006c), nos movimentos estudantis dos anos 1960, como se pode observar em países como França, EUA e Brasil, a ação militante partia de queixas específicas, relacionadas a questões educacionais e culturais. “Tudo começa com a luta pelo bebedouro”, diz um famoso chavão do movimento estudantil. É assim que os ativistas de movimentos como o Maio de 1968 se politizaram no debate sobre temas relacionados às carências e limitações enfrentadas no interior das instituições educacionais; a partir daí chegaram às “grandes causas” — as lutas por direitos civis, o enfrentamento ao autoritarismo, a oposição à guerra do Vietnã, entre outras.

Ora, esse padrão de mobilização que parte de questões imediatas para causas mais gerais não se verifica nos movimentos que impulsionaram as revoluções coloridas. Embora lideranças da Otpor tenham participado de lutas pela autonomia das instituições universitárias em seu país (BUNCE e WOLCHIK, 2006c), isso se deu anteriormente à fundação da organização, que, uma vez criada, já surge na luta contra “fraudes eleitorais” e por uma democratização nos moldes americanos. O caso da Geórgia é ainda mais explícito. Segundo Bunce e Wolchik, nas iniciativas promovidas pela Kmara “os jovens foram mobilizados primeiramente em torno de questões e preocupações mais amplas” (2006c, p. 63, tradução nossa)³.



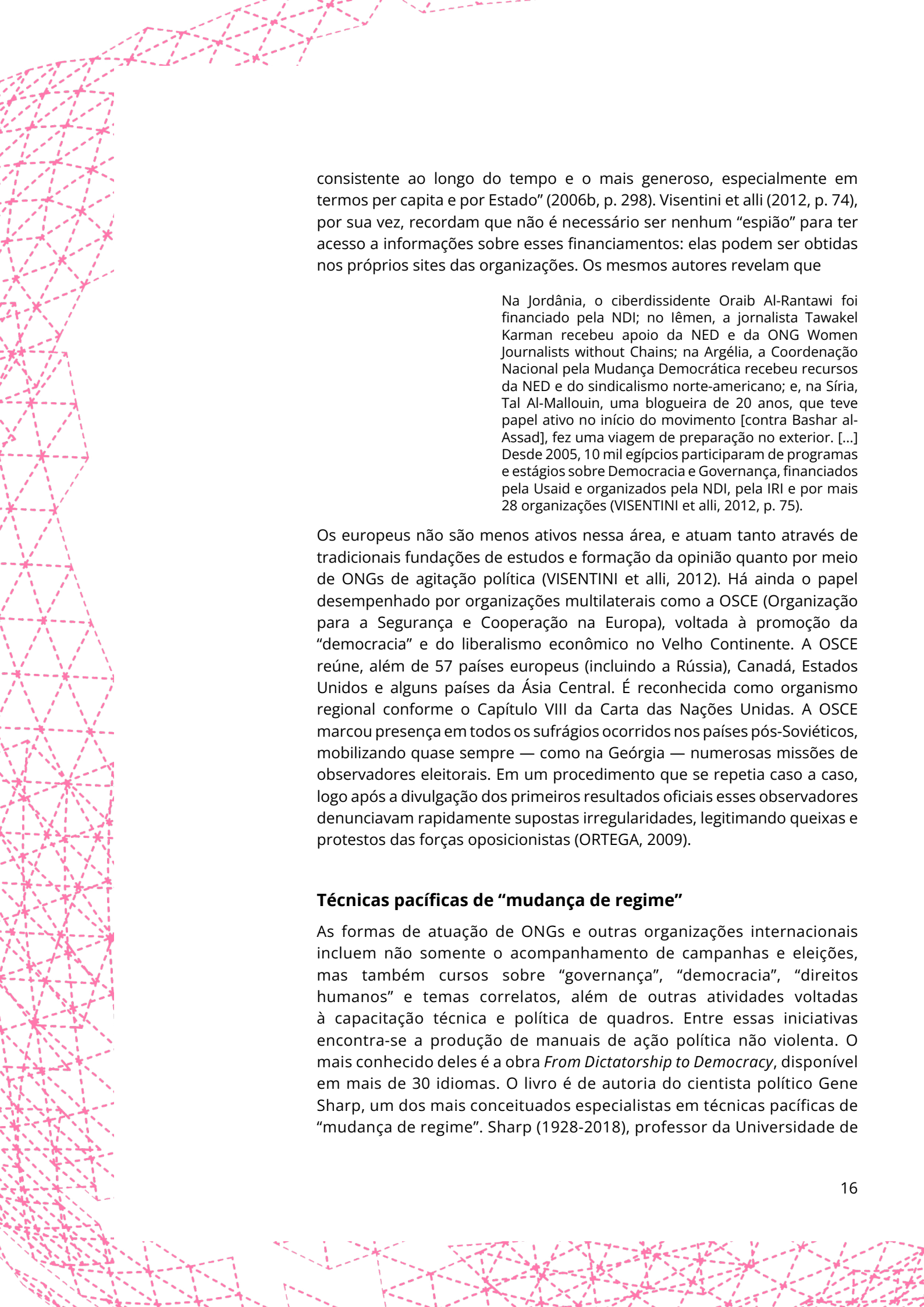
4 Para um quadro dos apoios da Usaid, mostrando inclusive como os países do antigo bloco soviético representaram uma clara prioridade, cf. Bunce e Wolchik (2006a).

Todas essas organizações de juventude adotaram como forma principal de luta o monitoramento de pleitos. Entre suas ações tornou-se notória a realização de apurações paralelas, cujos resultados serviam à denúncia de “desvios” eleitorais. O modelo como um todo contempla estratégias de cooptação e formação de quadros — em geral jovens de bom nível educacional e cultural. Estratégias políticas e simbólicas também foram compartilhadas e aperfeiçoadas ao longo do tempo. Isso abrange o uso de recursos sonoros — com destaque para a música rap — e visuais — incluindo camisetas, adesivos, balões e outros instrumentos de agitação e propaganda. Não admira que os movimentos Otpor (Resistência), Kmara (Basta!), Pora (Está na hora!) e KelKel (Renascença) possuam todos a mesma marca: um punho cerrado, ícone de rebeldia e combatividade provavelmente decalcado da antiga organização militante norte-americana Panteras Negras.

Mais importante, porém, que o intercâmbio desses grupos entre si são suas ligações com ONGs e instituições governamentais dos Estados Unidos e da Europa, de onde provêm o apoio técnico e midiático, a solidariedade política e as fontes de financiamento indispensáveis ao exercício de suas atividades. As ações dessas ONGs, *think tanks* e agências de Estado não se restringem a definir políticas. Para além disso, buscam modelar a atmosfera cultural, interferindo na formação de percepções e preferências (MORAES, 2015). Fomentam, dessa forma, um imaginário capaz de favorecer as soluções de interesse das plutocracias que governam o sistema. Como afirma Bob Jessop (2010, p. 201), “imaginários econômicos [e também, podemos acrescentar, políticos] relativamente bem-sucedidos dispõem de sua própria força performativa e constitutiva no mundo material”.

Entre as ONGs e *think tanks* que projetam a influência dos Estados Unidos no cenário mundial destacam-se Freedom House, National Endowment for Democracy (NDE) e International Republican Institute (IRI), além de fundações ligadas ao magnata George Soros, todas elas bastante atuantes tanto nas revoluções coloridas quanto na dita “Primavera Árabe”. Não menos dignas de menção são National Democratic Institute for International Affairs (NDI), Open Society Institute, Fair Elections — que forneceu assistência técnica e quadros para o monitoramento de eleições — e, no campo governamental, a célebre Usaid⁴, agência americana de apoio ao “desenvolvimento internacional” que despendeu 1,5 milhão de dólares apenas para informatizar as “confusas” listas de votação da Geórgia (FAIRBANKS, 2004, p. 114).

Estas e outras instituições despenderam, em períodos imediatamente anteriores às revoluções coloridas, centenas de milhões em financiamentos para os países que serviram de palco a esses episódios. Mais do que isso, de acordo com Bunce e Wolchik, “há substancial evidência de que a região pós-comunista se destaca como a área onde o apoio americano foi o mais



consistente ao longo do tempo e o mais generoso, especialmente em termos per capita e por Estado” (2006b, p. 298). Visentini et alli (2012, p. 74), por sua vez, recordam que não é necessário ser nenhum “espião” para ter acesso a informações sobre esses financiamentos: elas podem ser obtidas nos próprios sites das organizações. Os mesmos autores revelam que

Na Jordânia, o ciberdissidente Oraib Al-Rantawi foi financiado pela NDI; no Iêmen, a jornalista Tawakel Karman recebeu apoio da NED e da ONG Women Journalists without Chains; na Argélia, a Coordenação Nacional pela Mudança Democrática recebeu recursos da NED e do sindicalismo norte-americano; e, na Síria, Tal Al-Mallouin, uma blogueira de 20 anos, que teve papel ativo no início do movimento [contra Bashar al-Assad], fez uma viagem de preparação no exterior. [...] Desde 2005, 10 mil egípcios participaram de programas e estágios sobre Democracia e Governança, financiados pela Usaid e organizados pela NDI, pela IRI e por mais 28 organizações (VISENTINI et alli, 2012, p. 75).

Os europeus não são menos ativos nessa área, e atuam tanto através de tradicionais fundações de estudos e formação da opinião quanto por meio de ONGs de agitação política (VISENTINI et alli, 2012). Há ainda o papel desempenhado por organizações multilaterais como a OSCE (Organização para a Segurança e Cooperação na Europa), voltada à promoção da “democracia” e do liberalismo econômico no Velho Continente. A OSCE reúne, além de 57 países europeus (incluindo a Rússia), Canadá, Estados Unidos e alguns países da Ásia Central. É reconhecida como organismo regional conforme o Capítulo VIII da Carta das Nações Unidas. A OSCE marcou presença em todos os sufrágios ocorridos nos países pós-Soviéticos, mobilizando quase sempre — como na Geórgia — numerosas missões de observadores eleitorais. Em um procedimento que se repetia caso a caso, logo após a divulgação dos primeiros resultados oficiais esses observadores denunciavam rapidamente supostas irregularidades, legitimando queixas e protestos das forças opositoras (ORTEGA, 2009).

Técnicas pacíficas de “mudança de regime”

As formas de atuação de ONGs e outras organizações internacionais incluem não somente o acompanhamento de campanhas e eleições, mas também cursos sobre “governança”, “democracia”, “direitos humanos” e temas correlatos, além de outras atividades voltadas à capacitação técnica e política de quadros. Entre essas iniciativas encontra-se a produção de manuais de ação política não violenta. O mais conhecido deles é a obra *From Dictatorship to Democracy*, disponível em mais de 30 idiomas. O livro é de autoria do cientista político Gene Sharp, um dos mais conceituados especialistas em técnicas pacíficas de “mudança de regime”. Sharp (1928-2018), professor da Universidade de

5 Em esforço que revela grande sinergia com o trabalho de intelectuais como Gene Sharp, o Departamento de Estado dos EUA também produziu seus próprios manuais de ação política não violenta. Para um deles, cf. Estados Unidos da América (2009).

6 “A oposição georgiana seguiu o exemplo [da Sérvia] nas eleições parlamentares de 2003, embora isso tenha produzido, é importante reconhecer, um golpe de estado da oposição, uma vez que Shevardnadze foi levado à renúncia, mas sequer era de fato candidato à reeleição” (BUNCE e WOLCHIK, 2006b, p. 292, tradução nossa).

Massachusetts e pesquisador em Harvard, foi um dos criadores da Albert Einstein Institution, organização voltada ao estudo e à sistematização de fórmulas de “resistência não violenta”⁵.

É inevitável lembrar do manual Gene Sharp quando remontamos ao episódio que deflagrou a Revolução das Rosas na Geórgia, e que acabou por dar o nome aos acontecimentos naquele país. No dia 22 de novembro de 2003, colunas opositoras lideradas por Mikheil Saakashvili invadiram o parlamento enquanto o então presidente Eduard Shevardnadze dava posse aos deputados eleitos semanas antes. Protestando contra fraudes eleitorais, os manifestantes traziam consigo rosas. Diante do contingente numeroso de manifestantes, o presidente abandonou o parlamento e decretou estado de emergência no país. No dia seguinte, forças policiais relutaram em reprimir o protesto. Pressionado e desautorizado pelas próprias forças sob seu comando, Shevardnadze não teve outra alternativa senão renunciar ao cargo (ORTEGA, 2009; FAIRBANKS, 2004)⁶. No caso em questão, o uso de rosas sugere a formação pacífica de um consenso como forma de enfrentamento à ilegitimidade do regime constituído. Essa forma de luta encontra-se entre as recomendações de Gene Sharp:

No início de uma nova campanha para enfraquecer a ditadura, as primeiras ações, mais especificamente políticas, podem ter escopo limitado. Elas devem ser projetadas em parte para testar e influenciar o humor da população, e prepará-la para continuar a luta através da não cooperação e desafio político. A ação inicial é susceptível de assumir a forma de protesto simbólico [...] o ato inicial pode, por exemplo, envolver a colocação de flores em um local de importância simbólica (2010, p. 42).

Sharp propõe ainda que os militantes pautem sua ação em “um tema cujo mérito será amplamente reconhecido e difícil de rejeitar” (2010, p. 41). Segundo Beissinger (2007), as táticas de desobediência civil propostas por Sharp foram decisivas para a queda do regime de Slobodan Milošević após inúmeras tentativas fracassadas na antiga Iugoslávia. O “manual Sharp” foi particularmente influente junto ao grupo estudantil dissidente Otpor. Esse grupo tomou a frente da Revolução Bulldozer, com grande protagonismo e autonomia, recusando mesmo submeter-se às lideranças políticas da oposição tradicional (BUNCE e WOLCHIK, 2006c).

Vale notar que, após o desfecho das revoluções coloridas, muitos desses grupos fecharam as portas. A Kmara georgiana, que segundo Bunce e Wolchik (2006c) fora apoiada e financiada pelo National Democratic Institute no esforço de criar células em universidades e escolas, não deu continuidade a esse promissor trabalho, e deixou de existir como movimento após a Revolução das Rosas. Já os ativistas da Otpor reduziram drasticamente suas articulações no próprio país e, antes de encerrarem as atividades, em 2004, “tornaram-se, como disse um analista sérvio, ‘um tipo moderno de

7 Na mesma direção, ainda segundo Beissinger (2007), o líder do grupo juvenil ucraniano Pora, Vladislav Kaskiv, reuniu-se com o presidente George Bush na cúpula de Bratislava e recebeu carta branca para criar um centro voltado à difusão de “revoluções democráticas” na Rússia, na Bielorrússia, na Moldávia e no Azerbaijão.

8 A tática de revoluções coloridas também serviu de cavalo de troia para a penetração de políticas neoliberais na região. Para um bom relato da Geórgia pós-Revolução das Rosas, cf. CHETERIAN, 2007.

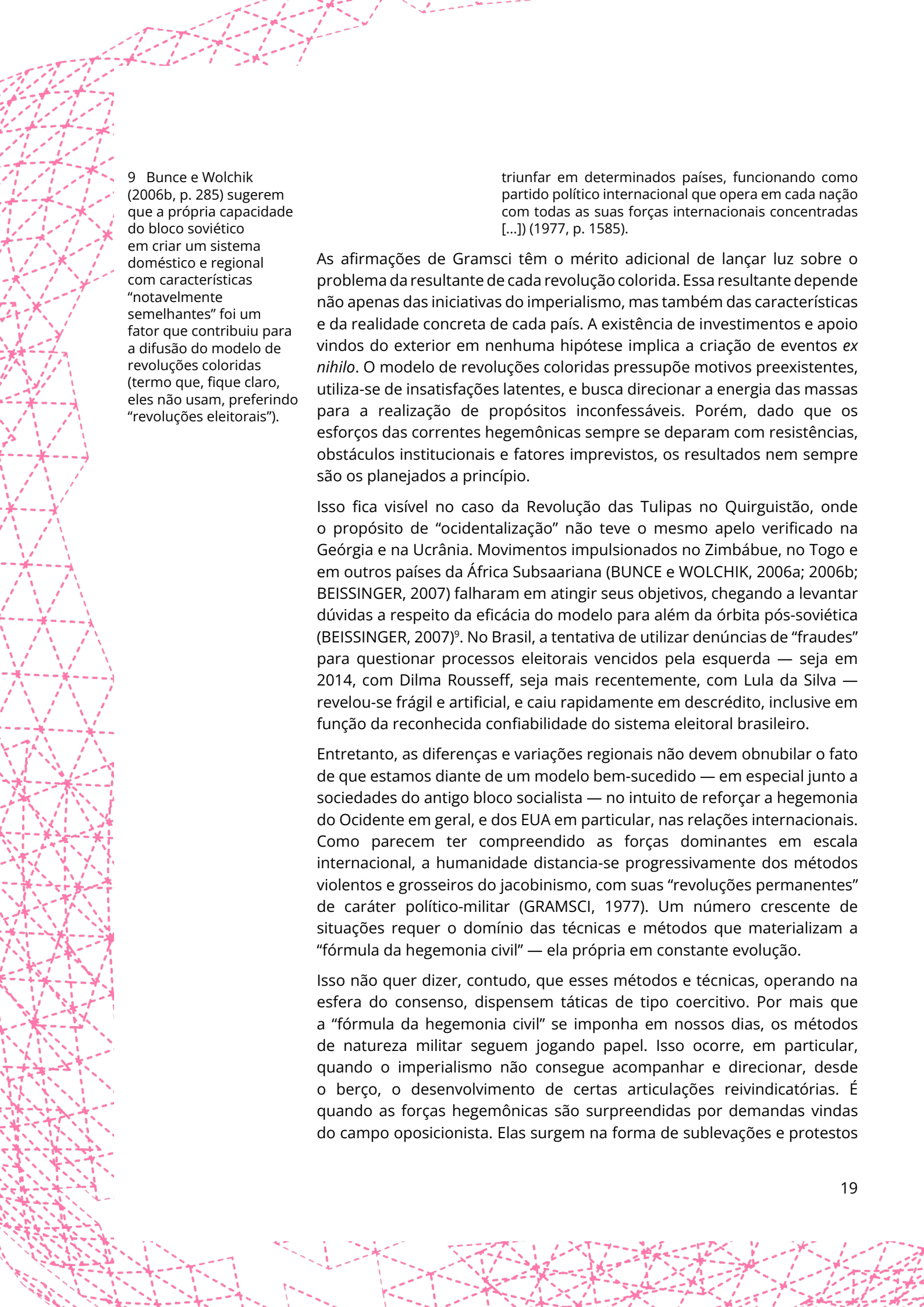
mercenário’, viajando pelo mundo, muitas vezes por conta do governo dos EUA ou de ONGs, a fim de treinar grupos locais em como organizar uma revolução democrática” (BEISSINGER, 2007, p. 261)⁷.

Fica clara a importância do apoio ocidental para o sucesso das revoluções coloridas, impulsionadas como contrapeso à influência russa e chinesa em toda a região⁸. O conjunto de ferramentas usado pelo imperialismo americano mostra claramente a evolução de uma estratégia. Estamos diante de novas formas de intervenção, estabelecidas por meio de intrincadas colaborações transnacionais que incluem esforços de distintas naturezas: não apenas pressões militares e diplomáticas, não apenas financiamento direto e indireto, mas também experiências de difusão cultural e ideológica, formação de quadros em distintas áreas de competência, entre eles ativistas dispostos a correr riscos, e, não menos importante, mobilização da opinião pública interna e internacional.

Podemos caracterizar as revoluções coloridas como um modelo hegemônico bem-sucedido, apropriado às condições do século XXI. Esse modelo foi inicialmente testado no Leste Europeu e, após revelar-se eficaz em estados pós-soviéticos, passou a ser exportado para outras regiões do mundo, nem sempre com o mesmo sucesso. Por meio dessa estratégia as forças dominantes à escala internacional testaram novos modelos de atuação política, menos coercitivos e mais persuasivos, que combinam o uso massivo de poder econômico e financeiro — inclusive, mas não apenas, por meio do financiamento de ONGs internacionais e locais — com formas de pressão diplomática e métodos pacíficos de mobilização civil.

Por meio das revoluções coloridas, o imperialismo ocidental busca gerar ou administrar processos de “mudança de regime” a um custo econômico e político mais baixo do que aquele implicado em fórmulas anteriores, de caráter coercitivo-militar. Esses movimentos deram continuidade, em novas bases e novo patamar, à contraofensiva que se materializou na queda dos regimes do Leste Europeu. A complexidade de formas de atuação e colaboração verificadas nas revoluções coloridas confirma o impacto das relações internacionais sobre o jogo interno das forças políticas em um país, como já observava Gramsci:

É necessário [...] levar em conta que a estas relações internas de um Estado-Nação se entrelaçam as relações internacionais, criando novas combinações originais e historicamente concretas. Uma ideologia nascida em um país mais desenvolvido se difunde em países menos desenvolvidos, incidindo no jogo local das combinações. (A religião, por exemplo, sempre foi uma fonte de tais combinações ideológico-políticas nacionais e internacionais, e com as religiões as outras formações internacionais, a maçonaria, o Rotary Club, os judeus, a diplomacia de carreira que sugerem expedientes políticos de origem histórica e as fazem



9 Bunce e Wolchik (2006b, p. 285) sugerem que a própria capacidade do bloco soviético em criar um sistema doméstico e regional com características “notavelmente semelhantes” foi um fator que contribuiu para a difusão do modelo de revoluções coloridas (termo que, fique claro, eles não usam, preferindo “revoluções eleitorais”).

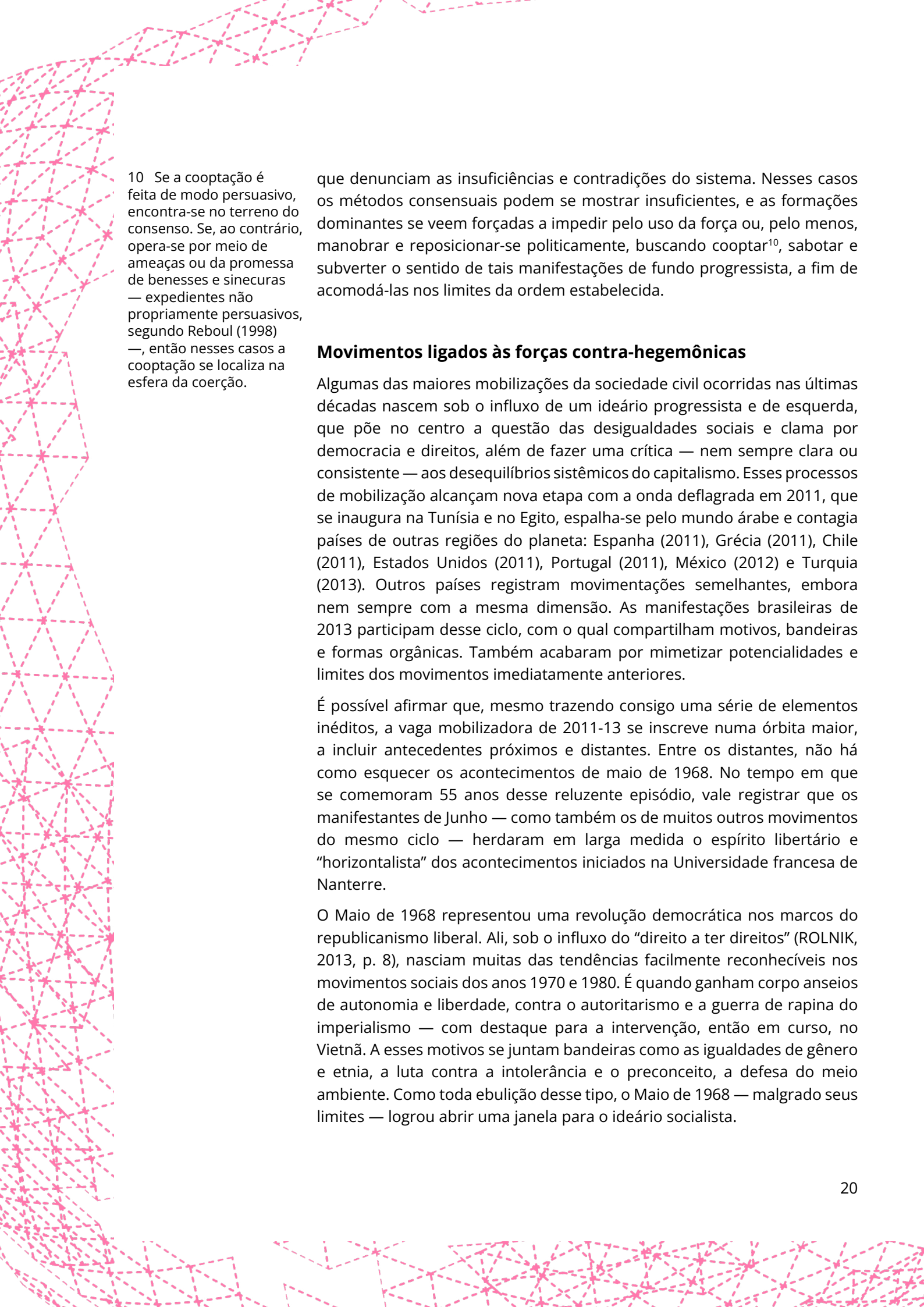
triunfar em determinados países, funcionando como partido político internacional que opera em cada nação com todas as suas forças internacionais concentradas [...] (1977, p. 1585).

As afirmações de Gramsci têm o mérito adicional de lançar luz sobre o problema da resultante de cada revolução colorida. Essa resultante depende não apenas das iniciativas do imperialismo, mas também das características e da realidade concreta de cada país. A existência de investimentos e apoio vindos do exterior em nenhuma hipótese implica a criação de eventos *ex nihilo*. O modelo de revoluções coloridas pressupõe motivos preexistentes, utiliza-se de insatisfações latentes, e busca direcionar a energia das massas para a realização de propósitos inconfessáveis. Porém, dado que os esforços das correntes hegemônicas sempre se deparam com resistências, obstáculos institucionais e fatores imprevistos, os resultados nem sempre são os planejados a princípio.

Isso fica visível no caso da Revolução das Tulipas no Quirguistão, onde o propósito de “ocidentalização” não teve o mesmo apelo verificado na Geórgia e na Ucrânia. Movimentos impulsionados no Zimbábue, no Togo e em outros países da África Subsaariana (BUNCE e WOLCHIK, 2006a; 2006b; BEISSINGER, 2007) falharam em atingir seus objetivos, chegando a levantar dúvidas a respeito da eficácia do modelo para além da órbita pós-soviética (BEISSINGER, 2007)⁹. No Brasil, a tentativa de utilizar denúncias de “fraudes” para questionar processos eleitorais vencidos pela esquerda — seja em 2014, com Dilma Rousseff, seja mais recentemente, com Lula da Silva — revelou-se frágil e artificial, e caiu rapidamente em descrédito, inclusive em função da reconhecida confiabilidade do sistema eleitoral brasileiro.

Entretanto, as diferenças e variações regionais não devem obnubilar o fato de que estamos diante de um modelo bem-sucedido — em especial junto a sociedades do antigo bloco socialista — no intuito de reforçar a hegemonia do Ocidente em geral, e dos EUA em particular, nas relações internacionais. Como parecem ter compreendido as forças dominantes em escala internacional, a humanidade distancia-se progressivamente dos métodos violentos e grosseiros do jacobinismo, com suas “revoluções permanentes” de caráter político-militar (GRAMSCI, 1977). Um número crescente de situações requer o domínio das técnicas e métodos que materializam a “fórmula da hegemonia civil” — ela própria em constante evolução.

Isso não quer dizer, contudo, que esses métodos e técnicas, operando na esfera do consenso, dispensem táticas de tipo coercitivo. Por mais que a “fórmula da hegemonia civil” se imponha em nossos dias, os métodos de natureza militar seguem jogando papel. Isso ocorre, em particular, quando o imperialismo não consegue acompanhar e direcionar, desde o berço, o desenvolvimento de certas articulações reivindicatórias. É quando as forças hegemônicas são surpreendidas por demandas vindas do campo opositor. Elas surgem na forma de sublevações e protestos



10 Se a cooptação é feita de modo persuasivo, encontra-se no terreno do consenso. Se, ao contrário, opera-se por meio de ameaças ou da promessa de benesses e sinecuras — expedientes não propriamente persuasivos, segundo Reboul (1998) —, então nesses casos a cooptação se localiza na esfera da coerção.

que denunciam as insuficiências e contradições do sistema. Nesses casos os métodos consensuais podem se mostrar insuficientes, e as formações dominantes se veem forçadas a impedir pelo uso da força ou, pelo menos, manobrar e reposicionar-se politicamente, buscando cooptar¹⁰, sabotar e subverter o sentido de tais manifestações de fundo progressista, a fim de acomodá-las nos limites da ordem estabelecida.

Movimentos ligados às forças contra-hegemônicas

Algumas das maiores mobilizações da sociedade civil ocorridas nas últimas décadas nascem sob o influxo de um ideário progressista e de esquerda, que põe no centro a questão das desigualdades sociais e clama por democracia e direitos, além de fazer uma crítica — nem sempre clara ou consistente — aos desequilíbrios sistêmicos do capitalismo. Esses processos de mobilização alcançam nova etapa com a onda deflagrada em 2011, que se inaugura na Tunísia e no Egito, espalha-se pelo mundo árabe e contagia países de outras regiões do planeta: Espanha (2011), Grécia (2011), Chile (2011), Estados Unidos (2011), Portugal (2011), México (2012) e Turquia (2013). Outros países registram movimentações semelhantes, embora nem sempre com a mesma dimensão. As manifestações brasileiras de 2013 participam desse ciclo, com o qual compartilham motivos, bandeiras e formas orgânicas. Também acabaram por mimetizar potencialidades e limites dos movimentos imediatamente anteriores.

É possível afirmar que, mesmo trazendo consigo uma série de elementos inéditos, a vaga mobilizadora de 2011-13 se inscreve numa órbita maior, a incluir antecedentes próximos e distantes. Entre os distantes, não há como esquecer os acontecimentos de maio de 1968. No tempo em que se comemoram 55 anos desse reluzente episódio, vale registrar que os manifestantes de Junho — como também os de muitos outros movimentos do mesmo ciclo — herdaram em larga medida o espírito libertário e “horizontalista” dos acontecimentos iniciados na Universidade francesa de Nanterre.

O Maio de 1968 representou uma revolução democrática nos marcos do republicanismo liberal. Ali, sob o influxo do “direito a ter direitos” (ROLNIK, 2013, p. 8), nasciam muitas das tendências facilmente reconhecíveis nos movimentos sociais dos anos 1970 e 1980. É quando ganham corpo anseios de autonomia e liberdade, contra o autoritarismo e a guerra de rapina do imperialismo — com destaque para a intervenção, então em curso, no Vietnã. A esses motivos se juntam bandeiras como as igualdades de gênero e etnia, a luta contra a intolerância e o preconceito, a defesa do meio ambiente. Como toda ebulição desse tipo, o Maio de 1968 — malgrado seus limites — logrou abrir uma janela para o ideário socialista.

11 Embora esse horizontalismo forme um curioso contraste com a natureza militar do movimento, como nota David Harvey (LOCATELLI, 2014).

12 Trata-se de um pseudônimo escolhido em homenagem a um companheiro de luta falecido. Em 2014 o pseudônimo foi trocado para Galeano, em celebração a um zapatista assassinato pouco antes. Em 1995, o governo do presidente Ernesto Zedillo declarou ter conhecimento da identidade do Subcomandante Marcos, afirmando tratar-se de Rafael Sebastián Guillén Vicente, um ex-aluno de Filosofia da Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM), posteriormente professor na Universidade Autónoma Metropolitana (UAM), na Cidade do México (MANJUANO, 2014).

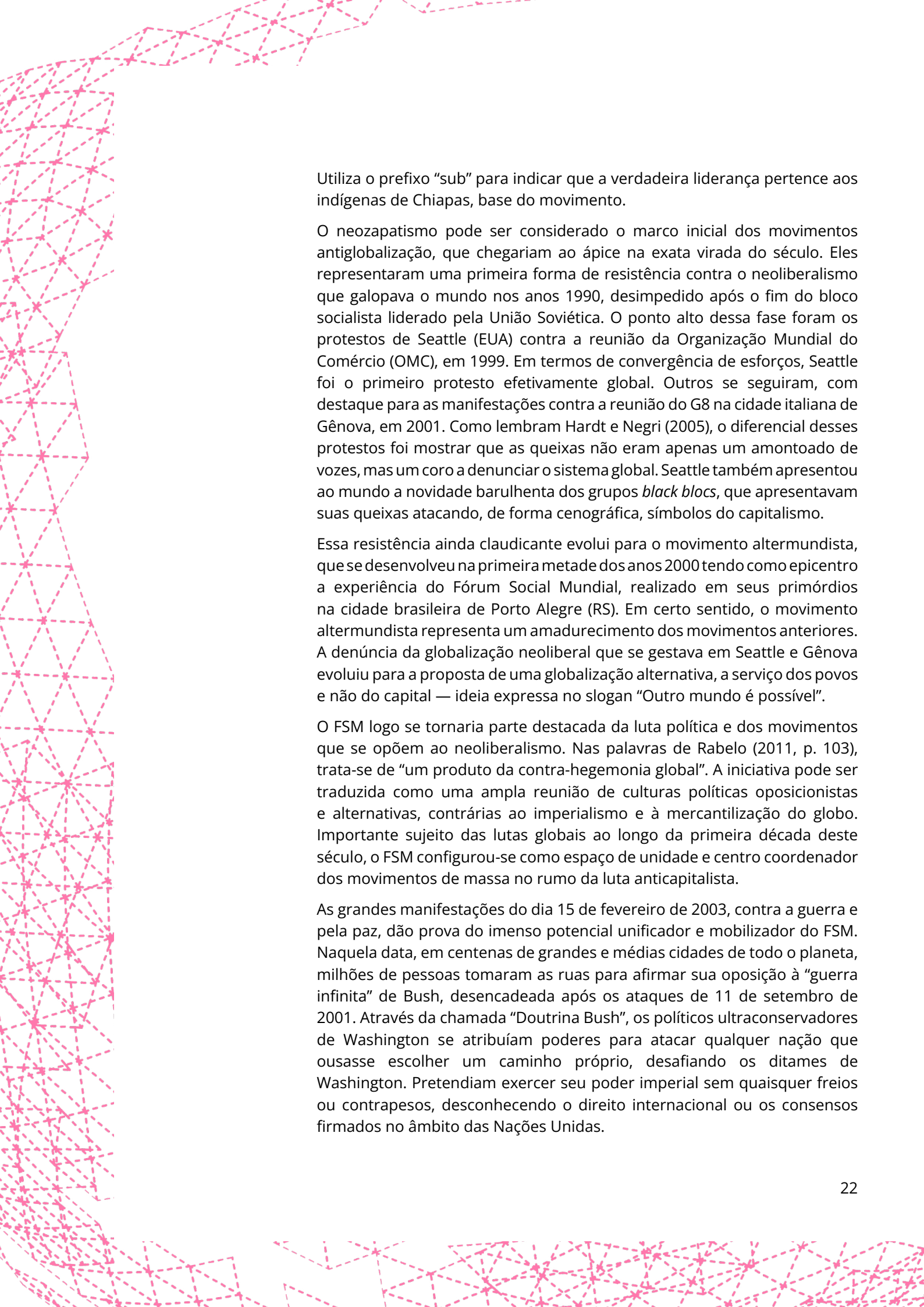
Embora se costume situar seu epicentro na Europa — e em particular na França —, vale lembrar que o Brasil teve seu próprio 1968. Como mostra Moraes (2008), os acontecimentos em nosso país apresentaram tinturas próprias e se desenvolveram de modo independente, podendo ter seus primórdios localizados antes mesmo dos acontecimentos que deflagaram o processo francês. No entanto, em termos de composição social e bandeiras políticas, o 1968 brasileiro exhibe semelhanças com o europeu. Também aqui o protagonismo ficou a cargo da juventude urbana. Organizada no movimento estudantil, ela lutava contra o autoritarismo que, no Brasil, se achava encarnado na ferocidade da ditadura militar.

Esta é, aliás, uma das características marcantes do Maio de 1968: o episódio marca a volta das massas urbanas ao centro do empreendimento transformador. “Depois que as cidades perderam sua condição revolucionária provisoriamente para as grandes revoluções camponesas do século XX, as revoluções urbanas voltaram à luz do dia”, assinala Lincoln Secco (2013, p. 77). Também nesse sentido o Maio de 1968 antecipa um traço forte das mobilizações da última década: o protagonismo das cidades e da juventude urbana, agora encarnando novas reivindicações e expectativas.

Mas o caudal de manifestações globais que culmina no Brasil de 2013 é herdeiro mais direto de um conjunto sinuoso de insurreições e protestos ocorridos na virada do século XX para o XXI, todos eles portadores de uma retórica anticapitalista. A primeira fagulha veio das montanhas do Sudeste do México, onde se ergue em 1994 um levante inspirado na figura de Emiliano Zapata, o camponês líder da Revolução Mexicana de 1910. O Exército Zapatista de Libertação Nacional posicionava-se, naquele então, contra o Acordo de Livre-Comércio da América do Norte (Nafta, na sigla em inglês). Do ponto de vista estratégico, o grupamento político-militar declarou perseguir objetivos socialistas.

Encastelado na região pobre de Chiapas, o movimento, com forte composição indígena, criou um enclave autônomo que logo se tornaria conhecido no mundo inteiro. A celebridade se deu não apenas pelo ineditismo da iniciativa, mas sobretudo pela difusão de informações proporcionada pela aliança dos neozapatistas com grupos de *hackers*, o que potencializou o uso de uma internet ainda embrionária (GUTIÉRREZ, 2014; SILVEIRA, 2015). O movimento antecipava, assim, uma tendência que ganharia corpo nos movimentos sociais dos anos seguintes.

A inclinação aos métodos horizontalistas também já se fazia presente¹¹. As decisões do movimento são definidas por um comitê indígena. Seu membro mais conhecido — um líder de fato, embora não no discurso — é o Subcomandante Marcos¹². Sempre encapuzado, ele pretende evitar qualquer personalismo que descaracterize o caráter radicalmente democrático do movimento. Marcos não se apresenta como comandante.



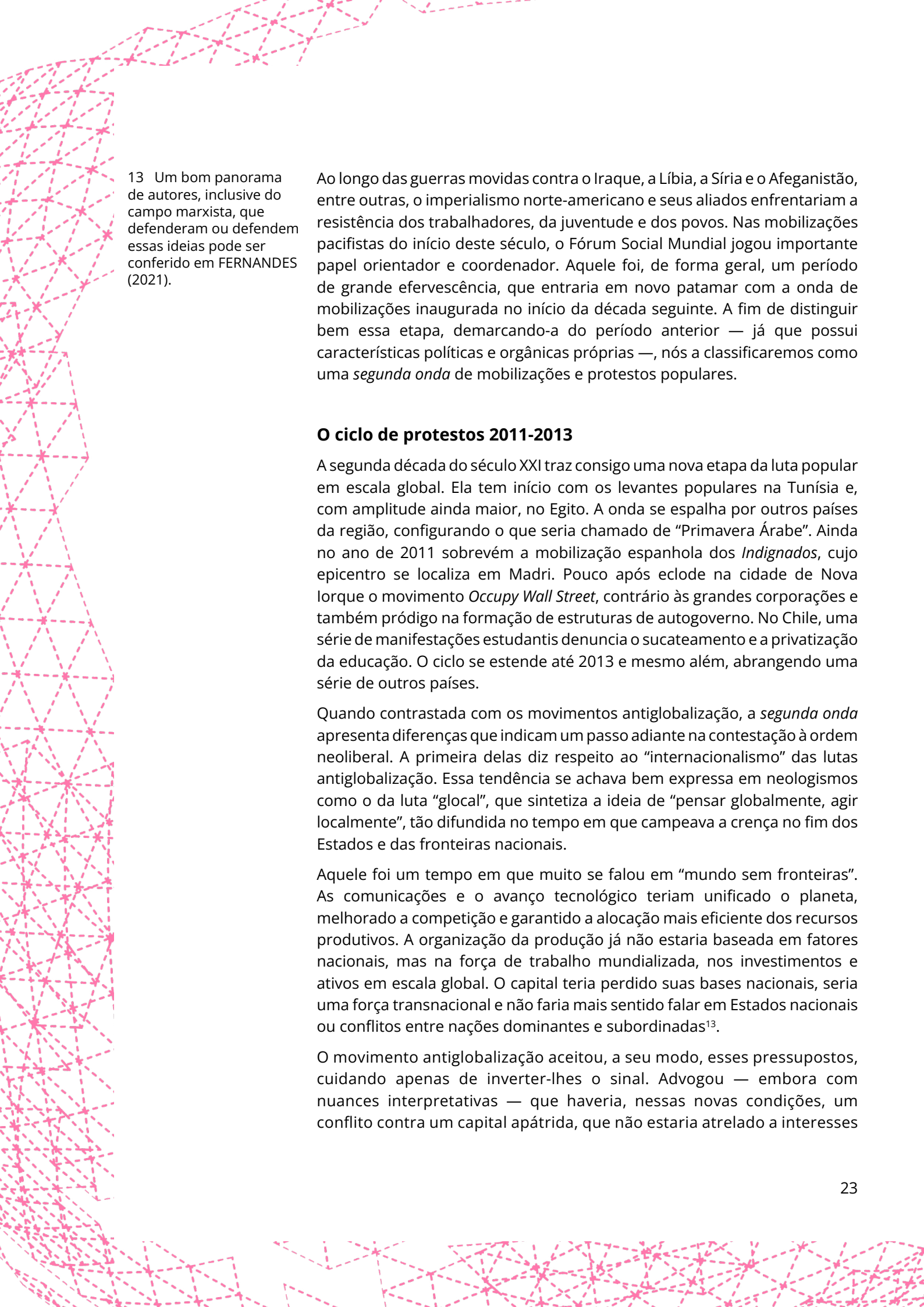
Utiliza o prefixo “sub” para indicar que a verdadeira liderança pertence aos indígenas de Chiapas, base do movimento.

O neozapatismo pode ser considerado o marco inicial dos movimentos antiglobalização, que chegariam ao ápice na exata virada do século. Eles representaram uma primeira forma de resistência contra o neoliberalismo que galopava o mundo nos anos 1990, desimpedido após o fim do bloco socialista liderado pela União Soviética. O ponto alto dessa fase foram os protestos de Seattle (EUA) contra a reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC), em 1999. Em termos de convergência de esforços, Seattle foi o primeiro protesto efetivamente global. Outros se seguiram, com destaque para as manifestações contra a reunião do G8 na cidade italiana de Gênova, em 2001. Como lembram Hardt e Negri (2005), o diferencial desses protestos foi mostrar que as queixas não eram apenas um amontoado de vozes, mas um coro a denunciar o sistema global. Seattle também apresentou ao mundo a novidade barulhenta dos grupos *black blocs*, que apresentavam suas queixas atacando, de forma cenográfica, símbolos do capitalismo.

Essa resistência ainda claudicante evolui para o movimento altermundista, que se desenvolveu na primeira metade dos anos 2000 tendo como epicentro a experiência do Fórum Social Mundial, realizado em seus primórdios na cidade brasileira de Porto Alegre (RS). Em certo sentido, o movimento altermundista representa um amadurecimento dos movimentos anteriores. A denúncia da globalização neoliberal que se gestava em Seattle e Gênova evoluiu para a proposta de uma globalização alternativa, a serviço dos povos e não do capital — ideia expressa no slogan “Outro mundo é possível”.

O FSM logo se tornaria parte destacada da luta política e dos movimentos que se opõem ao neoliberalismo. Nas palavras de Rabelo (2011, p. 103), trata-se de “um produto da contra-hegemonia global”. A iniciativa pode ser traduzida como uma ampla reunião de culturas políticas oposicionistas e alternativas, contrárias ao imperialismo e à mercantilização do globo. Importante sujeito das lutas globais ao longo da primeira década deste século, o FSM configurou-se como espaço de unidade e centro coordenador dos movimentos de massa no rumo da luta anticapitalista.

As grandes manifestações do dia 15 de fevereiro de 2003, contra a guerra e pela paz, dão prova do imenso potencial unificador e mobilizador do FSM. Naquela data, em centenas de grandes e médias cidades de todo o planeta, milhões de pessoas tomaram as ruas para afirmar sua oposição à “guerra infinita” de Bush, desencadeada após os ataques de 11 de setembro de 2001. Através da chamada “Doutrina Bush”, os políticos ultraconservadores de Washington se atribuíam poderes para atacar qualquer nação que ousasse escolher um caminho próprio, desafiando os ditames de Washington. Pretendiam exercer seu poder imperial sem quaisquer freios ou contrapesos, desconhecendo o direito internacional ou os consensos firmados no âmbito das Nações Unidas.



13 Um bom panorama de autores, inclusive do campo marxista, que defenderam ou defendem essas ideias pode ser conferido em FERNANDES (2021).

Ao longo das guerras movidas contra o Iraque, a Líbia, a Síria e o Afeganistão, entre outras, o imperialismo norte-americano e seus aliados enfrentariam a resistência dos trabalhadores, da juventude e dos povos. Nas mobilizações pacifistas do início deste século, o Fórum Social Mundial jogou importante papel orientador e coordenador. Aquele foi, de forma geral, um período de grande efervescência, que entraria em novo patamar com a onda de mobilizações inaugurada no início da década seguinte. A fim de distinguir bem essa etapa, demarcando-a do período anterior — já que possui características políticas e orgânicas próprias —, nós a classificaremos como uma *segunda onda* de mobilizações e protestos populares.

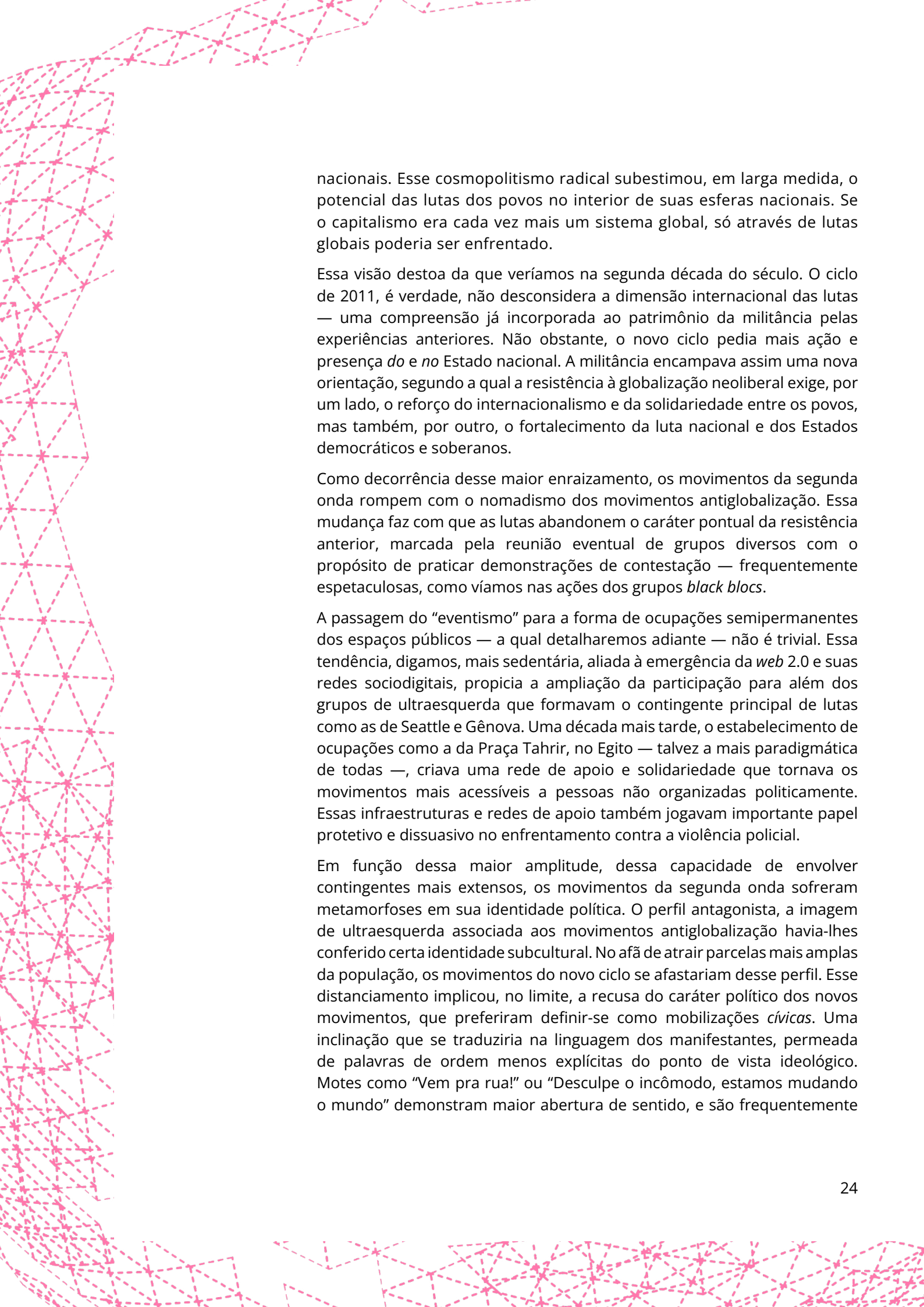
O ciclo de protestos 2011-2013

A segunda década do século XXI traz consigo uma nova etapa da luta popular em escala global. Ela tem início com os levantes populares na Tunísia e, com amplitude ainda maior, no Egito. A onda se espalha por outros países da região, configurando o que seria chamado de “Primavera Árabe”. Ainda no ano de 2011 sobrevém a mobilização espanhola dos *Indignados*, cujo epicentro se localiza em Madri. Pouco após eclode na cidade de Nova Iorque o movimento *Occupy Wall Street*, contrário às grandes corporações e também pródigo na formação de estruturas de autogoverno. No Chile, uma série de manifestações estudantis denuncia o sucateamento e a privatização da educação. O ciclo se estende até 2013 e mesmo além, abrangendo uma série de outros países.

Quando contrastada com os movimentos antiglobalização, a *segunda onda* apresenta diferenças que indicam um passo adiante na contestação à ordem neoliberal. A primeira delas diz respeito ao “internacionalismo” das lutas antiglobalização. Essa tendência se achava bem expressa em neologismos como o da luta “glocal”, que sintetiza a ideia de “pensar globalmente, agir localmente”, tão difundida no tempo em que campeava a crença no fim dos Estados e das fronteiras nacionais.

Aquele foi um tempo em que muito se falou em “mundo sem fronteiras”. As comunicações e o avanço tecnológico teriam unificado o planeta, melhorado a competição e garantido a alocação mais eficiente dos recursos produtivos. A organização da produção já não estaria baseada em fatores nacionais, mas na força de trabalho mundializada, nos investimentos e ativos em escala global. O capital teria perdido suas bases nacionais, seria uma força transnacional e não faria mais sentido falar em Estados nacionais ou conflitos entre nações dominantes e subordinadas¹³.

O movimento antiglobalização aceitou, a seu modo, esses pressupostos, cuidando apenas de inverter-lhes o sinal. Advogou — embora com nuances interpretativas — que haveria, nessas novas condições, um conflito contra um capital apátrida, que não estaria atrelado a interesses



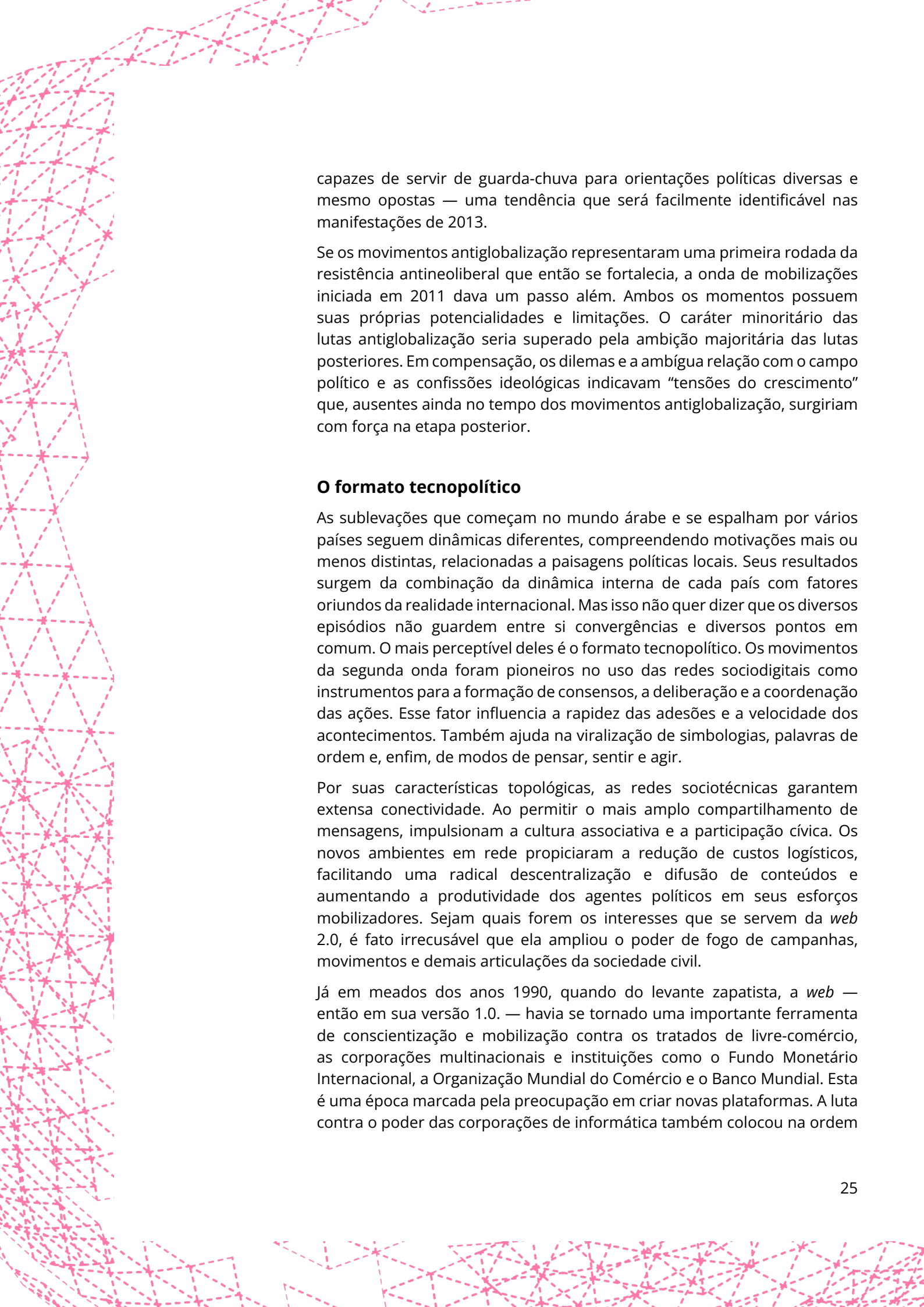
nacionais. Esse cosmopolitismo radical subestimou, em larga medida, o potencial das lutas dos povos no interior de suas esferas nacionais. Se o capitalismo era cada vez mais um sistema global, só através de lutas globais poderia ser enfrentado.

Essa visão destoa da que veríamos na segunda década do século. O ciclo de 2011, é verdade, não desconsidera a dimensão internacional das lutas — uma compreensão já incorporada ao patrimônio da militância pelas experiências anteriores. Não obstante, o novo ciclo pedia mais ação e presença *do* e *no* Estado nacional. A militância encampava assim uma nova orientação, segundo a qual a resistência à globalização neoliberal exige, por um lado, o reforço do internacionalismo e da solidariedade entre os povos, mas também, por outro, o fortalecimento da luta nacional e dos Estados democráticos e soberanos.

Como decorrência desse maior enraizamento, os movimentos da segunda onda rompem com o nomadismo dos movimentos antiglobalização. Essa mudança faz com que as lutas abandonem o caráter pontual da resistência anterior, marcada pela reunião eventual de grupos diversos com o propósito de praticar demonstrações de contestação — frequentemente espetaculosas, como víamos nas ações dos grupos *black blocs*.

A passagem do “eventismo” para a forma de ocupações semipermanentes dos espaços públicos — a qual detalharemos adiante — não é trivial. Essa tendência, digamos, mais sedentária, aliada à emergência da *web 2.0* e suas redes sociodigitais, propicia a ampliação da participação para além dos grupos de ultraesquerda que formavam o contingente principal de lutas como as de Seattle e Gênova. Uma década mais tarde, o estabelecimento de ocupações como a da Praça Tahrir, no Egito — talvez a mais paradigmática de todas —, criava uma rede de apoio e solidariedade que tornava os movimentos mais acessíveis a pessoas não organizadas politicamente. Essas infraestruturas e redes de apoio também jogavam importante papel protetivo e dissuasivo no enfrentamento contra a violência policial.

Em função dessa maior amplitude, dessa capacidade de envolver contingentes mais extensos, os movimentos da segunda onda sofreram metamorfoses em sua identidade política. O perfil antagonista, a imagem de ultraesquerda associada aos movimentos antiglobalização havia-lhes conferido certa identidade subcultural. No afã de atrair parcelas mais amplas da população, os movimentos do novo ciclo se afastariam desse perfil. Esse distanciamento implicou, no limite, a recusa do caráter político dos novos movimentos, que preferiram definir-se como mobilizações *cívicas*. Uma inclinação que se traduziria na linguagem dos manifestantes, permeada de palavras de ordem menos explícitas do ponto de vista ideológico. Motes como “Vem pra rua!” ou “Desculpe o incômodo, estamos mudando o mundo” demonstram maior abertura de sentido, e são frequentemente



capazes de servir de guarda-chuva para orientações políticas diversas e mesmo opostas — uma tendência que será facilmente identificável nas manifestações de 2013.

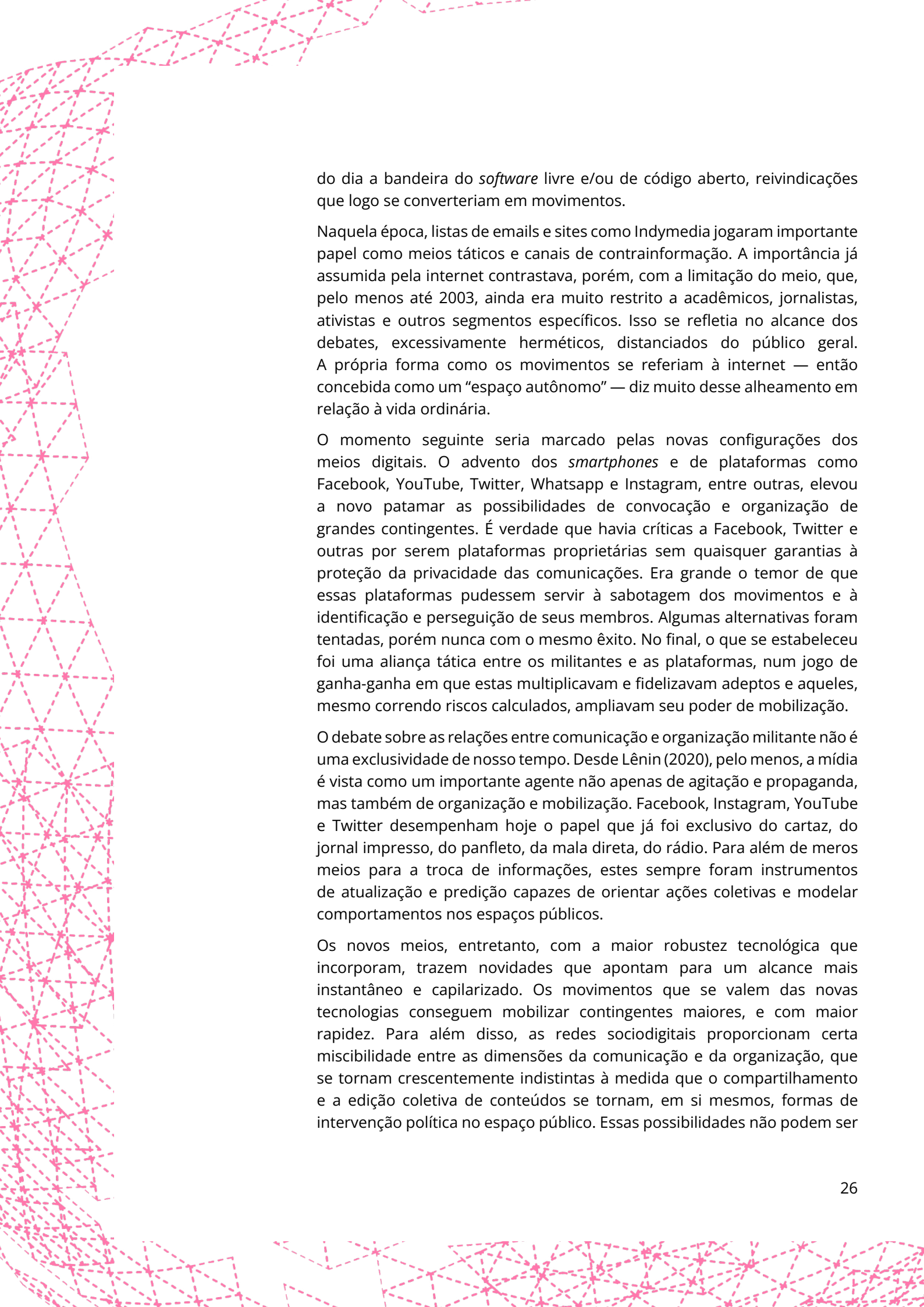
Se os movimentos antiglobalização representaram uma primeira rodada da resistência antineoliberal que então se fortalecia, a onda de mobilizações iniciada em 2011 dava um passo além. Ambos os momentos possuem suas próprias potencialidades e limitações. O caráter minoritário das lutas antiglobalização seria superado pela ambição majoritária das lutas posteriores. Em compensação, os dilemas e a ambígua relação com o campo político e as confissões ideológicas indicavam “tensões do crescimento” que, ausentes ainda no tempo dos movimentos antiglobalização, surgiriam com força na etapa posterior.

O formato tecnopolítico

As sublevações que começam no mundo árabe e se espalham por vários países seguem dinâmicas diferentes, compreendendo motivações mais ou menos distintas, relacionadas a paisagens políticas locais. Seus resultados surgem da combinação da dinâmica interna de cada país com fatores oriundos da realidade internacional. Mas isso não quer dizer que os diversos episódios não guardem entre si convergências e diversos pontos em comum. O mais perceptível deles é o formato tecnopolítico. Os movimentos da segunda onda foram pioneiros no uso das redes sociodigitais como instrumentos para a formação de consensos, a deliberação e a coordenação das ações. Esse fator influencia a rapidez das adesões e a velocidade dos acontecimentos. Também ajuda na viralização de simbologias, palavras de ordem e, enfim, de modos de pensar, sentir e agir.

Por suas características topológicas, as redes sociotécnicas garantem extensa conectividade. Ao permitir o mais amplo compartilhamento de mensagens, impulsionam a cultura associativa e a participação cívica. Os novos ambientes em rede propiciaram a redução de custos logísticos, facilitando uma radical descentralização e difusão de conteúdos e aumentando a produtividade dos agentes políticos em seus esforços mobilizadores. Sejam quais forem os interesses que se servem da *web* 2.0, é fato irrecusável que ela ampliou o poder de fogo de campanhas, movimentos e demais articulações da sociedade civil.

Já em meados dos anos 1990, quando do levante zapatista, a *web* — então em sua versão 1.0. — havia se tornado uma importante ferramenta de conscientização e mobilização contra os tratados de livre-comércio, as corporações multinacionais e instituições como o Fundo Monetário Internacional, a Organização Mundial do Comércio e o Banco Mundial. Esta é uma época marcada pela preocupação em criar novas plataformas. A luta contra o poder das corporações de informática também colocou na ordem




do dia a bandeira do *software* livre e/ou de código aberto, reivindicações que logo se converteriam em movimentos.

Naquela época, listas de emails e sites como Indymedia jogaram importante papel como meios táticos e canais de contrainformação. A importância já assumida pela internet contrastava, porém, com a limitação do meio, que, pelo menos até 2003, ainda era muito restrito a acadêmicos, jornalistas, ativistas e outros segmentos específicos. Isso se refletia no alcance dos debates, excessivamente herméticos, distanciados do público geral. A própria forma como os movimentos se referiam à internet — então concebida como um “espaço autônomo” — diz muito desse alheamento em relação à vida ordinária.

O momento seguinte seria marcado pelas novas configurações dos meios digitais. O advento dos *smartphones* e de plataformas como Facebook, YouTube, Twitter, Whatsapp e Instagram, entre outras, elevou a novo patamar as possibilidades de convocação e organização de grandes contingentes. É verdade que havia críticas a Facebook, Twitter e outras por serem plataformas proprietárias sem quaisquer garantias à proteção da privacidade das comunicações. Era grande o temor de que essas plataformas pudessem servir à sabotagem dos movimentos e à identificação e perseguição de seus membros. Algumas alternativas foram tentadas, porém nunca com o mesmo êxito. No final, o que se estabeleceu foi uma aliança tática entre os militantes e as plataformas, num jogo de ganha-ganha em que estas multiplicavam e fidelizavam adeptos e aqueles, mesmo correndo riscos calculados, ampliavam seu poder de mobilização.

O debate sobre as relações entre comunicação e organização militante não é uma exclusividade de nosso tempo. Desde Lênin (2020), pelo menos, a mídia é vista como um importante agente não apenas de agitação e propaganda, mas também de organização e mobilização. Facebook, Instagram, YouTube e Twitter desempenham hoje o papel que já foi exclusivo do cartaz, do jornal impresso, do panfleto, da mala direta, do rádio. Para além de meros meios para a troca de informações, estes sempre foram instrumentos de atualização e predição capazes de orientar ações coletivas e modelar comportamentos nos espaços públicos.

Os novos meios, entretanto, com a maior robustez tecnológica que incorporam, trazem novidades que apontam para um alcance mais instantâneo e capilarizado. Os movimentos que se valem das novas tecnologias conseguem mobilizar contingentes maiores, e com maior rapidez. Para além disso, as redes sociodigitais proporcionam certa miscibilidade entre as dimensões da comunicação e da organização, que se tornam crescentemente indistintas à medida que o compartilhamento e a edição coletiva de conteúdos se tornam, em si mesmos, formas de intervenção política no espaço público. Essas possibilidades não podem ser



14 A campanha “No les votes” logo incorporaria outras bandeiras, passando a abranger também o combate à corrupção (GERBAUDO, 2021).

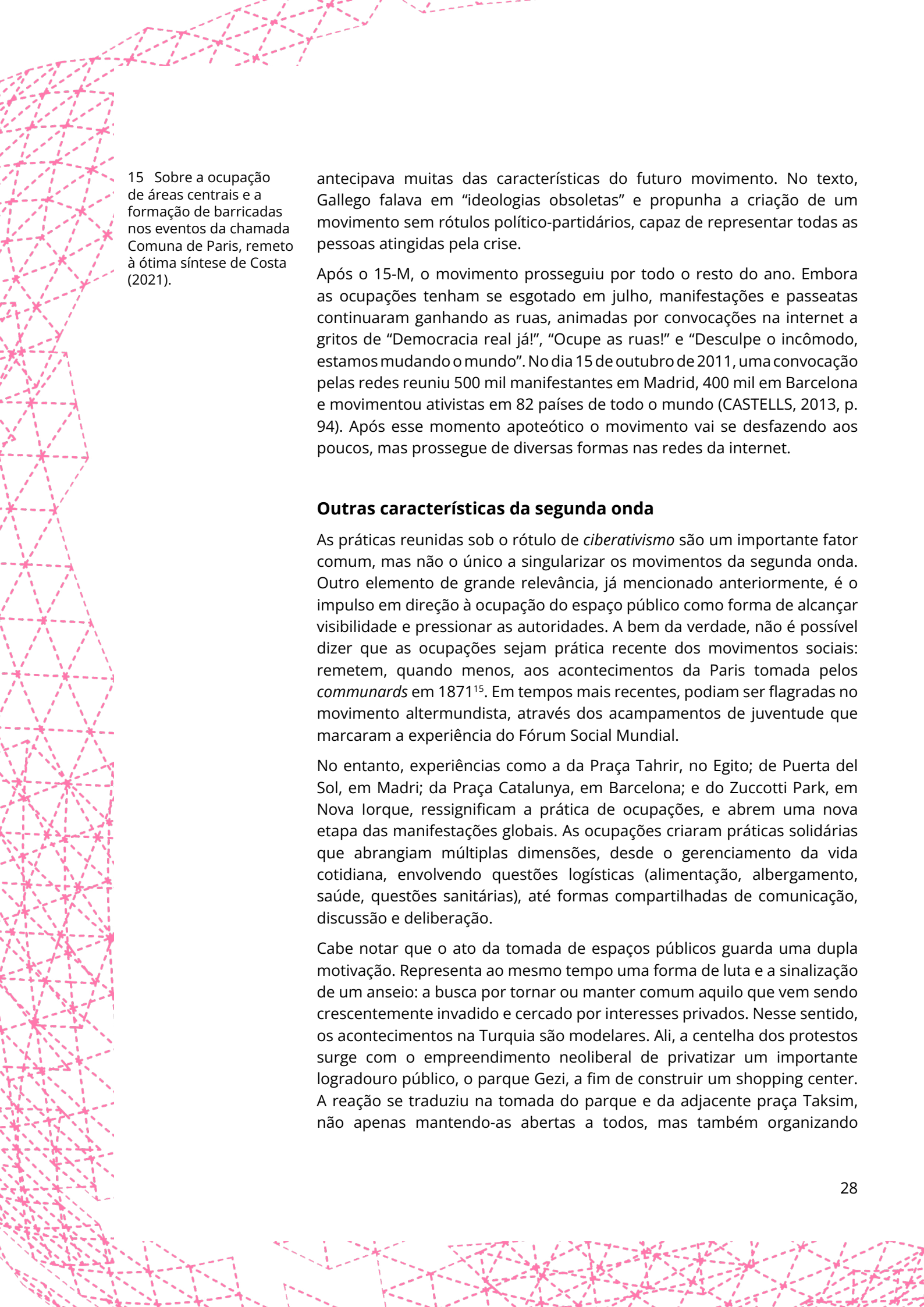
reduzidas a uma dimensão meramente instrumental. Elas se ligam a – e ajudam a moldar – novas tendências e formas de pensar e sentir.

Na compreensão de Manuel Castells, as revoltas árabes e suas congêneres na Espanha, nos EUA, na Turquia, no Brasil e em outros países possuem uma dinâmica que se inicia nas redes, deságua nas ruas e permanece latente na internet. Embora ressalte que os protestos não são uma criação exclusiva dos meios digitais — resultando, diversamente, de uma complexa interação entre redes pessoais e interações on-line —, Castells é peremptório em afirmar que “a pré-condição para as revoltas foi a existência de uma cultura da internet, constituída de blogueiros, redes sociais e ciberativismo” (2013, p. 33).

Os acontecimentos na Espanha ilustram bem a descrição acima. O movimento dos Indignados ficou conhecido primeiramente como 15-M, em referência à data da primeira mobilização. Nesse dia do mês de maio de 2011, 50 mil pessoas marcharam sobre Madri e, inspiradas no Egito da Praça Tahrir, ocuparam Puerta del Sol, um logradouro público central da cidade. Em Barcelona, após uma manifestação de 20 mil, a Praça Catalunya também foi ocupada. Muitas cidades espanholas seguiram o exemplo, que em sua fase de internacionalização se espalharia por quase mil cidades ao redor do globo. O rótulo “Indignados” veio de um manifesto que se tornou popular entre a juventude espanhola, intitulado *Indignai-vos*, escrito pelo filósofo e ex-diplomata francês Stéphane Hessel (2011), um antigo membro das brigadas antifascistas conhecidas como *resistência francesa*.

O movimento começa a ser gestado no início de 2011, com a criação de um grupo no Facebook, a Plataforma de Coordenação de Grupos Pró-mobilização Cidadã. Essa página aglutinava militantes de campanhas anteriores, como “V de Vivienda”, que desde 2006 promovia protestos contra o despejo de famílias pobres por conta da execução de hipotecas; “Juventud sin Futuro”, por educação, saúde e moradia; Plataforma de Afectados por la Hipoteca, em combate aos efeitos das execuções de hipotecas e contra o despejo de famílias endividadas; e “No les votes”, contra a Lei Sinde, editada pelo governo socialista de José Luis Zapatero, que irritou ativistas digitais ao restringir o compartilhamento de arquivos sob o pretexto do combate à pirataria — uma exigência da indústria da mídia¹⁴.

A Plataforma de Coordenação de Grupos Pró-mobilização Cidadã logo evoluiu para um grupo cujo nome seria também o principal slogan do movimento: Democracia Real Ya. A ação abrangia blog, lista de emails e página no Facebook. O DRY estabeleceu-se on-line como uma campanha contra a austeridade e a corrupção. Foi essa plataforma que convocou, com sucesso, o 15-M. Ela foi criada por dois jovens diplomados com dificuldades de inserção no mercado de trabalho: Fabio Gandara e Pablo Gallego. Este último havia publicado, três meses antes do 15-M, em seu blog *Manifesto Juventud*, o manifesto “Mayo del 68 en España” (GALLEGO, 2011), em que



15 Sobre a ocupação de áreas centrais e a formação de barricadas nos eventos da chamada Comuna de Paris, remeto à ótima síntese de Costa (2021).

antecipava muitas das características do futuro movimento. No texto, Gallego falava em “ideologias obsoletas” e propunha a criação de um movimento sem rótulos político-partidários, capaz de representar todas as pessoas atingidas pela crise.

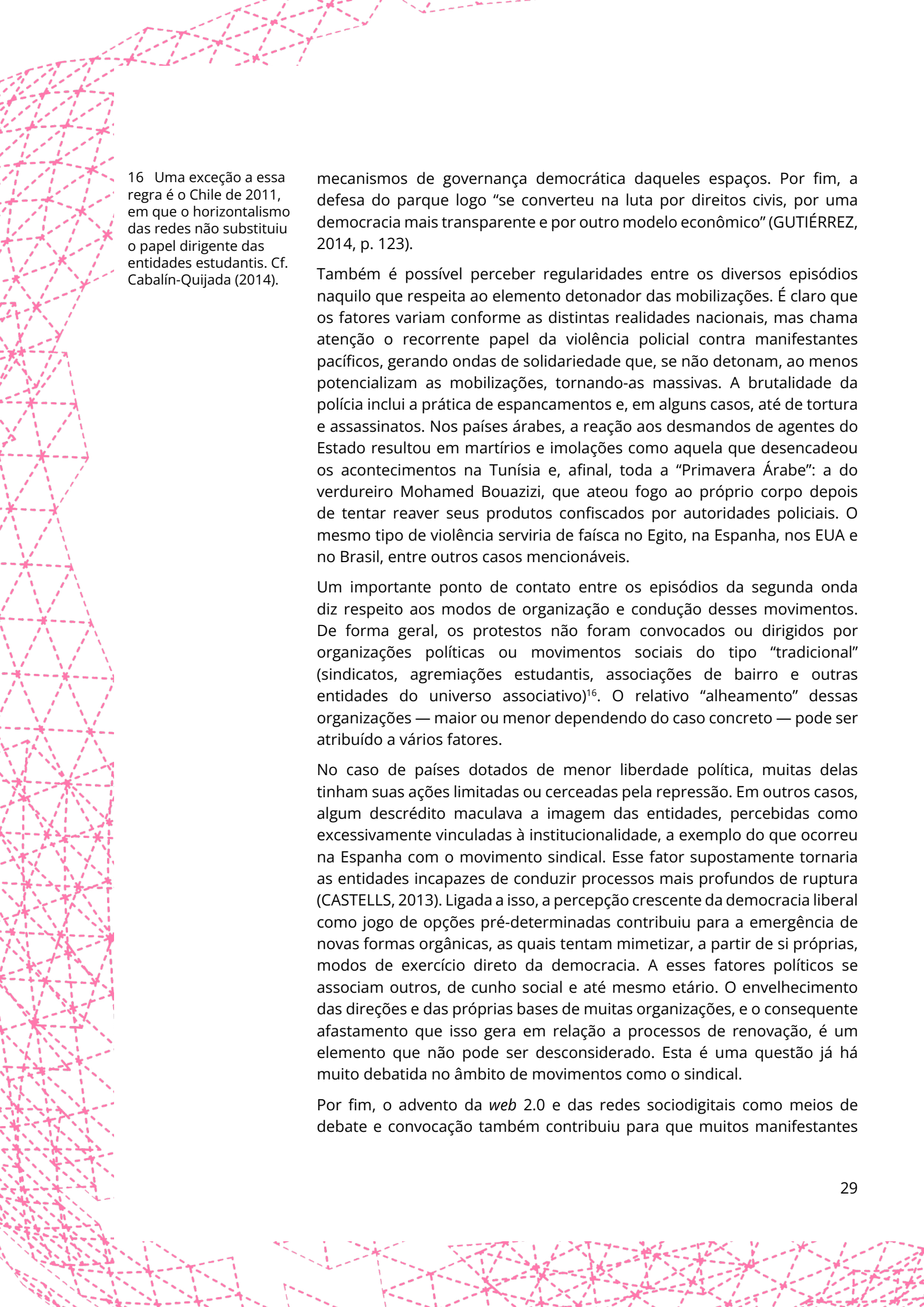
Após o 15-M, o movimento prosseguiu por todo o resto do ano. Embora as ocupações tenham se esgotado em julho, manifestações e passeatas continuaram ganhando as ruas, animadas por convocações na internet a gritos de “Democracia real já!”, “Ocupe as ruas!” e “Desculpe o incômodo, estamos mudando o mundo”. No dia 15 de outubro de 2011, uma convocação pelas redes reuniu 500 mil manifestantes em Madrid, 400 mil em Barcelona e movimentou ativistas em 82 países de todo o mundo (CASTELLS, 2013, p. 94). Após esse momento apoteótico o movimento vai se desfazendo aos poucos, mas prossegue de diversas formas nas redes da internet.

Outras características da segunda onda

As práticas reunidas sob o rótulo de *ciberativismo* são um importante fator comum, mas não o único a singularizar os movimentos da segunda onda. Outro elemento de grande relevância, já mencionado anteriormente, é o impulso em direção à ocupação do espaço público como forma de alcançar visibilidade e pressionar as autoridades. A bem da verdade, não é possível dizer que as ocupações sejam prática recente dos movimentos sociais: remetem, quando menos, aos acontecimentos da Paris tomada pelos *communards* em 1871¹⁵. Em tempos mais recentes, podiam ser flagradas no movimento altermundista, através dos acampamentos de juventude que marcaram a experiência do Fórum Social Mundial.

No entanto, experiências como a da Praça Tahrir, no Egito; de Puerta del Sol, em Madri; da Praça Catalunya, em Barcelona; e do Zuccotti Park, em Nova Iorque, ressignificam a prática de ocupações, e abrem uma nova etapa das manifestações globais. As ocupações criaram práticas solidárias que abrangiam múltiplas dimensões, desde o gerenciamento da vida cotidiana, envolvendo questões logísticas (alimentação, albergamento, saúde, questões sanitárias), até formas compartilhadas de comunicação, discussão e deliberação.

Cabe notar que o ato da tomada de espaços públicos guarda uma dupla motivação. Representa ao mesmo tempo uma forma de luta e a sinalização de um anseio: a busca por tornar ou manter comum aquilo que vem sendo crescentemente invadido e cercado por interesses privados. Nesse sentido, os acontecimentos na Turquia são modelares. Ali, a centelha dos protestos surge com o empreendimento neoliberal de privatizar um importante logradouro público, o parque Gezi, a fim de construir um shopping center. A reação se traduziu na tomada do parque e da adjacente praça Taksim, não apenas mantendo-as abertas a todos, mas também organizando



16 Uma exceção a essa regra é o Chile de 2011, em que o horizontalismo das redes não substituiu o papel dirigente das entidades estudantis. Cf. Cabalín-Quijada (2014).

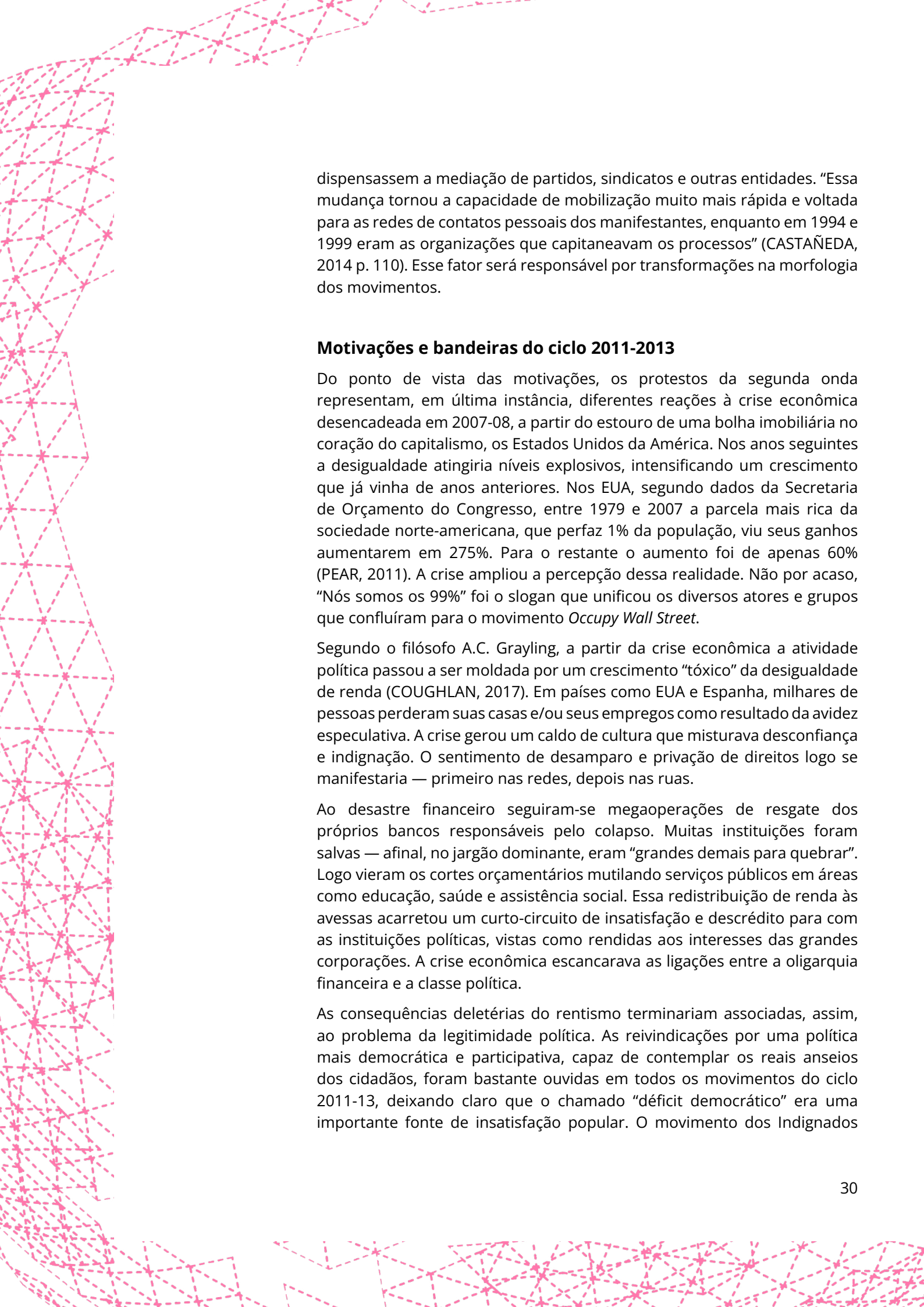
mecanismos de governança democrática daqueles espaços. Por fim, a defesa do parque logo “se converteu na luta por direitos civis, por uma democracia mais transparente e por outro modelo econômico” (GUTIÉRREZ, 2014, p. 123).

Também é possível perceber regularidades entre os diversos episódios naquilo que respeita ao elemento detonador das mobilizações. É claro que os fatores variam conforme as distintas realidades nacionais, mas chama atenção o recorrente papel da violência policial contra manifestantes pacíficos, gerando ondas de solidariedade que, se não detonam, ao menos potencializam as mobilizações, tornando-as massivas. A brutalidade da polícia inclui a prática de espancamentos e, em alguns casos, até de tortura e assassinatos. Nos países árabes, a reação aos desmandos de agentes do Estado resultou em martírios e imolações como aquela que desencadeou os acontecimentos na Tunísia e, afinal, toda a “Primavera Árabe”: a do verdureiro Mohamed Bouazizi, que ateou fogo ao próprio corpo depois de tentar reaver seus produtos confiscados por autoridades policiais. O mesmo tipo de violência serviria de faísca no Egito, na Espanha, nos EUA e no Brasil, entre outros casos mencionáveis.

Um importante ponto de contato entre os episódios da segunda onda diz respeito aos modos de organização e condução desses movimentos. De forma geral, os protestos não foram convocados ou dirigidos por organizações políticas ou movimentos sociais do tipo “tradicional” (sindicatos, agremiações estudantis, associações de bairro e outras entidades do universo associativo)¹⁶. O relativo “alheamento” dessas organizações — maior ou menor dependendo do caso concreto — pode ser atribuído a vários fatores.

No caso de países dotados de menor liberdade política, muitas delas tinham suas ações limitadas ou cerceadas pela repressão. Em outros casos, algum descrédito maculava a imagem das entidades, percebidas como excessivamente vinculadas à institucionalidade, a exemplo do que ocorreu na Espanha com o movimento sindical. Esse fator supostamente tornaria as entidades incapazes de conduzir processos mais profundos de ruptura (CASTELLS, 2013). Ligada a isso, a percepção crescente da democracia liberal como jogo de opções pré-determinadas contribuiu para a emergência de novas formas orgânicas, as quais tentam mimetizar, a partir de si próprias, modos de exercício direto da democracia. A esses fatores políticos se associam outros, de cunho social e até mesmo etário. O envelhecimento das direções e das próprias bases de muitas organizações, e o conseqüente afastamento que isso gera em relação a processos de renovação, é um elemento que não pode ser desconsiderado. Esta é uma questão já há muito debatida no âmbito de movimentos como o sindical.

Por fim, o advento da *web 2.0* e das redes sociodigitais como meios de debate e convocação também contribuiu para que muitos manifestantes



dispensassem a mediação de partidos, sindicatos e outras entidades. “Essa mudança tornou a capacidade de mobilização muito mais rápida e voltada para as redes de contatos pessoais dos manifestantes, enquanto em 1994 e 1999 eram as organizações que capitaneavam os processos” (CASTAÑEDA, 2014 p. 110). Esse fator será responsável por transformações na morfologia dos movimentos.

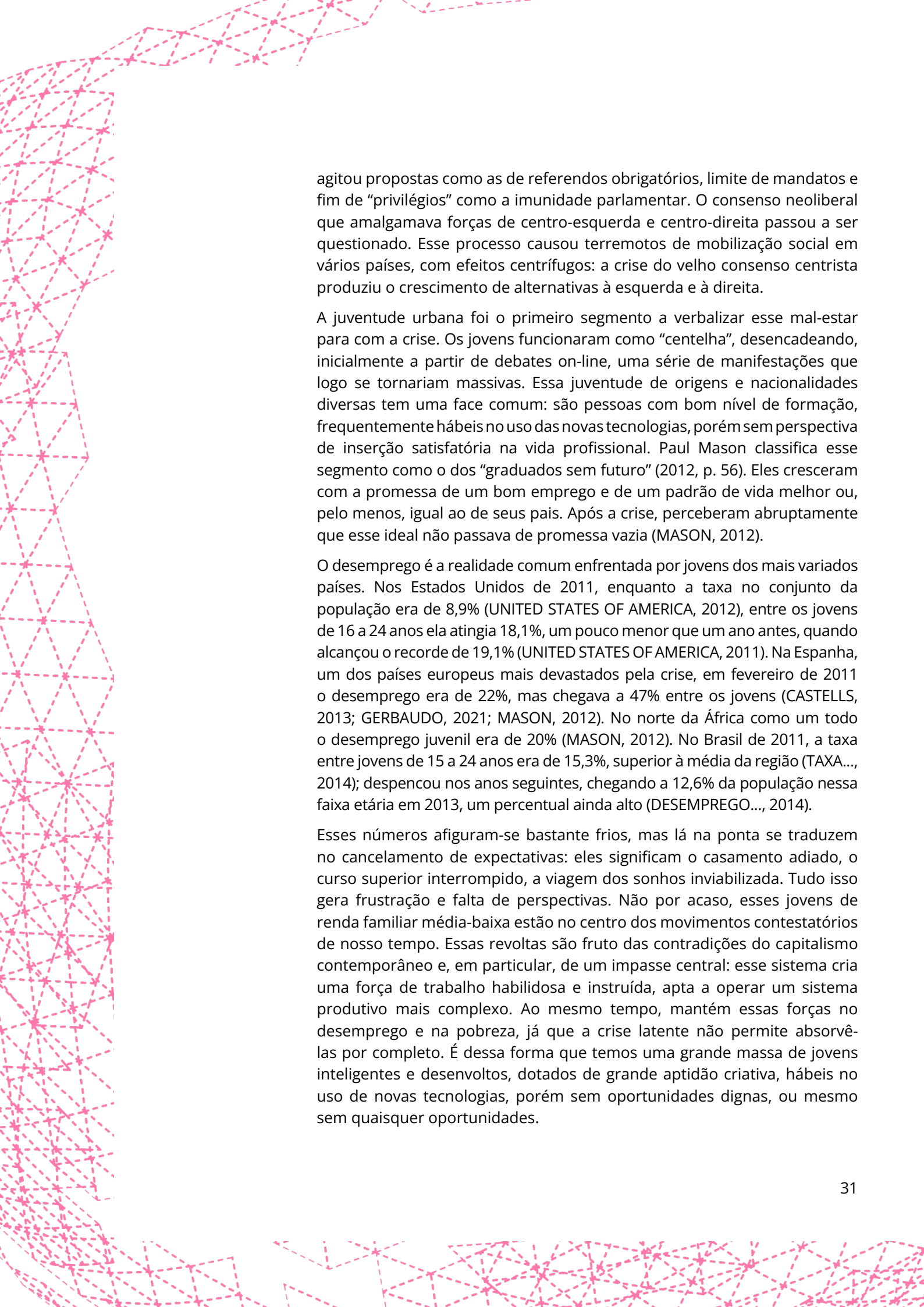
Motivações e bandeiras do ciclo 2011-2013

Do ponto de vista das motivações, os protestos da segunda onda representam, em última instância, diferentes reações à crise econômica desencadeada em 2007-08, a partir do estouro de uma bolha imobiliária no coração do capitalismo, os Estados Unidos da América. Nos anos seguintes a desigualdade atingiria níveis explosivos, intensificando um crescimento que já vinha de anos anteriores. Nos EUA, segundo dados da Secretaria de Orçamento do Congresso, entre 1979 e 2007 a parcela mais rica da sociedade norte-americana, que perfaz 1% da população, viu seus ganhos aumentarem em 275%. Para o restante o aumento foi de apenas 60% (PEAR, 2011). A crise ampliou a percepção dessa realidade. Não por acaso, “Nós somos os 99%” foi o slogan que unificou os diversos atores e grupos que confluíram para o movimento *Occupy Wall Street*.

Segundo o filósofo A.C. Grayling, a partir da crise econômica a atividade política passou a ser moldada por um crescimento “tóxico” da desigualdade de renda (COUGHLAN, 2017). Em países como EUA e Espanha, milhares de pessoas perderam suas casas e/ou seus empregos como resultado da afeição especulativa. A crise gerou um caldo de cultura que misturava desconfiança e indignação. O sentimento de desamparo e privação de direitos logo se manifestaria — primeiro nas redes, depois nas ruas.

Ao desastre financeiro seguiram-se megaoperações de resgate dos próprios bancos responsáveis pelo colapso. Muitas instituições foram salvas — afinal, no jargão dominante, eram “grandes demais para quebrar”. Logo vieram os cortes orçamentários mutilando serviços públicos em áreas como educação, saúde e assistência social. Essa redistribuição de renda às avessas acarretou um curto-circuito de insatisfação e descrédito para com as instituições políticas, vistas como rendidas aos interesses das grandes corporações. A crise econômica escancarava as ligações entre a oligarquia financeira e a classe política.

As consequências deletérias do rentismo terminariam associadas, assim, ao problema da legitimidade política. As reivindicações por uma política mais democrática e participativa, capaz de contemplar os reais anseios dos cidadãos, foram bastante ouvidas em todos os movimentos do ciclo 2011-13, deixando claro que o chamado “déficit democrático” era uma importante fonte de insatisfação popular. O movimento dos Indignados

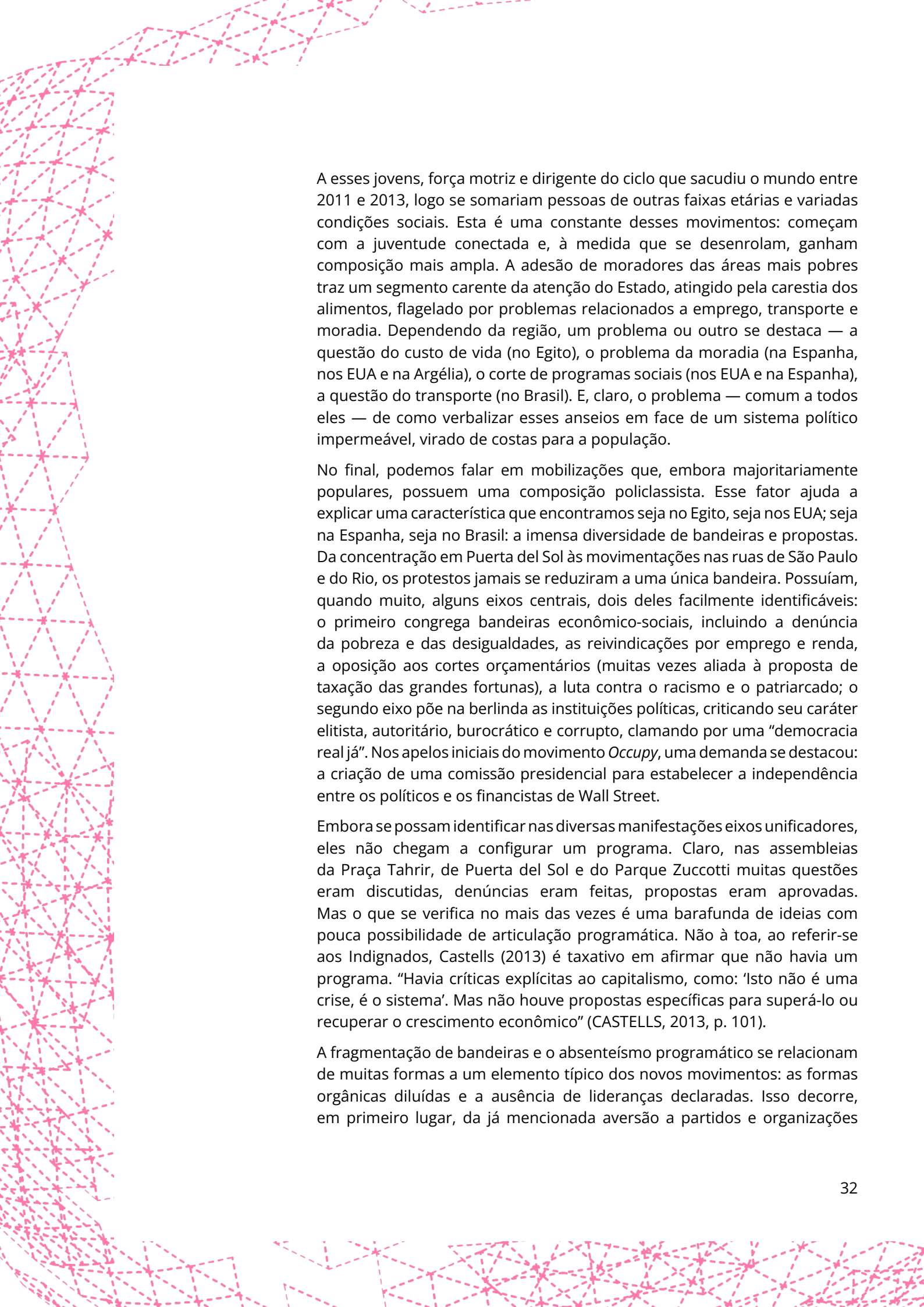


agitou propostas como as de referendos obrigatórios, limite de mandatos e fim de “privilégios” como a imunidade parlamentar. O consenso neoliberal que amalgamava forças de centro-esquerda e centro-direita passou a ser questionado. Esse processo causou terremotos de mobilização social em vários países, com efeitos centrífugos: a crise do velho consenso centrista produziu o crescimento de alternativas à esquerda e à direita.

A juventude urbana foi o primeiro segmento a verbalizar esse mal-estar para com a crise. Os jovens funcionaram como “centelha”, desencadeando, inicialmente a partir de debates on-line, uma série de manifestações que logo se tornariam massivas. Essa juventude de origens e nacionalidades diversas tem uma face comum: são pessoas com bom nível de formação, frequentemente hábeis no uso das novas tecnologias, porém sem perspectiva de inserção satisfatória na vida profissional. Paul Mason classifica esse segmento como o dos “graduados sem futuro” (2012, p. 56). Eles cresceram com a promessa de um bom emprego e de um padrão de vida melhor ou, pelo menos, igual ao de seus pais. Após a crise, perceberam abruptamente que esse ideal não passava de promessa vazia (MASON, 2012).

O desemprego é a realidade comum enfrentada por jovens dos mais variados países. Nos Estados Unidos de 2011, enquanto a taxa no conjunto da população era de 8,9% (UNITED STATES OF AMERICA, 2012), entre os jovens de 16 a 24 anos ela atingia 18,1%, um pouco menor que um ano antes, quando alcançou o recorde de 19,1% (UNITED STATES OF AMERICA, 2011). Na Espanha, um dos países europeus mais devastados pela crise, em fevereiro de 2011 o desemprego era de 22%, mas chegava a 47% entre os jovens (CASTELLS, 2013; GERBAUDO, 2021; MASON, 2012). No norte da África como um todo o desemprego juvenil era de 20% (MASON, 2012). No Brasil de 2011, a taxa entre jovens de 15 a 24 anos era de 15,3%, superior à média da região (TAXA..., 2014); despencou nos anos seguintes, chegando a 12,6% da população nessa faixa etária em 2013, um percentual ainda alto (DESEMPREGO..., 2014).

Esses números afiguram-se bastante frios, mas lá na ponta se traduzem no cancelamento de expectativas: eles significam o casamento adiado, o curso superior interrompido, a viagem dos sonhos inviabilizada. Tudo isso gera frustração e falta de perspectivas. Não por acaso, esses jovens de renda familiar média-baixa estão no centro dos movimentos contestatórios de nosso tempo. Essas revoltas são fruto das contradições do capitalismo contemporâneo e, em particular, de um impasse central: esse sistema cria uma força de trabalho habilidosa e instruída, apta a operar um sistema produtivo mais complexo. Ao mesmo tempo, mantém essas forças no desemprego e na pobreza, já que a crise latente não permite absorvê-las por completo. É dessa forma que temos uma grande massa de jovens inteligentes e desenvolvidos, dotados de grande aptidão criativa, hábeis no uso de novas tecnologias, porém sem oportunidades dignas, ou mesmo sem quaisquer oportunidades.

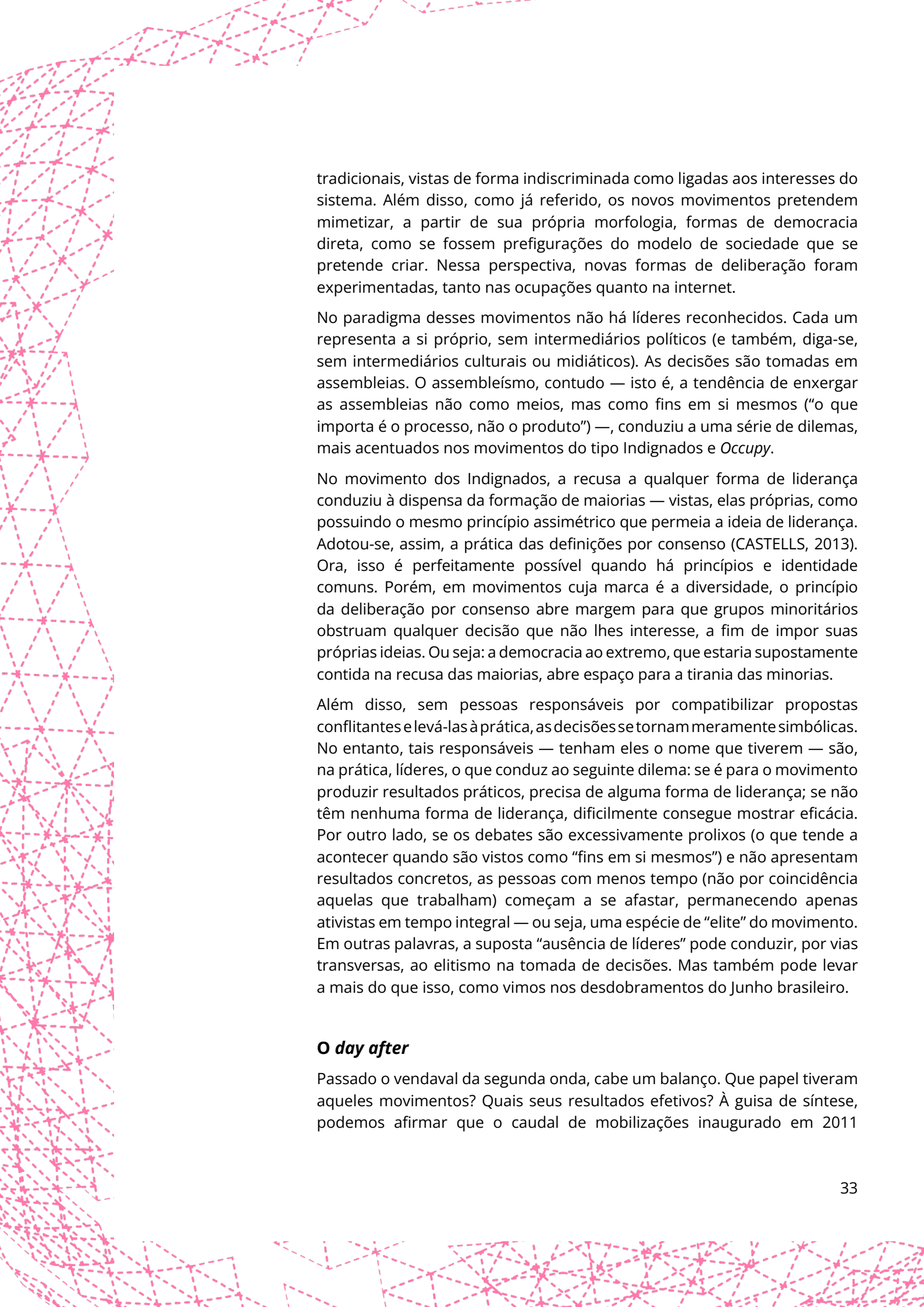


A esses jovens, força motriz e dirigente do ciclo que sacudiu o mundo entre 2011 e 2013, logo se somariam pessoas de outras faixas etárias e variadas condições sociais. Esta é uma constante desses movimentos: começam com a juventude conectada e, à medida que se desenrolam, ganham composição mais ampla. A adesão de moradores das áreas mais pobres traz um segmento carente da atenção do Estado, atingido pela carestia dos alimentos, flagelado por problemas relacionados a emprego, transporte e moradia. Dependendo da região, um problema ou outro se destaca — a questão do custo de vida (no Egito), o problema da moradia (na Espanha, nos EUA e na Argélia), o corte de programas sociais (nos EUA e na Espanha), a questão do transporte (no Brasil). E, claro, o problema — comum a todos eles — de como verbalizar esses anseios em face de um sistema político impermeável, virado de costas para a população.

No final, podemos falar em mobilizações que, embora majoritariamente populares, possuem uma composição policlassista. Esse fator ajuda a explicar uma característica que encontramos seja no Egito, seja nos EUA; seja na Espanha, seja no Brasil: a imensa diversidade de bandeiras e propostas. Da concentração em Puerta del Sol às movimentações nas ruas de São Paulo e do Rio, os protestos jamais se reduziram a uma única bandeira. Possuíam, quando muito, alguns eixos centrais, dois deles facilmente identificáveis: o primeiro congrega bandeiras econômico-sociais, incluindo a denúncia da pobreza e das desigualdades, as reivindicações por emprego e renda, a oposição aos cortes orçamentários (muitas vezes aliada à proposta de taxação das grandes fortunas), a luta contra o racismo e o patriarcado; o segundo eixo põe na berlinda as instituições políticas, criticando seu caráter elitista, autoritário, burocrático e corrupto, clamando por uma “democracia real já”. Nos apelos iniciais do movimento *Occupy*, uma demanda se destacou: a criação de uma comissão presidencial para estabelecer a independência entre os políticos e os financistas de Wall Street.

Embora se possam identificar nas diversas manifestações eixos unificadores, eles não chegam a configurar um programa. Claro, nas assembleias da Praça Tahrir, de Puerta del Sol e do Parque Zuccotti muitas questões eram discutidas, denúncias eram feitas, propostas eram aprovadas. Mas o que se verifica no mais das vezes é uma barafunda de ideias com pouca possibilidade de articulação programática. Não à toa, ao referir-se aos Indignados, Castells (2013) é taxativo em afirmar que não havia um programa. “Havia críticas explícitas ao capitalismo, como: ‘Isto não é uma crise, é o sistema’. Mas não houve propostas específicas para superá-lo ou recuperar o crescimento econômico” (CASTELLS, 2013, p. 101).

A fragmentação de bandeiras e o absentismo programático se relacionam de muitas formas a um elemento típico dos novos movimentos: as formas orgânicas diluídas e a ausência de lideranças declaradas. Isso decorre, em primeiro lugar, da já mencionada aversão a partidos e organizações



tradicionais, vistas de forma indiscriminada como ligadas aos interesses do sistema. Além disso, como já referido, os novos movimentos pretendem mimetizar, a partir de sua própria morfologia, formas de democracia direta, como se fossem prefigurações do modelo de sociedade que se pretende criar. Nessa perspectiva, novas formas de deliberação foram experimentadas, tanto nas ocupações quanto na internet.


No paradigma desses movimentos não há líderes reconhecidos. Cada um representa a si próprio, sem intermediários políticos (e também, diga-se, sem intermediários culturais ou midiáticos). As decisões são tomadas em assembleias. O assembleísmo, contudo — isto é, a tendência de enxergar as assembleias não como meios, mas como fins em si mesmos (“o que importa é o processo, não o produto”) —, conduziu a uma série de dilemas, mais acentuados nos movimentos do tipo Indignados e *Occupy*.

No movimento dos Indignados, a recusa a qualquer forma de liderança conduziu à dispensa da formação de maiorias — vistas, elas próprias, como possuindo o mesmo princípio assimétrico que permeia a ideia de liderança. Adotou-se, assim, a prática das definições por consenso (CASTELLS, 2013). Ora, isso é perfeitamente possível quando há princípios e identidade comuns. Porém, em movimentos cuja marca é a diversidade, o princípio da deliberação por consenso abre margem para que grupos minoritários obstruam qualquer decisão que não lhes interesse, a fim de impor suas próprias ideias. Ou seja: a democracia ao extremo, que estaria supostamente contida na recusa das maiorias, abre espaço para a tirania das minorias.

Além disso, sem pessoas responsáveis por compatibilizar propostas conflitantes e levá-las à prática, as decisões se tornam meramente simbólicas. No entanto, tais responsáveis — tenham eles o nome que tiverem — são, na prática, líderes, o que conduz ao seguinte dilema: se é para o movimento produzir resultados práticos, precisa de alguma forma de liderança; se não têm nenhuma forma de liderança, dificilmente consegue mostrar eficácia. Por outro lado, se os debates são excessivamente prolixos (o que tende a acontecer quando são vistos como “fins em si mesmos”) e não apresentam resultados concretos, as pessoas com menos tempo (não por coincidência aquelas que trabalham) começam a se afastar, permanecendo apenas ativistas em tempo integral — ou seja, uma espécie de “elite” do movimento. Em outras palavras, a suposta “ausência de líderes” pode conduzir, por vias transversas, ao elitismo na tomada de decisões. Mas também pode levar a mais do que isso, como vimos nos desdobramentos do Junho brasileiro.

O day after

Passado o vendaval da segunda onda, cabe um balanço. Que papel tiveram aqueles movimentos? Quais seus resultados efetivos? À guisa de síntese, podemos afirmar que o caudal de mobilizações inaugurado em 2011



17 O Morena nasce em 2011 como movimento social e vira partido em 2014.

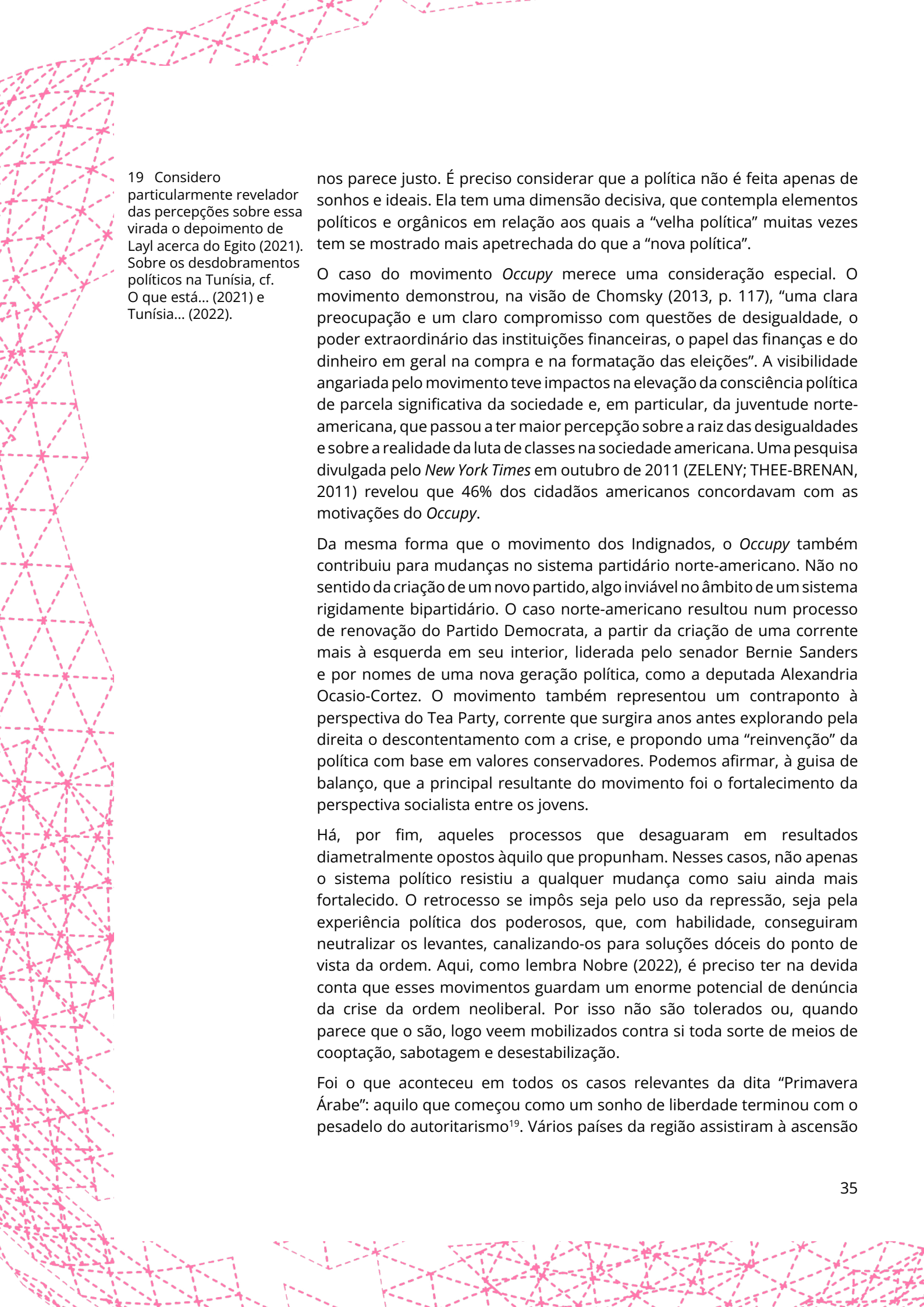
18 Rodrigues (2021, p. 184) define o Podemos como um dos chamados “partidos-movimento”. Essas legendas “estão programaticamente posicionadas entre o programa eurocomunista e o programa social-democrata; possuem como evento mobilizador de origem grandes protestos sociais, em particular aqueles decorrentes da crise financeira de 2008; mantêm estreitas relações com movimentos sociais; e incorporam de forma forte em suas agendas o casamento entre redistribuição econômica e os temas identitários, como gênero, juventude e questão racial” (2021, p. 184).

conduziu a resultados ambíguos, nem sempre fáceis de aquilatar. Alguns de seus episódios se revelaram impotentes para alavancar mudanças reais no *status quo*, podendo mesmo ser classificados como anódinos quanto a esse aspecto. Creio não errar ao incluir nessa categoria os casos da Turquia. Outros obtiveram conquistas específicas, porém de grande importância, como tivemos no caso do Chile, em que a onda de 2011 ajudou a reverter um processo de acentuada privatização do setor educacional.

Há ainda os casos do México e da Espanha, em que os movimentos não conduziram a vitórias imediatas, mas geraram um acúmulo que produziu impactos positivos no médio-longo prazo. No caso do México, apesar de todos os questionamentos — inclusive de fraudes nas eleições de março de 2012 —, o país seguiu sob o governo do conservador Enrique Peña Nieto após as explosivas e multifacetadas manifestações do movimento #YoSoy132. Mas essas manifestações impulsionaram um caldo de renovação política que ajudaria a levar ao poder, anos mais tarde, o Movimento Regeneración Nacional (Morena)¹⁷, partido do atual presidente, Andrés Manuel López Obrador.

Caso semelhante pode ser identificado no movimento 15-M na Espanha. É verdade que uma transformação da magnitude sugerida pelo slogan “Democracia real já!” permanece como vaga promessa. No entanto, os Indignados contribuíram para a renovação de práticas políticas e do próprio sistema partidário. Pesquisa do jornal El País publicada em 5 de junho de 2011 indica que 66% dos espanhóis tinham simpatia pelos Indignados, e 81% concordavam com eles (GAREA, 2011). A mesma pesquisa afirma que 90% dos entrevistados pediam mudanças na forma de funcionamento dos partidos, a fim de que pudessem tornar-se mais permeáveis às opiniões e à participação da população. Esse tipo de apelo impulsionou uma novidade como o partido Podemos¹⁸, que forçou o Partido Socialista Operário Espanhol (Psoe) a posicionar-se mais à esquerda (RODRIGUES, 2021). Psoe e Podemos compõem, ao lado da Esquerda Unida — uma frente que inclui o Partido Comunista Espanhol —, a atual coalizão de poder na Espanha.

No entanto, o período posterior ao movimento dos Indignados foi mais tortuoso do que sugere o momento atual. Algumas das disputas eleitorais posteriores ao 15-M resultaram em vitórias do direitista PP — como no caso das eleições parlamentares de novembro de 2011 — e no crescimento de uma força de extrema direita como o Vox — em tempos mais recentes. Ao refletir sobre resultados como esses, comparando-os com o imenso apoio que chegou a ter o movimento dos Indignados junto à sociedade espanhola, Castells afirma: “O que as eleições nos mostram é que a nova política, presente no movimento, e a velha política, presente nas instituições, estão desconectadas na mente dos cidadãos que devem decidir, em última instância, se ousam conciliar seus sentimentos com seus votos” (2013, p. 116). Ora, enxergar a fonte da contradição na mente dos cidadãos não



19 Considero particularmente revelador das percepções sobre essa virada o depoimento de Layl acerca do Egito (2021). Sobre os desdobramentos políticos na Tunísia, cf. O que está... (2021) e Tunísia... (2022).

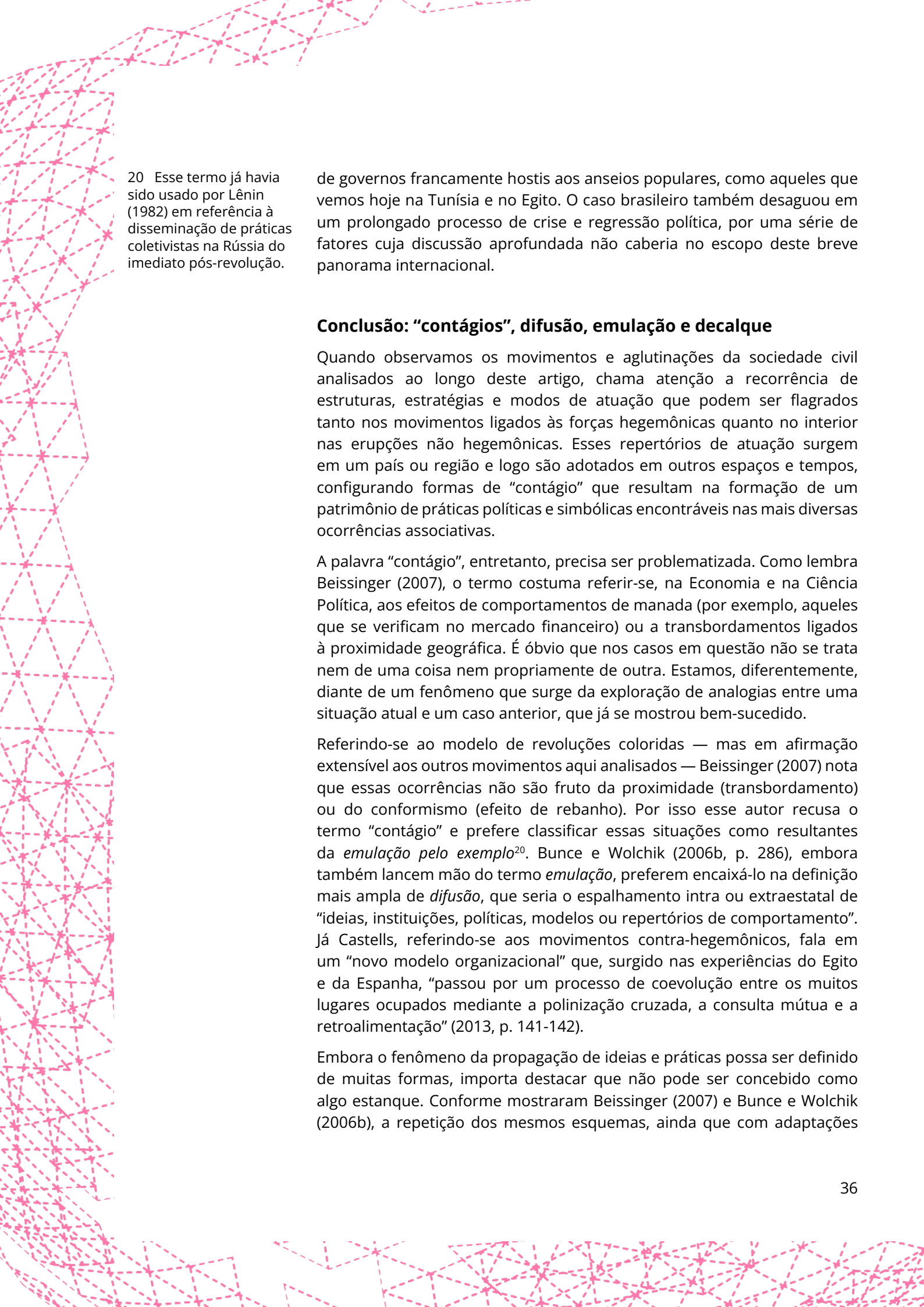
nos parece justo. É preciso considerar que a política não é feita apenas de sonhos e ideais. Ela tem uma dimensão decisiva, que contempla elementos políticos e orgânicos em relação aos quais a “velha política” muitas vezes tem se mostrado mais apetrechada do que a “nova política”.

O caso do movimento *Occupy* merece uma consideração especial. O movimento demonstrou, na visão de Chomsky (2013, p. 117), “uma clara preocupação e um claro compromisso com questões de desigualdade, o poder extraordinário das instituições financeiras, o papel das finanças e do dinheiro em geral na compra e na formatação das eleições”. A visibilidade angariada pelo movimento teve impactos na elevação da consciência política de parcela significativa da sociedade e, em particular, da juventude norte-americana, que passou a ter maior percepção sobre a raiz das desigualdades e sobre a realidade da luta de classes na sociedade americana. Uma pesquisa divulgada pelo *New York Times* em outubro de 2011 (ZELENY; THEE-BRENAN, 2011) revelou que 46% dos cidadãos americanos concordavam com as motivações do *Occupy*.

Da mesma forma que o movimento dos Indignados, o *Occupy* também contribuiu para mudanças no sistema partidário norte-americano. Não no sentido da criação de um novo partido, algo inviável no âmbito de um sistema rigidamente bipartidário. O caso norte-americano resultou num processo de renovação do Partido Democrata, a partir da criação de uma corrente mais à esquerda em seu interior, liderada pelo senador Bernie Sanders e por nomes de uma nova geração política, como a deputada Alexandria Ocasio-Cortez. O movimento também representou um contraponto à perspectiva do Tea Party, corrente que surgira anos antes explorando pela direita o descontentamento com a crise, e propondo uma “reinvenção” da política com base em valores conservadores. Podemos afirmar, à guisa de balanço, que a principal resultante do movimento foi o fortalecimento da perspectiva socialista entre os jovens.

Há, por fim, aqueles processos que desaguaram em resultados diametralmente opostos àquilo que propunham. Nesses casos, não apenas o sistema político resistiu a qualquer mudança como saiu ainda mais fortalecido. O retrocesso se impôs seja pelo uso da repressão, seja pela experiência política dos poderosos, que, com habilidade, conseguiram neutralizar os levantes, canalizando-os para soluções dóceis do ponto de vista da ordem. Aqui, como lembra Nobre (2022), é preciso ter na devida conta que esses movimentos guardam um enorme potencial de denúncia da crise da ordem neoliberal. Por isso não são tolerados ou, quando parece que o são, logo veem mobilizados contra si toda sorte de meios de cooptação, sabotagem e desestabilização.

Foi o que aconteceu em todos os casos relevantes da dita “Primavera Árabe”: aquilo que começou como um sonho de liberdade terminou com o pesadelo do autoritarismo¹⁹. Vários países da região assistiram à ascensão



20 Esse termo já havia sido usado por Lênin (1982) em referência à disseminação de práticas coletivistas na Rússia do imediato pós-revolução.

de governos francamente hostis aos anseios populares, como aqueles que vemos hoje na Tunísia e no Egito. O caso brasileiro também desaguou em um prolongado processo de crise e regressão política, por uma série de fatores cuja discussão aprofundada não caberia no escopo deste breve panorama internacional.


Conclusão: “contágios”, difusão, emulação e decalque

Quando observamos os movimentos e aglutinações da sociedade civil analisados ao longo deste artigo, chama atenção a recorrência de estruturas, estratégias e modos de atuação que podem ser flagrados tanto nos movimentos ligados às forças hegemônicas quanto no interior das erupções não hegemônicas. Esses repertórios de atuação surgem em um país ou região e logo são adotados em outros espaços e tempos, configurando formas de “contágio” que resultam na formação de um patrimônio de práticas políticas e simbólicas encontráveis nas mais diversas ocorrências associativas.

A palavra “contágio”, entretanto, precisa ser problematizada. Como lembra Beissinger (2007), o termo costuma referir-se, na Economia e na Ciência Política, aos efeitos de comportamentos de manada (por exemplo, aqueles que se verificam no mercado financeiro) ou a transbordamentos ligados à proximidade geográfica. É óbvio que nos casos em questão não se trata nem de uma coisa nem propriamente de outra. Estamos, diferentemente, diante de um fenômeno que surge da exploração de analogias entre uma situação atual e um caso anterior, que já se mostrou bem-sucedido.

Referindo-se ao modelo de revoluções coloridas — mas em afirmação extensível aos outros movimentos aqui analisados — Beissinger (2007) nota que essas ocorrências não são fruto da proximidade (transbordamento) ou do conformismo (efeito de rebanho). Por isso esse autor recusa o termo “contágio” e prefere classificar essas situações como resultantes da *emulação pelo exemplo*²⁰. Bunce e Wolchik (2006b, p. 286), embora também lancem mão do termo *emulação*, preferem encaixá-lo na definição mais ampla de *difusão*, que seria o espalhamento intra ou extraestatal de “ideias, instituições, políticas, modelos ou repertórios de comportamento”. Já Castells, referindo-se aos movimentos contra-hegemônicos, fala em um “novo modelo organizacional” que, surgido nas experiências do Egito e da Espanha, “passou por um processo de coevolução entre os muitos lugares ocupados mediante a polinização cruzada, a consulta mútua e a retroalimentação” (2013, p. 141-142).

Embora o fenômeno da propagação de ideias e práticas possa ser definido de muitas formas, importa destacar que não pode ser concebido como algo estanque. Conforme mostraram Beissinger (2007) e Bunce e Wolchik (2006b), a repetição dos mesmos esquemas, ainda que com adaptações



21 Essa postagem podia ser encontrada pelo menos até 2013 no endereço: <http://www.adbusters.org/blogs/adbusters-blog/occupywallstreet.html>. A página foi retirada, como se pode conferir.

22 O parque é administrado pelo banco Goldman Sachs e pela imobiliária Brookfield Properties (WIKIPEDIA CONTRIBUTORS, 2022).

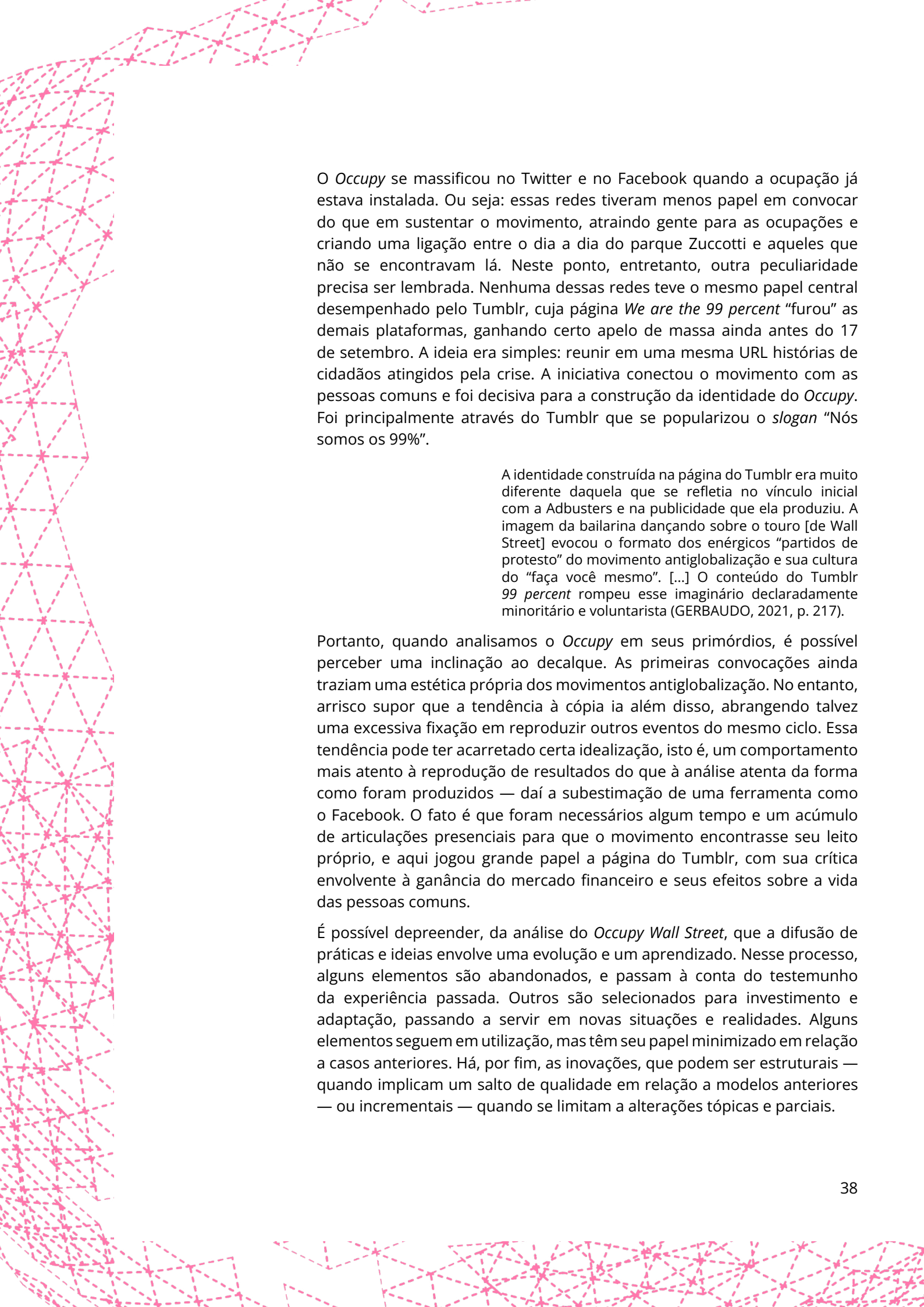
incrementais, vai tornando-o cada vez menos efetivo conforme os casos se sucedem. Pior ainda é a cópia pura e simples, o mero “decalque” de uma situação para outra. Os casos de pura decalcagem costumam ser os menos bem-sucedidos — pelo menos enquanto insistem na cópia. É o que vimos nos primórdios do *Occupy Wall Street*.

Afirmar que esse movimento nasceu de convocações nas redes pode ser real pelo que revela, mas não pelo que esconde. As chamadas precursoras eram inspiradas em exemplos como os da Grécia e do Egito. “Você está pronto para o momento Tahrir?”, indagava a primeira convocação, postada em 13 de julho de 2011 no blog da Adbusters, uma revista de crítica cultural sediada em Vancouver, no Canadá. “Inundem Lower Manhattan, montem tendas, cozinhas, barricadas pacíficas e ocupem Wall Street”²¹, dizia a postagem (KROLL, 2011). A data sugerida era o 17 de setembro, dia em que se comemora o aniversário de assinatura da Constituição americana.

A convocação logo foi reforçada por outros blogs e grupos, entre eles o coletivo de hacktivistas Anonymous. Iniciava-se um processo de debates que, no entanto, não chegaria a ganhar caráter de massa nas redes antes de confluir para as ruas, como havia acontecido no Egito e na Espanha. Mas a convocação da Adbusters também não caiu no vazio. Ela chamou a atenção de uma rede de coletivos militantes que aproveitariam a chamada para mobilizar-se. Eles se aglutinaram em torno da criação da assembleia geral da cidade de Nova York, na qual predominavam grupos anarquistas (GERBAUDO, 2021). A assembleia seria o núcleo inicial do movimento.

Ao analisar a trajetória do *Occupy*, Gerbaudo (2021) sugere que as primeiras convocações falharam em ganhar caráter massivo por causa de certo elitismo na comunicação, que priorizou o Twitter e desprezou uma ferramenta de maior alcance como o Facebook. Não deixa de ser curioso que, apesar do ímpeto em fazer “algo como Tahrir”, as convocações tenham desconsiderado, em seus primórdios, a ferramenta mais usada pela juventude egípcia. Esse fator contribuiu para que o movimento seguisse, em seus primórdios, uma dinâmica distinta daquela de seus antecedentes. Embora tenha havido uma convocação inicial pelas redes, ela não se massificou. Em pleno país do Facebook e do Twitter, o *Occupy* foi se construindo lentamente, através de uma lógica de agregação presencial que culminou na primeira mobilização, ocorrida de fato no dia 17 de setembro.

A manifestação não foi grande, mas terminou com a ocupação do parque Zuccotti, um espaço público de administração privada no coração de Wall Street²². Nos dias seguintes, a violência policial, mais uma vez, contribuiu para chamar atenção da sociedade e despertar solidariedade em relação ao movimento, que logo se espalharia, gerando atividades e ocupações em mais de mil cidades americanas. Só a partir da ocupação em Lower Manhattan as mídias sociais ganharam maior relevância (GERBAUDO, 2021).




O *Occupy* se massificou no Twitter e no Facebook quando a ocupação já estava instalada. Ou seja: essas redes tiveram menos papel em convocar do que em sustentar o movimento, atraindo gente para as ocupações e criando uma ligação entre o dia a dia do parque Zuccotti e aqueles que não se encontravam lá. Neste ponto, entretanto, outra peculiaridade precisa ser lembrada. Nenhuma dessas redes teve o mesmo papel central desempenhado pelo Tumblr, cuja página *We are the 99 percent* “furou” as demais plataformas, ganhando certo apelo de massa ainda antes do 17 de setembro. A ideia era simples: reunir em uma mesma URL histórias de cidadãos atingidos pela crise. A iniciativa conectou o movimento com as pessoas comuns e foi decisiva para a construção da identidade do *Occupy*. Foi principalmente através do Tumblr que se popularizou o *slogan* “Nós somos os 99%”.

A identidade construída na página do Tumblr era muito diferente daquela que se refletia no vínculo inicial com a Adbusters e na publicidade que ela produziu. A imagem da bailarina dançando sobre o touro [de Wall Street] evocou o formato dos enérgicos “partidos de protesto” do movimento antiglobalização e sua cultura do “faça você mesmo”. [...] O conteúdo do Tumblr *99 percent* rompeu esse imaginário declaradamente minoritário e voluntarista (GERBAUDO, 2021, p. 217).

Portanto, quando analisamos o *Occupy* em seus primórdios, é possível perceber uma inclinação ao decalque. As primeiras convocações ainda traziam uma estética própria dos movimentos antiglobalização. No entanto, arrisco supor que a tendência à cópia ia além disso, abrangendo talvez uma excessiva fixação em reproduzir outros eventos do mesmo ciclo. Essa tendência pode ter acarretado certa idealização, isto é, um comportamento mais atento à reprodução de resultados do que à análise atenta da forma como foram produzidos — daí a subestimação de uma ferramenta como o Facebook. O fato é que foram necessários algum tempo e um acúmulo de articulações presenciais para que o movimento encontrasse seu leito próprio, e aqui jogou grande papel a página do Tumblr, com sua crítica envolvente à ganância do mercado financeiro e seus efeitos sobre a vida das pessoas comuns.

É possível depreender, da análise do *Occupy Wall Street*, que a difusão de práticas e ideias envolve uma evolução e um aprendizado. Nesse processo, alguns elementos são abandonados, e passam à conta do testemunho da experiência passada. Outros são selecionados para investimento e adaptação, passando a servir em novas situações e realidades. Alguns elementos seguem em utilização, mas têm seu papel minimizado em relação a casos anteriores. Há, por fim, as inovações, que podem ser estruturais — quando implicam um salto de qualidade em relação a modelos anteriores — ou incrementais — quando se limitam a alterações tópicas e parciais.



Dessa forma vai-se compondo um arsenal de métodos de mobilização e ação política capazes de configurar, no limite, modelos como o que identificamos na análise de revoluções coloridas. E aqui devemos nos acautelar em relação a certas conotações acolhidas pela palavra *modelo*. Pois, por mais que ela sugira algo fixo e estabilizado, a verdade é que modelo algum sobrevive por largo período de tempo, principalmente sem experimentar transmutações. As próprias revoluções coloridas devem ser concebidas dentro desse dinamismo: embora sua ocorrência paradigmática tenha se dado no âmbito de sociedades da órbita pós-socialista, esse modelo não deixa de continuar inspirando lições e exalando repertórios. A difusão recente de ideias e expedientes por parte de uma extrema direita agora transnacionalizada, nucleada pelo trumpismo, baseia-se na observação atenta dessas experiências anteriores, hoje retomadas não como decalque, mas como a versão básica de soluções muito mais sofisticadas, adequadas a outros espaços e tempos.

* Doutor em Ciências da Comunicação (ECA-USP). Professor do Departamento de Comunicação Social e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), onde coordenou a pesquisa “Nas redes e nas ruas: o ciberativismo à luz do materialismo cultural”.

Referências

Bibliografia:

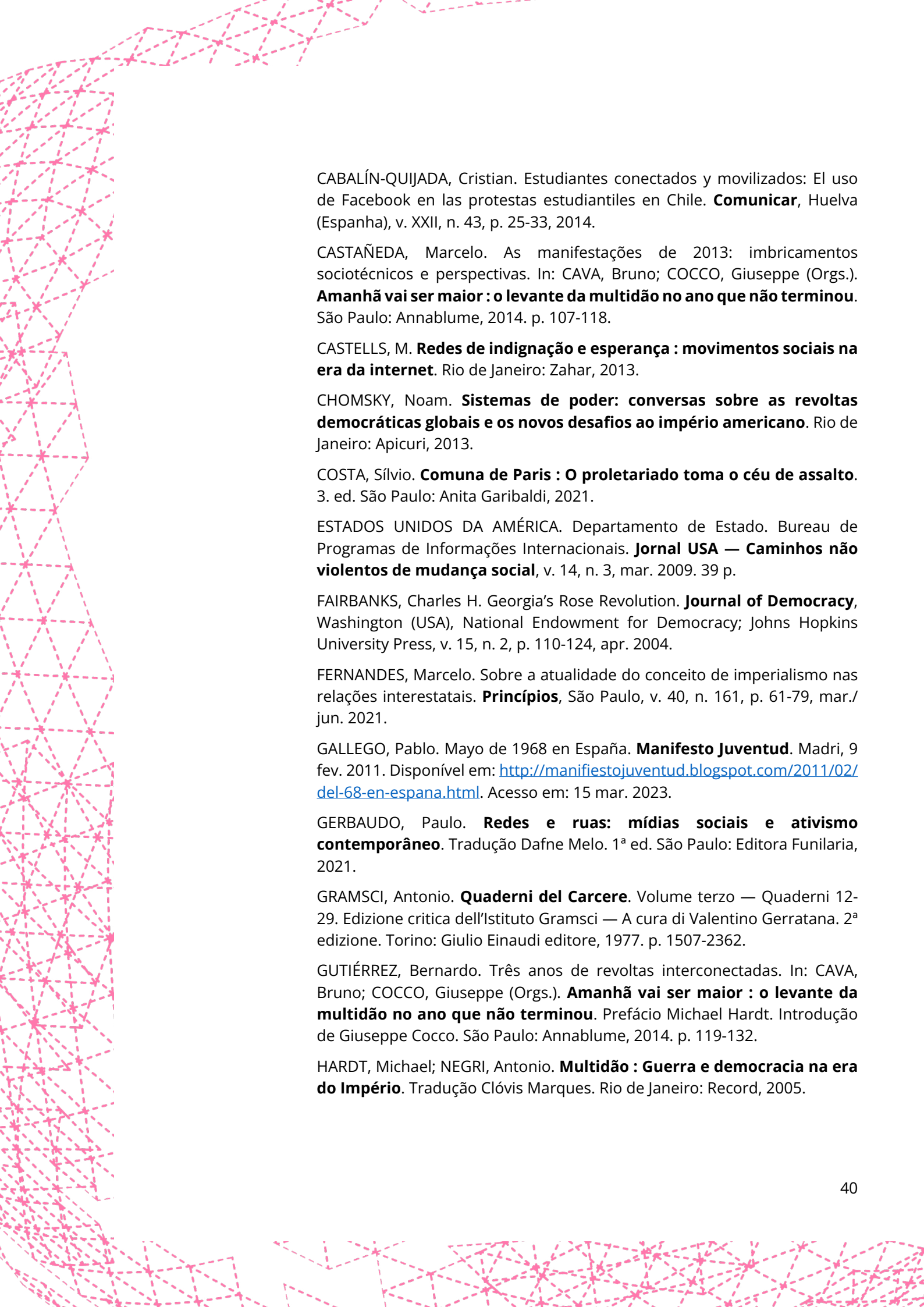
AMIN, Samir. O Egito em movimento. **Princípios**, São Paulo, n. 112, p. 9-15, mar./jun. 2011.

BEISSINGER, Mark R. Structure and Example in Modular Political Phenomena: The Diffusion of Bulldozer/ Rose/ Orange/ Tulip Revolutions. **Perspectives on Politics**, Cambridge (UK), Cambridge University Press, v. 5, n. 2, p. 259-276, jun. 2007.

BUNCE, Valerie J.; WOLCHIK, Sharon L. Favorable Conditions and Electoral Revolutions. **Journal of Democracy**, Washington (USA), National Endowment for Democracy; Johns Hopkins University Press, v. 17, n. 4, p. 5-18, oct. 2006a.

_____. International diffusion and postcommunist electoral revolutions. **Communist and Post-Communist Studies**, California (USA), University of California Press, v. 39, n. 3, p. 283-304, oct. 2006b.

_____. Youth and Electoral Revolutions in Slovakia, Serbia and Georgia”. **The SAIS Review of International Affairs**, New York (USA), Johns Hopkins University Press, v. XXVI, n. 2, pp. 55-65, 2006c.



CABALÍN-QUIJADA, Cristian. Estudiantes conectados y movilizados: El uso de Facebook en las protestas estudiantiles en Chile. **Comunicar**, Huelva (Espanha), v. XXII, n. 43, p. 25-33, 2014.

CASTAÑEDA, Marcelo. As manifestações de 2013: imbricamentos sociotécnicos e perspectivas. In: CAVA, Bruno; COCCO, Giuseppe (Orgs.). **Amanhã vai ser maior : o levante da multidão no ano que não terminou**. São Paulo: Annablume, 2014. p. 107-118.

CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança : movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CHOMSKY, Noam. **Sistemas de poder: conversas sobre as revoltas democráticas globais e os novos desafios ao império americano**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2013.

COSTA, Sílvio. **Comuna de Paris : O proletariado toma o céu de assalto**. 3. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2021.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Departamento de Estado. Bureau de Programas de Informações Internacionais. **Jornal USA — Caminhos não violentos de mudança social**, v. 14, n. 3, mar. 2009. 39 p.

FAIRBANKS, Charles H. Georgia's Rose Revolution. **Journal of Democracy**, Washington (USA), National Endowment for Democracy; Johns Hopkins University Press, v. 15, n. 2, p. 110-124, apr. 2004.

FERNANDES, Marcelo. Sobre a atualidade do conceito de imperialismo nas relações interestatais. **Princípios**, São Paulo, v. 40, n. 161, p. 61-79, mar./jun. 2021.

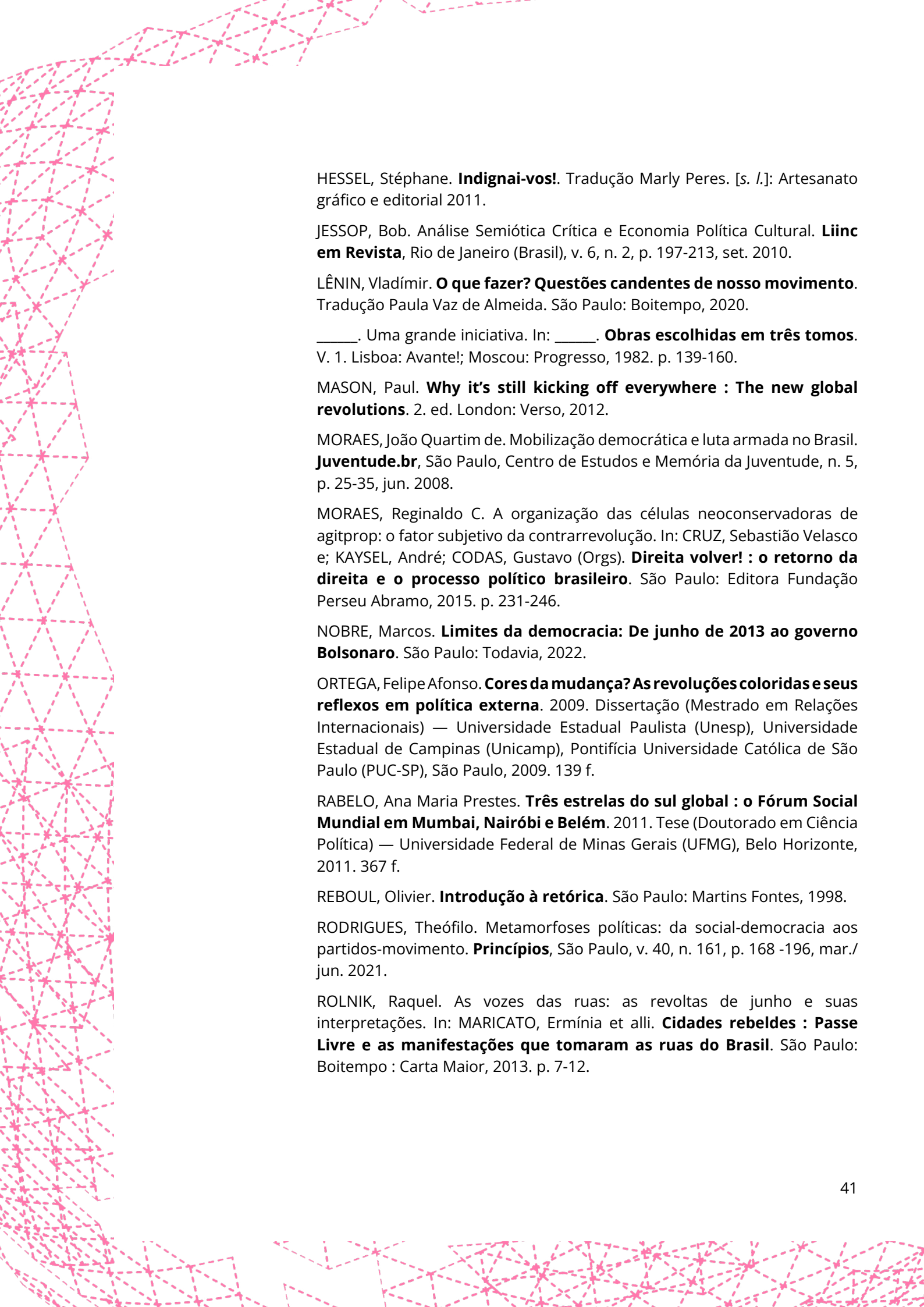
GALLEGO, Pablo. Mayo de 1968 en España. **Manifiesto Juventud**. Madri, 9 fev. 2011. Disponível em: <http://manifiestojuventud.blogspot.com/2011/02/del-68-en-espana.html>. Acesso em: 15 mar. 2023.

GERBAUDO, Paulo. **Redes e ruas: mídias sociais e ativismo contemporâneo**. Tradução Dafne Melo. 1ª ed. São Paulo: Editora Funilaria, 2021.

GRAMSCI, Antonio. **Quaderni del Carcere**. Volume terzo — Quaderni 12-29. Edizione critica dell'Istituto Gramsci — A cura di Valentino Gerratana. 2ª edizione. Torino: Giulio Einaudi editore, 1977. p. 1507-2362.

GUTIÉRREZ, Bernardo. Três anos de revoltas interconectadas. In: CAVA, Bruno; COCCO, Giuseppe (Orgs.). **Amanhã vai ser maior : o levante da multidão no ano que não terminou**. Prefácio Michael Hardt. Introdução de Giuseppe Cocco. São Paulo: Annablume, 2014. p. 119-132.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Multidão : Guerra e democracia na era do Império**. Tradução Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2005.



HEssel, Stéphane. **Indignai-vos!**. Tradução Marly Peres. [s. l.]: Artesanato gráfico e editorial 2011.

JESSOP, Bob. Análise Semiótica Crítica e Economia Política Cultural. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro (Brasil), v. 6, n. 2, p. 197-213, set. 2010.

LÊNIN, Vladímir. **O que fazer? Questões candentes de nosso movimento**. Tradução Paula Vaz de Almeida. São Paulo: Boitempo, 2020.

_____. Uma grande iniciativa. In: _____. **Obras escolhidas em três tomos**. V. 1. Lisboa: Avante!; Moscou: Progresso, 1982. p. 139-160.

MASON, Paul. **Why it's still kicking off everywhere : The new global revolutions**. 2. ed. London: Verso, 2012.

MORAES, João Quartim de. Mobilização democrática e luta armada no Brasil. **Juventude.br**, São Paulo, Centro de Estudos e Memória da Juventude, n. 5, p. 25-35, jun. 2008.

MORAES, Reginaldo C. A organização das células neoconservadoras de agitprop: o fator subjetivo da contrarrevolução. In: CRUZ, Sebastião Velasco e; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (Orgs). **Direita volver! : o retorno da direita e o processo político brasileiro**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015. p. 231-246.

NOBRE, Marcos. **Limites da democracia: De junho de 2013 ao governo Bolsonaro**. São Paulo: Todavia, 2022.

ORTEGA, Felipe Afonso. **Cores da mudança? As revoluções coloridas e seus reflexos em política externa**. 2009. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) — Universidade Estadual Paulista (Unesp), Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2009. 139 f.

RABELO, Ana Maria Prestes. **Três estrelas do sul global : o Fórum Social Mundial em Mumbai, Nairóbi e Belém**. 2011. Tese (Doutorado em Ciência Política) — Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2011. 367 f.

REBOUL, Olivier. **Introdução à retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

RODRIGUES, Theófilo. Metamorfoses políticas: da social-democracia aos partidos-movimento. **Princípios**, São Paulo, v. 40, n. 161, p. 168 -196, mar./jun. 2021.

ROLNIK, Raquel. As vozes das ruas: as revoltas de junho e suas interpretações. In: MARICATO, Ermínia et alli. **Cidades rebeldes : Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo : Carta Maior, 2013. p. 7-12.

SECCO, Lincoln. As Jornadas de Junho. In: MARICATO, Ermínia et alli. **Cidades rebeldes : Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo : Carta Maior, 2013. p. 71-78.

SHARP, Gene. **Da ditadura à democracia — uma estrutura conceitual para a libertação**. 4. ed. Tradução José A.S. Filardo. São Paulo: The Albert Einstein Institution, 2010. 64 p.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. Direita nas redes sociais online. In: CRUZ, Sebastião Velasco e; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (Orgs). **Direita volver! : o retorno da direita e o processo político brasileiro**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015. p. 213-230.

SUSSMAN, Gerald; KRADER, Sascha. Template Revolutions: Marketing U.S. Regime Change in Eastern Europe. **Westminster Papers in Communication and Culture**, London, University of Westminster, v. 5, n. 3, p. 91-112, 2008.

UNITED STATES OF AMERICA. Department of Labour. Bureau of Labour Statistics. **Ted: The economics daily**. Washington, 26 ago. 2011. Disponível em: https://www.bls.gov/opub/ted/2011/ted_20110826.htm#:~:text=The%20number%20of%20unemployed%20youth,from%20the%20Current%20Population%20Survey.

UNITED STATES OF AMERICA. Department of Labour. Bureau of Labour Statistics. **News Release**. Washington, 29 fev. 2012.

VISENTINI, Paulo et alli. O Verão Árabe: guerra civil e intervenção internacional na Líbia, Síria e Iêmen. **Ciências & Letras**, Porto Alegre (Brasil), n. 51, p. 57-79, jan./jun. 2012.

Hemerobibliografia

CHETERIAN, Vicken. Radiografia de uma “revolução colorida”. **Le Monde Diplomatique Brasil** [on-line]. São Paulo, 1 jul. 2007. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/radiografia-de-uma-revolucao-colorida/>. Acesso em: 30 mar. 2023.

COHEN, Roger. Working With the Muslim Brotherhood. **New York Times**, New York, Out. 22, 2012. Available in: <https://www.nytimes.com/2012/10/23/opinion/roger-cohen-working-with-the-muslim-brotherhood.html>. Acesso em: 25 mar. 2023.

COUGHLAN, Sean. “What does post-truth mean for a philosopher?”. **BBC News** [online]. 12 jan. 2017. Available in: <https://www.bbc.com/news/education-38557838>.

DESEMPREGO atinge 73,4 milhões de jovens no mundo, diz estudo da OIT. **G1**, São Paulo, 8 mai. 2014. Concursos e Emprego. Disponível em: <https://g1.globo.com/concursos-e-emprego/noticia/2013/05/desemprego-atinge->



[734-milhoes-de-jovens-no-mundo-diz-estudo-da-oit.html](#). Acesso em: 29 de março de 2023.

GAREA, Fernando. Apoyo a la indignación del 15-M. **El País**, Madri, 4 jun. 2011. Disponível em: https://elpais.com/politica/2011/06/05/actualidad/1307231940_787459.html. Acesso em: 15 mar. 2023.

GLADWELL, Malcolm. Small Change : Why the revolution will not be tweeted. **The New Yorker** [on-line], New York (USA), Set. 27, 2010. Available in: <https://www.newyorker.com/magazine/2010/10/04/small-change-malcolm-gladwell>.

KROLL, Andy. Adbusters Suggests Occupy Wall Street “Declare ‘Victory’” and Head Home for Winter. **Mother Jones**, San Francisco (USA), 15 nov. 2011. Disponível em: <https://www.motherjones.com/politics/2011/11/adbusters-occupy-wall-street-victory-nypd/>. Acesso em: 29 de março de 2023.

LAYL, Farida. Dez anos após revolução, Egito é sinônimo de desesperança. **Deutsche Welle**, 25 jan. 2021. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/opini%C3%A3o-dez-anos-ap%C3%B3s-primavera-%C3%A1-rabe-egito-%C3%A9-sin%C3%B4nimo-de-desesperan%C3%A7a/a-56338683>. Acesso em: 28 de março de 2023.


LOCATELLI, Pedro. David Harvey: ser zapatista não é endeusar Marcos. **Outras Palavras** [on-line], São Paulo, 3 jan. 2014. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/david-harvey-ser-zapatista-nao-e-endeusar-marcos/>. Acesso em: 29 de março de 2023.

MANJUANO, Isaín. A misteriosa desapareição de Marcos. **Outras Palavras** [on-line], São Paulo, 26 mai. 2014. Disponível em: <https://outraspalavras.net/sem-categoria/a-misteriosa-desaparicao-do-subcomandante-marcos/>. Acesso em: 29 de março de 2023.

O QUE ESTÁ acontecendo na Tunísia? Os pontos-chave de uma crise que desafia a única democracia árabe. **El País**, Madri, 28 jul. 2021. Internacional. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2021-07-28/o-que-esta-acontecendo-na-tunisia-os-pontos-chave-de-uma-crise-que-desafia-a-unica-democracia-arabe.html>. Acesso em: 28 de março de 2023.

PEAR, Robert. Top earners doubled share of nation’s income, study finds. **The New York Times**, New York, 25 oct. 2011. Available in: <https://www.nytimes.com/2011/10/26/us/politics/top-earners-doubled-share-of-nations-income-cbo-says.html>. Acesso em: 29 de março de 2023.

TAXA de desemprego juvenil é o triplo da de adultos na América Latina. **G1**, São Paulo, 13 fev. 2014. Economia. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2014/02/taxa-de-desemprego-juvenil-e-o-triplo-da-de-adultos-na-america-latina.html>. Acesso em: 29 de março de 2023.



TUNÍSIA: perfil do país que deu o pontapé inicial da Primavera Árabe. **BBC News**, 14 nov. 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-63602554>. Acesso em: 29 de março de 2023.

WIKIPEDIA CONTRIBUTORS. Zuccotti Park. In: **Wikipedia, The Free Encyclopedia**, 14 set. 2022. Disponível em: https://en.wikipedia.org/w/index.php?title=Zuccotti_Park&oldid=1110301866. Acesso em: 31 mar. 2023.

ZELNY, Jeff; THEE-BRENAN, Megan. New poll finds a deep distrust of government. **The New York Times**, New York, 25 oct. 2011. Available in: <https://www.nytimes.com/2011/10/26/us/politics/poll-finds-anxiety-on-the-economy-fuels-volatility-in-the-2012-race.html>. Acesso em: 30 mar. 2023.

O direito humano à comunicação de pessoas com deficiência: questionamentos e perspectivas no campo do jornalismo

El derecho humano a la comunicación de las personas con deficiencia: interrogantes y perspectivas en el campo del periodismo

The human right to communication of people with disabilities: questions and perspectives in the field of journalism

Felipe Collar Berni

Mestre em Jornalismo pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). É professor substituto de Jornalismo da Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat). Contato: felipecollar@gmail.com.

Graziela Bianchi

Doutora em Ciências da Comunicação pela Unisinos. Professora adjunta no curso de Pós-Graduação em Jornalismo e Graduação em Jornalismo da UEPG. Foi coordenadora do curso de Jornalismo da UEPG nos anos de 2020 e 2021. Contato: grazielabianchi@yahoo.com.br.

Submetido: 08.05.2022 | Aprovado: 08.04.2023



Creative Commons



Atribuição



Não Comercial



Compartilhe Igual

Resumo

O artigo parte da consideração de pessoas com deficiência enquanto sujeitos(as) comunicantes e tensiona o direito humano à comunicação a partir de suas especificidades. A reflexão se dá no entrelaçamento de três concepções principais: a necessidade social da informação, a cidadania comunicativa e a acessibilidade comunicativa, tendo como elemento balizador o Relatório *Um Mundo em Muitas Vozes*, referenciado como Relatório MacBride. Busca-se, assim, alargar a compreensão da comunicação na qualidade de direito articulador dos demais direitos humanos.

Palavras-chave: Direito Humano à Comunicação; Pessoas com deficiência; Cidadania Comunicativa; Acessibilidade Comunicativa; Relatório MacBride.

Resumen

El artículo tiene su base en la consideración de personas con deficiencia como sujetos comunicantes y refleja el derecho humano a la comunicación desde sus especificidades. El debate se desarrolla desde el entrelazamiento de tres conceptos principales: la necesidad social de información, la ciudadanía comunicativa y la accesibilidad comunicativa. La referencia es el Informe *Voces múltiples, un solo mundo*, nombrado Informe MacBride. Así, se objetiva la comprensión de la comunicación como un derecho que organiza la articulación de otros derechos humanos.

Palabras clave: Derecho humano a la comunicación; Personas con deficiencia; Ciudadanía comunicativa; Accesibilidad comunicativa; Informe MacBride.

Abstract

The article starts considering people with disabilities as communicative subjects and stresses the human right to communication from its specificities. The discussion is based on the correlation of three main concepts: the social need for information, communicative citizenship and communicative accessibility, having as a guiding element the Report *Many Voices One World*, referred to as the MacBride Report. Thus, the aim is to broaden the understanding of communication as a right that articulates other human rights.

Keywords: Human Right to Communication; Disabled people; Communicative Citizenship; Communicative Accessibility; MacBride Report.

1 Em Berni (2021) é possível acesso completo à investigação que resultou na dissertação “A recepção jornalística de pessoas com deficiência intelectual: um estudo sobre os usos e significações que fazem em seus cotidianos”.

2 Aqueles(as), referidos por Maldonado (2013, p. 90), que se inter-relacionam como os meios de “maneira fluída, caótica, estruturada, condicionada, livre, pactuada, enquadrada e subversora”. Sujeitos(as) entendidos por outras perspectivas que não aquelas mobilizadas para enquadrar nas demandas funcionalistas, positivistas e tecnicistas.

3 Do original: “la capacidad de ser sujeto de derecho y demanda en el terreno de la comunicación pública, y el ejercicio de ese derecho”.

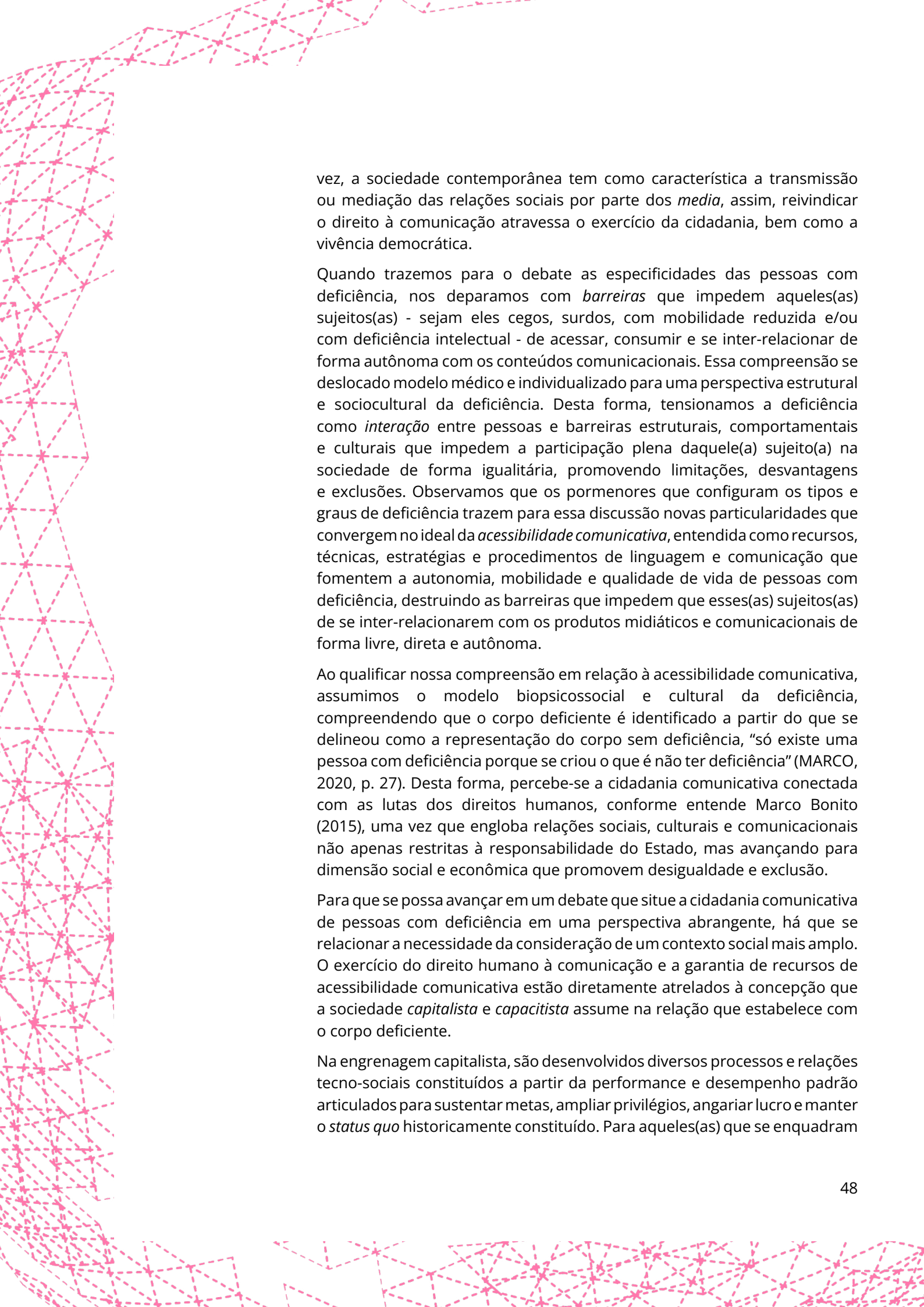
Introdução

“Ser humano é comunicar-se. É uma dimensão intrínseca de seu ser” (GUARESCHI, 2013, p. 176). Entende-se como oportuno iniciar as reflexões deste artigo trazendo uma compreensão essencial, de Pedrinho Guareschi, para tensionar a comunicação como direito, uma vez que o exercício dos demais direitos possui relação direta com a dimensão comunicativa do ser humano. Com essa posição, as articulações presentes neste texto buscam contribuir para a sistematização de noções envolvendo o direito humano à comunicação a partir do entendimento das especificidades das pessoas com deficiência (PCD).

O objetivo da investigação que está articulada a este trabalho foi perceber e refletir, a partir dos modos pelos quais as pessoas com deficiência intelectual faziam usos do telejornalismo, os sentidos e significados que produziam na vinculação ao consumo de conteúdos jornalísticos, almejando posicionar as PCD como *sujeitos(as) comunicantes*¹². Foi inevitável neste percurso tensionar noções relacionadas à cidadania comunicativa, direito humano à comunicação e acessibilidade comunicativa desses cidadãos. Assim, compartilhamos elementos balizadores que nos ajudam a pensar a necessidade do jornalismo de considerar as especificidades desse público, concomitantemente, fortalecendo seu exercício e a própria democracia.

Faz bem relacionar a historicidade dos direitos humanos para compreender as especificidades e características do direito à comunicação frente às demais garantias civis, políticas e sociais. María Cristina Mata (2006) indica que a cidadania comunicativa se materializa na “capacidade de ser sujeito de direito e de demanda no campo da comunicação pública e o exercício desse direito” (2006, p. 13, tradução nossa)³, ou seja, reconhece na mídia um espaço de visibilidade e produção de direitos e deveres, e, conseqüentemente, a necessidade do cidadão em ocupar esses espaços para contribuir/influenciar no processo de produção de sentidos e da realidade, influenciando a agenda de discussão e a construção de conotações valorativas. Dessa forma, considera-se importante discutir as particularidades, diferenças e convergências de algumas compreensões que constituem a cidadania comunicativa: direito humano e cidadania; informação e comunicação; e seu entrelaçamento com o debate da acessibilidade comunicativa para pessoas com deficiência.

O direito à comunicação se materializa na necessidade social da informação, ou seja, a informação como um direito articulador que, a partir de escolhas e julgamentos de forma autônoma do sujeito(a), dá alcance aos demais direitos. Nesse sentido, o acesso à informação leva à reivindicação de prerrogativas frente aos poderes políticos e ao exercício pleno do conjunto dos direitos da cidadania; isto significa que, “o direito à comunicação constitui um prolongamento lógico do progresso constante em direção à liberdade e à democracia” (UNESCO, 1983, p. 287). Por sua



vez, a sociedade contemporânea tem como característica a transmissão ou mediação das relações sociais por parte dos *media*, assim, reivindicar o direito à comunicação atravessa o exercício da cidadania, bem como a vivência democrática.

Quando trazemos para o debate as especificidades das pessoas com deficiência, nos deparamos com *barreiras* que impedem aqueles(as) sujeitos(as) - sejam eles cegos, surdos, com mobilidade reduzida e/ou com deficiência intelectual - de acessar, consumir e se inter-relacionar de forma autônoma com os conteúdos comunicacionais. Essa compreensão se deslocou modelo médico e individualizado para uma perspectiva estrutural e sociocultural da deficiência. Desta forma, tensionamos a deficiência como *interação* entre pessoas e barreiras estruturais, comportamentais e culturais que impedem a participação plena daquele(a) sujeito(a) na sociedade de forma igualitária, promovendo limitações, desvantagens e exclusões. Observamos que os pormenores que configuram os tipos e graus de deficiência trazem para essa discussão novas particularidades que convergem no ideal da *acessibilidade comunicativa*, entendida como recursos, técnicas, estratégias e procedimentos de linguagem e comunicação que fomentem a autonomia, mobilidade e qualidade de vida de pessoas com deficiência, destruindo as barreiras que impedem que esses(as) sujeitos(as) de se inter-relacionarem com os produtos midiáticos e comunicacionais de forma livre, direta e autônoma.

Ao qualificar nossa compreensão em relação à acessibilidade comunicativa, assumimos o modelo biopsicossocial e cultural da deficiência, compreendendo que o corpo deficiente é identificado a partir do que se delineou como a representação do corpo sem deficiência, “só existe uma pessoa com deficiência porque se criou o que é não ter deficiência” (MARCO, 2020, p. 27). Desta forma, percebe-se a cidadania comunicativa conectada com as lutas dos direitos humanos, conforme entende Marco Bonito (2015), uma vez que engloba relações sociais, culturais e comunicacionais não apenas restritas à responsabilidade do Estado, mas avançando para dimensão social e econômica que promovem desigualdade e exclusão.

Para que se possa avançar em um debate que situe a cidadania comunicativa de pessoas com deficiência em uma perspectiva abrangente, há que se relacionar a necessidade da consideração de um contexto social mais amplo. O exercício do direito humano à comunicação e a garantia de recursos de acessibilidade comunicativa estão diretamente atrelados à concepção que a sociedade *capitalista* e *capacitista* assume na relação que estabelece com o corpo deficiente.

Na engrenagem capitalista, são desenvolvidos diversos processos e relações tecno-sociais constituídos a partir da performance e desempenho padrão articulados para sustentar metas, ampliar privilégios, angariar lucro e manter o *status quo* historicamente constituído. Para aqueles(as) que se enquadram

4 Aversão ao pobre.

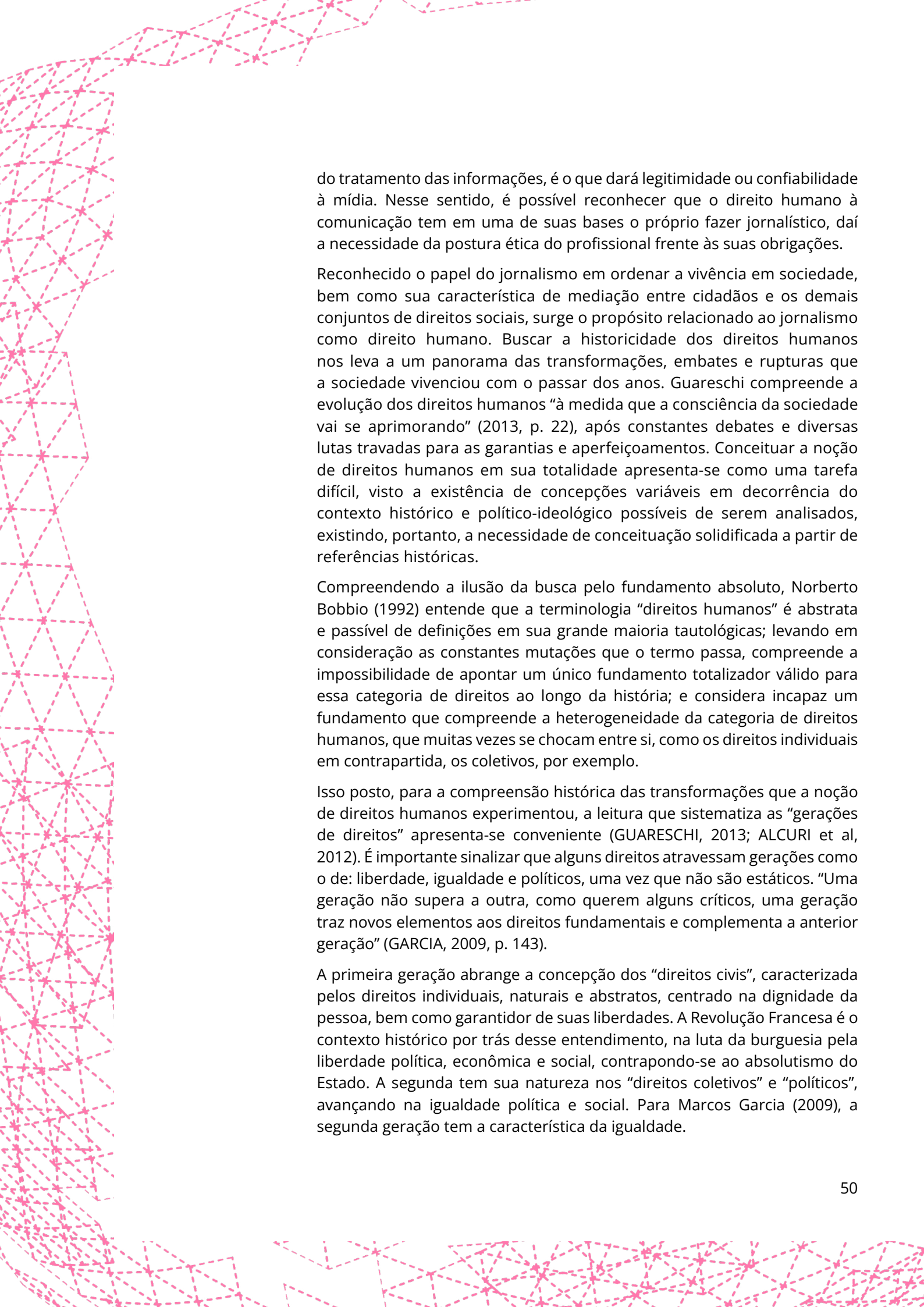
nesses requisitos estabelecidos e socialmente sustentados: “a cidadania é como prêmio”. Ou seja, temos a *cidadania* como uma contrapartida, uma moeda de troca na qual apenas sujeitos(as) que participam na manutenção das estruturas capitalistas e atuam conforme seus princípios alcançam o direito de acesso aos benefícios normativos. O capitalismo oprime e exclui todo aquele(a) que não fomenta seu sistema. Pessoas com deficiência, por exemplo, são parte desses grupos, que nessa conjuntura, são vistos como inválidos e descartáveis, sendo então, na prática da vida cotidiana, resignados(as) a uma não-cidadania.

Essa leitura tem apoio no pensamento de Adela Cortina (2020) quando expõe seu pensamento e estrutura a noção de *aporofobia*⁴. Nesse sentido, a perspectiva avança em um entendimento de que se o(a) sujeito(a) ou um determinado grupo (“pessoas sem deficiência”, brancos, contribuintes, acionistas, etc.) movimentam o mercado estabelecido, seu retorno é sua cidadania, o bem-estar da democracia, o pleno exercício dos direitos. Nota-se, portanto, que grupos sociais minoritários e vulneráveis — como o caso de PCD que possuem sensorialidades diferentes daquelas programadas e esperadas pelo projeto hegemônico de sociedade (e de comunicação) —, por não serem uma peça que ajuda a roda capitalista girar, não são considerados merecedores do acesso à cidadania. A noção de merecimento na estruturação capitalista prega o “retorno”, do ponto de vista de obtenção ou acumulação de bens materiais, ou como refletimos, mesmo ao acesso à cidadania, como uma consequência diretamente vinculada à produtividade desejada e esperada por parte dos indivíduos.

A consagração de marcos regulatórios que garantam a acessibilidade comunicativa e o pleno exercício do direito à comunicação de pessoas com deficiência se materializa, também, nos projetos anticapitalistas, que se valem da cidadania como elemento constitutivo da experiência social de cada sujeito e não como regalia para aqueles que participam como mão de obra do projeto capitalista. Rotinas acessíveis, e recursos e técnicas de acessibilidade devem ser introjetadas nos processos midiáticos e jornalísticos sem se basear no pressuposto quantitativo (e seus paralelismos) para sua consagração. Como direito, todos, indistintamente, devem poder participar, consumir e se inter-relacionar com os meios de comunicação.

Da constituição dos direitos humanos ao direito à comunicação

Como instituição constituída para atuar na mediação entre informação e sociedade, o sistema midiático seleciona, filtra e organiza as informações para o público, tendo como premissa a legitimidade outorgada para representá-lo; assim, o jornalismo necessita ser exercitado dentro da ética, uma vez que o contrato social entre público e mídia parte do reconhecimento dos códigos deontológicos específicos do jornalismo para exercer tal função. O compromisso com a apuração, também com a pluralidade de vozes, além



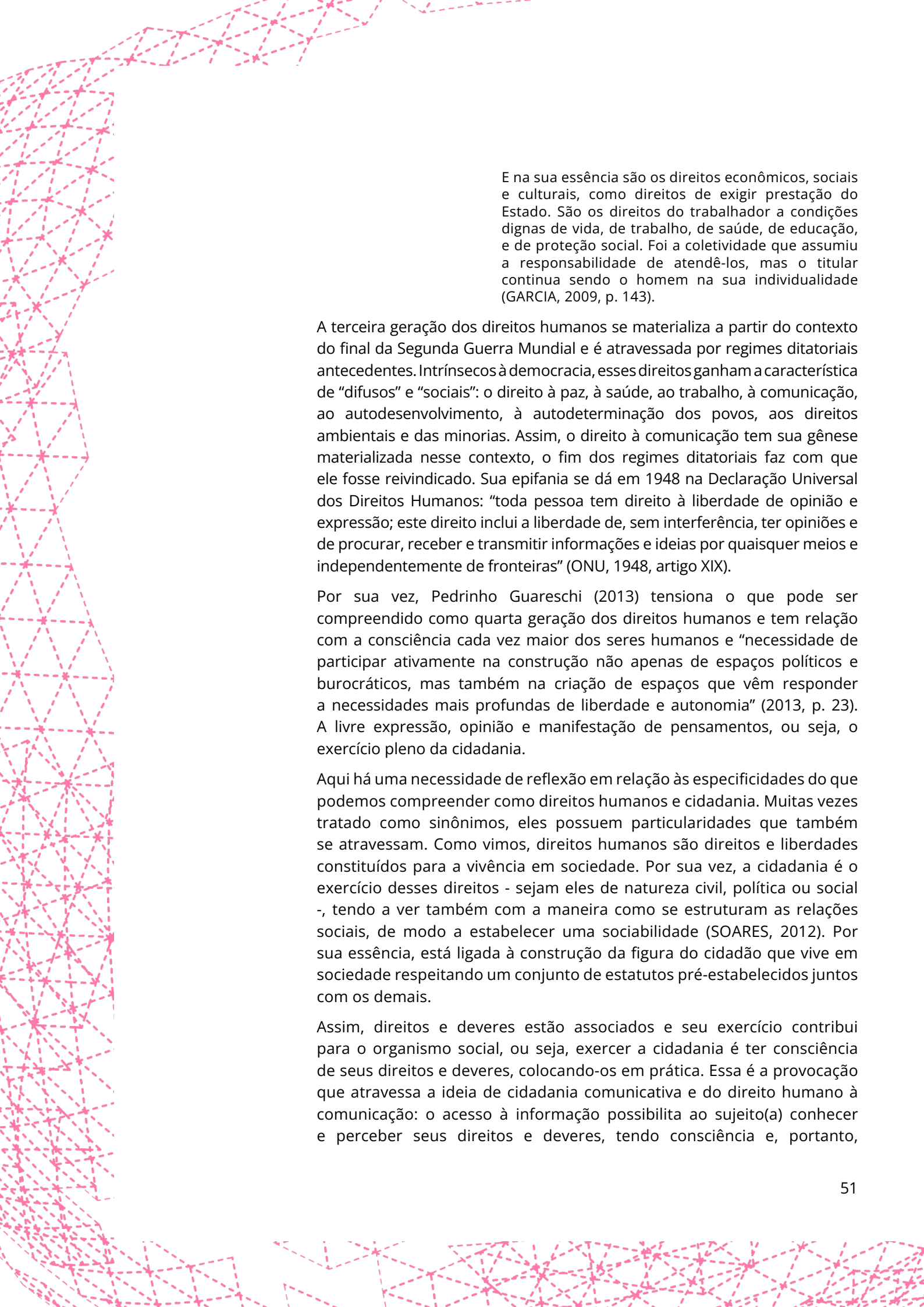
do tratamento das informações, é o que dará legitimidade ou confiabilidade à mídia. Nesse sentido, é possível reconhecer que o direito humano à comunicação tem em uma de suas bases o próprio fazer jornalístico, daí a necessidade da postura ética do profissional frente às suas obrigações.

Reconhecido o papel do jornalismo em ordenar a vivência em sociedade, bem como sua característica de mediação entre cidadãos e os demais conjuntos de direitos sociais, surge o propósito relacionado ao jornalismo como direito humano. Buscar a historicidade dos direitos humanos nos leva a um panorama das transformações, embates e rupturas que a sociedade vivenciou com o passar dos anos. Guareschi compreende a evolução dos direitos humanos “à medida que a consciência da sociedade vai se aprimorando” (2013, p. 22), após constantes debates e diversas lutas travadas para as garantias e aperfeiçoamentos. Conceituar a noção de direitos humanos em sua totalidade apresenta-se como uma tarefa difícil, visto a existência de concepções variáveis em decorrência do contexto histórico e político-ideológico possíveis de serem analisados, existindo, portanto, a necessidade de conceituação solidificada a partir de referências históricas.

Compreendendo a ilusão da busca pelo fundamento absoluto, Norberto Bobbio (1992) entende que a terminologia “direitos humanos” é abstrata e passível de definições em sua grande maioria tautológicas; levando em consideração as constantes mutações que o termo passa, compreende a impossibilidade de apontar um único fundamento totalizador válido para essa categoria de direitos ao longo da história; e considera incapaz um fundamento que compreende a heterogeneidade da categoria de direitos humanos, que muitas vezes se chocam entre si, como os direitos individuais em contrapartida, os coletivos, por exemplo.

Isso posto, para a compreensão histórica das transformações que a noção de direitos humanos experimentou, a leitura que sistematiza as “gerações de direitos” apresenta-se conveniente (GUARESCHI, 2013; ALCURI et al, 2012). É importante sinalizar que alguns direitos atravessam gerações como o de: liberdade, igualdade e políticos, uma vez que não são estáticos. “Uma geração não supera a outra, como querem alguns críticos, uma geração traz novos elementos aos direitos fundamentais e complementa a anterior geração” (GARCIA, 2009, p. 143).

A primeira geração abrange a concepção dos “direitos civis”, caracterizada pelos direitos individuais, naturais e abstratos, centrado na dignidade da pessoa, bem como garantidor de suas liberdades. A Revolução Francesa é o contexto histórico por trás desse entendimento, na luta da burguesia pela liberdade política, econômica e social, contrapondo-se ao absolutismo do Estado. A segunda tem sua natureza nos “direitos coletivos” e “políticos”, avançando na igualdade política e social. Para Marcos Garcia (2009), a segunda geração tem a característica da igualdade.



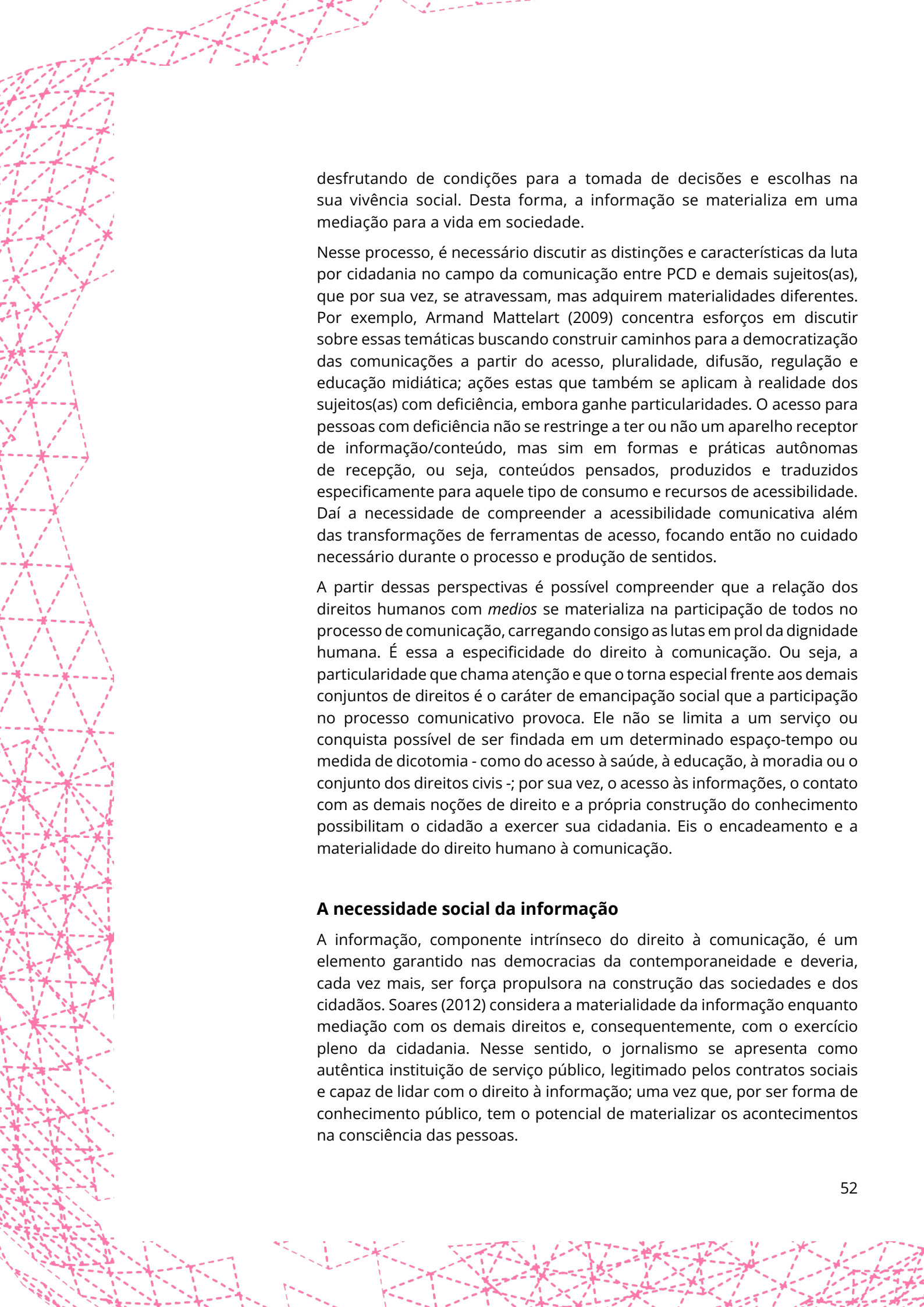
E na sua essência são os direitos econômicos, sociais e culturais, como direitos de exigir prestação do Estado. São os direitos do trabalhador a condições dignas de vida, de trabalho, de saúde, de educação, e de proteção social. Foi a coletividade que assumiu a responsabilidade de atendê-los, mas o titular continua sendo o homem na sua individualidade (GARCIA, 2009, p. 143).

A terceira geração dos direitos humanos se materializa a partir do contexto do final da Segunda Guerra Mundial e é atravessada por regimes ditatoriais antecedentes. Intrínsecos à democracia, esses direitos ganham a característica de “difusos” e “sociais”: o direito à paz, à saúde, ao trabalho, à comunicação, ao autodesenvolvimento, à autodeterminação dos povos, aos direitos ambientais e das minorias. Assim, o direito à comunicação tem sua gênese materializada nesse contexto, o fim dos regimes ditatoriais faz com que ele fosse reivindicado. Sua epifania se dá em 1948 na Declaração Universal dos Direitos Humanos: “toda pessoa tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras” (ONU, 1948, artigo XIX).

Por sua vez, Pedrinho Guareschi (2013) tensiona o que pode ser compreendido como quarta geração dos direitos humanos e tem relação com a consciência cada vez maior dos seres humanos e “necessidade de participar ativamente na construção não apenas de espaços políticos e burocráticos, mas também na criação de espaços que vêm responder a necessidades mais profundas de liberdade e autonomia” (2013, p. 23). A livre expressão, opinião e manifestação de pensamentos, ou seja, o exercício pleno da cidadania.

Aqui há uma necessidade de reflexão em relação às especificidades do que podemos compreender como direitos humanos e cidadania. Muitas vezes tratado como sinônimos, eles possuem particularidades que também se atravessam. Como vimos, direitos humanos são direitos e liberdades constituídos para a vivência em sociedade. Por sua vez, a cidadania é o exercício desses direitos - sejam eles de natureza civil, política ou social -, tendo a ver também com a maneira como se estruturam as relações sociais, de modo a estabelecer uma sociabilidade (SOARES, 2012). Por sua essência, está ligada à construção da figura do cidadão que vive em sociedade respeitando um conjunto de estatutos pré-estabelecidos juntos com os demais.

Assim, direitos e deveres estão associados e seu exercício contribui para o organismo social, ou seja, exercer a cidadania é ter consciência de seus direitos e deveres, colocando-os em prática. Essa é a provocação que atravessa a ideia de cidadania comunicativa e do direito humano à comunicação: o acesso à informação possibilita ao sujeito(a) conhecer e perceber seus direitos e deveres, tendo consciência e, portanto,



desfrutando de condições para a tomada de decisões e escolhas na sua vivência social. Desta forma, a informação se materializa em uma mediação para a vida em sociedade.

Nesse processo, é necessário discutir as distinções e características da luta por cidadania no campo da comunicação entre PCD e demais sujeitos(as), que por sua vez, se atravessam, mas adquirem materialidades diferentes. Por exemplo, Armand Mattelart (2009) concentra esforços em discutir sobre essas temáticas buscando construir caminhos para a democratização das comunicações a partir do acesso, pluralidade, difusão, regulação e educação midiática; ações estas que também se aplicam à realidade dos sujeitos(as) com deficiência, embora ganhe particularidades. O acesso para pessoas com deficiência não se restringe a ter ou não um aparelho receptor de informação/conteúdo, mas sim em formas e práticas autônomas de recepção, ou seja, conteúdos pensados, produzidos e traduzidos especificamente para aquele tipo de consumo e recursos de acessibilidade. Daí a necessidade de compreender a acessibilidade comunicativa além das transformações de ferramentas de acesso, focando então no cuidado necessário durante o processo e produção de sentidos.

A partir dessas perspectivas é possível compreender que a relação dos direitos humanos com *medios* se materializa na participação de todos no processo de comunicação, carregando consigo as lutas em prol da dignidade humana. É essa a especificidade do direito à comunicação. Ou seja, a particularidade que chama atenção e que o torna especial frente aos demais conjuntos de direitos é o caráter de emancipação social que a participação no processo comunicativo provoca. Ele não se limita a um serviço ou conquista possível de ser findada em um determinado espaço-tempo ou medida de dicotomia - como do acesso à saúde, à educação, à moradia ou o conjunto dos direitos civis -; por sua vez, o acesso às informações, o contato com as demais noções de direito e a própria construção do conhecimento possibilitam o cidadão a exercer sua cidadania. Eis o encadeamento e a materialidade do direito humano à comunicação.

A necessidade social da informação

A informação, componente intrínseco do direito à comunicação, é um elemento garantido nas democracias da contemporaneidade e deveria, cada vez mais, ser força propulsora na construção das sociedades e dos cidadãos. Soares (2012) considera a materialidade da informação enquanto mediação com os demais direitos e, conseqüentemente, com o exercício pleno da cidadania. Nesse sentido, o jornalismo se apresenta como autêntica instituição de serviço público, legitimado pelos contratos sociais e capaz de lidar com o direito à informação; uma vez que, por ser forma de conhecimento público, tem o potencial de materializar os acontecimentos na consciência das pessoas.

5 Em face dos 40 anos da publicação do Relatório pela UNESCO, a obra "Revisitando MacBride: utopias e distopias" (Cultura Acadêmica, 2021), organizada por Danilo Rothberg, Caroline Kraus Luvizotto e Juliano Maurício de Carvalho, repercute o seu legado e atualiza a materialidade do debate a partir das problemáticas da atualidade.

6 Do original: "Si no exis-

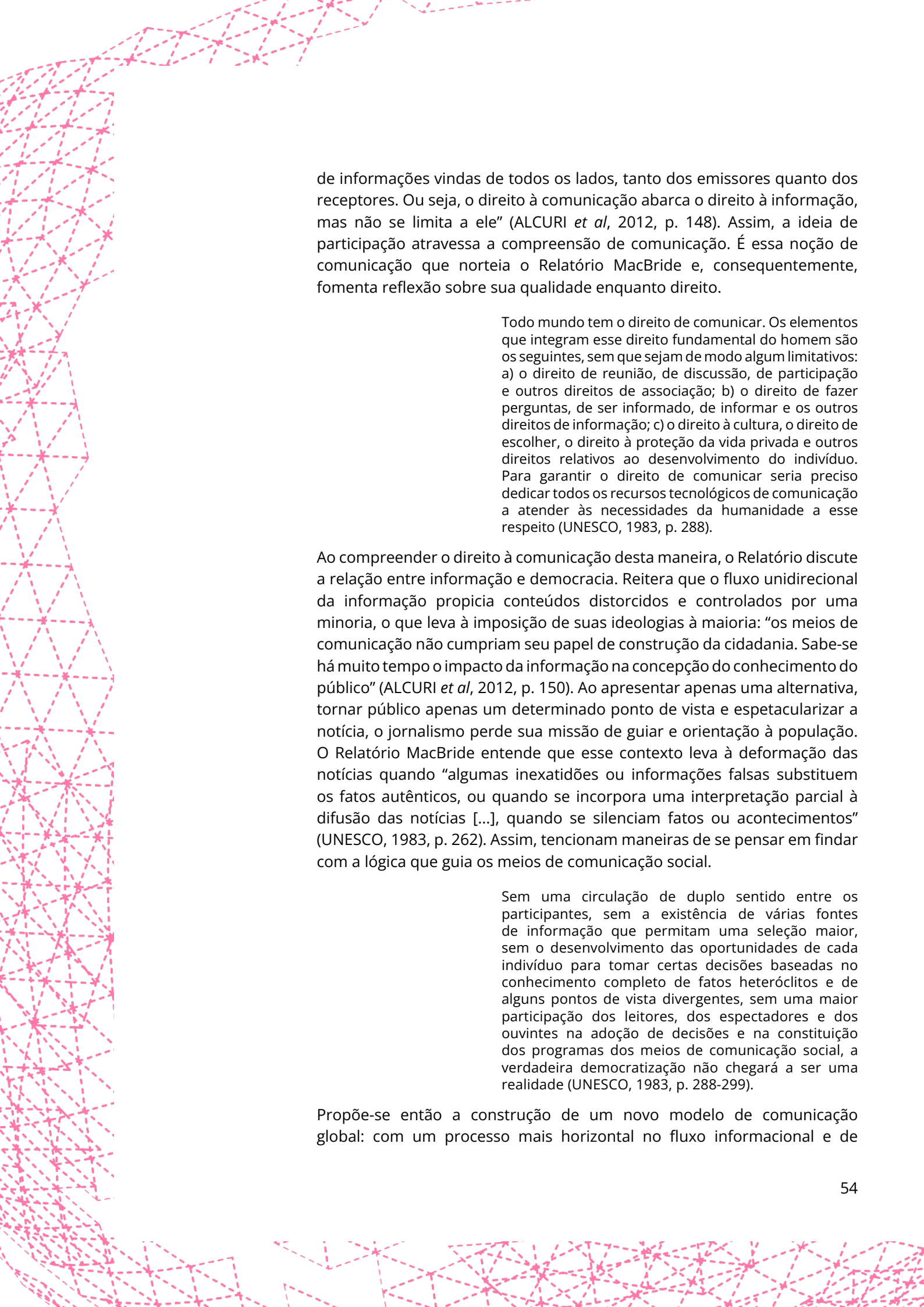
É nesse contexto, de fornecer as condições para um juízo de cidadão, que se deve pensar o conceito de "direito à informação. A questão pode ser vista a partir de duas vertentes: (1) O direito à informação deve ser pensado na perspectiva de um direito *para todos*. (2) O direito à informação deve ser pensado na perspectiva de fornecer informações em quantidade e qualidade para o *melhor julgamento possível de cada um*" (GENTILLI, 2005, p. 129-130, grifos do autor).

O direito à informação, para Victor Gentilli (2005), seria um pressuposto necessário para o gozo pleno dos direitos políticos e sociais. Por meio dele, haveria a possibilidade de reivindicar e fiscalizar o poder político, bem como exercer o conjunto dos direitos sociais.

É possível fomentar e dar continuidade a esse debate a partir de dois documentos que convergem para o entendimento do direito à informação e, conseqüentemente, à cidadania comunicativa, visualizando o processo comunicacional como base para alcançar os demais direitos humanos. Gabriela Alcuri *et al* (2012) tensiona o Relatório Um Mundo e Muitas Vozes (UNESCO, 1983), popularmente conhecido como Relatório MacBride⁵, e também, a historicidade dos Direitos Humanos e o direito à comunicação. O Relatório MacBride foi resultado da Comissão Internacional para o Estudo dos Problemas da Comunicação da UNESCO, que atuou entre os anos de 1977 e 1980, ano de publicação do texto. Seu foco era proceder um exame relativo às problemáticas envolvendo a comunicação na sociedade, atravessada pelos avanços tecnológicos e pelas múltiplas e complexas relações mundiais. O resultado do trabalho da Comissão tornou-se base referencial para o direito à comunicação, construindo um diagnóstico a partir de três eixos: o desequilíbrio no fluxo de informação e comunicação do mundo; a concentração dos meios de comunicação; e a formação de monopólios e oligopólios. Nesse sentido, apresentam temáticas que se repetem em diversas análises e reflexões presente no documento, como:

O poder dos que controlam e dirigem a comunicação; a influência da comunicação sobre as hipóteses sociais e, por conseguinte, sobre a ação social; as desigualdades entre os diferentes grupos ou classes no interior de cada sociedade; e a dominação devido à colonização ou, pelo menos às vantagens derivadas de um processo de desenvolvimento mais rápido e mais precoce (UNESCO, 1983, p. 08).

Quando falamos em direito à comunicação, algumas ideias merecem destaque para compreender o processo. Alcuri *et al* (2012) provoca a reflexão quanto à necessidade de diferenciar comunicação e informação. De forma resumida, informar é transmitir dados, quer dizer, algo ou alguém repassa uma determinada mensagem ao receptor; nesses casos, não houve comunicação, mas sim uma emissão unilateral de uma determinada mensagem. "Para ocorrer uma comunicação, é necessário que haja a troca



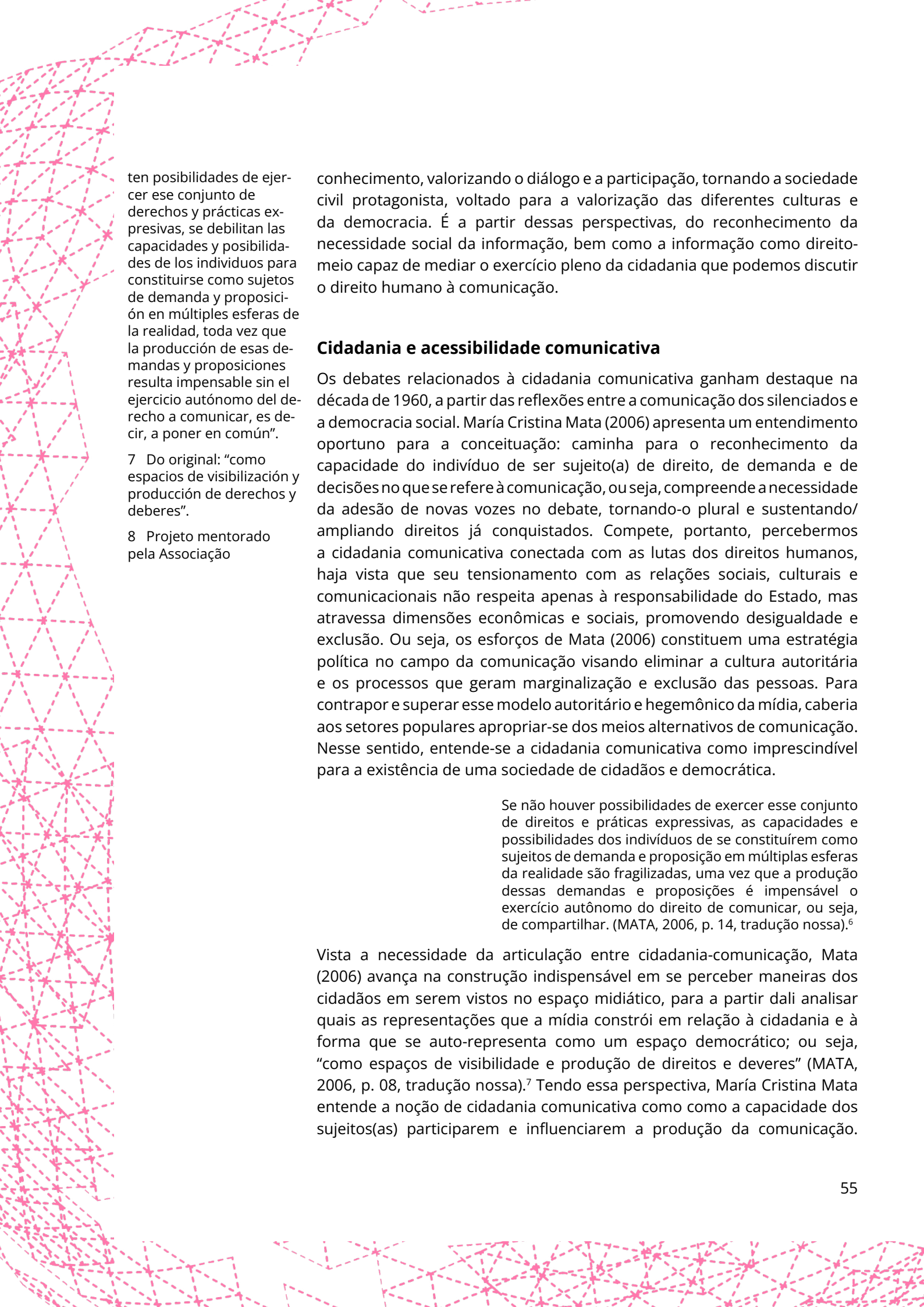
de informações vindas de todos os lados, tanto dos emissores quanto dos receptores. Ou seja, o direito à comunicação abarca o direito à informação, mas não se limita a ele” (ALCURI *et al*, 2012, p. 148). Assim, a ideia de participação atravessa a compreensão de comunicação. É essa noção de comunicação que norteia o Relatório MacBride e, conseqüentemente, fomenta reflexão sobre sua qualidade enquanto direito.

Todo mundo tem o direito de comunicar. Os elementos que integram esse direito fundamental do homem são os seguintes, sem que sejam de modo algum limitativos: a) o direito de reunião, de discussão, de participação e outros direitos de associação; b) o direito de fazer perguntas, de ser informado, de informar e os outros direitos de informação; c) o direito à cultura, o direito de escolher, o direito à proteção da vida privada e outros direitos relativos ao desenvolvimento do indivíduo. Para garantir o direito de comunicar seria preciso dedicar todos os recursos tecnológicos de comunicação a atender às necessidades da humanidade a esse respeito (UNESCO, 1983, p. 288).

Ao compreender o direito à comunicação desta maneira, o Relatório discute a relação entre informação e democracia. Reitera que o fluxo unidirecional da informação propicia conteúdos distorcidos e controlados por uma minoria, o que leva à imposição de suas ideologias à maioria: “os meios de comunicação não cumpriam seu papel de construção da cidadania. Sabe-se há muito tempo o impacto da informação na concepção do conhecimento do público” (ALCURI *et al*, 2012, p. 150). Ao apresentar apenas uma alternativa, tornar público apenas um determinado ponto de vista e espetacularizar a notícia, o jornalismo perde sua missão de guiar e orientação à população. O Relatório MacBride entende que esse contexto leva à deformação das notícias quando “algumas inexatidões ou informações falsas substituem os fatos autênticos, ou quando se incorpora uma interpretação parcial à difusão das notícias [...], quando se silenciam fatos ou acontecimentos” (UNESCO, 1983, p. 262). Assim, tencionam maneiras de se pensar em findar com a lógica que guia os meios de comunicação social.

Sem uma circulação de duplo sentido entre os participantes, sem a existência de várias fontes de informação que permitam uma seleção maior, sem o desenvolvimento das oportunidades de cada indivíduo para tomar certas decisões baseadas no conhecimento completo de fatos heteróclitos e de alguns pontos de vista divergentes, sem uma maior participação dos leitores, dos espectadores e dos ouvintes na adoção de decisões e na constituição dos programas dos meios de comunicação social, a verdadeira democratização não chegará a ser uma realidade (UNESCO, 1983, p. 288-299).

Propõe-se então a construção de um novo modelo de comunicação global: com um processo mais horizontal no fluxo informacional e de



ten posibilidades de ejercer ese conjunto de derechos y prácticas expresivas, se debilitan las capacidades y posibilidades de los individuos para constituirse como sujetos de demanda y proposición en múltiples esferas de la realidad, toda vez que la producción de esas demandas y proposiciones resulta impensable sin el ejercicio autónomo del derecho a comunicar, es decir, a poner en común”.

7 Do original: “como espacios de visibilización y producción de derechos y deberes”.

8 Projeto mentorado pela Associação

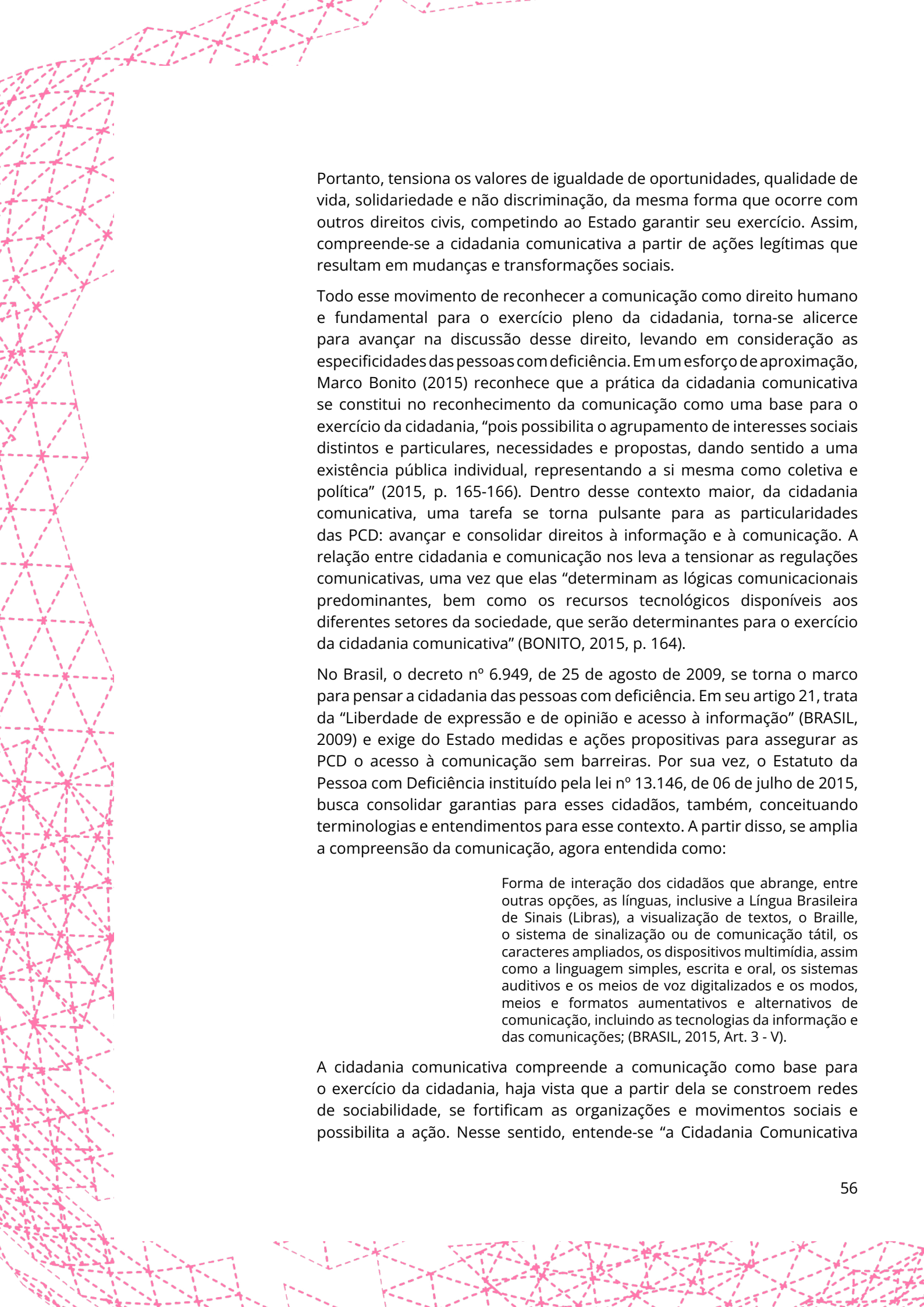
conhecimento, valorizando o diálogo e a participação, tornando a sociedade civil protagonista, voltado para a valorização das diferentes culturas e da democracia. É a partir dessas perspectivas, do reconhecimento da necessidade social da informação, bem como a informação como direito-meio capaz de mediar o exercício pleno da cidadania que podemos discutir o direito humano à comunicação.

Cidadania e acessibilidade comunicativa

Os debates relacionados à cidadania comunicativa ganham destaque na década de 1960, a partir das reflexões entre a comunicação dos silenciados e a democracia social. María Cristina Mata (2006) apresenta um entendimento oportuno para a conceituação: caminha para o reconhecimento da capacidade do indivíduo de ser sujeito(a) de direito, de demanda e de decisões no que se refere à comunicação, ou seja, compreende a necessidade da adesão de novas vozes no debate, tornando-o plural e sustentando/ampliando direitos já conquistados. Compete, portanto, percebermos a cidadania comunicativa conectada com as lutas dos direitos humanos, haja vista que seu tensionamento com as relações sociais, culturais e comunicacionais não respeita apenas à responsabilidade do Estado, mas atravessa dimensões econômicas e sociais, promovendo desigualdade e exclusão. Ou seja, os esforços de Mata (2006) constituem uma estratégia política no campo da comunicação visando eliminar a cultura autoritária e os processos que geram marginalização e exclusão das pessoas. Para contrapor e superar esse modelo autoritário e hegemônico da mídia, caberia aos setores populares apropriar-se dos meios alternativos de comunicação. Nesse sentido, entende-se a cidadania comunicativa como imprescindível para a existência de uma sociedade de cidadãos e democrática.

Se não houver possibilidades de exercer esse conjunto de direitos e práticas expressivas, as capacidades e possibilidades dos indivíduos de se constituírem como sujeitos de demanda e proposição em múltiplas esferas da realidade são fragilizadas, uma vez que a produção dessas demandas e proposições é impensável o exercício autónomo do direito de comunicar, ou seja, de compartilhar. (MATA, 2006, p. 14, tradução nossa).⁶

Vista a necessidade da articulação entre cidadania-comunicação, Mata (2006) avança na construção indispensável em se perceber maneiras dos cidadãos em serem vistos no espaço midiático, para a partir dali analisar quais as representações que a mídia constrói em relação à cidadania e à forma que se auto-representa como um espaço democrático; ou seja, “como espaços de visibilidade e produção de direitos e deveres” (MATA, 2006, p. 08, tradução nossa).⁷ Tendo essa perspectiva, María Cristina Mata entende a noção de cidadania comunicativa como a capacidade dos sujeitos(as) participarem e influenciarem a produção da comunicação.



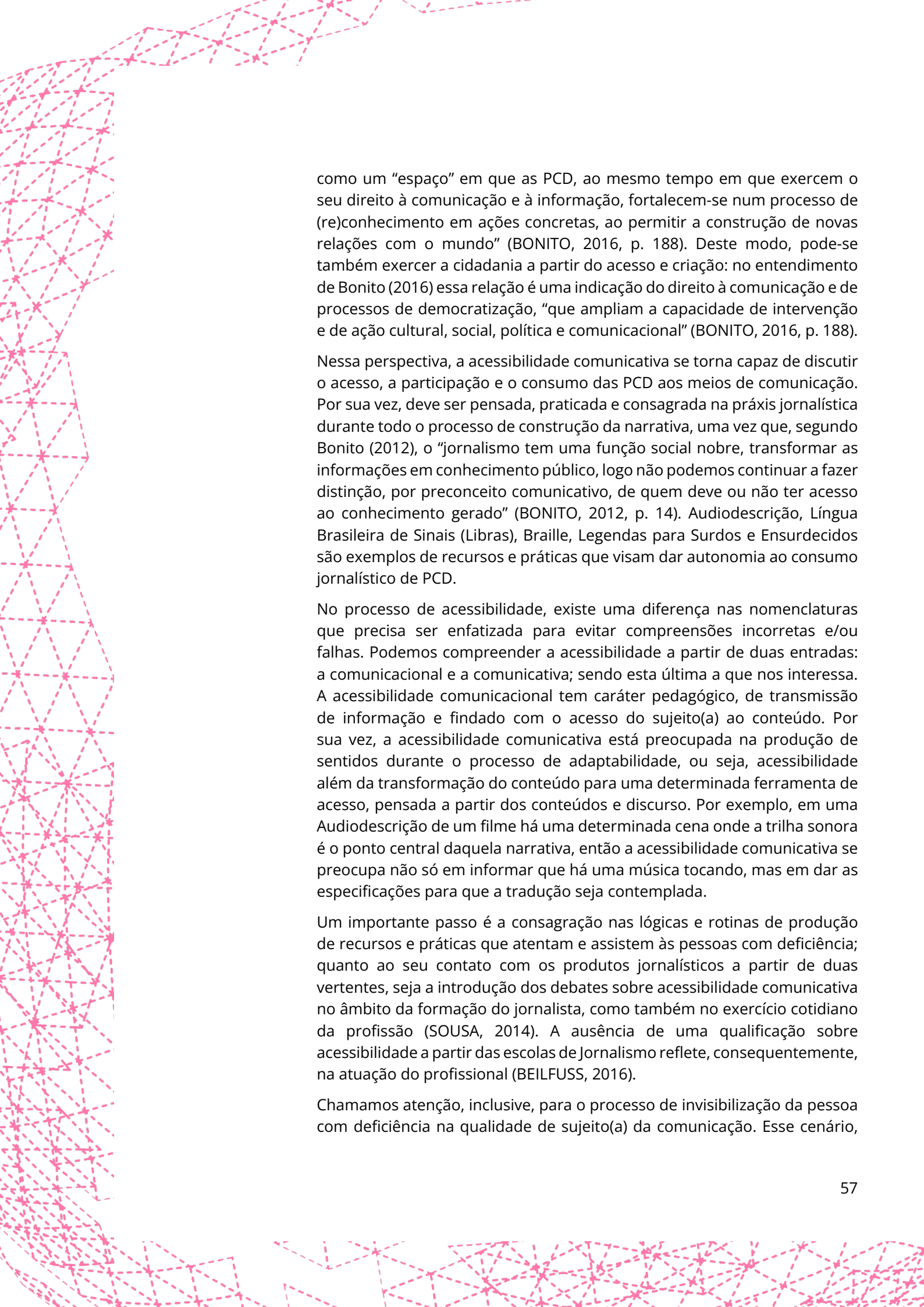
Portanto, tensiona os valores de igualdade de oportunidades, qualidade de vida, solidariedade e não discriminação, da mesma forma que ocorre com outros direitos civis, competindo ao Estado garantir seu exercício. Assim, compreende-se a cidadania comunicativa a partir de ações legítimas que resultam em mudanças e transformações sociais.

Todo esse movimento de reconhecer a comunicação como direito humano e fundamental para o exercício pleno da cidadania, torna-se alicerce para avançar na discussão desse direito, levando em consideração as especificidades das pessoas com deficiência. Em um esforço de aproximação, Marco Bonito (2015) reconhece que a prática da cidadania comunicativa se constitui no reconhecimento da comunicação como uma base para o exercício da cidadania, “pois possibilita o agrupamento de interesses sociais distintos e particulares, necessidades e propostas, dando sentido a uma existência pública individual, representando a si mesma como coletiva e política” (2015, p. 165-166). Dentro desse contexto maior, da cidadania comunicativa, uma tarefa se torna pulsante para as particularidades das PCD: avançar e consolidar direitos à informação e à comunicação. A relação entre cidadania e comunicação nos leva a tensionar as regulações comunicativas, uma vez que elas “determinam as lógicas comunicacionais predominantes, bem como os recursos tecnológicos disponíveis aos diferentes setores da sociedade, que serão determinantes para o exercício da cidadania comunicativa” (BONITO, 2015, p. 164).

No Brasil, o decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, se torna o marco para pensar a cidadania das pessoas com deficiência. Em seu artigo 21, trata da “Liberdade de expressão e de opinião e acesso à informação” (BRASIL, 2009) e exige do Estado medidas e ações propositivas para assegurar as PCD o acesso à comunicação sem barreiras. Por sua vez, o Estatuto da Pessoa com Deficiência instituído pela lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015, busca consolidar garantias para esses cidadãos, também, conceituando terminologias e entendimentos para esse contexto. A partir disso, se amplia a compreensão da comunicação, agora entendida como:

Forma de interação dos cidadãos que abrange, entre outras opções, as línguas, inclusive a Língua Brasileira de Sinais (Libras), a visualização de textos, o Braille, o sistema de sinalização ou de comunicação tátil, os caracteres ampliados, os dispositivos multimídia, assim como a linguagem simples, escrita e oral, os sistemas auditivos e os meios de voz digitalizados e os modos, meios e formatos aumentativos e alternativos de comunicação, incluindo as tecnologias da informação e das comunicações; (BRASIL, 2015, Art. 3 - V).

A cidadania comunicativa compreende a comunicação como base para o exercício da cidadania, haja vista que a partir dela se constroem redes de sociabilidade, se fortificam as organizações e movimentos sociais e possibilita a ação. Nesse sentido, entende-se “a Cidadania Comunicativa



como um “espaço” em que as PCD, ao mesmo tempo em que exercem o seu direito à comunicação e à informação, fortalecem-se num processo de (re)conhecimento em ações concretas, ao permitir a construção de novas relações com o mundo” (BONITO, 2016, p. 188). Deste modo, pode-se também exercer a cidadania a partir do acesso e criação: no entendimento de Bonito (2016) essa relação é uma indicação do direito à comunicação e de processos de democratização, “que ampliam a capacidade de intervenção e de ação cultural, social, política e comunicacional” (BONITO, 2016, p. 188).

Nessa perspectiva, a acessibilidade comunicativa se torna capaz de discutir o acesso, a participação e o consumo das PCD aos meios de comunicação. Por sua vez, deve ser pensada, praticada e consagrada na práxis jornalística durante todo o processo de construção da narrativa, uma vez que, segundo Bonito (2012), o “jornalismo tem uma função social nobre, transformar as informações em conhecimento público, logo não podemos continuar a fazer distinção, por preconceito comunicativo, de quem deve ou não ter acesso ao conhecimento gerado” (BONITO, 2012, p. 14). Audiodescrição, Língua Brasileira de Sinais (Libras), Braille, Legendas para Surdos e Ensurdidos são exemplos de recursos e práticas que visam dar autonomia ao consumo jornalístico de PCD.

No processo de acessibilidade, existe uma diferença nas nomenclaturas que precisa ser enfatizada para evitar compreensões incorretas e/ou falhas. Podemos compreender a acessibilidade a partir de duas entradas: a comunicacional e a comunicativa; sendo esta última a que nos interessa. A acessibilidade comunicacional tem caráter pedagógico, de transmissão de informação e findado com o acesso do sujeito(a) ao conteúdo. Por sua vez, a acessibilidade comunicativa está preocupada na produção de sentidos durante o processo de adaptabilidade, ou seja, acessibilidade além da transformação do conteúdo para uma determinada ferramenta de acesso, pensada a partir dos conteúdos e discurso. Por exemplo, em uma Audiodescrição de um filme há uma determinada cena onde a trilha sonora é o ponto central daquela narrativa, então a acessibilidade comunicativa se preocupa não só em informar que há uma música tocando, mas em dar as especificações para que a tradução seja contemplada.

Um importante passo é a consagração nas lógicas e rotinas de produção de recursos e práticas que atentam e assistem às pessoas com deficiência; quanto ao seu contato com os produtos jornalísticos a partir de duas vertentes, seja a introdução dos debates sobre acessibilidade comunicativa no âmbito da formação do jornalista, como também no exercício cotidiano da profissão (SOUSA, 2014). A ausência de uma qualificação sobre acessibilidade a partir das escolas de Jornalismo reflete, conseqüentemente, na atuação do profissional (BEILFUSS, 2016).

Chamamos atenção, inclusive, para o processo de invisibilização da pessoa com deficiência na qualidade de sujeito(a) da comunicação. Esse cenário,



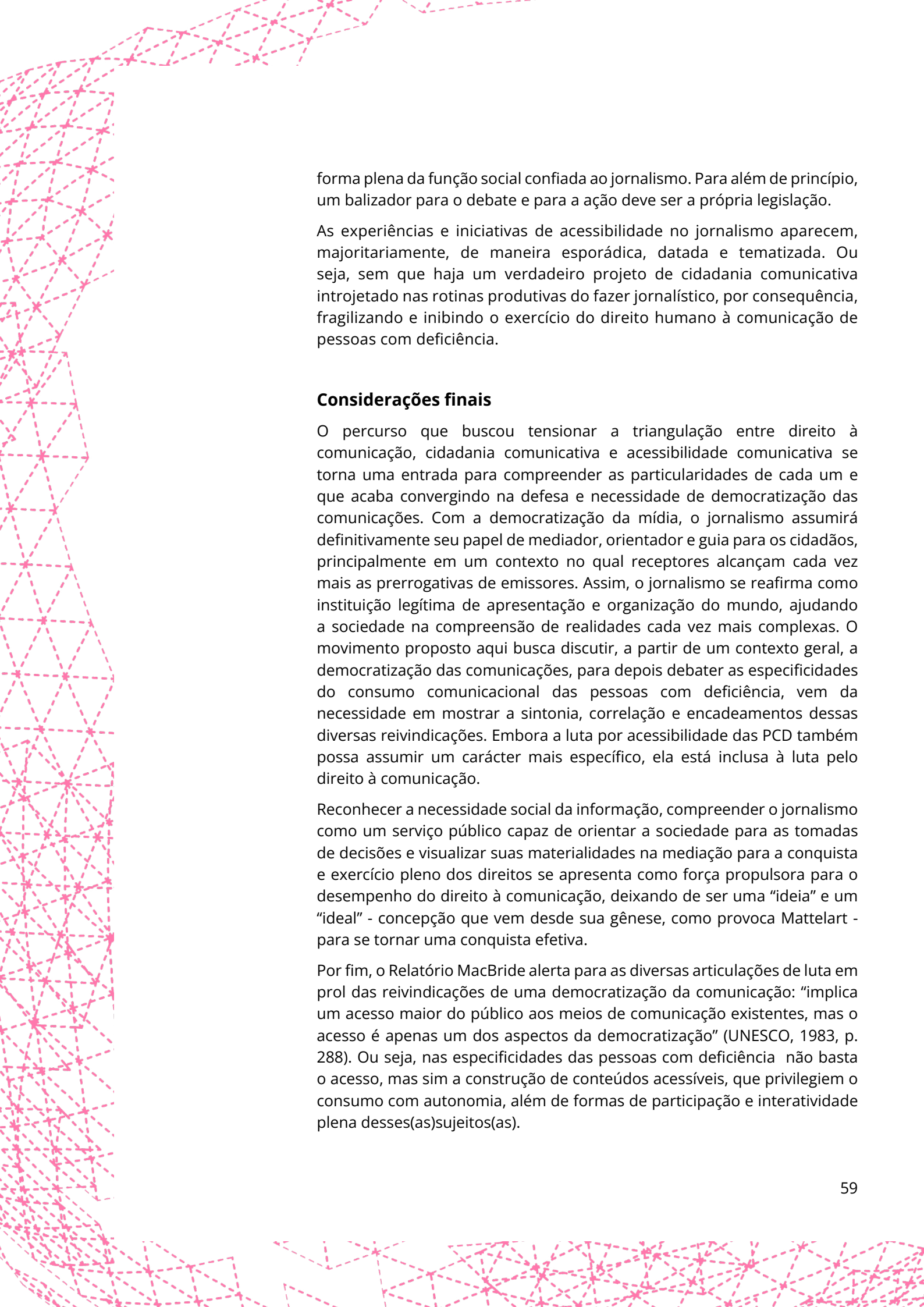
Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), no programa Acelerando a Transformação Digital, em parceria com o International Center for Journalists (ICFJ) e o Meta Journalism Project. Disponível em: <https://jornalistainclusivo.com/>
Acesso em: 28 mar. 2023.

9 É importante pontuar que a acessibilidade comunicativa não reivindica adaptações do conteúdo para o consumo de pessoas com deficiência, antes defende que essas práticas sejam introduzidas e pensadas desde o planejamento dos conteúdos. Construindo, assim, produtos pelo viés do Desenho Universal, ou seja, sem barreiras de acesso.

por exemplo, dificulta e restringe o próprio conhecimento de iniciativas exitosas ou fracassadas de projetos e práticas de acessibilidade dentro dos processos jornalísticos. Projetos aqui assumidos como propostas que nascem no âmbito de cada instituição/empresa e não como ferramenta ofertada pelas tecnologias da informação e comunicação.

Na Paraíba, é conhecida uma experiência vinculada ao jornalismo impresso acessível para pessoas com deficiência visual através do sistema Braille. Em 2017, o jornal A União apresentava mensalmente, ao leitor cego e de baixa visão, edições em braille com notícias não factuais e artigos de opinião. Ainda nos anos de 1990, no Ceará, os jornais Diário do Nordeste e O Povo foram os primeiros no Brasil a disponibilizar exemplares acessíveis em Braille. O Diário de Pernambuco chegou a imprimir em periodicidade diária edições acessíveis ao público com deficiência visual, em 2008 (BONIFÁCIO; MAUX, 2018). A curta experiência da impressão em Braille destes periódicos revela entraves conjunturais em que o fator econômico é mobilizado nas ponderações e decisões das empresas jornalísticas, elemento que cerceia e impede uma ação mais duradoura dessas práticas, observando o atual modelo de negócio do jornalismo.

Com o webjornalismo, a introdução de recursos de acessibilidade desde a arquitetura dos portais de notícia se mostrou como uma possibilidade. Recursos de contrastes, aumento de fonte, legendas ocultas de descrição de imagens, somados aos *softwares* de leitura, ampliaram o acesso de PCD aos conteúdos. Também se observou a segmentação temática, ou seja, sites e portais especializados no debate da deficiência, inclusão e luta anticapacitista foram sendo construídos nesta ambiência digital. O portal *Jornalista Inclusivo*⁹, por exemplo, é um site notícias pautado pelo protagonismo e representatividade da PCD e se apresenta como um projeto independente com linha editorial com foco em direitos, mercado de trabalho, saúde, educação, cultura e outros. Karine Segatto (2015), ao buscar compreender o modo como o webjornalismo da América do Sul manuseia os recursos de acessibilidade, visualiza o potencial para a promoção de uma inter-relação autônoma entre usuário e veículos, especialmente levando em consideração o contexto de convergência, hibridismo e multimídia com o qual o jornalismo se depara no digital. Porém, a utilização dessas potencialidades não ocorre. Uma das leituras que sobressai nesse aspecto, reporta ao próprio modelo de negócio do jornalismo, que se apresenta como principal entrave para uma experiência acessível. Para tornarem-se acessíveis, os portais demandariam qualificar seu pessoal, seja na contratação de profissionais específicos para realizarem a “adaptação”⁹ do conteúdo jornalístico para os recursos de acessibilidade ou capacitar os próprios editores, jornalistas, designers para tal ofício. Posicionar a acessibilidade como princípio requer investimento que, predominantemente, é entendido como gasto e não como possibilidade para o fortalecimento do jornalismo, aumento da audiência e o exercício de



forma plena da função social confiada ao jornalismo. Para além de princípio, um balizador para o debate e para a ação deve ser a própria legislação.

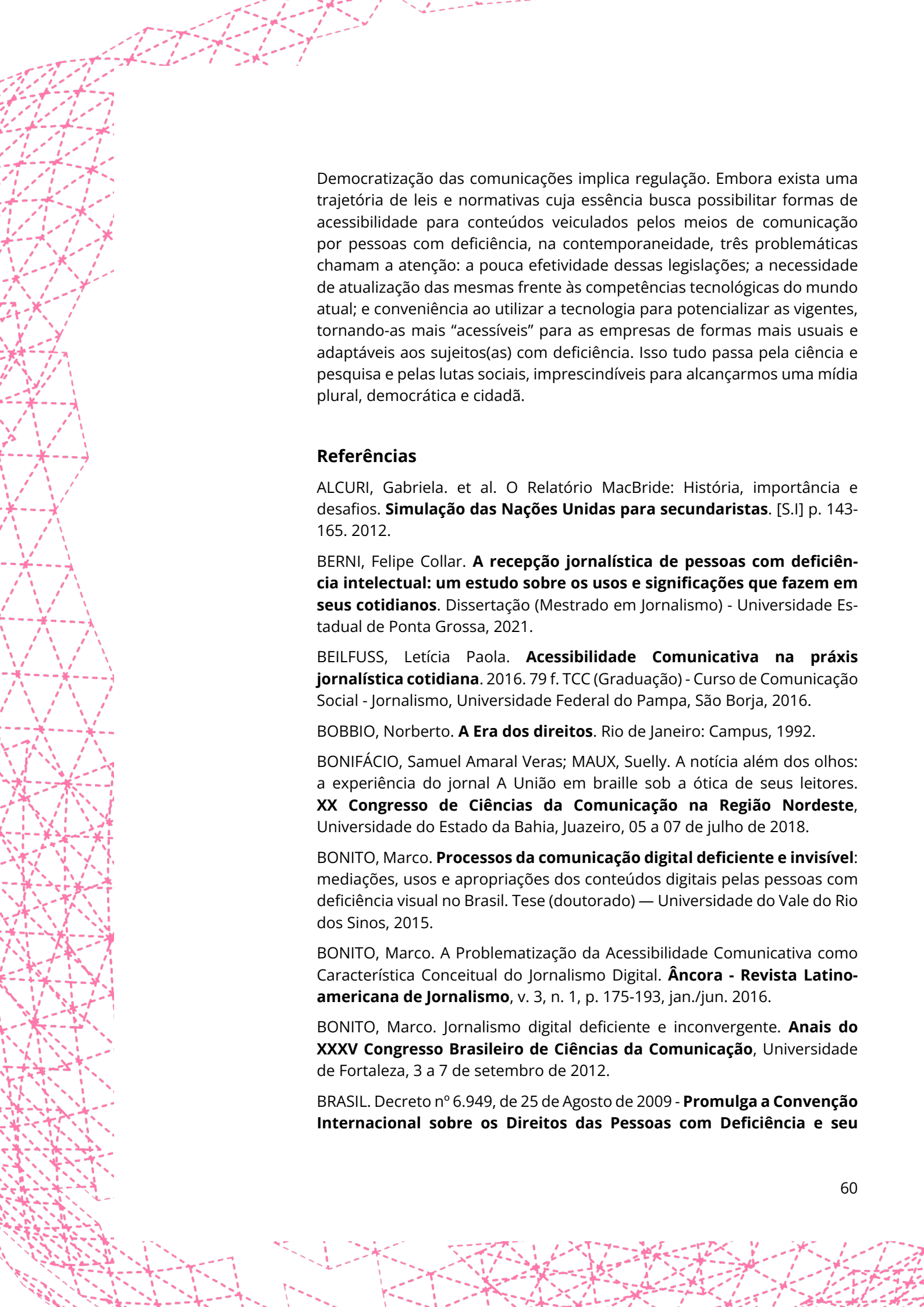
As experiências e iniciativas de acessibilidade no jornalismo aparecem, majoritariamente, de maneira esporádica, datada e tematizada. Ou seja, sem que haja um verdadeiro projeto de cidadania comunicativa introjeto nas rotinas produtivas do fazer jornalístico, por consequência, fragilizando e inibindo o exercício do direito humano à comunicação de pessoas com deficiência.

Considerações finais

O percurso que buscou tensionar a triangulação entre direito à comunicação, cidadania comunicativa e acessibilidade comunicativa se torna uma entrada para compreender as particularidades de cada um e que acaba convergindo na defesa e necessidade de democratização das comunicações. Com a democratização da mídia, o jornalismo assumirá definitivamente seu papel de mediador, orientador e guia para os cidadãos, principalmente em um contexto no qual receptores alcançam cada vez mais as prerrogativas de emissores. Assim, o jornalismo se reafirma como instituição legítima de apresentação e organização do mundo, ajudando a sociedade na compreensão de realidades cada vez mais complexas. O movimento proposto aqui busca discutir, a partir de um contexto geral, a democratização das comunicações, para depois debater as especificidades do consumo comunicacional das pessoas com deficiência, vem da necessidade em mostrar a sintonia, correlação e encadeamentos dessas diversas reivindicações. Embora a luta por acessibilidade das PCD também possa assumir um carácter mais específico, ela está inclusa à luta pelo direito à comunicação.

Reconhecer a necessidade social da informação, compreender o jornalismo como um serviço público capaz de orientar a sociedade para as tomadas de decisões e visualizar suas materialidades na mediação para a conquista e exercício pleno dos direitos se apresenta como força propulsora para o desempenho do direito à comunicação, deixando de ser uma “ideia” e um “ideal” - concepção que vem desde sua gênese, como provoca Mattelart - para se tornar uma conquista efetiva.

Por fim, o Relatório MacBride alerta para as diversas articulações de luta em prol das reivindicações de uma democratização da comunicação: “implica um acesso maior do público aos meios de comunicação existentes, mas o acesso é apenas um dos aspectos da democratização” (UNESCO, 1983, p. 288). Ou seja, nas especificidades das pessoas com deficiência não basta o acesso, mas sim a construção de conteúdos acessíveis, que privilegiem o consumo com autonomia, além de formas de participação e interatividade plena desses(as)sujeitos(as).



Democratização das comunicações implica regulação. Embora exista uma trajetória de leis e normativas cuja essência busca possibilitar formas de acessibilidade para conteúdos veiculados pelos meios de comunicação por pessoas com deficiência, na contemporaneidade, três problemáticas chamam a atenção: a pouca efetividade dessas legislações; a necessidade de atualização das mesmas frente às competências tecnológicas do mundo atual; e conveniência ao utilizar a tecnologia para potencializar as vigentes, tornando-as mais “acessíveis” para as empresas de formas mais usuais e adaptáveis aos sujeitos(as) com deficiência. Isso tudo passa pela ciência e pesquisa e pelas lutas sociais, imprescindíveis para alcançarmos uma mídia plural, democrática e cidadã.

Referências

ALCURI, Gabriela. et al. O Relatório MacBride: História, importância e desafios. **Simulação das Nações Unidas para secundaristas**. [S.l.] p. 143-165. 2012.

BERNI, Felipe Collar. **A recepção jornalística de pessoas com deficiência intelectual: um estudo sobre os usos e significações que fazem em seus cotidianos**. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2021.

BEILFUSS, Letícia Paola. **Acessibilidade Comunicativa na práxis jornalística cotidiana**. 2016. 79 f. TCC (Graduação) - Curso de Comunicação Social - Jornalismo, Universidade Federal do Pampa, São Borja, 2016.

BOBBIO, Norberto. **A Era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BONIFÁCIO, Samuel Amaral Veras; MAUX, Suely. A notícia além dos olhos: a experiência do jornal A União em braille sob a ótica de seus leitores. **XX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste**, Universidade do Estado da Bahia, Juazeiro, 05 a 07 de julho de 2018.

BONITO, Marco. **Processos da comunicação digital deficiente e invisível: mediações, usos e apropriações dos conteúdos digitais pelas pessoas com deficiência visual no Brasil**. Tese (doutorado) — Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2015.

BONITO, Marco. A Problematização da Acessibilidade Comunicativa como Característica Conceitual do Jornalismo Digital. **Âncora - Revista Latino-americana de Jornalismo**, v. 3, n. 1, p. 175-193, jan./jun. 2016.

BONITO, Marco. Jornalismo digital deficiente e inconvergente. **Anais do XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, Universidade de Fortaleza, 3 a 7 de setembro de 2012.

BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de Agosto de 2009 - **Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu**

Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Brasília, 2009.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de Julho de 2015 - **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).** Brasília, 2015.

CORTINA, Adela. **Aporofobia, a aversão ao pobre:** um desafio para a democracia. São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.

GARCIA, Marcos Leite. As “gerações” de direitos humanos segundo Norberto Bobbio: sua utilidade didática para a educação à cidadania no Brasil e na América Latina. In: TOSI, Giuseppe (org.). **Norberto Bobbio:** democracia, direitos humanos e relações internacionais. democracia, direitos humanos e relações internacionais. João Pessoa: Editora da UFPB, 2009. (Vol 1). Disponível em: http://www.cchla.ufpb.br/ncdh/wpcontent/uploads/2016/03/EBOOK_BOBBIO_VOL1.pdf. Acesso em: 16 abr. 2020.

GENTILLI, Victor. **Democracia de massas:** jornalismo e cidadania. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

GUARESCHI, Pedrinho A. **O Direito Humano à Comunicação:** pela democratização da mídia. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

MARCO, Victor Di. **Capacitismo:** o mito da capacidade. Belo Horizonte: Letramento, 2020.

MALDONADO, Alberto Efendy. Pensar os processos sociocomunicacionais em recepção na conjuntura latino-americana de transformação civilizatória. In: BONIN, Jiani Adriana; ROSÁRIO, Nísia Martins do (Orgs.). **Processualidades metodológicas:** configurações transformadoras em comunicação. Florianópolis: Insular, 2013, p. 87-103.

MATA, Maria Cristina. Comunicación y ciudadanía: problemas teórico-políticos de su articulación. **Revista Fronteiras – Estudos Midiáticos**, v. 8, n. 1, p. 5-15. 2006.

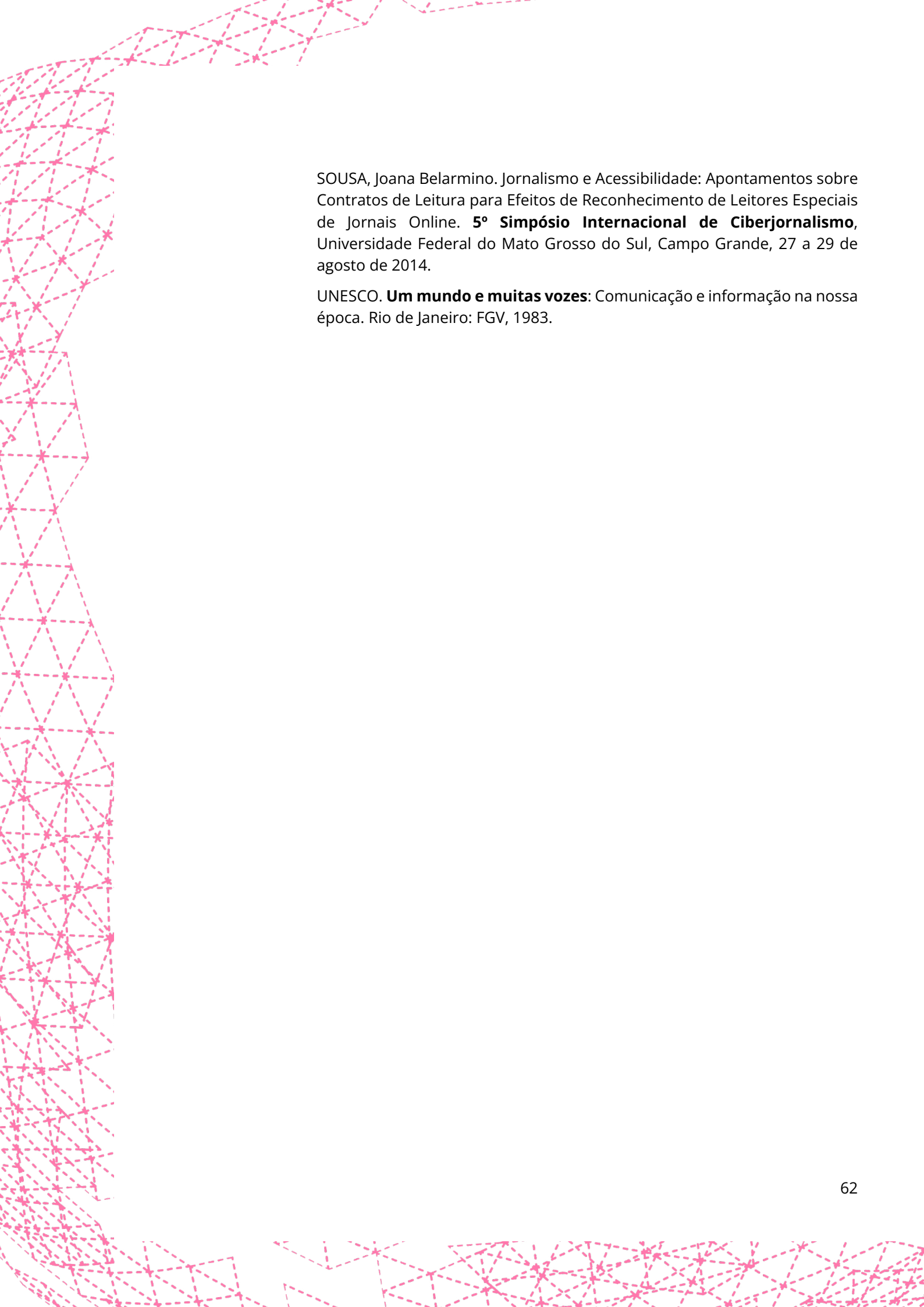
MATTELART, Armand. A construção social do direito à Comunicação como parte integrante dos direitos humanos. **Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 32, n. 1, p. 33-50, jan./jun. 2009.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948.

ROTHBERG, Danilo; LUVIZOTTO, Caroline Kraus; CARVALHO, Juliano Maurício de. **Revistando MacBride:** utopias e distopias. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2021.

SEGATTO, Karine. **Acessibilidade e multimídia no webjornalismo da América do Sul.** 2015. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2015.

SOARES, Murilo César. **Os direitos na esfera pública mediática:** a imprensa como instrumento da cidadania. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.



SOUSA, Joana Belarmino. Jornalismo e Acessibilidade: Apontamentos sobre Contratos de Leitura para Efeitos de Reconhecimento de Leitores Especiais de Jornais Online. **5º Simpósio Internacional de Ciberjornalismo**, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 27 a 29 de agosto de 2014.

UNESCO. **Um mundo e muitas vozes**: Comunicação e informação na nossa época. Rio de Janeiro: FGV, 1983.

Apresentação do dossiê “Economia Política do esporte-espetáculo: mercantilização e resistência frente à contradição economia-cultura”

Anderson David Gomes dos Santos

Professor da Unidade Educacional Santana do Ipanema/Campus Sertão da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Contato: anderson.gomes@santana.ufal.br.

Irlan Simões da Cruz Santos

Doutor pelo Programa de Pós Graduação em Comunicação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Contato: iirlansimoes@gmail.com.



Creative Commons



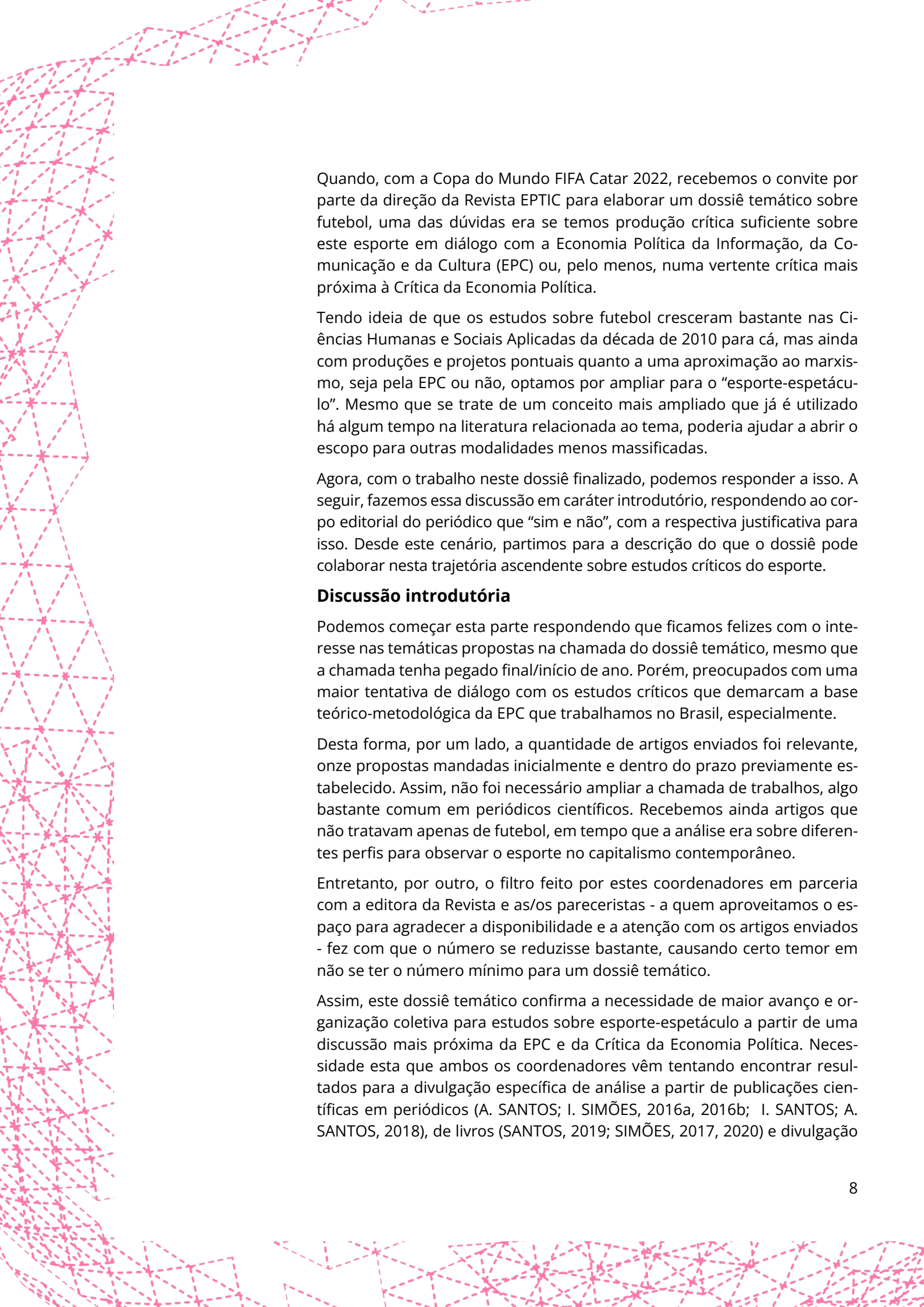
Atribuição



Não Comercial



Compartilhe Igual



Quando, com a Copa do Mundo FIFA Catar 2022, recebemos o convite por parte da direção da Revista EPTIC para elaborar um dossiê temático sobre futebol, uma das dúvidas era se temos produção crítica suficiente sobre este esporte em diálogo com a Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura (EPC) ou, pelo menos, numa vertente crítica mais próxima à Crítica da Economia Política.

Tendo ideia de que os estudos sobre futebol cresceram bastante nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas da década de 2010 para cá, mas ainda com produções e projetos pontuais quanto a uma aproximação ao marxismo, seja pela EPC ou não, optamos por ampliar para o “esporte-espetáculo”. Mesmo que se trate de um conceito mais ampliado que já é utilizado há algum tempo na literatura relacionada ao tema, poderia ajudar a abrir o escopo para outras modalidades menos massificadas.

Agora, com o trabalho neste dossiê finalizado, podemos responder a isso. A seguir, fazemos essa discussão em caráter introdutório, respondendo ao corpo editorial do periódico que “sim e não”, com a respectiva justificativa para isso. Desde este cenário, partimos para a descrição do que o dossiê pode colaborar nesta trajetória ascendente sobre estudos críticos do esporte.

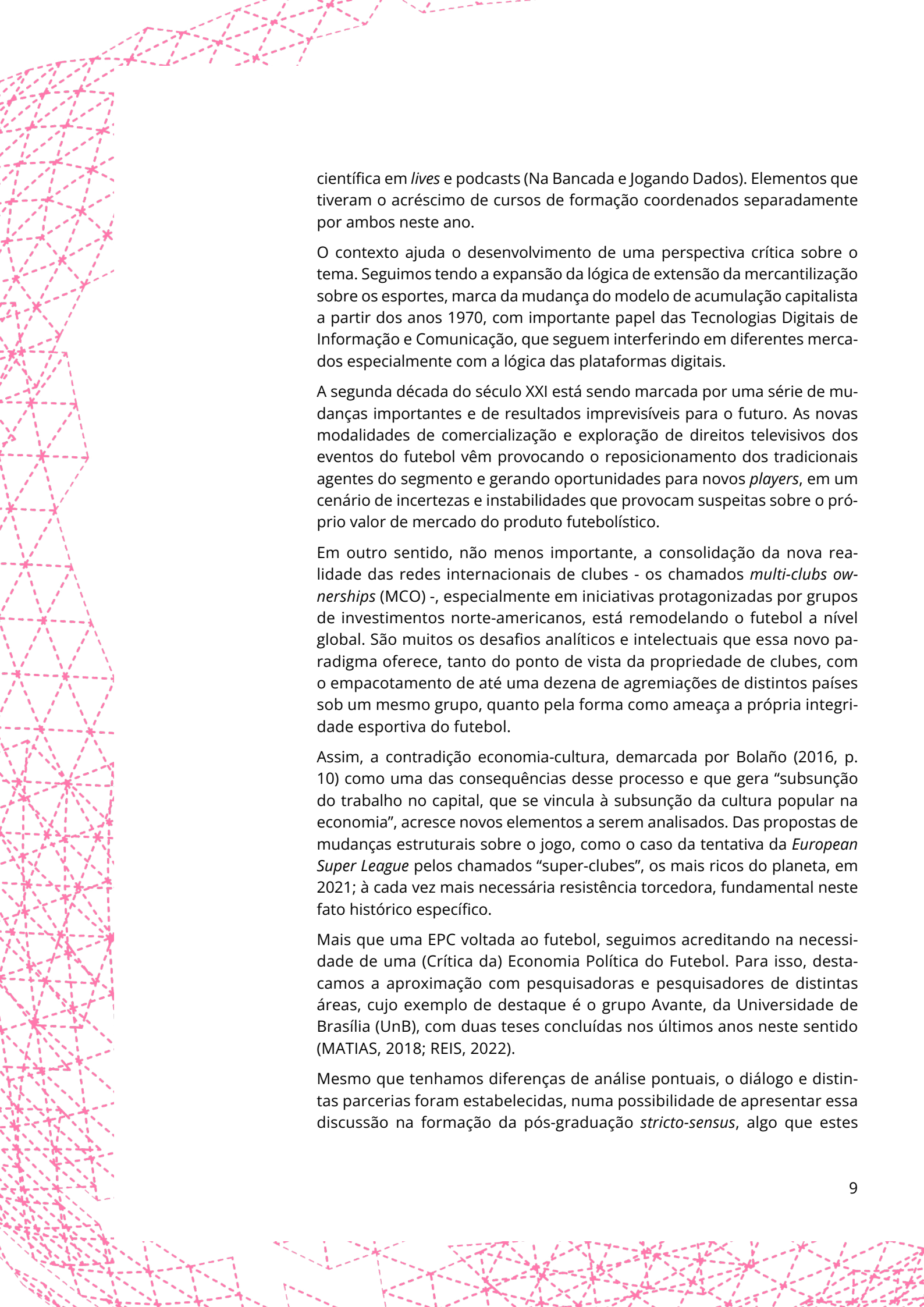
Discussão introdutória

Podemos começar esta parte respondendo que ficamos felizes com o interesse nas temáticas propostas na chamada do dossiê temático, mesmo que a chamada tenha pegado final/início de ano. Porém, preocupados com uma maior tentativa de diálogo com os estudos críticos que demarcam a base teórico-metodológica da EPC que trabalhamos no Brasil, especialmente.

Desta forma, por um lado, a quantidade de artigos enviados foi relevante, onze propostas mandadas inicialmente e dentro do prazo previamente estabelecido. Assim, não foi necessário ampliar a chamada de trabalhos, algo bastante comum em periódicos científicos. Recebemos ainda artigos que não tratavam apenas de futebol, em tempo que a análise era sobre diferentes perfis para observar o esporte no capitalismo contemporâneo.

Entretanto, por outro, o filtro feito por estes coordenadores em parceria com a editora da Revista e as/os pareceristas - a quem aproveitamos o espaço para agradecer a disponibilidade e a atenção com os artigos enviados - fez com que o número se reduzisse bastante, causando certo temor em não se ter o número mínimo para um dossiê temático.

Assim, este dossiê temático confirma a necessidade de maior avanço e organização coletiva para estudos sobre esporte-espetáculo a partir de uma discussão mais próxima da EPC e da Crítica da Economia Política. Necessidade esta que ambos os coordenadores vêm tentando encontrar resultados para a divulgação específica de análise a partir de publicações científicas em periódicos (A. SANTOS; I. SIMÕES, 2016a, 2016b; I. SANTOS; A. SANTOS, 2018), de livros (SANTOS, 2019; SIMÕES, 2017, 2020) e divulgação



científica em *lives* e podcasts (Na Bancada e Jogando Dados). Elementos que tiveram o acréscimo de cursos de formação coordenados separadamente por ambos neste ano.

O contexto ajuda o desenvolvimento de uma perspectiva crítica sobre o tema. Seguimos tendo a expansão da lógica de extensão da mercantilização sobre os esportes, marca da mudança do modelo de acumulação capitalista a partir dos anos 1970, com importante papel das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação, que seguem interferindo em diferentes mercados especialmente com a lógica das plataformas digitais.

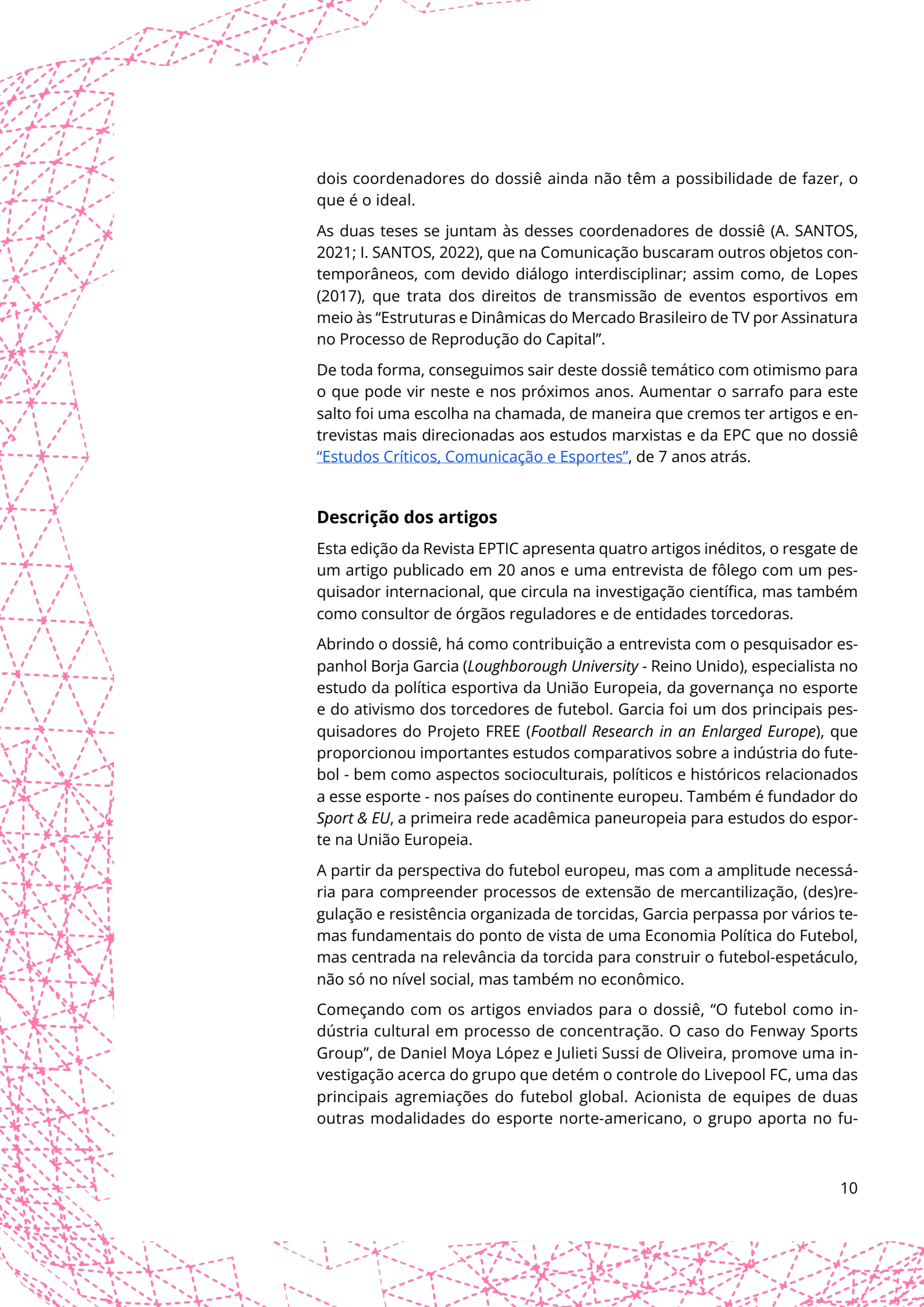
A segunda década do século XXI está sendo marcada por uma série de mudanças importantes e de resultados imprevisíveis para o futuro. As novas modalidades de comercialização e exploração de direitos televisivos dos eventos do futebol vêm provocando o reposicionamento dos tradicionais agentes do segmento e gerando oportunidades para novos *players*, em um cenário de incertezas e instabilidades que provocam suspeitas sobre o próprio valor de mercado do produto futebolístico.

Em outro sentido, não menos importante, a consolidação da nova realidade das redes internacionais de clubes - os chamados *multi-clubs ownerships* (MCO) -, especialmente em iniciativas protagonizadas por grupos de investimentos norte-americanos, está remodelando o futebol a nível global. São muitos os desafios analíticos e intelectuais que essa novo paradigma oferece, tanto do ponto de vista da propriedade de clubes, com o empacotamento de até uma dezena de agremiações de distintos países sob um mesmo grupo, quanto pela forma como ameaça a própria integridade esportiva do futebol.

Assim, a contradição economia-cultura, demarcada por Bolaño (2016, p. 10) como uma das consequências desse processo e que gera “subsunção do trabalho no capital, que se vincula à subsunção da cultura popular na economia”, acresce novos elementos a serem analisados. Das propostas de mudanças estruturais sobre o jogo, como o caso da tentativa da *European Super League* pelos chamados “super-clubes”, os mais ricos do planeta, em 2021; à cada vez mais necessária resistência torcedora, fundamental neste fato histórico específico.

Mais que uma EPC voltada ao futebol, seguimos acreditando na necessidade de uma (Crítica da) Economia Política do Futebol. Para isso, destacamos a aproximação com pesquisadoras e pesquisadores de distintas áreas, cujo exemplo de destaque é o grupo Avante, da Universidade de Brasília (UnB), com duas teses concluídas nos últimos anos neste sentido (MATIAS, 2018; REIS, 2022).

Mesmo que tenhamos diferenças de análise pontuais, o diálogo e distintas parcerias foram estabelecidas, numa possibilidade de apresentar essa discussão na formação da pós-graduação *stricto-sensus*, algo que estes



dois coordenadores do dossiê ainda não têm a possibilidade de fazer, o que é o ideal.

As duas teses se juntam às desses coordenadores de dossiê (A. SANTOS, 2021; I. SANTOS, 2022), que na Comunicação buscaram outros objetos contemporâneos, com devido diálogo interdisciplinar; assim como, de Lopes (2017), que trata dos direitos de transmissão de eventos esportivos em meio às “Estruturas e Dinâmicas do Mercado Brasileiro de TV por Assinatura no Processo de Reprodução do Capital”.

De toda forma, conseguimos sair deste dossiê temático com otimismo para o que pode vir neste e nos próximos anos. Aumentar o sarrafo para este salto foi uma escolha na chamada, de maneira que cremos ter artigos e entrevistas mais direcionadas aos estudos marxistas e da EPC que no dossiê [“Estudos Críticos, Comunicação e Esportes”](#), de 7 anos atrás.


Descrição dos artigos

Esta edição da Revista EPTIC apresenta quatro artigos inéditos, o resgate de um artigo publicado em 20 anos e uma entrevista de fôlego com um pesquisador internacional, que circula na investigação científica, mas também como consultor de órgãos reguladores e de entidades torcedoras.

Abrindo o dossiê, há como contribuição a entrevista com o pesquisador espanhol Borja Garcia (*Loughborough University* - Reino Unido), especialista no estudo da política esportiva da União Europeia, da governança no esporte e do ativismo dos torcedores de futebol. Garcia foi um dos principais pesquisadores do Projeto FREE (*Football Research in an Enlarged Europe*), que proporcionou importantes estudos comparativos sobre a indústria do futebol - bem como aspectos socioculturais, políticos e históricos relacionados a esse esporte - nos países do continente europeu. Também é fundador do *Sport & EU*, a primeira rede acadêmica paneuropeia para estudos do esporte na União Europeia.

A partir da perspectiva do futebol europeu, mas com a amplitude necessária para compreender processos de extensão de mercantilização, (des)regulação e resistência organizada de torcidas, Garcia perpassa por vários temas fundamentais do ponto de vista de uma Economia Política do Futebol, mas centrada na relevância da torcida para construir o futebol-espetáculo, não só no nível social, mas também no econômico.

Começando com os artigos enviados para o dossiê, “O futebol como indústria cultural em processo de concentração. O caso do Fenway Sports Group”, de Daniel Moya López e Julieti Sussi de Oliveira, promove uma investigação acerca do grupo que detém o controle do Liverpool FC, uma das principais agremiações do futebol global. Acionista de equipes de duas outras modalidades do esporte norte-americano, o grupo aporta no fu-



tebol inglês em 2010, estabelecendo um novo marco dentro da indústria esportiva, quando coaduna estratégias comerciais com investimentos no setor midiático e audiovisual.

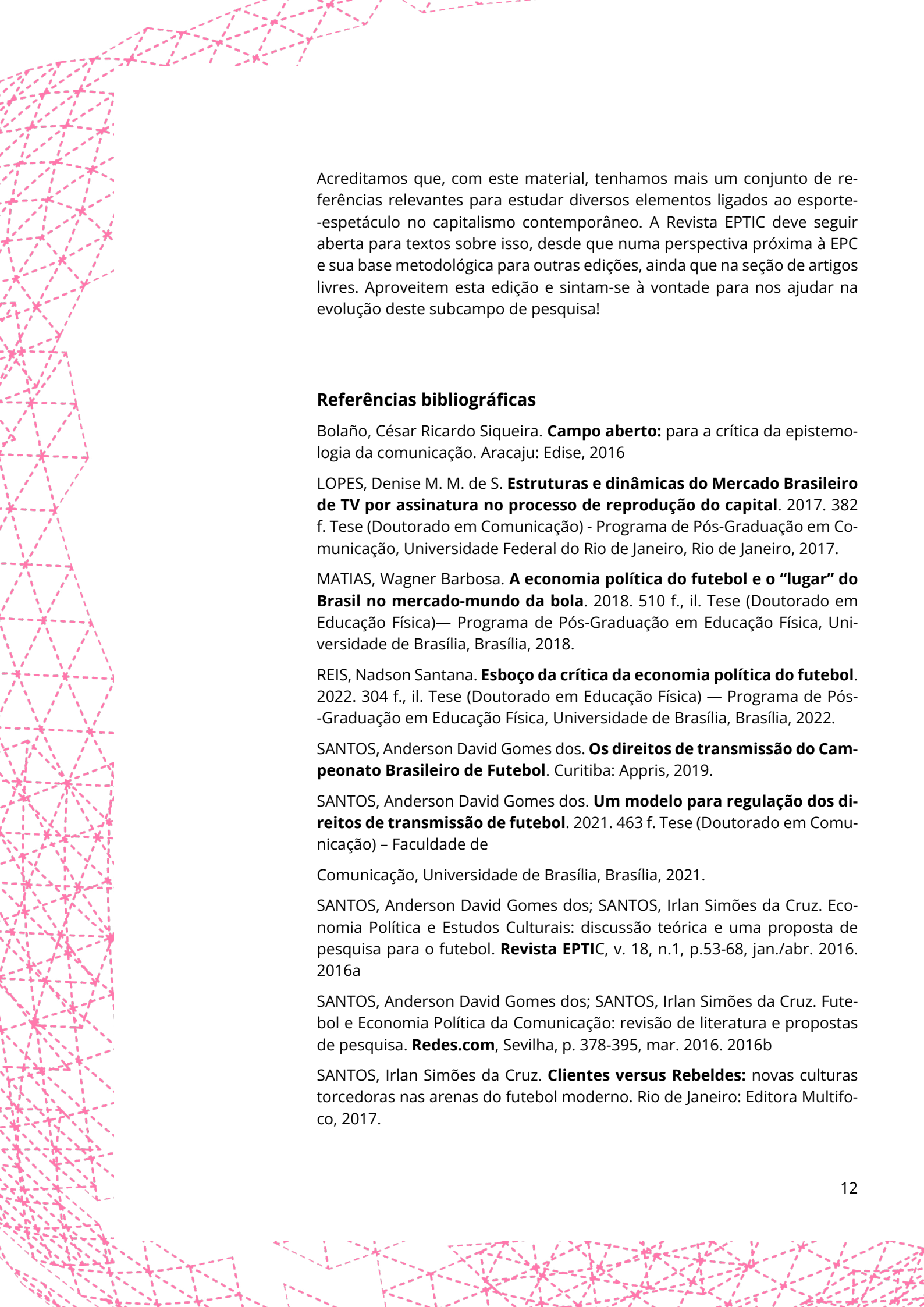
Questão que volta a ser discutida em “Futebol-empresa: o capitalismo chegou, afinal, no futebol brasileiro”, onde Marcos Dantas e Luiz Leo analisam, à luz do conceito de espetáculo em Guy Debord, as mudanças esperadas para o futebol brasileiro a partir da aprovação da “Lei das Sociedades Anônimas do Futebol” (14.193/2021). A análise é dedicada aos impactos da adoção do formato empresarial para gestão dos ativos do futebol dos tradicionais clubes nacionais, com consequente aquisição dessas organizações por grupos privados, muitos dos quais norte-americanos.

Relacionado a um dos temas incitados por esse dossiê - as formas políticas do torcer -, a contribuição de Felipe Tavares Paes Lopes apresenta uma pesquisa junto a um exemplo desses tipos de organizações de torcedores em “Futebol e política: uma análise do imaginário de coletivos de torcedores de esquerda sobre o fascismo”. O autor realiza entrevistas com membros desses coletivos para compreender as formas como o discurso acerca do fenômeno do fascismo é construído por agrupamentos ligados aos clubes paulistanos Corinthians, Palmeiras e São Paulo.

Igualmente interessado na relação entre futebol e política, temos “Time do povo, de luta e liberdade: as construções simbólicas do Sport Club Corinthians Paulista potencializadas pela Democracia Corinthiana”, de Núbia Azevedo, Ana Lúcia Tsutsui e José Carlos Marques. O artigo se dedica a resgatar a histórica experiência política dos jogadores e torcedores do Corinthians em meio à ditadura militar e a forma como esses elementos simbólicos influenciam até os tempos atuais a maneira como o clube busca produzir a sua imagem pública como popular, democrática e de resistência.

De modo a dar destaque às potencialidades da EPC para a análise de outras formas esportivas, o dossiê resgata o artigo “Esporte e Capoeira. Identidade Nacional e Globalização”, de César Bolaño, cuja contribuição é central no campo de estudos político-econômicos do esporte - e mesmo do futebol. Ao ampliar a leitura sobre a relação entre imperialismos e desenvolvimento de culturas esportivas, o autor destaca a capoeira e seu processo de esportivização como caminho para compreender esse fenômeno dentro da realidade política e cultural brasileira.

Essa publicação no presente dossiê é ainda mais relevante porque estava com acesso restrito, por ter sido publicada pela revista impressa da ADUFS (Associação dos Docentes da Universidade Federal de Sergipe) há 20 anos. Nós utilizávamos uma versão repassada pelo autor como referência, mas, até este momento, muito poucas pessoas conheciam que Bolaño havia escrito sobre mercantilização do esporte naquele momento, em que os próprios estudos nas Ciências Humanas e Sociais ainda eram escassos.



Acreditamos que, com este material, tenhamos mais um conjunto de referências relevantes para estudar diversos elementos ligados ao esporte-espetáculo no capitalismo contemporâneo. A Revista EPTIC deve seguir aberta para textos sobre isso, desde que numa perspectiva próxima à EPC e sua base metodológica para outras edições, ainda que na seção de artigos livres. Aproveitem esta edição e sintam-se à vontade para nos ajudar na evolução deste subcampo de pesquisa!

Referências bibliográficas

Bolaño, César Ricardo Siqueira. **Campo aberto:** para a crítica da epistemologia da comunicação. Aracaju: Edise, 2016

LOPES, Denise M. M. de S. **Estruturas e dinâmicas do Mercado Brasileiro de TV por assinatura no processo de reprodução do capital.** 2017. 382 f. Tese (Doutorado em Comunicação) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

MATIAS, Wagner Barbosa. **A economia política do futebol e o “lugar” do Brasil no mercado-mundo da bola.** 2018. 510 f., il. Tese (Doutorado em Educação Física)— Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

REIS, Nadson Santana. **Esboço da crítica da economia política do futebol.** 2022. 304 f., il. Tese (Doutorado em Educação Física) — Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

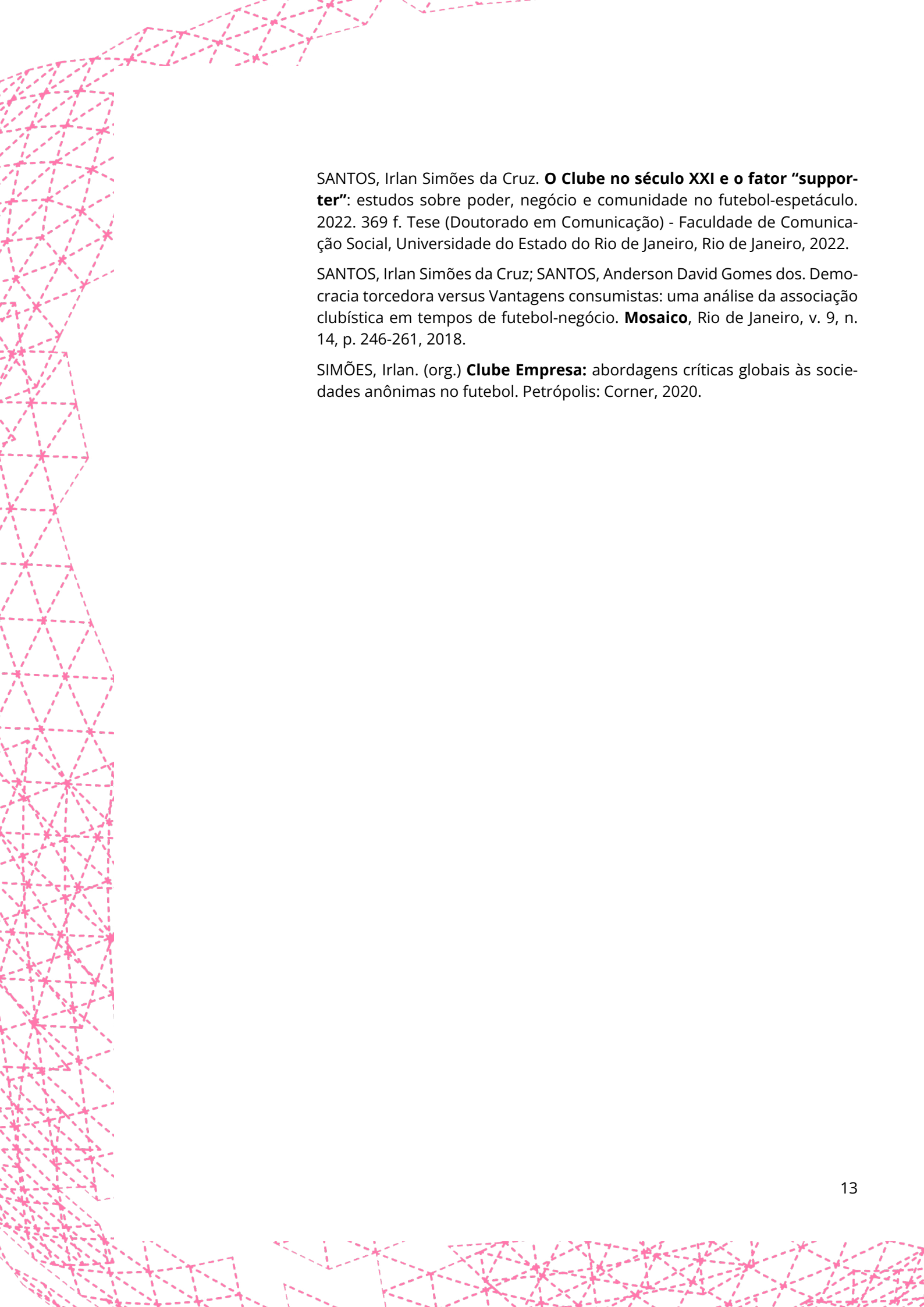
SANTOS, Anderson David Gomes dos. **Os direitos de transmissão do Campeonato Brasileiro de Futebol.** Curitiba: Appris, 2019.

SANTOS, Anderson David Gomes dos. **Um modelo para regulação dos direitos de transmissão de futebol.** 2021. 463 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

SANTOS, Anderson David Gomes dos; SANTOS, Irlan Simões da Cruz. Economia Política e Estudos Culturais: discussão teórica e uma proposta de pesquisa para o futebol. **Revista EPTIC**, v. 18, n.1, p.53-68, jan./abr. 2016. 2016a

SANTOS, Anderson David Gomes dos; SANTOS, Irlan Simões da Cruz. Futebol e Economia Política da Comunicação: revisão de literatura e propostas de pesquisa. **Redes.com**, Sevilha, p. 378-395, mar. 2016. 2016b

SANTOS, Irlan Simões da Cruz. **Cientes versus Rebeldes:** novas culturas torcedoras nas arenas do futebol moderno. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2017.



SANTOS, Irlan Simões da Cruz. **O Clube no século XXI e o fator “supporter”**: estudos sobre poder, negócio e comunidade no futebol-espetáculo. 2022. 369 f. Tese (Doutorado em Comunicação) - Faculdade de Comunicação Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

SANTOS, Irlan Simões da Cruz; SANTOS, Anderson David Gomes dos. Democracia torcedora versus Vantagens consumistas: uma análise da associação clubística em tempos de futebol-negócio. **Mosaico**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 14, p. 246-261, 2018.

SIMÕES, Irlan. (org.) **Clube Empresa**: abordagens críticas globais às sociedades anônimas no futebol. Petrópolis: Corner, 2020.

“O futebol é uma atividade social e econômica coletiva”

Por Anderson David Gomes dos Santos

Professor da Unidade Educacional Santana do Ipanema/Campus Sertão da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

Contato: anderson.gomes@santana.ufal.br.

Alguns interesses de pesquisa mobilizam os coordenadores deste dossiê da Revista EPTIC sobre esporte-espetáculo: extensão da mercantilização dos jogos, com a participação da Indústria Cultural; caminhos para a resistência dos torcedores nesse processo, visto como elemento crucial da prática esportiva; e as lutas de poder em torno disso, especialmente considerando as possibilidades de regulação.

Para a entrevista deste dossiê, encontramos uma excelente referência no pesquisador espanhol Borja García (Loughborough University). Com uma conversa que durou quase 2 horas, diante de tantas questões pertinentes a serem discutidas sobre o futebol na contemporaneidade, apresentamos aqui uma versão editada, mas que levanta diversas questões de análise social e acadêmica sobre este esporte.

Garcia é professor sênior de Política e Gestão de Esportes na Loughborough University (Reino Unido), um dos principais especialistas no estudo da política esportiva da União Europeia, governança esportiva e ativismo de torcedores de futebol. Entre outros projetos, foi um dos investigadores principais do Projeto FREE, onde liderou um programa de pesquisa sobre a opinião dos torcedores de futebol sobre a governança do jogo. Ele também é o fundador da Sport Andeu, a primeira rede acadêmica paneuropeia para o estudo do esporte e da União Europeia.



Creative Commons



Atribuição



NãoComercial



Compartilhalgal

Anderson Santos: Quero começar com a pergunta talvez mais complexa: De quem é o jogo de futebol hoje?

Borja García: O futebol é de todos. Acredito que o futebol deve ser, como diz a UNESCO, um patrimônio da humanidade.

O problema do futebol, como de muitas coisas em geral, é que tanto no nível popular quanto no nível mais comercial, você precisa de muita gente. Quer dizer, precisa de gente que jogue, que arbitre, alguém que até na rua meta quatro pedras... Precisa dos treinadores, dos torcedores, das mães e dos pais que levam as crianças.

E se falamos de futebol profissional, mas o futebol parece não querer entendê-lo, é porque não se pode organizar sem todos os seus componentes. O futebol não pode ser organizado se não tiver todos os companheiros, os jogadores, os treinadores, os árbitros, se não tiver os torcedores! E se você não tem os clubes, e os clubes precisam de outros clubes.

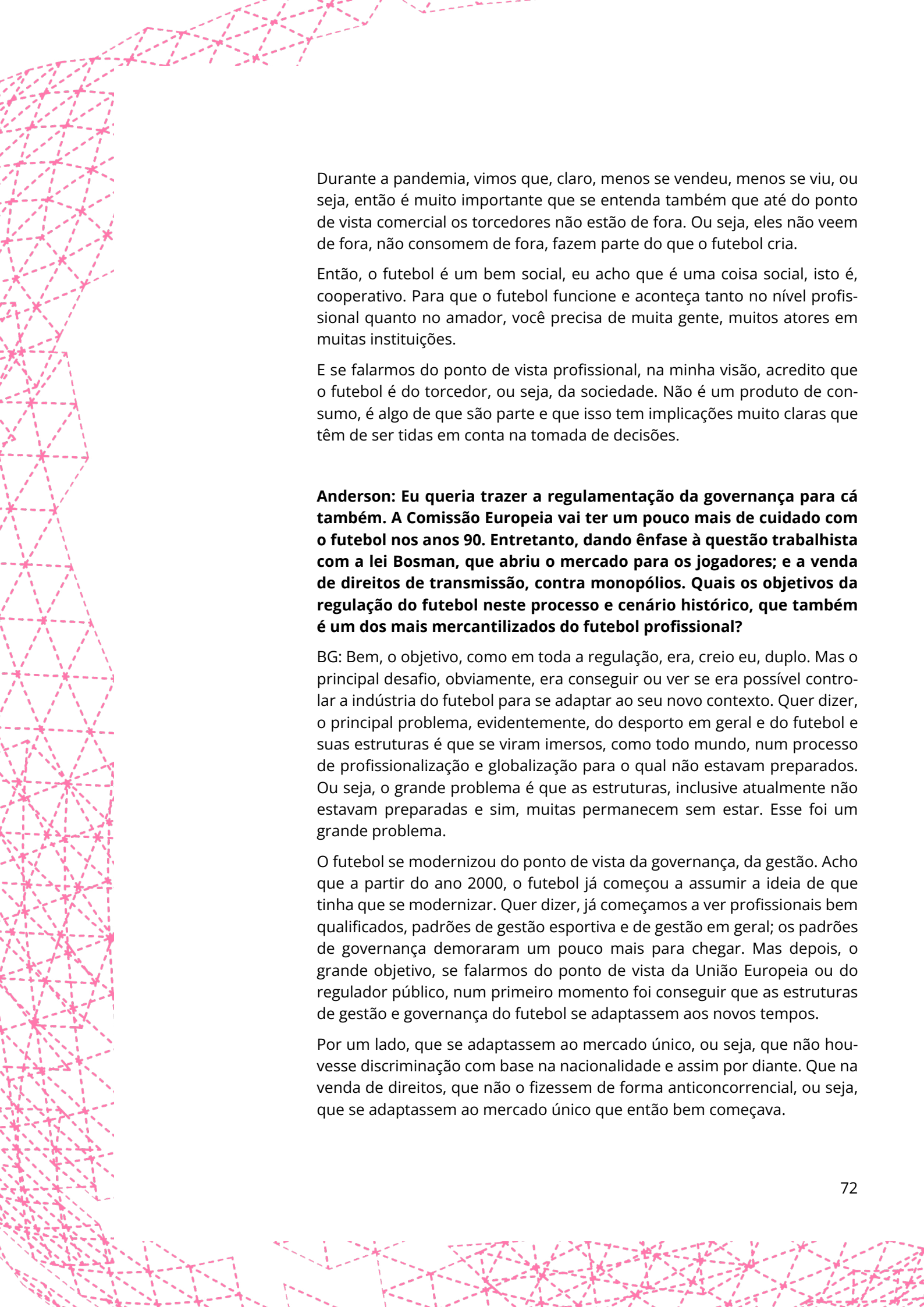
O futebol é uma atividade social e econômica coletiva. E isso vai de encontro aos interesses de muitos atores e não vou falar de pessoas, mas atores, organizações que querem tornar o futebol menos coletivo. Mas é que não pode existir futebol menos coletivo. Em outras palavras, não importa quão profissional, não importa quão comercial, você precisa de uma multiplicidade de atores.

O futebol não é para os clubes, para a FIFA, para a UEFA, não é só para os torcedores, porque se não houver clubes os torcedores não têm a quem queira torcer. Existem muitas organizações e muitas partes do futebol que não entendem ou não querem entender. Porque não é que não entenda, é que o que eles querem é mais parte do bolo para eles.

Eles obviamente querem distribuir o mínimo possível. É evidente que existem organizações, que existem atores que podem ser menos necessários do que outros. Claro, os clubes agora dizem: “não precisamos da UEFA, nós nos organizamos”. O que é possível. Eu não te diria que não, mas eles ainda precisam de algo. Eles precisam de alguém para organizar a coisa.

Vimos isso muito claramente na pandemia. Você precisa dos espectadores. O futebol sem os torcedores não pode existir. Sim, claro, pode jogar, mas a nível profissional não é a mesma coisa. E se falamos do ponto de vista sociocultural, e nos referimos sobretudo ao esporte e ao esporte profissional, creio que precisamente por ser coletivo, por ser cultural, o futebol não pode ou não deve – porque por força não devem ser mercantilizados e acabam sendo, acabam nas mãos de um pequeno número de responsáveis.

Então, obviamente, vamos debater se o futebol é dos torcedores ou dos clubes. Acredito que o futebol é da sociedade, e a sociedade é representada pelos diferentes tipos de torcedores. Futebol não é supermercado. Para mim, essa interpretação é uma perversão do que é o futebol.



Durante a pandemia, vimos que, claro, menos se vendeu, menos se viu, ou seja, então é muito importante que se entenda também que até do ponto de vista comercial os torcedores não estão de fora. Ou seja, eles não veem de fora, não consomem de fora, fazem parte do que o futebol cria.

Então, o futebol é um bem social, eu acho que é uma coisa social, isto é, cooperativo. Para que o futebol funcione e aconteça tanto no nível profissional quanto no amador, você precisa de muita gente, muitos atores em muitas instituições.

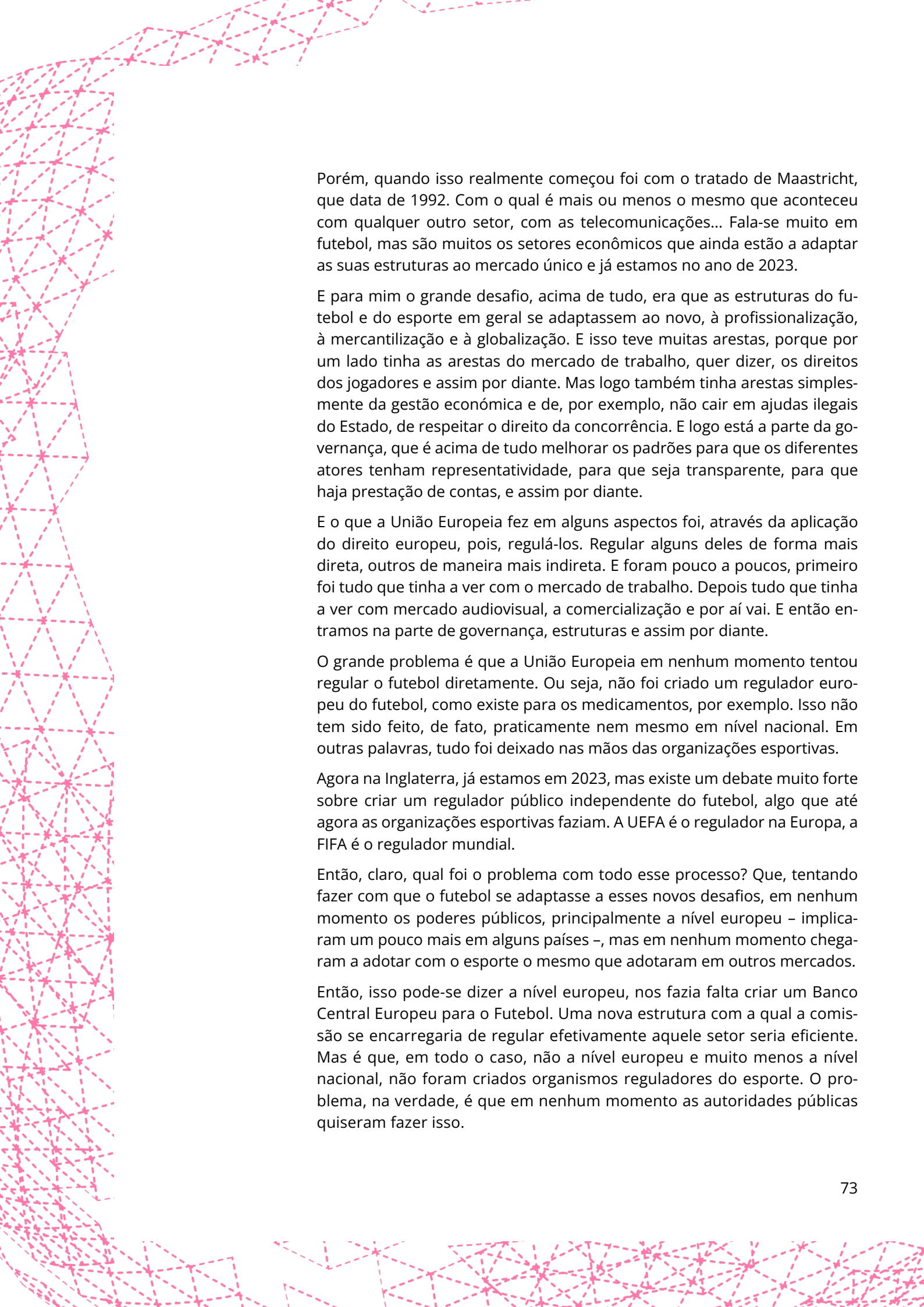
E se falarmos do ponto de vista profissional, na minha visão, acredito que o futebol é do torcedor, ou seja, da sociedade. Não é um produto de consumo, é algo de que são parte e que isso tem implicações muito claras que têm de ser tidas em conta na tomada de decisões.

Anderson: Eu queria trazer a regulamentação da governança para cá também. A Comissão Europeia vai ter um pouco mais de cuidado com o futebol nos anos 90. Entretanto, dando ênfase à questão trabalhista com a lei Bosman, que abriu o mercado para os jogadores; e a venda de direitos de transmissão, contra monopólios. Quais os objetivos da regulação do futebol neste processo e cenário histórico, que também é um dos mais mercantilizados do futebol profissional?

BG: Bem, o objetivo, como em toda a regulação, era, creio eu, duplo. Mas o principal desafio, obviamente, era conseguir ou ver se era possível controlar a indústria do futebol para se adaptar ao seu novo contexto. Quer dizer, o principal problema, evidentemente, do desporto em geral e do futebol e suas estruturas é que se viram imersos, como todo mundo, num processo de profissionalização e globalização para o qual não estavam preparados. Ou seja, o grande problema é que as estruturas, inclusive atualmente não estavam preparadas e sim, muitas permanecem sem estar. Esse foi um grande problema.

O futebol se modernizou do ponto de vista da governança, da gestão. Acho que a partir do ano 2000, o futebol já começou a assumir a ideia de que tinha que se modernizar. Quer dizer, já começamos a ver profissionais bem qualificados, padrões de gestão esportiva e de gestão em geral; os padrões de governança demoraram um pouco mais para chegar. Mas depois, o grande objetivo, se falarmos do ponto de vista da União Europeia ou do regulador público, num primeiro momento foi conseguir que as estruturas de gestão e governança do futebol se adaptassem aos novos tempos.

Por um lado, que se adaptassem ao mercado único, ou seja, que não houvesse discriminação com base na nacionalidade e assim por diante. Que na venda de direitos, que não o fizessem de forma anticoncorrencial, ou seja, que se adaptassem ao mercado único que então bem começava.



Porém, quando isso realmente começou foi com o tratado de Maastricht, que data de 1992. Com o qual é mais ou menos o mesmo que aconteceu com qualquer outro setor, com as telecomunicações... Fala-se muito em futebol, mas são muitos os setores econômicos que ainda estão a adaptar as suas estruturas ao mercado único e já estamos no ano de 2023.

E para mim o grande desafio, acima de tudo, era que as estruturas do futebol e do esporte em geral se adaptassem ao novo, à profissionalização, à mercantilização e à globalização. E isso teve muitas arestas, porque por um lado tinha as arestas do mercado de trabalho, quer dizer, os direitos dos jogadores e assim por diante. Mas logo também tinha arestas simplesmente da gestão económica e de, por exemplo, não cair em ajudas ilegais do Estado, de respeitar o direito da concorrência. E logo está a parte da governança, que é acima de tudo melhorar os padrões para que os diferentes atores tenham representatividade, para que seja transparente, para que haja prestação de contas, e assim por diante.

E o que a União Europeia fez em alguns aspectos foi, através da aplicação do direito europeu, pois, regulá-los. Regular alguns deles de forma mais direta, outros de maneira mais indireta. E foram pouco a poucos, primeiro foi tudo que tinha a ver com o mercado de trabalho. Depois tudo que tinha a ver com mercado audiovisual, a comercialização e por aí vai. E então entramos na parte de governança, estruturas e assim por diante.

O grande problema é que a União Europeia em nenhum momento tentou regular o futebol diretamente. Ou seja, não foi criado um regulador europeu do futebol, como existe para os medicamentos, por exemplo. Isso não tem sido feito, de fato, praticamente nem mesmo em nível nacional. Em outras palavras, tudo foi deixado nas mãos das organizações esportivas.

Agora na Inglaterra, já estamos em 2023, mas existe um debate muito forte sobre criar um regulador público independente do futebol, algo que até agora as organizações esportivas faziam. A UEFA é o regulador na Europa, a FIFA é o regulador mundial.

Então, claro, qual foi o problema com todo esse processo? Que, tentando fazer com que o futebol se adaptasse a esses novos desafios, em nenhum momento os poderes públicos, principalmente a nível europeu – implicaram um pouco mais em alguns países –, mas em nenhum momento chegaram a adotar com o esporte o mesmo que adotaram em outros mercados.

Então, isso pode-se dizer a nível europeu, nos fazia falta criar um Banco Central Europeu para o Futebol. Uma nova estrutura com a qual a comissão se encarregaria de regular efetivamente aquele setor seria eficiente. Mas é que, em todo o caso, não a nível europeu e muito menos a nível nacional, não foram criados organismos reguladores do esporte. O problema, na verdade, é que em nenhum momento as autoridades públicas quiseram fazer isso.

Anderson: Chegamos então à captura da regulação europeia do futebol pelas entidades futebolísticas. Como isso tem sido demonstrado nos últimos anos?

BG: A primeira coisa a entender é que tampouco é um processo raro. O mercado muitas vezes captura os interesses do regulador, porque no final eles têm muitos interesses em comum. No caso da União Europeia, é uma coisa mais política. Por outras palavras, no fundo é uma captura em certo sentido, porque depende também daquilo que se pensa que a Comissão Europeia deve fazer.

Porque, claro, é captura se dissermos que a Comissão Europeia tem de liberalizar tudo, porque é isso que ela tem feito, é um agente liberalizador. Ou seja, não é um regulador, é um agente desregulador. Então, claro, no mundo do futebol, em princípio o Tribunal de Justiça e a Comissão Europeia, o caso Bosman e as primeiras decisões, isso teve um efeito liberalizador.

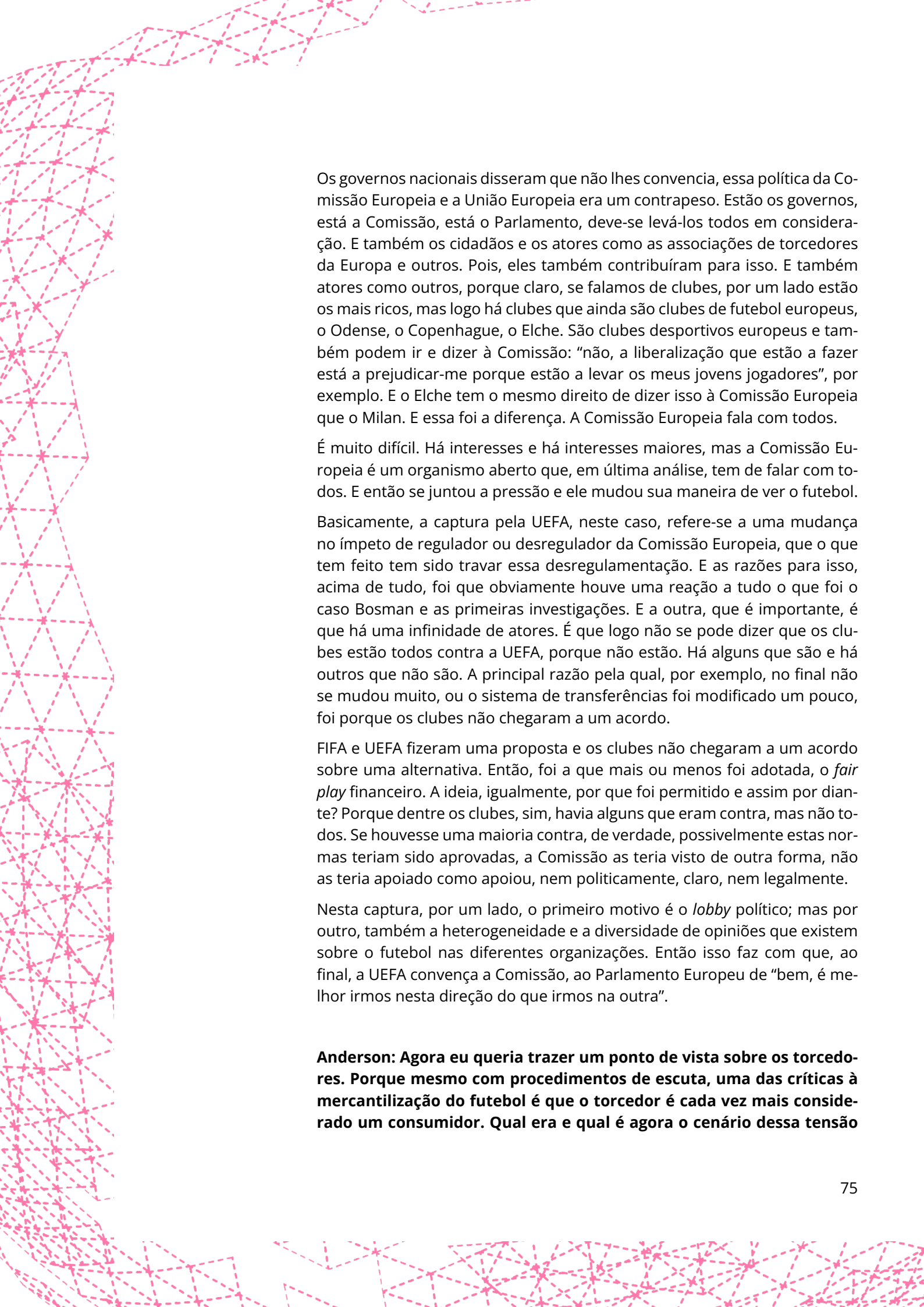
No entanto, houve um movimento político, de *lobby*, por parte de alguns atores, obviamente o Comitê Olímpico Internacional (COI), a FIFA, a UEFA, que você sempre pode duvidar de seus interesses. Mas não só eles, é preciso lembrar sempre que sim, claro, o COI, a FIFA e a UEFA sempre irão contra esse efeito liberalizador porque tira o poder deles. Essa é uma das razões pelas quais a FIFA e a UEFA queriam o contrário, ou seja, que o futebol fosse entendido de uma forma mais social, cultural e outra.

Essa relação entre o futebol entendido como atividade comercial e o futebol entendido como atividade social. E é na relação entre essas duas definições que está a captura.

A captura deve ser entendida desde quando a Comissão Europeia teve um momento inicial, entre os anos 95 e 2000, aproximadamente, em que entendeu o futebol de forma econômica e social, e logo a partir do ano 2000 passou a entender o futebol e o esporte em geral mais do ponto de vista sociocultural.

E isso a levou a fazer uma política diferente. Quero dizer, é uma captura? O resto de nós chama isso de captura e foi muito útil para nós falarmos sobre teoria de regulação e assim por diante. Mas o que isso é, é uma mudança de política pública. Ou seja, é uma política pública que em um momento e entendia o futebol de uma forma e em outro momento, de repente, aquelas instituições disseram: “não, vamos entender o futebol de maneira distinta”. E isso acontece em todos os lugares e em muitos países quando há mudanças de governo. E aí, muda a forma de entendê-la.

Então, claro, é uma captura, porque em realidade o que tem acontecido é que tem sido um processo de, por muito tempo, *lobby*, de convencimento por parte da FIFA e da UEFA, mas não só eles, por parte dos governos nacionais.



Os governos nacionais disseram que não lhes convencia, essa política da Comissão Europeia e a União Europeia era um contrapeso. Estão os governos, está a Comissão, está o Parlamento, deve-se levá-los todos em consideração. E também os cidadãos e os atores como as associações de torcedores da Europa e outros. Pois, eles também contribuíram para isso. E também atores como outros, porque claro, se falamos de clubes, por um lado estão os mais ricos, mas logo há clubes que ainda são clubes de futebol europeus, o Odense, o Copenhague, o Elche. São clubes desportivos europeus e também podem ir e dizer à Comissão: “não, a liberalização que estão a fazer está a prejudicar-me porque estão a levar os meus jovens jogadores”, por exemplo. E o Elche tem o mesmo direito de dizer isso à Comissão Europeia que o Milan. E essa foi a diferença. A Comissão Europeia fala com todos.

É muito difícil. Há interesses e há interesses maiores, mas a Comissão Europeia é um organismo aberto que, em última análise, tem de falar com todos. E então se juntou a pressão e ele mudou sua maneira de ver o futebol.

Basicamente, a captura pela UEFA, neste caso, refere-se a uma mudança no ímpeto de regulador ou desregulador da Comissão Europeia, que o que tem feito tem sido travar essa desregulamentação. E as razões para isso, acima de tudo, foi que obviamente houve uma reação a tudo o que foi o caso Bosman e as primeiras investigações. E a outra, que é importante, é que há uma infinidade de atores. É que logo não se pode dizer que os clubes estão todos contra a UEFA, porque não estão. Há alguns que são e há outros que não são. A principal razão pela qual, por exemplo, no final não se mudou muito, ou o sistema de transferências foi modificado um pouco, foi porque os clubes não chegaram a um acordo.

FIFA e UEFA fizeram uma proposta e os clubes não chegaram a um acordo sobre uma alternativa. Então, foi a que mais ou menos foi adotada, o *fair play* financeiro. A ideia, igualmente, por que foi permitido e assim por diante? Porque dentre os clubes, sim, havia alguns que eram contra, mas não todos. Se houvesse uma maioria contra, de verdade, possivelmente estas normas teriam sido aprovadas, a Comissão as teria visto de outra forma, não as teria apoiado como apoiou, nem politicamente, claro, nem legalmente.

Nesta captura, por um lado, o primeiro motivo é o *lobby* político; mas por outro, também a heterogeneidade e a diversidade de opiniões que existem sobre o futebol nas diferentes organizações. Então isso faz com que, ao final, a UEFA convença a Comissão, ao Parlamento Europeu de “bem, é melhor irmos nesta direção do que irmos na outra”.

Anderson: Agora eu queria trazer um ponto de vista sobre os torcedores. Porque mesmo com procedimentos de escuta, uma das críticas à mercantilização do futebol é que o torcedor é cada vez mais considerado um consumidor. Qual era e qual é agora o cenário dessa tensão

entre a importância da participação popular como elemento cultural e o controle público da desregulamentação no caso da Europa? Enfim, como as organizações europeias procuram abordar esta questão da participação popular?

BG - Bem, se falamos dentro do mundo europeu, é evidente que inicialmente tudo o que teve a ver com a desregulação, caso Bosman e demais, favorece a comercialização, pois empurrou os seguidores a um lado, clarissimamente. Porque não apenas da governança e da regulação, senão muito do que se fez desde o ponto de vista da segurança. Claro, não foi a nível europeu, isso a nível nacional, porém, todas as reações ao que passou em Heysel, ao que passou em Hillsborough.


Então, a maneira que se respondeu a isso, pois foi por um lado, clareando um pouco o futebol no sentido de que todos sentados etc., isso logo teve o efeito de encarecer os tickets e isso não diretamente, senão indiretamente aos impulsos, à roda da comercialização. Uma mudança no perfil sociológico das pessoas que vão aos campos. Um câmbio que não necessariamente é ruim. Quer dizer, é muito mais cômodo ir ao futebol hoje em dia. Tampouco há que romantizar o passado, é verdade, porém também é certo esse excesso.

Me parece muito bom que se tenha modernizado e isso tem que evoluir. E sempre se podem ver compromissos, vê-se como na Alemanha conseguiram certo equilíbrio. Ou seja, pode-se chegar a equilíbrios que melhorem, porque temos que melhorá-lo e não podemos estar como estávamos nos anos 80. Isso também há que reconhecer.

Assim, a dinâmica foi mais ou menos essa. Ou seja, por um lado, a liberalização e a comercialização permitidas, claro, mudaram a demografia, a economia, o público. Mais logo isso junto com a resposta do ponto de vista da segurança, de marginalizar certos grupos de seguidores, sempre uma definição negativa deles. Quero dizer, o torcedor foi concebido tanto pelas autoridades futebolísticas quanto esportivas como algo problemático. Então, o retorno para levar em conta os torcedores tem sido uma luta deles, uma luta que eles organizaram, que vem tendo algum apoio político.

Houve governos, autoridades públicas em certos países, que chegou um momento em que eles entenderam de forma diferente, que de fato os torcedores eram organizações e, bem, eles entenderam sua participação de uma forma mais positiva. Mas isso aconteceu porque os torcedores se reuniram e se organizaram. Suponho também porque eles aprenderam e porque, obviamente, você precisa apresentar seu caso e fazê-lo de maneira convincente.

Desta forma, as organizações de seguidores e aficionados se articularam de uma maneira muito séria, ou seja, com pessoas que sabiam o que falavam. O movimento político da torcida se uniu e reivindicou seu espaço, em alguns países mais do que em outros. Sabemos que ele tem sido muito



ativo na Escandinávia, na Suécia, na Noruega, por exemplo, o que é normal, porque esses países também são culturalmente assim, são muito participativos. No sul da Europa, choca muito mais. Até porque há menos associativismo. Porque não existe uma cultura de ação coletiva, como existe no norte da Europa. Isso também deve ser levado em consideração.

Mas no fundo é um movimento social, político, que reivindica o seu espaço dentro das estruturas do futebol e que, evidentemente, chega também num momento em que, por exemplo, essas reivindicações são politicamente boas para certos atores.

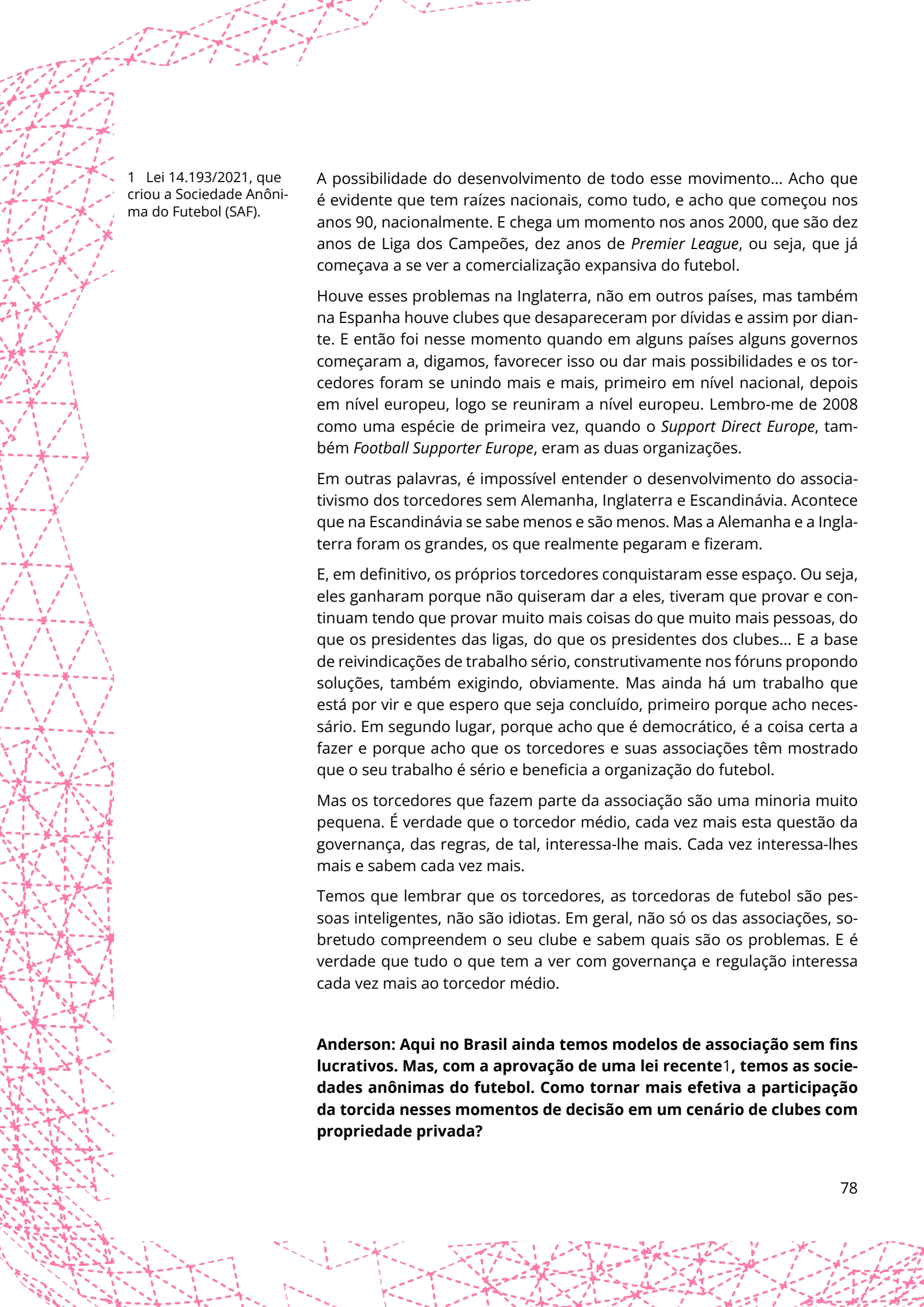
Ou seja, Tratado de Maastricht de 1992, início do Euro em 2002... E já a partir do ano 2002, 2003, a União Europeia entra um pouco mais numa era mais social. Ela quer um pouco mais, já não tanto econômico, senão mais social, apoia os cidadãos etc. Então, claro, a União Europeia, seja lá o que for, é para apoiar, seja com dinheiro, os movimentos sociais. Bom, para tudo que é movimento social é uma coisa que, digamos, remava a favor, porque era a pauta que a União Europeia em geral estava desenvolvendo e dentro do mundo do esporte também.

Então, claro, o que realmente aconteceu foi que o associativismo dos seguidores encontrou alguns representantes políticos que favoreceram seus pedidos. No Reino Unido, por exemplo, o governo de Tony Blair por volta do ano 2000. Por quê? Bem, porque naquela época, além disso, houve vários clubes que faliram.

Isso já é mais complicado. Com o colapso da ITV Digital, surgiram muitos problemas financeiros. Então, tudo veio junto. Juntou-se um governo trabalhista com torcedores que começavam a se organizar, com alguns clubes que faliam. Assim, um pouco da tempestade perfeita que o governo de Tony Blair, só nessa ideia do Reino Unido, “bem, vamos facilitar o associativismo dos torcedores”. E mais ou menos a mesma coisa aconteceu na Alemanha e isso veio para a Europa. Chegou na Europa, estamos falando do ano de 2008.

Então, chega uma organização que diz “Somos assim, estamos fazendo isso”. E a Comissão Europeia e o Parlamento Europeu sentam-se com eles. E aí eles começam a dar voz, a dar dinheiro. Ou seja, tudo tem sido, desde o ponto de vista da União Europeia, um alto-falante político para os seguidores, mas também tem sido de dinheiro, o que se chama de *capacity building*. Quer dizer, “damos-lhe dinheiro para fazer isto e aquilo”, e tem sabido aproveitá-lo.

E obviamente, a outra perna do banco que falta, que não é a União Europeia, é a UEFA. Por que a UEFA dedicou um milhão de euros à criação da associação de torcedores? Porque a beneficiava, claro. Mas ainda o fez e outros não fizeram. E isso também é importante.



1 Lei 14.193/2021, que criou a Sociedade Anônima do Futebol (SAF).

A possibilidade do desenvolvimento de todo esse movimento... Acho que é evidente que tem raízes nacionais, como tudo, e acho que começou nos anos 90, nacionalmente. E chega um momento nos anos 2000, que são dez anos de Liga dos Campeões, dez anos de *Premier League*, ou seja, que já começava a se ver a comercialização expansiva do futebol.

Houve esses problemas na Inglaterra, não em outros países, mas também na Espanha houve clubes que desapareceram por dívidas e assim por diante. E então foi nesse momento quando em alguns países alguns governos começaram a, digamos, favorecer isso ou dar mais possibilidades e os torcedores foram se unindo mais e mais, primeiro em nível nacional, depois em nível europeu, logo se reuniram a nível europeu. Lembro-me de 2008 como uma espécie de primeira vez, quando o *Support Direct Europe*, também *Football Supporter Europe*, eram as duas organizações.


Em outras palavras, é impossível entender o desenvolvimento do associativismo dos torcedores sem Alemanha, Inglaterra e Escandinávia. Acontece que na Escandinávia se sabe menos e são menos. Mas a Alemanha e a Inglaterra foram os grandes, os que realmente pegaram e fizeram.

E, em definitivo, os próprios torcedores conquistaram esse espaço. Ou seja, eles ganharam porque não quiseram dar a eles, tiveram que provar e continuam tendo que provar muito mais coisas do que muito mais pessoas, do que os presidentes das ligas, do que os presidentes dos clubes... E a base de reivindicações de trabalho sério, construtivamente nos fóruns propondo soluções, também exigindo, obviamente. Mas ainda há um trabalho que está por vir e que espero que seja concluído, primeiro porque acho necessário. Em segundo lugar, porque acho que é democrático, é a coisa certa a fazer e porque acho que os torcedores e suas associações têm mostrado que o seu trabalho é sério e beneficia a organização do futebol.

Mas os torcedores que fazem parte da associação são uma minoria muito pequena. É verdade que o torcedor médio, cada vez mais esta questão da governança, das regras, de tal, interessa-lhe mais. Cada vez interessa-lhes mais e sabem cada vez mais.

Temos que lembrar que os torcedores, as torcedoras de futebol são pessoas inteligentes, não são idiotas. Em geral, não só os das associações, sobretudo compreendem o seu clube e sabem quais são os problemas. E é verdade que tudo o que tem a ver com governança e regulação interessa cada vez mais ao torcedor médio.

Anderson: Aqui no Brasil ainda temos modelos de associação sem fins lucrativos. Mas, com a aprovação de uma lei recente¹, temos as sociedades anônimas do futebol. Como tornar mais efetiva a participação da torcida nesses momentos de decisão em um cenário de clubes com propriedade privada?



BG – Aí só cabe a regulação.

Quer dizer, um dos grandes problemas, principalmente no Reino Unido, quando Tony Blair lançou, a ideia era boa, que os torcedores entrariam, fossem uma cooperativa e donos do clube. Mas é claro que num futebol tão mercantilizado como o britânico, e logo se tornou o europeu, no final das contas é muito difícil para os torcedores serem donos de um clube. Eles só podem ser em um nível muito baixo, quarta divisão, quinta divisão.

O maior caso que chegou a ficar no topo foi Swansea City, os torcedores tiveram 20%. Aí acabaram vendendo também e, ademais, algumas brigas... Foi a única história de sucesso e acabou mal também.

Em outras palavras, o grande problema é a propriedade. As sociedades anônimas desportivas também não funcionaram, não há propriedade. Mas há alguns casos em que, sim, há muitos fãs que compraram ações.

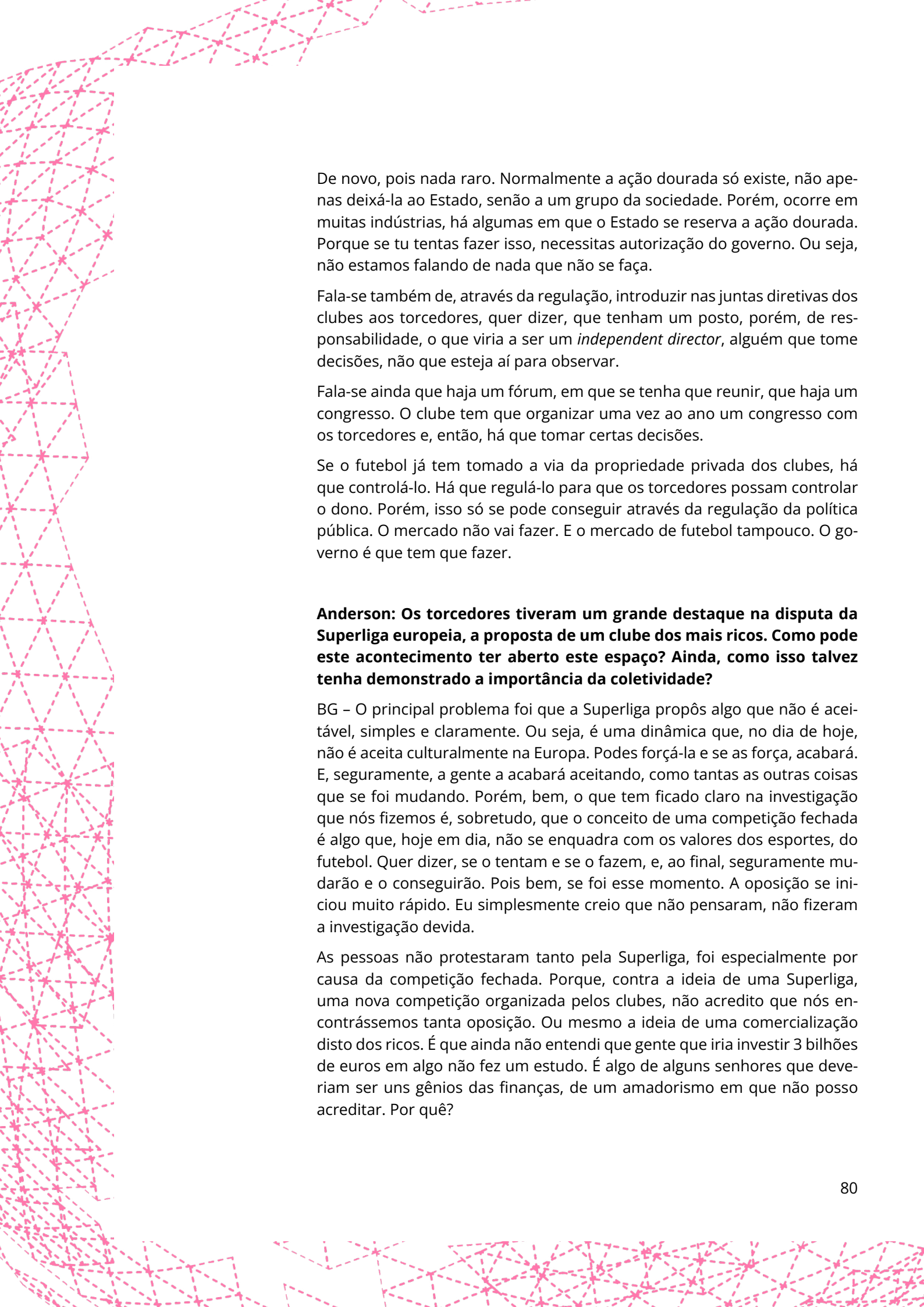
Por exemplo, na Espanha, pelo que li, há um artigo de Ángel Barajas e outros doutores que disseram que enquanto há propriedade privada, é mais eficaz se está muito repartida. É curioso, eles fizeram números e a conclusão é que, não necessariamente vão ganhar mais títulos, mas que é mais eficiente do ponto de vista econômico se a propriedade for muito distribuída do que se tem apenas uma pessoa.

Mas vamos lá, de uma forma que tem que regulá-lo, você tem que dizer “não, ninguém pode ter mais de 10 por cento de um clube”, por exemplo. Porque se você não regular, não vai acontecer. Então, claro, se estamos falando de participação de torcedores, num momento no qual já o mercantilizamos e começamos a falar de propriedade privada, é muito complicado. Sim, porque os torcedores raramente conseguirão se apossar da propriedade ou de uma parte significativa da propriedade.

Há casos que meio que conseguiram. Aqui no Betis, por exemplo, os pequenos acionistas se uniram e conseguiram expulsar Manuel Ruiz de Lopera. O Málaga conseguiu levar o xequê a julgamento, mas, claro, o xequê foi para o Catar e, como não há extradição, tudo parou por aí. Então, bem, eles podem, em alguns casos se uniram, os pequenos acionistas se uniram, mas, claro, são casos assim, expulsar a este dono, ou seja, em geral é complicado.

Então, entramos na via da regulação. A ver, se tem falado durante muito tempo sobre o caso da Alemanha, 50% mais um, porém, é regulação. Há propriedade, porém a propriedade nunca pode ser mais de 49%.

Está se falando muito aqui na Espanha, no Reino Unido, de regular basicamente que através da lei, da regulação aos torcedores, que os dê uma série de direitos. Quer dizer, por exemplo, que tenham uma ação dourada, que para determinadas coisas o dono não pode fazer se não autorizam os torcedores. Isto é, para mudar o escudo, trocar de estádio, para vender o clube... Pois isso poderia ser uma maneira de fazê-lo, quero dizer, dar-lhes um certo poder através da regulação.



De novo, pois nada raro. Normalmente a ação dourada só existe, não apenas deixá-la ao Estado, senão a um grupo da sociedade. Porém, ocorre em muitas indústrias, há algumas em que o Estado se reserva a ação dourada. Porque se tu tentas fazer isso, necessitas autorização do governo. Ou seja, não estamos falando de nada que não se faça.

Fala-se também de, através da regulação, introduzir nas juntas diretivas dos clubes aos torcedores, quer dizer, que tenham um posto, porém, de responsabilidade, o que viria a ser um *independent director*, alguém que tome decisões, não que esteja aí para observar.

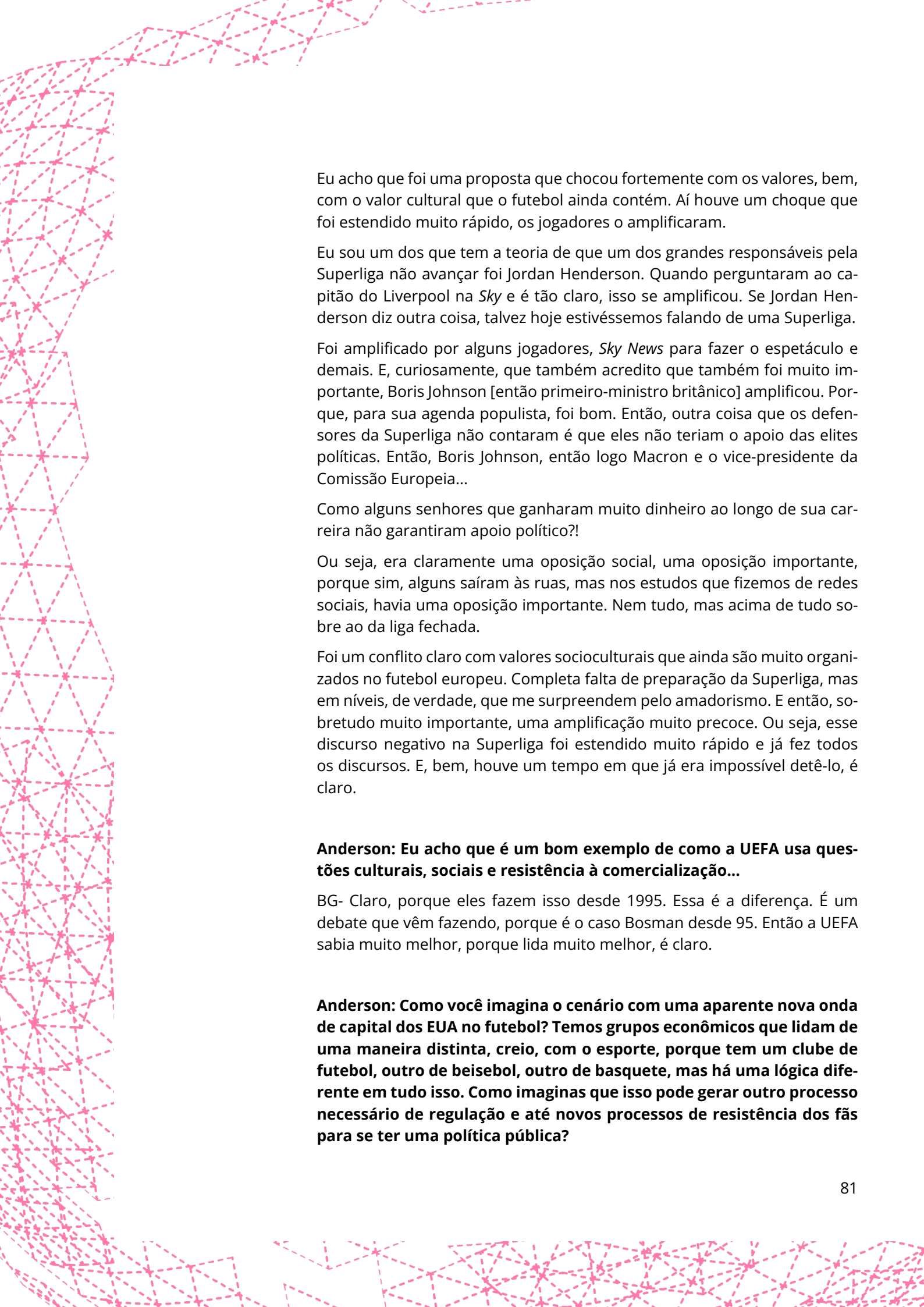
Fala-se ainda que haja um fórum, em que se tenha que reunir, que haja um congresso. O clube tem que organizar uma vez ao ano um congresso com os torcedores e, então, há que tomar certas decisões.

Se o futebol já tem tomado a via da propriedade privada dos clubes, há que controlá-lo. Há que regulá-lo para que os torcedores possam controlar o dono. Porém, isso só se pode conseguir através da regulação da política pública. O mercado não vai fazer. E o mercado de futebol tampouco. O governo é que tem que fazer.

Anderson: Os torcedores tiveram um grande destaque na disputa da Superliga europeia, a proposta de um clube dos mais ricos. Como pode este acontecimento ter aberto este espaço? Ainda, como isso talvez tenha demonstrado a importância da coletividade?

BG – O principal problema foi que a Superliga propôs algo que não é aceitável, simples e claramente. Ou seja, é uma dinâmica que, no dia de hoje, não é aceita culturalmente na Europa. Podes forçá-la e se as forças, acabará. E, seguramente, a gente a acabará aceitando, como tantas as outras coisas que se foi mudando. Porém, bem, o que tem ficado claro na investigação que nós fizemos é, sobretudo, que o conceito de uma competição fechada é algo que, hoje em dia, não se enquadra com os valores dos esportes, do futebol. Quer dizer, se o tentam e se o fazem, e, ao final, seguramente mudarão e o conseguirão. Pois bem, se foi esse momento. A oposição se iniciou muito rápido. Eu simplesmente creio que não pensaram, não fizeram a investigação devida.

As pessoas não protestaram tanto pela Superliga, foi especialmente por causa da competição fechada. Porque, contra a ideia de uma Superliga, uma nova competição organizada pelos clubes, não acredito que nós encontrássemos tanta oposição. Ou mesmo a ideia de uma comercialização disto dos ricos. É que ainda não entendi que gente que iria investir 3 bilhões de euros em algo não fez um estudo. É algo de alguns senhores que deveriam ser uns gênios das finanças, de um amadorismo em que não posso acreditar. Por quê?



Eu acho que foi uma proposta que chocou fortemente com os valores, bem, com o valor cultural que o futebol ainda contém. Aí houve um choque que foi estendido muito rápido, os jogadores o amplificaram.

Eu sou um dos que tem a teoria de que um dos grandes responsáveis pela Superliga não avançar foi Jordan Henderson. Quando perguntaram ao capitão do Liverpool na *Sky* e é tão claro, isso se amplificou. Se Jordan Henderson diz outra coisa, talvez hoje estivéssemos falando de uma Superliga.

Foi amplificado por alguns jogadores, *Sky News* para fazer o espetáculo e demais. E, curiosamente, que também acredito que também foi muito importante, Boris Johnson [então primeiro-ministro britânico] amplificou. Porque, para sua agenda populista, foi bom. Então, outra coisa que os defensores da Superliga não contaram é que eles não teriam o apoio das elites políticas. Então, Boris Johnson, então logo Macron e o vice-presidente da Comissão Europeia...

Como alguns senhores que ganharam muito dinheiro ao longo de sua carreira não garantiram apoio político?!

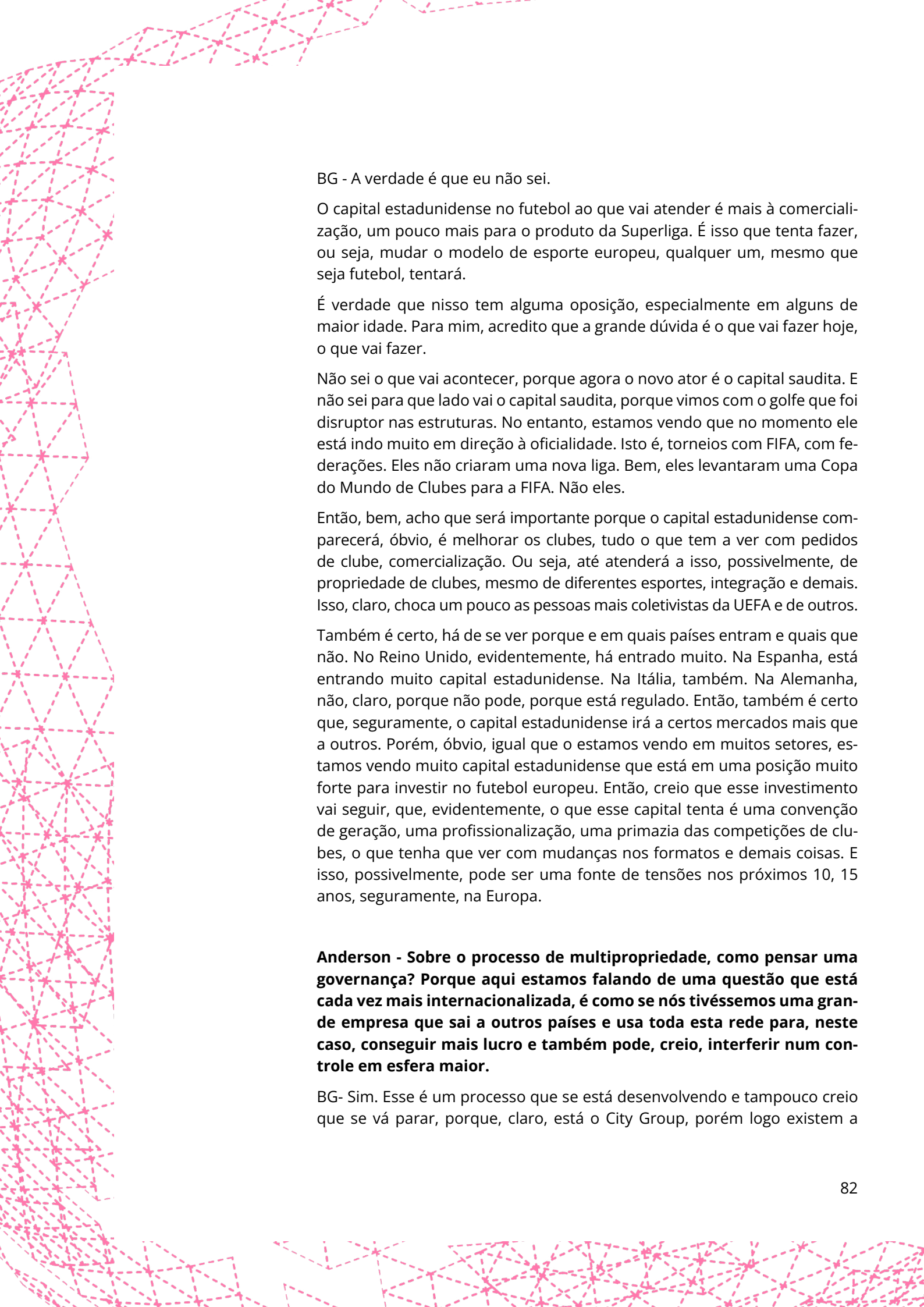
Ou seja, era claramente uma oposição social, uma oposição importante, porque sim, alguns saíram às ruas, mas nos estudos que fizemos de redes sociais, havia uma oposição importante. Nem tudo, mas acima de tudo sobre ao da liga fechada.

Foi um conflito claro com valores socioculturais que ainda são muito organizados no futebol europeu. Completa falta de preparação da Superliga, mas em níveis, de verdade, que me surpreendem pelo amadorismo. E então, sobretudo muito importante, uma amplificação muito precoce. Ou seja, esse discurso negativo na Superliga foi estendido muito rápido e já fez todos os discursos. E, bem, houve um tempo em que já era impossível detê-lo, é claro.

Anderson: Eu acho que é um bom exemplo de como a UEFA usa questões culturais, sociais e resistência à comercialização...

BG- Claro, porque eles fazem isso desde 1995. Essa é a diferença. É um debate que vêm fazendo, porque é o caso Bosman desde 95. Então a UEFA sabia muito melhor, porque lida muito melhor, é claro.

Anderson: Como você imagina o cenário com uma aparente nova onda de capital dos EUA no futebol? Temos grupos econômicos que lidam de uma maneira distinta, creio, com o esporte, porque tem um clube de futebol, outro de beisebol, outro de basquete, mas há uma lógica diferente em tudo isso. Como imaginas que isso pode gerar outro processo necessário de regulação e até novos processos de resistência dos fãs para se ter uma política pública?



BG - A verdade é que eu não sei.

O capital estadunidense no futebol ao que vai atender é mais à comercialização, um pouco mais para o produto da Superliga. É isso que tenta fazer, ou seja, mudar o modelo de esporte europeu, qualquer um, mesmo que seja futebol, tentará.

É verdade que nisso tem alguma oposição, especialmente em alguns de maior idade. Para mim, acredito que a grande dúvida é o que vai fazer hoje, o que vai fazer.

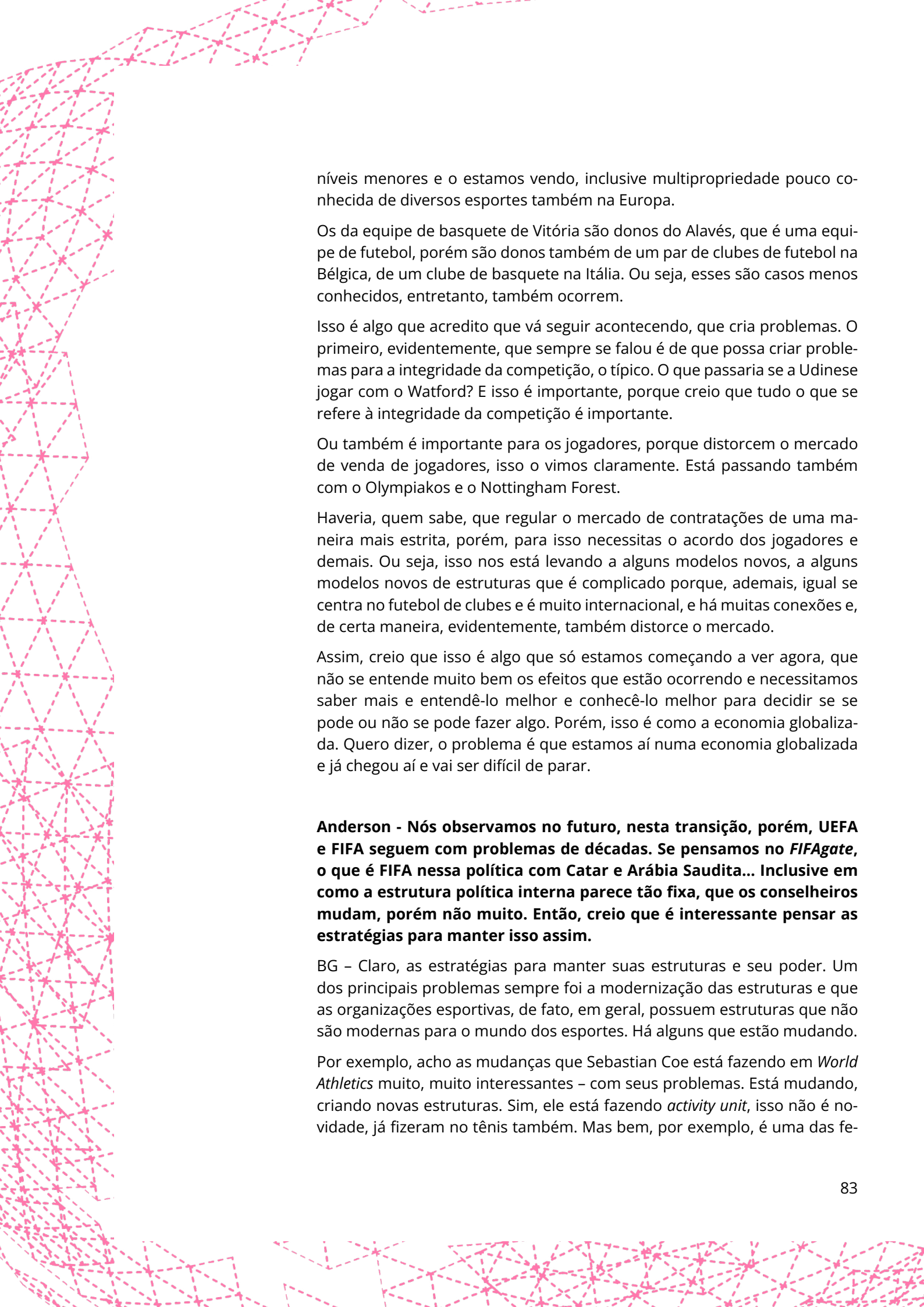
Não sei o que vai acontecer, porque agora o novo ator é o capital saudita. E não sei para que lado vai o capital saudita, porque vimos com o golfe que foi disruptor nas estruturas. No entanto, estamos vendo que no momento ele está indo muito em direção à oficialidade. Isto é, torneios com FIFA, com federações. Eles não criaram uma nova liga. Bem, eles levantaram uma Copa do Mundo de Clubes para a FIFA. Não eles.

Então, bem, acho que será importante porque o capital estadunidense comparecerá, óbvio, é melhorar os clubes, tudo o que tem a ver com pedidos de clube, comercialização. Ou seja, até atenderá a isso, possivelmente, de propriedade de clubes, mesmo de diferentes esportes, integração e demais. Isso, claro, choca um pouco as pessoas mais coletivistas da UEFA e de outros.

Também é certo, há de se ver porque e em quais países entram e quais que não. No Reino Unido, evidentemente, há entrado muito. Na Espanha, está entrando muito capital estadunidense. Na Itália, também. Na Alemanha, não, claro, porque não pode, porque está regulado. Então, também é certo que, seguramente, o capital estadunidense irá a certos mercados mais que a outros. Porém, óbvio, igual que o estamos vendo em muitos setores, estamos vendo muito capital estadunidense que está em uma posição muito forte para investir no futebol europeu. Então, creio que esse investimento vai seguir, que, evidentemente, o que esse capital tenta é uma convenção de geração, uma profissionalização, uma primazia das competições de clubes, o que tenha que ver com mudanças nos formatos e demais coisas. E isso, possivelmente, pode ser uma fonte de tensões nos próximos 10, 15 anos, seguramente, na Europa.

Anderson - Sobre o processo de multipropriedade, como pensar uma governança? Porque aqui estamos falando de uma questão que está cada vez mais internacionalizada, é como se nós tivéssemos uma grande empresa que sai a outros países e usa toda esta rede para, neste caso, conseguir mais lucro e também pode, creio, interferir num controle em esfera maior.

BG- Sim. Esse é um processo que se está desenvolvendo e tampouco creio que se vá parar, porque, claro, está o City Group, porém logo existem a



níveis menores e o estamos vendo, inclusive multipropriedade pouco conhecida de diversos esportes também na Europa.

Os da equipe de basquete de Vitória são donos do Alavés, que é uma equipe de futebol, porém são donos também de um par de clubes de futebol na Bélgica, de um clube de basquete na Itália. Ou seja, esses são casos menos conhecidos, entretanto, também ocorrem.

Isso é algo que acredito que vá seguir acontecendo, que cria problemas. O primeiro, evidentemente, que sempre se falou é de que possa criar problemas para a integridade da competição, o típico. O que passaria se a Udinese jogar com o Watford? E isso é importante, porque creio que tudo o que se refere à integridade da competição é importante.

Ou também é importante para os jogadores, porque distorcem o mercado de venda de jogadores, isso o vimos claramente. Está passando também com o Olympiakos e o Nottingham Forest.

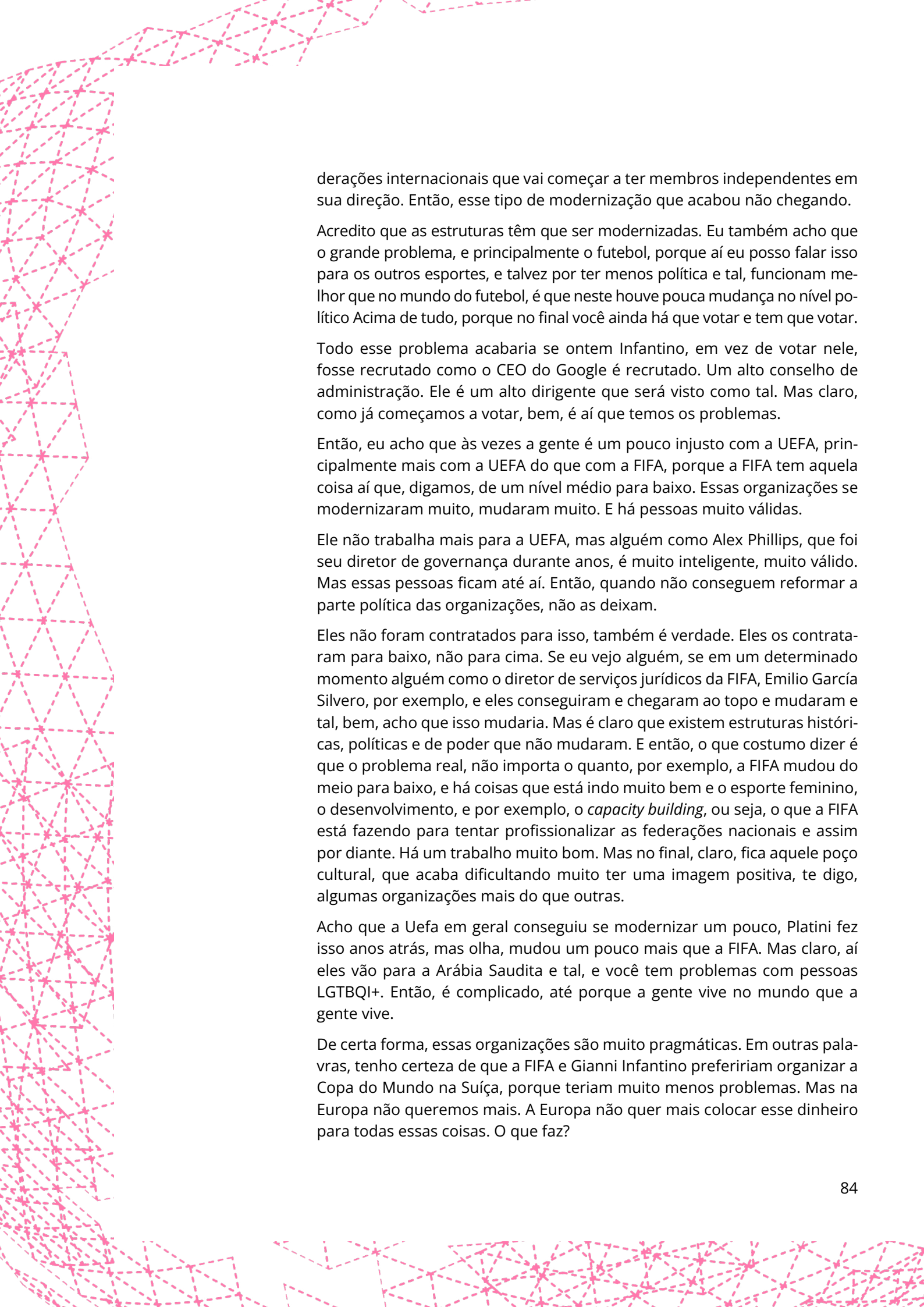
Haveria, quem sabe, que regular o mercado de contratações de uma maneira mais estrita, porém, para isso necessitas o acordo dos jogadores e demais. Ou seja, isso nos está levando a alguns modelos novos, a alguns modelos novos de estruturas que é complicado porque, ademais, igual se centra no futebol de clubes e é muito internacional, e há muitas conexões e, de certa maneira, evidentemente, também distorce o mercado.

Assim, creio que isso é algo que só estamos começando a ver agora, que não se entende muito bem os efeitos que estão ocorrendo e necessitamos saber mais e entendê-lo melhor e conhecê-lo melhor para decidir se se pode ou não se pode fazer algo. Porém, isso é como a economia globalizada. Quero dizer, o problema é que estamos aí numa economia globalizada e já chegou aí e vai ser difícil de parar.

Anderson - Nós observamos no futuro, nesta transição, porém, UEFA e FIFA seguem com problemas de décadas. Se pensamos no *FIFAgate*, o que é FIFA nessa política com Catar e Arábia Saudita... Inclusive em como a estrutura política interna parece tão fixa, que os conselheiros mudam, porém não muito. Então, creio que é interessante pensar as estratégias para manter isso assim.

BG – Claro, as estratégias para manter suas estruturas e seu poder. Um dos principais problemas sempre foi a modernização das estruturas e que as organizações esportivas, de fato, em geral, possuem estruturas que não são modernas para o mundo dos esportes. Há alguns que estão mudando.

Por exemplo, acho as mudanças que Sebastian Coe está fazendo em *World Athletics* muito, muito interessantes – com seus problemas. Está mudando, criando novas estruturas. Sim, ele está fazendo *activity unit*, isso não é novidade, já fizeram no tênis também. Mas bem, por exemplo, é uma das fe-



derações internacionais que vai começar a ter membros independentes em sua direção. Então, esse tipo de modernização que acabou não chegando.

Acredito que as estruturas têm que ser modernizadas. Eu também acho que o grande problema, e principalmente o futebol, porque aí eu posso falar isso para os outros esportes, e talvez por ter menos política e tal, funcionam melhor que no mundo do futebol, é que neste houve pouca mudança no nível político. Acima de tudo, porque no final você ainda há que votar e tem que votar.

Todo esse problema acabaria se ontem Infantino, em vez de votar nele, fosse recrutado como o CEO do Google é recrutado. Um alto conselho de administração. Ele é um alto dirigente que será visto como tal. Mas claro, como já começamos a votar, bem, é aí que temos os problemas.

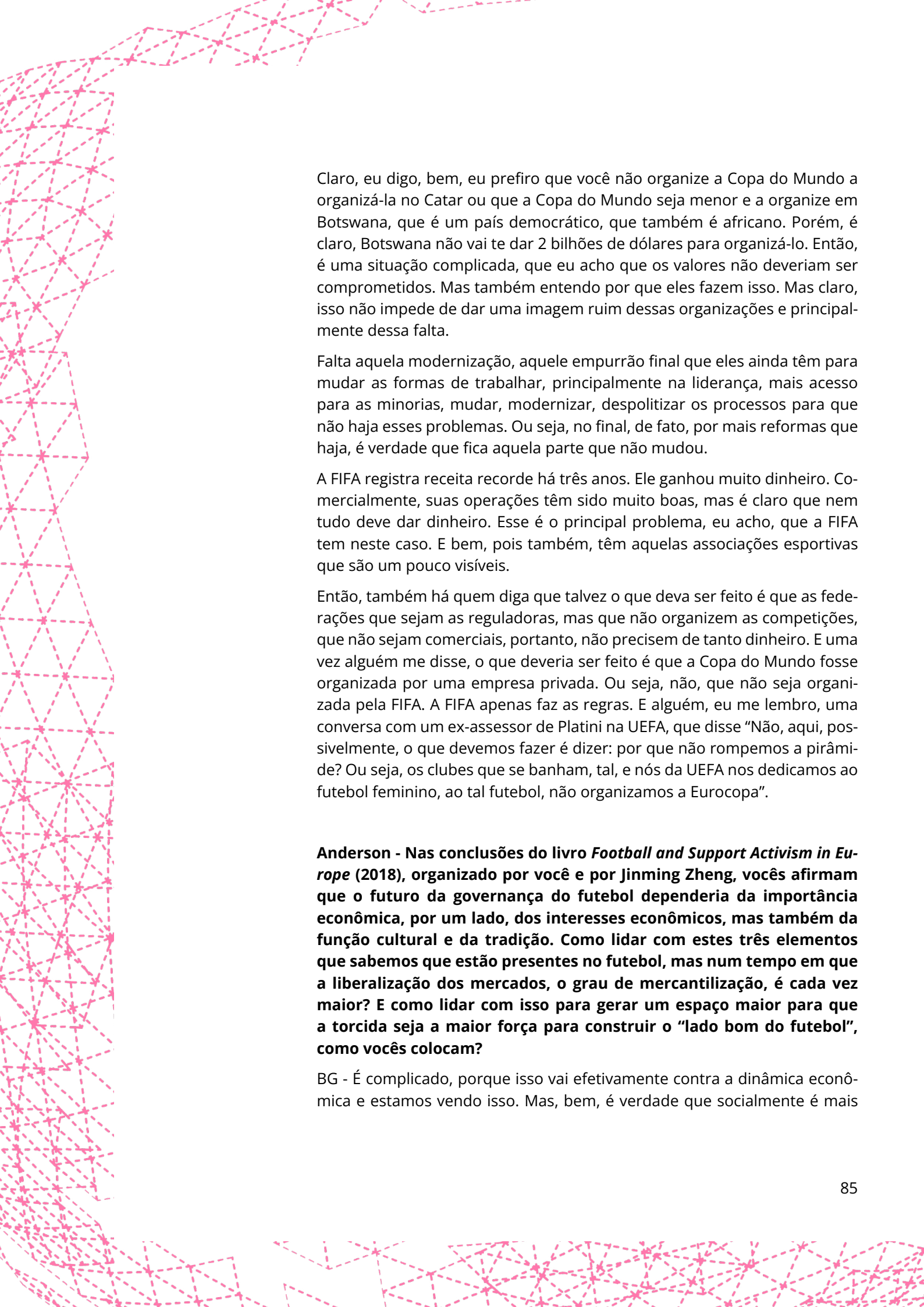
Então, eu acho que às vezes a gente é um pouco injusto com a UEFA, principalmente mais com a UEFA do que com a FIFA, porque a FIFA tem aquela coisa aí que, digamos, de um nível médio para baixo. Essas organizações se modernizaram muito, mudaram muito. E há pessoas muito válidas.

Ele não trabalha mais para a UEFA, mas alguém como Alex Phillips, que foi seu diretor de governança durante anos, é muito inteligente, muito válido. Mas essas pessoas ficam até aí. Então, quando não conseguem reformar a parte política das organizações, não as deixam.

Eles não foram contratados para isso, também é verdade. Eles os contrataram para baixo, não para cima. Se eu vejo alguém, se em um determinado momento alguém como o diretor de serviços jurídicos da FIFA, Emilio García Silvero, por exemplo, e eles conseguiram e chegaram ao topo e mudaram e tal, bem, acho que isso mudaria. Mas é claro que existem estruturas históricas, políticas e de poder que não mudam. E então, o que costumo dizer é que o problema real, não importa o quanto, por exemplo, a FIFA mudou do meio para baixo, e há coisas que está indo muito bem e o esporte feminino, o desenvolvimento, e por exemplo, o *capacity building*, ou seja, o que a FIFA está fazendo para tentar profissionalizar as federações nacionais e assim por diante. Há um trabalho muito bom. Mas no final, claro, fica aquele poço cultural, que acaba dificultando muito ter uma imagem positiva, te digo, algumas organizações mais do que outras.

Acho que a Uefa em geral conseguiu se modernizar um pouco, Platini fez isso anos atrás, mas olha, mudou um pouco mais que a FIFA. Mas claro, aí eles vão para a Arábia Saudita e tal, e você tem problemas com pessoas LGBTQI+. Então, é complicado, até porque a gente vive no mundo que a gente vive.

De certa forma, essas organizações são muito pragmáticas. Em outras palavras, tenho certeza de que a FIFA e Gianni Infantino prefeririam organizar a Copa do Mundo na Suíça, porque teriam muito menos problemas. Mas na Europa não queremos mais. A Europa não quer mais colocar esse dinheiro para todas essas coisas. O que faz?



Claro, eu digo, bem, eu prefiro que você não organize a Copa do Mundo a organizá-la no Catar ou que a Copa do Mundo seja menor e a organize em Botswana, que é um país democrático, que também é africano. Porém, é claro, Botswana não vai te dar 2 bilhões de dólares para organizá-lo. Então, é uma situação complicada, que eu acho que os valores não deveriam ser comprometidos. Mas também entendo por que eles fazem isso. Mas claro, isso não impede de dar uma imagem ruim dessas organizações e principalmente dessa falta.

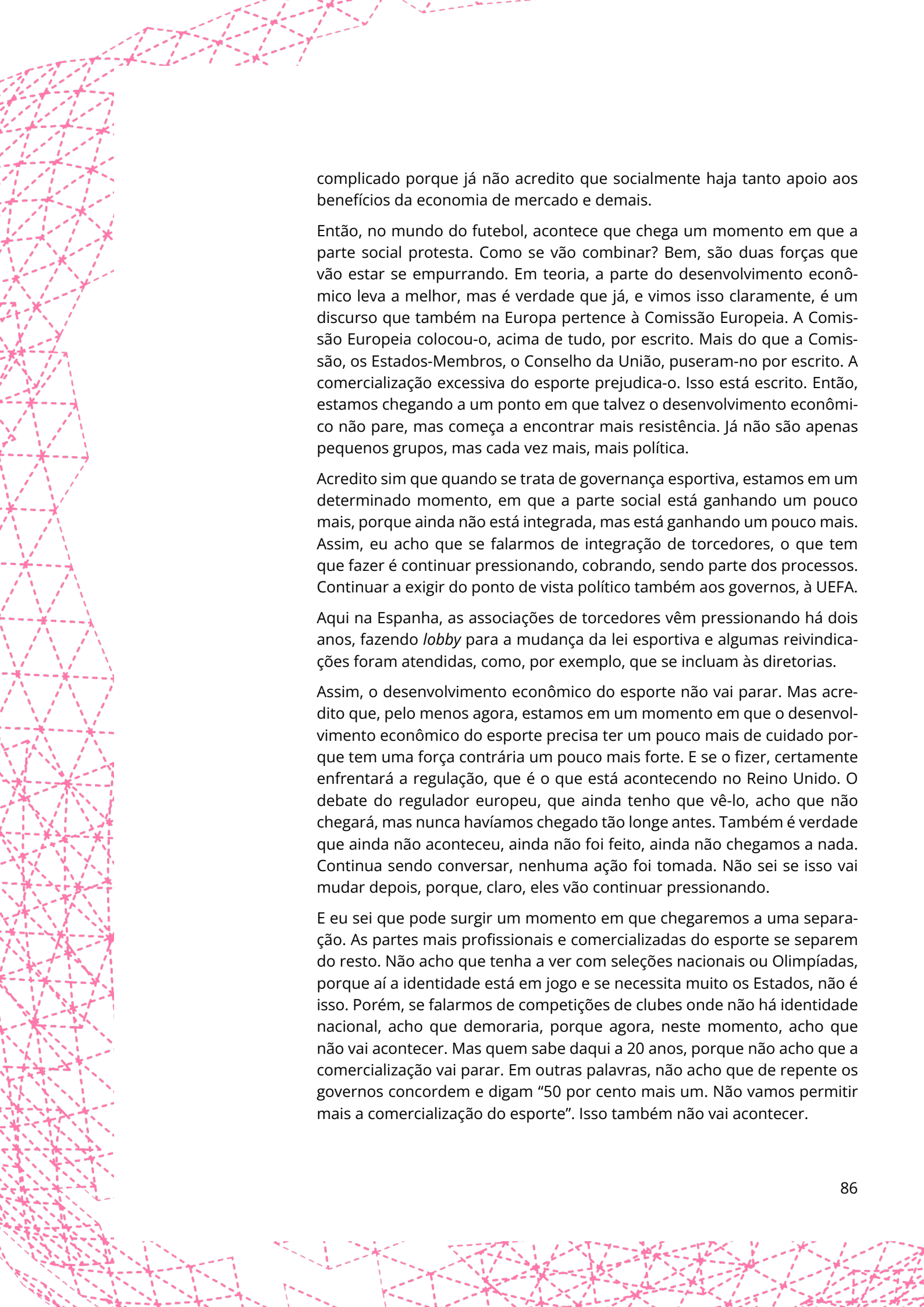
Falta aquela modernização, aquele empurrão final que eles ainda têm para mudar as formas de trabalhar, principalmente na liderança, mais acesso para as minorias, mudar, modernizar, despolitizar os processos para que não haja esses problemas. Ou seja, no final, de fato, por mais reformas que haja, é verdade que fica aquela parte que não mudou.

A FIFA registra receita recorde há três anos. Ele ganhou muito dinheiro. Comercialmente, suas operações têm sido muito boas, mas é claro que nem tudo deve dar dinheiro. Esse é o principal problema, eu acho, que a FIFA tem neste caso. E bem, pois também, têm aquelas associações esportivas que são um pouco visíveis.

Então, também há quem diga que talvez o que deva ser feito é que as federações que sejam as reguladoras, mas que não organizem as competições, que não sejam comerciais, portanto, não precisem de tanto dinheiro. E uma vez alguém me disse, o que deveria ser feito é que a Copa do Mundo fosse organizada por uma empresa privada. Ou seja, não, que não seja organizada pela FIFA. A FIFA apenas faz as regras. E alguém, eu me lembro, uma conversa com um ex-assessor de Platini na UEFA, que disse “Não, aqui, possivelmente, o que devemos fazer é dizer: por que não rompemos a pirâmide? Ou seja, os clubes que se banham, tal, e nós da UEFA nos dedicamos ao futebol feminino, ao tal futebol, não organizamos a Eurocopa”.

Anderson - Nas conclusões do livro *Football and Support Activism in Europe* (2018), organizado por você e por Jinming Zheng, vocês afirmam que o futuro da governança do futebol dependeria da importância econômica, por um lado, dos interesses econômicos, mas também da função cultural e da tradição. Como lidar com estes três elementos que sabemos que estão presentes no futebol, mas num tempo em que a liberalização dos mercados, o grau de mercantilização, é cada vez maior? E como lidar com isso para gerar um espaço maior para que a torcida seja a maior força para construir o “lado bom do futebol”, como vocês colocam?

BG - É complicado, porque isso vai efetivamente contra a dinâmica econômica e estamos vendo isso. Mas, bem, é verdade que socialmente é mais



complicado porque já não acredito que socialmente haja tanto apoio aos benefícios da economia de mercado e demais.

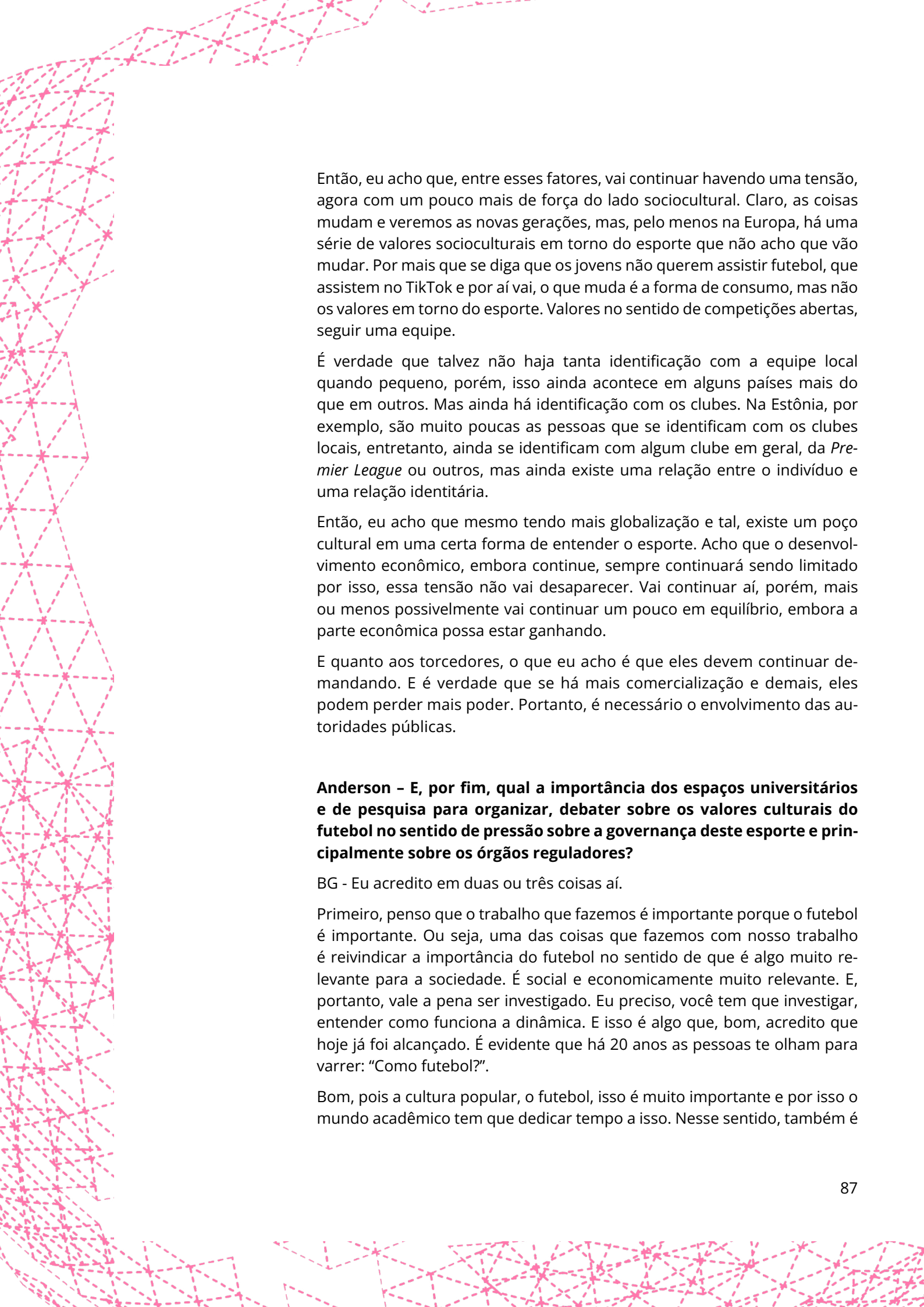
Então, no mundo do futebol, acontece que chega um momento em que a parte social protesta. Como se vão combinar? Bem, são duas forças que vão estar se empurrando. Em teoria, a parte do desenvolvimento econômico leva a melhor, mas é verdade que já, e vimos isso claramente, é um discurso que também na Europa pertence à Comissão Europeia. A Comissão Europeia colocou-o, acima de tudo, por escrito. Mais do que a Comissão, os Estados-Membros, o Conselho da União, puseram-no por escrito. A comercialização excessiva do esporte prejudica-o. Isso está escrito. Então, estamos chegando a um ponto em que talvez o desenvolvimento econômico não pare, mas começa a encontrar mais resistência. Já não são apenas pequenos grupos, mas cada vez mais, mais política.

Acredito sim que quando se trata de governança esportiva, estamos em um determinado momento, em que a parte social está ganhando um pouco mais, porque ainda não está integrada, mas está ganhando um pouco mais. Assim, eu acho que se falarmos de integração de torcedores, o que tem que fazer é continuar pressionando, cobrando, sendo parte dos processos. Continuar a exigir do ponto de vista político também aos governos, à UEFA.

Aqui na Espanha, as associações de torcedores vêm pressionando há dois anos, fazendo *lobby* para a mudança da lei esportiva e algumas reivindicações foram atendidas, como, por exemplo, que se incluam às diretorias.

Assim, o desenvolvimento econômico do esporte não vai parar. Mas acredito que, pelo menos agora, estamos em um momento em que o desenvolvimento econômico do esporte precisa ter um pouco mais de cuidado porque tem uma força contrária um pouco mais forte. E se o fizer, certamente enfrentará a regulação, que é o que está acontecendo no Reino Unido. O debate do regulador europeu, que ainda tenho que vê-lo, acho que não chegará, mas nunca havíamos chegado tão longe antes. Também é verdade que ainda não aconteceu, ainda não foi feito, ainda não chegamos a nada. Continua sendo conversar, nenhuma ação foi tomada. Não sei se isso vai mudar depois, porque, claro, eles vão continuar pressionando.

E eu sei que pode surgir um momento em que chegaremos a uma separação. As partes mais profissionais e comercializadas do esporte se separem do resto. Não acho que tenha a ver com seleções nacionais ou Olimpíadas, porque aí a identidade está em jogo e se necessita muito os Estados, não é isso. Porém, se falarmos de competições de clubes onde não há identidade nacional, acho que demoraria, porque agora, neste momento, acho que não vai acontecer. Mas quem sabe daqui a 20 anos, porque não acho que a comercialização vai parar. Em outras palavras, não acho que de repente os governos concordem e digam "50 por cento mais um. Não vamos permitir mais a comercialização do esporte". Isso também não vai acontecer.



Então, eu acho que, entre esses fatores, vai continuar havendo uma tensão, agora com um pouco mais de força do lado sociocultural. Claro, as coisas mudam e veremos as novas gerações, mas, pelo menos na Europa, há uma série de valores socioculturais em torno do esporte que não acho que vão mudar. Por mais que se diga que os jovens não querem assistir futebol, que assistem no TikTok e por aí vai, o que muda é a forma de consumo, mas não os valores em torno do esporte. Valores no sentido de competições abertas, seguir uma equipe.

É verdade que talvez não haja tanta identificação com a equipe local quando pequeno, porém, isso ainda acontece em alguns países mais do que em outros. Mas ainda há identificação com os clubes. Na Estônia, por exemplo, são muito poucas as pessoas que se identificam com os clubes locais, entretanto, ainda se identificam com algum clube em geral, da *Premier League* ou outros, mas ainda existe uma relação entre o indivíduo e uma relação identitária.

Então, eu acho que mesmo tendo mais globalização e tal, existe um poço cultural em uma certa forma de entender o esporte. Acho que o desenvolvimento econômico, embora continue, sempre continuará sendo limitado por isso, essa tensão não vai desaparecer. Vai continuar aí, porém, mais ou menos possivelmente vai continuar um pouco em equilíbrio, embora a parte econômica possa estar ganhando.


E quanto aos torcedores, o que eu acho é que eles devem continuar demandando. E é verdade que se há mais comercialização e demais, eles podem perder mais poder. Portanto, é necessário o envolvimento das autoridades públicas.

Anderson – E, por fim, qual a importância dos espaços universitários e de pesquisa para organizar, debater sobre os valores culturais do futebol no sentido de pressão sobre a governança deste esporte e principalmente sobre os órgãos reguladores?

BG - Eu acredito em duas ou três coisas aí.

Primeiro, penso que o trabalho que fazemos é importante porque o futebol é importante. Ou seja, uma das coisas que fazemos com nosso trabalho é reivindicar a importância do futebol no sentido de que é algo muito relevante para a sociedade. É social e economicamente muito relevante. E, portanto, vale a pena ser investigado. Eu preciso, você tem que investigar, entender como funciona a dinâmica. E isso é algo que, bom, acredito que hoje já foi alcançado. É evidente que há 20 anos as pessoas te olham para varrer: “Como futebol?”.

Bom, pois a cultura popular, o futebol, isso é muito importante e por isso o mundo acadêmico tem que dedicar tempo a isso. Nesse sentido, também é



importante que, do ponto de vista acadêmico, estabeleçamos a relevância acadêmica para nossa própria comunidade esportiva, como algo que vale a pena investigar.

Por quê? Porque isso está ligado à segunda parte, que é que desde o ponto de vista do mundo como acadêmicos, nosso trabalho se deve à sociedade. Ou seja, temos que fazer pesquisa, ensinar sobre coisas que são relevantes para a sociedade. E o futebol e o esporte são muito relevantes para a sociedade. É importante que, uma vez que façamos essa pesquisa e esse ensino, desçamos com as pessoas. Acho que é importante que formemos parte dessas políticas públicas, desse desenvolvimento, que o nosso ponto de vista tem que ser o que, como costumam nos chamar, sempre o de um “amigo crítico”.

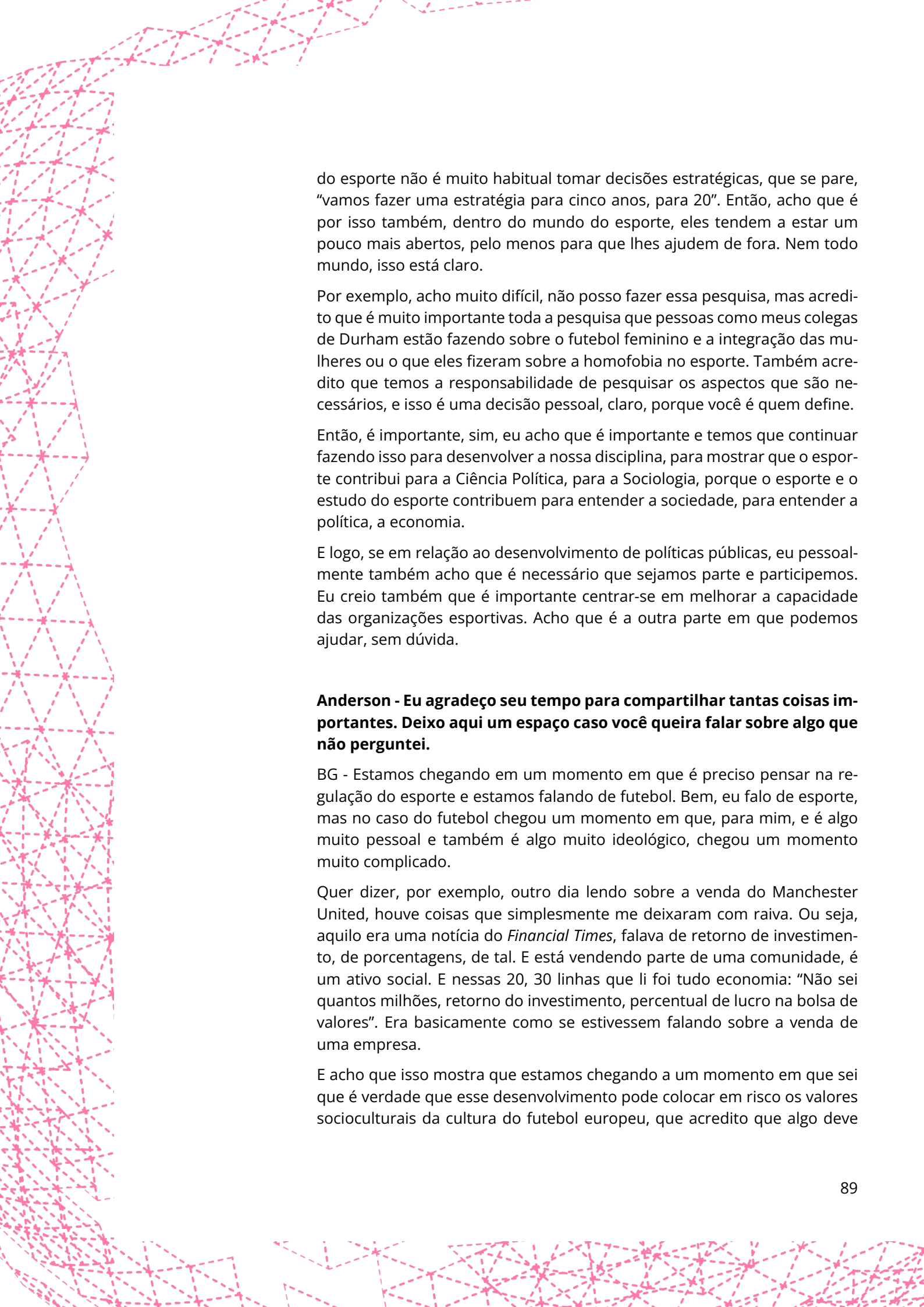
Então, claro, quando faço esse trabalho, tenho uma ideia muito clara de como o futebol deveria ser e no que acredito. E, bem, eu trabalhei e trabalho muito com os torcedores. Em outras palavras, nunca seremos neutros. Mas é importante que sejamos, com nossa forma de ver e entender, também críticos. Tem de ajudar a melhorar, a pressionar, mas também a reconhecer as coisas que se fazem bem.

Acho importante que participemos, porque, ademais, temos tempo para isso, recursos para fazer, todas as habilidades para entender, para explicar. Porque, ao final, o que temos desde a academia talvez seja um pouco mais de distância, porque quem trabalha no dia a dia fazendo política pública está demais nisso. Então, às vezes eles precisam que alguém lhes diga “não, olha isso um pouco, de mais de fora e essas são as diferentes possibilidades ou essas são as distintas consequências e assim por diante”. Em outras palavras, acho importante que participemos sendo críticos, fornecendo não apenas a evidência, mas também a análise da evidência. Isso é sempre, obviamente, o que mais podemos contribuir.

Assim, eu acho que esse tem que ser o nosso papel e tem que ser o ato de participar desses processos, de dar o nosso julgamento ou contribuir. Mas também para aconselhar quem participa. Então, eu acho que é um trabalho importante.

Acho que primeiro a gente tem que levar o nosso trabalho a sério e fazer um trabalho de qualidade, ou seja, dar a conhecer academicamente, metodologicamente, de boa qualidade, ser críticos acima de tudo. E depois também, bom, participar desses procedimentos. Nenhum de nós vai tomar as decisões, mas acredito que a partir dos fóruns acadêmicos devemos tentar participar.

No mundo do esporte, na Europa, os *stakeholders* são bastante receptivos. Uns mais que outros, claro, aqueles com uma visão mais política. Mas, estão mais receptivos porque no final o que acontece é que estão a dedicar-se ao seu dia a dia, a gerir e ganhar jogos e contratações e o demais. No mundo



do esporte não é muito habitual tomar decisões estratégicas, que se pare, “vamos fazer uma estratégia para cinco anos, para 20”. Então, acho que é por isso também, dentro do mundo do esporte, eles tendem a estar um pouco mais abertos, pelo menos para que lhes ajudem de fora. Nem todo mundo, isso está claro.

Por exemplo, acho muito difícil, não posso fazer essa pesquisa, mas acredito que é muito importante toda a pesquisa que pessoas como meus colegas de Durham estão fazendo sobre o futebol feminino e a integração das mulheres ou o que eles fizeram sobre a homofobia no esporte. Também acredito que temos a responsabilidade de pesquisar os aspectos que são necessários, e isso é uma decisão pessoal, claro, porque você é quem define.

Então, é importante, sim, eu acho que é importante e temos que continuar fazendo isso para desenvolver a nossa disciplina, para mostrar que o esporte contribui para a Ciência Política, para a Sociologia, porque o esporte e o estudo do esporte contribuem para entender a sociedade, para entender a política, a economia.

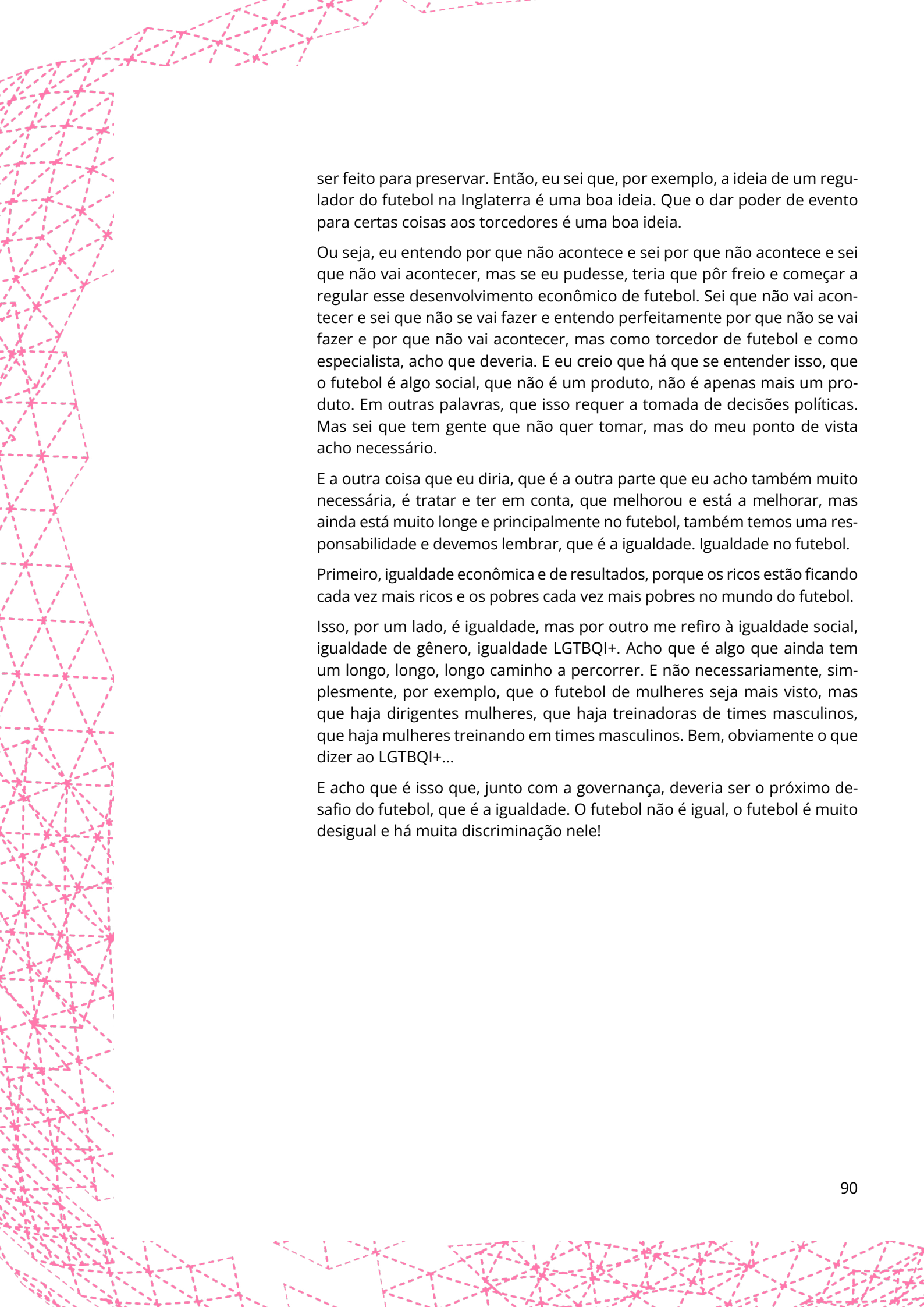
E logo, se em relação ao desenvolvimento de políticas públicas, eu pessoalmente também acho que é necessário que sejamos parte e participemos. Eu creio também que é importante centrar-se em melhorar a capacidade das organizações esportivas. Acho que é a outra parte em que podemos ajudar, sem dúvida.

Anderson - Eu agradeço seu tempo para compartilhar tantas coisas importantes. Deixo aqui um espaço caso você queira falar sobre algo que não perguntei.

BG - Estamos chegando em um momento em que é preciso pensar na regulação do esporte e estamos falando de futebol. Bem, eu falo de esporte, mas no caso do futebol chegou um momento em que, para mim, e é algo muito pessoal e também é algo muito ideológico, chegou um momento muito complicado.

Quer dizer, por exemplo, outro dia lendo sobre a venda do Manchester United, houve coisas que simplesmente me deixaram com raiva. Ou seja, aquilo era uma notícia do *Financial Times*, falava de retorno de investimento, de porcentagens, de tal. E está vendendo parte de uma comunidade, é um ativo social. E nessas 20, 30 linhas que li foi tudo economia: “Não sei quantos milhões, retorno do investimento, percentual de lucro na bolsa de valores”. Era basicamente como se estivessem falando sobre a venda de uma empresa.

E acho que isso mostra que estamos chegando a um momento em que sei que é verdade que esse desenvolvimento pode colocar em risco os valores socioculturais da cultura do futebol europeu, que acredito que algo deve



ser feito para preservar. Então, eu sei que, por exemplo, a ideia de um regulador do futebol na Inglaterra é uma boa ideia. Que o dar poder de evento para certas coisas aos torcedores é uma boa ideia.

Ou seja, eu entendo por que não acontece e sei por que não acontece e sei que não vai acontecer, mas se eu pudesse, teria que pôr freio e começar a regular esse desenvolvimento econômico de futebol. Sei que não vai acontecer e sei que não se vai fazer e entendo perfeitamente por que não se vai fazer e por que não vai acontecer, mas como torcedor de futebol e como especialista, acho que deveria. E eu creio que há que se entender isso, que o futebol é algo social, que não é um produto, não é apenas mais um produto. Em outras palavras, que isso requer a tomada de decisões políticas. Mas sei que tem gente que não quer tomar, mas do meu ponto de vista acho necessário.

E a outra coisa que eu diria, que é a outra parte que eu acho também muito necessária, é tratar e ter em conta, que melhorou e está a melhorar, mas ainda está muito longe e principalmente no futebol, também temos uma responsabilidade e devemos lembrar, que é a igualdade. Igualdade no futebol.

Primeiro, igualdade econômica e de resultados, porque os ricos estão ficando cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres no mundo do futebol.

Isso, por um lado, é igualdade, mas por outro me refiro à igualdade social, igualdade de gênero, igualdade LGBTQI+. Acho que é algo que ainda tem um longo, longo, longo caminho a percorrer. E não necessariamente, simplesmente, por exemplo, que o futebol de mulheres seja mais visto, mas que haja dirigentes mulheres, que haja treinadoras de times masculinos, que haja mulheres treinando em times masculinos. Bem, obviamente o que dizer ao LGBTQI+...

E acho que é isso que, junto com a governança, deveria ser o próximo desafio do futebol, que é a igualdade. O futebol não é igual, o futebol é muito desigual e há muita discriminação nele!

“El fútbol es una actividad tanto social como económica colectiva”: Entrevista a Borja García

Por Anderson David Gomes dos Santos

Professor da UFAL. Contato: andderson.santos@gmail.com

Algunos intereses de investigación movilizan a los coordinadores de este dossier sobre deporte-espectáculo de la Revista EPTIC: extensión de la mercantilización de los juegos, con la participación de la Industria Cultural; caminos para la resistencia de los aficionados en este proceso, visto como un elemento crucial de la práctica deportiva; y las luchas de poder entorno de eso, especialmente considerando las posibilidades de regulación.

Para la entrevista de este dossier, encontramos en el investigador español Borja García (Loughborough University) una excelente referencia. Con una conversación que duró casi 2 horas, dado tantos temas pertinentes a tratar sobre el fútbol en la época contemporánea, presentamos acá una versión editada, pero que plantea varias cuestiones de análisis social y académico sobre el fútbol.

García es profesor titular de Gestión y Políticas Deportivas en la *Loughborough University* (Reino Unido), un destacado especialista en el estudio de la política deportiva de la Unión Europea, la gobernanza deportiva y el activismo de los aficionados al fútbol. Entre otros proyectos, fue uno de los investigadores principales del Proyecto FREE, donde dirigió un programa de investigación sobre las opiniones de los aficionados al fútbol sobre la gobernanza del juego. Es también fundador del Sport Andeu, primera red académica paneuropea para el estudio del deporte y la Unión Europea.



Creative Commons



Atribuição



Não Comercial



Compartilhalgal

Anderson Santos: Yo quiero comenzar tal vez con la pregunta que puede ser más compleja, ¿De quién es el juego de fútbol hoy en día?

Borja-García: El fútbol es de todo el mundo. Yo creo que el fútbol tendría que ser, como dice la UNESCO, patrimonio de la humanidad.

El problema del fútbol, como en muchas cosas en general, es que tanto a nivel popular como a nivel de lo más comercial, necesitas a mucha gente. Es decir, necesitas a gente que juegue, que arbitre, a alguien que aunque sea en la calle ponga cuatro piedras... Necesitas los entrenadores, los seguidores, a las madres y los padres que lleven a los niños.

Y si hablamos del fútbol profesional, pero el fútbol parece no querer entenderlo, es que no puede organizarse sin todos sus componentes. El fútbol no puede organizarse si no tienes todos los compañeros, a los jugadores, los entrenadores, a los árbitros, si no tienes a los aficionados! Y si no tienes a los clubes y los clubes necesitan otros clubes.

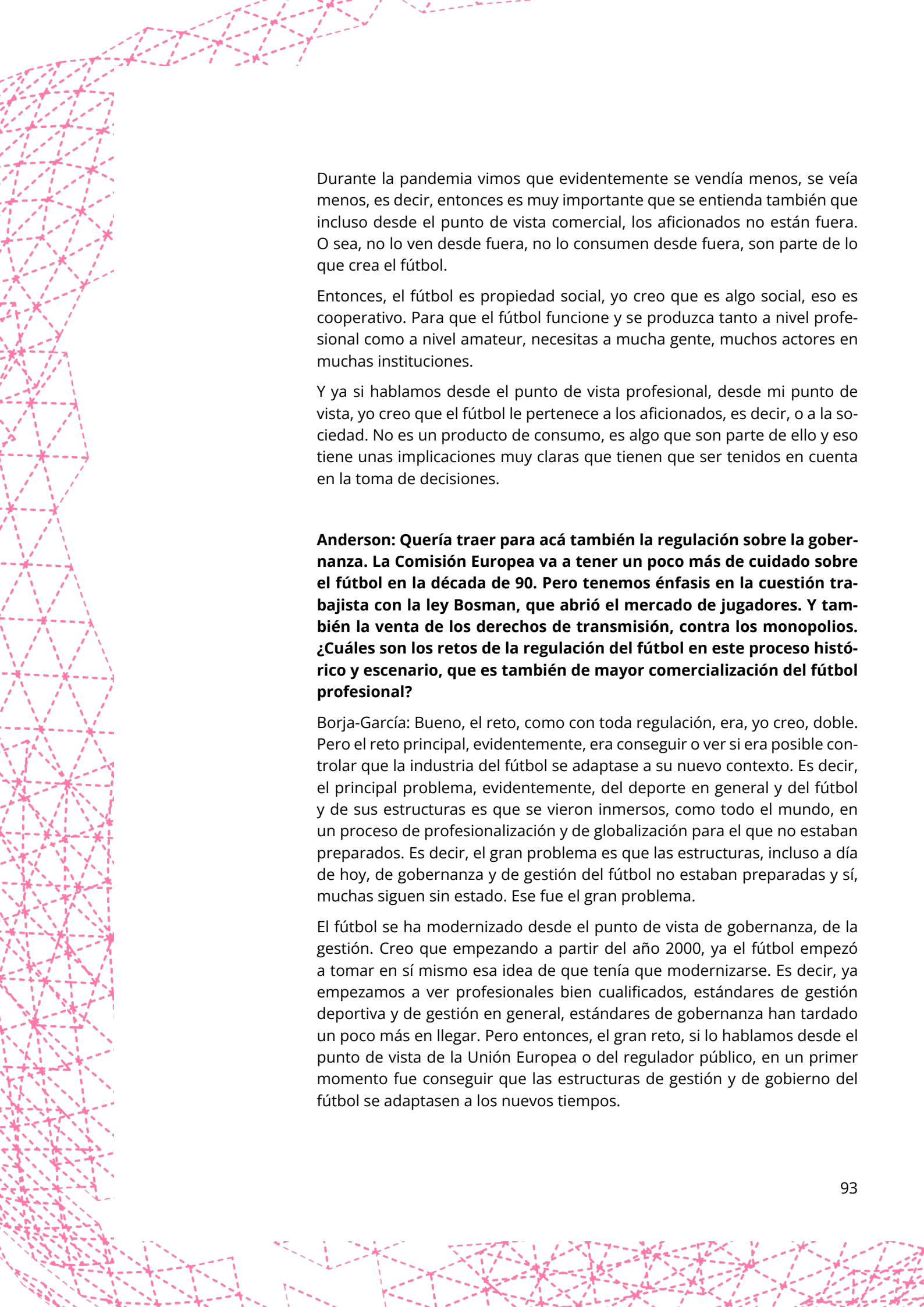
El fútbol es una actividad tanto social como económica colectiva. Y eso choca con los intereses de muchos actores y no voy a decir personas, actores, organizaciones que quieren hacer el fútbol menos colectivo. Pero es que el fútbol menos colectivo no puede existir. Es decir, por muy profesional, por muy comercial que sea, necesitas a una multiplicidad de actores.

El fútbol no es de los clubes, de la FIFA, de la UEFA, no es solo de los aficionados, porque si hay clubes, los aficionados no tienen a nadie que quiera animar. Eso es lo que hay muchas organizaciones y muchas partes del fútbol que no entienden o que no quieren entender. Porque no es que no lo entienda, es que lo que quieren es más parte de la tarta para ellos.

Quieren, evidentemente, repartir lo menos posible. Es evidente que hay organizaciones, que hay actores que pueden ser menos necesarios que otros. Claro, los clubes ahora dicen: "nosotros no necesitamos a la UEFA, nos organizamos nosotros". Que es posible. No te diría yo que no, pero aún así necesitan algo. Necesitan alguien que organice la cosa.

Lo vimos clarísimamente en la pandemia. Necesitas a los espectadores. El fútbol sin los aficionados no puede existir. Sí, claro, se puede jugar, por supuesto, pero a nivel profesional no es lo mismo. Y si hablamos desde el punto de vista sociocultural, y nos referimos sobre todo al deporte y al deporte profesional, yo creo que precisamente porque es colectivo, porque es cultural, el fútbol no puede o no debe, porque por poder no debe mercantilizarse y acabar siendo, acabar en manos de un número pequeño de responsables.

Entonces, vamos evidentemente al debate de si el fútbol es de los aficionados o es de los clubes. Yo creo que el fútbol le pertenece a la sociedad, y la sociedad está representada por los distintos tipos de aficionados. El fútbol no es un supermercado. Para mí, esa interpretación es una perversión de lo que es el fútbol.



Durante la pandemia vimos que evidentemente se vendía menos, se veía menos, es decir, entonces es muy importante que se entienda también que incluso desde el punto de vista comercial, los aficionados no están fuera. O sea, no lo ven desde fuera, no lo consumen desde fuera, son parte de lo que crea el fútbol.


Entonces, el fútbol es propiedad social, yo creo que es algo social, eso es cooperativo. Para que el fútbol funcione y se produzca tanto a nivel profesional como a nivel amateur, necesitas a mucha gente, muchos actores en muchas instituciones.

Y ya si hablamos desde el punto de vista profesional, desde mi punto de vista, yo creo que el fútbol le pertenece a los aficionados, es decir, o a la sociedad. No es un producto de consumo, es algo que son parte de ello y eso tiene unas implicaciones muy claras que tienen que ser tenidos en cuenta en la toma de decisiones.

Anderson: Quería traer para acá también la regulación sobre la gobernanza. La Comisión Europea va a tener un poco más de cuidado sobre el fútbol en la década de 90. Pero tenemos énfasis en la cuestión trabajista con la ley Bosman, que abrió el mercado de jugadores. Y también la venta de los derechos de transmisión, contra los monopolios. ¿Cuáles son los retos de la regulación del fútbol en este proceso histórico y escenario, que es también de mayor comercialización del fútbol profesional?

Borja-García: Bueno, el reto, como con toda regulación, era, yo creo, doble. Pero el reto principal, evidentemente, era conseguir o ver si era posible controlar que la industria del fútbol se adaptase a su nuevo contexto. Es decir, el principal problema, evidentemente, del deporte en general y del fútbol y de sus estructuras es que se vieron inmersos, como todo el mundo, en un proceso de profesionalización y de globalización para el que no estaban preparados. Es decir, el gran problema es que las estructuras, incluso a día de hoy, de gobernanza y de gestión del fútbol no estaban preparadas y sí, muchas siguen sin estado. Ese fue el gran problema.

El fútbol se ha modernizado desde el punto de vista de gobernanza, de la gestión. Creo que empezando a partir del año 2000, ya el fútbol empezó a tomar en sí mismo esa idea de que tenía que modernizarse. Es decir, ya empezamos a ver profesionales bien cualificados, estándares de gestión deportiva y de gestión en general, estándares de gobernanza han tardado un poco más en llegar. Pero entonces, el gran reto, si lo hablamos desde el punto de vista de la Unión Europea o del regulador público, en un primer momento fue conseguir que las estructuras de gestión y de gobierno del fútbol se adaptasen a los nuevos tiempos.



Que por un lado se adaptasen al mercado único, es decir, que no hubiera discriminación por nacionalidad y demás. Que en la venta de derechos, que no lo hicieran de una manera anticompetitiva, es decir, que se adaptaran al mercado único que estaba empezando tan bien.

Pero, cuando de verdad eso se pone en marcha es con el tratado de Maastricht, que es del año 92. Con lo cual es más o menos lo mismo que le pasó a cualquier otro sector, a las telecomunicaciones... Se habla mucho del fútbol, hay muchos sectores económicos que aún están adaptando sus estructuras al mercado único y estamos ya en el año 2023.

Y para mí el gran reto sobre todo era que las estructuras del fútbol y del deporte en general se adaptasen a la nueva, a la profesionalización, a la comercialización y a la globalización. Y eso tenía muchas aristas, porque por un lado tenía las aristas del mercado de trabajo, es decir, los derechos de los jugadores y demás. Pero luego tenía también las aristas simplemente de la gestión económica y de, por ejemplo, no caer en ayudas ilegales del Estado, de respetar el derecho de la competencia. Y luego está la parte de la gobernanza, que es sobre todo la de mejorar los estándares para que los distintos actores tengan representación, para que sea transparente, para que haya rendición de cuentas y demás.


Y lo que la Unión Europea hizo en algunos aspectos fue a través de la aplicación del derecho europeo, pues regularlos. Regularlos algunos de una manera más directa, otros de una manera más indirecta. Y fueron poco a poco, primero fue todo lo que tuvo que ver con el mercado de trabajo. Luego todo lo que tuvo que ver con el mercado audiovisual, la comercialización y demás. Y luego ya entramos en la parte más de gobernanza, de estructuras y demás.

El gran problema es que la Unión Europea en ningún momento ha intentado regular el fútbol de manera directa. Es decir, no se ha creado un regulador europeo del fútbol, como lo hay de las medicinas, por ejemplo. Eso no se ha hecho, en realidad, prácticamente ni a nivel nacional. Es decir, eso se ha dejado todo en las manos de los organismos deportivos.

Ahora en Inglaterra estamos ya en 2023, pero hay un debate muy fuerte sobre crear un regulador público independiente del fútbol, que eso es algo que hasta ahora hacía los organismos deportivos. Uefa es el regulador en Europa, FIFA es el regulador mundial.

Entonces, claro, ¿cuál fue el problema de todo ese proceso? Que, intentando que el fútbol se adaptara a esos nuevos retos, en ningún momento las autoridades públicas, sobre todo a nivel europeo, en algunos países implicaron un poco más, pero en ningún momento llegaron a adoptar con el deporte lo mismo que adoptaron en otros mercados.

Entonces, eso a nivel europeo se puede decir, nos hacía falta crear un Banco Central Europeo del Fútbol, una nueva estructura con que la comisión se



hubiera encargado de efectivamente regular ese sector, hubiera sido suficiente. Pero es que en todo caso, a nivel europeo no y a nivel nacional en realidad tampoco, no se han creado organismos reguladores del deporte. El problema, en realidad, es que en ningún momento las autoridades públicas han querido hacerlo.

Anderson: Llegamos hasta la captura de la regulación europea de fútbol por los órganos del fútbol. ¿Cómo se ha demostrado en los últimos años?

BG: Lo primero que hay que entender es que tampoco es un proceso raro. El mercado muchas veces captura los intereses del regulador, porque al final tienen muchos intereses en común. En el caso de la Unión Europea, es una cosa más política. O sea, al final es una captura en cierto sentido, porque también depende de lo que uno piensa que debe hacer la Comisión Europea.

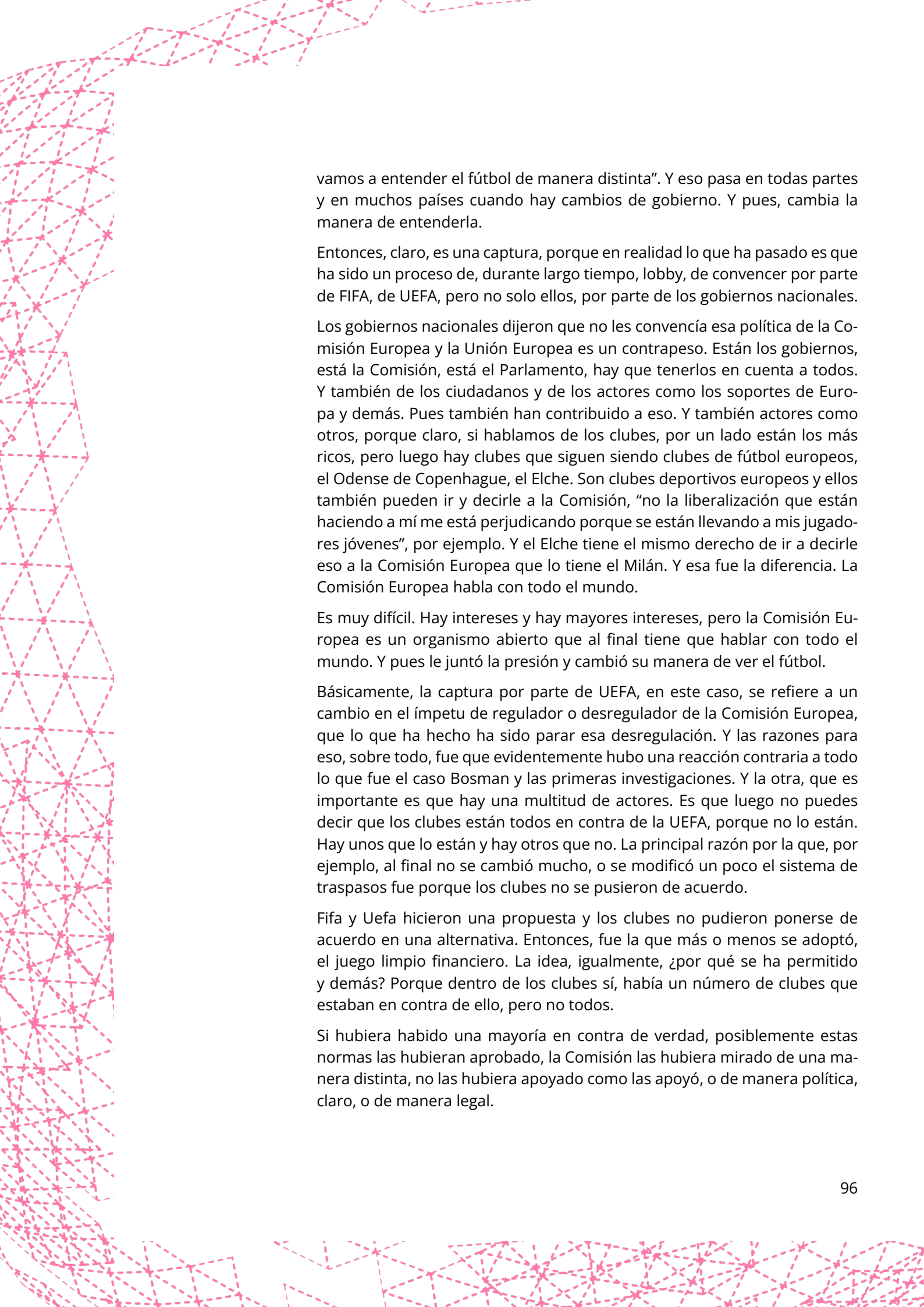
Porque claro, es captura si nosotros decimos que la Comisión Europea tiene que liberalizar todo, porque es lo que ha hecho, es un agente liberalizador. O sea, no es regulador, es un agente desregulador. Entonces, claro, en el mundo del fútbol, al principio el Tribunal de Justicia y la Comisión Europea, el caso Bosman y las primeras decisiones, eso tuvo un efecto liberalizador.

Sin embargo, ha habido un movimiento político, de lobby, por parte de ciertos actores, evidentemente el Comité Olímpico Internacional (COI), la FIFA, la UEFA, que eso siempre puedes dudar de sus intereses. Pero no solo ellos, es necesario siempre recordar que sí que claro que el COI, la FIFA, la UEFA, siempre van a ir en contra de ese efecto liberalizador porque les quita poder. Ese es uno de los motivos por los que la FIFA y la UEFA lo que querían es lo contrario, es decir, que el fútbol sea entendido de una manera más social, más cultural y demás.

Esa relación entre el fútbol entendido como actividad comercial y el fútbol entendido como actividad social. Y es en la relación entre esas dos definiciones, es donde está la captura.

La captura hay que entenderla como que la Comisión Europea tuvo un momento inicial entre el año 95 y el año 2000, aproximadamente, donde entendió el fútbol de una manera económica y social, y luego a partir del año 2000 en adelante ha ido entendiendo el fútbol y el deporte en general más desde el punto de vista sociocultural.

Y eso le ha llevado a hacer una política distinta. Es decir, ¿es una captura? Los otros lo llamamos captura y nos vino muy bien para hablar de teoría de regulación y demás. Pero lo que es eso es un cambio de política pública. Es decir, es una política pública que en un momento entendía el fútbol de una manera y en otro momento, de repente, esas instituciones han dicho “no



vamos a entender el fútbol de manera distinta". Y eso pasa en todas partes y en muchos países cuando hay cambios de gobierno. Y pues, cambia la manera de entenderla.

Entonces, claro, es una captura, porque en realidad lo que ha pasado es que ha sido un proceso de, durante largo tiempo, lobby, de convencer por parte de FIFA, de UEFA, pero no solo ellos, por parte de los gobiernos nacionales.

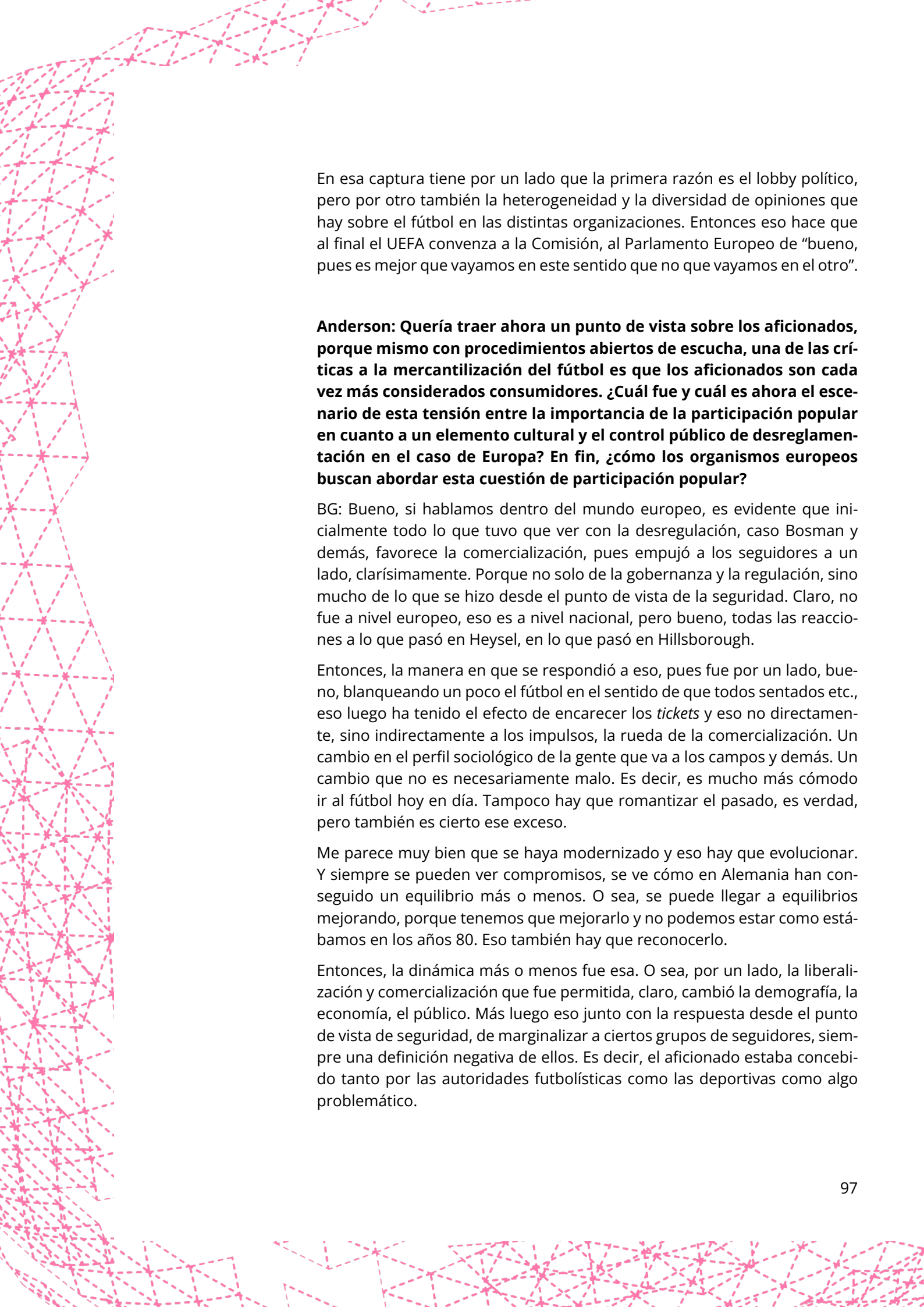
Los gobiernos nacionales dijeron que no les convencía esa política de la Comisión Europea y la Unión Europea es un contrapeso. Están los gobiernos, está la Comisión, está el Parlamento, hay que tenerlos en cuenta a todos. Y también de los ciudadanos y de los actores como los soportes de Europa y demás. Pues también han contribuido a eso. Y también actores como otros, porque claro, si hablamos de los clubes, por un lado están los más ricos, pero luego hay clubes que siguen siendo clubes de fútbol europeos, el Odense de Copenhague, el Elche. Son clubes deportivos europeos y ellos también pueden ir y decirle a la Comisión, "no la liberalización que están haciendo a mí me está perjudicando porque se están llevando a mis jugadores jóvenes", por ejemplo. Y el Elche tiene el mismo derecho de ir a decirle eso a la Comisión Europea que lo tiene el Milán. Y esa fue la diferencia. La Comisión Europea habla con todo el mundo.

Es muy difícil. Hay intereses y hay mayores intereses, pero la Comisión Europea es un organismo abierto que al final tiene que hablar con todo el mundo. Y pues le juntó la presión y cambió su manera de ver el fútbol.

Básicamente, la captura por parte de UEFA, en este caso, se refiere a un cambio en el ímpetu de regulador o desregulador de la Comisión Europea, que lo que ha hecho ha sido parar esa desregulación. Y las razones para eso, sobre todo, fue que evidentemente hubo una reacción contraria a todo lo que fue el caso Bosman y las primeras investigaciones. Y la otra, que es importante es que hay una multitud de actores. Es que luego no puedes decir que los clubes están todos en contra de la UEFA, porque no lo están. Hay unos que lo están y hay otros que no. La principal razón por la que, por ejemplo, al final no se cambió mucho, o se modificó un poco el sistema de traspasos fue porque los clubes no se pusieron de acuerdo.

Fifa y Uefa hicieron una propuesta y los clubes no pudieron ponerse de acuerdo en una alternativa. Entonces, fue la que más o menos se adoptó, el juego limpio financiero. La idea, igualmente, ¿por qué se ha permitido y demás? Porque dentro de los clubes sí, había un número de clubes que estaban en contra de ello, pero no todos.

Si hubiera habido una mayoría en contra de verdad, posiblemente estas normas las hubieran aprobado, la Comisión las hubiera mirado de una manera distinta, no las hubiera apoyado como las apoyó, o de manera política, claro, o de manera legal.



En esa captura tiene por un lado que la primera razón es el lobby político, pero por otro también la heterogeneidad y la diversidad de opiniones que hay sobre el fútbol en las distintas organizaciones. Entonces eso hace que al final el UEFA convenza a la Comisión, al Parlamento Europeo de “bueno, pues es mejor que vayamos en este sentido que no que vayamos en el otro”.

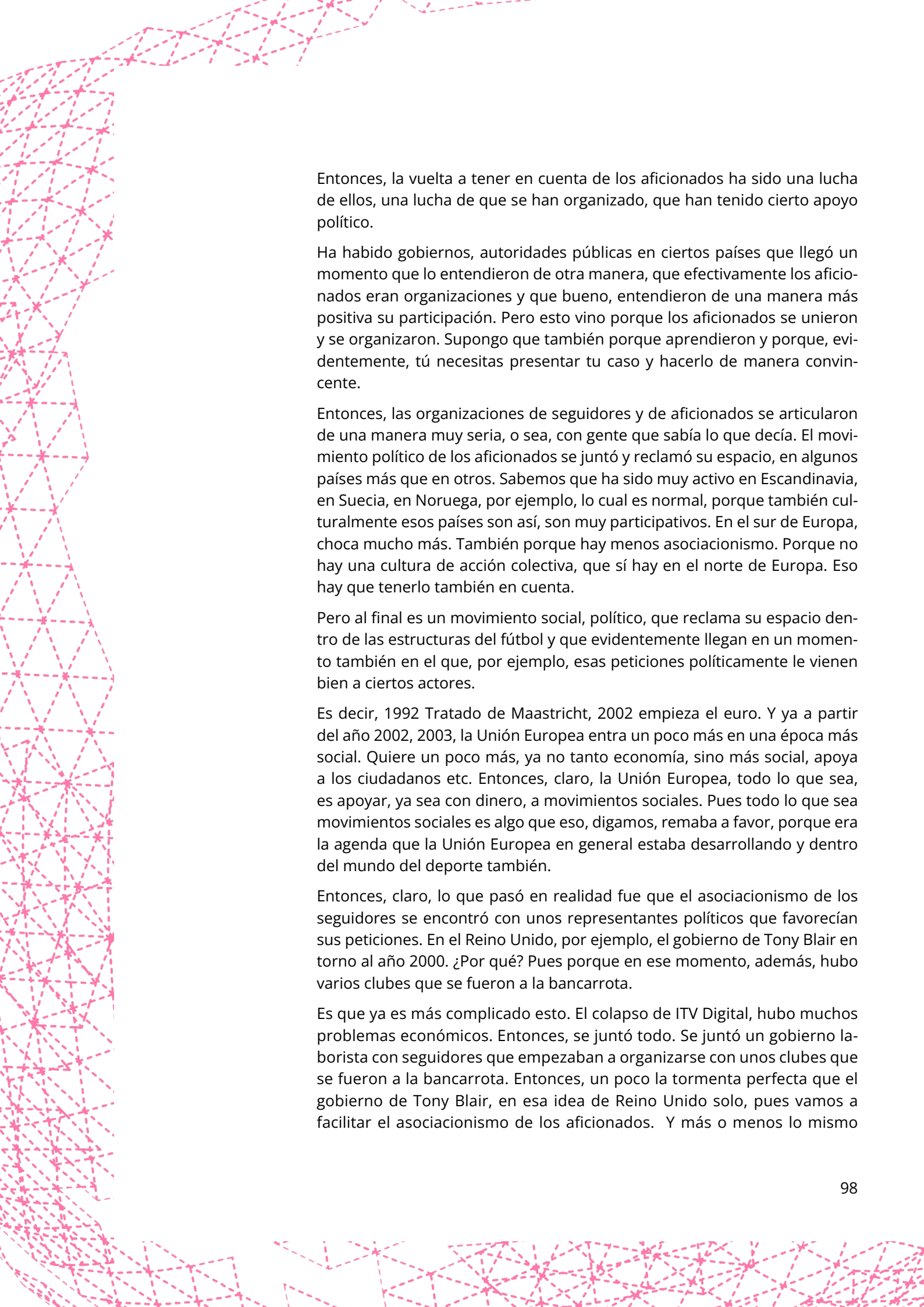
Anderson: Quería traer ahora un punto de vista sobre los aficionados, porque mismo con procedimientos abiertos de escucha, una de las críticas a la mercantilización del fútbol es que los aficionados son cada vez más considerados consumidores. ¿Cuál fue y cuál es ahora el escenario de esta tensión entre la importancia de la participación popular en cuanto a un elemento cultural y el control público de desreglamentación en el caso de Europa? En fin, ¿cómo los organismos europeos buscan abordar esta cuestión de participación popular?

BG: Bueno, si hablamos dentro del mundo europeo, es evidente que inicialmente todo lo que tuvo que ver con la desregulación, caso Bosman y demás, favorece la comercialización, pues empujó a los seguidores a un lado, clarísimamente. Porque no solo de la gobernanza y la regulación, sino mucho de lo que se hizo desde el punto de vista de la seguridad. Claro, no fue a nivel europeo, eso es a nivel nacional, pero bueno, todas las reacciones a lo que pasó en Heysel, en lo que pasó en Hillsborough.

Entonces, la manera en que se respondió a eso, pues fue por un lado, bueno, blanqueando un poco el fútbol en el sentido de que todos sentados etc., eso luego ha tenido el efecto de encarecer los *tickets* y eso no directamente, sino indirectamente a los impulsos, la rueda de la comercialización. Un cambio en el perfil sociológico de la gente que va a los campos y demás. Un cambio que no es necesariamente malo. Es decir, es mucho más cómodo ir al fútbol hoy en día. Tampoco hay que romantizar el pasado, es verdad, pero también es cierto ese exceso.

Me parece muy bien que se haya modernizado y eso hay que evolucionar. Y siempre se pueden ver compromisos, se ve cómo en Alemania han conseguido un equilibrio más o menos. O sea, se puede llegar a equilibrios mejorando, porque tenemos que mejorarlo y no podemos estar como estábamos en los años 80. Eso también hay que reconocerlo.

Entonces, la dinámica más o menos fue esa. O sea, por un lado, la liberalización y comercialización que fue permitida, claro, cambió la demografía, la economía, el público. Más luego eso junto con la respuesta desde el punto de vista de seguridad, de marginalizar a ciertos grupos de seguidores, siempre una definición negativa de ellos. Es decir, el aficionado estaba concebido tanto por las autoridades futbolísticas como las deportivas como algo problemático.



Entonces, la vuelta a tener en cuenta de los aficionados ha sido una lucha de ellos, una lucha de que se han organizado, que han tenido cierto apoyo político.

Ha habido gobiernos, autoridades públicas en ciertos países que llegó un momento que lo entendieron de otra manera, que efectivamente los aficionados eran organizaciones y que bueno, entendieron de una manera más positiva su participación. Pero esto vino porque los aficionados se unieron y se organizaron. Supongo que también porque aprendieron y porque, evidentemente, tú necesitas presentar tu caso y hacerlo de manera convincente.

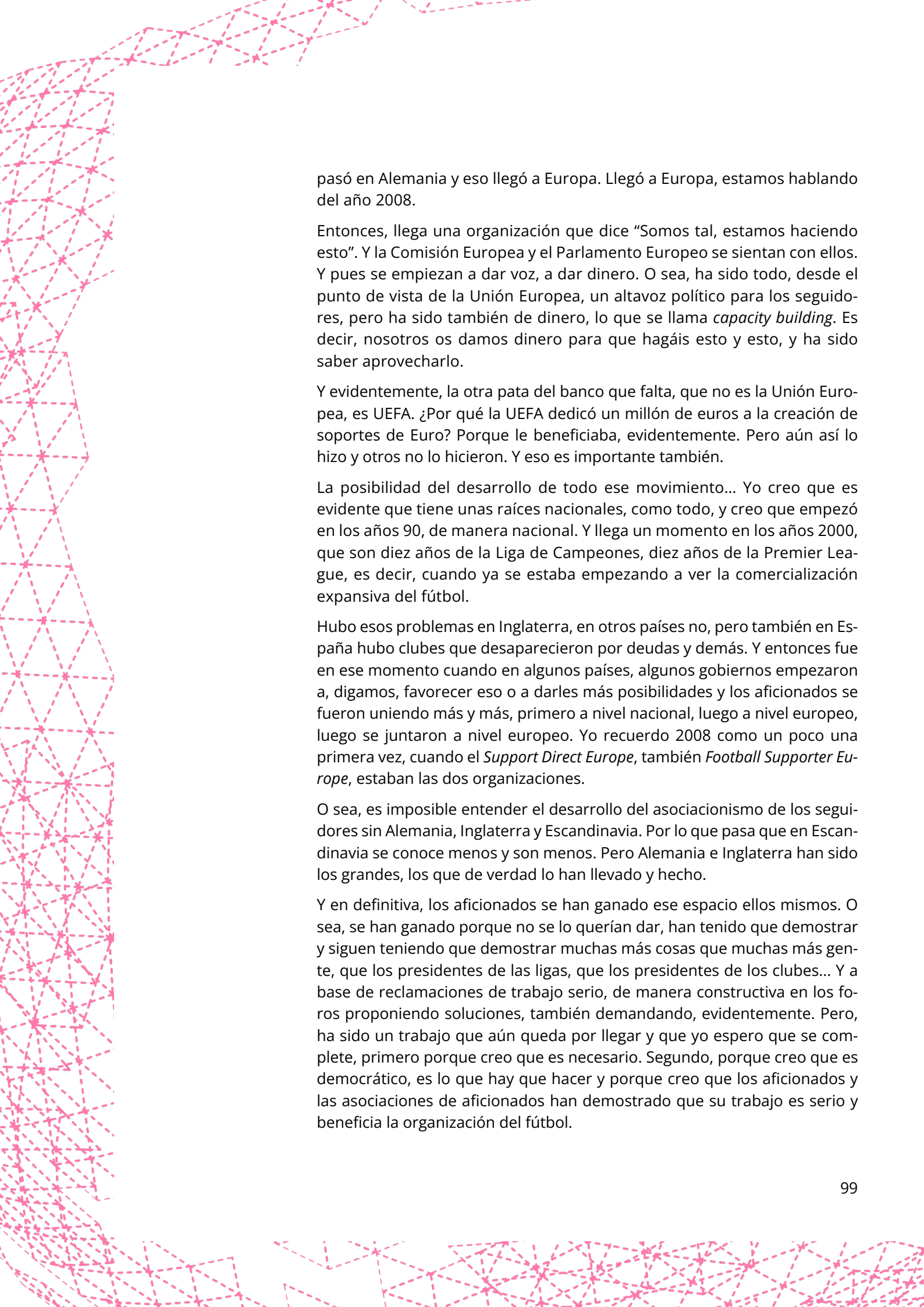
Entonces, las organizaciones de seguidores y de aficionados se articularon de una manera muy seria, o sea, con gente que sabía lo que decía. El movimiento político de los aficionados se juntó y reclamó su espacio, en algunos países más que en otros. Sabemos que ha sido muy activo en Escandinavia, en Suecia, en Noruega, por ejemplo, lo cual es normal, porque también culturalmente esos países son así, son muy participativos. En el sur de Europa, choca mucho más. También porque hay menos asociacionismo. Porque no hay una cultura de acción colectiva, que sí hay en el norte de Europa. Eso hay que tenerlo también en cuenta.

Pero al final es un movimiento social, político, que reclama su espacio dentro de las estructuras del fútbol y que evidentemente llegan en un momento también en el que, por ejemplo, esas peticiones políticamente le vienen bien a ciertos actores.

Es decir, 1992 Tratado de Maastricht, 2002 empieza el euro. Y ya a partir del año 2002, 2003, la Unión Europea entra un poco más en una época más social. Quiere un poco más, ya no tanto economía, sino más social, apoya a los ciudadanos etc. Entonces, claro, la Unión Europea, todo lo que sea, es apoyar, ya sea con dinero, a movimientos sociales. Pues todo lo que sea movimientos sociales es algo que eso, digamos, remaba a favor, porque era la agenda que la Unión Europea en general estaba desarrollando y dentro del mundo del deporte también.

Entonces, claro, lo que pasó en realidad fue que el asociacionismo de los seguidores se encontró con unos representantes políticos que favorecían sus peticiones. En el Reino Unido, por ejemplo, el gobierno de Tony Blair en torno al año 2000. ¿Por qué? Pues porque en ese momento, además, hubo varios clubes que se fueron a la bancarrota.

Es que ya es más complicado esto. El colapso de ITV Digital, hubo muchos problemas económicos. Entonces, se juntó todo. Se juntó un gobierno laborista con seguidores que empezaban a organizarse con unos clubes que se fueron a la bancarrota. Entonces, un poco la tormenta perfecta que el gobierno de Tony Blair, en esa idea de Reino Unido solo, pues vamos a facilitar el asociacionismo de los aficionados. Y más o menos lo mismo



pasó en Alemania y eso llegó a Europa. Llegó a Europa, estamos hablando del año 2008.

Entonces, llega una organización que dice "Somos tal, estamos haciendo esto". Y la Comisión Europea y el Parlamento Europeo se sientan con ellos. Y pues se empiezan a dar voz, a dar dinero. O sea, ha sido todo, desde el punto de vista de la Unión Europea, un altavoz político para los seguidores, pero ha sido también de dinero, lo que se llama *capacity building*. Es decir, nosotros os damos dinero para que hagáis esto y esto, y ha sido saber aprovecharlo.

Y evidentemente, la otra pata del banco que falta, que no es la Unión Europea, es UEFA. ¿Por qué la UEFA dedicó un millón de euros a la creación de soportes de Euro? Porque le beneficiaba, evidentemente. Pero aún así lo hizo y otros no lo hicieron. Y eso es importante también.

La posibilidad del desarrollo de todo ese movimiento... Yo creo que es evidente que tiene unas raíces nacionales, como todo, y creo que empezó en los años 90, de manera nacional. Y llega un momento en los años 2000, que son diez años de la Liga de Campeones, diez años de la Premier League, es decir, cuando ya se estaba empezando a ver la comercialización expansiva del fútbol.

Hubo esos problemas en Inglaterra, en otros países no, pero también en España hubo clubes que desaparecieron por deudas y demás. Y entonces fue en ese momento cuando en algunos países, algunos gobiernos empezaron a, digamos, favorecer eso o a darles más posibilidades y los aficionados se fueron uniendo más y más, primero a nivel nacional, luego a nivel europeo, luego se juntaron a nivel europeo. Yo recuerdo 2008 como un poco una primera vez, cuando el *Support Direct Europe*, también *Football Supporter Europe*, estaban las dos organizaciones.

O sea, es imposible entender el desarrollo del asociacionismo de los seguidores sin Alemania, Inglaterra y Escandinavia. Por lo que pasa que en Escandinavia se conoce menos y son menos. Pero Alemania e Inglaterra han sido los grandes, los que de verdad lo han llevado y hecho.

Y en definitiva, los aficionados se han ganado ese espacio ellos mismos. O sea, se han ganado porque no se lo querían dar, han tenido que demostrar y siguen teniendo que demostrar muchas más cosas que muchas más gente, que los presidentes de las ligas, que los presidentes de los clubes... Y a base de reclamaciones de trabajo serio, de manera constructiva en los foros proponiendo soluciones, también demandando, evidentemente. Pero, ha sido un trabajo que aún queda por llegar y que yo espero que se complete, primero porque creo que es necesario. Segundo, porque creo que es democrático, es lo que hay que hacer y porque creo que los aficionados y las asociaciones de aficionados han demostrado que su trabajo es serio y beneficia la organización del fútbol.

1 Ley 14.193/2021, que ha creado la Sociedad Anónima de Fútbol (SAF).

2 SÁNCHEZ, L.; SÁNCHEZ-FERNÁNDEZ, P.; BARAJAS, A. Estructuras de Propiedad y Rentabilidad Financiera en El Fútbol Europeo. **Journal of Sports Economics & Management**, v. 6, n. 1, p. 5-17, 2016, Disponible en: <https://ssrn.com/abstract=2872699>. Acceso em: 14 abr. 2023.

Pero los aficionados que son parte del asociacionismo son una muy pequeña minoría. Es cierto que al aficionado medio, cada vez este tema de gobernanza, de las reglas, de tal, les interesa más. Cada vez interesa más y cada vez saben más.

Tenemos que recordar que los aficionados, las aficionadas de fútbol son gente inteligente, no son idiotas. Los aficionados del fútbol en general, no solo los que están en las asociaciones, sobre todo entienden de su club y saben cuáles son los problemas. Y es verdad que todo lo que tiene que ver con la gobernanza y la regulación cada vez hay un interés mayor de la afición media.

Anderson: Acá en Brasil nosotros tenemos aún los modelos de asociaciones sin fines de lucro. Pero, con la aprobación de una ley reciente¹, tenemos las sociedades anónimas de fútbol. ¿Cómo hacer que la participación de la afición en estos momentos de decisión sea más efectiva en un escenario de clubes con propiedad privada?

BG: Ahí solo cabe la regulación.

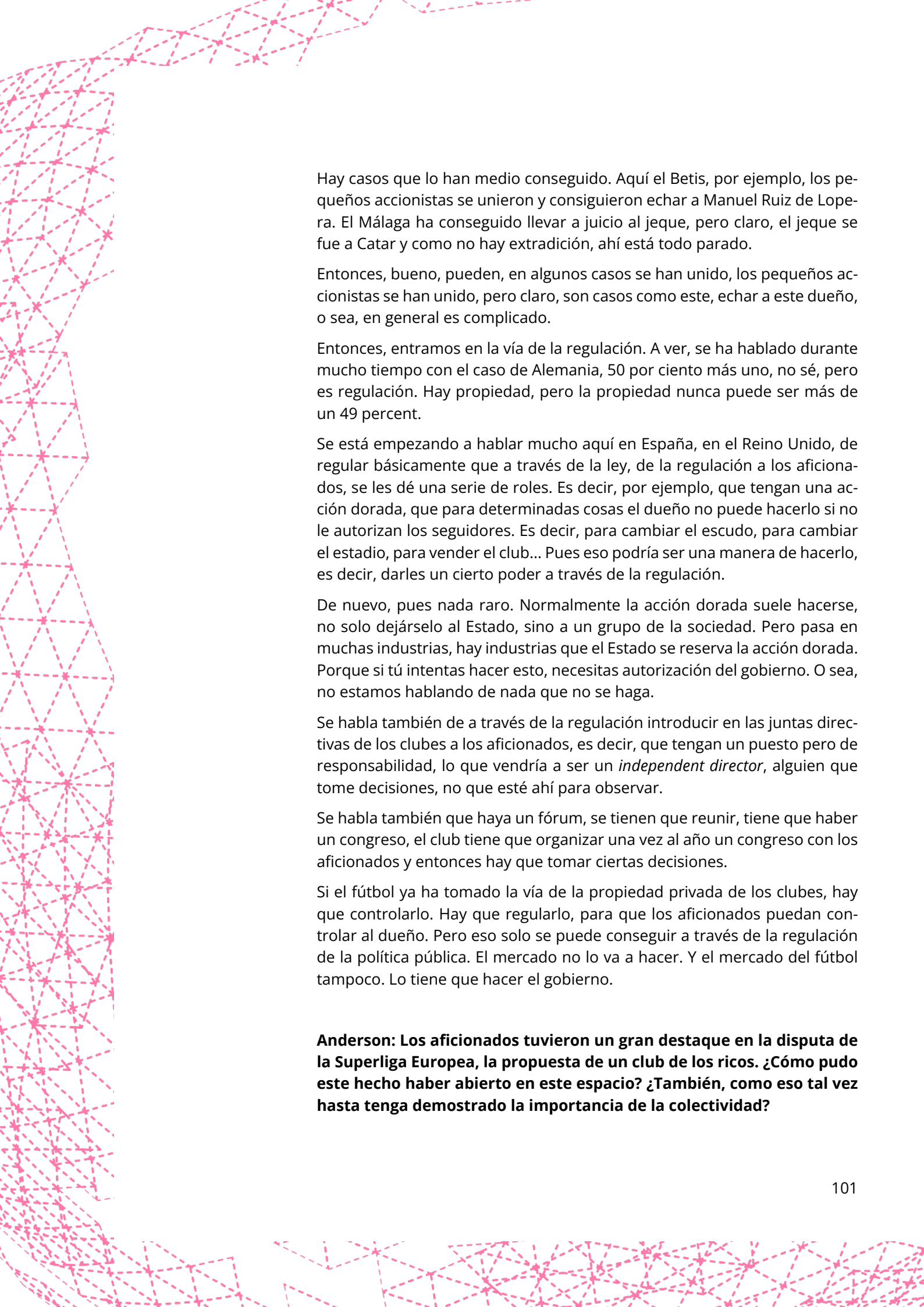
Es decir, uno de los grandes problemas, especialmente en el Reino Unido, cuando Tony Blair lanzó, la idea era buena, que los aficionados entrarían, fueran una cooperativa y propietarios del club. Pero claro, en un fútbol tan mercantilizado como es el británico, y luego se ha convertido en el europeo, que al final los aficionados es muy difícil que sean propietarios de un club. Solo pueden ser a nivel muy bajo, cuarta división, quinta división.

El caso más grande que llegó a estar arriba fue el Swansea City, los aficionados tenían el 20%. Luego acabaron vendiendo también y además unas peleas... Era la única historia de éxito y acabara mal también.

O sea, el gran problema es la propiedad. Las sociedades anónimas deportivas tampoco han funcionado, no hay propiedad. Pero hay algunos casos donde sí hay muchos aficionados que han comprado acciones.

Por ejemplo, en España yo leí, hay un artículo de Ángel Barajas y otros doctores² que venía a decir que en cuanto hay propiedad privada es más efectivo si está muy repartida. Es curioso, ellos hicieron números y la conclusión es que, no necesariamente que vayan a ganar más títulos, pero que es más eficiente desde un punto de vista económico, si la propiedad está muy repartida que si la tiene una sola persona.

Pero vamos, de una manera que hay que regularlo, tú tienes que decir "no, nadie puede tener más de un 10 percent de un club", por ejemplo. Porque si no lo regulas, pues no va a pasar. Entonces, claro, si estamos hablando de participación de aficionados, en el momento en el que ya lo mercantilizamos y empezamos a hablar de propiedad privada, es muy complicado. Ya, porque los aficionados rara vez van a poder hacerse con la propiedad o con una parte significativa de la propiedad.



Hay casos que lo han medio conseguido. Aquí el Betis, por ejemplo, los pequeños accionistas se unieron y consiguieron echar a Manuel Ruiz de Lopera. El Málaga ha conseguido llevar a juicio al jeque, pero claro, el jeque se fue a Catar y como no hay extradición, ahí está todo parado.

Entonces, bueno, pueden, en algunos casos se han unido, los pequeños accionistas se han unido, pero claro, son casos como este, echar a este dueño, o sea, en general es complicado.

Entonces, entramos en la vía de la regulación. A ver, se ha hablado durante mucho tiempo con el caso de Alemania, 50 por ciento más uno, no sé, pero es regulación. Hay propiedad, pero la propiedad nunca puede ser más de un 49 percent.

Se está empezando a hablar mucho aquí en España, en el Reino Unido, de regular básicamente que a través de la ley, de la regulación a los aficionados, se les dé una serie de roles. Es decir, por ejemplo, que tengan una acción dorada, que para determinadas cosas el dueño no puede hacerlo si no le autorizan los seguidores. Es decir, para cambiar el escudo, para cambiar el estadio, para vender el club... Pues eso podría ser una manera de hacerlo, es decir, darles un cierto poder a través de la regulación.


De nuevo, pues nada raro. Normalmente la acción dorada suele hacerse, no solo dejárselo al Estado, sino a un grupo de la sociedad. Pero pasa en muchas industrias, hay industrias que el Estado se reserva la acción dorada. Porque si tú intentas hacer esto, necesitas autorización del gobierno. O sea, no estamos hablando de nada que no se haga.

Se habla también de a través de la regulación introducir en las juntas directivas de los clubes a los aficionados, es decir, que tengan un puesto pero de responsabilidad, lo que vendría a ser un *independent director*, alguien que tome decisiones, no que esté ahí para observar.

Se habla también que haya un fórum, se tienen que reunir, tiene que haber un congreso, el club tiene que organizar una vez al año un congreso con los aficionados y entonces hay que tomar ciertas decisiones.

Si el fútbol ya ha tomado la vía de la propiedad privada de los clubes, hay que controlarlo. Hay que regularlo, para que los aficionados puedan controlar al dueño. Pero eso solo se puede conseguir a través de la regulación de la política pública. El mercado no lo va a hacer. Y el mercado del fútbol tampoco. Lo tiene que hacer el gobierno.

Anderson: Los aficionados tuvieron un gran destaque en la disputa de la Superliga Europea, la propuesta de un club de los ricos. ¿Cómo pudo este hecho haber abierto en este espacio? ¿También, como eso tal vez hasta tenga demostrado la importancia de la colectividad?



BG: El principal problema fue que la Superliga propuso algo que no es aceptable, simple y llanamente. O sea, es una dinámica que a día de hoy, no es aceptada culturalmente en Europa. La puedes forzar y si la fuerzas, acabará. Y seguramente la gente la acabará aceptando, como tantas otras cosas se han ido cambiando. Pero bueno, lo que ha quedado claro en la investigación que nosotros hicimos es sobre todo que el concepto de una competición cerrada es un que a día de hoy no cuadra con los valores del deporte, del fútbol. O sea, si lo intentan y si lo hacen, y al final seguramente cambiarán y lo conseguirán. Pero bueno, se fue en ese momento. La oposición se empezó muy pronto. Yo simplemente creo que no pensaban, que no hicieron la investigación.

La gente no protestaba tanto por la Superliga, sobre todo fue por lo de la competición cerrada. Porque contra la idea de una Superliga, una nueva competición organizada por los clubes, no te creas que nosotros encontramos tanta oposición. O incluso a la idea de una comercialización de esto de los ricos. Es que yo aún no me lo he entendido, que gente que iba a invertir 3000 millones de euros en algo, no hicieron el estudio. Es una cosa de unos señores que se supone que son unos genios de las finanzas, de un amateurismo que no me lo puedo creer. ¿Por qué?

Yo creo que fue una propuesta que chocó de manera muy fuerte con los valores, bueno, con el valor cultural que aún contiene el fútbol. Ahí hubo un choque que se amplificó muy pronto, lo amplificaron los jugadores.

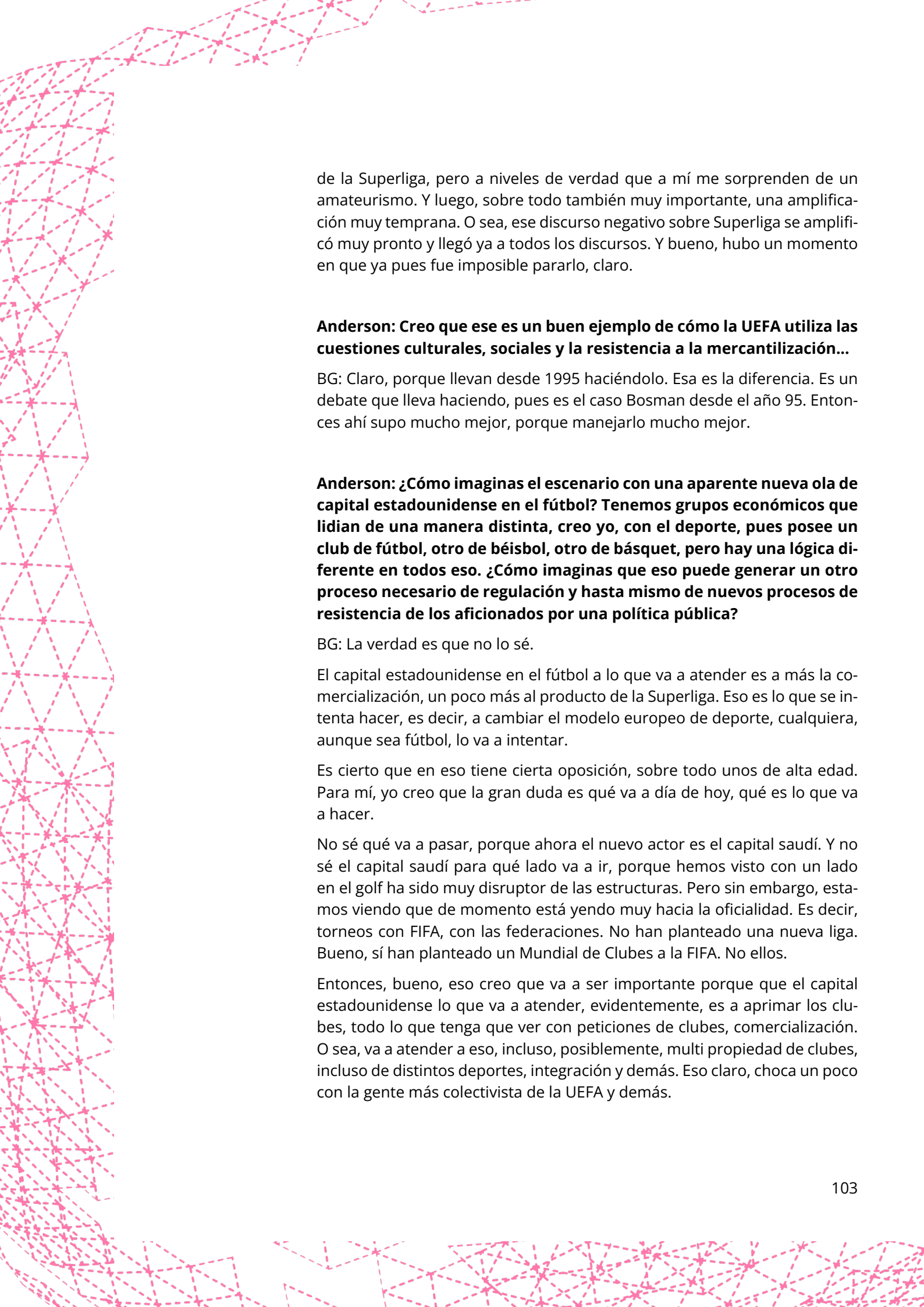
Yo soy de los que tiene la teoría de que uno de los grandes responsables de que la Superliga no saliera adelante fue Jordan Henderson. Cuando el capitán del Liverpool le preguntan en el Sky y es tan claro, eso amplificó. Si Jordan Henderson dice otra cosa, a lo mejor hoy estamos hablando de una Superliga.

La amplificaron algunos futbolistas, Sky News para hacer el espectáculo y demás. Y curiosamente, que yo también creo que también fue muy importante, la amplificó Boris Johnson [entonces primer ministro británico]. Porque para su agenda populista le venía bien. Entonces, otra cosa con la que no contaron los proponentes de la Superliga es con que no iban a tener el apoyo de las élites políticas. Entonces, Boris Johnson, luego salió Macrón, luego salió el vicepresidente de la Comisión Europea.

Cómo unos señores que han hecho muchísimo dinero durante toda su carrera, no se aseguraron el apoyo político!

O sea, fue clarísimamente una oposición social, una oposición importante, porque sí, unos cuantos salieron a la calle, pero luego en los estudios que hemos hecho de redes sociales, había una oposición importante. No a todo, pero sobre todo a lo de la liga cerrada.

Fue un claro choque con unos valores socioculturales que aún están muy organizados en el fútbol europeo. Completa falta de preparación por parte



de la Superliga, pero a niveles de verdad que a mí me sorprenden de un amateurismo. Y luego, sobre todo también muy importante, una amplificación muy temprana. O sea, ese discurso negativo sobre Superliga se amplificó muy pronto y llegó ya a todos los discursos. Y bueno, hubo un momento en que ya pues fue imposible pararlo, claro.

Anderson: Creo que ese es un buen ejemplo de cómo la UEFA utiliza las cuestiones culturales, sociales y la resistencia a la mercantilización...

BG: Claro, porque llevan desde 1995 haciéndolo. Esa es la diferencia. Es un debate que lleva haciendo, pues es el caso Bosman desde el año 95. Entonces ahí supo mucho mejor, porque manejarlo mucho mejor.

Anderson: ¿Cómo imaginas el escenario con una aparente nueva ola de capital estadounidense en el fútbol? Tenemos grupos económicos que lidian de una manera distinta, creo yo, con el deporte, pues posee un club de fútbol, otro de béisbol, otro de básquet, pero hay una lógica diferente en todos eso. ¿Cómo imaginas que eso puede generar un otro proceso necesario de regulación y hasta mismo de nuevos procesos de resistencia de los aficionados por una política pública?


BG: La verdad es que no lo sé.

El capital estadounidense en el fútbol a lo que va a atender es a más la comercialización, un poco más al producto de la Superliga. Eso es lo que se intenta hacer, es decir, a cambiar el modelo europeo de deporte, cualquiera, aunque sea fútbol, lo va a intentar.

Es cierto que en eso tiene cierta oposición, sobre todo unos de alta edad. Para mí, yo creo que la gran duda es qué va a día de hoy, qué es lo que va a hacer.

No sé qué va a pasar, porque ahora el nuevo actor es el capital saudí. Y no sé el capital saudí para qué lado va a ir, porque hemos visto con un lado en el golf ha sido muy disruptor de las estructuras. Pero sin embargo, estamos viendo que de momento está yendo muy hacia la oficialidad. Es decir, torneos con FIFA, con las federaciones. No han planteado una nueva liga. Bueno, sí han planteado un Mundial de Clubes a la FIFA. No ellos.

Entonces, bueno, eso creo que va a ser importante porque que el capital estadounidense lo que va a atender, evidentemente, es a apriar los clubes, todo lo que tenga que ver con peticiones de clubes, comercialización. O sea, va a atender a eso, incluso, posiblemente, multi propiedad de clubes, incluso de distintos deportes, integración y demás. Eso claro, choca un poco con la gente más colectivista de la UEFA y demás.



También es cierto, hay que ver porque en qué países entran y en qué países no. En el Reino Unido, evidentemente, han entrado mucho. En España está entrando mucho capital estadounidense. En Italia también. En Alemania no, claro, porque no puede, porque está regulado. Entonces, también es cierto que seguramente el capital estadounidense irá a ciertos mercados más que a otros. Pero claro, igual que lo estamos viendo en muchos sectores, este es un momento de oportunidad, porque con la crisis, con la pandemia y demás, estamos viendo mucho capital estadounidense que está en una posición muy fuerte para invertir en el fútbol europeo.

Entonces, yo creo que esa inversión va a seguir, que evidentemente lo que ese capital intenta es una convención de generación, una profesionalización, una privacía de las competiciones de clubes, lo que tenga que ver con cambios en los formatos y demás. Y eso, posiblemente, puede ser una fuente de tensiones los próximos 10, 15 años, seguramente, en Europa.

Anderson: Sobre el proceso de multipropiedad, ¿Cómo pensar una gobernanza? Porque acá estamos hablando de una cuestión que está cada vez más internacionalizada, Es como si nosotros tuviésemos una gran empresa que sale a otros países y usa toda esta red para, en este caso, conseguir más lucro y también puede, creo yo, interferir un control mayor.

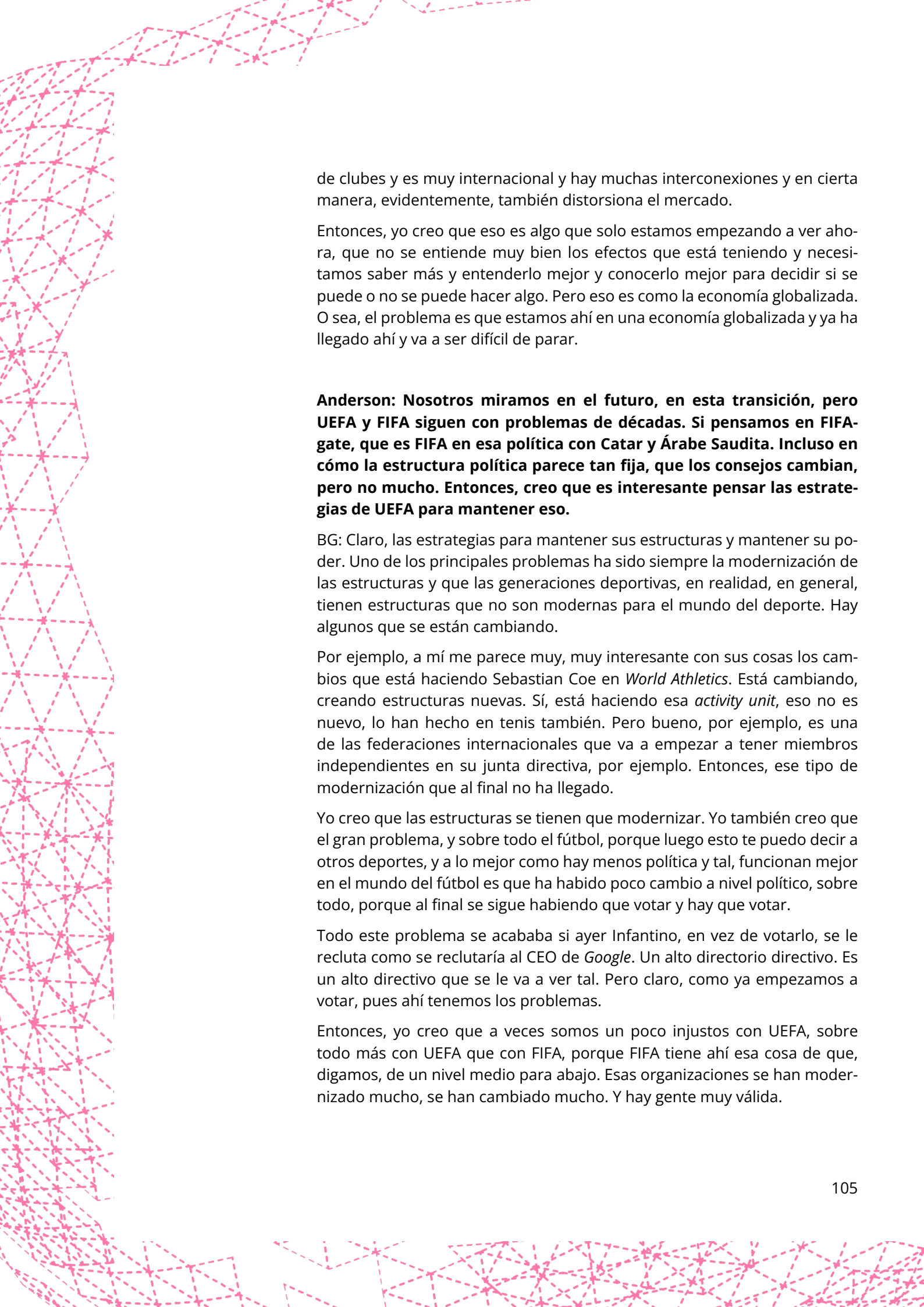
BG: Sí. Ese es un proceso que se está desarrollando y tampoco creo que se vaya a parar, porque claro está el *City Group*, pero luego los haya a niveles más pequeños y lo estamos viendo, incluso en multipropiedad poco conocida de diversos deportes en Europa también.

Los del equipo de baloncesto de Vitoria son dueños del Alavés, que es un equipo de fútbol, pero son también dueños de un par de clubes de fútbol en Bélgica, de un club de baloncesto en Italia. O sea, esos son casos menos conocidos, pero también pasan.

Eso es algo que yo creo que va a seguir sucediendo, que crea problemas. El primero, evidentemente, que siempre se ha hablado es de que pueda crear problemas para la integridad de la competición, lo típico. ¿Qué pasaría si el Udinese juega con el Watford? Y eso es importante, porque yo creo que todo lo que va a la integridad de la competición es importante.

O también es importante para los jugadores, porque distorsionan el mercado de venta de jugadores, eso lo hemos visto claramente. Está pasando también con el Olympiakos y el Nottingham Forest.

Habría quizás que regular el mercado de fichajes de una manera más estricta, pero para eso necesitas el acuerdo de los jugadores y demás. O sea, eso nos está llevando a unos modelos nuevos, a unos modelos nuevos de estructuras que es complicado porque además igual se centra en el fútbol



de clubes y es muy internacional y hay muchas interconexiones y en cierta manera, evidentemente, también distorsiona el mercado.

Entonces, yo creo que eso es algo que solo estamos empezando a ver ahora, que no se entiende muy bien los efectos que está teniendo y necesitamos saber más y entenderlo mejor y conocerlo mejor para decidir si se puede o no se puede hacer algo. Pero eso es como la economía globalizada. O sea, el problema es que estamos ahí en una economía globalizada y ya ha llegado ahí y va a ser difícil de parar.

Anderson: Nosotros miramos en el futuro, en esta transición, pero UEFA y FIFA siguen con problemas de décadas. Si pensamos en FIFA-gate, que es FIFA en esa política con Catar y Árabe Saudita. Incluso en cómo la estructura política parece tan fija, que los consejos cambian, pero no mucho. Entonces, creo que es interesante pensar las estrategias de UEFA para mantener eso.

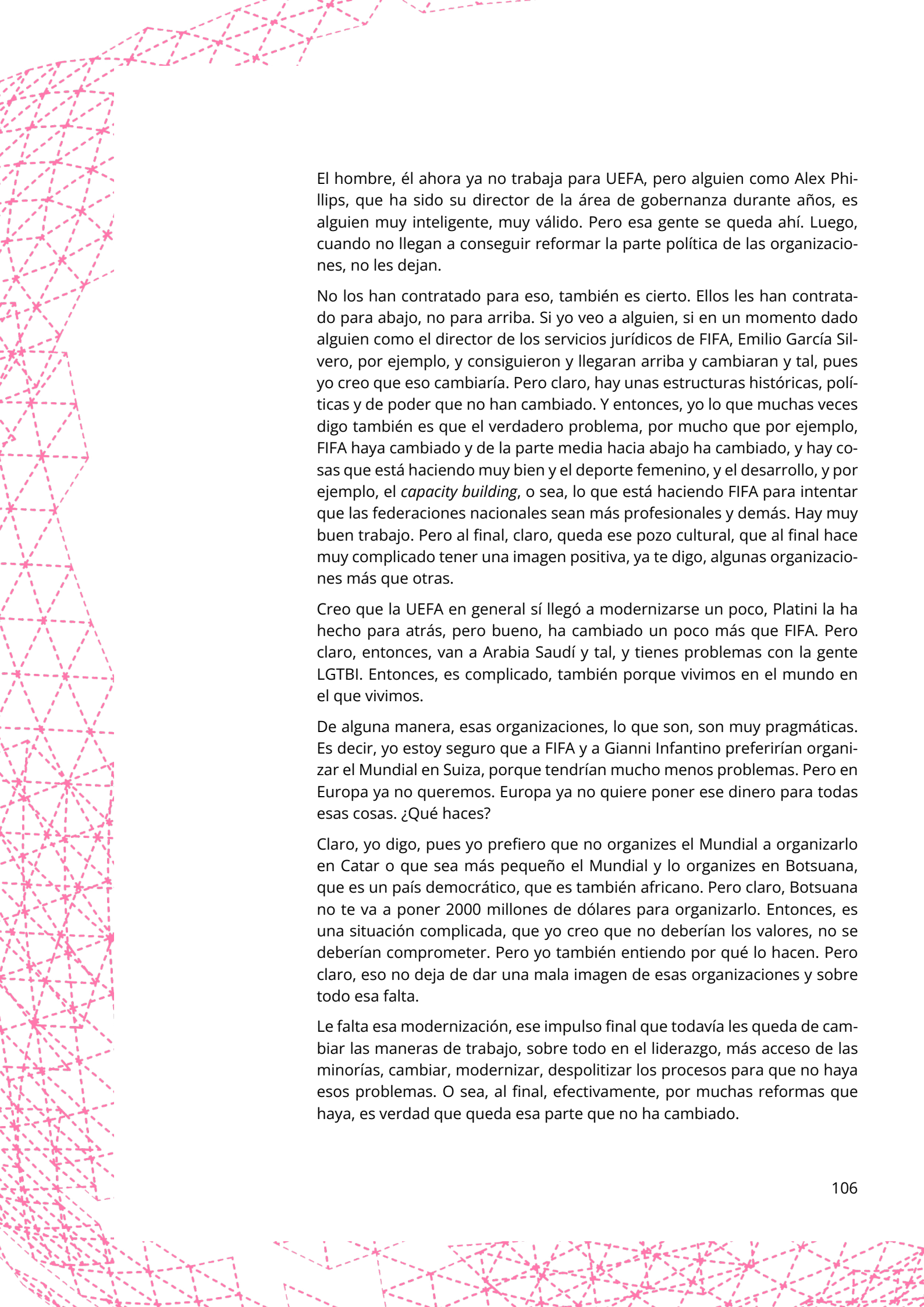
BG: Claro, las estrategias para mantener sus estructuras y mantener su poder. Uno de los principales problemas ha sido siempre la modernización de las estructuras y que las generaciones deportivas, en realidad, en general, tienen estructuras que no son modernas para el mundo del deporte. Hay algunos que se están cambiando.

Por ejemplo, a mí me parece muy, muy interesante con sus cosas los cambios que está haciendo Sebastian Coe en *World Athletics*. Está cambiando, creando estructuras nuevas. Sí, está haciendo esa *activity unit*, eso no es nuevo, lo han hecho en tenis también. Pero bueno, por ejemplo, es una de las federaciones internacionales que va a empezar a tener miembros independientes en su junta directiva, por ejemplo. Entonces, ese tipo de modernización que al final no ha llegado.

Yo creo que las estructuras se tienen que modernizar. Yo también creo que el gran problema, y sobre todo el fútbol, porque luego esto te puedo decir a otros deportes, y a lo mejor como hay menos política y tal, funcionan mejor en el mundo del fútbol es que ha habido poco cambio a nivel político, sobre todo, porque al final se sigue habiendo que votar y hay que votar.

Todo este problema se acababa si ayer Infantino, en vez de votarlo, se le recluta como se reclutaría al CEO de *Google*. Un alto directorio directivo. Es un alto directivo que se le va a ver tal. Pero claro, como ya empezamos a votar, pues ahí tenemos los problemas.

Entonces, yo creo que a veces somos un poco injustos con UEFA, sobre todo más con UEFA que con FIFA, porque FIFA tiene ahí esa cosa de que, digamos, de un nivel medio para abajo. Esas organizaciones se han modernizado mucho, se han cambiado mucho. Y hay gente muy válida.



El hombre, él ahora ya no trabaja para UEFA, pero alguien como Alex Phillips, que ha sido su director de la área de gobernanza durante años, es alguien muy inteligente, muy válido. Pero esa gente se queda ahí. Luego, cuando no llegan a conseguir reformar la parte política de las organizaciones, no les dejan.

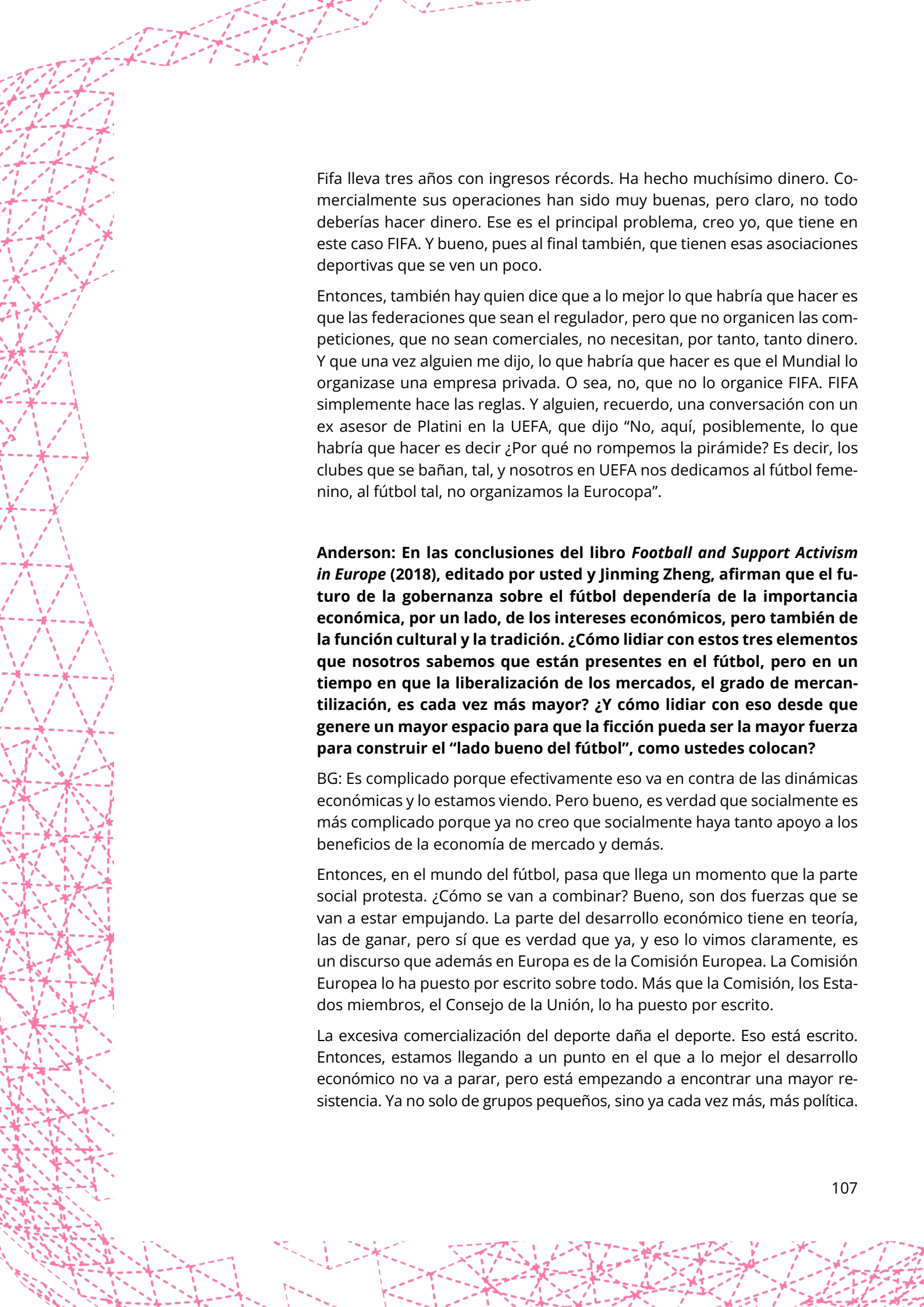
No los han contratado para eso, también es cierto. Ellos les han contratado para abajo, no para arriba. Si yo veo a alguien, si en un momento dado alguien como el director de los servicios jurídicos de FIFA, Emilio García Silvero, por ejemplo, y consiguieron y llegaron arriba y cambiaran y tal, pues yo creo que eso cambiaría. Pero claro, hay unas estructuras históricas, políticas y de poder que no han cambiado. Y entonces, yo lo que muchas veces digo también es que el verdadero problema, por mucho que por ejemplo, FIFA haya cambiado y de la parte media hacia abajo ha cambiado, y hay cosas que está haciendo muy bien y el deporte femenino, y el desarrollo, y por ejemplo, el *capacity building*, o sea, lo que está haciendo FIFA para intentar que las federaciones nacionales sean más profesionales y demás. Hay muy buen trabajo. Pero al final, claro, queda ese pozo cultural, que al final hace muy complicado tener una imagen positiva, ya te digo, algunas organizaciones más que otras.

Creo que la UEFA en general sí llegó a modernizarse un poco, Platini la ha hecho para atrás, pero bueno, ha cambiado un poco más que FIFA. Pero claro, entonces, van a Arabia Saudí y tal, y tienes problemas con la gente LGTBI. Entonces, es complicado, también porque vivimos en el mundo en el que vivimos.

De alguna manera, esas organizaciones, lo que son, son muy pragmáticas. Es decir, yo estoy seguro que a FIFA y a Gianni Infantino preferirían organizar el Mundial en Suiza, porque tendrían mucho menos problemas. Pero en Europa ya no queremos. Europa ya no quiere poner ese dinero para todas esas cosas. ¿Qué haces?

Claro, yo digo, pues yo prefiero que no organices el Mundial a organizarlo en Catar o que sea más pequeño el Mundial y lo organices en Botsuana, que es un país democrático, que es también africano. Pero claro, Botsuana no te va a poner 2000 millones de dólares para organizarlo. Entonces, es una situación complicada, que yo creo que no deberían los valores, no se deberían comprometer. Pero yo también entiendo por qué lo hacen. Pero claro, eso no deja de dar una mala imagen de esas organizaciones y sobre todo esa falta.

Le falta esa modernización, ese impulso final que todavía les queda de cambiar las maneras de trabajo, sobre todo en el liderazgo, más acceso de las minorías, cambiar, modernizar, despolitizar los procesos para que no haya esos problemas. O sea, al final, efectivamente, por muchas reformas que haya, es verdad que queda esa parte que no ha cambiado.



Fifa lleva tres años con ingresos récords. Ha hecho muchísimo dinero. Comercialmente sus operaciones han sido muy buenas, pero claro, no todo debería hacer dinero. Ese es el principal problema, creo yo, que tiene en este caso FIFA. Y bueno, pues al final también, que tienen esas asociaciones deportivas que se ven un poco.

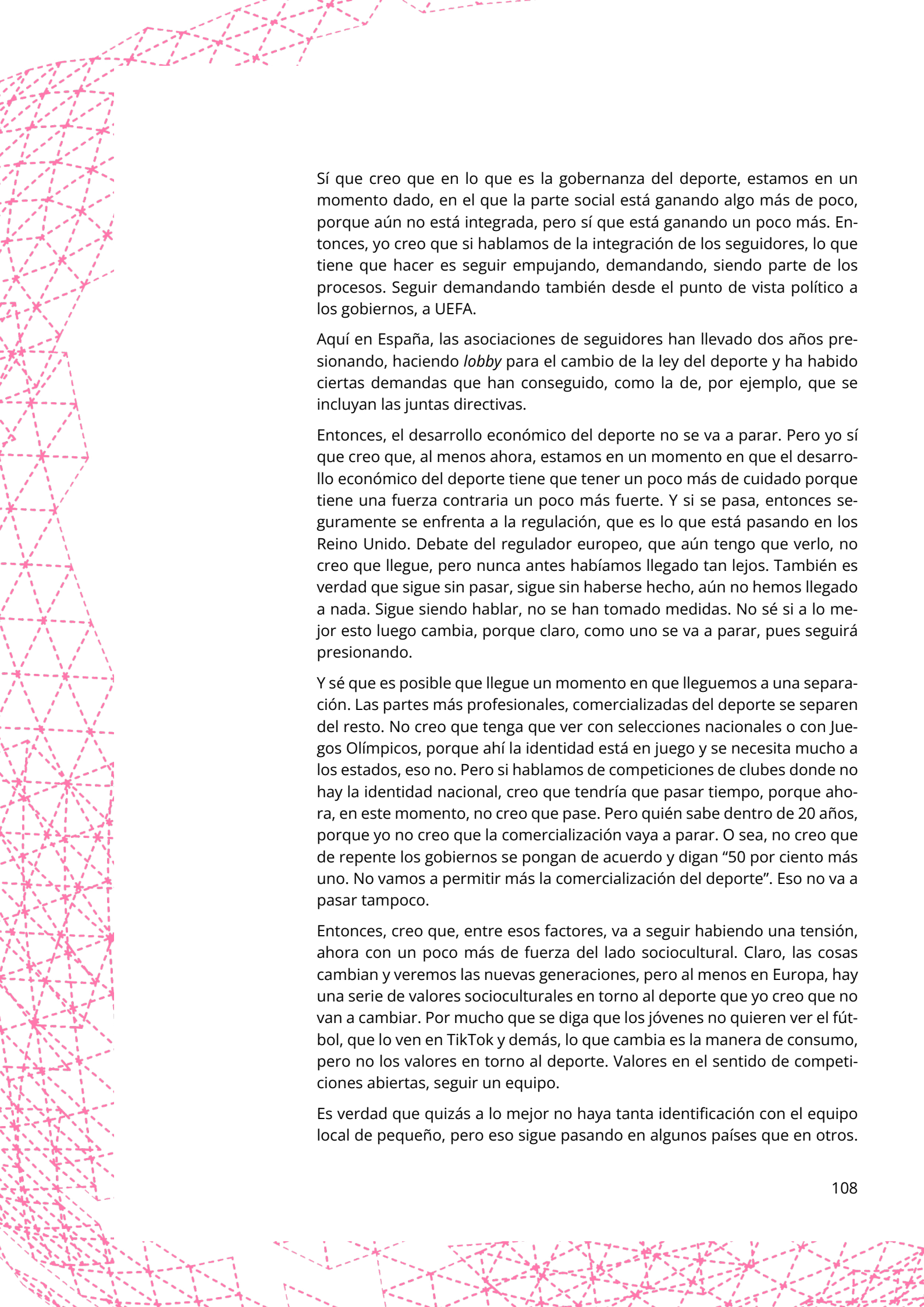
Entonces, también hay quien dice que a lo mejor lo que habría que hacer es que las federaciones que sean el regulador, pero que no organicen las competiciones, que no sean comerciales, no necesitan, por tanto, tanto dinero. Y que una vez alguien me dijo, lo que habría que hacer es que el Mundial lo organizase una empresa privada. O sea, no, que no lo organice FIFA. FIFA simplemente hace las reglas. Y alguien, recuerdo, una conversación con un ex asesor de Platini en la UEFA, que dijo “No, aquí, posiblemente, lo que habría que hacer es decir ¿Por qué no rompemos la pirámide? Es decir, los clubes que se bañan, tal, y nosotros en UEFA nos dedicamos al fútbol femenino, al fútbol tal, no organizamos la Eurocopa”.

Anderson: En las conclusiones del libro *Football and Support Activism in Europe* (2018), editado por usted y Jinming Zheng, afirman que el futuro de la gobernanza sobre el fútbol dependería de la importancia económica, por un lado, de los intereses económicos, pero también de la función cultural y la tradición. ¿Cómo lidiar con estos tres elementos que nosotros sabemos que están presentes en el fútbol, pero en un tiempo en que la liberalización de los mercados, el grado de mercantilización, es cada vez más mayor? ¿Y cómo lidiar con eso desde que genere un mayor espacio para que la ficción pueda ser la mayor fuerza para construir el “lado bueno del fútbol”, como ustedes colocan?

BG: Es complicado porque efectivamente eso va en contra de las dinámicas económicas y lo estamos viendo. Pero bueno, es verdad que socialmente es más complicado porque ya no creo que socialmente haya tanto apoyo a los beneficios de la economía de mercado y demás.

Entonces, en el mundo del fútbol, pasa que llega un momento que la parte social protesta. ¿Cómo se van a combinar? Bueno, son dos fuerzas que se van a estar empujando. La parte del desarrollo económico tiene en teoría, las de ganar, pero sí que es verdad que ya, y eso lo vimos claramente, es un discurso que además en Europa es de la Comisión Europea. La Comisión Europea lo ha puesto por escrito sobre todo. Más que la Comisión, los Estados miembros, el Consejo de la Unión, lo ha puesto por escrito.

La excesiva comercialización del deporte daña el deporte. Eso está escrito. Entonces, estamos llegando a un punto en el que a lo mejor el desarrollo económico no va a parar, pero está empezando a encontrar una mayor resistencia. Ya no solo de grupos pequeños, sino ya cada vez más, más política.



Sí que creo que en lo que es la gobernanza del deporte, estamos en un momento dado, en el que la parte social está ganando algo más de poco, porque aún no está integrada, pero sí que está ganando un poco más. Entonces, yo creo que si hablamos de la integración de los seguidores, lo que tiene que hacer es seguir empujando, demandando, siendo parte de los procesos. Seguir demandando también desde el punto de vista político a los gobiernos, a UEFA.

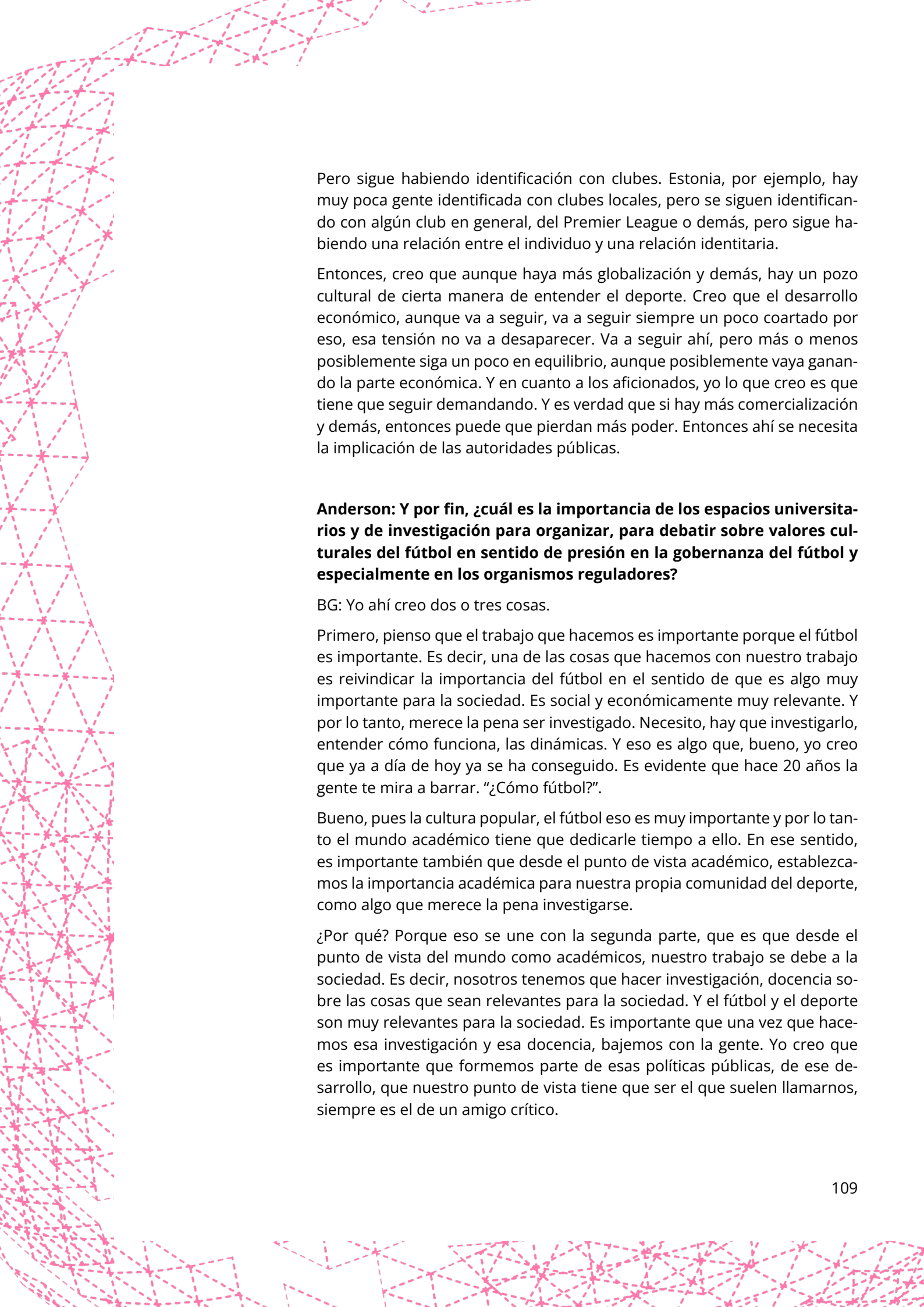
Aquí en España, las asociaciones de seguidores han llevado dos años presionando, haciendo *lobby* para el cambio de la ley del deporte y ha habido ciertas demandas que han conseguido, como la de, por ejemplo, que se incluyan las juntas directivas.

Entonces, el desarrollo económico del deporte no se va a parar. Pero yo sí que creo que, al menos ahora, estamos en un momento en que el desarrollo económico del deporte tiene que tener un poco más de cuidado porque tiene una fuerza contraria un poco más fuerte. Y si se pasa, entonces seguramente se enfrenta a la regulación, que es lo que está pasando en los Reino Unido. Debate del regulador europeo, que aún tengo que verlo, no creo que llegue, pero nunca antes habíamos llegado tan lejos. También es verdad que sigue sin pasar, sigue sin haberse hecho, aún no hemos llegado a nada. Sigue siendo hablar, no se han tomado medidas. No sé si a lo mejor esto luego cambia, porque claro, como uno se va a parar, pues seguirá presionando.

Y sé que es posible que llegue un momento en que lleguemos a una separación. Las partes más profesionales, comercializadas del deporte se separen del resto. No creo que tenga que ver con selecciones nacionales o con Juegos Olímpicos, porque ahí la identidad está en juego y se necesita mucho a los estados, eso no. Pero si hablamos de competiciones de clubes donde no hay la identidad nacional, creo que tendría que pasar tiempo, porque ahora, en este momento, no creo que pase. Pero quién sabe dentro de 20 años, porque yo no creo que la comercialización vaya a parar. O sea, no creo que de repente los gobiernos se pongan de acuerdo y digan "50 por ciento más uno. No vamos a permitir más la comercialización del deporte". Eso no va a pasar tampoco.

Entonces, creo que, entre esos factores, va a seguir habiendo una tensión, ahora con un poco más de fuerza del lado sociocultural. Claro, las cosas cambian y veremos las nuevas generaciones, pero al menos en Europa, hay una serie de valores socioculturales en torno al deporte que yo creo que no van a cambiar. Por mucho que se diga que los jóvenes no quieren ver el fútbol, que lo ven en TikTok y demás, lo que cambia es la manera de consumo, pero no los valores en torno al deporte. Valores en el sentido de competiciones abiertas, seguir un equipo.

Es verdad que quizás a lo mejor no haya tanta identificación con el equipo local de pequeño, pero eso sigue pasando en algunos países que en otros.



Pero sigue habiendo identificación con clubes. Estonia, por ejemplo, hay muy poca gente identificada con clubes locales, pero se siguen identificando con algún club en general, del Premier League o demás, pero sigue habiendo una relación entre el individuo y una relación identitaria.

Entonces, creo que aunque haya más globalización y demás, hay un pozo cultural de cierta manera de entender el deporte. Creo que el desarrollo económico, aunque va a seguir, va a seguir siempre un poco coartado por eso, esa tensión no va a desaparecer. Va a seguir ahí, pero más o menos posiblemente siga un poco en equilibrio, aunque posiblemente vaya ganando la parte económica. Y en cuanto a los aficionados, yo lo que creo es que tiene que seguir demandando. Y es verdad que si hay más comercialización y demás, entonces puede que pierdan más poder. Entonces ahí se necesita la implicación de las autoridades públicas.


Anderson: Y por fin, ¿cuál es la importancia de los espacios universitarios y de investigación para organizar, para debatir sobre valores culturales del fútbol en sentido de presión en la gobernanza del fútbol y especialmente en los organismos reguladores?

BG: Yo ahí creo dos o tres cosas.

Primero, pienso que el trabajo que hacemos es importante porque el fútbol es importante. Es decir, una de las cosas que hacemos con nuestro trabajo es reivindicar la importancia del fútbol en el sentido de que es algo muy importante para la sociedad. Es social y económicamente muy relevante. Y por lo tanto, merece la pena ser investigado. Necesito, hay que investigarlo, entender cómo funciona, las dinámicas. Y eso es algo que, bueno, yo creo que ya a día de hoy ya se ha conseguido. Es evidente que hace 20 años la gente te mira a barrar. “¿Cómo fútbol?”.

Bueno, pues la cultura popular, el fútbol eso es muy importante y por lo tanto el mundo académico tiene que dedicarle tiempo a ello. En ese sentido, es importante también que desde el punto de vista académico, establezcamos la importancia académica para nuestra propia comunidad del deporte, como algo que merece la pena investigarse.

¿Por qué? Porque eso se une con la segunda parte, que es que desde el punto de vista del mundo como académicos, nuestro trabajo se debe a la sociedad. Es decir, nosotros tenemos que hacer investigación, docencia sobre las cosas que sean relevantes para la sociedad. Y el fútbol y el deporte son muy relevantes para la sociedad. Es importante que una vez que hacemos esa investigación y esa docencia, bajemos con la gente. Yo creo que es importante que formemos parte de esas políticas públicas, de ese desarrollo, que nuestro punto de vista tiene que ser el que suelen llamarnos, siempre es el de un amigo crítico.



Entonces, claro, yo cuando hago este trabajo, tengo una idea muy clara de cómo debe ser el fútbol y de lo que yo creo. Y pues yo he trabajado y trabajo mucho con los seguidores. O sea, no vamos a ser nunca neutrales. Pero es importante que seamos, con nuestra manera de ver y de entender, también críticos. Tiene que ayudar a mejorar, a poner presión, pero también reconocer las cosas que se hacen bien.

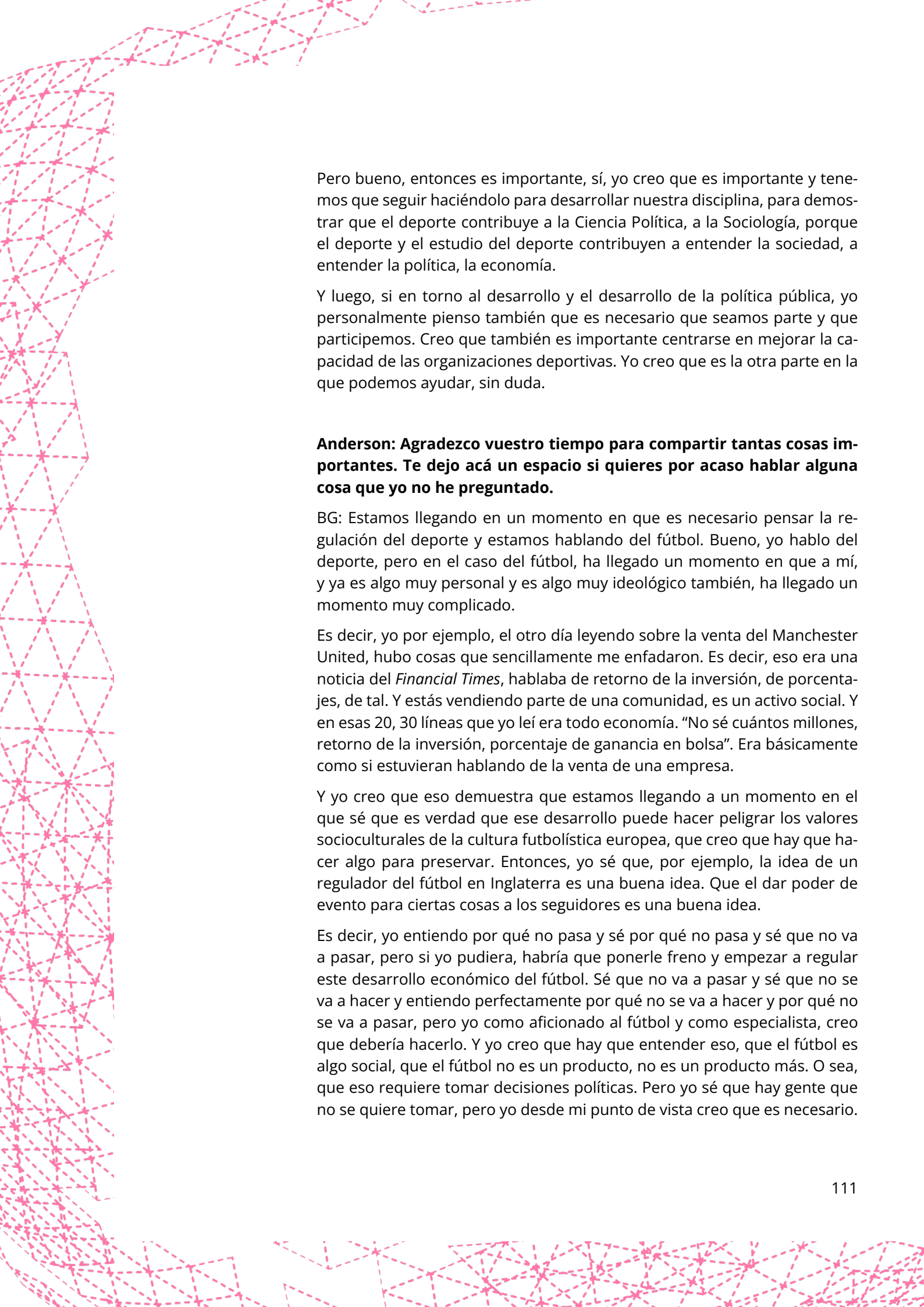
Creo que es importante que participemos, porque además tenemos el tiempo para ello, los recursos para hacer, todas las habilidades para entender, para explicar. Porque al final, lo que tenemos desde la academia es quizás un poco más de distancia, porque los que trabajan en el día a día haciendo política pública, están demasiado en el día a día. Entonces, a veces necesitan un poco que alguien les diga “no, míralo esto desde un poco, desde más fuera y estas son las distintas posibilidades o estas son las distintas consecuencias y demás”. O sea, yo creo que es importante que participemos siendo críticos, aportando no solo la evidencia, que también, sino el análisis de la evidencia. Eso siempre, evidentemente, es lo que más podemos aportar.

Entonces, yo creo que ese tiene que ser nuestro papel y tiene que ser el de participar en esos procesos, el de dar nuestro juicio o el de contribuir. Pero también el de asesorar a quienes participen. Entonces, yo creo que es una labor importante.

Yo creo que primero tenemos que tomarnos en serio nuestro trabajo y producir trabajo de calidad, es decir, dar a conocer académicamente, metodológicamente, de buena calidad, ser críticos, sobre todo. Y luego también pues eso, participar en esos procedimientos. Ninguno de nosotros va a tomar las decisiones, pero yo creo que desde los foros académicos debemos de intentar participar.

En el mundo del deporte, en Europa, los *stakeholders* son bastante receptivos. Algunos más que otros, claro, los que tienen una visión más política. Pero, son más receptivos porque al final lo que ocurre es que ellos se están dedicando a su día a día, a su gestionar y a ganar partidos y al fichaje y a lo de más allá. En el mundo del deporte no es muy habitual que se tomen decisiones estratégicas, que se pare, vamos a hacer una estrategia a cinco años, a 20. Entonces, yo creo que también por eso, dentro del mundo del deporte, suelen estar un poquito más abiertos, por lo menos a que les ayuden desde fuera. No todo el mundo, eso está claro.

Por ejemplo, yo creo que es muy duro, no puedo hacer esa investigación, pero creo que es muy importante toda la investigación que está haciendo gente como mis compañeros de Durham sobre el fútbol femenino y la integración de las mujeres o lo que ha hecho sobre la homofobia del deporte. Yo también creo que tenemos una responsabilidad de hacer investigación sobre esos aspectos que se necesitan. Y eso es una decisión personal, claro, porque tú eres el que defines.



Pero bueno, entonces es importante, sí, yo creo que es importante y tenemos que seguir haciéndolo para desarrollar nuestra disciplina, para demostrar que el deporte contribuye a la Ciencia Política, a la Sociología, porque el deporte y el estudio del deporte contribuyen a entender la sociedad, a entender la política, la economía.

Y luego, si en torno al desarrollo y el desarrollo de la política pública, yo personalmente pienso también que es necesario que seamos parte y que participemos. Creo que también es importante centrarse en mejorar la capacidad de las organizaciones deportivas. Yo creo que es la otra parte en la que podemos ayudar, sin duda.

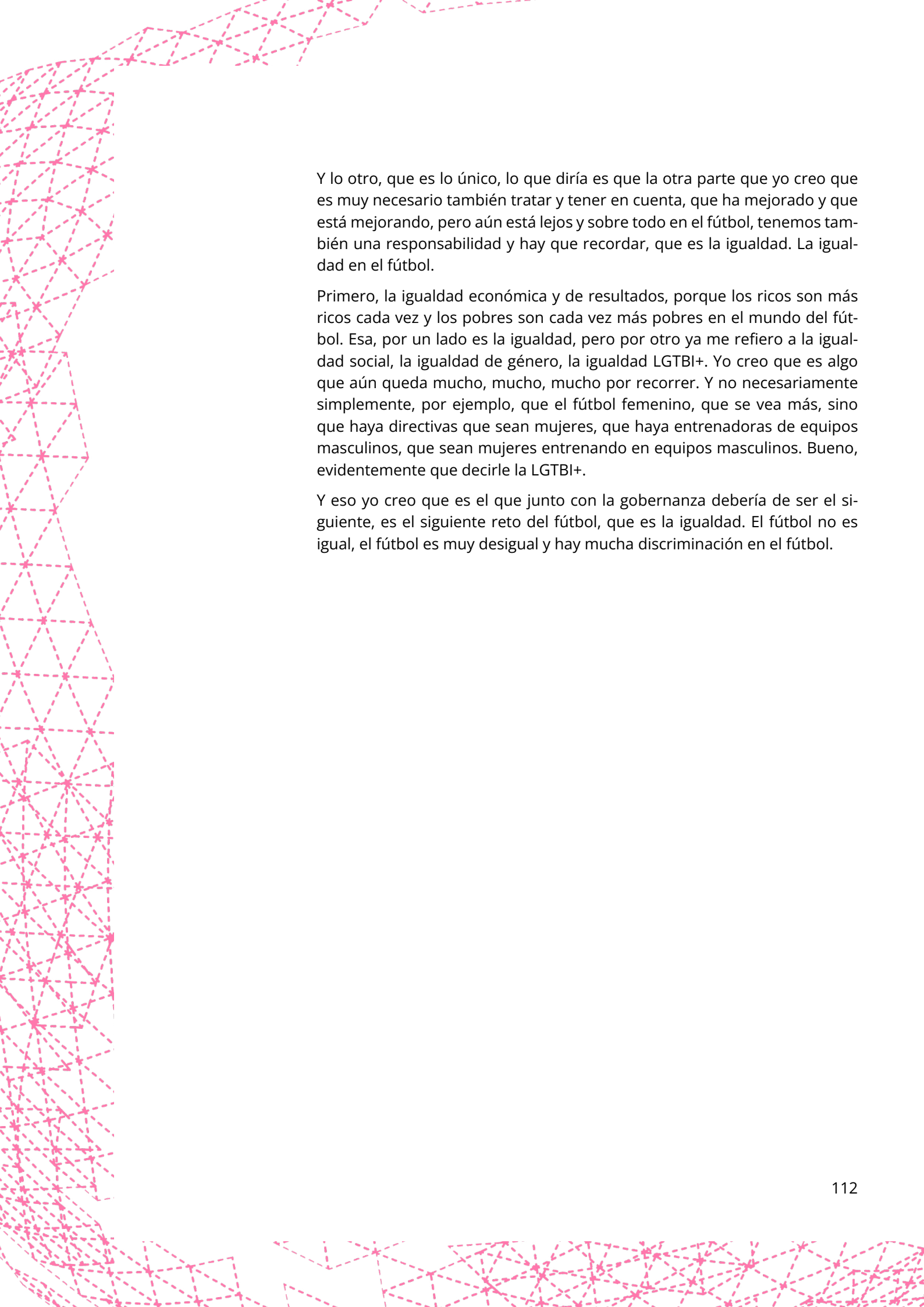
Anderson: Agradezco vuestro tiempo para compartir tantas cosas importantes. Te dejo acá un espacio si quieres por acaso hablar alguna cosa que yo no he preguntado.

BG: Estamos llegando en un momento en que es necesario pensar la regulación del deporte y estamos hablando del fútbol. Bueno, yo hablo del deporte, pero en el caso del fútbol, ha llegado un momento en que a mí, y ya es algo muy personal y es algo muy ideológico también, ha llegado un momento muy complicado.

Es decir, yo por ejemplo, el otro día leyendo sobre la venta del Manchester United, hubo cosas que sencillamente me enfadaron. Es decir, eso era una noticia del *Financial Times*, hablaba de retorno de la inversión, de porcentajes, de tal. Y estás vendiendo parte de una comunidad, es un activo social. Y en esas 20, 30 líneas que yo leí era todo economía. “No sé cuántos millones, retorno de la inversión, porcentaje de ganancia en bolsa”. Era básicamente como si estuvieran hablando de la venta de una empresa.

Y yo creo que eso demuestra que estamos llegando a un momento en el que sé que es verdad que ese desarrollo puede hacer peligrar los valores socioculturales de la cultura futbolística europea, que creo que hay que hacer algo para preservar. Entonces, yo sé que, por ejemplo, la idea de un regulador del fútbol en Inglaterra es una buena idea. Que el dar poder de evento para ciertas cosas a los seguidores es una buena idea.

Es decir, yo entiendo por qué no pasa y sé por qué no pasa y sé que no va a pasar, pero si yo pudiera, habría que ponerle freno y empezar a regular este desarrollo económico del fútbol. Sé que no va a pasar y sé que no se va a hacer y entiendo perfectamente por qué no se va a hacer y por qué no se va a pasar, pero yo como aficionado al fútbol y como especialista, creo que debería hacerlo. Y yo creo que hay que entender eso, que el fútbol es algo social, que el fútbol no es un producto, no es un producto más. O sea, que eso requiere tomar decisiones políticas. Pero yo sé que hay gente que no se quiere tomar, pero yo desde mi punto de vista creo que es necesario.



Y lo otro, que es lo único, lo que diría es que la otra parte que yo creo que es muy necesario también tratar y tener en cuenta, que ha mejorado y que está mejorando, pero aún está lejos y sobre todo en el fútbol, tenemos también una responsabilidad y hay que recordar, que es la igualdad. La igualdad en el fútbol.

Primero, la igualdad económica y de resultados, porque los ricos son más ricos cada vez y los pobres son cada vez más pobres en el mundo del fútbol. Esa, por un lado es la igualdad, pero por otro ya me refiero a la igualdad social, la igualdad de género, la igualdad LGTBI+. Yo creo que es algo que aún queda mucho, mucho, mucho por recorrer. Y no necesariamente simplemente, por ejemplo, que el fútbol femenino, que se vea más, sino que haya directivas que sean mujeres, que haya entrenadoras de equipos masculinos, que sean mujeres entrenando en equipos masculinos. Bueno, evidentemente que decirle la LGTBI+.

Y eso yo creo que es el que junto con la gobernanza debería de ser el siguiente, es el siguiente reto del fútbol, que es la igualdad. El fútbol no es igual, el fútbol es muy desigual y hay mucha discriminación en el fútbol.

El fútbol como industria cultural en proceso de concentración. El caso de Fenway Sports Group

O futebol como indústria cultural em processo de concentração. O caso do Fenway Sports Group

Football as cultural industry in concentration process. Fenway Sports Group case

Julieti Sussi de Oliveira

Profesor en la Universidad de Sevilla. Doctora en Comunicación por la Universidad de Sevilla

Contato: jdeoliveira@us.es

Daniel Moya Lopez

Profesor en la Universidad de Sevilla. Magíster en Estudios Históricos Avanzados por la Universidad de Sevilla.

Contato: dmoja@us.es

Presentado: 28.10.2022 | Aprobado: 26.04. 2023



Creative Commons



Atribuição



Não Comercial



Compartilhalgal



Resumen

El fútbol se ha convertido en una industria cultural en tanto su valor social, simbólico y de representación, pero también, en uso de la terminología del concepto a finales del siglo XX, por su producción económica. Ello ha motivado la entrada de grandes inversores en algunas de las entidades deportivas más prestigiosas. Este artículo analiza, desde la Economía Política de la Comunicación y del análisis del accionariado, el caso de Fenway Sports Group, conglomerado estadounidense que posee diversos clubes deportivos, pero que conecta con medios de comunicación y otros intereses ajenos en una poderosa y compleja red.

Palabras clave: Deporte, Neoliberalismo, Estructura de poder, Fenway Sports Group, Liverpool F.C.

Resumo

O futebol transformou-se em indústria cultural devido ao valor social, simbólico e representativo que carrega, mas também, em uso da terminologia do conceito de finais do século XX, por sua produção econômica. Ele despertou o interesse de grandes investidores em algumas das instituições esportivas de mais prestígio. Este artigo analisa, à luz da Economia Política da Comunicação, e da análise dos investidores, o caso do Fenway Sports Group, grupo americano, dono de diversos clubes esportivos, que tem conexão com meios de comunicação e outros interesses econômicos, formando uma rede poderosa e complexa.

Palavras-Chave: Esporte, Neoliberalismo, Estructura de poder, Fenway Sports Group, Liverpool F.C.

Abstract

Football has become a cultural industry because of its social, symbolic and representation value, but, using the concept terminology from the end of the twentieth century, for its economic production, too. This situation let the entry of big investors in some prestigious sportive organizations. This paper analyzes, from the point of view of the Political Economy of Communication, and the ownership analysis, the Fenway Sports Group case, an american holding which owns some sportive organizations, but has connections with mass media and other external interest in a powerful and complex net.

Keywords: Sport, Neoliberalism, Power structure, Fenway Sports Group, Liverpool FC.



Introducción

El deporte ha vivido profundas transformaciones en las últimas décadas, especialmente derivadas de su éxito popular, favorecido por la masiva capacidad de los medios de comunicación para retransmitir eventos deportivos. Así, el valor social y cultural del deporte no se ciñe al ámbito geográfico de las entidades locales, sino que han traspasado fronteras para vivir un proceso de globalización.

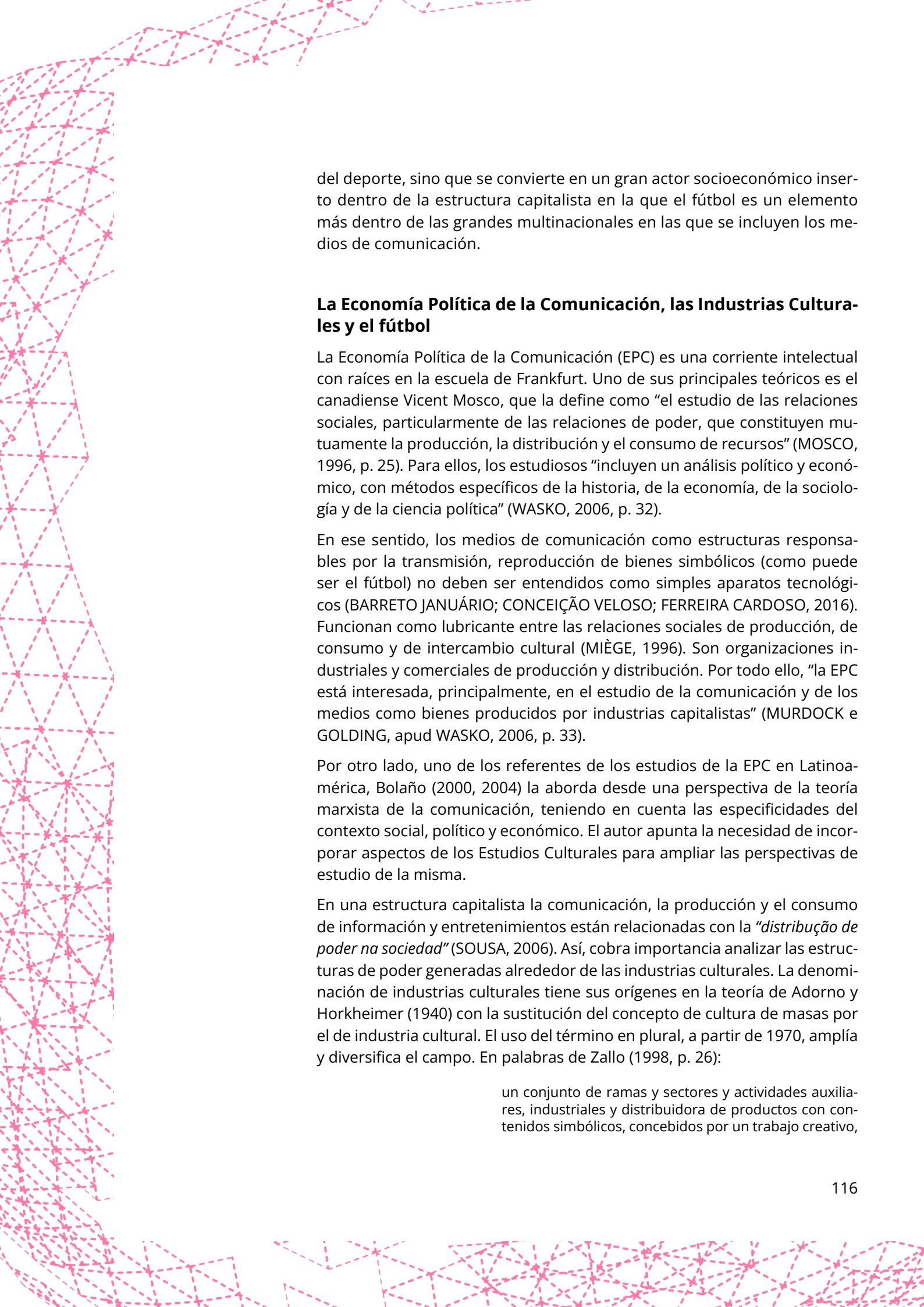
Producto de ello, el deporte ha visto incrementada su facturación económica y se sitúa en las cifras más altas de su historia. También vive procesos de expansión geográficos, con eventos deportivos de primer nivel alrededor del globo (no sólo en lo futbolístico, sino también en grandes premios de Fórmula 1, carreras por etapas de ciclismo, entre otros). Por lo tanto, el deporte vive su etapa más universal.

En tanto su valor social y cultural, el deporte puede ser entendido como una industria cultural por su capacidad de retransmisión mediática y por la concepción de producción económica que atesora. El fútbol se ha convertido en un escaparate que ha llamado la atención a diversos inversores ajenos al mismo. Se trata de un nicho de mercado de gran rentabilidad y que ha atraído la entrada y constitución de holdings como City Football Group, Red Bull o, el caso analizado en este artículo, Fenway Sports Group. Conglomerados deportivos que reúnen diversas entidades, funcionan bajo parámetros mercantiles y que transforman la concepción del juego para convertir el sector del deporte en una industria como otra cualquiera. Ha seguido, por tanto, las dinámicas del sistema socioeconómico neoliberal: expansión global y concentración empresarial.

La relevancia de investigar las conexiones producidas entre las principales entidades futbolísticas con la estructura de poder, entendiendo ésta tanto su vertiente política como su vertiente socioeconómica, ha aumentado en los últimos años por la entrada de grandes inversores en el fútbol. Éste se configura como una industria cultural que posee un enorme valor simbólico, patrimonial y retransmitido por los principales conglomerados mediáticos.

El objetivo general de este artículo es observar la configuración empresarial Fenway Sports Group (FSG), conglomerado deportivo de origen estadounidense, y averiguar quiénes son sus principales socios. Como objetivo específico, este artículo pretende observar y describir las principales relaciones que emanan desde los socios de FSG con la estructura de poder, esto es, grandes actores del poder económico, conexiones con la clase política, medios de comunicación y, también, otras entidades deportivas para estudiar el fenómeno de concentración en la industria cultural del deporte.

La hipótesis de partida es que FSG se configura como un gran conglomerado deportivo que actúa no sólo como un holding de la industria cultural



del deporte, sino que se convierte en un gran actor socioeconómico inserto dentro de la estructura capitalista en la que el fútbol es un elemento más dentro de las grandes multinacionales en las que se incluyen los medios de comunicación.

La Economía Política de la Comunicación, las Industrias Culturales y el fútbol

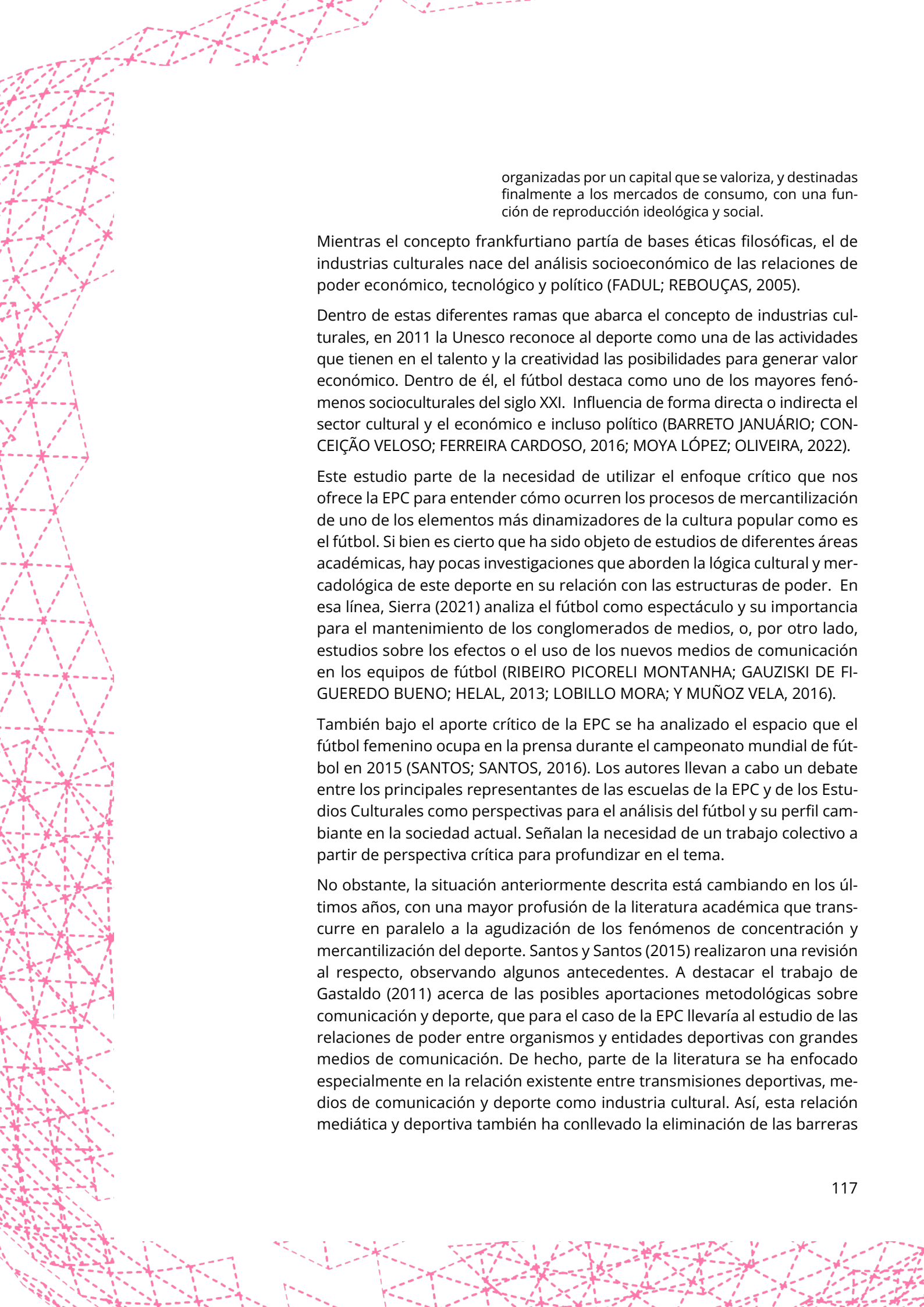
La Economía Política de la Comunicación (EPC) es una corriente intelectual con raíces en la escuela de Frankfurt. Uno de sus principales teóricos es el canadiense Vicent Mosco, que la define como “el estudio de las relaciones sociales, particularmente de las relaciones de poder, que constituyen mutuamente la producción, la distribución y el consumo de recursos” (MOSCO, 1996, p. 25). Para ellos, los estudiosos “incluyen un análisis político y económico, con métodos específicos de la historia, de la economía, de la sociología y de la ciencia política” (WASKO, 2006, p. 32).

En ese sentido, los medios de comunicación como estructuras responsables por la transmisión, reproducción de bienes simbólicos (como puede ser el fútbol) no deben ser entendidos como simples aparatos tecnológicos (BARRETO JANUÁRIO; CONCEIÇÃO VELOSO; FERREIRA CARDOSO, 2016). Funcionan como lubricante entre las relaciones sociales de producción, de consumo y de intercambio cultural (MIÈGE, 1996). Son organizaciones industriales y comerciales de producción y distribución. Por todo ello, “la EPC está interesada, principalmente, en el estudio de la comunicación y de los medios como bienes producidos por industrias capitalistas” (MURDOCK e GOLDING, apud WASKO, 2006, p. 33).

Por otro lado, uno de los referentes de los estudios de la EPC en Latinoamérica, Bolaño (2000, 2004) la aborda desde una perspectiva de la teoría marxista de la comunicación, teniendo en cuenta las especificidades del contexto social, político y económico. El autor apunta la necesidad de incorporar aspectos de los Estudios Culturales para ampliar las perspectivas de estudio de la misma.

En una estructura capitalista la comunicación, la producción y el consumo de información y entretenimientos están relacionadas con la “*distribuição de poder na sociedade*” (SOUSA, 2006). Así, cobra importancia analizar las estructuras de poder generadas alrededor de las industrias culturales. La denominación de industrias culturales tiene sus orígenes en la teoría de Adorno y Horkheimer (1940) con la sustitución del concepto de cultura de masas por el de industria cultural. El uso del término en plural, a partir de 1970, amplía y diversifica el campo. En palabras de Zallo (1998, p. 26):

un conjunto de ramas y sectores y actividades auxiliares, industriales y distribuidora de productos con contenidos simbólicos, concebidos por un trabajo creativo,



organizadas por un capital que se valoriza, y destinadas finalmente a los mercados de consumo, con una función de reproducción ideológica y social.


Mientras el concepto frankfurtiano partía de bases éticas filosóficas, el de industrias culturales nace del análisis socioeconómico de las relaciones de poder económico, tecnológico y político (FADUL; REBOUÇAS, 2005).

Dentro de estas diferentes ramas que abarca el concepto de industrias culturales, en 2011 la Unesco reconoce al deporte como una de las actividades que tienen en el talento y la creatividad las posibilidades para generar valor económico. Dentro de él, el fútbol destaca como uno de los mayores fenómenos socioculturales del siglo XXI. Influencia de forma directa o indirecta el sector cultural y el económico e incluso político (BARRETO JANUÁRIO; CONCEIÇÃO VELOSO; FERREIRA CARDOSO, 2016; MOYA LÓPEZ; OLIVEIRA, 2022).

Este estudio parte de la necesidad de utilizar el enfoque crítico que nos ofrece la EPC para entender cómo ocurren los procesos de mercantilización de uno de los elementos más dinamizadores de la cultura popular como es el fútbol. Si bien es cierto que ha sido objeto de estudios de diferentes áreas académicas, hay pocas investigaciones que aborden la lógica cultural y mercadológica de este deporte en su relación con las estructuras de poder. En esa línea, Sierra (2021) analiza el fútbol como espectáculo y su importancia para el mantenimiento de los conglomerados de medios, o, por otro lado, estudios sobre los efectos o el uso de los nuevos medios de comunicación en los equipos de fútbol (RIBEIRO PICORELI MONTANHA; GAUZISKI DE FIGUEREDO BUENO; HELAL, 2013; LOBILLO MORA; Y MUÑOZ VELA, 2016).

También bajo el aporte crítico de la EPC se ha analizado el espacio que el fútbol femenino ocupa en la prensa durante el campeonato mundial de fútbol en 2015 (SANTOS; SANTOS, 2016). Los autores llevan a cabo un debate entre los principales representantes de las escuelas de la EPC y de los Estudios Culturales como perspectivas para el análisis del fútbol y su perfil cambiante en la sociedad actual. Señalan la necesidad de un trabajo colectivo a partir de perspectiva crítica para profundizar en el tema.

No obstante, la situación anteriormente descrita está cambiando en los últimos años, con una mayor profusión de la literatura académica que transcurre en paralelo a la agudización de los fenómenos de concentración y mercantilización del deporte. Santos y Santos (2015) realizaron una revisión al respecto, observando algunos antecedentes. A destacar el trabajo de Gastaldo (2011) acerca de las posibles aportaciones metodológicas sobre comunicación y deporte, que para el caso de la EPC llevaría al estudio de las relaciones de poder entre organismos y entidades deportivas con grandes medios de comunicación. De hecho, parte de la literatura se ha enfocado especialmente en la relación existente entre transmisiones deportivas, medios de comunicación y deporte como industria cultural. Así, esta relación mediática y deportiva también ha conllevado la eliminación de las barreras



1 El G-14 estuvo conformado por Ajax, FC Barcelona, Bayern de Múnich, Borussia Dortmund, FC Internazionale, Juventus, Liverpool FC, Manchester United, AC Milán, Olympique de Marsella, Oporto, Paris Saint-Germain, PSV Eindhoven y Real Madrid. Algunos años más tarde otros cuatro equipos se adherían: Arsenal FC, Bayer Leverkusen, Olympique de Lyon y Valencia CF.

espaciotemporales y la penetración de grandes marcas como Adidas o Coca-Cola contribuyendo a la relación hegemónica y mercantil del fútbol, en seguimiento a los postulados de la Economía Política de la Comunicación de Mosco (SANTOS, 2014).

Desde un punto de vista del fútbol como elemento simbólico y cultural, Santos y María (2014) analizan las relaciones del fútbol y los medios de comunicación y cómo esa relación se hace notar en las estructuras económicas y políticas de la sociedad capitalista. La mercantilización y la transformación del fútbol en un espectáculo mediático viene de la mano de su relación cada vez más estrecha con los integrantes de un sector económico en constante evolución como es el mercado de la comunicación.

En ese sentido Santos y Santos (2015) inscribían nuevas posibilidades a tenor del contexto en el que ya se sumergía el deporte. El presente artículo se inscribe en una de ellas, en las que debe analizarse, desde la EPC, las nuevas relaciones de poder que emanan del fútbol por la complejidad de la entrada de nuevos actores económicos en superación de la etapa en el Estado era el vector de la industria.

Este artículo trata de dar otro paso. Observar la relación entre deporte y estructura de poder, y la vinculación de los medios en la misma, a través de estudios de caso concretos es uno de los retos para abordar desde la EPC, sobre todo ante unas dinámicas en las que, incluso, Brasil ha abandonado su modelo de club con asociaciones civiles para permitir la inversión de grandes capitales externos a partir de la ley 14.193/2021, que permite la creación de Sociedades Anónimas Deportivas. En definitiva, se trata de observar la estructura que se construye tras el fútbol, entendiendo éste a partir de la premisa de Portillo (2022), en la que el fútbol es un reproductor social del capitalismo industrial.

Fútbol, contexto socioeconómico y medios de comunicación

El mundo del fútbol ha vivido en las últimas décadas un claro proceso de crecimiento en el volumen de negocio y de concentración de clubes. Un ejemplo claro es el Liverpool FC, equipo que pertenece a Fenway Sport Group, y cuyo valor, comparando los informes *Football Money League* de 2012 y 2022, ha crecido en más de 300 millones de libras: de 203'3 a 550'4 millones, aunque sólo ha mejorado dos puestos en el ranking de clubes mejor valorados (DELOITTE, 2012; 2022).

Las primeras dinámicas de carácter corporativo bajo fines económicos se observaron en los últimos años del siglo XX, cuando en 1998 se constituyó el que fue llamado G-14¹, grupo compuesto por catorce de los principales clubes de Europa que reclamaban compensaciones económicas por ceder sus jugadores a los combinados nacionales. El trasfondo, en realidad, iba más allá. Autocalificado como “grupo de presión”, al poco tiempo la Cham-

2 CHISLEANCHI, Rodolfo. "Superliga: la guerra que comenzó en silencio hace 23 años y explotó en 48". La Nación, 2021. Disponible en <https://acortar.link/yEKjwW>. Acceso: 21 dic. 2022.

3 <https://acortar.link/Be7YwD>. Acceso. 21 dic, 2022.

4 GOAL. Los 100 fichajes más caros de la historia del fútbol. Goal, 2021. Disponible en: <https://acortar.link/3PH2fd>. Acceso: 21 dic. 2022

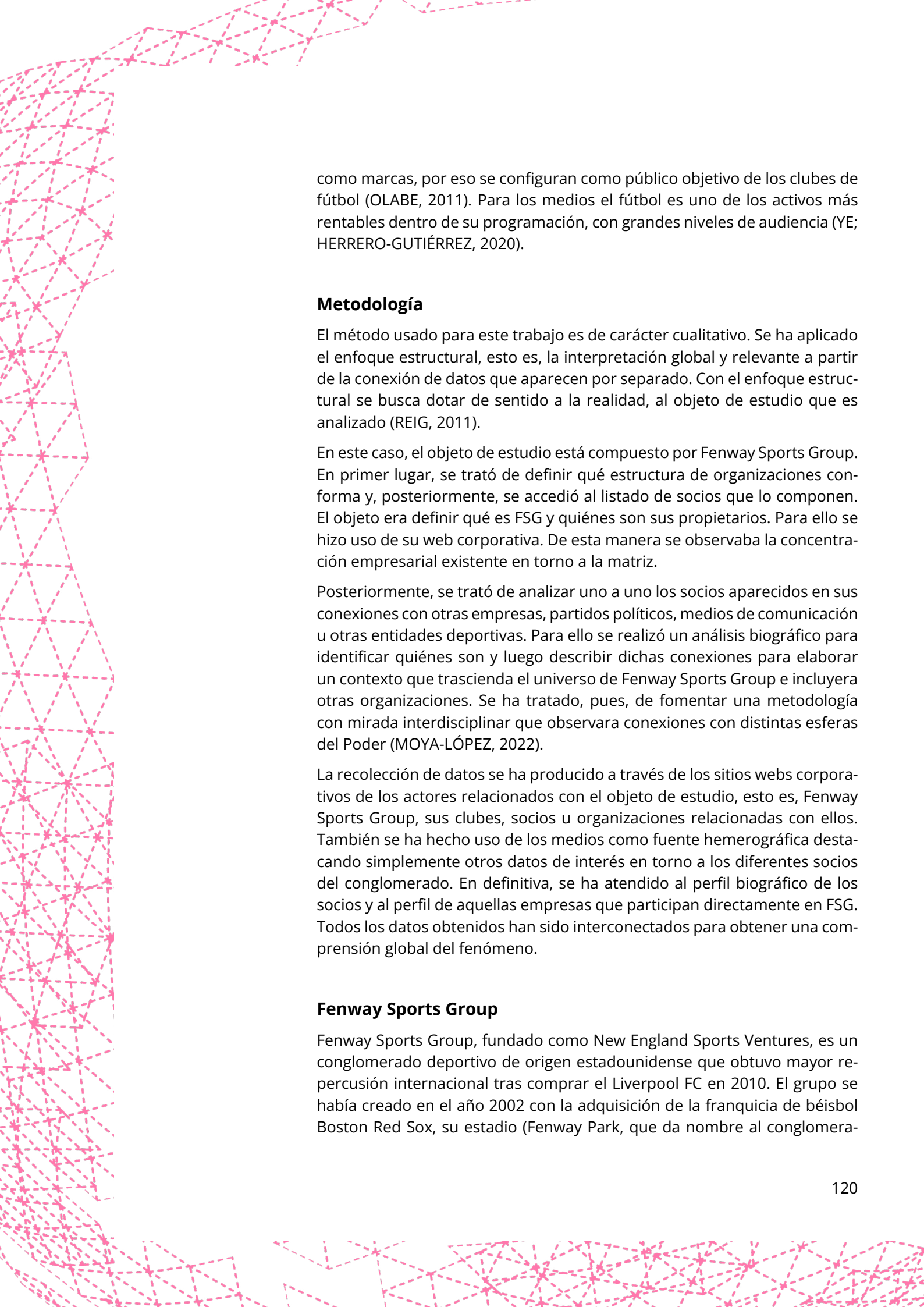
pions League, principal competición europea de clubes, cambió su formato para incluir más equipos y satisfacer a las federaciones más poderosas dentro de la UEFA².

Ése será el germen del intento fallido de crear una Superliga en el año 2021, compuesta por 12 clubes: Real Madrid, FC Barcelona, Atlético de Madrid, Juventus, AC Milán, FC Internazionale, Manchester United, Manchester City, Chelsea FC, Liverpool FC, Arsenal FC y Tottenham Hotspur. El proyecto se vio frenado por la oposición de los aficionados y por la oposición de la UEFA, que la entendía como una competición paralela y amenazó con sanciones a los clubes. Era la primera apuesta por crear una competición futbolística en el que los criterios económicos primaban sobre los deportivos.

El contexto socioeconómico que gira en torno a la industria cultural que es el fútbol ha crecido en su carácter lucrativo durante los últimos años. Una muestra clara es cómo el mercado de fichajes ha rebasado varias veces las cifras récord de inversión en la adquisición de un jugador. Si en 2001 el fichaje de Zinedine Zidane por el equivalente a 77'5 millones de euros supuso la mayor cantidad pagada por un jugador, este movimiento ha sido superado en lo más alto en varias ocasiones con los fichajes de Cristiano Ronaldo, Gareth Bale o Neymar Jr. De hecho, hoy el fichaje de Zidane, tras calcular la diferencia por la inflación desde 2001 a 2023, tendría un costo de casi 121 millones de euros³, lo que le hace ser superado por más de una decena de transacciones recientes (aplicados también los desniveles por la inflación)⁴.

En esta línea, el fútbol brasileño ha experimentado notables cambios en la composición accionarial de sus clubes. La aprobación de la Ley 14.193 en agosto de 2021 permite la creación de sociedades anónimas como régimen empresarial para las entidades futbolísticas, hasta entonces asociaciones. Por ello, ya son varios los clubes brasileños que han visto cambios en su propiedad y que han entrado dentro de estructuras deportivas globalizadas: el Cruzeiro es propiedad de Ronaldo Nazario, también dueño del Valladolid Club de Fútbol en España; John Textor compró el Botafogo, que quedaba hermanado con otros clubes propiedad de Textor: Crystal Palace (Inglaterra), Molenbeek (Bélgica) y Olympique de Lyon (Francia). Anterior a esto, la marca Red Bull hizo del Red Bull Bragantino su inversión en el fútbol brasileño (la multinacional austríaca posee, además, clubes de fútbol en Salzburgo, Leipzig y Nueva York).

La relación entre el fútbol y los medios de comunicación puede definirse de manera simbiótica. El fútbol necesita de los medios para poder ser retransmitido y mantener el carácter masivo, sobre todo teniendo en cuenta el aumento del precio de las entradas para asistir presencialmente a los partidos en directo. Como señalan Kase; Gómez; Urrutia; Opazo; Martí (2006), el negocio de los clubes de fútbol ha pasado de la taquilla y recaudación por entradas al patrocinio, el *merchandising* o las licencias. Los medios de comunicación son fundamentales en la difusión y visibilidad de los clubes



como marcas, por eso se configuran como público objetivo de los clubes de fútbol (OLABE, 2011). Para los medios el fútbol es uno de los activos más rentables dentro de su programación, con grandes niveles de audiencia (YE; HERRERO-GUTIÉRREZ, 2020).

Metodología

El método usado para este trabajo es de carácter cualitativo. Se ha aplicado el enfoque estructural, esto es, la interpretación global y relevante a partir de la conexión de datos que aparecen por separado. Con el enfoque estructural se busca dotar de sentido a la realidad, al objeto de estudio que es analizado (REIG, 2011).

En este caso, el objeto de estudio está compuesto por Fenway Sports Group. En primer lugar, se trató de definir qué estructura de organizaciones conforma y, posteriormente, se accedió al listado de socios que lo componen. El objeto era definir qué es FSG y quiénes son sus propietarios. Para ello se hizo uso de su web corporativa. De esta manera se observaba la concentración empresarial existente en torno a la matriz.

Posteriormente, se trató de analizar uno a uno los socios aparecidos en sus conexiones con otras empresas, partidos políticos, medios de comunicación u otras entidades deportivas. Para ello se realizó un análisis biográfico para identificar quiénes son y luego describir dichas conexiones para elaborar un contexto que trascienda el universo de Fenway Sports Group e incluyera otras organizaciones. Se ha tratado, pues, de fomentar una metodología con mirada interdisciplinar que observara conexiones con distintas esferas del Poder (MOYA-LÓPEZ, 2022).

La recolección de datos se ha producido a través de los sitios webs corporativos de los actores relacionados con el objeto de estudio, esto es, Fenway Sports Group, sus clubes, socios u organizaciones relacionadas con ellos. También se ha hecho uso de los medios como fuente hemerográfica destacando simplemente otros datos de interés en torno a los diferentes socios del conglomerado. En definitiva, se ha atendido al perfil biográfico de los socios y al perfil de aquellas empresas que participan directamente en FSG. Todos los datos obtenidos han sido interconectados para obtener una comprensión global del fenómeno.

Fenway Sports Group

Fenway Sports Group, fundado como New England Sports Ventures, es un conglomerado deportivo de origen estadounidense que obtuvo mayor repercusión internacional tras comprar el Liverpool FC en 2010. El grupo se había creado en el año 2002 con la adquisición de la franquicia de béisbol Boston Red Sox, su estadio (Fenway Park, que da nombre al conglomerado).

5 FSG. Evolution of FSG. Fenway Sports Group, s.d. Disponible en: <https://fenwaysportsgroup.com/evolution-of-fsg/>. Acceso en: 28 nov. 2022.

6 BOREN, CINDY. Fenway Sports Group adds Pittsburgh Penguins to its growing portfolio. The Washington Post, 2021. Disponible en: <https://acortar.link/74Pv70>. Acceso en: 29 nov. 2021.

7 PITTSBURGH PENGUINS. Staff. NHL, s.d. Disponible en: <https://acortar.link/V5mpgO>. Acceso en: 28 nov. 2022.

8 <https://www.springhillcompany.com/>

do) y el 80% de New England Sports Network (en adelante NESN). En 2004 crearía su propia agencia de representación, Fenway Sports Management, y en 2005 Fenway Sports Group Real Estate, dedicada al sector inmobiliario, comenzando por los sectores colindantes al Fenway Park. Para el año 2007 adquiriría el 50% de la escudería Roush Racing, que compite en las series automovilísticas NASCAR. Es decir, en apenas 5 años, Fenway Sports Group ya poseía intereses en el deporte, intereses en medios de comunicación e intereses ajenos al deporte y los medios. Su apuesta por el deporte le lleva a comprar el 50% de los derechos de marketing y marca de LeBron James, estrella de la NBA, y obtener ingresos superiores a 1.000 millones de dólares en 2013⁵. Recientemente, en 2021, la prensa recogía la compra de un paquete mayoritario de los Pittsburgh Penguins, equipo de hockey sobre hielo⁶. Si bien la web de FSG no lo recoge entre sus bienes, el sitio oficial de los Penguins sí lo hace⁷. También en 2021 la compañía invirtió minoritariamente en The Springhill Company, una productora creada por LeBron James y Maverick Carter.

Nombre	Disciplina	País	Año de adquisición
Boston Red Sox	Béisbol (MLB)	Estados Unidos	2002
RFK Racing	Automovilismo (NASCAR)	Estados Unidos	2007 (50%)
Liverpool FC	Fútbol (Premier League)	Inglaterra	2010
Pittsburgh Penguins	Hockey sobre hielo (NHL)	Estados Unidos	2021

Tabla 1. Equipos propiedad de Fenway Sports Group. Fuente: elaboración propia.

Aunque hay conglomerados deportivos con un mayor número de clubes como City Football Group, el caso de FSG destaca por abarcar diversas disciplinas deportivas. No obstante, sus premisas van más allá y a partir de su actividad en el deporte ha tenido acceso a otras industrias culturales como medios de comunicación (NESN) y la productora The Springhill Company, que ha realizado productos audiovisuales para Paramount, Universal, Disney, WarnerBros, CNN, CBS y plataformas de pago como Netflix o HBO, marcas que pertenecen a los grandes conglomerados mediáticos mundiales (The Walt Disney Company, Comcast, WarnerBros. Discovery, y Paramount Global). Producciones cinematográficas en algunos casos con el deporte como elemento central de la narrativa, como el caso de *Space Jam: A new legacy*, protagonizada por el propio LeBron James, o *Hustle*, ambientada en la NBA⁸.

9. PALOMO, ALBERTO. Este hijo de agricultores es más innovador que Jeff Bezos. El País, 2014. Disponible en: <https://acortar.link/VkqnpI> Acceso en: 28 nov. 2022.

10. RON BROWN SCHOLAR PROGRAMA. Tom Werner. RON BROWN, s.d. Disponible en: <https://ronbrown.org/trustee/tom-werner/>. Acceso en: 28 nov. 2022.

11. FORBES. Tom Werner. Forbes, s.d. Disponible en: <https://acortar.link/Nkwlp7> Acceso en: 28 nov. 2022.

12. FSG. Leadership. Fenway Sports Group, s.d. Disponible en: <https://fenwaysportsgroup.com/leadership/> Acceso en: 28 nov. 2022.

13. 2PLAYBOOK. Arctos Sports Partners compra un 5% de los Philadelphia 76ers de la NBA", 2022 Disponible en: <https://acortar.link/HLKcJQ> Acceso em: 28 de nov. 2022.

14. PALCO23. Arctos Sports Partners incrementa su participación en los Golden State Warriors hasta un 13%. Palco23, 2021. Disponible en: <https://acortar.link/BILXTN> Acceso en: 28 nov.2022

15. PALCO23. El fondo Arctos Sports Partners invierte 36 millones de dólares en Atalanta BC". Palco23, 2022. Disponible en: <https://acortar.link/GrZFKm>. Acceso en: 28 nov. 2022.

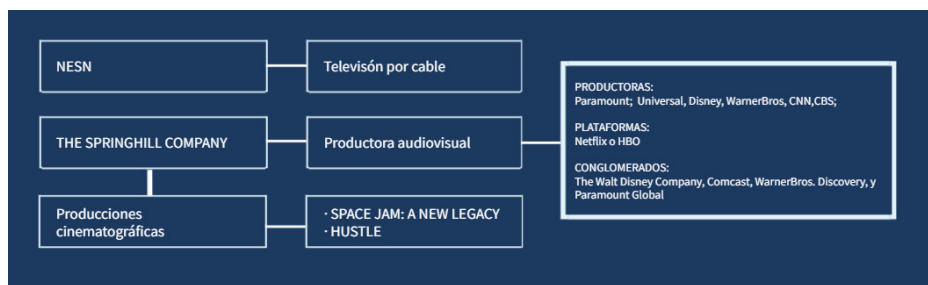


Imagen 1 - Industrias culturales integradas en Fenway Sports Group. Fuente: elaboración propia.

Se trata de una inversión natural para la compañía, toda vez que sus dos principales propietarios, John W. Henry y Tom Werner, conocen bien el sector mediático y audiovisual. Henry es el propietario de *The Boston Globe* desde 2013⁹, cuando *The New York Times* se deshizo de su inversión. Werner fue cofundador de la productora Carsey-Werner. Fundaría con Oprah Winfrey *Oxygen*, adquirida más tarde por NBC Universal¹⁰. También fue propietario de los San Diego Padres, de la MLB, en una participación que fue disminuyendo hasta desaparecer en 2007¹¹.

A fecha de cierre de este artículo (diciembre de 2022), el listado de accionistas de FSG era el siguiente: John W. Henry, Tom Werner, Michael Gordon, Theodore Alford, William Alford, Arctos Sports Partner, Maverick Carter, Thomas R. DiBenedetto, Michael Egan, Patrick Egan, Chris Fillo, David Ginsberg, Linda Pizzutti Henry, Jimmy Iovine, Josh Jacobson, LeBron James, Gary Kaneb, Sam Kennedy, Seth Klarman, Larry Lucchino, Henry McCance, Phillip H. Morse, Michael Pucker, Bruce Rauner, RedBird Capital Partners, Frank Resnek, Laura Trust, Paul Watcher, Herb Wagner y Richard W. Warke¹².

Algunos de estos nombres poseen conexiones relevantes que amplían los horizontes de FSG más allá de los clubes que están bajo su propiedad. Es el caso de Arctos Sports Partner. Se trata de un fondo de inversión estadounidense que ha focalizado su portafolio en participaciones minoritarias en diversos clubes. Arctos Sports Partner une a sus inversiones en los Boston Red Sox, Liverpool FC, RFK Racing y Pittsburgh Penguins participaciones en los Golden State Warriors, Sacramento Kings y Philadelphia 76ers (NBA), San Francisco Giants, Chicago Cubs, San Diego Padres, Houston Astros y Los Angeles Dodgers (MLB), New Jersey Devils, Tampa Bay Lightning y Minnesota Wild (NHL), y el Real Salt Lake City (MLS) y el Atalanta (Serie A)^{13 14 15}.

Las ligas estadounidenses contemplan esta concentración de entidades deportivas bajo propietarios comunes, aunque establecen algunas restricciones. La NBA y la NHL establecen un máximo de cinco equipos, con un máximo de 20% en una franquicia, o un 30% entre dos o cinco. La MLS limita en cuatro equipos distintos. La MLB no indica un número máximo de franquicias, pero establece un máximo de un 15% en un equipo o un 30% entre dos o más.

16. REDBIRD CAPITAL PARTNERS. Companies. RedBird Capital Partners, s.d. Disponible en: <https://redbirdcap.com/companies/>. Acceso em: 28 nov. 2022.

17. WEPRIN, ALEX. LeBron James' SpringHill Raises Cash From RedBird, Epic Games and Nike at \$725M Valuation. The Hollywood Reporter, 2021. Disponible en: <https://acortar.link/j5iUlt> Acceso en: 28 nov. 2022.

18. SPANGLER, TODD. LeBron James, Maverick Carter's SpringHill Raises \$100 Million From Investors Including Elisabeth Murdoch. Variety, 2020. Disponible en: <https://acortar.link/1aSJcc> Acceso: 28 nov. 2022

19. BLEACHER REPORT. LeBron James invirtió en una cadena de pizzerías que ahora es la de más rápido crecimiento en EE.UU. CNN, 2017. Disponible en: <https://acortar.link/X1EC0c> Acceso en: 28 nov. 2022.

20. Titan Mining Corporation (s.d.). "Richard Warke". www.titanminingcorp.com. Disponible en: <https://acortar.link/xry1fQ>. Acceso en: 28 de nov. 2022.

21. EFE. El grupo de DiBenedetto cierra la compra del Roma. AS, 2011. Disponible en: <https://acortar.link/qgtjBV>. Acceso en: 28 nov. 2022.

22. MLB. David Ginsberg. MLB, s.d. Disponible en: <https://acortar.link/Mizb27>. Acceso em: 28 nov. 2022.

Otro de los socios es RedBird Capital Partners, fondo de inversión privado que compró en el año 2020 el Toulouse francés y en 2022 adquirió otro de los grandes del fútbol en Europa, el AC Milán. Además de los clubes, RedBird Capital posee intereses en los sectores de los seguros, el energético, el financiero y también en el mediático y audiovisual, no sólo como inversor propio de The Springhill Company, sino también con la red de emisoras YES Network, que emite los partidos de los New York Liberty (WNBA), Brooklyn Nets (NBA), los New York Yankees (MLB) y el New York City FC (MLS). Desde 2019 mantuvo una nueva estrategia de inversión que involucró a Sinclair Broadcast Group, Amazon, Blackstone y Mubadala¹⁶.

Se trata de unas conexiones que pueden expandirse y que llevan indirectamente a FSG a estar en alianza con el citado City Football Group, el mayor conglomerado deportivo del mundo, analizado en Moya López y Oliveira (2022). New York City FC es un equipo propiedad, en un 80%, de City Football Group, mientras que el 20% restante pertenece a la sociedad propietaria de los New York Yankees (MLB). Mubadala es un fondo de inversión de Emiratos Árabes Unidos que alcanza a Abu Dhabi United Group, principal propietario de City Football Group, que, entre otros equipos, posee el Manchester City FC, rival del Liverpool FC en la Premier League inglesa. Silver Lake es también accionista de City Football Group y posee conexiones con Alibaba, cuyo cofundador y vicepresidente es Joseph Tsai, propietario de los Brooklyn Nets, de los que YES Network transmite sus partidos.

Socio de FSG es LeBron James, estrella de la NBA que, a fecha de cierre de este artículo, juega con Los Angeles Lakers. James compite contra franquicias con las que directa o indirectamente posee vinculaciones empresariales, bien sea a través de FSG o a través de The Springhill Company. En esta productora también han invertido la plataforma de videojuegos Epic Games, Nike, Elisabeth Murdoch (hija del magnate de medios de comunicación Rupert Murdoch) o Paul Watcher, también socio de FSG^{17 18}. LeBron James también invirtió en Blaze Pizza¹⁹. También es accionista Richard W. Warke, uno de los principales empresarios mineros del mundo a través de Titan Mining Corporation²⁰. Con relación en el fútbol italiano, aunque en el pasado, se encuentra Thomas R. DiBenedetto, socio de FSG, y que fue propietario de la AS Roma entre 2011 y 2012²¹. Años más tarde, en la Roma, también estuvo David Ginsberg, socio de FSG²².

El apellido Alfond está ligado a Berkshire Hathaway²³, el fondo inversor de Warren Buffett con el que se llega a compañías líderes en el mundo: Apple, Coca-Cola, Chevron, Occidental Petroleum, Amazon, Ally Financial, Activision Blizzard, Paramount Global, General Motors, US Bancorp, Kroger, Verizon, Bank of America o American Express, entre otras²⁴ y que está participada institucionalmente por los principales fondos de inversión como The Vanguard Group, BlackRock, State Street Corporation o Fidelity Management and Research (FMR)²⁵, firma para la que trabajó una de las figuras

23. FORBES. Ted Alford. Forbes, s.d. Disponible en: <https://acortar.link/XISZQR>. Acceso en: 28 nov. 2022.

24. LA VANGUARDIA. ¿Dónde ha invertido Warren Buffett en los últimos meses? La Vanguardia, 2022. Disponible en: <https://acortar.link/JRxqMc>. Acceso en: 30 nov. 2022.

25. YAHOO FINANCES!. "Berkshire Hathaway Inc.". Yahoo Finances!, s.d. Disponible en: <https://acortar.link/u7kCf3>. Acceso en: 30 nov. 2022.

26. DNS CAPITAL. About. DNS Capital, s.d. Disponible en: <https://www.dnscap.com/about/>. Acceso en: 30 nov. 2022.

27. EFE. El rapero Dr. Dre y el empresario Jimmy Iovine abrirán una escuela para familias con bajos recursos en Los Ángeles. 20 Minutos, 2021. Disponible en: <https://acortar.link/o86oyG>. Acceso en: 30 nov. 2022.

28. PRISA. "Vivendi eleva hasta el 9,9% su participación en el Grupo PRISA". Grupo PRISA, 2021. Disponible en <https://acortar.link/trig18>. Acceso en: 30 nov. 2022.

29. CHESTO, JON. Pop open a Hoodsie for famous dairy operator's 175th birthday party. The Boston Globe, 2021. Disponible en <https://acortar.link/p5gBUt>. Acceso en: 30 de nov. 2022.

30. BOLSACAPITAL. Esta es la cartera actual del famoso gestor Seth Klarman. Bolsamania, 2022. Disponible en: <https://acortar.link/crCX3Q>

claves de FSG, Michael Gordon. Justin Alford, también ligado a la familia, fue senador y presidente del Senado de los Estados Unidos en las legislaturas iniciadas en 2008 y 2012, respectivamente, por el Partido Demócrata. Con conexiones políticas se encuentra el socio Bruce Rauner, gobernador de Illinois entre 2015 y 2019, que perdió la reelección ante J.B. Pritzker, cuya familia (una de las más ricas de Estados Unidos) está ligada a través de Gigi Pritzker con Michael Pucker, su esposo (socio de FSG), con quien comparte la firma de inversión DNS Capital²⁶.


Jimmy Iovine fue cofundador de la línea de auriculares Beats Electronics, que fue adquirida por Apple en 2014, y actualmente posee la discográfica Interscope Records²⁷, de Universal Music Group, del conglomerado mediático francés Vivendi (con acciones, por ejemplo, en el español Grupo PRISA y el italiano Mediaset)²⁸.

Gary Kaneb es hijo de John Kaneb, que compró HP Hood²⁹, una gran empresa alimentaria del sector de los lácteos en 1995. Seth Klarman posee su propio fondo de inversión, Baupost Group, que tiene acciones en Liberty, Fiserv, Cazoo, Warner Bros. Discovery, Dropbox, Google, Meta, Amazon o Avanti³⁰. Fue donante de Hillary Clinton en su campaña, aunque anteriormente lo fue del Partido Republicano antes de oponerse a Donald Trump³¹. Edita el diario *The Times of Israel*.

Discusiones y conclusiones.

Las aquí expuestas son algunas de las principales conexiones que pueden trazarse a partir del listado de socios que se encuentran en la firma FSG. De ellas puede observarse cómo la estructura de propiedad de algunas entidades deportivas prestigiosas se ha vuelto más compleja. Es cierto que varios equipos quedan aglutinados bajo una misma raíz y, por tanto, sólo hay una matriz que identificar en el caso del Liverpool FC, los Boston Red Sox, los Pittsburgh Penguins, o la escudería RFK Racing, pero por las propias dinámicas de concentración empresarial, cada vez más notables en el sector del deporte, las conexiones son múltiples y, por tanto, conocer quiénes son los propietarios de entidades futbolísticas resulta cada vez más complejo.

Esta situación tiene una especial significación. Si bien la teoría liberal establece que en el mercado las empresas compiten entre sí, la realidad es que luego realizan alianzas y colaboran entre sí para obtener beneficios (REIG, 2011). Se entiende que la obtención de beneficios es el éxito de la empresa. El deporte funciona de manera distinta, pues hay una competición pura en la que el triunfo no puede ser compartido y el mejor sólo puede ser uno. Sin embargo, la entrada de la espiral neoliberal, la conversión del deporte en una industria cultural y, por tanto, la relevancia de criterios económicos por encima de los deportivos, además de la enorme concentración, transforma el juego. Equipos en teoría rivales, comparten intereses económicos, lo que



Acceso en: 30 de nov. 2022.

31 FORBES. "Seth Klarman". Forbes, s.d. Disponible en: <https://acortar.link/RE12zb>. Acceso em: 30 nov. 2022.

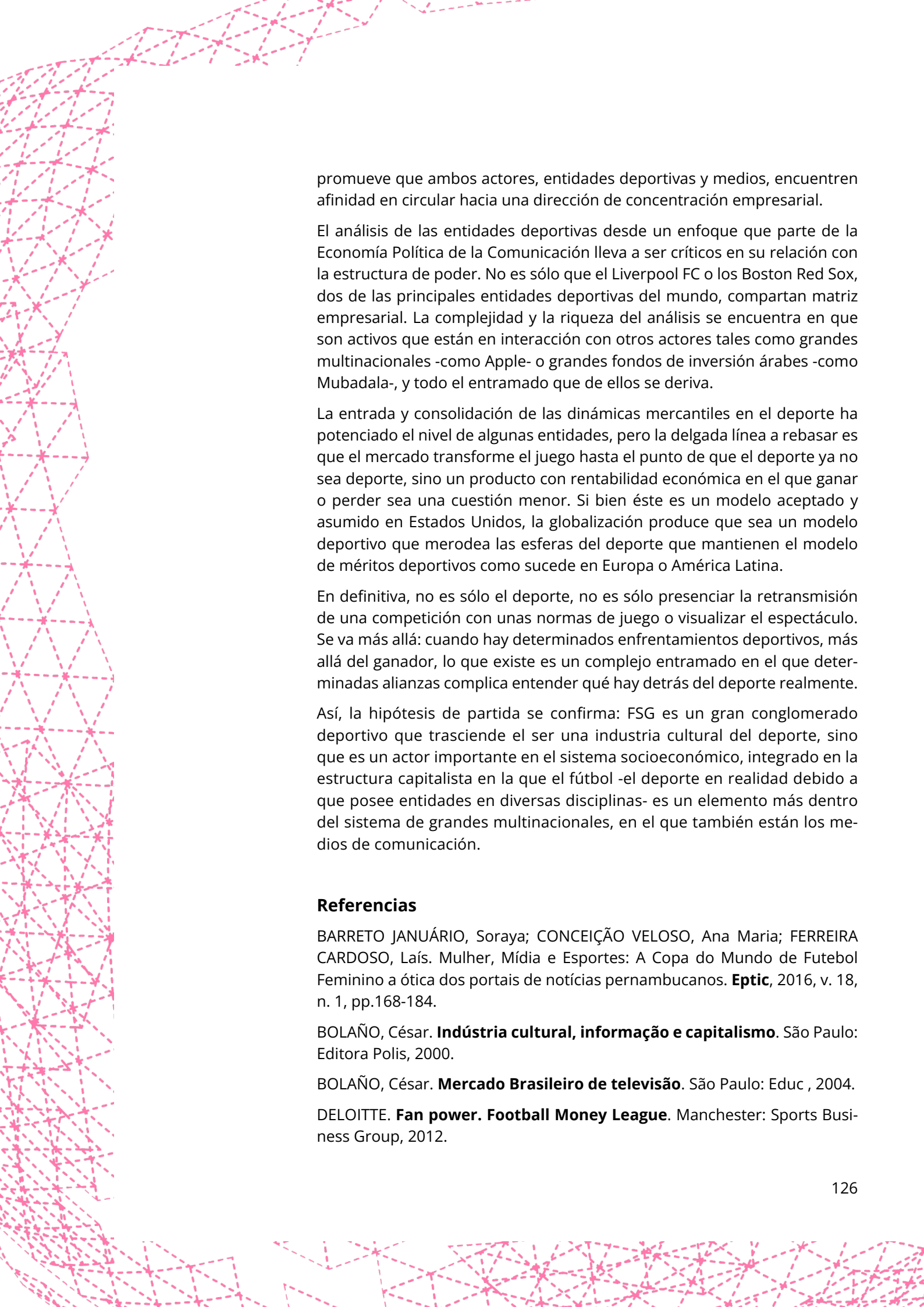
difumina hasta qué punto existe una competición en la que el resultado importa o éste ya es una cuestión menor.

En el caso de Fenway Sports Group puede visualizarse en varios casos. LeBron James, accionista de FSG, es la estrella de Los Angeles Lakers, equipo que lucha por ganar la NBA. Pero Arctos Sports Partner también es socio de FSG, y posee acciones en otras tres franquicias distintas: Sacramento Kings, Golden State Warriors y Philadelphia 76ers. James comparte intereses económicos con actores cuyos equipos podrían derrotarle deportivamente. De hecho, indirectamente a partir de FSG puede observarse otro caso: Golden State Warriors (en parte de Arctos) superó a Boston Celtics en las Finales de 2022; los Celtics son propiedad de Stephen Pagliuca, accionista mayoritario del Atalanta italiano, club del que Arctos también es accionista. Es decir, son socios que, deportivamente, compiten entre sí. Pero una derrota deportiva puede suponer una ganancia económica según el rival.

Hay otros casos visibles en el caso de FSG. Por razón de su propiedad, si el Liverpool FC se enfrentara al AC Milán, al Toulouse o al Atalanta en competiciones europeas, más allá del deporte, hay intereses compartidos porque los dueños son compartidos. E indirectamente la competición se ve aún más difusa: el Liverpool FC tiene accionistas como RedBird Capital Partners, que posee YES Network, emisora que cuenta con la financiación de entidades como Mubadala, que conecta con City Football Group, propietaria de uno de los grandes rivales del Liverpool FC en la liga inglesa, el Manchester City FC. Pero ocurre también en el caso del Chelsea FC, puesto que Todd Boehly y Mark Walter son accionistas de Los Angeles Dodgers, equipo estadounidense de béisbol en el que también participa Arctos Sports Partner, socio de FSG, que posee también los Boston Red Sox.

El deporte se ha convertido en una industria cultural de mucho peso económico. No sólo por su valor social, simbólico, de representación y por su rol de espectáculo, retransmitido por televisión. Además, posee una estrecha vinculación con el sector mediático, indispensable en esa concepción del deporte como industria cultural. El caso de FSG enlaza frecuentemente con el mundo de los medios de comunicación. Lo hace con *The Boston Globe*, pero también con los principales conglomerados mediáticos del mundo porque comparte accionistas indirectamente. Simplemente algunos de los ejemplos descritos: Jimmy Iovane tiene su discográfica (Interscope Record) inserta en Universal Music Group, de la francesa Vivendi, Seth Klarman tiene inversiones en la WarnerBros. Discovery, la familia Alford posee acciones en Berkshire Hathaway, con inversiones, por ejemplo, en Paramount Global.

La existencia de estas conexiones entre la industria cultural del deporte con los medios de comunicación entraña la dificultad de que estos puedan tener un posicionamiento crítico en torno al modelo empresarial que domina, por ejemplo, el fútbol hoy día. El hecho de compartir intereses económicos



promueve que ambos actores, entidades deportivas y medios, encuentren afinidad en circular hacia una dirección de concentración empresarial.

El análisis de las entidades deportivas desde un enfoque que parte de la Economía Política de la Comunicación lleva a ser críticos en su relación con la estructura de poder. No es sólo que el Liverpool FC o los Boston Red Sox, dos de las principales entidades deportivas del mundo, compartan matriz empresarial. La complejidad y la riqueza del análisis se encuentra en que son activos que están en interacción con otros actores tales como grandes multinacionales -como Apple- o grandes fondos de inversión árabes -como Mubadala-, y todo el entramado que de ellos se deriva.

La entrada y consolidación de las dinámicas mercantiles en el deporte ha potenciado el nivel de algunas entidades, pero la delgada línea a rebasar es que el mercado transforme el juego hasta el punto de que el deporte ya no sea deporte, sino un producto con rentabilidad económica en el que ganar o perder sea una cuestión menor. Si bien éste es un modelo aceptado y asumido en Estados Unidos, la globalización produce que sea un modelo deportivo que merodea las esferas del deporte que mantienen el modelo de méritos deportivos como sucede en Europa o América Latina.

En definitiva, no es sólo el deporte, no es sólo presenciar la retransmisión de una competición con unas normas de juego o visualizar el espectáculo. Se va más allá: cuando hay determinados enfrentamientos deportivos, más allá del ganador, lo que existe es un complejo entramado en el que determinadas alianzas complica entender qué hay detrás del deporte realmente.

Así, la hipótesis de partida se confirma: FSG es un gran conglomerado deportivo que trasciende el ser una industria cultural del deporte, sino que es un actor importante en el sistema socioeconómico, integrado en la estructura capitalista en la que el fútbol -el deporte en realidad debido a que posee entidades en diversas disciplinas- es un elemento más dentro del sistema de grandes multinacionales, en el que también están los medios de comunicación.

Referencias

BARRETO JANUÁRIO, Soraya; CONCEIÇÃO VELOSO, Ana Maria; FERREIRA CARDOSO, Laís. Mulher, Mídia e Esportes: A Copa do Mundo de Futebol Feminino a ótica dos portais de notícias pernambucanos. **Eptic**, 2016, v. 18, n. 1, pp.168-184.

BOLAÑO, César. **Indústria cultural, informação e capitalismo**. São Paulo: Editora Polis, 2000.

BOLAÑO, César. **Mercado Brasileiro de televisão**. São Paulo: Educ, 2004.

DELOITTE. **Fan power. Football Money League**. Manchester: Sports Business Group, 2012.



DELOITTE. **Restart. Football Money League**. Manchester: Deloitte Sports Business Group, 2022.

FADUL, Anamaria; REBOUÇAS, Edgar. Por uma perspectiva metodológica para os estudos dos sistemas e grupos de mídia: o caso do Nordeste brasileiro como referência. **XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação - Intercom**, 2005.

GASTALDO, EDILSON. Comunicação e esporte: explorando encruzilhadas, saltando cercas. **Comunicação, Mídia e Consumo**, São Paulo, v. 8, n. 21, p. 39-51, mar. 2011.

LOBILLO MORA, G. y MUÑOZ VELA, A.D. El papel de las redes sociales en las estrategias de expansión de mercado en los clubes de fútbol españoles. El uso personalizado de Twitter en lengua árabe del Real Madrid CF y FC Barcelona. **Trípodos**, 2016, v. 38, pp. 195-214.

MIÈGE, Bernard. **La Pensée communicationnelle**. Grenoble: Presses universitaires de Grenoble, 1996.

MOYA LÓPEZ, Daniel; OLIVEIRA, Julieti. S. El deporte como industria cultural en auge. Poder y concentración. El caso de City Football Group. **ZER: Revista de Estudios de Comunicación = Komunikazio Ikasketen Aldizkaria**, Bilbao, Spain, v. 27, n. 53, p. 213-233, 2022. DOI: 10.1387/zer.23810. Disponible em: <https://ojs.ehu.eus/index.php/Zer/article/view/23810>. Acceso em: 23 dic. 2022.

MOYA LÓPEZ, Daniel. **Poder y élites en la Transición Española y consolidación democrática. Análisis desde la estructura mediática (1975-1989)**. Tesis doctoral: Universidad de Sevilla, 2022.

MOSCO, Vicent. **The Political Economy of Communication**. (2ª ed.). London: Sage Publications, 1996.

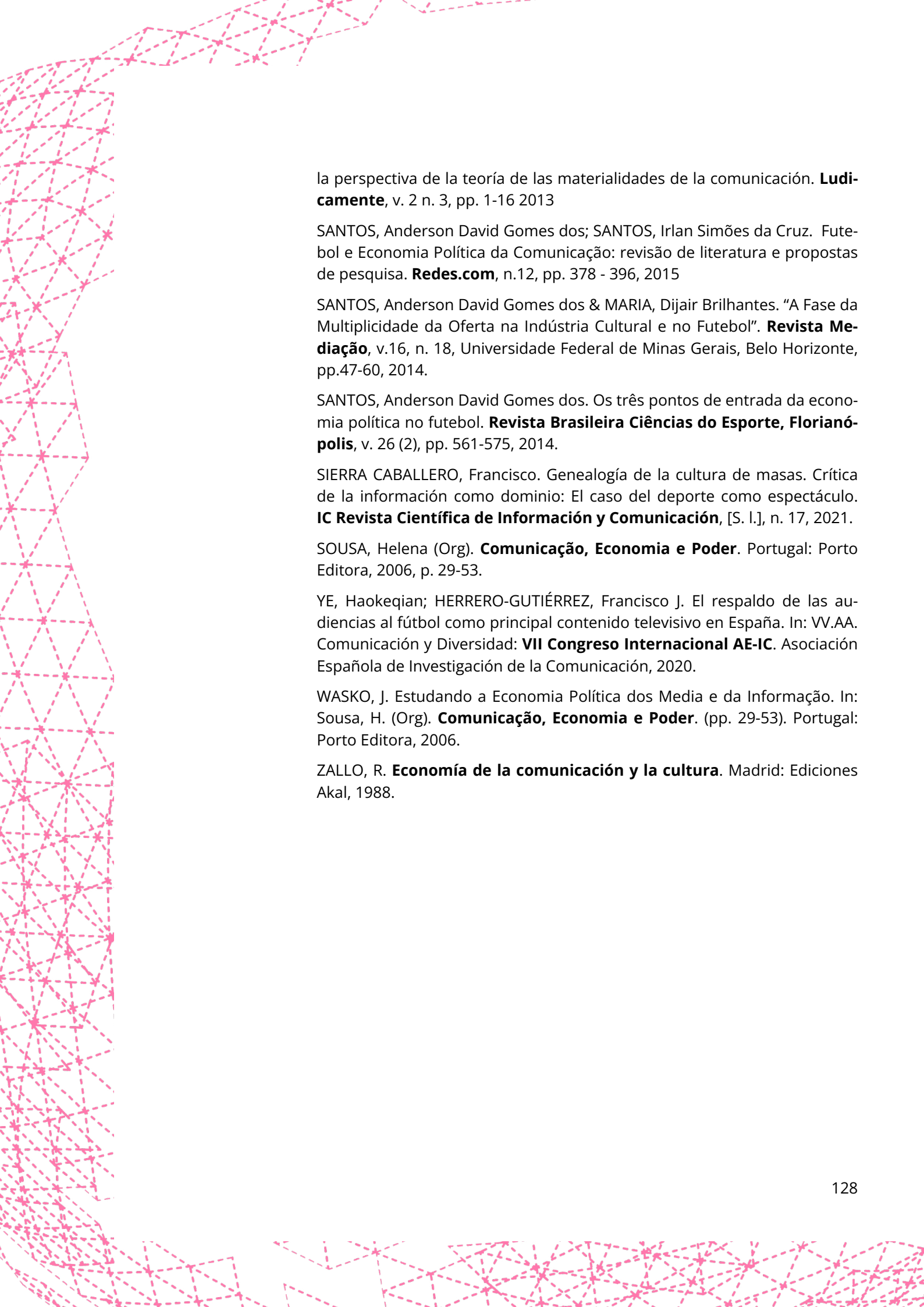
KASE, Kimio; GÓMEZ, Sandalio; URRUTIA, Ignacio; OPAZO, Magdalena, y MARTÍ, Carlos. Real Madrid CF - FC Barcelona. **Análisis de las estrategias económica y deportiva del periodo 2000-2006**. IESE Business School CSBM, 6, 2006.

OLABE, FERNANDO. Los medios de comunicación como público objetivo de los clubes de fútbol. La Liga de Fútbol Profesional en España (LFP) como estudio de caso. **Razón y Palabra**, 77, 2011.

PORTILLO, ÁLVARO. Economía política del fútbol. In: BOLAÑO. **Economía Política de la comunicación y la cultura en América Latina (1970-1980)**. Buenos Aires: Clacso, 2022. p. 679-704.

REIG, Ramón. **Los dueños del periodismo**. Barcelona: Gedisa, 2011.

RIBEIRO PICORELI MONTANHA F. A., GAUZISKI DE FIGUEREDO BUENO D., HELAL RG. Fotos de un juego: la relación entre el fútbol y Instagram desde



la perspectiva de la teoría de las materialidades de la comunicación. **Ludicamente**, v. 2 n. 3, pp. 1-16 2013

SANTOS, Anderson David Gomes dos; SANTOS, Irlan Simões da Cruz. Futebol e Economia Política da Comunicação: revisão de literatura e propostas de pesquisa. **Redes.com**, n.12, pp. 378 - 396, 2015

SANTOS, Anderson David Gomes dos & MARIA, Dijair Brilhantes. "A Fase da Multiplicidade da Oferta na Indústria Cultural e no Futebol". **Revista Mediação**, v.16, n. 18, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, pp.47-60, 2014.

SANTOS, Anderson David Gomes dos. Os três pontos de entrada da economia política no futebol. **Revista Brasileira Ciências do Esporte, Florianópolis**, v. 26 (2), pp. 561-575, 2014.

SIERRA CABALLERO, Francisco. Genealogía de la cultura de masas. Crítica de la información como dominio: El caso del deporte como espectáculo. **IC Revista Científica de Información y Comunicación**, [S. l.], n. 17, 2021.

SOUSA, Helena (Org). **Comunicação, Economia e Poder**. Portugal: Porto Editora, 2006, p. 29-53.

YE, Haokeqian; HERRERO-GUTIÉRREZ, Francisco J. El respaldo de las audiencias al fútbol como principal contenido televisivo en España. In: VV.AA. Comunicación y Diversidad: **VII Congreso Internacional AE-IC**. Asociación Española de Investigación de la Comunicación, 2020.

WASKO, J. Estudando a Economia Política dos Media e da Informação. In: Sousa, H. (Org). **Comunicação, Economia e Poder**. (pp. 29-53). Portugal: Porto Editora, 2006.

ZALLO, R. **Economía de la comunicación y la cultura**. Madrid: Ediciones Akal, 1988.

Futebol-empresa: o capitalismo chegou, afinal, no futebol brasileiro

Marcos Dantas

Professor Titular (aposentado) da Escola de Comunicação da UFRJ. Doutor em Engenharia de Produção pela COPPE-UFRJ, é professor e pesquisador do Programa de Pós Graduação em Comunicação e Cultura da ECO-UFRJ e do Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação ECO/IBICT-UFRJ.

Contato: marcos.dantas@eco.ufrj.br

Luiz Léo

Professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Doutor em Comunicação. Pesquisador do Grupo de Pesquisa em Comunicação, Internet e Política (COMP). Pesquisador do Núcleo de Estudos Interdisciplinares Ibero-Americanos da PUC-Rio (Ei). Consultor esportivo.

Contato: luizleo@gmail.com

Submetido: 23.12.2022 | Aprovado: 03.03.2023.



Creative Commons



Atribuição



NãoComercial



Compartilhalgal

Resumo

O artigo aborda as recentes transformações econômico-políticas experimentadas pela organização do futebol nos últimos 20 ou 30 anos, pelas quais os antigos “clubes” esportivos de natureza não lucrativa tornaram-se empresas voltadas para o lucro, comandadas pelo capital mediático-financeiro. O artigo sugere uma abordagem teórica relacionando a categoria “espetáculo” nos termos de Debord a categorias da Economia Política da Informação e Comunicação. Conclui considerando o futebol, hoje em dia, uma indústria que ainda mobiliza as emoções de milhões de pessoas, mas que precisa ser entendido e regulado como um setor econômico dos mais importantes no processo geral de acumulação de capital.

Palavras-chaves: futebol, espetáculo, SAFs, audiência, capital financeiro

Abstract

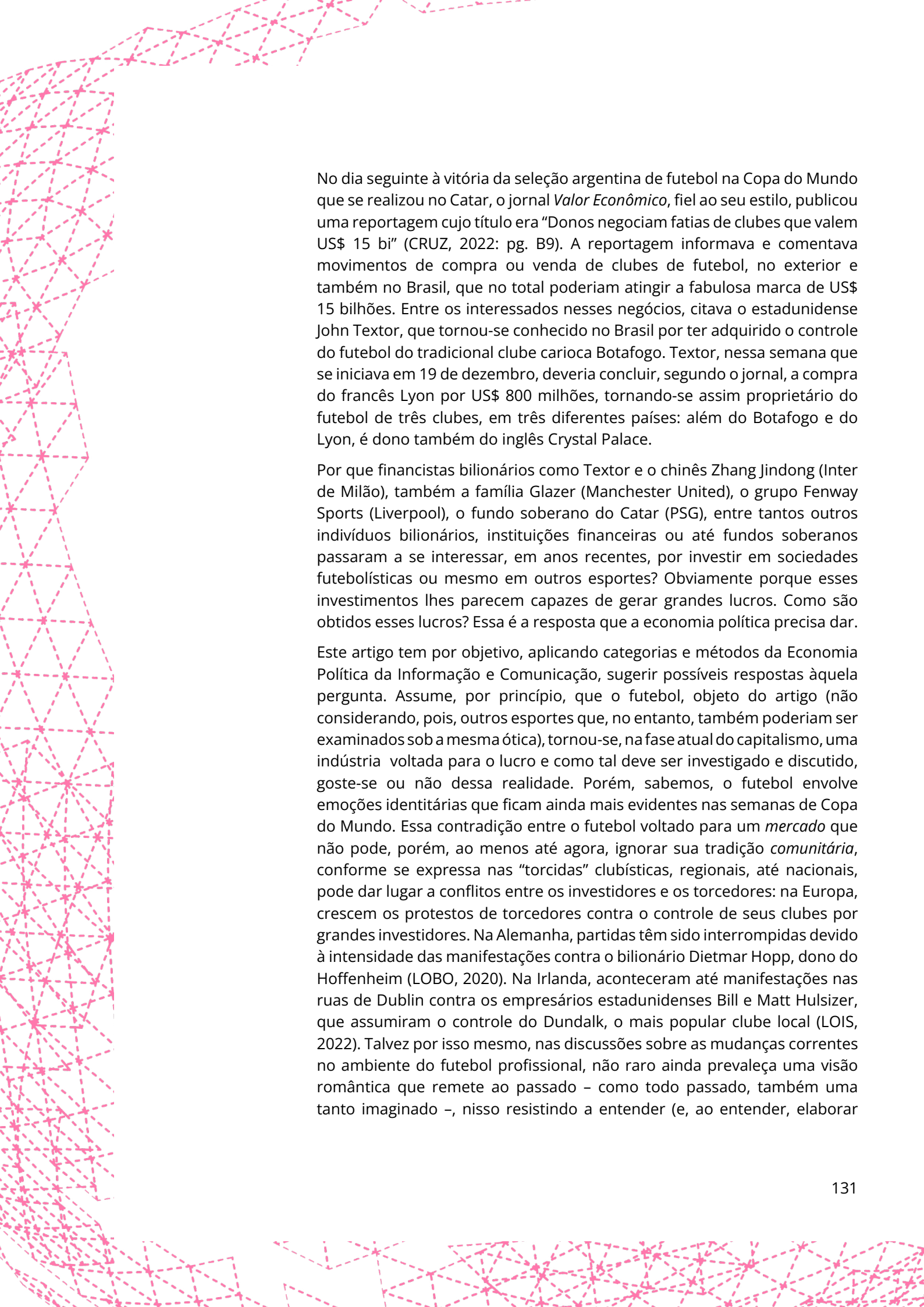
The article discusses the recent economic-political transformations in the organization of football over the last 20 or 30 years: the former non-profit sports “clubs” have been transformed into profit-oriented companies, commanded by mediatic-financial capital. The article suggests a theoretical approach relating the category “spectacle” in Debord’s terms to categories of the Political Economy of Information and Communication. It concludes by considering football today as an industry that still mobilizes the emotions of millions of people but needs to be understood and regulated as it has become an important economic sector in the process of capital accumulation.

Key words: football, spectacle, listed companies, audience, financial capital

Resumen

El artículo aborda las transformaciones económico-políticas que ha experimentado el fútbol en los últimos 20 o 30 años: los antiguos “clubes” deportivos sin ánimo de lucro se han transformado en empresas con ánimo de lucro dirigidas por el capital mediático-financiero. El artículo propone un enfoque teórico que relaciona la categoría “espectáculo” en términos de Debord con las categorías de la Economía Política de la Información y la Comunicación. Concluye que el fútbol es hoy una industria que sigue movilizandando las emociones de millones de personas, pero que necesita ser comprendida y regulada como uno de los sectores económicos más importantes para la acumulación capitalista.

Palabras llaves: fútbol, espectáculo, sociedades por acción, audiencia, capital financiero



No dia seguinte à vitória da seleção argentina de futebol na Copa do Mundo que se realizou no Catar, o jornal *Valor Econômico*, fiel ao seu estilo, publicou uma reportagem cujo título era “Donos negociam fatias de clubes que valem US\$ 15 bi” (CRUZ, 2022: pg. B9). A reportagem informava e comentava movimentos de compra ou venda de clubes de futebol, no exterior e também no Brasil, que no total poderiam atingir a fabulosa marca de US\$ 15 bilhões. Entre os interessados nesses negócios, citava o estadunidense John Textor, que tornou-se conhecido no Brasil por ter adquirido o controle do futebol do tradicional clube carioca Botafogo. Textor, nessa semana que se iniciava em 19 de dezembro, deveria concluir, segundo o jornal, a compra do francês Lyon por US\$ 800 milhões, tornando-se assim proprietário do futebol de três clubes, em três diferentes países: além do Botafogo e do Lyon, é dono também do inglês Crystal Palace.

Por que financistas bilionários como Textor e o chinês Zhang Jindong (Inter de Milão), também a família Glazer (Manchester United), o grupo Fenway Sports (Liverpool), o fundo soberano do Catar (PSG), entre tantos outros indivíduos bilionários, instituições financeiras ou até fundos soberanos passaram a se interessar, em anos recentes, por investir em sociedades futebolísticas ou mesmo em outros esportes? Obviamente porque esses investimentos lhes parecem capazes de gerar grandes lucros. Como são obtidos esses lucros? Essa é a resposta que a economia política precisa dar.

Este artigo tem por objetivo, aplicando categorias e métodos da Economia Política da Informação e Comunicação, sugerir possíveis respostas àquela pergunta. Assume, por princípio, que o futebol, objeto do artigo (não considerando, pois, outros esportes que, no entanto, também poderiam ser examinados sob a mesma ótica), tornou-se, na fase atual do capitalismo, uma indústria voltada para o lucro e como tal deve ser investigado e discutido, goste-se ou não dessa realidade. Porém, sabemos, o futebol envolve emoções identitárias que ficam ainda mais evidentes nas semanas de Copa do Mundo. Essa contradição entre o futebol voltado para um *mercado* que não pode, porém, ao menos até agora, ignorar sua tradição *comunitária*, conforme se expressa nas “torcidas” clubísticas, regionais, até nacionais, pode dar lugar a conflitos entre os investidores e os torcedores: na Europa, crescem os protestos de torcedores contra o controle de seus clubes por grandes investidores. Na Alemanha, partidas têm sido interrompidas devido à intensidade das manifestações contra o bilionário Dietmar Hopp, dono do Hoffenheim (LOBO, 2020). Na Irlanda, aconteceram até manifestações nas ruas de Dublin contra os empresários estadunidenses Bill e Matt Hulsizer, que assumiram o controle do Dundalk, o mais popular clube local (LOIS, 2022). Talvez por isso mesmo, nas discussões sobre as mudanças correntes no ambiente do futebol profissional, não raro ainda prevaleça uma visão romântica que remete ao passado – como todo passado, também uma tanto imaginado –, nisso resistindo a entender (e, ao entender, elaborar

1 Ver por exemplo debate entre Elias Jabour e Milly Lacombe em “Futebol, política e socialismo” na TV Grabois, 21/09/2022, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=T4wd5ad61Dk>, acessado em 20/12/2022

novas formas de intervenção política) essa realidade político-econômica que já está posta e não tem mais volta¹.

O artigo divide-se em cinco partes. I – “Capitalismo espetacular”: em rápidas pinceladas, nos limites do tamanho do texto, é exposta a abordagem teórica que preside o exame do objeto. II – “Transição para o futebol-espetáculo”: apresenta-se o processo político-econômico, iniciado no Reino Unido, que levou à atual configuração industrial capitalista do futebol mundial. III – “Para uma Economia política do futebol”: examina-se como o futebol produz *valor* e como esse valor é apropriado pelo capital. IV – “O capitalismo chega ao futebol brasileiro”: discutimos, à luz do exposto antes, as possíveis transformações institucionais decorrentes da introdução das Sociedades Anônimas do Futebol (SAFs) no futebol brasileiro. Seguem-se palavras conclusivas.

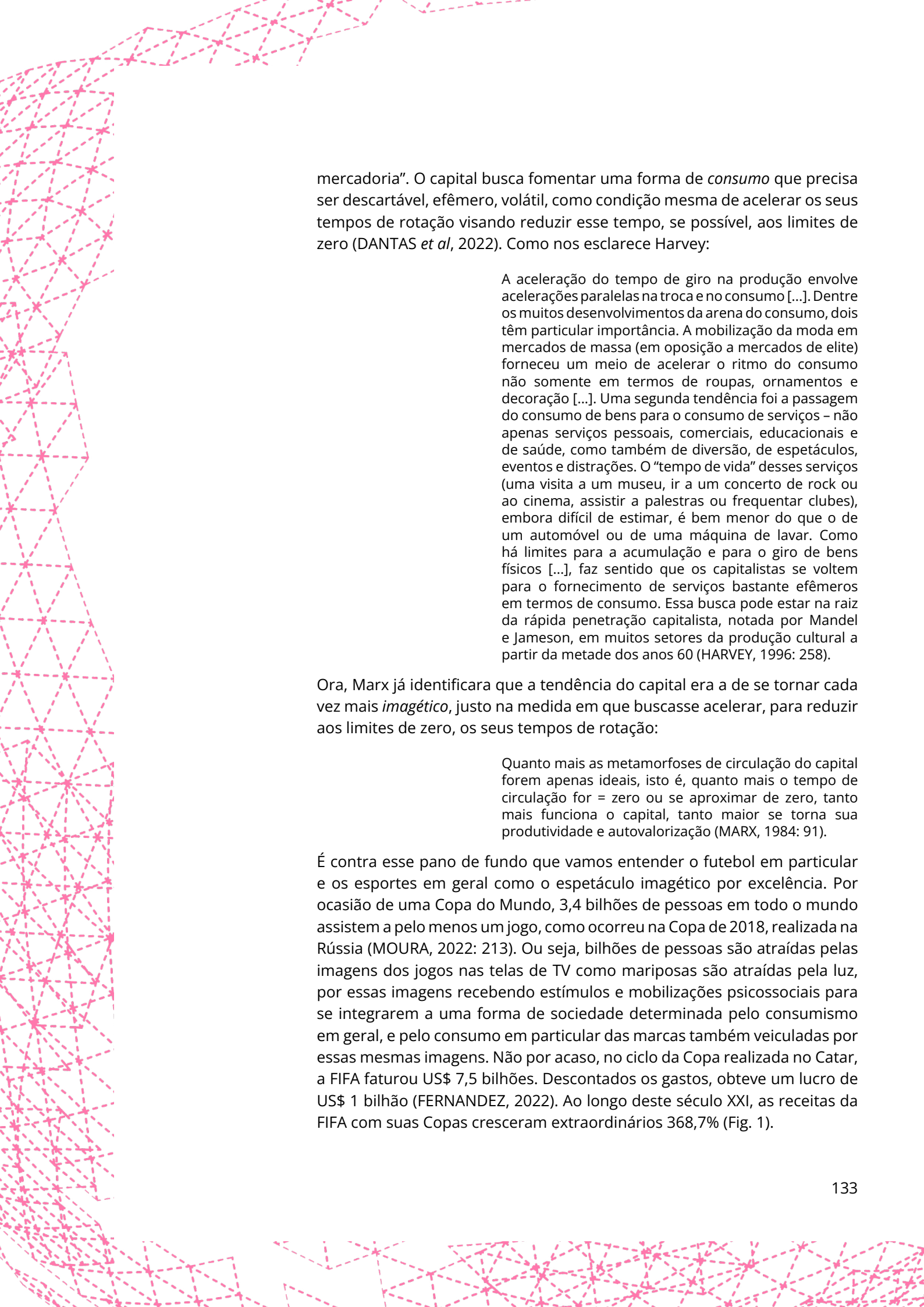
1. Capitalismo espetacular

Entendemos o significante *espetáculo* no conceito que lhe deu Guy Debord:

Toda a vida das sociedades nas quais reinam as modernas condições de produção se apresenta como uma imensa acumulação de *espetáculos*. Tudo o que era vivido diretamente tornou-se uma representação [...] O espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediada por imagens [...] O espetáculo é o *capital* em tal grau de acumulação que se tornou imagem (DEBORD, 1997 [1967]: 13-25 *passim*).

Parafraseando as primeiras linhas de *O Capital* de Karl Marx nas primeiras linhas de seu demiúrgico manifesto, Debord, em meados do século XX, apontava para os rumos que a economia e a sociedade capitalistas estavam tomando já naquela época, quando nem de longe uma Copa do Mundo ou Olimpíadas haviam alcançado as dimensões gigantescas que exibem atualmente (nem o potencial de alavancar investimentos e movimentar economias). Hoje em dia, de fato, as conversas corriqueiras, nas reuniões de família, nas mesas de bar, nos encontros em barbearias ou cabeleireiros, outras situações sociais cotidianas, são quase só determinadas pelo espetáculo, não como algum momento de diversão e ocupação do tempo livre, mas como afirmação ou reafirmação das relações socioculturais que nos constituem na sociedade contemporânea, conforme essas relações são *mediadas* através das telas da TV, dos cinemas e, cada vez mais, dos *smartphones*.

A partir de Debord e não deixando de lhe prestar tributo, autores como David Harvey (1996), Fredric Jameson (2006), Isleide Fontenelle (2002), Anselm Jappe (2003), entre outros e outras, vêm investigando e debatendo a atual etapa do capitalismo como determinada pela “estetização da



mercadoria". O capital busca fomentar uma forma de *consumo* que precisa ser descartável, efêmero, volátil, como condição mesma de acelerar os seus tempos de rotação visando reduzir esse tempo, se possível, aos limites de zero (DANTAS *et al*, 2022). Como nos esclarece Harvey:

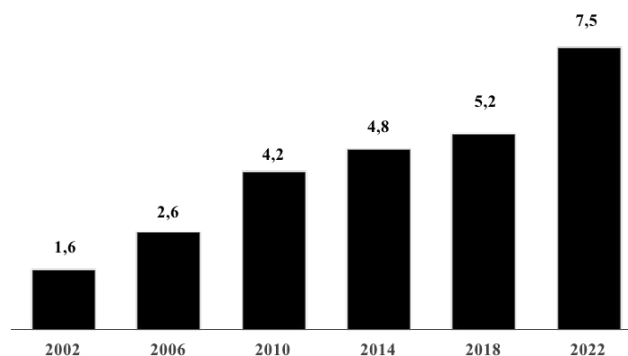
A aceleração do tempo de giro na produção envolve acelerações paralelas na troca e no consumo [...]. Dentre os muitos desenvolvimentos da arena do consumo, dois têm particular importância. A mobilização da moda em mercados de massa (em oposição a mercados de elite) forneceu um meio de acelerar o ritmo do consumo não somente em termos de roupas, ornamentos e decoração [...]. Uma segunda tendência foi a passagem do consumo de bens para o consumo de serviços – não apenas serviços pessoais, comerciais, educacionais e de saúde, como também de diversão, de espetáculos, eventos e distrações. O “tempo de vida” desses serviços (uma visita a um museu, ir a um concerto de rock ou ao cinema, assistir a palestras ou frequentar clubes), embora difícil de estimar, é bem menor do que o de um automóvel ou de uma máquina de lavar. Como há limites para a acumulação e para o giro de bens físicos [...], faz sentido que os capitalistas se voltem para o fornecimento de serviços bastante efêmeros em termos de consumo. Essa busca pode estar na raiz da rápida penetração capitalista, notada por Mandel e Jameson, em muitos setores da produção cultural a partir da metade dos anos 60 (HARVEY, 1996: 258).

Ora, Marx já identificara que a tendência do capital era a de se tornar cada vez mais *imagético*, justo na medida em que buscasse acelerar, para reduzir aos limites de zero, os seus tempos de rotação:

Quanto mais as metamorfoses de circulação do capital forem apenas ideais, isto é, quanto mais o tempo de circulação for = zero ou se aproximar de zero, tanto mais funciona o capital, tanto maior se torna sua produtividade e autovalorização (MARX, 1984: 91).

É contra esse pano de fundo que vamos entender o futebol em particular e os esportes em geral como o espetáculo imagético por excelência. Por ocasião de uma Copa do Mundo, 3,4 bilhões de pessoas em todo o mundo assistem a pelo menos um jogo, como ocorreu na Copa de 2018, realizada na Rússia (MOURA, 2022: 213). Ou seja, bilhões de pessoas são atraídas pelas imagens dos jogos nas telas de TV como mariposas são atraídas pela luz, por essas imagens recebendo estímulos e mobilizações psicossociais para se integrarem a uma forma de sociedade determinada pelo consumismo em geral, e pelo consumo em particular das marcas também veiculadas por essas mesmas imagens. Não por acaso, no ciclo da Copa realizada no Catar, a FIFA faturou US\$ 7,5 bilhões. Descontados os gastos, obteve um lucro de US\$ 1 bilhão (FERNANDEZ, 2022). Ao longo deste século XXI, as receitas da FIFA com suas Copas cresceram extraordinários 368,7% (Fig. 1).

Figura 1. Faturamento da FIFA em Copas (USD bilhões). Fonte: FIFA (2022)

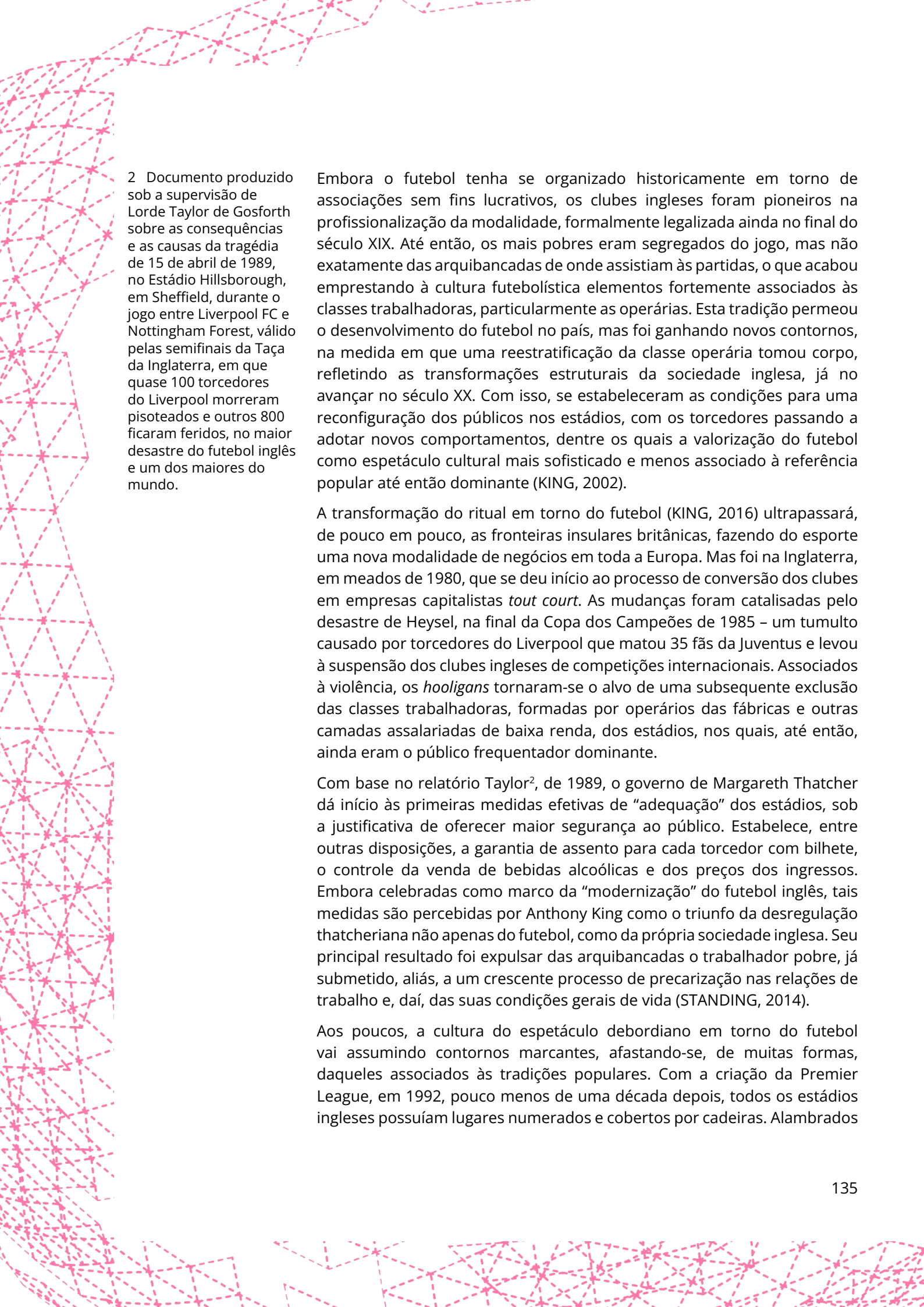


É que o futebol, cujo momento apoteótico ainda é a Copa do Mundo de seleções, não somente cultiva o consumo e as identidades consumistas de multidões, como alimenta toda uma cadeia produtiva necessária para a realização dos jogos. Os meros 90 e poucos minutos de uma partida, demandam produtos fabricados e fornecidos por indústrias que vão desde a têxtil à eletroeletrônica, passando pelas que atendem às demandas dos serviços de transporte e turismo, financeiros, mediáticos etc. Ou seja, esse tempo “ideal”, como poderia dizer Marx, movimentava boa parte da economia capitalista. Só que o consumidor final de todos esses materiais físico-químicos na forma de mercadorias não consome imediatamente esses produtos mas, sim, os consome *mediados semioticamente* por suas imagens comportamentais ou, como pontuou Isleide Fontenelle, “o que se consome é um estilo de vida” (FONTENELLE, 2006: 290).

2. Transição para o futebol-espetáculo

Embora descrito por Debord, em suas linhas gerais, ainda na década 1960, o capitalismo espetacular afirmou-se conspicuamente a partir da crise kondratieffiana do fordismo, nos anos 1970-80. É a partir desse momento, no contexto da busca, pelo capital, de saídas para a crise, tanto industrial-tecnológicas (emergência e massificação das tecnologias digitais), quanto político-institucionais (afirmação das políticas neoliberais), que o esporte em geral e o futebol em particular vão assumir definitivamente a forma mercantil e, daí, a organização empresarial que hoje os caracterizam.

Anthony King (1998), em um clássico estudo da economia do futebol, toma o caso britânico como emblemático para a compreensão do modo como as estratégias de livre mercado exerceram impacto na modalidade, não só na Inglaterra mas na Europa em geral, daí avançando para outras partes do mundo. Acompanhando as políticas neoliberais que surgiram como resposta à crise mundial de 1973, o modelo de governança do futebol inglês inaugurou uma era de crescente comercialização da modalidade, como parte de um projeto bem mais amplo, de capitalização do esporte em geral – como de resto, da vida.



2 Documento produzido sob a supervisão de Lorde Taylor de Gosforth sobre as consequências e as causas da tragédia de 15 de abril de 1989, no Estádio Hillsborough, em Sheffield, durante o jogo entre Liverpool FC e Nottingham Forest, válido pelas semifinais da Taça da Inglaterra, em que quase 100 torcedores do Liverpool morreram pisoteados e outros 800 ficaram feridos, no maior desastre do futebol inglês e um dos maiores do mundo.

Embora o futebol tenha se organizado historicamente em torno de associações sem fins lucrativos, os clubes ingleses foram pioneiros na profissionalização da modalidade, formalmente legalizada ainda no final do século XIX. Até então, os mais pobres eram segregados do jogo, mas não exatamente das arquibancadas de onde assistiam às partidas, o que acabou emprestando à cultura futebolística elementos fortemente associados às classes trabalhadoras, particularmente as operárias. Esta tradição permeou o desenvolvimento do futebol no país, mas foi ganhando novos contornos, na medida em que uma reestratificação da classe operária tomou corpo, refletindo as transformações estruturais da sociedade inglesa, já no avançar no século XX. Com isso, se estabeleceram as condições para uma reconfiguração dos públicos nos estádios, com os torcedores passando a adotar novos comportamentos, dentre os quais a valorização do futebol como espetáculo cultural mais sofisticado e menos associado à referência popular até então dominante (KING, 2002).

A transformação do ritual em torno do futebol (KING, 2016) ultrapassará, de pouco em pouco, as fronteiras insulares britânicas, fazendo do esporte uma nova modalidade de negócios em toda a Europa. Mas foi na Inglaterra, em meados de 1980, que se deu início ao processo de conversão dos clubes em empresas capitalistas *tout court*. As mudanças foram catalisadas pelo desastre de Heysel, na final da Copa dos Campeões de 1985 – um tumulto causado por torcedores do Liverpool que matou 35 fãs da Juventus e levou à suspensão dos clubes ingleses de competições internacionais. Associados à violência, os *hooligans* tornaram-se o alvo de uma subsequente exclusão das classes trabalhadoras, formadas por operários das fábricas e outras camadas assalariadas de baixa renda, dos estádios, nos quais, até então, ainda eram o público frequentador dominante.

Com base no relatório Taylor², de 1989, o governo de Margareth Thatcher dá início às primeiras medidas efetivas de “adequação” dos estádios, sob a justificativa de oferecer maior segurança ao público. Estabelece, entre outras disposições, a garantia de assento para cada torcedor com bilhete, o controle da venda de bebidas alcoólicas e dos preços dos ingressos. Embora celebradas como marco da “modernização” do futebol inglês, tais medidas são percebidas por Anthony King como o triunfo da desregulação thatcheriana não apenas do futebol, como da própria sociedade inglesa. Seu principal resultado foi expulsar das arquibancadas o trabalhador pobre, já submetido, aliás, a um crescente processo de precarização nas relações de trabalho e, daí, das suas condições gerais de vida (STANDING, 2014).

Aos poucos, a cultura do espetáculo debordiano em torno do futebol vai assumindo contornos marcantes, afastando-se, de muitas formas, daqueles associados às tradições populares. Com a criação da Premier League, em 1992, pouco menos de uma década depois, todos os estádios ingleses possuíam lugares numerados e cobertos por cadeiras. Alambrados

3 Cerca de US\$ 9,6 bilhões ao câmbio médio de R\$ 5,50 por um dólar.

e fossos foram extintos. O preço dos ingressos foi aumentado em muitas dezenas de vezes, elitizando definitivamente o acesso aos jogos. Por fim, com o fim dos subsídios públicos, todas as equipes foram levadas a uma compulsória profissionalização de suas estruturas, de forma que o futebol passou à condição de uma poderosa indústria de serviços que vende “valores simbólicos” (KING, 1998, p. 28). O modelo de transformação do futebol inglês constitui, por certo, uma ferramenta fundamental de análise, no sentido de como a nova ideologia política e econômica na Grã-Bretanha (com Thatcher) desempenhou um papel central na forma como se passou a pensar a própria modalidade.

Durante a década de 1980, testemunha-se efetiva consagração das doutrinas liberais e a intensificação de políticas econômicas calcadas em uma nova forma de liberalismo. Assim, se até então se aceitava que as instituições que governavam o futebol deveriam, em nome de uma certa ética corporativista, defender e proteger os clubes de menor dimensão, com a consolidação das teses do livre mercado, o panorama se modificou substancialmente: “os clubes deveriam confrontar todo o poder do mercado e aqueles que não conseguissem se auto sustentar através dos seus próprios méritos, deveriam ter a permissão de desistir do negócio” (KING, 1998: 89).

3. Para uma Economia política do futebol.

Estudos recentes de consultorias financeiras internacionais, como a inglesa Kearney (2011) e a norte-americana Pricewaterhouse Coopers (2015), indicam que os esportes movimentam hoje em dia algo próximo de 1% do PIB global, se consideradas todas as dimensões de suas atividades comerciais, com uma taxa de crescimento anual próxima a 4% ao ano, na última década – e em progressão exponencial desde então.

No Brasil, em 2018, só o futebol movimentou formalmente R\$ 52,9 bilhões³. Esse número representa 0,72% do PIB brasileiro. Cerca de 360 mil homens e mulheres estão registrados como atletas de futebol, sendo 88 mil profissionais. Considerando-se que, para sustentar um time de futebol, precisa-se ainda de técnicos, preparadores auxiliares, médicos e outros profissionais especializados, pode-se, sem exagero, projetar em mais de 200 mil o número de brasileiros e brasileiras que vivem diretamente do futebol em nosso país. Indiretamente, esse número pode ser multiplicado por jornalistas esportivos, publicitários, seguranças e outros trabalhadores nos estádios, etc.

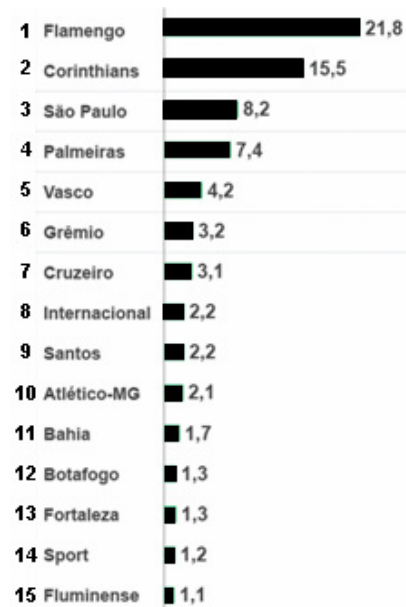
Geralmente, a imagem do futebol está relacionada a altíssimos salários e muito glamour. Esta não é a verdade. Apenas 350 atletas, ou 0,003% de 88 mil, ganhavam mais de R\$ 50 mil por mês e apenas 13 (0,0001%) ganhavam acima de R\$ 500 mil. Na outra ponta, 55% recebiam o equivalente a um salário mínimo e 33% ganhavam entre mil e 5 mil reais (EY/CBF, 2018). O futebol é uma atividade que para milhares de brasileiros e muitas brasileiras

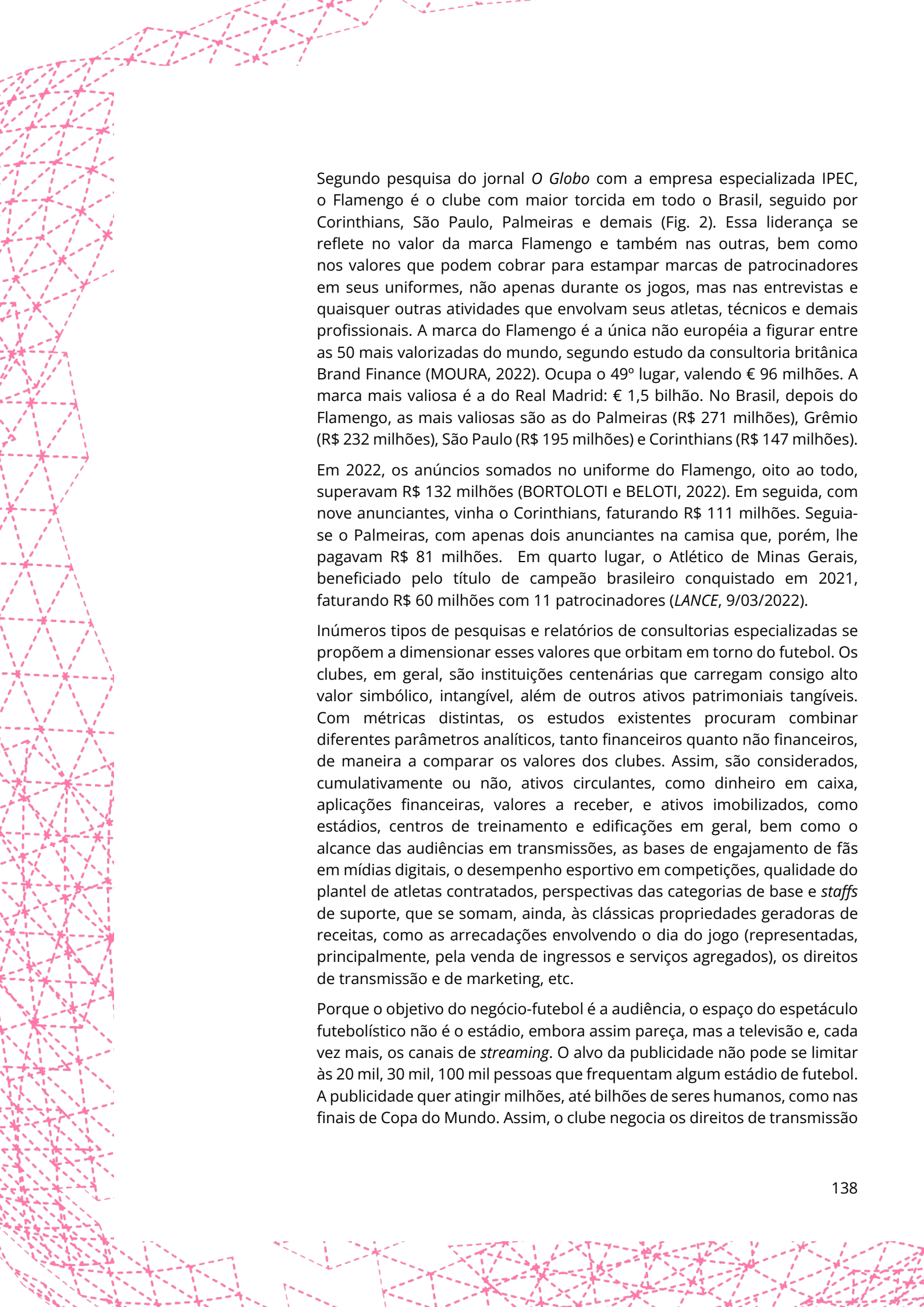
representa um meio de vida não muito distinto do padrão de renda e consumo de outras milhões de pessoas em nosso país, exceto, talvez, por ser um trabalho geralmente prazeroso.

Como sabemos, a atividade futebolística, no Brasil, é organizada, na base, pelos clubes, agremiações sem fins lucrativos, a grande maioria constituída nos primeiros anos do século XX. Parte dos custos desses clubes com o futebol profissional é coberta pela bilheteria dos estádios, parte pela publicidade exposta nas camisas e outras peças dos uniformes, parte vem das cotas de televisão e parte da “venda” de atletas, sobretudo para o exterior. Os principais clubes brasileiros praticamente se especializaram em formar atletas visando exportá-los na jovem idade de 17 a 20 anos para clubes na Europa e outros continentes e, assim, reduzir seus crônicos déficits.

Mas a principal fonte de renda dos clubes é sua torcida. Não no significado usual de torcida, mas como audiência – aqui adotando-se uma categoria da Economia Política da Informação, Comunicação e Cultura (SANTOS, 2014). Se empresas imprimem suas marcas em camisas e demais peças de uniforme de clubes é porque sabem que elas, as marcas, serão visualizadas por milhões de pessoas que assistem, pela televisão, às partidas. É a torcida enquanto audiência que atrai o investidor publicitário. Por óbvio, o tamanho da torcida precifica o anúncio estampado nos uniformes. Quanto maior a torcida, mais o espaço na camisa, calções e outros adereços é caro. E quanto mais caro o espaço no uniforme, mais o clube pode contratar jogadores igualmente caros – e bons. Por isso são caros. E quanto mais jogadores caros e bons o clube contrata mais torcedores ele conquista. Quanto mais torcedores, ou melhor, audiência, mais caro é o espaço na camisa. Assim, por efeito recursivo, observa-se no Brasil e no mundo crescente processo de concentração da riqueza futebolística em alguns poucos clubes.

Fig. 2. Clubes brasileiros de maior torcida (% amostral).
Fonte: O Globo/IPEC (apud MELO, 2022).



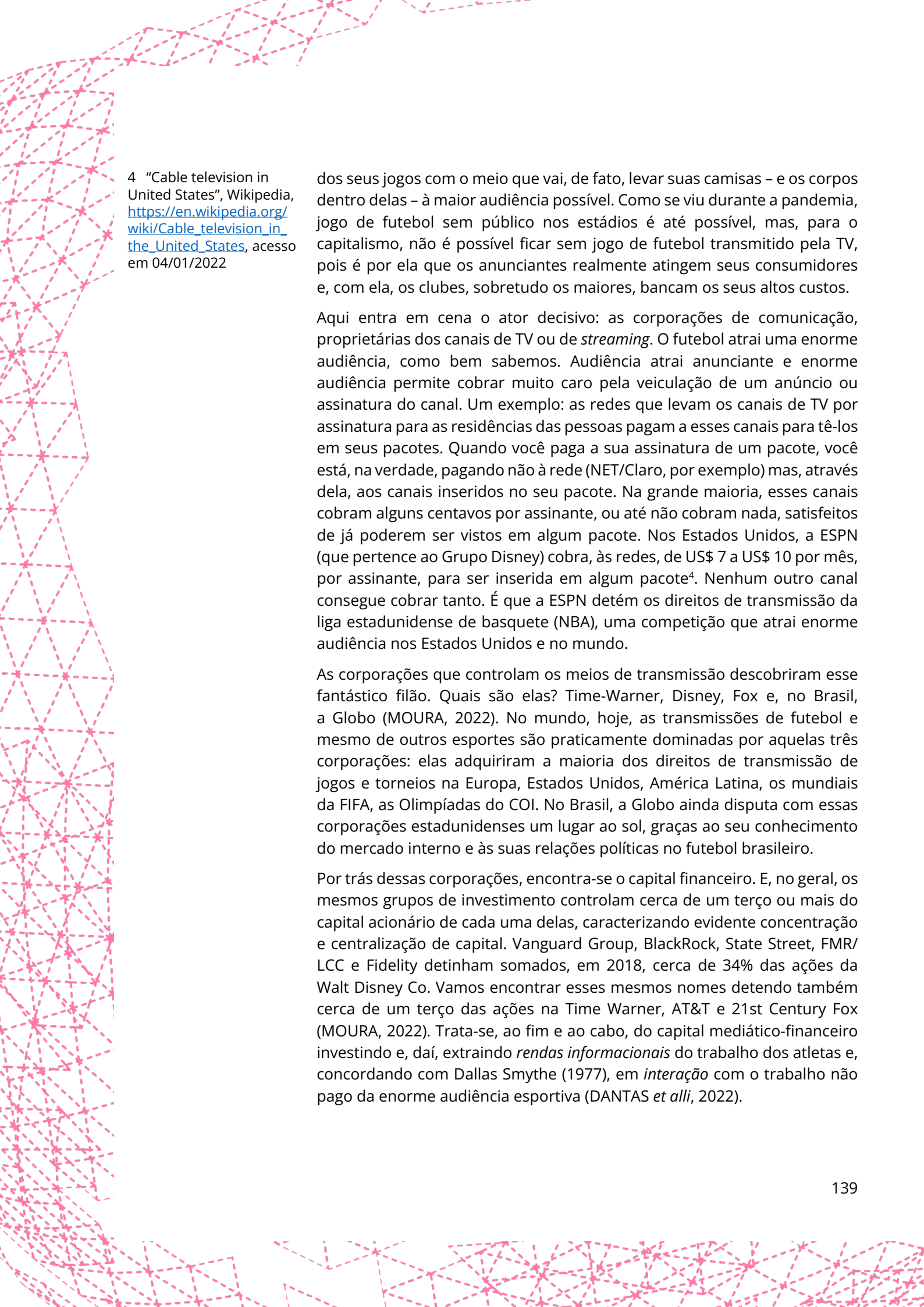


Segundo pesquisa do jornal *O Globo* com a empresa especializada IPEC, o Flamengo é o clube com maior torcida em todo o Brasil, seguido por Corinthians, São Paulo, Palmeiras e demais (Fig. 2). Essa liderança se reflete no valor da marca Flamengo e também nas outras, bem como nos valores que podem cobrar para estampar marcas de patrocinadores em seus uniformes, não apenas durante os jogos, mas nas entrevistas e quaisquer outras atividades que envolvam seus atletas, técnicos e demais profissionais. A marca do Flamengo é a única não europeia a figurar entre as 50 mais valorizadas do mundo, segundo estudo da consultoria britânica Brand Finance (MOURA, 2022). Ocupa o 49º lugar, valendo € 96 milhões. A marca mais valiosa é a do Real Madrid: € 1,5 bilhão. No Brasil, depois do Flamengo, as mais valiosas são as do Palmeiras (R\$ 271 milhões), Grêmio (R\$ 232 milhões), São Paulo (R\$ 195 milhões) e Corinthians (R\$ 147 milhões).

Em 2022, os anúncios somados no uniforme do Flamengo, oito ao todo, superavam R\$ 132 milhões (BORTOLOTTI e BELOTI, 2022). Em seguida, com nove anunciantes, vinha o Corinthians, faturando R\$ 111 milhões. Seguiam-se o Palmeiras, com apenas dois anunciantes na camisa que, porém, lhe pagavam R\$ 81 milhões. Em quarto lugar, o Atlético de Minas Gerais, beneficiado pelo título de campeão brasileiro conquistado em 2021, faturando R\$ 60 milhões com 11 patrocinadores (LANÇE, 9/03/2022).

Inúmeros tipos de pesquisas e relatórios de consultorias especializadas se propõem a dimensionar esses valores que orbitam em torno do futebol. Os clubes, em geral, são instituições centenárias que carregam consigo alto valor simbólico, intangível, além de outros ativos patrimoniais tangíveis. Com métricas distintas, os estudos existentes procuram combinar diferentes parâmetros analíticos, tanto financeiros quanto não financeiros, de maneira a comparar os valores dos clubes. Assim, são considerados, cumulativamente ou não, ativos circulantes, como dinheiro em caixa, aplicações financeiras, valores a receber, e ativos imobilizados, como estádios, centros de treinamento e edificações em geral, bem como o alcance das audiências em transmissões, as bases de engajamento de fãs em mídias digitais, o desempenho esportivo em competições, qualidade do plantel de atletas contratados, perspectivas das categorias de base e *staffs* de suporte, que se somam, ainda, às clássicas propriedades geradoras de receitas, como as arrecadações envolvendo o dia do jogo (representadas, principalmente, pela venda de ingressos e serviços agregados), os direitos de transmissão e de marketing, etc.

Porque o objetivo do negócio-futebol é a audiência, o espaço do espetáculo futebolístico não é o estádio, embora assim pareça, mas a televisão e, cada vez mais, os canais de *streaming*. O alvo da publicidade não pode se limitar às 20 mil, 30 mil, 100 mil pessoas que frequentam algum estádio de futebol. A publicidade quer atingir milhões, até bilhões de seres humanos, como nas finais de Copa do Mundo. Assim, o clube negocia os direitos de transmissão



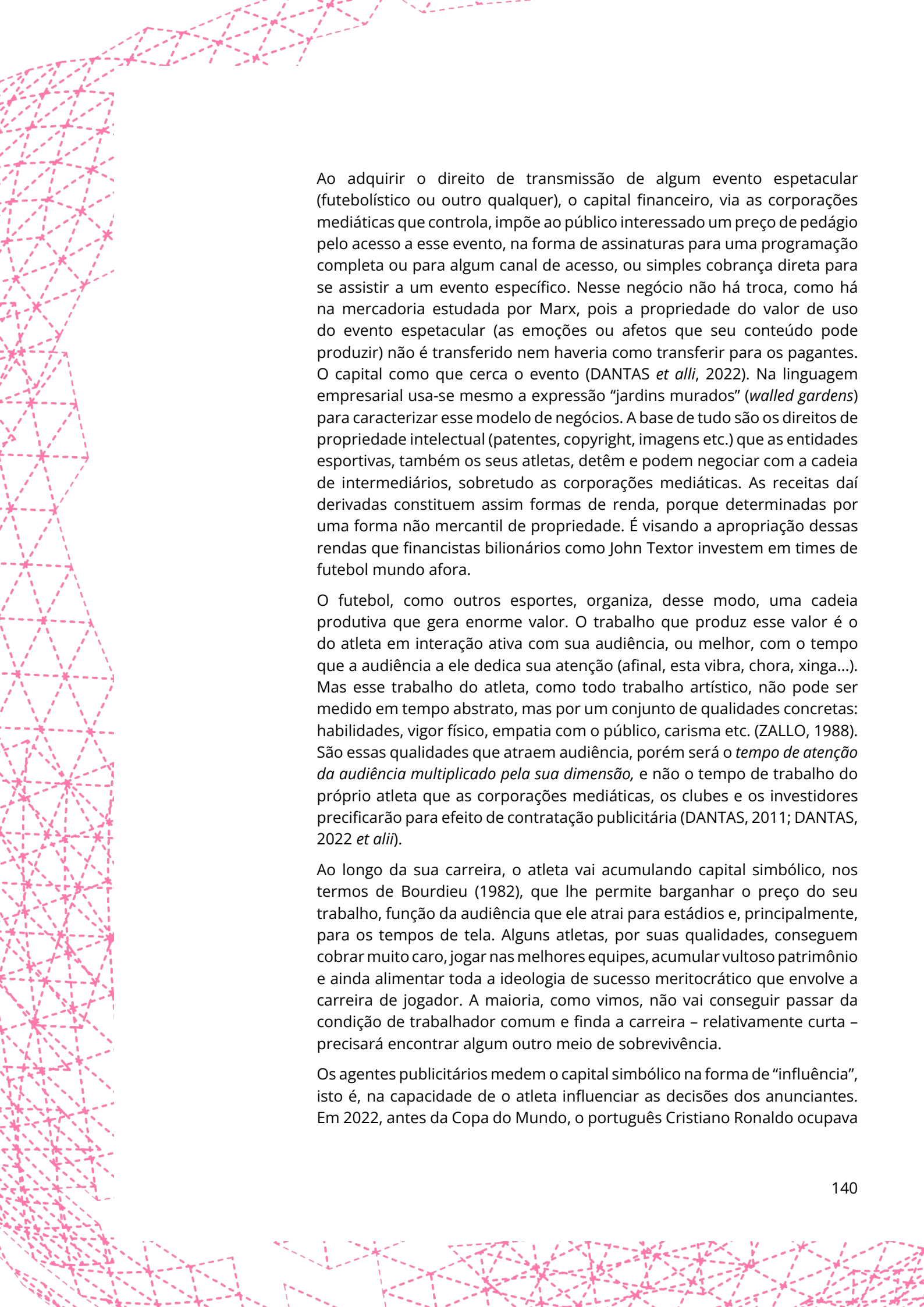
4 “Cable television in United States”, Wikipedia, https://en.wikipedia.org/wiki/Cable_television_in_the_United_States, acesso em 04/01/2022

dos seus jogos com o meio que vai, de fato, levar suas camisas – e os corpos dentro delas – à maior audiência possível. Como se viu durante a pandemia, jogo de futebol sem público nos estádios é até possível, mas, para o capitalismo, não é possível ficar sem jogo de futebol transmitido pela TV, pois é por ela que os anunciantes realmente atingem seus consumidores e, com ela, os clubes, sobretudo os maiores, bancam os seus altos custos.

Aqui entra em cena o ator decisivo: as corporações de comunicação, proprietárias dos canais de TV ou de *streaming*. O futebol atrai uma enorme audiência, como bem sabemos. Audiência atrai anunciante e enorme audiência permite cobrar muito caro pela veiculação de um anúncio ou assinatura do canal. Um exemplo: as redes que levam os canais de TV por assinatura para as residências das pessoas pagam a esses canais para tê-los em seus pacotes. Quando você paga a sua assinatura de um pacote, você está, na verdade, pagando não à rede (NET/Claro, por exemplo) mas, através dela, aos canais inseridos no seu pacote. Na grande maioria, esses canais cobram alguns centavos por assinante, ou até não cobram nada, satisfeitos de já poderem ser vistos em algum pacote. Nos Estados Unidos, a ESPN (que pertence ao Grupo Disney) cobra, às redes, de US\$ 7 a US\$ 10 por mês, por assinante, para ser inserida em algum pacote⁴. Nenhum outro canal consegue cobrar tanto. É que a ESPN detém os direitos de transmissão da liga estadunidense de basquete (NBA), uma competição que atrai enorme audiência nos Estados Unidos e no mundo.

As corporações que controlam os meios de transmissão descobriram esse fantástico filão. Quais são elas? Time-Warner, Disney, Fox e, no Brasil, a Globo (MOURA, 2022). No mundo, hoje, as transmissões de futebol e mesmo de outros esportes são praticamente dominadas por aquelas três corporações: elas adquiriram a maioria dos direitos de transmissão de jogos e torneios na Europa, Estados Unidos, América Latina, os mundiais da FIFA, as Olimpíadas do COI. No Brasil, a Globo ainda disputa com essas corporações estadunidenses um lugar ao sol, graças ao seu conhecimento do mercado interno e às suas relações políticas no futebol brasileiro.

Por trás dessas corporações, encontra-se o capital financeiro. E, no geral, os mesmos grupos de investimento controlam cerca de um terço ou mais do capital acionário de cada uma delas, caracterizando evidente concentração e centralização de capital. Vanguard Group, BlackRock, State Street, FMR/LCC e Fidelity detinham somados, em 2018, cerca de 34% das ações da Walt Disney Co. Vamos encontrar esses mesmos nomes detendo também cerca de um terço das ações na Time Warner, AT&T e 21st Century Fox (MOURA, 2022). Trata-se, ao fim e ao cabo, do capital mediático-financeiro investindo e, daí, extraindo *rendas informacionais* do trabalho dos atletas e, concordando com Dallas Smythe (1977), em *interação* com o trabalho não pago da enorme audiência esportiva (DANTAS *et alli*, 2022).

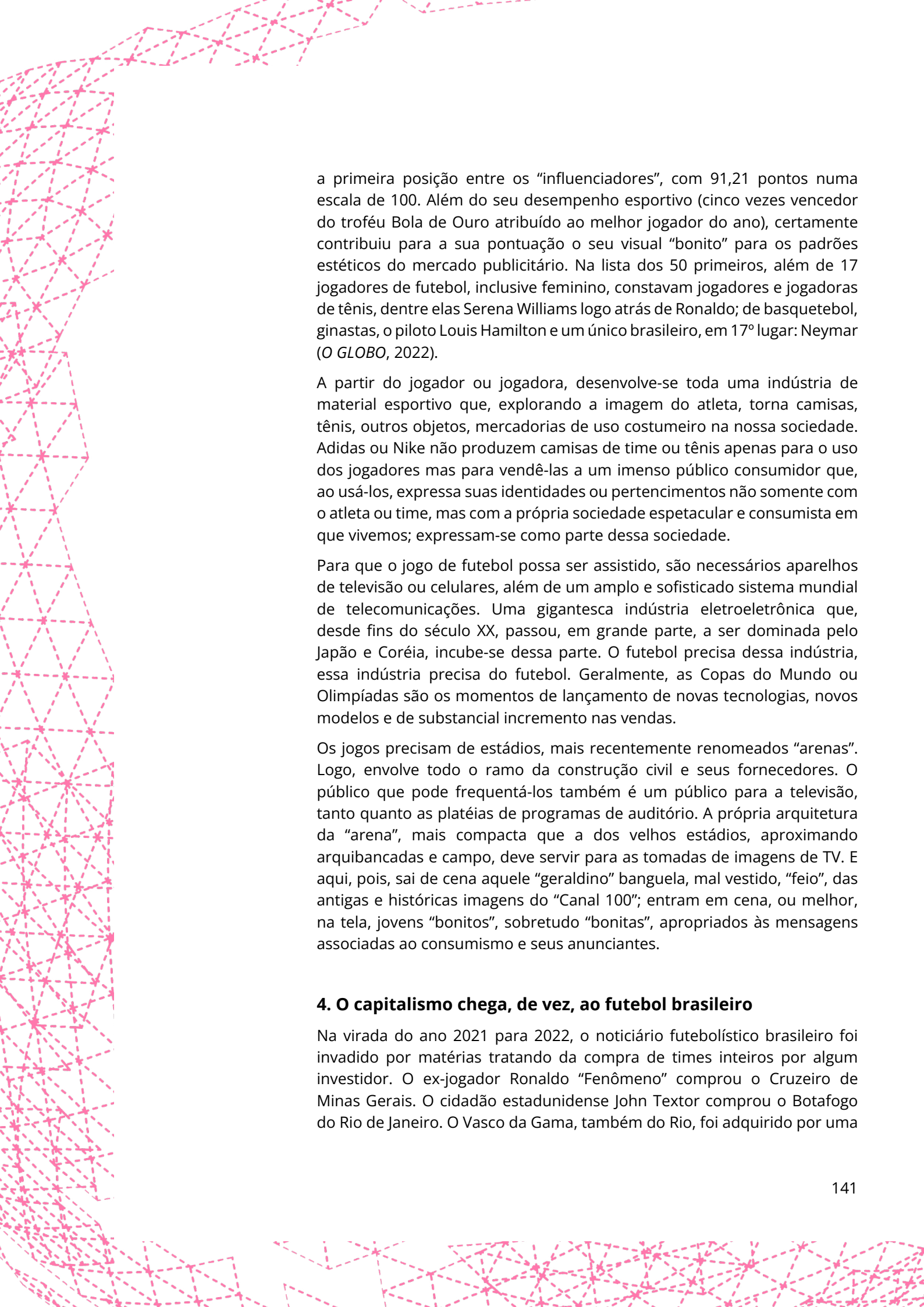


Ao adquirir o direito de transmissão de algum evento espetacular (futebolístico ou outro qualquer), o capital financeiro, via as corporações mediáticas que controla, impõe ao público interessado um preço de pedágio pelo acesso a esse evento, na forma de assinaturas para uma programação completa ou para algum canal de acesso, ou simples cobrança direta para se assistir a um evento específico. Nesse negócio não há troca, como há na mercadoria estudada por Marx, pois a propriedade do valor de uso do evento espetacular (as emoções ou afetos que seu conteúdo pode produzir) não é transferido nem haveria como transferir para os pagantes. O capital como que cerca o evento (DANTAS *et alli*, 2022). Na linguagem empresarial usa-se mesmo a expressão “jardins murados” (*walled gardens*) para caracterizar esse modelo de negócios. A base de tudo são os direitos de propriedade intelectual (patentes, copyright, imagens etc.) que as entidades esportivas, também os seus atletas, detêm e podem negociar com a cadeia de intermediários, sobretudo as corporações mediáticas. As receitas daí derivadas constituem assim formas de renda, porque determinadas por uma forma não mercantil de propriedade. É visando a apropriação dessas rendas que financistas bilionários como John Textor investem em times de futebol mundo afora.

O futebol, como outros esportes, organiza, desse modo, uma cadeia produtiva que gera enorme valor. O trabalho que produz esse valor é o do atleta em interação ativa com sua audiência, ou melhor, com o tempo que a audiência a ele dedica sua atenção (afinal, esta vibra, chora, xinga...). Mas esse trabalho do atleta, como todo trabalho artístico, não pode ser medido em tempo abstrato, mas por um conjunto de qualidades concretas: habilidades, vigor físico, empatia com o público, carisma etc. (ZALLO, 1988). São essas qualidades que atraem audiência, porém será o *tempo de atenção da audiência multiplicado pela sua dimensão*, e não o tempo de trabalho do próprio atleta que as corporações mediáticas, os clubes e os investidores precificarão para efeito de contratação publicitária (DANTAS, 2011; DANTAS, 2022 *et alii*).

Ao longo da sua carreira, o atleta vai acumulando capital simbólico, nos termos de Bourdieu (1982), que lhe permite barganhar o preço do seu trabalho, função da audiência que ele atrai para estádios e, principalmente, para os tempos de tela. Alguns atletas, por suas qualidades, conseguem cobrar muito caro, jogar nas melhores equipes, acumular vultoso patrimônio e ainda alimentar toda a ideologia de sucesso meritocrático que envolve a carreira de jogador. A maioria, como vimos, não vai conseguir passar da condição de trabalhador comum e finda a carreira – relativamente curta – precisará encontrar algum outro meio de sobrevivência.

Os agentes publicitários medem o capital simbólico na forma de “influência”, isto é, na capacidade de o atleta influenciar as decisões dos anunciantes. Em 2022, antes da Copa do Mundo, o português Cristiano Ronaldo ocupava



a primeira posição entre os “influenciadores”, com 91,21 pontos numa escala de 100. Além do seu desempenho esportivo (cinco vezes vencedor do troféu Bola de Ouro atribuído ao melhor jogador do ano), certamente contribuiu para a sua pontuação o seu visual “bonito” para os padrões estéticos do mercado publicitário. Na lista dos 50 primeiros, além de 17 jogadores de futebol, inclusive feminino, constavam jogadores e jogadoras de tênis, dentre elas Serena Williams logo atrás de Ronaldo; de basquetebol, ginastas, o piloto Louis Hamilton e um único brasileiro, em 17º lugar: Neymar (O GLOBO, 2022).

A partir do jogador ou jogadora, desenvolve-se toda uma indústria de material esportivo que, explorando a imagem do atleta, torna camisas, tênis, outros objetos, mercadorias de uso costumeiro na nossa sociedade. Adidas ou Nike não produzem camisas de time ou tênis apenas para o uso dos jogadores mas para vendê-las a um imenso público consumidor que, ao usá-los, expressa suas identidades ou pertencimentos não somente com o atleta ou time, mas com a própria sociedade espetacular e consumista em que vivemos; expressam-se como parte dessa sociedade.

Para que o jogo de futebol possa ser assistido, são necessários aparelhos de televisão ou celulares, além de um amplo e sofisticado sistema mundial de telecomunicações. Uma gigantesca indústria eletroeletrônica que, desde fins do século XX, passou, em grande parte, a ser dominada pelo Japão e Coréia, incube-se dessa parte. O futebol precisa dessa indústria, essa indústria precisa do futebol. Geralmente, as Copas do Mundo ou Olimpíadas são os momentos de lançamento de novas tecnologias, novos modelos e de substancial incremento nas vendas.

Os jogos precisam de estádios, mais recentemente renomeados “arenas”. Logo, envolve todo o ramo da construção civil e seus fornecedores. O público que pode frequentá-los também é um público para a televisão, tanto quanto as platéias de programas de auditório. A própria arquitetura da “arena”, mais compacta que a dos velhos estádios, aproximando arquibancadas e campo, deve servir para as tomadas de imagens de TV. E aqui, pois, sai de cena aquele “geraldino” banguela, mal vestido, “feio”, das antigas e históricas imagens do “Canal 100”; entram em cena, ou melhor, na tela, jovens “bonitos”, sobretudo “bonitas”, apropriados às mensagens associadas ao consumismo e seus anunciantes.

4. O capitalismo chega, de vez, ao futebol brasileiro

Na virada do ano 2021 para 2022, o noticiário futebolístico brasileiro foi invadido por matérias tratando da compra de times inteiros por algum investidor. O ex-jogador Ronaldo “Fenômeno” comprou o Cruzeiro de Minas Gerais. O cidadão estadunidense John Textor comprou o Botafogo do Rio de Janeiro. O Vasco da Gama, também do Rio, foi adquirido por uma

5 “SAF deve voltar a ser discutida no Congresso”, O Globo, 27/01/2023, disponível em <https://oglobo.globo.com/blogs/panorama-esportivo/post/2023/01/saf-deve-voltar-a-ser-discutida-no-congresso.ghtml>, acesso em 06/02/2023; “John Textor diz que Botafogo não pagará mais o RCE e dispara contra lei do SAF: ‘está quebrada’”, Yahoo Esportes, disponível em <https://esportes.yahoo.com/noticias/john-textor-diz-que-botafogo-002413129.html>, acesso em 06/02/2023

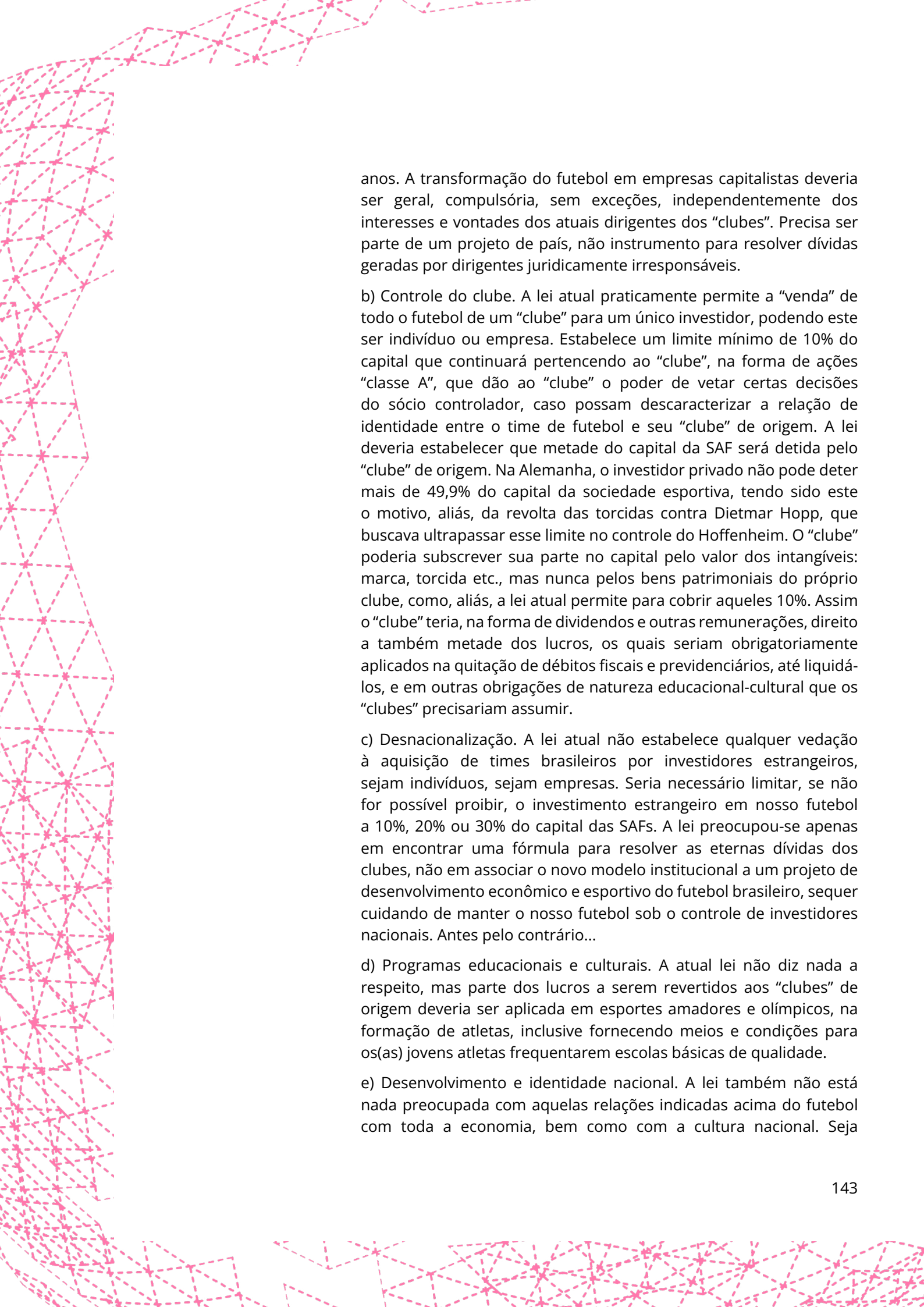
companhia financeira, também dos Estados Unidos, a 777 Partners. Toda essa movimentação tinha por trás uma lei que pode transformar totalmente a atual estrutura político-econômica do futebol brasileiro: a lei 14.193/2021 que criou a “sociedade anônima do futebol” (SAF).

Essa reestruturação capitalista da organização do futebol brasileiro já se fazia há muito tempo necessária. Embora praticado por atletas profissionais à volta dos quais reúne-se um diversificado conjunto de outras habilidades (técnicos, preparadores auxiliares, médicos, advogados, jornalistas etc.), no Brasil, o futebol ainda é organizado e mantido por entidades definidas como de “utilidade pública” e sem fins lucrativos: o “clube”. Esse “clube”, porém, isto é, esta entidade que contrata tais profissionais, é comandado por dirigentes definidos como “amadores”.

Para bancar suas atividades futebolísticas, em especial o pagamento dos atletas e demais profissionais, o assim chamado “clube” precisa da renda oriunda de contratos publicitários e das transmissões por televisão, como no restante do mundo capitalista. As negociações com essas fontes de recursos são entabuladas por tais dirigentes amadores. É evidente que o amadorismo desses dirigentes é apenas de fachada. Existe uma zona cinzenta, por onde pode girar muito dinheiro não rastreável, logo também não declarável, nem tributável. É de se esperar que essa zona de pseudo-amadorismo que, como sabemos, levou quase todos os grandes clubes brasileiros a situações quase falimentares, atenuadas de tempos em tempos por benesses fiscais de sucessivos governos, possa acabar após a transformação das relações futebolísticas em SAFs. Os “clubes” seguem sendo clubes, entidades de “utilidade pública”, oficialmente sem fins lucrativos, oferecendo momentos de lazer, inclusive esportivo, aos seus sócios; e o futebol profissional passa a ser conduzido por entidades que visam explicitamente o lucro e, como sociedades anônimas, precisam prestar contas abertas e transparentes aos seus acionistas, nos termos da lei do SAF e também da lei das sociedades anônimas e outras, fiscais, em vigor. Implica dizer que as SAFs se encontram sob escrutínio de agências públicas reguladoras. Esse é o mérito, em princípio, da nova legislação.

Mas a lei poderia ter sido muito melhor se pensada não para resolver as dívidas dos “clubes” e, nisso, favorecer especuladores do perfil John Textor, mas para realmente fortalecer o futebol brasileiro na competição internacional e ainda inserir essa *indústria* em um novo projeto nacional de desenvolvimento. Seguem-se alguns pontos que poderiam ser aprimorados, no momento em que, segundo o noticiário jornalístico, está se abrindo um novo cenário de debate da lei⁵.

a) Decisão opcional. A transformação do clube em SAF é opcional, ou seja, depende das vantagens ou desvantagens percebidas pelos dirigentes “amadores” nessa mudança. E, na prática, acaba dependendo do tamanho do déficit que esses mesmos dirigentes criaram ao longo de



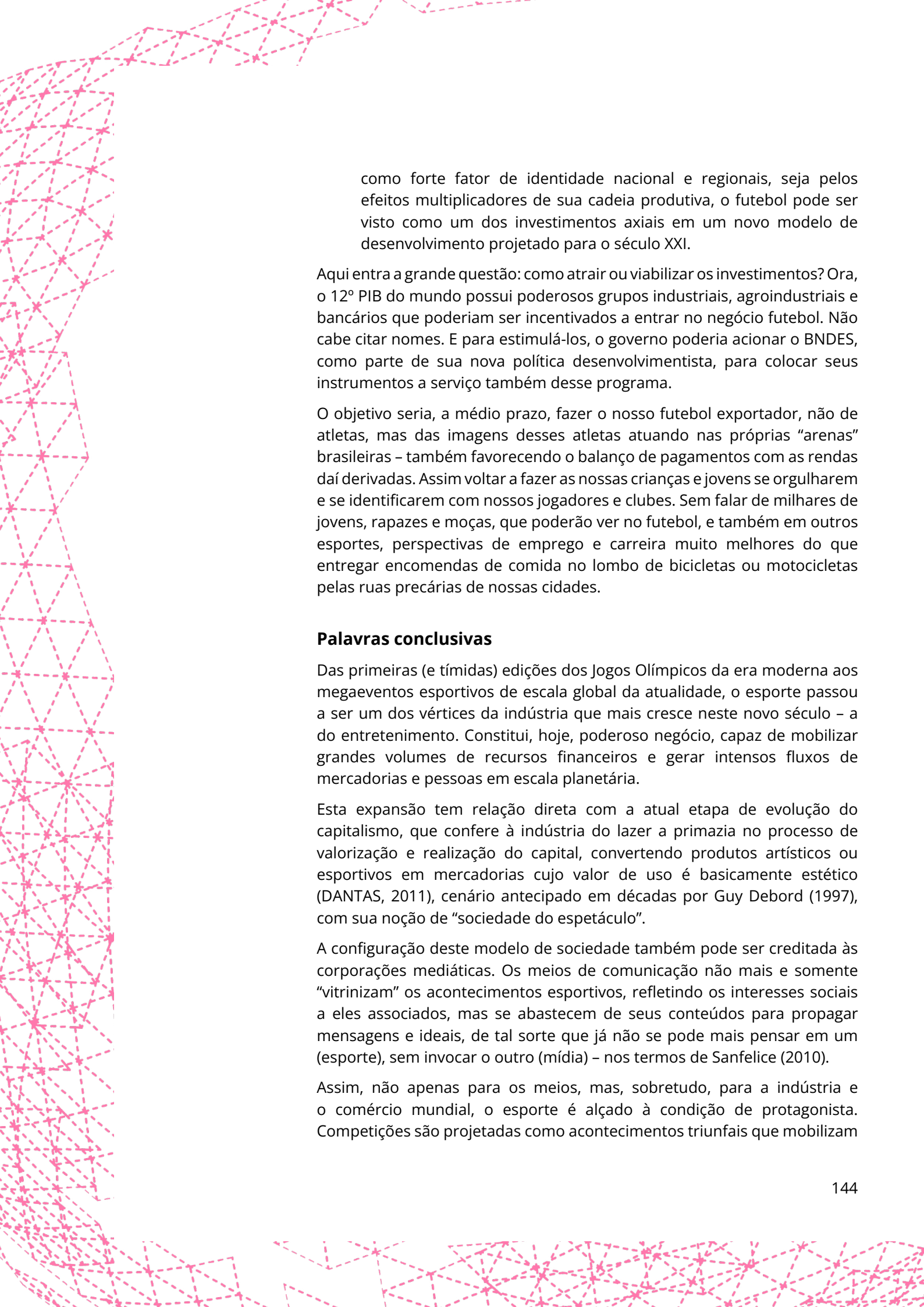
anos. A transformação do futebol em empresas capitalistas deveria ser geral, compulsória, sem exceções, independentemente dos interesses e vontades dos atuais dirigentes dos “clubes”. Precisa ser parte de um projeto de país, não instrumento para resolver dívidas geradas por dirigentes juridicamente irresponsáveis.

b) Controle do clube. A lei atual praticamente permite a “venda” de todo o futebol de um “clube” para um único investidor, podendo este ser indivíduo ou empresa. Estabelece um limite mínimo de 10% do capital que continuará pertencendo ao “clube”, na forma de ações “classe A”, que dão ao “clube” o poder de vetar certas decisões do sócio controlador, caso possam descaracterizar a relação de identidade entre o time de futebol e seu “clube” de origem. A lei deveria estabelecer que metade do capital da SAF será detida pelo “clube” de origem. Na Alemanha, o investidor privado não pode deter mais de 49,9% do capital da sociedade esportiva, tendo sido este o motivo, aliás, da revolta das torcidas contra Dietmar Hopp, que buscava ultrapassar esse limite no controle do Hoffenheim. O “clube” poderia subscrever sua parte no capital pelo valor dos intangíveis: marca, torcida etc., mas nunca pelos bens patrimoniais do próprio clube, como, aliás, a lei atual permite para cobrir aqueles 10%. Assim o “clube” teria, na forma de dividendos e outras remunerações, direito a também metade dos lucros, os quais seriam obrigatoriamente aplicados na quitação de débitos fiscais e previdenciários, até liquidá-los, e em outras obrigações de natureza educacional-cultural que os “clubes” precisariam assumir.

c) Desnacionalização. A lei atual não estabelece qualquer vedação à aquisição de times brasileiros por investidores estrangeiros, sejam indivíduos, sejam empresas. Seria necessário limitar, se não for possível proibir, o investimento estrangeiro em nosso futebol a 10%, 20% ou 30% do capital das SAFs. A lei preocupou-se apenas em encontrar uma fórmula para resolver as eternas dívidas dos clubes, não em associar o novo modelo institucional a um projeto de desenvolvimento econômico e esportivo do futebol brasileiro, sequer cuidando de manter o nosso futebol sob o controle de investidores nacionais. Antes pelo contrário...

d) Programas educacionais e culturais. A atual lei não diz nada a respeito, mas parte dos lucros a serem revertidos aos “clubes” de origem deveria ser aplicada em esportes amadores e olímpicos, na formação de atletas, inclusive fornecendo meios e condições para os(as) jovens atletas frequentarem escolas básicas de qualidade.

e) Desenvolvimento e identidade nacional. A lei também não está nada preocupada com aquelas relações indicadas acima do futebol com toda a economia, bem como com a cultura nacional. Seja



como forte fator de identidade nacional e regionais, seja pelos efeitos multiplicadores de sua cadeia produtiva, o futebol pode ser visto como um dos investimentos axiais em um novo modelo de desenvolvimento projetado para o século XXI.

Aqui entra a grande questão: como atrair ou viabilizar os investimentos? Ora, o 12º PIB do mundo possui poderosos grupos industriais, agroindustriais e bancários que poderiam ser incentivados a entrar no negócio futebol. Não cabe citar nomes. E para estimulá-los, o governo poderia acionar o BNDES, como parte de sua nova política desenvolvimentista, para colocar seus instrumentos a serviço também desse programa.

O objetivo seria, a médio prazo, fazer o nosso futebol exportador, não de atletas, mas das imagens desses atletas atuando nas próprias “arenas” brasileiras – também favorecendo o balanço de pagamentos com as rendas daí derivadas. Assim voltar a fazer as nossas crianças e jovens se orgulharem e se identificarem com nossos jogadores e clubes. Sem falar de milhares de jovens, rapazes e moças, que poderão ver no futebol, e também em outros esportes, perspectivas de emprego e carreira muito melhores do que entregar encomendas de comida no lombo de bicicletas ou motocicletas pelas ruas precárias de nossas cidades.

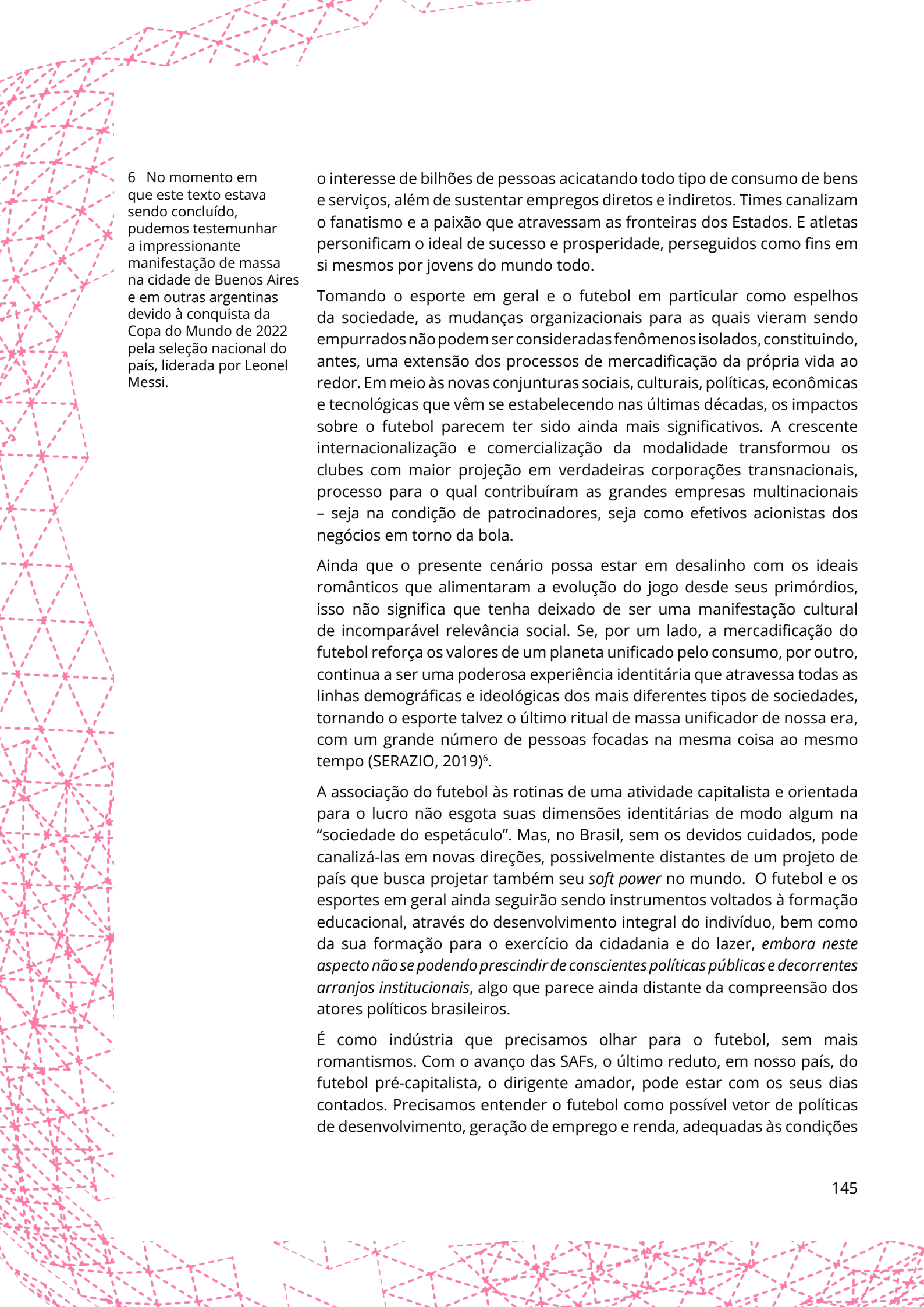
Palavras conclusivas

Das primeiras (e tímidas) edições dos Jogos Olímpicos da era moderna aos megaeventos esportivos de escala global da atualidade, o esporte passou a ser um dos vértices da indústria que mais cresce neste novo século – a do entretenimento. Constitui, hoje, poderoso negócio, capaz de mobilizar grandes volumes de recursos financeiros e gerar intensos fluxos de mercadorias e pessoas em escala planetária.

Esta expansão tem relação direta com a atual etapa de evolução do capitalismo, que confere à indústria do lazer a primazia no processo de valorização e realização do capital, convertendo produtos artísticos ou esportivos em mercadorias cujo valor de uso é basicamente estético (DANTAS, 2011), cenário antecipado em décadas por Guy Debord (1997), com sua noção de “sociedade do espetáculo”.

A configuração deste modelo de sociedade também pode ser creditada às corporações midiáticas. Os meios de comunicação não mais e somente “vitrinizam” os acontecimentos esportivos, refletindo os interesses sociais a eles associados, mas se abastecem de seus conteúdos para propagar mensagens e ideais, de tal sorte que já não se pode mais pensar em um (esporte), sem invocar o outro (mídia) – nos termos de Sanfelice (2010).

Assim, não apenas para os meios, mas, sobretudo, para a indústria e o comércio mundial, o esporte é alçado à condição de protagonista. Competições são projetadas como acontecimentos triunfais que mobilizam



6 No momento em que este texto estava sendo concluído, pudemos testemunhar a impressionante manifestação de massa na cidade de Buenos Aires e em outras argentinas devido à conquista da Copa do Mundo de 2022 pela seleção nacional do país, liderada por Lionel Messi.


o interesse de bilhões de pessoas acicatando todo tipo de consumo de bens e serviços, além de sustentar empregos diretos e indiretos. Times canalizam o fanatismo e a paixão que atravessam as fronteiras dos Estados. E atletas personificam o ideal de sucesso e prosperidade, perseguidos como fins em si mesmos por jovens do mundo todo.

Tomando o esporte em geral e o futebol em particular como espelhos da sociedade, as mudanças organizacionais para as quais vieram sendo empurrados não podem ser consideradas fenômenos isolados, constituindo, antes, uma extensão dos processos de mercadificação da própria vida ao redor. Em meio às novas conjunturas sociais, culturais, políticas, econômicas e tecnológicas que vêm se estabelecendo nas últimas décadas, os impactos sobre o futebol parecem ter sido ainda mais significativos. A crescente internacionalização e comercialização da modalidade transformou os clubes com maior projeção em verdadeiras corporações transnacionais, processo para o qual contribuíram as grandes empresas multinacionais – seja na condição de patrocinadores, seja como efetivos acionistas dos negócios em torno da bola.

Ainda que o presente cenário possa estar em desalinho com os ideais românticos que alimentaram a evolução do jogo desde seus primórdios, isso não significa que tenha deixado de ser uma manifestação cultural de incomparável relevância social. Se, por um lado, a mercadificação do futebol reforça os valores de um planeta unificado pelo consumo, por outro, continua a ser uma poderosa experiência identitária que atravessa todas as linhas demográficas e ideológicas dos mais diferentes tipos de sociedades, tornando o esporte talvez o último ritual de massa unificador de nossa era, com um grande número de pessoas focadas na mesma coisa ao mesmo tempo (SERAZIO, 2019)⁶.

A associação do futebol às rotinas de uma atividade capitalista e orientada para o lucro não esgota suas dimensões identitárias de modo algum na “sociedade do espetáculo”. Mas, no Brasil, sem os devidos cuidados, pode canalizá-las em novas direções, possivelmente distantes de um projeto de país que busca projetar também seu *soft power* no mundo. O futebol e os esportes em geral ainda seguirão sendo instrumentos voltados à formação educacional, através do desenvolvimento integral do indivíduo, bem como da sua formação para o exercício da cidadania e do lazer, *embora neste aspecto não se podendo prescindir de conscientes políticas públicas e decorrentes arranjos institucionais*, algo que parece ainda distante da compreensão dos atores políticos brasileiros.

É como indústria que precisamos olhar para o futebol, sem mais romantismos. Com o avanço das SAFs, o último reduto, em nosso país, do futebol pré-capitalista, o dirigente amador, pode estar com os seus dias contados. Precisamos entender o futebol como possível vetor de políticas de desenvolvimento, geração de emprego e renda, adequadas às condições



do século XXI. Daí, torna-se mais do que imperativo discutir a necessidade de regulá-lo em termos econômicos, sem ignorar, antes sabendo resguardar, a sua dimensão identitária, sobretudo em um país como o Brasil. A própria FIFA estabeleceu, a partir dos anos 90, parâmetros que orientam a lisura das disputas esportivas visando dar maior equilíbrio à competição. Desde 2009, vigoram critérios de “Fair Play econômico”, buscando melhorar a capacidade econômica e financeira dos clubes, aumentar a transparência e a credibilidade entre eles, junto à sociedade e ao próprio mercado investidor.

No tempo em que essas páginas já estavam sob o crivo de pareceristas, o jornalista Rodrigo Capelo (2023), em sua coluna n’O *Globo*, revelou que as negociações para a constituição, no Brasil, de uma liga futebolística semelhante às que existem na Espanha, Inglaterra e outros países, estão esbarrando numa disputa entre dois blocos de financiadores. Os nossos principais clubes se dividiram em dois grupos – a Libra e a Forte Futebol – sendo que, por trás da primeira, encontra-se o fundo financeiro árabe Mubadala, e por atrás da segunda, o fundo financeiro estadunidense Serengeti. O que está em disputa é qual será o conglomerado especulativo estrangeiro que vai dar as cartas no futebol brasileiro no século XXI. Exceto, claro, se decidirmos entender o futebol ainda como um poderoso amálgama identitário nacional ou mesmo dos nossos sadios “bairrismos”, para isto, porém, não podendo deixar de mudá-lo, do campo para fora, junto com as mudanças em curso no mundo capitalista. Para suscitar um tal debate, escrevemos este artigo.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Pedro. Futebol, Mercantilismo e Identidade no século XXI: Hegemonia e Contra-Hegemonia. **Fórum Sociológico**. 26, 2015.

BORTOLOTTI, R. e BELOTI, V.. Com novo patrocínio, Flamengo ganhará R\$ 132 milhões em parcerias na temporada, **Coluna do Fla**, 27/08/2022. Disponível em <https://colunadofla.com/2022/08/com-novo-patrocínio-flamengo-ganhara-r-132-milhoes-em-parcerias-na-temporada/>. Acesso em 20/12/2022.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1982 5ª ed..

CAPELO, Rodrigo. Os interesses por trás do impasse da liga de clubes, **O Globo**, 6/02/2023. Disponível em <https://oglobo.globo.com/esportes/rodrigo-capelo/coluna/2023/02/os-interesses-por-tras-do-impasse-da-liga-de-clubes.ghtml>. Acesso em 15/03/2023.

CHADE, Jamil. **Política, propina e futebol: como o “padrão FIFA” ameaça o esporte mais popular do planeta**, Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

CRUZ, Patrick. Donos negociam fatias de clubes que valem US\$ 15 bi. **Valor Econômico**, 17,18 e 19/1/2022: pg. B9

DANTAS, Marcos. Milionários nada por acaso: capital rentista e apropriação do trabalho artístico nas redes do espetáculo, **Revista EpticOnline**, v. 13, n.2, 2011. Disponível em www.seer.ufs.br/index.php/eptic/article/view/117, acessado em 20/12/2022.

DANTAS, M., MOURA, D., RAULINO, G., ORMAY, L. **O valor da informação**: de como o capital se apropria do trabalho social na era do espetáculo e da internet, São Paulo: Boitempo, 2022.

DÉBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997 [1967].

EY/CBF. **Impacto do futebol brasileiro**, 2018. Disponível em https://conteudo.cbf.com.br/cdn/201912/20191213172843_346.pdf. Acesso em 19/12/2022.

FERNANDEZ, Martin. Fifa fatura R\$ 40 bilhões com Copa do Mundo do Catar, **GE**, 20/11/2022. Disponível em <https://ge.globo.com/futebol/copa-do-mundo/noticia/2022/11/20/fifa-fatura-r-40-bilhoes-com-copa-do-mundo-do-catar.ghtml>. Acesso em 20/12/2022.

FIFA. **2022 Budget**. FIFA, 2022. Disponível em <https://publications.fifa.com/en/annual-report-2020/2020-financials-and-2022-budget/2022-budget/>. Acesso em 25-11-2022.

FONTENELLE, Isleide A.. **O nome da marca**: McDonald's, fetichismo e cultura descartável, São Paulo: Boitempo, 2002.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**, São Paulo: Loyola, 1996, 6ª ed.

JAMESON, Frederic. **Pós-modernismo**: a lógica cultural do capitalismo tardio, S. Paulo, SP: Atica, 2006.


JAPPE, Anselm. **Les aventures de la marchandise**: Pour une nouvelle critique de la valeur, Paris, FR: Denoël, 2003

KEARNEY. **The sports market**, Kearney, 2011. Disponível em <https://www.kearney.com/media/article/-/insights/the-sports-market>. Acesso em 22/12/2022.

KING, Anthony. **End of the terraces**: the transformation of English football. Londres: Bloomsbury Publishing, 2002

LANCE. Saiba quanto cada clube brasileiro recebe por patrocínio na camisa, **Portal R7**, 09/03/2022. Disponível em <https://esportes.r7.com/lance/futebol/saiba-quanto-cada-clube-brasileiro-recebe-por-patrocínio-na-camisa-29062022#/foto/5>. Acesso em 20/12/2022.

LOBO, Felipe. Qual o contexto do tumulto em Hoffenheim x Bayern, paralisado por faixas ofensivas da torcida. **Trivela**, 29/02/2020. Disponível em <https://trivela.com.br/alemanha/bundesliga/qual-contexto-do-tumulto-em-hoffenheim-x-bayern-paralisado-por-faixas-ofensivas-da-torcida/>. Acesso em 19/12/2022.



LOIS, Rodrigo Nunes. Contra-ataque: na Europa, torcedor5es buscam meios de ter voz ouvida por donos de clubes, **globo.com**, 07/02/2022. Disponível em <https://interativos.ge.globo.com/futebol/futebol-internacional/materia/contra-ataque-na-europa-torcedores-buscam-meios-de-ter-voz-ouvida-por-donos-dos-clubes.ghtml>. Acesso em 19/12/2022.

O GLOBO. Quem é o atleta do mundo mais valioso para a publicidade? Veja o ranking, **O Globo**, 17/10/2022. Disponível em <https://oglobo.globo.com/economia/negocios/noticia/2022/10/cristiano-ronaldo-lidera-ranking-dos-atletas-mais-influentes-do-mundo-neymar-e-o-17o-da-lista.ghtml>. Acesso em 20/12/2022.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**, Livro Segundo, São Paulo: Abril Cultural, 1984 [1885].

MELLO, Bernardo. Pesquisa inédita O Globo/IPEC aponta as 26 maiores torcidas do Brasil; veja a lista, **O Globo**, 19/07/2022. Disponível em <https://oglobo.globo.com/esportes/futebol/noticia/2022/07/pesquisa-inedita-o-globoipec-aponta-as-26-maiores-torcidas-do-brasil-veja-lista.ghtml>. Acesso em 20/12/2022.

MOURA, Denise. Capital financeiro e espetáculo: o controle do futebol por corporações midiáticas, In DANTAS, M., MOURA, D., RAULINO, G., ORMAY, L. (2002). **O valor da informação: de como o capital se apropria do trabalho social na era do espetáculo e da internet**, São Paulo: Boitempo, 2022, pgs. 213-268.

PRICEWATERHOUSE COOPERS, **Changing the game: Outlook of the global sports market to 2015**. Disponível em <http://www.pwc.com/gx/en/hospitality-leisure/pdf/changing-the-game-outlook-for-the-global-sports-market-to-2015.pdf>. Acesso em 22/12/2022.

SANFELICE, Gustavo. Dos campos sociais ao campo esportivo, In SANFELICE, G., MYSKIW, M. (Orgs). **Mídia e esporte: temas contemporâneos**. Novo Hamburgo: Feevale, 2010, pp. 12-28.

SANTOS, Anderson D. G.. Os três pontos de entrada da Economia Política do Futebol, **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 36, n. 2, abr/jun 2014, pg, 561-575.

SERAZIO, Michael. **The power of sports: media and spectacle in american culture**. Nova York: New York University Press, 2019.

SMYTHE, Dallas W.. Communications: Blindspot of Western Marxism, **Canadian Journal of Political and Social Theory**, n. 1, v. 3: pp. 1-27, 1977.

STANDING, Guy (2014). **O Precariado: a nova classe perigosa**, Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

ZALLO, Ramón. **Economía de la comunicación y de la cultura**, Madrid: Akal, 1988.

Futebol e política: uma análise do imaginário de coletivos de torcedores de esquerda sobre o fascismo

Fútbol y política: un análisis del imaginario de colectivo de hinchas de izquierda sobre el fascismo

Football and politics: an analysis of the imaginary of left-wing football fan collectives about fascism

Felipe Tavares Paes Lopes

Professor da Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas - FEF-UNICAMP.

Contato: lopesftp@gmail.com

Submetido: 28.10.2022 | Aprovado: 29.03.2023



Creative Commons



Atribuição



Não Comercial



Compartilhe Igual

Resumo

Este artigo tem como objetivo compreender como o fenômeno do fascismo é discursivamente construído por coletivos de torcedores de esquerda do Corinthians, Palmeiras e São Paulo. Para alcançar esse objetivo, realizei duas entrevistas em grupo e duas individuais com esses torcedores. Ao analisar essas entrevistas, argumentei, entre outras coisas, que, na formulação dos discursos sobre o fascismo, muitos dos entrevistados adotam uma perspectiva iluminista crítica, retomando a crença na razão como instrumento civilizatório. Também argumentei que parte deles compreende que a luta contra o fascismo deve se dar no campo do diálogo.

Palavras-chave: futebol; política; fascismo; imaginário; coletivo de torcedores.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo comprender cómo el fenómeno del fascismo es construido discursivamente por colectivos de hinchas de izquierda de Corinthians, Palmeiras y São Paulo. Para lograr este objetivo, realicé dos entrevistas grupales y dos individuales con estos hinchas. Al analizar estas entrevistas, sostuve, entre otras cosas, que, en la formulación de los discursos sobre el fascismo, muchos de los entrevistados adoptan una perspectiva ilustrada crítica, retomando la creencia en la razón como instrumento civilizador. También argumenté que algunos de ellos entienden que la lucha contra el fascismo debe darse en el campo del diálogo.

Palabras clave: fútbol; política; fascismo; imaginario; colectivo de hinchas.

Abstract

This article aims to understand how the phenomenon of fascism is discursively constructed by collectives of left-wing fans of Corinthians, Palmeiras and São Paulo. To achieve this goal, I conducted two group and two individual interviews with these fans. In analyzing these interviews, I argued, among other things, that, in the formulation of discourses on fascism, many of the interviewees adopt a critical Enlightenment perspective, returning to the belief in reason as a civilizing instrument. I also argued that part of them understands that the fight against fascism must take place in the field of dialogue.

Keywords: football; policy; fascism; imaginary; collective of football fans.

1 Agradeço à Fapesp pelo auxílio à pesquisa que permitiu o desenvolvimento deste trabalho.

2 A partir daqui, a fim de aliviar o corpo do texto, abandonarei a fórmula “o(a)” e adotarei o genérico masculino.

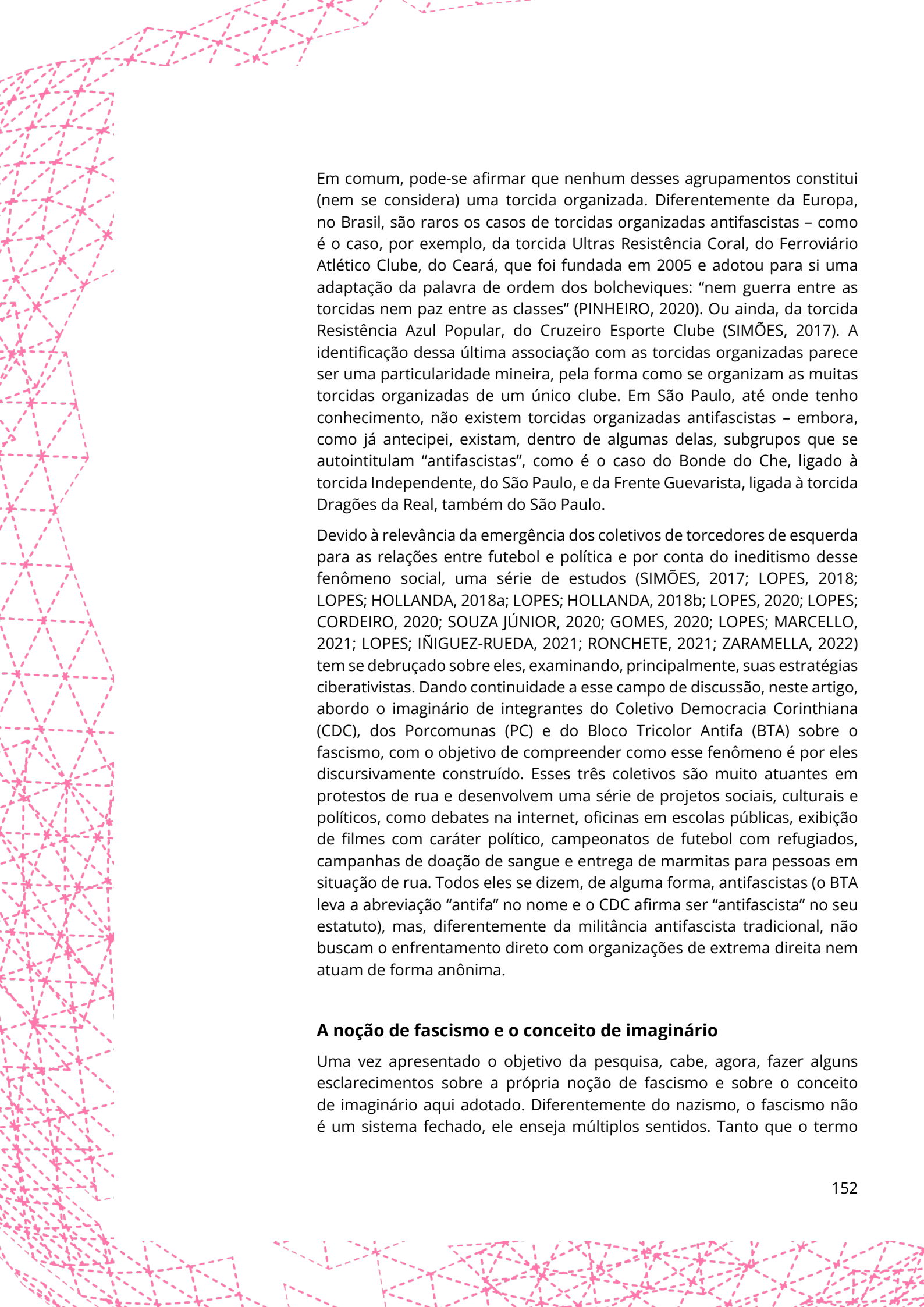
3 Propositamente, tomada aqui em um sentido amplo, a fim de agrupar uma ampla diversidade de tendências e tradições de luta contra as diferentes formas de desigualdades e a favor das classes e dos segmentos oprimidos.

Introdução¹

Este artigo apresenta os resultados parciais de uma pesquisa sobre resistência e ativismo torcedor no contexto da cidade de São Paulo, que se debruça sobre coletivos de torcedores(as)² de esquerda³ do chamado “trio de ferro”, ou seja, Corinthians, São Paulo e Palmeiras. No Brasil, os coletivos de torcedores de esquerda são um fenômeno relativamente recente, emergindo em um momento de forte mobilização coletiva, com os protestos contra e a favor do *impeachment* de Dilma Rousseff, concretizado em 2016. Naquele momento, o Brasil também recebia megaeventos esportivos, como a Copa do Mundo de Futebol Masculino de 2014, quando diversos estádios (ou “arenas”, como costumam ser chamados) foram construídos ou remodelados, a fim de atenderem ao chamado “padrão FIFA” – o que intensificou o processo de elitização do espetáculo futebolístico no Brasil, além de contribuir para a ampliação dos mecanismos de controle panóptico dos torcedores (LOPES, HOLLANDA, 2018a).

Além desses eventos, o desenvolvimento de novas formas de comunicação móveis e em rede foi importante para a emergência desses coletivos. Afinal, conforme Di Felice (2013), desde os anos 1990, a internet vem dando suporte a movimentos globais e locais, impactando as formas de ação social e contribuindo para reformular os conceitos de participação, espaço democrático, identidade coletiva e estratégia política. Também não podemos perder de vista a formação e mobilização de novos coletivos de jovens autonomistas a partir dos anos 2010. Herdeiros dos movimentos antiglobalização dos anos 1990 e 2000, esses coletivos possuem linguagens, performances e repertórios distintos dos movimentos sociais tradicionais e adotam uma postura crítica frente às formas tradicionais de se fazer política (GOHN, 2018).

Frequentemente rotulados pela imprensa e pela literatura acadêmica de “torcidas antifascistas”, os coletivos de torcedores de esquerda formam, na verdade, um universo multifacetado e heterogêneo, que abriga grupos com diferentes objetivos, formas de organização e modos de operação. Há aqueles que restringem sua esfera de ação ao universo on-line; há aqueles que organizam e participam, de modo sistemático e em grau significativo, de passeatas, marchas e protestos de rua; há aqueles que se autointitulam “antifas” e que fazem parte da “subcultura antifascista” – optando, em alguns momentos, pelo enfrentando direto com organizações e indivíduos de extrema direita; há aqueles que privilegiam pautas ligadas à política interna do clube; há aqueles que focalizam as agendas de lutas das “minorias”; há aqueles que estão ligados diretamente a uma torcida organizada ou agregam integrantes de organizadas de um mesmo clube; há aqueles formados por torcedores de esquerda em geral, que muitas vezes se autointitulam antifascistas, mas que não operam nos moldes da militância “antifa” tradicional; enfim, há uma verdadeira multiplicidade de grupos.

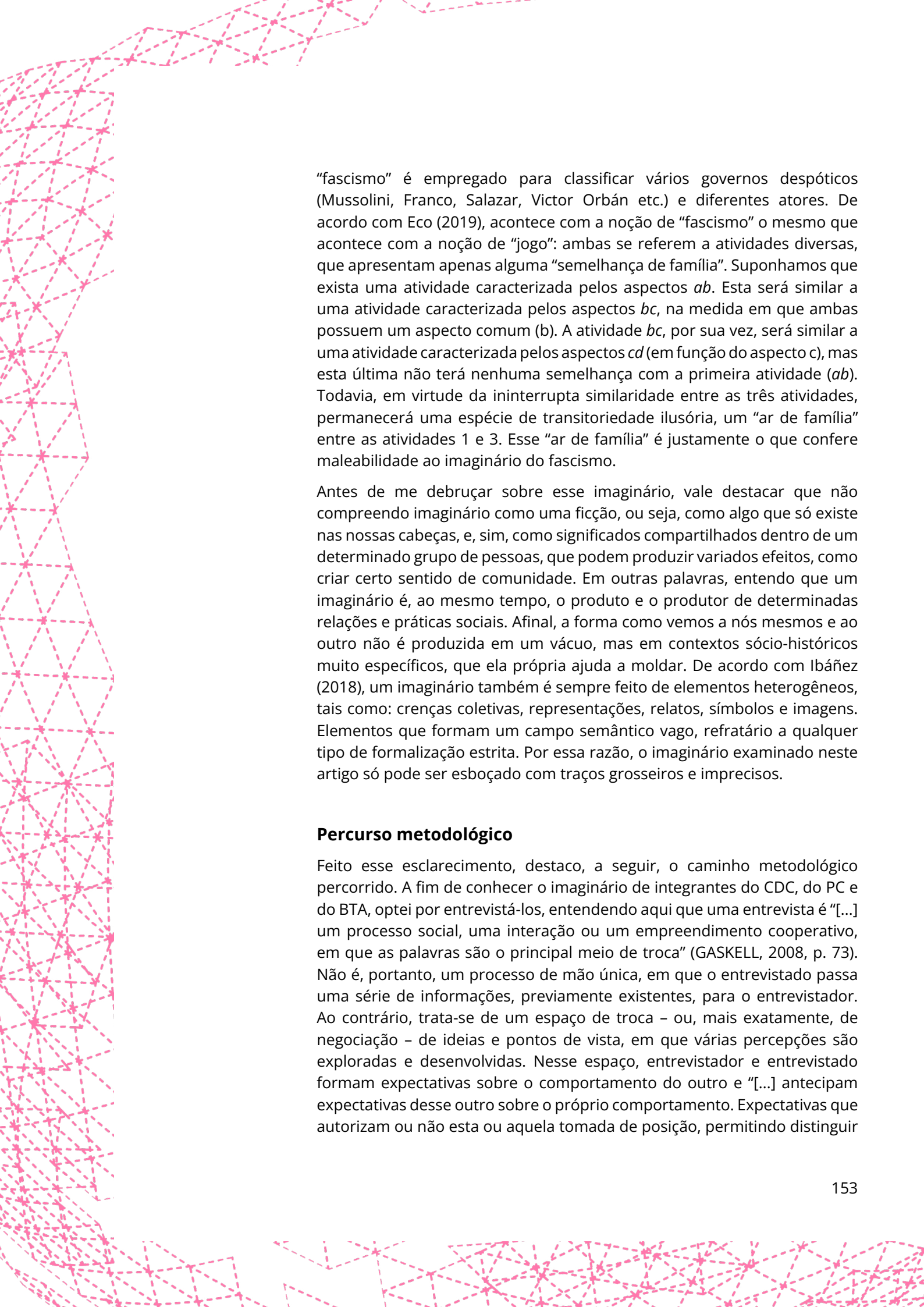


Em comum, pode-se afirmar que nenhum desses agrupamentos constitui (nem se considera) uma torcida organizada. Diferentemente da Europa, no Brasil, são raros os casos de torcidas organizadas antifascistas – como é o caso, por exemplo, da torcida Ultras Resistência Coral, do Ferroviário Atlético Clube, do Ceará, que foi fundada em 2005 e adotou para si uma adaptação da palavra de ordem dos bolcheviques: “nem guerra entre as torcidas nem paz entre as classes” (PINHEIRO, 2020). Ou ainda, da torcida Resistência Azul Popular, do Cruzeiro Esporte Clube (SIMÕES, 2017). A identificação dessa última associação com as torcidas organizadas parece ser uma particularidade mineira, pela forma como se organizam as muitas torcidas organizadas de um único clube. Em São Paulo, até onde tenho conhecimento, não existem torcidas organizadas antifascistas – embora, como já antecipei, existam, dentro de algumas delas, subgrupos que se autointitulam “antifascistas”, como é o caso do Bonde do Che, ligado à torcida Independente, do São Paulo, e da Frente Guevarista, ligada à torcida Dragões da Real, também do São Paulo.

Devido à relevância da emergência dos coletivos de torcedores de esquerda para as relações entre futebol e política e por conta do ineditismo desse fenômeno social, uma série de estudos (SIMÕES, 2017; LOPES, 2018; LOPES; HOLLANDA, 2018a; LOPES; HOLLANDA, 2018b; LOPES, 2020; LOPES; CORDEIRO, 2020; SOUZA JÚNIOR, 2020; GOMES, 2020; LOPES; MARCELLO, 2021; LOPES; IÑIGUEZ-RUEDA, 2021; RONCHETE, 2021; ZARAMELLA, 2022) tem se debruçado sobre eles, examinando, principalmente, suas estratégias ciberativistas. Dando continuidade a esse campo de discussão, neste artigo, abordo o imaginário de integrantes do Coletivo Democracia Corinthiana (CDC), dos Porcomunas (PC) e do Bloco Tricolor Antifa (BTA) sobre o fascismo, com o objetivo de compreender como esse fenômeno é por eles discursivamente construído. Esses três coletivos são muito atuantes em protestos de rua e desenvolvem uma série de projetos sociais, culturais e políticos, como debates na internet, oficinas em escolas públicas, exibição de filmes com caráter político, campeonatos de futebol com refugiados, campanhas de doação de sangue e entrega de marmitas para pessoas em situação de rua. Todos eles se dizem, de alguma forma, antifascistas (o BTA leva a abreviação “antifa” no nome e o CDC afirma ser “antifascista” no seu estatuto), mas, diferentemente da militância antifascista tradicional, não buscam o enfrentamento direto com organizações de extrema direita nem atuam de forma anônima.

A noção de fascismo e o conceito de imaginário

Uma vez apresentado o objetivo da pesquisa, cabe, agora, fazer alguns esclarecimentos sobre a própria noção de fascismo e sobre o conceito de imaginário aqui adotado. Diferentemente do nazismo, o fascismo não é um sistema fechado, ele enseja múltiplos sentidos. Tanto que o termo

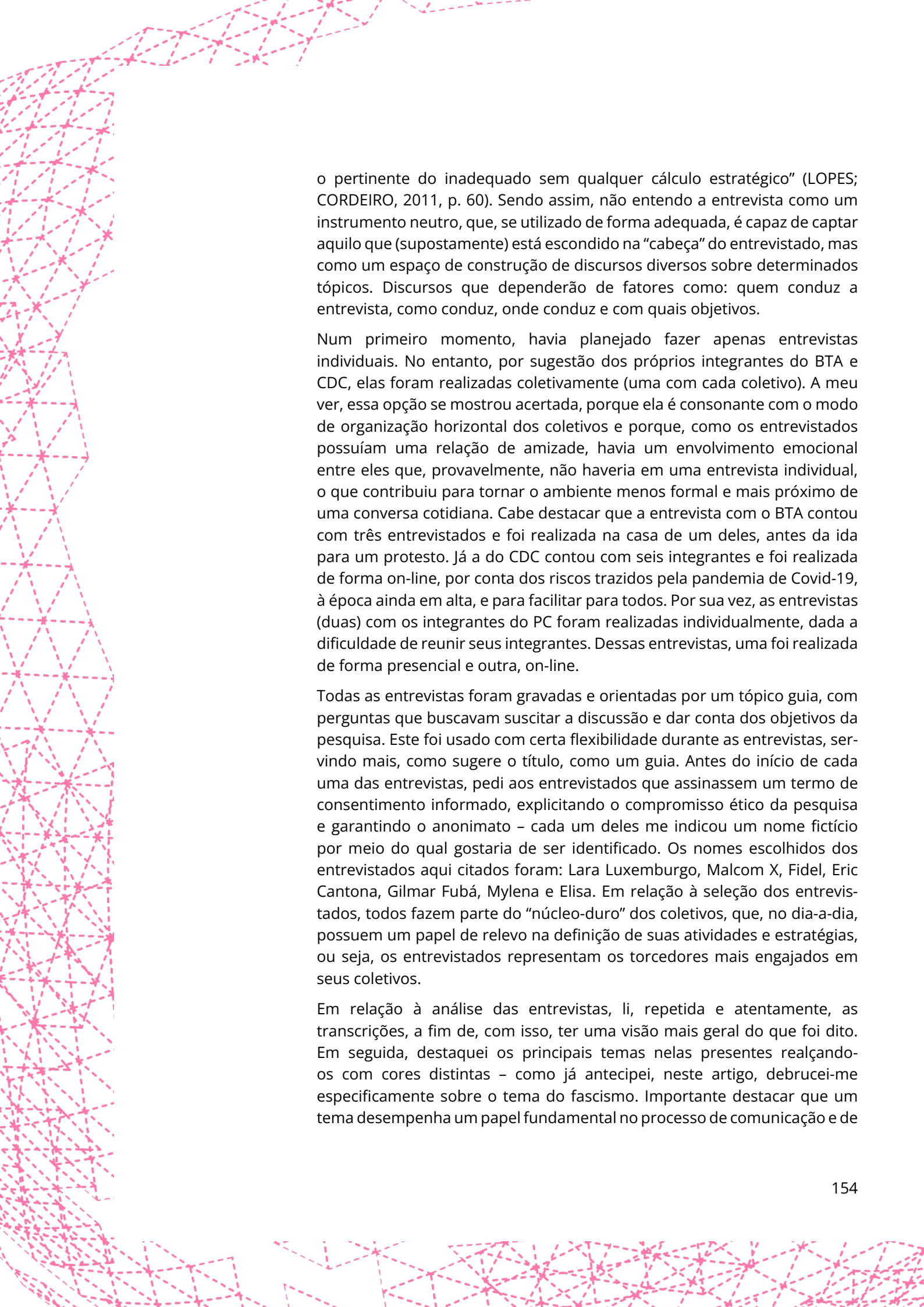


“fascismo” é empregado para classificar vários governos despóticos (Mussolini, Franco, Salazar, Victor Orbán etc.) e diferentes atores. De acordo com Eco (2019), acontece com a noção de “fascismo” o mesmo que acontece com a noção de “jogo”: ambas se referem a atividades diversas, que apresentam apenas alguma “semelhança de família”. Suponhamos que exista uma atividade caracterizada pelos aspectos *ab*. Esta será similar a uma atividade caracterizada pelos aspectos *bc*, na medida em que ambas possuem um aspecto comum (*b*). A atividade *bc*, por sua vez, será similar a uma atividade caracterizada pelos aspectos *cd* (em função do aspecto *c*), mas esta última não terá nenhuma semelhança com a primeira atividade (*ab*). Todavia, em virtude da ininterrupta similaridade entre as três atividades, permanecerá uma espécie de transitoriedade ilusória, um “ar de família” entre as atividades 1 e 3. Esse “ar de família” é justamente o que confere maleabilidade ao imaginário do fascismo.

Antes de me debruçar sobre esse imaginário, vale destacar que não compreendo imaginário como uma ficção, ou seja, como algo que só existe nas nossas cabeças, e, sim, como significados compartilhados dentro de um determinado grupo de pessoas, que podem produzir variados efeitos, como criar certo sentido de comunidade. Em outras palavras, entendo que um imaginário é, ao mesmo tempo, o produto e o produtor de determinadas relações e práticas sociais. Afinal, a forma como vemos a nós mesmos e ao outro não é produzida em um vácuo, mas em contextos sócio-históricos muito específicos, que ela própria ajuda a moldar. De acordo com Ibáñez (2018), um imaginário também é sempre feito de elementos heterogêneos, tais como: crenças coletivas, representações, relatos, símbolos e imagens. Elementos que formam um campo semântico vago, refratário a qualquer tipo de formalização estrita. Por essa razão, o imaginário examinado neste artigo só pode ser esboçado com traços grosseiros e imprecisos.

Percurso metodológico

Feito esse esclarecimento, destaco, a seguir, o caminho metodológico percorrido. A fim de conhecer o imaginário de integrantes do CDC, do PC e do BTA, optei por entrevistá-los, entendendo aqui que uma entrevista é “[...] um processo social, uma interação ou um empreendimento cooperativo, em que as palavras são o principal meio de troca” (GASKELL, 2008, p. 73). Não é, portanto, um processo de mão única, em que o entrevistado passa uma série de informações, previamente existentes, para o entrevistador. Ao contrário, trata-se de um espaço de troca – ou, mais exatamente, de negociação – de ideias e pontos de vista, em que várias percepções são exploradas e desenvolvidas. Nesse espaço, entrevistador e entrevistado formam expectativas sobre o comportamento do outro e “[...] antecipam expectativas desse outro sobre o próprio comportamento. Expectativas que autorizam ou não esta ou aquela tomada de posição, permitindo distinguir

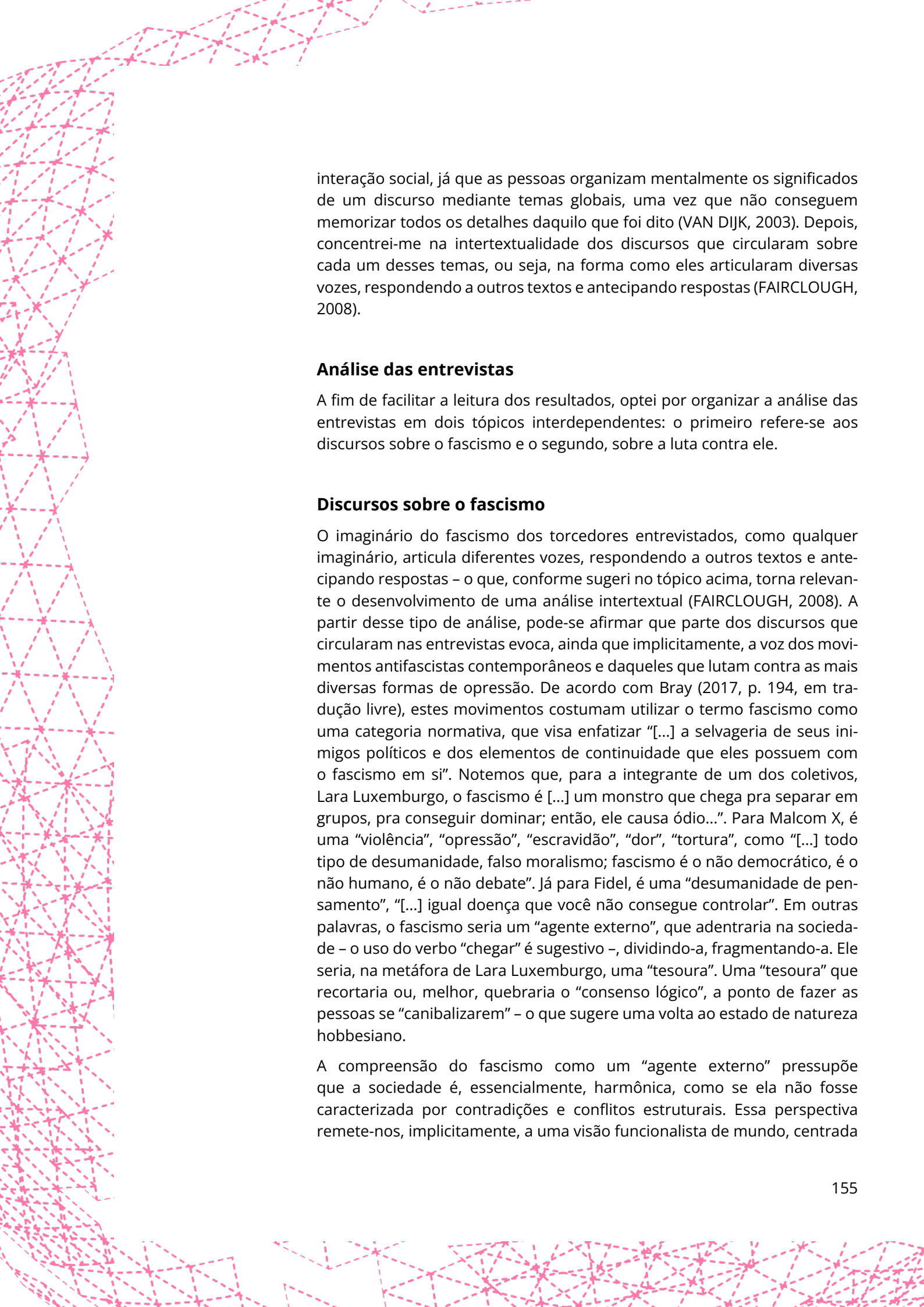


o pertinente do inadequado sem qualquer cálculo estratégico” (LOPES; CORDEIRO, 2011, p. 60). Sendo assim, não entendo a entrevista como um instrumento neutro, que, se utilizado de forma adequada, é capaz de captar aquilo que (supostamente) está escondido na “cabeça” do entrevistado, mas como um espaço de construção de discursos diversos sobre determinados tópicos. Discursos que dependerão de fatores como: quem conduz a entrevista, como conduz, onde conduz e com quais objetivos.

Num primeiro momento, havia planejado fazer apenas entrevistas individuais. No entanto, por sugestão dos próprios integrantes do BTA e CDC, elas foram realizadas coletivamente (uma com cada coletivo). A meu ver, essa opção se mostrou acertada, porque ela é consonante com o modo de organização horizontal dos coletivos e porque, como os entrevistados possuíam uma relação de amizade, havia um envolvimento emocional entre eles que, provavelmente, não haveria em uma entrevista individual, o que contribuiu para tornar o ambiente menos formal e mais próximo de uma conversa cotidiana. Cabe destacar que a entrevista com o BTA contou com três entrevistados e foi realizada na casa de um deles, antes da ida para um protesto. Já a do CDC contou com seis integrantes e foi realizada de forma on-line, por conta dos riscos trazidos pela pandemia de Covid-19, à época ainda em alta, e para facilitar para todos. Por sua vez, as entrevistas (duas) com os integrantes do PC foram realizadas individualmente, dada a dificuldade de reunir seus integrantes. Dessas entrevistas, uma foi realizada de forma presencial e outra, on-line.

Todas as entrevistas foram gravadas e orientadas por um tópico guia, com perguntas que buscavam suscitar a discussão e dar conta dos objetivos da pesquisa. Este foi usado com certa flexibilidade durante as entrevistas, servindo mais, como sugere o título, como um guia. Antes do início de cada uma das entrevistas, pedi aos entrevistados que assinassem um termo de consentimento informado, explicitando o compromisso ético da pesquisa e garantindo o anonimato – cada um deles me indicou um nome fictício por meio do qual gostaria de ser identificado. Os nomes escolhidos dos entrevistados aqui citados foram: Lara Luxemburgo, Malcom X, Fidel, Eric Cantona, Gilmar Fubá, Mylena e Elisa. Em relação à seleção dos entrevistados, todos fazem parte do “núcleo-duro” dos coletivos, que, no dia-a-dia, possuem um papel de relevo na definição de suas atividades e estratégias, ou seja, os entrevistados representam os torcedores mais engajados em seus coletivos.

Em relação à análise das entrevistas, li, repetida e atentamente, as transcrições, a fim de, com isso, ter uma visão mais geral do que foi dito. Em seguida, destaquei os principais temas nelas presentes realçando-os com cores distintas – como já antecipei, neste artigo, debruicei-me especificamente sobre o tema do fascismo. Importante destacar que um tema desempenha um papel fundamental no processo de comunicação e de



interação social, já que as pessoas organizam mentalmente os significados de um discurso mediante temas globais, uma vez que não conseguem memorizar todos os detalhes daquilo que foi dito (VAN DIJK, 2003). Depois, concentrei-me na intertextualidade dos discursos que circularam sobre cada um desses temas, ou seja, na forma como eles articularam diversas vozes, respondendo a outros textos e antecipando respostas (FAIRCLOUGH, 2008).

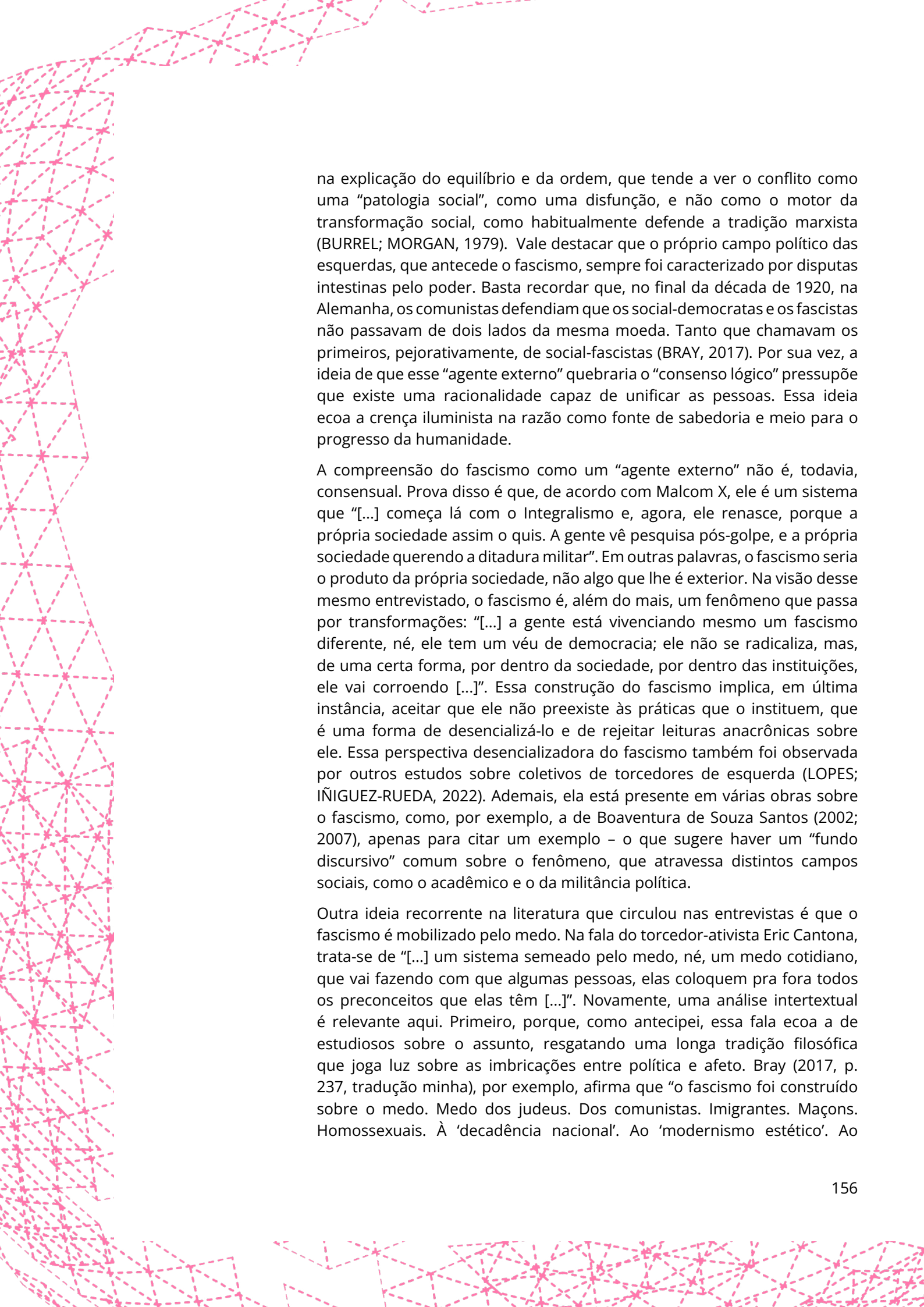
Análise das entrevistas

A fim de facilitar a leitura dos resultados, optei por organizar a análise das entrevistas em dois tópicos interdependentes: o primeiro refere-se aos discursos sobre o fascismo e o segundo, sobre a luta contra ele.

Discursos sobre o fascismo

O imaginário do fascismo dos torcedores entrevistados, como qualquer imaginário, articula diferentes vozes, respondendo a outros textos e antecipando respostas – o que, conforme sugeri no tópico acima, torna relevante o desenvolvimento de uma análise intertextual (FAIRCLOUGH, 2008). A partir desse tipo de análise, pode-se afirmar que parte dos discursos que circularam nas entrevistas evoca, ainda que implicitamente, a voz dos movimentos antifascistas contemporâneos e daqueles que lutam contra as mais diversas formas de opressão. De acordo com Bray (2017, p. 194, em tradução livre), estes movimentos costumam utilizar o termo fascismo como uma categoria normativa, que visa enfatizar “[...] a selvageria de seus inimigos políticos e dos elementos de continuidade que eles possuem com o fascismo em si”. Notemos que, para a integrante de um dos coletivos, Lara Luxemburgo, o fascismo é “[...] um monstro que chega pra separar em grupos, pra conseguir dominar; então, ele causa ódio...”. Para Malcom X, é uma “violência”, “opressão”, “escravidão”, “dor”, “tortura”, como “[...] todo tipo de desumanidade, falso moralismo; fascismo é o não democrático, é o não humano, é o não debate”. Já para Fidel, é uma “desumanidade de pensamento”, “[...] igual doença que você não consegue controlar”. Em outras palavras, o fascismo seria um “agente externo”, que adentraria na sociedade – o uso do verbo “chegar” é sugestivo –, dividindo-a, fragmentando-a. Ele seria, na metáfora de Lara Luxemburgo, uma “tesoura”. Uma “tesoura” que recortaria ou, melhor, quebraria o “consenso lógico”, a ponto de fazer as pessoas se “canibalizarem” – o que sugere uma volta ao estado de natureza hobbesiano.


A compreensão do fascismo como um “agente externo” pressupõe que a sociedade é, essencialmente, harmônica, como se ela não fosse caracterizada por contradições e conflitos estruturais. Essa perspectiva remete-nos, implicitamente, a uma visão funcionalista de mundo, centrada



na explicação do equilíbrio e da ordem, que tende a ver o conflito como uma “patologia social”, como uma disfunção, e não como o motor da transformação social, como habitualmente defende a tradição marxista (BURREL; MORGAN, 1979). Vale destacar que o próprio campo político das esquerdas, que antecede o fascismo, sempre foi caracterizado por disputas intestinas pelo poder. Basta recordar que, no final da década de 1920, na Alemanha, os comunistas defendiam que os social-democratas e os fascistas não passavam de dois lados da mesma moeda. Tanto que chamavam os primeiros, pejorativamente, de social-fascistas (BRAY, 2017). Por sua vez, a ideia de que esse “agente externo” quebraria o “consenso lógico” pressupõe que existe uma racionalidade capaz de unificar as pessoas. Essa ideia ecoa a crença iluminista na razão como fonte de sabedoria e meio para o progresso da humanidade.

A compreensão do fascismo como um “agente externo” não é, todavia, consensual. Prova disso é que, de acordo com Malcom X, ele é um sistema que “[...] começa lá com o Integralismo e, agora, ele renasce, porque a própria sociedade assim o quis. A gente vê pesquisa pós-golpe, e a própria sociedade querendo a ditadura militar”. Em outras palavras, o fascismo seria o produto da própria sociedade, não algo que lhe é exterior. Na visão desse mesmo entrevistado, o fascismo é, além do mais, um fenômeno que passa por transformações: “[...] a gente está vivenciando mesmo um fascismo diferente, né, ele tem um véu de democracia; ele não se radicaliza, mas, de uma certa forma, por dentro da sociedade, por dentro das instituições, ele vai corroendo [...]”. Essa construção do fascismo implica, em última instância, aceitar que ele não preexiste às práticas que o instituem, que é uma forma de desencializá-lo e de rejeitar leituras anacrônicas sobre ele. Essa perspectiva desencializadora do fascismo também foi observada por outros estudos sobre coletivos de torcedores de esquerda (LOPES; IÑIGUEZ-RUEDA, 2022). Ademais, ela está presente em várias obras sobre o fascismo, como, por exemplo, a de Boaventura de Souza Santos (2002; 2007), apenas para citar um exemplo – o que sugere haver um “fundo discursivo” comum sobre o fenômeno, que atravessa distintos campos sociais, como o acadêmico e o da militância política.

Outra ideia recorrente na literatura que circulou nas entrevistas é que o fascismo é mobilizado pelo medo. Na fala do torcedor-ativista Eric Cantona, trata-se de “[...] um sistema semeado pelo medo, né, um medo cotidiano, que vai fazendo com que algumas pessoas, elas coloquem pra fora todos os preconceitos que elas têm [...]”. Novamente, uma análise intertextual é relevante aqui. Primeiro, porque, como antecipei, essa fala ecoa a de estudiosos sobre o assunto, resgatando uma longa tradição filosófica que joga luz sobre as imbricações entre política e afeto. Bray (2017, p. 237, tradução minha), por exemplo, afirma que “o fascismo foi construído sobre o medo. Medo dos judeus. Dos comunistas. Imigrantes. Maçons. Homossexuais. À ‘decadência nacional’. Ao ‘modernismo estético’. Ao



4 Cabe destacar que o autor emprega essa expressão em outro contexto, para categorizar aqueles discursos sobre o futebol que o interpretam a partir da chave da alienação.

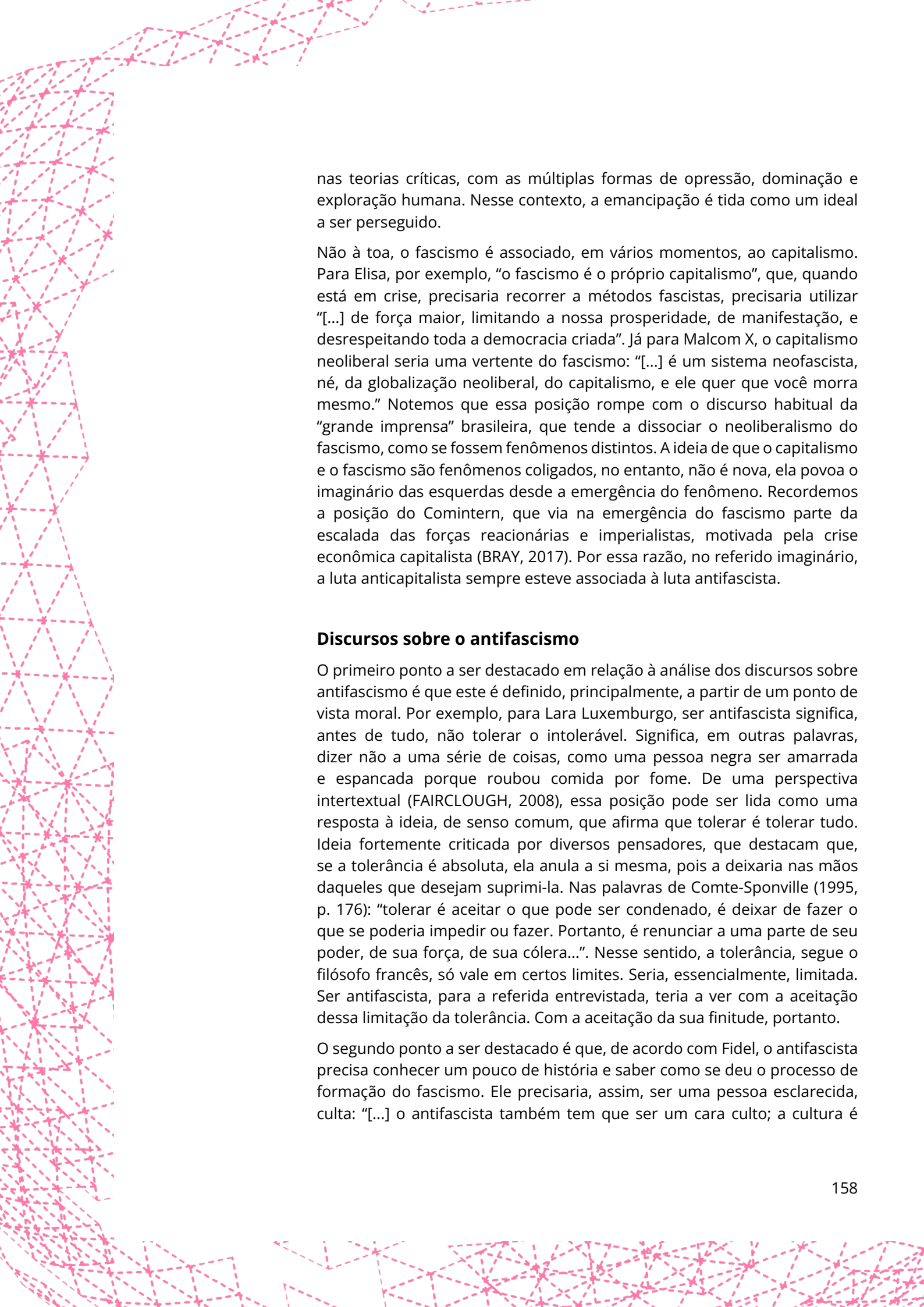
genocídio, e muito mais”. Já Eco (2019) observa que uma das características do fascismo é o apelo às classes médias frustradas, assustadas pela pressão exercida pelos grupos sociais subalternos.

Segundo, porque o medo tem sido historicamente compreendido como um dispositivo da irracionalidade. De acordo com Marilena Chauí (1987), ele é interpretado, por exemplo, por Michel de Montaigne como um “estranho sentimento”, como aquilo nos torna insensatos pondo “asas em nossos pés” quando deveríamos permanecer e “pregando-os ao solo” quando deveríamos fugir. Sendo assim, novamente, a crença iluminista no valor da razão para a civilização parece estar na base da explicação sobre o fascismo. Este seria fomentado pelo seu inverso, ou seja, pela irracionalidade. Mas não só. Conforme argumenta Gilmar Fubá, também seria um dos seus fomentadores: o fascismo é um regime “[...] que incentiva a ignorância, que luta contra a evolução civilizatória, que as pessoas alcancem o conhecimento, uma evolução, uma melhoria na sua qualidade de vida e tal.”

Um aspecto não muito destacado nas entrevistas é o racial. Mylena é uma das poucas que abordam o tema, afirmando que o fascismo defende a supremacia branca. Ao fazer isso, observa que, no Brasil, existem fascistas que foram “[...] vítimas de racismo pelos fascistas europeus” e que não entendem a própria origem do fascismo. Implicitamente, a entrevistada posiciona esses fascistas como ignorantes. Em outras palavras, o fascismo vincular-se-ia, ao menos nesse caso específico, à falta de conhecimento – posicionamento que se aproxima, em certo sentido, com aquele que o associa à falta de racionalidade.

Fidel é outro entrevistado que trata da questão racial: “eu vejo o fascismo como a defesa do branco, da branquitude, o resto não presta, tem que morrer, inclusive; então, é um absurdo um negócio desse”. E, da mesma forma que Mylena, vê a ignorância como um fator explicativo para o fenômeno. Tanto que é incisivo ao culpabilizar a educação: “Por que isso [fascismo]? Por culpa de formação, de educação de base, na escola, ver a história de outra forma.” Além da formação escolar, Fidel responsabiliza a imprensa: “[...] por falta de cultura, de conhecimento, de leitura, e culpa muito da imprensa; a imprensa também devia batalhar mais em cima disso.” Em outras palavras, para o entrevistado, nem a escola nem a imprensa estão cumprindo com seu dever de fornecer informação de qualidade e fomentar a reflexão sobre o fascismo, o que contribuiria para fortalecê-lo.

Diante do exposto, podemos afirmar que, na formulação dos discursos sobre o fascismo, muitos dos entrevistados adotam o que, inspirado nas análises de Hugo Lovisoló (2011), chamarei aqui de perspectiva iluminista crítica do fascismo⁴. Ela é iluminista porque retoma a crença na razão como instrumento civilizatório. Nesse contexto, a irracionalidade é tomada, como antecipei, como o que embrutece, como aquilo está na raiz da barbárie. E é uma perspectiva crítica porque retoma a preocupação, muito presente



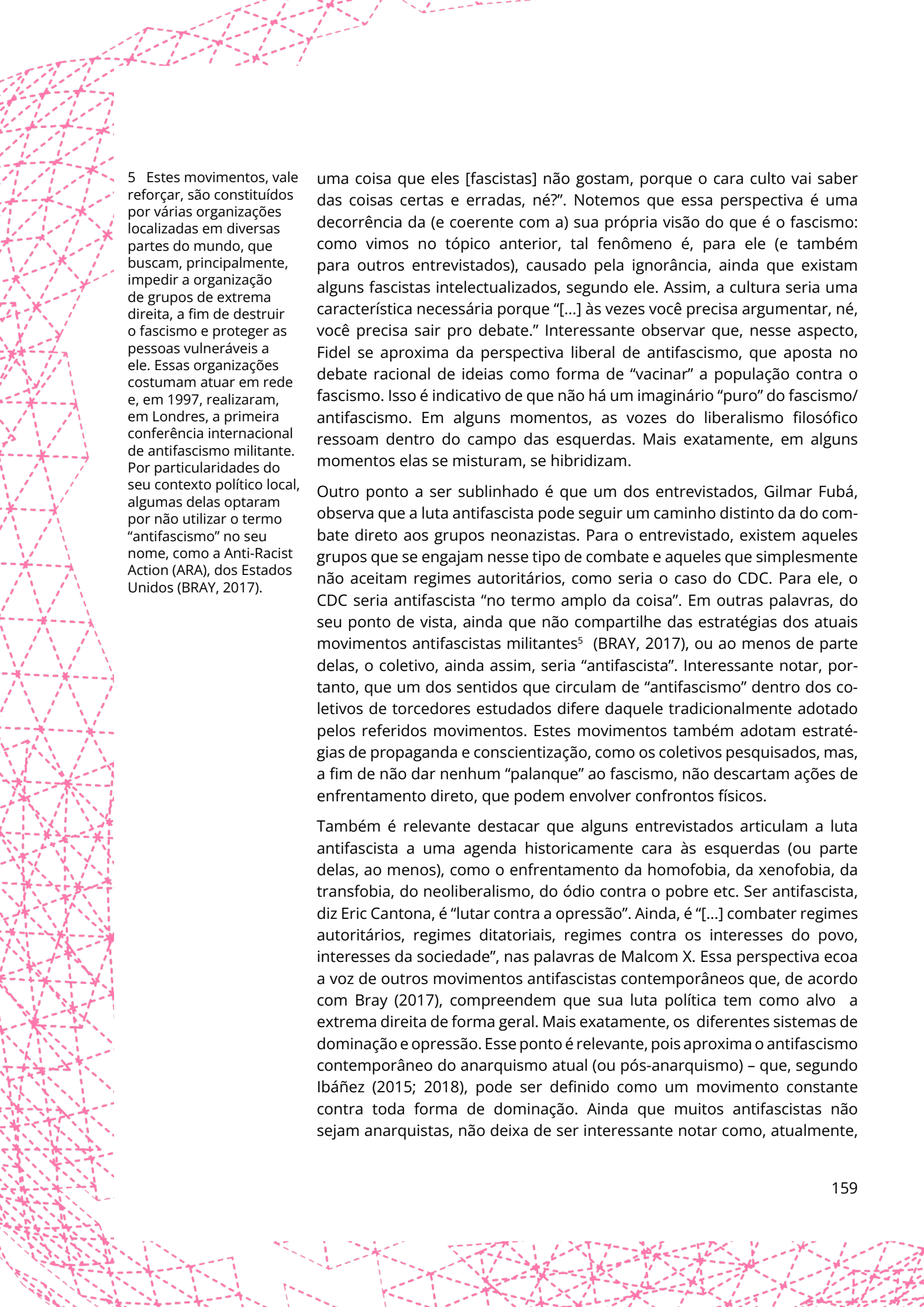
nas teorias críticas, com as múltiplas formas de opressão, dominação e exploração humana. Nesse contexto, a emancipação é tida como um ideal a ser perseguido.

Não à toa, o fascismo é associado, em vários momentos, ao capitalismo. Para Elisa, por exemplo, “o fascismo é o próprio capitalismo”, que, quando está em crise, precisaria recorrer a métodos fascistas, precisaria utilizar “[...] de força maior, limitando a nossa prosperidade, de manifestação, e desrespeitando toda a democracia criada”. Já para Malcom X, o capitalismo neoliberal seria uma vertente do fascismo: “[...] é um sistema neofascista, né, da globalização neoliberal, do capitalismo, e ele quer que você morra mesmo.” Notemos que essa posição rompe com o discurso habitual da “grande imprensa” brasileira, que tende a dissociar o neoliberalismo do fascismo, como se fossem fenômenos distintos. A ideia de que o capitalismo e o fascismo são fenômenos coligados, no entanto, não é nova, ela povoa o imaginário das esquerdas desde a emergência do fenômeno. Recordemos a posição do Comintern, que via na emergência do fascismo parte da escalada das forças reacionárias e imperialistas, motivada pela crise econômica capitalista (BRAY, 2017). Por essa razão, no referido imaginário, a luta anticapitalista sempre esteve associada à luta antifascista.

Discursos sobre o antifascismo

O primeiro ponto a ser destacado em relação à análise dos discursos sobre antifascismo é que este é definido, principalmente, a partir de um ponto de vista moral. Por exemplo, para Lara Luxemburgo, ser antifascista significa, antes de tudo, não tolerar o intolerável. Significa, em outras palavras, dizer não a uma série de coisas, como uma pessoa negra ser amarrada e espancada porque roubou comida por fome. De uma perspectiva intertextual (FAIRCLOUGH, 2008), essa posição pode ser lida como uma resposta à ideia, de senso comum, que afirma que tolerar é tolerar tudo. Ideia fortemente criticada por diversos pensadores, que destacam que, se a tolerância é absoluta, ela anula a si mesma, pois a deixaria nas mãos daqueles que desejam suprimi-la. Nas palavras de Comte-Sponville (1995, p. 176): “tolerar é aceitar o que pode ser condenado, é deixar de fazer o que se poderia impedir ou fazer. Portanto, é renunciar a uma parte de seu poder, de sua força, de sua cólera...”. Nesse sentido, a tolerância, segue o filósofo francês, só vale em certos limites. Seria, essencialmente, limitada. Ser antifascista, para a referida entrevistada, teria a ver com a aceitação dessa limitação da tolerância. Com a aceitação da sua finitude, portanto.

O segundo ponto a ser destacado é que, de acordo com Fidel, o antifascista precisa conhecer um pouco de história e saber como se deu o processo de formação do fascismo. Ele precisaria, assim, ser uma pessoa esclarecida, culta: “[...] o antifascista também tem que ser um cara culto; a cultura é

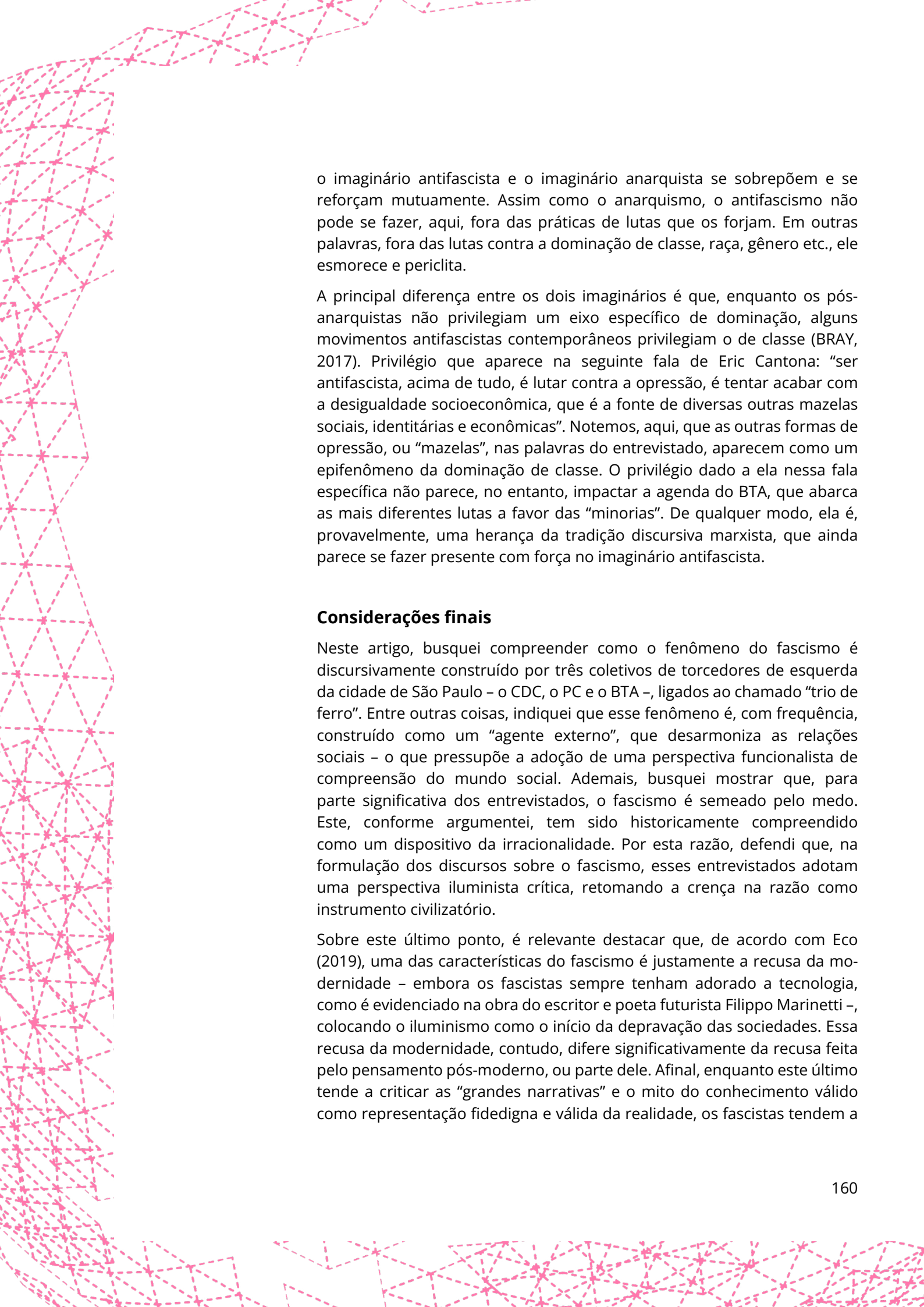


5 Estes movimentos, vale reforçar, são constituídos por várias organizações localizadas em diversas partes do mundo, que buscam, principalmente, impedir a organização de grupos de extrema direita, a fim de destruir o fascismo e proteger as pessoas vulneráveis a ele. Essas organizações costumam atuar em rede e, em 1997, realizaram, em Londres, a primeira conferência internacional de antifascismo militante. Por particularidades do seu contexto político local, algumas delas optaram por não utilizar o termo “antifascismo” no seu nome, como a Anti-Racist Action (ARA), dos Estados Unidos (BRAY, 2017).

uma coisa que eles [fascistas] não gostam, porque o cara culto vai saber das coisas certas e erradas, né?”. Notemos que essa perspectiva é uma decorrência da (e coerente com a) sua própria visão do que é o fascismo: como vimos no tópico anterior, tal fenômeno é, para ele (e também para outros entrevistados), causado pela ignorância, ainda que existam alguns fascistas intelectualizados, segundo ele. Assim, a cultura seria uma característica necessária porque “[...] às vezes você precisa argumentar, né, você precisa sair pro debate.” Interessante observar que, nesse aspecto, Fidel se aproxima da perspectiva liberal de antifascismo, que aposta no debate racional de ideias como forma de “vacinar” a população contra o fascismo. Isso é indicativo de que não há um imaginário “puro” do fascismo/antifascismo. Em alguns momentos, as vozes do liberalismo filosófico ressoam dentro do campo das esquerdas. Mais exatamente, em alguns momentos elas se misturam, se hibridizam.

Outro ponto a ser sublinhado é que um dos entrevistados, Gilmar Fubá, observa que a luta antifascista pode seguir um caminho distinto da do combate direto aos grupos neonazistas. Para o entrevistado, existem aqueles grupos que se engajam nesse tipo de combate e aqueles que simplesmente não aceitam regimes autoritários, como seria o caso do CDC. Para ele, o CDC seria antifascista “no termo amplo da coisa”. Em outras palavras, do seu ponto de vista, ainda que não compartilhe das estratégias dos atuais movimentos antifascistas militantes⁵ (BRAY, 2017), ou ao menos de parte delas, o coletivo, ainda assim, seria “antifascista”. Interessante notar, portanto, que um dos sentidos que circulam de “antifascismo” dentro dos coletivos de torcedores estudados difere daquele tradicionalmente adotado pelos referidos movimentos. Estes movimentos também adotam estratégias de propaganda e conscientização, como os coletivos pesquisados, mas, a fim de não dar nenhum “palanque” ao fascismo, não descartam ações de enfrentamento direto, que podem envolver confrontos físicos.

Também é relevante destacar que alguns entrevistados articulam a luta antifascista a uma agenda historicamente cara às esquerdas (ou parte delas, ao menos), como o enfrentamento da homofobia, da xenofobia, da transfobia, do neoliberalismo, do ódio contra o pobre etc. Ser antifascista, diz Eric Cantona, é “lutar contra a opressão”. Ainda, é “[...] combater regimes autoritários, regimes ditatoriais, regimes contra os interesses do povo, interesses da sociedade”, nas palavras de Malcom X. Essa perspectiva ecoa a voz de outros movimentos antifascistas contemporâneos que, de acordo com Bray (2017), compreendem que sua luta política tem como alvo a extrema direita de forma geral. Mais exatamente, os diferentes sistemas de dominação e opressão. Esse ponto é relevante, pois aproxima o antifascismo contemporâneo do anarquismo atual (ou pós-anarquismo) – que, segundo Ibáñez (2015; 2018), pode ser definido como um movimento constante contra toda forma de dominação. Ainda que muitos antifascistas não sejam anarquistas, não deixa de ser interessante notar como, atualmente,




o imaginário antifascista e o imaginário anarquista se sobrepõem e se reforçam mutuamente. Assim como o anarquismo, o antifascismo não pode se fazer, aqui, fora das práticas de lutas que os forjam. Em outras palavras, fora das lutas contra a dominação de classe, raça, gênero etc., ele esmorece e periclita.

A principal diferença entre os dois imaginários é que, enquanto os pós-anarquistas não privilegiam um eixo específico de dominação, alguns movimentos antifascistas contemporâneos privilegiam o de classe (BRAY, 2017). Privilégio que aparece na seguinte fala de Eric Cantona: “ser antifascista, acima de tudo, é lutar contra a opressão, é tentar acabar com a desigualdade socioeconômica, que é a fonte de diversas outras mazelas sociais, identitárias e econômicas”. Notemos, aqui, que as outras formas de opressão, ou “mazelas”, nas palavras do entrevistado, aparecem como um epifenômeno da dominação de classe. O privilégio dado a ela nessa fala específica não parece, no entanto, impactar a agenda do BTA, que abarca as mais diferentes lutas a favor das “minorias”. De qualquer modo, ela é, provavelmente, uma herança da tradição discursiva marxista, que ainda parece se fazer presente com força no imaginário antifascista.

Considerações finais

Neste artigo, busquei compreender como o fenômeno do fascismo é discursivamente construído por três coletivos de torcedores de esquerda da cidade de São Paulo – o CDC, o PC e o BTA –, ligados ao chamado “trio de ferro”. Entre outras coisas, indiquei que esse fenômeno é, com frequência, construído como um “agente externo”, que desarmoniza as relações sociais – o que pressupõe a adoção de uma perspectiva funcionalista de compreensão do mundo social. Ademais, busquei mostrar que, para parte significativa dos entrevistados, o fascismo é semeado pelo medo. Este, conforme argumentei, tem sido historicamente compreendido como um dispositivo da irracionalidade. Por esta razão, defendi que, na formulação dos discursos sobre o fascismo, esses entrevistados adotam uma perspectiva iluminista crítica, retomando a crença na razão como instrumento civilizatório.

Sobre este último ponto, é relevante destacar que, de acordo com Eco (2019), uma das características do fascismo é justamente a recusa da modernidade – embora os fascistas sempre tenham adorado a tecnologia, como é evidenciado na obra do escritor e poeta futurista Filippo Marinetti –, colocando o iluminismo como o início da depravação das sociedades. Essa recusa da modernidade, contudo, difere significativamente da recusa feita pelo pensamento pós-moderno, ou parte dele. Afinal, enquanto este último tende a criticar as “grandes narrativas” e o mito do conhecimento válido como representação fidedigna e válida da realidade, os fascistas tendem a



recusar a modernidade, em primeiro lugar, porque ela quer fazer avançar o saber e, do ponto de vista fascista, esta “[...] já foi anunciada de uma vez por todas, e só podemos continuar a interpretar sua mensagem obscura (IBÁÑEZ, 2015, p. 45). Ademais, o avanço do saber se daria por meio do conflito de ideias, ou seja, do desacordo – o que pressupõe diversidade, outra noção amplamente rejeitada pelos fascistas em geral.

Em relação aos discursos sobre o antifascismo, observei que, coerente com a perspectiva crítica iluminista, parte dos entrevistados compreende que a luta contra o fascismo deve se dar no campo do diálogo, da troca informada de argumentos racionais. Por essa razão, o antifascista teria de ser culto, como observou um deles. Essa perspectiva é, em certa medida, diferente da do antifascismo militante tradicional, que, desde Auschwitz, desconfia do poder da razão como arma para poder neutralizar as ideias fascistas, embora reconheça que, em algumas ocasiões, ela tenha sido eficiente. Na verdade, o antifascismo militante tradicional tem apostado, intensamente, na luta para silenciar qualquer discurso fascista, buscando tornar sua publicização custosa a ponto de os fascistas não terem outra opção a não ser ocultar seus pontos de vista (BRAY, 2017). Por outro lado, assim como o antifascismo militante tradicional, os coletivos pesquisados entendem que a luta contra o fascismo envolve, de certa forma, a luta anticapitalista, com a diferença que parecem defender um viés de luta mais reformista e institucionalizado. Seja como for, essa constatação é indicativa de que, assim como a categoria fascista, a categoria antifascista está em disputa e é objeto de amplas controvérsias, inclusive dentro do campo das esquerdas.

Referências

BURREL, Gibson; MORGAN, Gareth. **Paradigms and organizational analysis**. London: Heineman, 1979.

BRAY, Mark. **Antifa: el manual antifascista**. Madrid: Capitán Swing, 2018.

CASTRO, Ricardo Figueiredo de. A Frente Única Antifascista (FUA) e o antifascismo no Brasil (1933-1934). **Topoi**. 2002, p. 354-388. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/Tc5z6M7kSmKbrjzsHqVqgzx/?lang=pt>. Acesso em: 22 out. 2022.

CHAUÍ, Marilena. Sobre o medo. In: CARDOSO, Sérgio et al. **Os sentidos da paixão**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

COMTE-SPONVILLE, André. **Pequeno Tratado das Grandes Virtudes**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

DI FELICE, Massimo. Net-ativismo e ecologia da ação em contextos reticulares. **Contemporânea: cultura e comunicação**, n. 11, v. 2, p. 267-283, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/view/8235>. Acesso em: 22 out. 2022.

- ECO, Umberto. **Fascismo eterno**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2019.
- FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora UNB, 2008.
- GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 64-89.
- GOHN, Maria Glória. Jovens na política na atualidade – uma nova cultura de participação. **Caderno CRH**. v. 1, n. 82, p. 117-133, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/jBGBrMwxkJBxvytwVnz9Wcp/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 22 out. 2022.
- GOMES, Vitor. **A militância político-torcedora no campo futebolístico brasileiro**. (Dissertação em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2020.
- IBÁÑEZ, Tomás. **Agitando los anarquismos**: de Mayo del 68 a las revueltas del siglo XXI. Buenos Aires, Libros de Anarres, 2018.
- IBÁÑEZ, Tomás. **Anarquismo é movimento**: anarquismo, neoanarquismo e pós-anarquismo. São Paulo: Intermezzo; Imaginário, 2015.
- JASPER, James J. **Protesto**: uma introdução aos movimentos sociais. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.
- LOPES, Felipe Tavares Paes. A luta política do Coletivo Futebol, Mídia e Democracia. **Revista Alterjor**, v. 21, 2020, p. 50-64. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/alterjor/article/view/164917>. Acesso em: 22 out. 2022.
- LOPES, Felipe Tavares Paes. As artimanhas da resistência torcedora: futebol, linguagem e poder. **Logos**, v. 25, 2018, p. 192-207. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/logos/article/view/35230>. Acesso em: 22 out. 2022.
- LOPES, Felipe Tavares Paes; CORDEIRO, Mariana Prioli. Entrevistas individuais e grupos focais: alguns cuidados ético-metodológicos. **Revista Espaço Acadêmico**. n. 23, 2011, p. 58-67. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/12486>. Acesso em: 22 out. 2022.
- LOPES, Felipe Tavares Paes; CORDEIRO, Mariana Prioli. Fútbol, política e historia en Brasil: análisis de un manifiesto de hinchas antifascistas. **Quaderns de Psicologia**. v. 22, n. 1, p. 1-18, 2020. Disponível em: <https://www.quadernsdepsicologia.cat/article/view/v22-n3-lopes-prioli>. Acesso em: 22 out. 2022.
- LOPES, Felipe Tavares Paes; HOLLANDA, Bernardo Buarque Borges de. “Ódio eterno ao futebol moderno”: poder, dominação e resistência nas arquibancadas dos estádios da cidade de São Paulo. **Tempo**. v. 24, n. 2, p. 206-232, 2018a. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/>

[Z86TWNzX98QGC5xMq8JjRh/abstract/?lang=pt](https://www.scielo.br/j/nec/a/ytPjkXXYbTRxnj7THFDBrge/?lang=pt). Acesso em: 22 out. 2022.

LOPES, Felipe Tavares Paes; HOLLANDA, Bernardo Buarque Borges de. “Futebol moderno”: ideologia, sentidos e disputas na apropriação de uma categoria futebolística. **Revista Estudos Brasileños**. v. 5, n. 10, p. 159-175, 2018b. Disponível em: <https://revistas.usal.es/index.php/2386-4540/article/view/reb2018510159175>. Acesso em: 22 out. 2022.

LOPES, Felipe Tavares Paes; INIGUEZ-RUEDA, Lupicínio. Futebol, ativismo e resistência: uma análise (crítica) de discurso de páginas do Facebook de torcidas antifascistas de São Paulo (2019-2020). **Discurso & Sociedad**, v. 16, p. 420-441, 2022. Disponível em: [http://www.dissoc.org/ediciones/v16n02/DS16\(2\)Tavares&Iniguez.html](http://www.dissoc.org/ediciones/v16n02/DS16(2)Tavares&Iniguez.html). Acesso em: 22 out. 2022.

LOPES, Felipe Tavares Paes; MARCELLO, Murilo A. G. Comunicação, futebol e antifascismo: a cobertura jornalística das manifestações políticas de rua de torcedores organizados em 2020. **Logos**, v. 28, 2021, p. 60-74. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/logos/article/view/59422>. Acesso em: 22 out. 2022.

LOVISOLO, Hugo Rodolfo. Sociologia do esporte (futebol): conversações argumentativas. In: HELAL, Ronaldo; LOVISOLO, Hugo Rodolfo; SOARES, Antonio Jorge Gonçalves (Orgs.). **Futebol, jornalismo e ciências sociais: interações**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011, p. 11-32.

PINHEIRO, Caio Lucas Moraes. **As ondas que (se) movem (n) o mar das torcidas: das charangas à guinada antifascista na Ultras Resistência Coral (1950-2020)**. 2020. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2000.

RONCHETE, Nathalia. Ciberativismo das torcidas antifascistas nas eleições de 2018: uma análise quantitativa. **FuLiA-UFMG**. v. 06, n. 01, p. 6-27, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/fulia/article/view/33221>. Acesso em: 22 out. 2022.

SANTOS, Boaventura Souza. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Revista crítica de ciências sociais**. n. 78, 2007, p. 3-46. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/ytPjkXXYbTRxnj7THFDBrge/?lang=pt>. Acesso em: 22 out. 2022.

SANTOS, Boaventura Souza. **Reinventar a democracia**. 2 ed. Lisboa: Fundação Mário Soares, 2002.

SIMÕES, Irlan. **Cientes versus rebeldes: novas culturas torcedoras nas arenas do futebol**. Rio de Janeiro: Multifoco, 2017.

SOUZA JÚNIOR, OSMAR Moreira. Futebol e política se misturam: na trincheira das lutas contra o autoritarismo. **Motricidades**. v. 4, n. 2, p. 199-213, 2020. Disponível em: <https://www.motricidades.org/journal/index.php/journal/>



[article/view/2594-6463-2020-v4-n2-p199-213](https://doi.org/10.1590/2594-6463-2020-v4-n2-p199-213). Acesso em: 22 out. 2022.

VAN DIJK, Teun A. La multidisciplinarietà del análisis crítico del discurso: un alegato en favor de la diversidad. WODAK, Ruth.; MEYER, Michael. **Métodos de análisis crítico del discurso**. Barcelona: Gedisa, 2003, p. 143-178.

ZARAMELLA, Micael. **No gramado em que a luta o aguarda**: antifascismo e a disputa pela democracia no Palmeiras. São Paulo: Autonomia Literária, 2022.

Time do povo, de luta e liberdade: as construções simbólicas do Sport Club Corinthians Paulista potencializadas pela Democracia Corinthiana

Equipo popular, lucha y libertad: las construcciones simbólicas del Sport Club Corinthians Paulista fortalecidas por la Democracia Corinthiana

People's team, struggling and freedom: the symbolic constructions of Sport Club Corinthians Paulista strengthened by Democracia Corinthiana

José Carlos Marques

Livre-Docente em Comunicação e Esporte (Unesp) e Doutor em Ciências da Comunicação (USP). Docente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (Unesp). Contato: jose.marques@unesp.br.

Núbia Maria Silva de Azevedo

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (Unesp). Mestre em Comunicação (UFOP). MBA em Jornalismo Esportivo pela Faculdade Estácio e Bacharel em Jornalismo (UFOP). Contato: nubia.azevedo@unesp.br.

Ana Lúcia Nishida Tsutsui

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (Unesp); Mestre em Comunicação e Bacharel em Jornalismo (Universidade Metodista de São Paulo). Docente dos cursos de Comunicação da Universidade Anhembi Morumbi (SP). Contato: ana.tsutsui@unesp.br.

Submetido: 23.12.2022 | Aprovado: 11.04.2023



Creative Commons



Atribuição



Não Comercial



Compartilhe Igual

Resumo

Carregado de fatores simbólicos, o futebol no Brasil transcende os limites do campo esportivo, configurando-se como importante ferramenta social. A partir de uma leitura cultural e política do futebol, o presente artigo objetiva analisar as manifestações afetivas em torno do Corinthians Paulista, questionando de que modo as construções simbólicas potencializadas pela Democracia Corinthiana reverberam nos posicionamentos do clube. Metodologicamente, o estudo se fundamenta na pesquisa bibliográfica, na análise textual discursiva e na análise de conteúdo. Conclui-se que o time, para legitimar-se, vale-se de episódios de sua história, construindo para si uma identidade baseada nas concepções de povo, luta e liberdade.

Palavras-chave: Futebol; Política; Construções Simbólicas; Democracia Corinthiana

Resumen

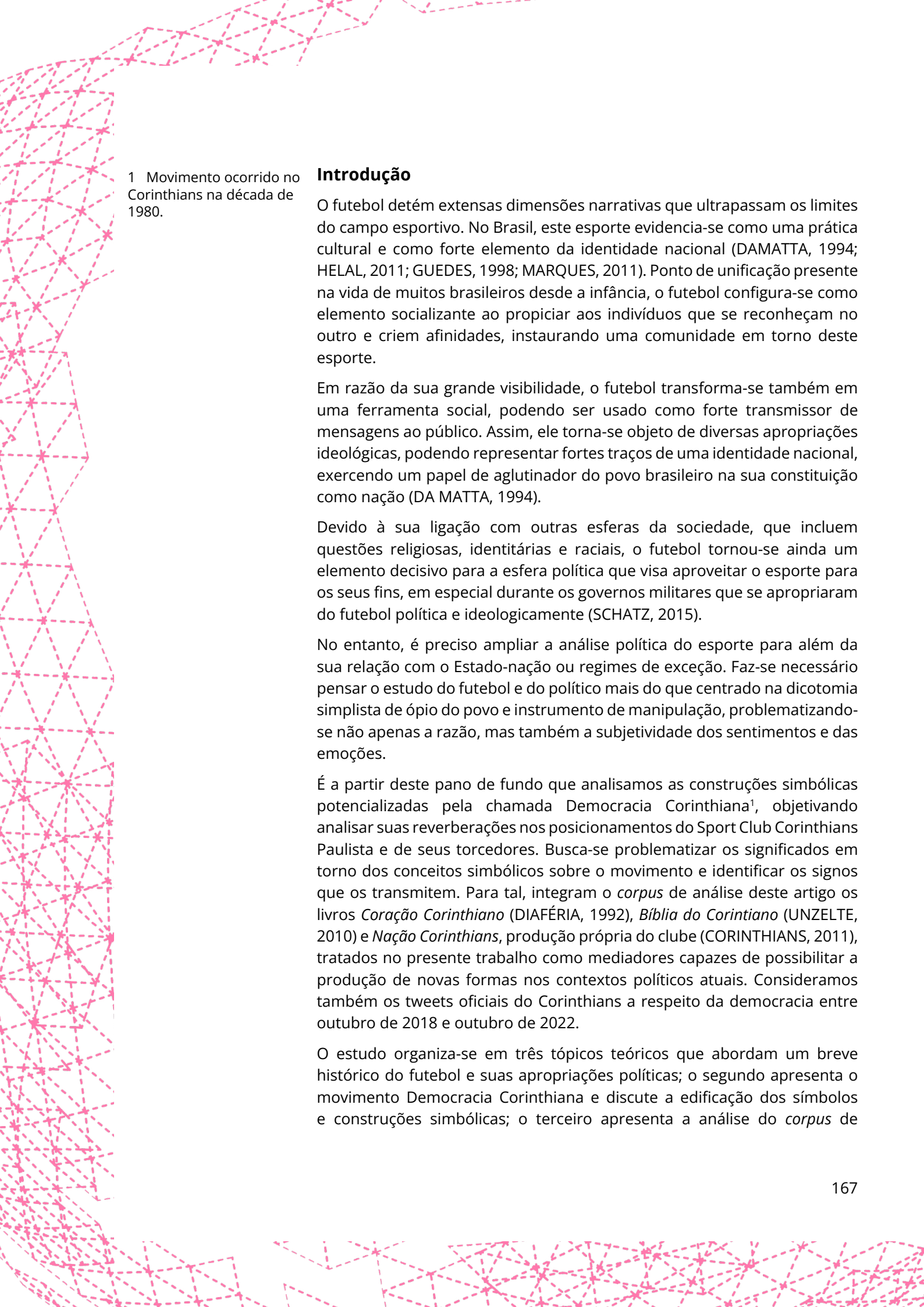
Cargado de factores simbólicos, el fútbol en Brasil trasciende los límites del campo deportivo, convirtiéndose en una importante herramienta social. A partir de una lectura cultural y política del fútbol, este artículo tiene como objetivo analizar las manifestaciones afectivas en torno al equipo de fútbol Corinthians, cuestionando cómo las construcciones simbólicas fortalecidas por la Democracia Corinthiana repercuten en las posiciones del club. Metodológicamente, el estudio se basa en la investigación bibliográfica, el análisis textual discursivo y el análisis de contenido. Se concluye que el equipo, para legitimarse, hace uso de episodios de su historia, construyéndose una identidad basada en los conceptos de pueblo, lucha y libertad.

Palabras clave: Fútbol; Política; Construcciones simbólicas; Democracia Corinthiana

Abstract

Carrying lots of symbolic factors, soccer in Brazil transcends the limits of sports itself and becomes an important social tool. From a cultural and political perspective of soccer, this article aims to analyze the affective manifestations around Corinthians Paulista, questioning how the symbolic constructions potentiated by "Democracia Corinthiana" (Corinthians Democracy) reverberate in the team's beliefs and behaviours. Methodologically, the study is based on bibliographical research, discursive textual analysis, and content analysis. The article concludes that the team, in order to legitimize itself, makes use of episodes from its history, building for itself an identity based on the concepts of people, struggle and freedom.

Keywords: Soccer; Policy; Symbolic Constructions; Corinthians Democracy



1 Movimento ocorrido no Corinthians na década de 1980.

Introdução

O futebol detém extensas dimensões narrativas que ultrapassam os limites do campo esportivo. No Brasil, este esporte evidencia-se como uma prática cultural e como forte elemento da identidade nacional (DAMATTA, 1994; HELAL, 2011; GUEDES, 1998; MARQUES, 2011). Ponto de unificação presente na vida de muitos brasileiros desde a infância, o futebol configura-se como elemento socializante ao propiciar aos indivíduos que se reconheçam no outro e criem afinidades, instaurando uma comunidade em torno deste esporte.

Em razão da sua grande visibilidade, o futebol transforma-se também em uma ferramenta social, podendo ser usado como forte transmissor de mensagens ao público. Assim, ele torna-se objeto de diversas apropriações ideológicas, podendo representar fortes traços de uma identidade nacional, exercendo um papel de aglutinador do povo brasileiro na sua constituição como nação (DA MATTA, 1994).

Devido à sua ligação com outras esferas da sociedade, que incluem questões religiosas, identitárias e raciais, o futebol tornou-se ainda um elemento decisivo para a esfera política que visa aproveitar o esporte para os seus fins, em especial durante os governos militares que se apropriaram do futebol política e ideologicamente (SCHATZ, 2015).

No entanto, é preciso ampliar a análise política do esporte para além da sua relação com o Estado-nação ou regimes de exceção. Faz-se necessário pensar o estudo do futebol e do político mais do que centrado na dicotomia simplista de ópio do povo e instrumento de manipulação, problematizando-se não apenas a razão, mas também a subjetividade dos sentimentos e das emoções.

É a partir deste pano de fundo que analisamos as construções simbólicas potencializadas pela chamada Democracia Corinthiana¹, objetivando analisar suas reverberações nos posicionamentos do Sport Club Corinthians Paulista e de seus torcedores. Busca-se problematizar os significados em torno dos conceitos simbólicos sobre o movimento e identificar os signos que os transmitem. Para tal, integram o *corpus* de análise deste artigo os livros *Coração Corinthiano* (DIAFÉRIA, 1992), *Bíblia do Corinthiano* (UNZELTE, 2010) e *Nação Corinthians*, produção própria do clube (CORINTHIANS, 2011), tratados no presente trabalho como mediadores capazes de possibilitar a produção de novas formas nos contextos políticos atuais. Consideramos também os tweets oficiais do Corinthians a respeito da democracia entre outubro de 2018 e outubro de 2022.

O estudo organiza-se em três tópicos teóricos que abordam um breve histórico do futebol e suas apropriações políticas; o segundo apresenta o movimento Democracia Corinthiana e discute a edificação dos símbolos e construções simbólicas; o terceiro apresenta a análise do *corpus* de

2 A Coligay foi uma torcida organizada do Grêmio, integrada somente por homossexuais, que existiu entre 1977 e 1983. Foi a primeira torcida do tipo no Brasil (DECONTO, 2022).

3 Menos conhecida que a versão corinthiana, a Fla Diretas foi a primeira torcida a surgir em prol da redemocratização no período final da ditadura militar (SARTORI, 2019).

4 Bom Senso F.C. foi um movimento criado em 2013 por jogadores de grandes clubes de futebol do Brasil que buscavam melhores condições de trabalho. Três anos depois de sua criação, a iniciativa chegou ao fim (PEREIRA, 2013).

pesquisa, bem como sua reverberação nos posicionamentos do Sport Club Corinthians Paulista.

A metodologia utilizada para conduzir o estudo se fundamenta na pesquisa bibliográfica acerca dos assuntos teóricos abordados; na Análise Textual Discursiva (MORAES, 2003), a fim de identificar no corpus de pesquisa as construções simbólicas potencializadas pela Democracia Corinthiana; e na Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977), usada para examinar os posicionamentos do clube paulista na rede social Twitter.

Futebol e política no Brasil: breves momentos

Não é de hoje que futebol e política se misturam. Desde a popularização do esporte, na primeira metade do século XX, governos nacionalistas e fascistas notaram o potencial do futebol como instrumento político. Seleções nacionais e times foram usados como vitrine ou distração, principalmente em períodos ditatoriais.

No Brasil, o caso mais emblemático é a Copa do Mundo de 1970. A Seleção Brasileira sagrou-se tricampeã mundial no México, com uma delegação repleta de militares. A primeira Copa a ser transmitida ao vivo pela televisão para o Brasil foi amplamente explorada como elemento de propaganda da ditadura militar. A euforia da conquista sob o slogan “Pra frente, Brasil, salve a Seleção” também serviu de distração para as denúncias de desaparecimentos, torturas e restrições à liberdade de expressão que ocorriam no país, reforçando a tese do futebol como ópio do povo.

Nesse mesmo período, grandes estádios, com capacidade acima de 40 mil pessoas, foram edificadas Brasil afora. “Foram construídos ou ampliados consideravelmente 52 estádios significativos durante o período da ditadura militar, 32 deles durante a década de 1970, quando Médici e Geisel conduziram uma política bem mais clara de investimento ao futebol nacional” (STEIN, 2014).

Se por um lado o futebol sofre críticas sendo taxado como um *locus* do “pão e circo”, por outro também vemos, ao longo da história, manifestações políticas ocorrerem dentro e fora de campo, mobilizando atletas e torcedores.

A constituição da Coligay², torcida LGBT gremista em plena ditadura militar; a Democracia Corinthiana, movimento ocorrido na década de 1980; a Fla-Diretas³, pioneira no canto pela volta das Diretas nas arquibancadas brasileiras; a criação do Bom Senso F.C.⁴, em 2013; e as manifestações organizadas por torcidas antifascistas a partir de 2020 são exemplos de episódios que caracterizam o futebol como espaço de ação política, ato de resistência e mobilização, contrariando as ideias de alienação e despolitização frequentemente associadas ao campo esportivo.

Democracia Corinthiana

O final da década anterior (1977/1978) e a primeira metade da década de 1980 são marcados politicamente no Brasil pela retomada dos movimentos grevistas; emergência dos movimentos sociais no Brasil; retomada do pluripartidarismo e conformação de partidos com base sindical e popular, por exemplo, o PT (1980); crescimento da insatisfação com o regime ditatorial militar; e deflagração do movimento que reivindicava a votação direta para a presidência da república, o “Diretas-Já” (MARTINS, 2012).

A Democracia Corinthiana surgiu em meio a uma crise do futebol, marcada pelo início do questionamento às formas de administração arcaica dos clubes e em um contexto político-social de crise e forte agitação. Inicialmente, aparecia sob a forma de um projeto de uma liderança dialógica, encampando [sic] por um técnico não autoritário, por um dirigente inexperiente e por um elenco com jogadores engajados, como Sócrates, Wladimir, e outros que vieram a se envolver nos debates políticos. (MARTINS, 2012, p. 185).

O trabalho de José Paulo Florenzano (2009) segue a mesma abordagem, indicando que o movimento alvinegro foi fruto do processo histórico que vinha se desenrolando no conjunto da sociedade brasileira. Para o pesquisador, diferentemente da idealização que muitas vezes emerge na narrativa dos líderes do movimento, a Democracia Corinthiana não foi uma ilha de atividade política, “um movimento revolucionário, isolado, num meio totalmente reacionário chamado futebol” (SÓCRATES *apud* FLORENZANO, 2009, p. 493).

Florenzano (2003) mostra-nos que o período delimitado entre 1978 e 1984 – os “anos revolucionários do nosso futebol” – é caracterizado por uma atividade significativa em torno dos sindicatos regionais, por uma militância aguerrida dentro das agremiações esportivas e, principalmente, por uma crescente identificação com a classe trabalhadora.

Nesse período, ignorando ameaças e desafiando interditos, os atletas se vincularam aos movimentos sociais, atuaram como agentes organizadores nos clubes, afluíram às assembleias nos sindicatos, estabeleceram no circuito noturno dos bares e dos eventos culturais laços estreitos com jornalistas, intelectuais, artistas, músicos e poetas. Com base nessa atividade diuturna e por intermédio de uma interlocução com tantos e tão diferentes atores, esboçaram os contornos de uma nova concepção de futebol, debatendo os problemas de sua coerência interna, os dilemas e impasses da sua transformação histórica (FLORENZANO, 2009, p. 495).

Em meio ao clima de reabertura política, o Corinthians também passou a utilizar a camisa para fins publicitários. Frases como “Diretas Já” e “Dia 15 vote” foram adicionadas aos uniformes utilizados pelos jogadores em

5 O Memorial é um museu da história do Corinthians. Localizado no Parque São Jorge (São Paulo), sede administrativa do clube, o espaço foi inaugurado em 2006.

6 O termo Democracia Corinthiana foi sugerido pelo jornalista Juca Kfourí. A partir daí, o publicitário do clube, Washington Olivetto, utilizou-o para identificar o momento pelo qual passava o Corinthians, expressando-o na marca "Democracia Corinthiana".

1982 para atrair a atenção de possíveis patrocinadores (OLIVETTO; BEIRÃO, 2005). "Imprensa em livros e reportagens como uma das imagens mais representativas do movimento alvinegro" (FLORENZANO, 2009, p. 402), antes da partida contra o São Paulo pela final do Paulistão de 1983, no estádio do Morumbi, os jogadores entraram em campo com uma faixa onde se lia "Ganhar ou perder, mas sempre com democracia"⁵. O publicitário Washington Olivetto, autor do nome dado ao movimento a partir de uma citação do jornalista Juca Kfourí⁶, foi um dos mentores das ações, que também tinha como líderes os jogadores Sócrates, Casagrande, Zenon e Wladimir, além do diretor de futebol Adilson Monteiro Alves.

Entre 1982 e 1984, decisões internas do clube foram tomadas em conjunto. Presidente, diretores, comissão técnica, jogadores e funcionários conversavam e votavam questões como horários de treino, contratações, demissões, salários, prêmios, regras de concentração etc. (CARDOSO, 2014). Longe de formar um bloco coeso, entretanto, havia ali diferenças de envolvimento e de entendimento sobre os sentidos e rumos que se pretendiam entre seus integrantes.

[...] não se tratava de um programa concebido *a priori* e implantado sem disputas internas ou contradições; pelo contrário, elas se manifestavam a todo instante e em toda parte, fosse dentro do próprio grupo de jogadores, fosse na relação destes com os dirigentes do clube ou, ainda, na posição do coletivo alvinegro perante as demais equipes do futebol brasileiro. O projeto da Democracia Corinthiana redefinia-se no decorrer da luta movida pelos jogadores, ora avançava e chocava-se contra os valores e poderes instituídos, ora recuava por um momento, reavaliava os erros nos quais incorrera, amadurecia com as contradições vividas e, novamente, seguia adiante [...]. (FLORENZANO, 2009, p. 40).

Para Martins e Reis (2013, p. 9), "o modelo de gestão que desembocou nas votações, participação dos jogadores na política sindical e nacional e na modernização administrativa foi parte de um processo que se iniciou em 1981, a partir das eleições para a presidência do Corinthians". Waldemar Pires, presidente eleito (1981-1985), propunha uma filosofia administrativa baseada na descentralização da gestão e com a presença de especialistas em diferentes setores. Para isso, trouxe economistas e administradores para o setor financeiro, convidou um publicitário para o departamento de marketing, buscou um psicólogo para acompanhar a equipe (idem, *ibidem*).

A despeito de todas as suas contradições, o movimento descortinou outras possibilidades de ser atleta, ampliou os sentidos do jogar bola (FLORENZANO, 2009). Em última instância, possibilitou que os jogadores disputassem a legitimidade para construir significados, tornou possível o reconhecimento do jogador de futebol como cidadão e sua emergência como sujeito político (MARTINS; REIS, 2013, 2014, 2017).

Construções simbólicas

Nas últimas décadas, os estudos acerca do futebol ampliaram seu escopo a partir da introdução de novos corpos teóricos e novas fontes, problematizando diversos objetos. No entanto, ao considerar a leitura do político neste esporte, verifica-se que o que prevalece nas análises ainda é a dicotomia entre a sua função social de lazer (um não-lugar da política) e a restrição à sua relação com o Estado-nação, onde o futebol se manifesta apenas como instrumento de manipulação.

Ribeiro (2020) corrobora tal afirmação declarando que a forma com que o futebol se desenvolveu acabou distanciando-o do interesse imediato do Estado. Para o autor, a profissionalização e a administração privada nos clubes afastaram o ludopédio do espírito moral e civilizador do amadorismo, consolidando a sua autonomia organizativa. “Assim, se o Estado era, por excelência, o lugar da política, o distanciamento em relação a este reforçou o imaginário do futebol como um não lugar da política” (RIBEIRO, 2020, p. 32).

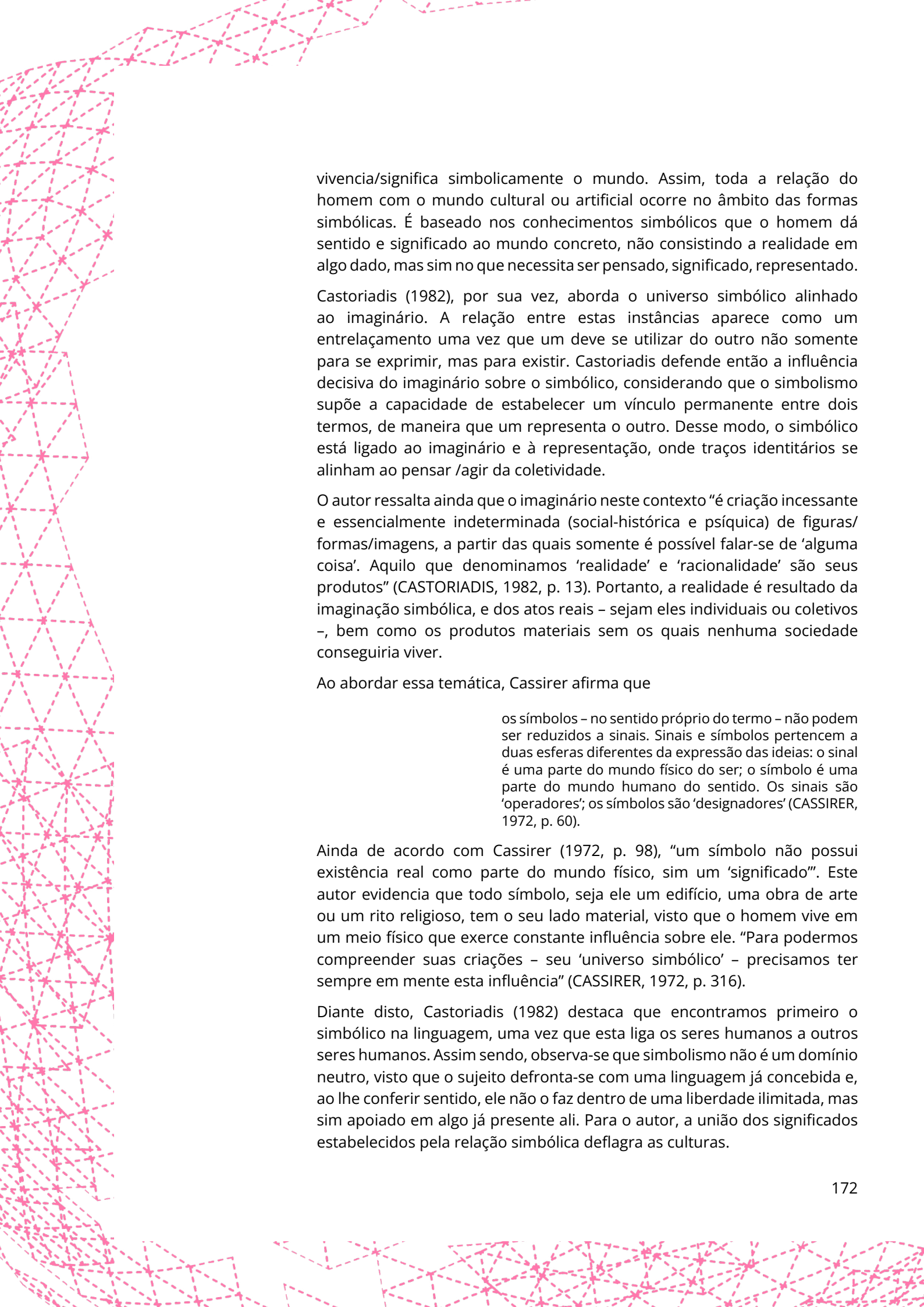
Desse modo, faz-se necessário apontar novos problemas ao estudo do viés político do futebol a partir não apenas da razão, mas também das emoções. É preciso pensar a relação futebol-política considerando os sistemas sensíveis, e questionar de que modo as manifestações afetivas atuam neste panorama.

Ao pensar o futebol por este prisma, constata-se que o modo de expressão que emerge a partir da experiência dos torcedores e das instituições ligadas à prática deste esporte surge elaborando símbolos que produzem significados expressivos. Em meio a estes fatores, recorre-se a Cassirer (1994), para quem o homem não vive apenas num mundo físico de fatos concretos. Este autor propõe um universo simbólico no qual o ser humano se percebe no meio de suas emoções imaginárias, fantasias e sonhos, tornando-se um animal *symbolicum*.

De acordo com Cassirer (1972), esse homem vive num mundo simbólico mediado pelas formas simbólicas – linguagem, mito, religião, arte e ciência. Para o autor, as formas simbólicas não podem ser definidas de maneira puramente abstrata e dependem de dados históricos para serem analisadas.

Tais formas não passam por um processo evolutivo unidirecional, são justapostas umas às outras, não são estáticas, mas dinâmicas na conformação de significados e possuem o mesmo grau de objetivação da realidade. Sendo múltiplas, não partem dos mesmos pressupostos nem tendem a ter os mesmos objetivos, permitindo um entendimento diverso da realidade alicerçado em distintos contextos históricos e sociológicos vividos (CASSIRER, 1994, p. 197).

Cassirer (1994) afirma ainda que a pluralidade das formas simbólicas comunica os diversos modos igualmente válidos pelos quais o homem



vivencia/significa simbolicamente o mundo. Assim, toda a relação do homem com o mundo cultural ou artificial ocorre no âmbito das formas simbólicas. É baseado nos conhecimentos simbólicos que o homem dá sentido e significado ao mundo concreto, não consistindo a realidade em algo dado, mas sim no que necessita ser pensado, significado, representado.

Castoriadis (1982), por sua vez, aborda o universo simbólico alinhado ao imaginário. A relação entre estas instâncias aparece como um entrelaçamento uma vez que um deve se utilizar do outro não somente para se exprimir, mas para existir. Castoriadis defende então a influência decisiva do imaginário sobre o simbólico, considerando que o simbolismo supõe a capacidade de estabelecer um vínculo permanente entre dois termos, de maneira que um representa o outro. Desse modo, o simbólico está ligado ao imaginário e à representação, onde traços identitários se alinham ao pensar /agir da coletividade.

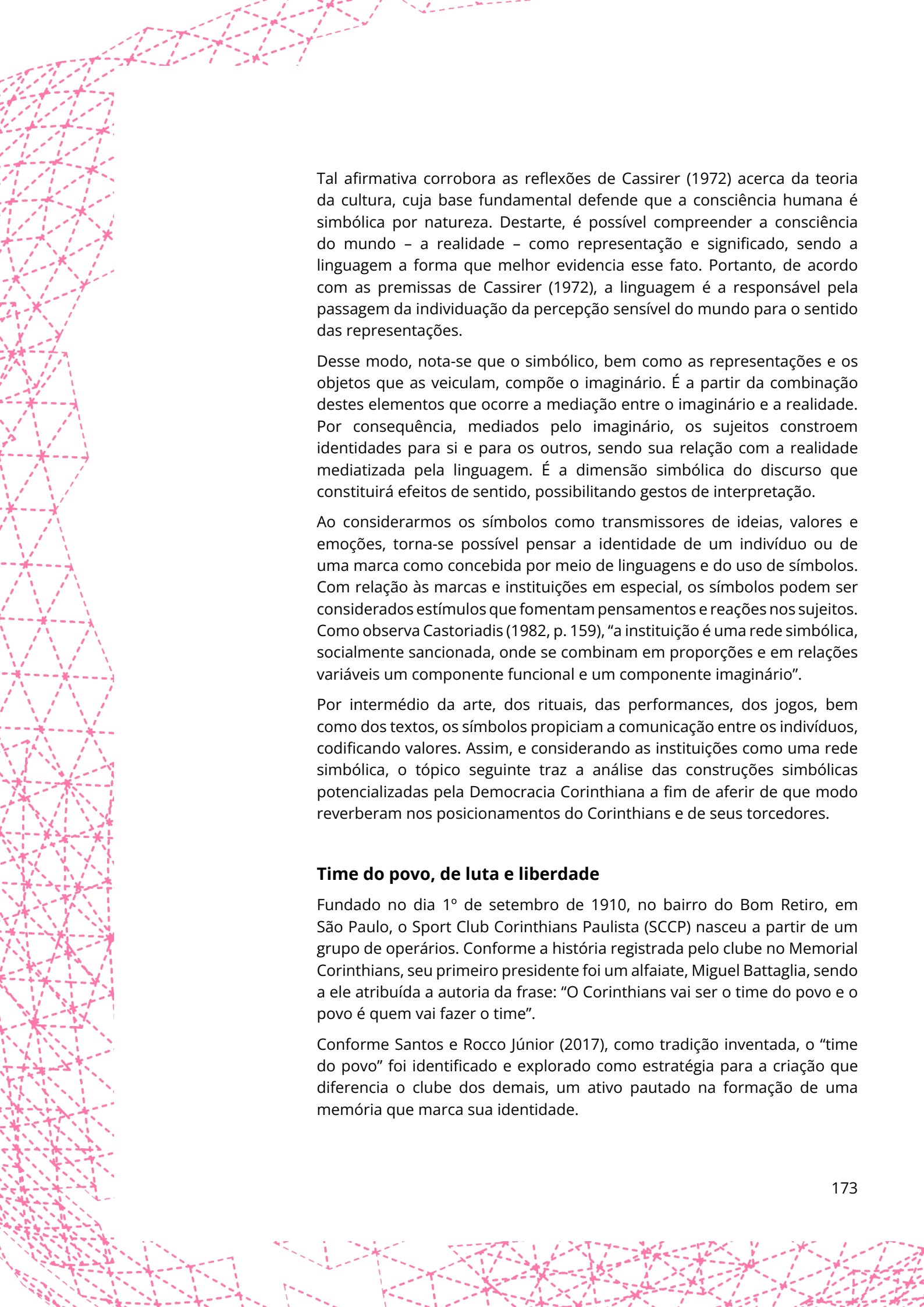
O autor ressalta ainda que o imaginário neste contexto “é criação incessante e essencialmente indeterminada (social-histórica e psíquica) de figuras/ formas/imagens, a partir das quais somente é possível falar-se de ‘alguma coisa’. Aquilo que denominamos ‘realidade’ e ‘racionalidade’ são seus produtos” (CASTORIADIS, 1982, p. 13). Portanto, a realidade é resultado da imaginação simbólica, e dos atos reais – sejam eles individuais ou coletivos –, bem como os produtos materiais sem os quais nenhuma sociedade conseguiria viver.

Ao abordar essa temática, Cassirer afirma que

os símbolos – no sentido próprio do termo – não podem ser reduzidos a sinais. Sinais e símbolos pertencem a duas esferas diferentes da expressão das ideias: o sinal é uma parte do mundo físico do ser; o símbolo é uma parte do mundo humano do sentido. Os sinais são ‘operadores’; os símbolos são ‘designadores’ (CASSIRER, 1972, p. 60).

Ainda de acordo com Cassirer (1972, p. 98), “um símbolo não possui existência real como parte do mundo físico, sim um ‘significado’”. Este autor evidencia que todo símbolo, seja ele um edifício, uma obra de arte ou um rito religioso, tem o seu lado material, visto que o homem vive em um meio físico que exerce constante influência sobre ele. “Para podermos compreender suas criações – seu ‘universo simbólico’ – precisamos ter sempre em mente esta influência” (CASSIRER, 1972, p. 316).

Diante disto, Castoriadis (1982) destaca que encontramos primeiro o simbólico na linguagem, uma vez que esta liga os seres humanos a outros seres humanos. Assim sendo, observa-se que simbolismo não é um domínio neutro, visto que o sujeito defronta-se com uma linguagem já concebida e, ao lhe conferir sentido, ele não o faz dentro de uma liberdade ilimitada, mas sim apoiado em algo já presente ali. Para o autor, a união dos significados estabelecidos pela relação simbólica deflagra as culturas.



Tal afirmativa corrobora as reflexões de Cassirer (1972) acerca da teoria da cultura, cuja base fundamental defende que a consciência humana é simbólica por natureza. Destarte, é possível compreender a consciência do mundo – a realidade – como representação e significado, sendo a linguagem a forma que melhor evidencia esse fato. Portanto, de acordo com as premissas de Cassirer (1972), a linguagem é a responsável pela passagem da individuação da percepção sensível do mundo para o sentido das representações.

Desse modo, nota-se que o simbólico, bem como as representações e os objetos que as veiculam, compõe o imaginário. É a partir da combinação destes elementos que ocorre a mediação entre o imaginário e a realidade. Por consequência, mediados pelo imaginário, os sujeitos constroem identidades para si e para os outros, sendo sua relação com a realidade mediatizada pela linguagem. É a dimensão simbólica do discurso que constituirá efeitos de sentido, possibilitando gestos de interpretação.

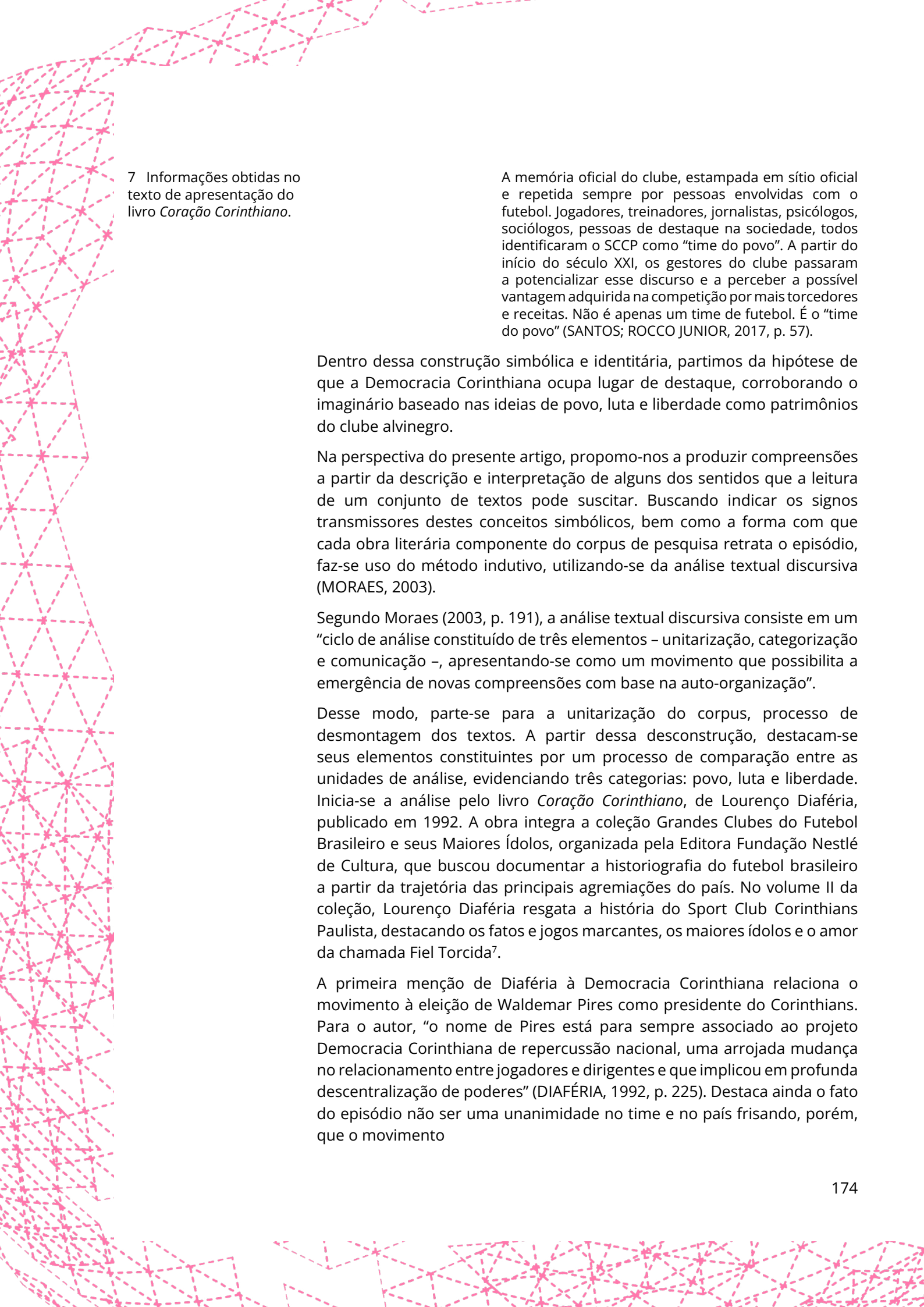
Ao considerarmos os símbolos como transmissores de ideias, valores e emoções, torna-se possível pensar a identidade de um indivíduo ou de uma marca como concebida por meio de linguagens e do uso de símbolos. Com relação às marcas e instituições em especial, os símbolos podem ser considerados estímulos que fomentam pensamentos e reações nos sujeitos. Como observa Castoriadis (1982, p. 159), “a instituição é uma rede simbólica, socialmente sancionada, onde se combinam em proporções e em relações variáveis um componente funcional e um componente imaginário”.

Por intermédio da arte, dos rituais, das performances, dos jogos, bem como dos textos, os símbolos propiciam a comunicação entre os indivíduos, codificando valores. Assim, e considerando as instituições como uma rede simbólica, o tópico seguinte traz a análise das construções simbólicas potencializadas pela Democracia Corinthiana a fim de aferir de que modo reverberam nos posicionamentos do Corinthians e de seus torcedores.

Time do povo, de luta e liberdade

Fundado no dia 1º de setembro de 1910, no bairro do Bom Retiro, em São Paulo, o Sport Club Corinthians Paulista (SCCP) nasceu a partir de um grupo de operários. Conforme a história registrada pelo clube no Memorial Corinthians, seu primeiro presidente foi um alfaiate, Miguel Battaglia, sendo a ele atribuída a autoria da frase: “O Corinthians vai ser o time do povo e o povo é quem vai fazer o time”.

Conforme Santos e Rocco Júnior (2017), como tradição inventada, o “time do povo” foi identificado e explorado como estratégia para a criação que diferencia o clube dos demais, um ativo pautado na formação de uma memória que marca sua identidade.



7 Informações obtidas no texto de apresentação do livro *Coração Corinthiano*.

A memória oficial do clube, estampada em sítio oficial e repetida sempre por pessoas envolvidas com o futebol. Jogadores, treinadores, jornalistas, psicólogos, sociólogos, pessoas de destaque na sociedade, todos identificaram o SCCP como “time do povo”. A partir do início do século XXI, os gestores do clube passaram a potencializar esse discurso e a perceber a possível vantagem adquirida na competição por mais torcedores e receitas. Não é apenas um time de futebol. É o “time do povo” (SANTOS; ROCCO JUNIOR, 2017, p. 57).

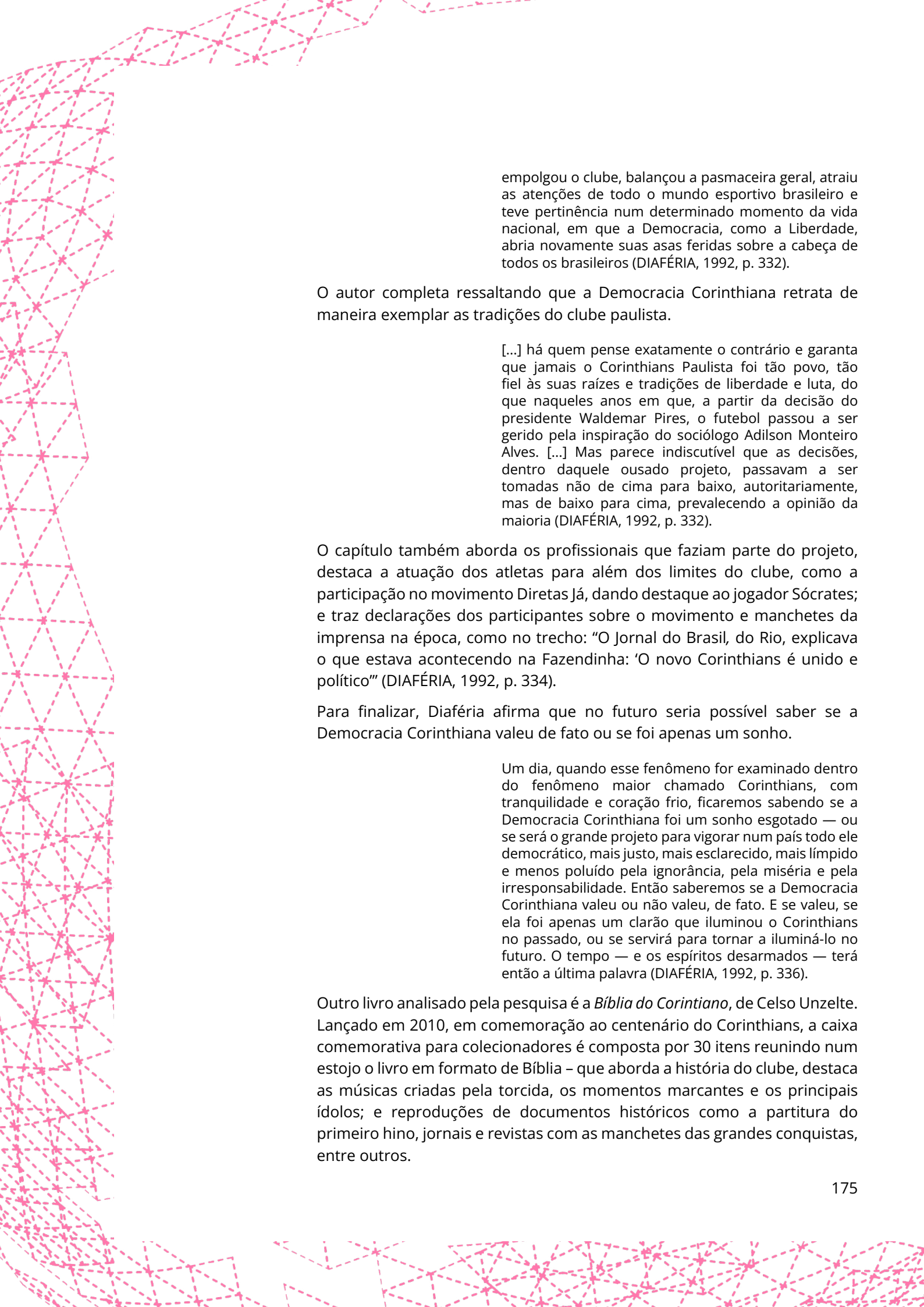
Dentro dessa construção simbólica e identitária, partimos da hipótese de que a Democracia Corinthiana ocupa lugar de destaque, corroborando o imaginário baseado nas ideias de povo, luta e liberdade como patrimônios do clube alvinegro.

Na perspectiva do presente artigo, propomo-nos a produzir compreensões a partir da descrição e interpretação de alguns dos sentidos que a leitura de um conjunto de textos pode suscitar. Buscando indicar os signos transmissores destes conceitos simbólicos, bem como a forma com que cada obra literária componente do corpus de pesquisa retrata o episódio, faz-se uso do método indutivo, utilizando-se da análise textual discursiva (MORAES, 2003).

Segundo Moraes (2003, p. 191), a análise textual discursiva consiste em um “ciclo de análise constituído de três elementos – unitarização, categorização e comunicação –, apresentando-se como um movimento que possibilita a emergência de novas compreensões com base na auto-organização”.

Desse modo, parte-se para a unitarização do corpus, processo de desmontagem dos textos. A partir dessa desconstrução, destacam-se seus elementos constituintes por um processo de comparação entre as unidades de análise, evidenciando três categorias: povo, luta e liberdade. Inicia-se a análise pelo livro *Coração Corinthiano*, de Lourenço Diaféria, publicado em 1992. A obra integra a coleção *Grandes Clubes do Futebol Brasileiro e seus Maiores Ídolos*, organizada pela Editora Fundação Nestlé de Cultura, que buscou documentar a historiografia do futebol brasileiro a partir da trajetória das principais agremiações do país. No volume II da coleção, Lourenço Diaféria resgata a história do Sport Club Corinthians Paulista, destacando os fatos e jogos marcantes, os maiores ídolos e o amor da chamada Fiel Torcida⁷.

A primeira menção de Diaféria à Democracia Corinthiana relaciona o movimento à eleição de Waldemar Pires como presidente do Corinthians. Para o autor, “o nome de Pires está para sempre associado ao projeto Democracia Corinthiana de repercussão nacional, uma arrojada mudança no relacionamento entre jogadores e dirigentes e que implicou em profunda descentralização de poderes” (DIAFÉRIA, 1992, p. 225). Destaca ainda o fato do episódio não ser uma unanimidade no time e no país frisando, porém, que o movimento



empolgou o clube, balançou a pasmaceira geral, atraiu as atenções de todo o mundo esportivo brasileiro e teve pertinência num determinado momento da vida nacional, em que a Democracia, como a Liberdade, abria novamente suas asas feridas sobre a cabeça de todos os brasileiros (DIAFÉRIA, 1992, p. 332).

O autor completa ressaltando que a Democracia Corinthiana retrata de maneira exemplar as tradições do clube paulista.

[...] há quem pense exatamente o contrário e garanta que jamais o Corinthians Paulista foi tão povo, tão fiel às suas raízes e tradições de liberdade e luta, do que naqueles anos em que, a partir da decisão do presidente Waldemar Pires, o futebol passou a ser gerido pela inspiração do sociólogo Adilson Monteiro Alves. [...] Mas parece indiscutível que as decisões, dentro daquele ousado projeto, passavam a ser tomadas não de cima para baixo, autoritariamente, mas de baixo para cima, prevalecendo a opinião da maioria (DIAFÉRIA, 1992, p. 332).

O capítulo também aborda os profissionais que faziam parte do projeto, destaca a atuação dos atletas para além dos limites do clube, como a participação no movimento Diretas Já, dando destaque ao jogador Sócrates; e traz declarações dos participantes sobre o movimento e manchetes da imprensa na época, como no trecho: “O Jornal do Brasil, do Rio, explicava o que estava acontecendo na Fazendinha: ‘O novo Corinthians é unido e político’” (DIAFÉRIA, 1992, p. 334).

Para finalizar, Diaféria afirma que no futuro seria possível saber se a Democracia Corinthiana valeu de fato ou se foi apenas um sonho.

Um dia, quando esse fenômeno for examinado dentro do fenômeno maior chamado Corinthians, com tranquilidade e coração frio, ficaremos sabendo se a Democracia Corinthiana foi um sonho esgotado — ou se será o grande projeto para vigorar num país todo ele democrático, mais justo, mais esclarecido, mais límpido e menos poluído pela ignorância, pela miséria e pela irresponsabilidade. Então saberemos se a Democracia Corinthiana valeu ou não valeu, de fato. E se valeu, se ela foi apenas um clarão que iluminou o Corinthians no passado, ou se servirá para tornar a iluminá-lo no futuro. O tempo — e os espíritos desarmados — terá então a última palavra (DIAFÉRIA, 1992, p. 336).

Outro livro analisado pela pesquisa é a *Bíblia do Corintiano*, de Celso Unzelte. Lançado em 2010, em comemoração ao centenário do Corinthians, a caixa comemorativa para colecionadores é composta por 30 itens reunindo num estojó o livro em formato de Bíblia – que aborda a história do clube, destaca as músicas criadas pela torcida, os momentos marcantes e os principais ídolos; e reproduções de documentos históricos como a partitura do primeiro hino, jornais e revistas com as manchetes das grandes conquistas, entre outros.

8 De acordo com as normas ortográficas a grafia correta do termo é corintiano, sem a letra 'h'. No entanto, a presente pesquisa adota o vocábulo 'corinthiano' em respeito à campanha realizada pelo Comitê de Preservação da Memória Corinthiana e pela principal torcida organizada do clube, o Grêmio Gaviões da Fiel, no final dos anos 70. Por se tratar de uma derivação de 'Corinthians', nome que consiste em uma homenagem ao Corinthian Casuals, clube inglês, o comitê e a agremiação defendem não se tratar de um termo oriundo da língua portuguesa, o que justificaria o uso do 'th'.

O capítulo destinado por Unzelte (2010) à Democracia Corinthiana ocupa apenas uma página e, a exemplo de Diaféria (1992), ressalta os principais nomes envolvidos no projeto, como Waldemar Pires, Adílson Monteiro Alves, Sócrates, Casagrande e Wladimir; bem como o fato do movimento não ter sido uma unanimidade no Parque São Jorge, sede do Corinthians. O pesquisador frisa, porém, que

em um ponto todos concordam: a Democracia Corinthiana, processo de maior participação dos jogadores nas decisões e na vida política do clube, marcou época na história do Corinthians. E mesmo na história do país, que vivia os dias de reabertura política" (UNZELTE, 2010, p. 180).

Outro ponto destacado por Unzelte refere-se à conquista do bicampeonato Paulista de 1982 e 1983, além das vitórias em outras modalidades. "O saldo das conquistas daquele período, que foi de 1982 a 1985, mostrou-se altamente positivo: além das conquistas no futebol, o clube ganhou títulos no basquete, handebol, futebol de salão, voleibol e tamboréu" (UNZELTE, 2010, p. 181). O título do capítulo usado pelo autor – 'Democracia à corinthiana' – sugere, assim como feito por Diaféria (1992), o fortalecimento da construção simbólica de um clube tradicionalmente de luta e liberdade; conceitos edificados a partir da história do Corinthians, um time que nasceu das mãos de operários, que superou as dificuldades financeiras dos primeiros anos e foi um dos primeiros clubes brasileiros a aceitar jogadores negros em seu elenco.

A terceira obra analisada trata do livro *Nação Corinthians*, produzido pelo próprio clube e publicado pela editora Toriba. Outra produção realizada em homenagem ao centenário corinthiano⁸, a obra lançada em 2011 consiste em um *collectors book* que conta com depoimentos de corinthianos ilustres, autógrafos de grandes ídolos e imagens e textos exclusivos, além do conteúdo histórico. De maneira divergente das obras anteriormente analisadas, o livro *Nação* não dedica um capítulo à Democracia Corinthiana, ressaltando o movimento apenas ao abordar a trajetória dos jogadores que dele participaram.

Ao relembrar grandes ídolos do clube, no capítulo intitulado 'Os Guerreiros', a referida obra destaca os líderes da Democracia Corinthiana, tal como nos livros de Diaféria (1992) e Unzelte (2010). Os versículos dedicados a Wladimir, Sócrates, Zé Maria e Casagrande recordam a ação destes durante o movimento, bem como a conquista dos títulos em 1982 e 1983. No item destinado a Sócrates, o maior deles em extensão, a publicação ressalta o seu "espírito de liderança que se tornou fundamental para o surgimento da Democracia Corinthiana" (CORINTHIANS, 2011, p. 355); além de frisar por meio de uma declaração do jogador, a sua luta por liberdade. "Nós estamos trabalhando para ter mais liberdade dentro da profissão. E isso é algo que não se pode restringir ao Corinthians. Todos os outros clubes devem ter esse direito, assim como o próprio país" (idem, ibidem, p. 357).

9 Eleições 2018. A radicalização da polarização política no Brasil. Algumas análises. Entrevistas especiais. (<https://www.ihu.unisinos.br/categorias/159-entrevistas/583456-eleicoes-2018-a-radicalizacao-da-polarizacao-politica-no-brasil-algumas-analises-entrevistas-especiais>). Acesso em: 24/11/2022.

10 Bolsonaro discursa em Brasília para manifestantes que pediam intervenção militar. (<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/19/bolsonaro-discursa-em-manifestacao-em-brasilia-que-defendeu-intervencao-militar.ghtml>). Acesso em: 24/11/2022.

Figura 1 – Corinthians destaca o povo como soberano. Fonte: Corinthians (2022, março). Reprodução/Twitter

Como quarto elemento de análise, realizou-se uma busca avançada no perfil oficial do Corinthians no Twitter com o intuito de identificar os *tweets* com referência ao movimento. O período escolhido para coleta de dados consistiu em quatro anos, entre 1º de outubro de 2018 e 31 de outubro de 2022. A escolha justifica-se pela intensificação da polarização política no Brasil a partir das eleições de 2018. Durante o período analisado, 55 publicações faziam referência à Democracia Corinthiana. Optou-se por excluir as postagens relativas à venda de produtos e séries produzidas pelo clube, como os especiais de aniversário que retomam momentos marcantes da história.

Assim, analisaram-se 13 publicações, dentre as quais quatro faziam referência ao dia em que ocorreu o golpe de Estado no Brasil em 1964, publicadas em 31 de março; cinco consistiam em lembrança ao Dia Internacional da Democracia, comemorado em 15 de setembro; três referiam-se às eleições de 2018, 2020 e 2022, respectivamente; e um post publicado em 19 de abril de 2020, após o então presidente Jair Bolsonaro discursar durante um ato em defesa da intervenção militar¹⁰.

Ao analisar os textos e imagens integrantes do corpus de pesquisa, foi possível identificar os símbolos transmissores das construções simbólicas potencializadas pela Democracia Corinthiana. A faixa com os dizeres ‘Ganhar ou perder, mas sempre com democracia’, a imagem do jogador Sócrates, bem como da camisa com a frase ‘Dia 15 vote’ constituem-se em elementos sensíveis que evocam as lembranças do passado e reafirmam seus valores no presente.

Observa-se ainda a dimensão simbólica do discurso adotado pelo Corinthians, colocando o clube sempre como um time do povo, de luta e liberdade. Um exemplo pode ser visto na imagem a seguir, em postagem realizada no dia 31 de março de 2022, data que relembra o golpe militar de 1964.



Em oposição ao período ditatorial, o clube afirma que no Corinthians o povo sempre foi soberano, e endossa a campanha que incentivava a obtenção do título de eleitor entre os jovens de 16 a 18 anos recomendando que votassem no dia 02 de outubro.

Ressalta-se ainda que a imagem dos jogadores usando a camisa com os dizeres 'Dia 15 vote' também é usada em um *tweet* do dia 13 de novembro de 2020, véspera das eleições municipais que ocorreram no dia 15 daquele mês. O jogador Sócrates também é destaque em outra postagem do dia 31 de março, no ano de 2019. Na ocasião, uma estátua do atleta com o punho direito cerrado no ar, gesto pelo qual ficou marcado, é fotografada na Arena Corinthians junto à faixa com a qual os jogadores entraram em campo em 1983.

Outro símbolo transmissor das já referidas construções simbólicas, a faixa com os dizeres 'Ganhar ou perder, mas sempre com democracia', volta a ficar em evidência em postagem realizada no dia 07 de outubro de 2018. Na ocasião, data do primeiro turno das eleições, o Corinthians lembra a luta pelo direito ao voto pedindo a seus torcedores que votassem com consciência, como mostra a figura 2. Verifica-se um marcante resgate via imaginário da imagem, capaz de permitir que os torcedores construam, a partir disso, uma identificação e representação do clube como um time de luta e liberdade.

Figura 2 – Corinthians relembra luta pelo voto. Fonte: Corinthians (2022, outubro). Reprodução/ Twitter



Destarte, criam-se marcas representativas de valor, eletivas da história do clube, em função das quais os torcedores objetivam sua identidade. Em decorrência da lealdade ao clube do coração, e mediado pelos posicionamentos do time, edifica-se o sentido de pertencimento marcado por atitudes e posicionamentos dos torcedores.

Considerações finais

Para Machado (2006, p. 12), todo simbolismo se constrói sobre as ruínas dos edifícios simbólicos anteriores, tornando possível compreender a forma como “os edifícios simbólicos precedentes atravessam, servem como base para a construção de ‘novos’ templos. O ‘novo’ se edifica nas bases antigas. É o resgate histórico na construção de ‘novos’ saberes”. Tal fato pode ser ilustrado pelo retorno que o Corinthians faz ao movimento Democracia Corinthiana para se posicionar em contextos atuais.

Como vimos, o clube faz uso da dimensão simbólica do discurso produzindo efeitos de sentido marcados pela historicidade, o que permite o gesto de interpretação que o coloca como time do povo. Desse modo, o Corinthians, mediado pelo imaginário, constrói identidades para si e para os seus torcedores.

Observa-se, assim, que os torcedores se engajam emocionalmente com o clube, politizando determinados elementos do futebol a partir de uma memória proveniente da tradição operária do Corinthians, bem como da militância política de esquerda de alguns de seus grandes ídolos.

Retomando a indagação feita por Diaféria (1992) acerca da Democracia Corinthiana voltar a iluminar o clube paulista no futuro, observa-se que, a partir de sua contextualização simbólica, as vivências e culturas do passado não se dissociam de um futuro em construção. É possível afirmar que por meio das construções simbólicas potencializadas pela Democracia Corinthiana, bem como por intermédio dos significados culturais construídos de maneira compartilhada com os torcedores, o Corinthians retroalimenta sua identidade cultural.

Ademais, por intervenção da mediação simbólica, os torcedores são afetados ideologicamente e acabam também por afetar o sistema onde vivem. Tem-se assim um processo essencialmente significante-simbólico através do qual o Sport Club Corinthians Paulista ordena sua trajetória histórica, erigindo um contexto de valores cujos símbolos retratados adquirem um sentido de luta e liberdade. Em outras palavras, não é possível separar o futebol de sua dimensão política, embora exista uma corrente que resista em aceitá-la.

Contrariando uma visão recorrente no meio, que desencoraja e deslegitima manifestações políticas atreladas ao esporte, a história evidencia que futebol e política são elementos indissociáveis (MARTINS e REIS, 2013; FLORENZANO, 2009). Não apenas em razão dos processos eleitorais que definem o comando de clubes e federações, do oportunismo de pessoas e lideranças que se aproveitam da popularidade do futebol para benefício próprio ou dos movimentos que se manifestam nos gramados e nas arquibancadas, mas, principalmente, pela extensa rede de poder que rege o universo futebolístico numa ampla disputa de territórios, práticas e construção de sentidos.

Referências Bibliográficas

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

CAMPOS, A. Q.; DIAS, Álvaro R.; PERASSI, R. Identidade, marca e consumo: construções simbólicas na tessitura da cultura. **DAPesquisa**, Florianópolis, v. 7, n. 9, p. 464-473, 2018. Disponível em: <<https://www.revistas.udesc.br/index.php/dapesquisa/article/view/13975>>. Acesso em: 21 nov. 2022.

CARDOSO, Tom. **Sócrates: a história e as histórias do jogador mais original do futebol brasileiro**. São Paulo: Objetiva, 2014.

CASSIRER, Ernst. **Antropologia filosófica**: ensaio sobre o homem – introdução a uma filosofia da cultura humana. Tradução Vicente Felix de Queiroz. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1972.

CASSIRER, Ernst. **Ensaio sobre o homem**: introdução a uma filosofia da cultura humana. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

CASTORIADIS, C. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CORINTHIANS. **Nação Corinthians**. São Paulo: Toriba, 2011.

DAMATTA, Roberto. Antropologia do óbvio: notas em torno do significado social do futebol brasileiro. **Revista USP**: Dossiê Futebol, São Paulo, v. 22, p. 10-17, 1994. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/26954/28732>>. Acesso em: 19 nov. 2022.

DECONTO, Eduardo. **Pioneira e pé quente**: relembre a história da Coligay, torcida que marcou época no Grêmio. Portal GZH. 01/07/2022. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/esportes/gremio/noticia/2022/07/pioneira-e-pe-quente-relembre-a-historia-da-coligay-torcida-que-marcou-epoca-no-gremio-cl52v5cuh0005019i7c6u8yzyu.html>>. Acesso em: 05 dez 2022.

DIAFÉRIA, Lourenço. **Coração Corinthiano**. São Paulo: Fundação Nestle, 1992.

FLORENZANO, José Paulo. **A democracia corinthiana**: práticas de libertação no futebol brasileiro. 2003. 306 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Faculdade de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.

FLORENZANO, José Paulo. **A democracia corinthiana**: práticas de liberdade no futebol brasileiro. São Paulo: FAPESP; EDUC, 2009.

GUEDES, Simoni. **O Brasil no campo de futebol**. Niterói: Editora da UFF, 1998.

HELAL, Ronaldo. Futebol: **Mitos e Verdades (que nos ajudam a entender quem somos)**. In: Insight Inteligência, v. 52 (2011), p. 68-81. Disponível

em: <<https://comunicacaoesporte.files.wordpress.com/2010/10/futebol-mitos-e-verdades.pdf>>. Acesso em: 19 nov. 2022.

MACHADO, Rosely Diniz da Silva. **O estudo do gênero pelo viés discursivo:** refletindo sobre a dualidade masculino/feminino e sua relação com a escrita. 354 f. 2006. Tese (Doutorado em Teorias do Texto e do Discurso) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/7120#>>. Acesso em: 23 nov. 2022.

MARQUES, José Carlos. A “criança difícil do século” – algumas configurações do esporte no velho e no novo milênio. In **Comunicação, Mídia e Consumo** (São Paulo. Impresso). V. 8, 93-112. Disponível em: <<http://revistacmc.espm.br/index.php/revistacmc/about/index>>. Acesso em: 21 nov. 2022.

MARTINS, Mariana Zuaneti. **Democracia Corinthiana:** sentidos e significados da participação dos jogadores. 2012. 206 p. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física, Campinas, SP. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/874323>. Acesso em: 12 mar. 2023.

MARTINS, Mariana e REIS, Heloisa. “Diálogos críticos sobre a Democracia Corinthiana como movimento social”. **Anais**. V Congresso Internacional de Ciências do Esporte. Brasília. 2013. Disponível em: <http://congressos.cbce.org.br/index.php/conbrace2013/5conice/paper/viewFile/5520/2843>. Acesso em: 06 mar. 2023.

MARTINS, Mariana e REIS, Heloisa. Significados de democracia para os sujeitos da Democracia Corinthiana. **Movimento**. Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 81-101, 2014. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/1191852>. Acesso em 06 mar. 2023.

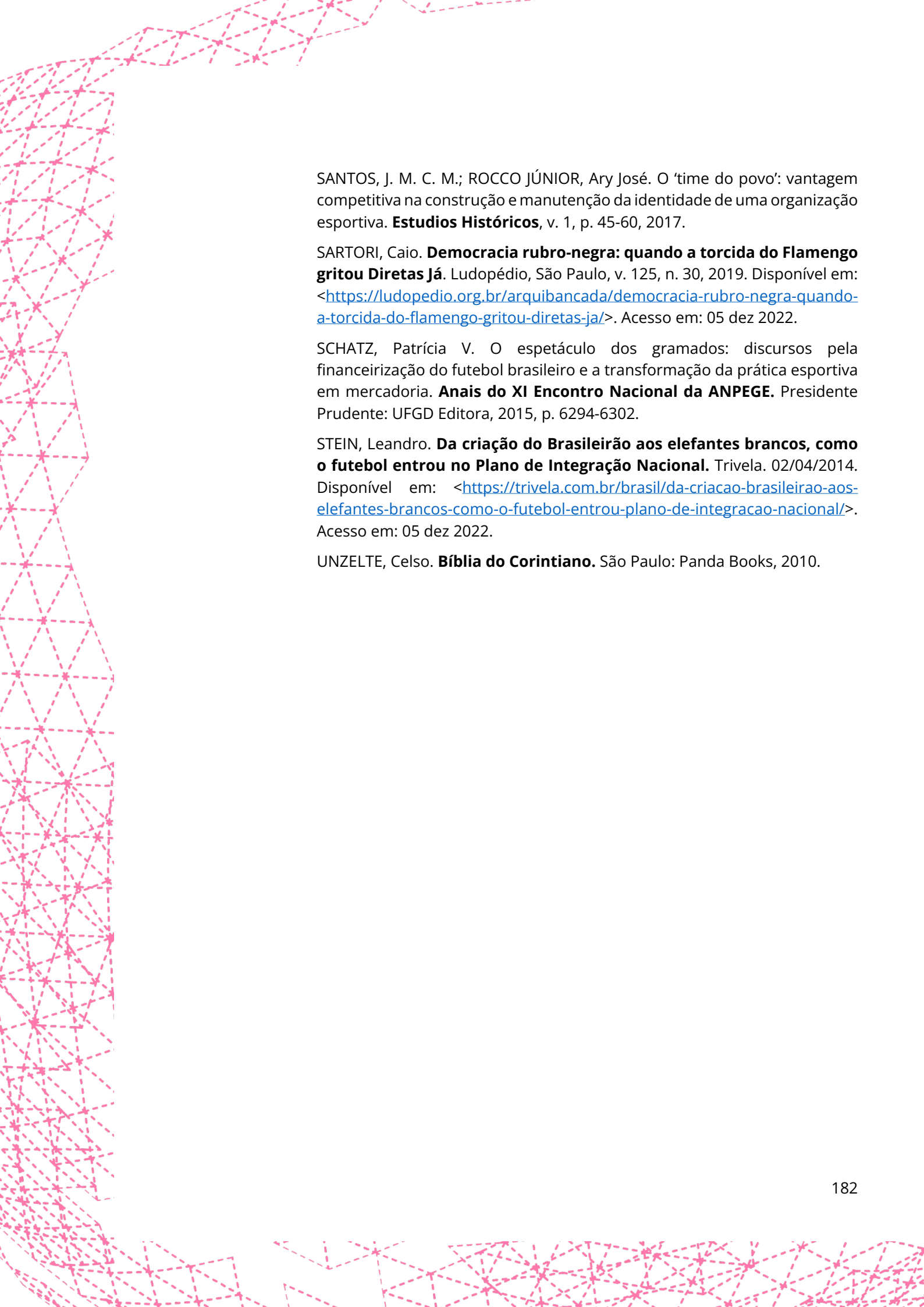
MARTINS, Mariana e REIS, Heloisa. **A Democracia Corinthiana:** futebol e política. Paulínia: AutorEsporte, 2017.

MORAES, R. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. **Ciência & Educação**, Bauru, v. 9, n. 2, p. 191-211, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-73132003000200004&lng=en&nrm=iso> Acesso em: 21 nov. 2022.

OLIVETTO, Washington; BEIRÃO, Nirlando. **Corinthians é preto no branco**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005.

PEREIRA, Camila Augusta Alves. Bom Senso F. C. **Ludopédio**, São Paulo, v. 53, n. 1, 2013. Disponível em: <<https://ludopedio.org.br/arquibancada/bom-senso-f-c/>>. Acesso em: 05 dez 2022.

RIBEIRO, Luiz. Futebol e Política. Separata de: GIGLIO, Sérgio; PRONI, Marcelo. **O Futebol nas Ciências Humanas no Brasil**. [S. l.]: Editora Unicamp, 2020. cap. I.



SANTOS, J. M. C. M.; ROCCO JÚNIOR, Ary José. O 'time do povo': vantagem competitiva na construção e manutenção da identidade de uma organização esportiva. **Estudios Históricos**, v. 1, p. 45-60, 2017.

SARTORI, Caio. **Democracia rubro-negra: quando a torcida do Flamengo gritou Diretas Já**. Ludopédio, São Paulo, v. 125, n. 30, 2019. Disponível em: <<https://ludopedio.org.br/arquibancada/democracia-rubro-negra-quando-a-torcida-do-flamengo-gritou-diretas-ja/>>. Acesso em: 05 dez 2022.

SCHATZ, Patrícia V. O espetáculo dos gramados: discursos pela financeirização do futebol brasileiro e a transformação da prática esportiva em mercadoria. **Anais do XI Encontro Nacional da ANPEGE**. Presidente Prudente: UFGD Editora, 2015, p. 6294-6302.

STEIN, Leandro. **Da criação do Brasileirão aos elefantes brancos, como o futebol entrou no Plano de Integração Nacional**. Trivela. 02/04/2014. Disponível em: <<https://trivela.com.br/brasil/da-criacao-brasileirao-aos-elefantes-brancos-como-o-futebol-entrou-plano-de-integracao-nacional/>>. Acesso em: 05 dez 2022.

UNZELTE, Celso. **Bíblia do Corintiano**. São Paulo: Panda Books, 2010.

Esporte e Capoeira. Identidade Nacional e Globalização¹

Deporte y Capoeira. Identidad Nacional y Globalización

Sport and Capoeira. National Identity and Globalization

1 Publicado originalmente na revista Candeeiro, da ADUFS (Associação dos Docentes da Universidade Federal de Sergipe), em outubro de 2003 (ano VI, vol. 9-10, p. 33-42). Esta versão teve apenas ajustes quanto às normas da ABNT.

Mandinga de escravo em ânsia de liberdade,
seu princípio não tem método,
seu fim é inconcebível
ao mais sábio dos mestres
(Pastinha)

César Bolaño

Professor da Universidade Federal de Sergipe.

Contato: bolano.ufs@gmail.com

Autor convidado



Creative Commons



Atribuição



NãoComercial



Compartilhalgal

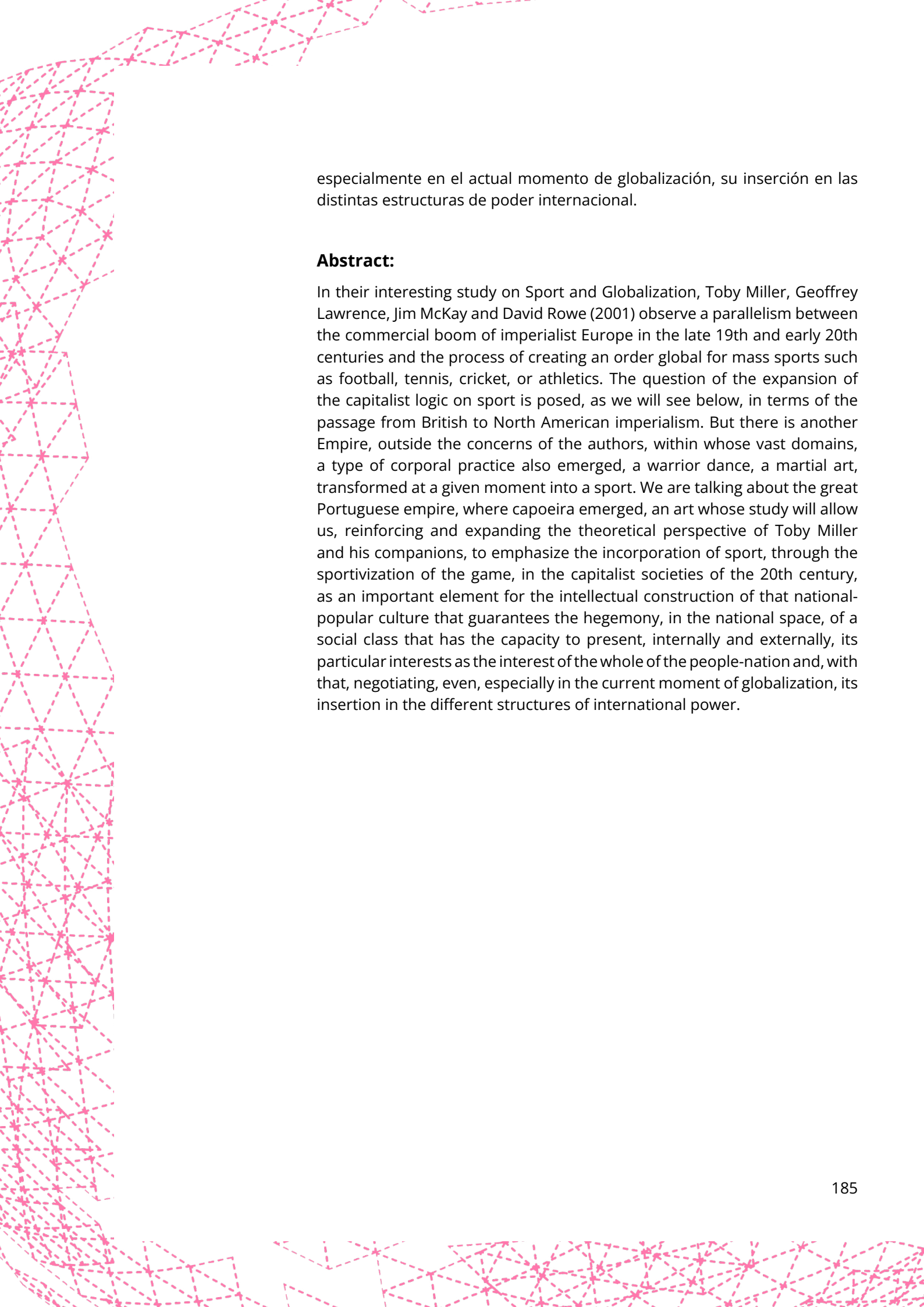


Resumo:

NoseuinteressanteestudosobreEsporteeGlobalização,TobyMiller,GeoffreyLawrence,JimMcKayeDavidRowe(2001)observamumparalelismoentreoaugecomercialdaEuropa imperialista do final do século XIX e início do XX e o processo de criação de um ordenamento global para esportes de massa como o futebol, o tênis, o críquete ou o atletismo. A questão da expansão da lógica capitalista sobre o esporte é posta, como veremos em seguida, em termos da passagem do imperialismo britânico ao norte-americano. Mas há um outro Império, fora das preocupações dos autores, no interior de cujos vastos domínios, surgiu também um tipo de prática corporal, uma dança guerreira, uma arte marcial, transformada num determinado momento num esporte. Estamos falando do grande império português, onde surge a capoeira, arte cujo estudo nos permitirá, reforçando e ampliando a perspectiva teórica de Toby Miller e seus companheiros, enfatizar a incorporação do esporte, através da esportivização do jogo, nas sociedades capitalistas do século XX, como um elemento importante para a construção intelectual daquela cultura nacional-popular que garante a hegemonia, no espaço nacional, de uma classe social que tem a capacidade de apresentar, interna e externamente, seus interesses particulares como interesse do conjunto do povo-nação e, com isso, negociar, inclusive, especialmente no atual momento da globalização, sua inserção nas diferentes estruturas de poder internacionais.

Resumen:

En su interesante estudio sobre Deporte y Globalización, Toby Miller, Geoffrey Lawrence, Jim McKay y David Rowe (2001) observan un paralelismo entre el auge comercial de la Europa imperialista a fines del siglo XIX y principios del XX y el proceso de creación de un orden global para deportes de masas como el fútbol, el tenis, el cricket o el atletismo. La cuestión de la expansión de la lógica capitalista sobre el deporte se plantea, como veremos más adelante, en términos del paso del imperialismo británico al norteamericano. Pero hay otro Imperio, fuera de las preocupaciones de los autores, dentro de cuyos vastos dominios surgió también un tipo de práctica corporal, una danza guerrera, un arte marcial, transformado en un momento dado en un deporte. Hablamos del gran imperio portugués, donde surgió la capoeira, arte cuyo estudio nos permitirá, reforzando y ampliando la perspectiva teórica de Toby Miller y sus compañeros, enfatizar la incorporación del deporte, a través de la deportivización del juego, en la sociedades capitalistas del siglo XX, como un elemento importante para la construcción intelectual de esa cultura nacional-popular que garantiza la hegemonía, en el espacio nacional, de una clase social que tenga la capacidad de presentar, interna y externamente, sus intereses particulares como el interés del conjunto del pueblo-nación y, con ello, negociar, incluso,



especialmente en el actual momento de globalización, su inserción en las distintas estructuras de poder internacional.

Abstract:

In their interesting study on Sport and Globalization, Toby Miller, Geoffrey Lawrence, Jim McKay and David Rowe (2001) observe a parallelism between the commercial boom of imperialist Europe in the late 19th and early 20th centuries and the process of creating an order global for mass sports such as football, tennis, cricket, or athletics. The question of the expansion of the capitalist logic on sport is posed, as we will see below, in terms of the passage from British to North American imperialism. But there is another Empire, outside the concerns of the authors, within whose vast domains, a type of corporal practice also emerged, a warrior dance, a martial art, transformed at a given moment into a sport. We are talking about the great Portuguese empire, where capoeira emerged, an art whose study will allow us, reinforcing and expanding the theoretical perspective of Toby Miller and his companions, to emphasize the incorporation of sport, through the sportivization of the game, in the capitalist societies of the 20th century, as an important element for the intellectual construction of that national-popular culture that guarantees the hegemony, in the national space, of a social class that has the capacity to present, internally and externally, its particular interests as the interest of the whole of the people-nation and, with that, negotiating, even, especially in the current moment of globalization, its insertion in the different structures of international power.

2 A tese da americanização será formulada nos seguintes termos, logo adiante: "the first empire, a profoundly immigrant phenomenon, sought to reside in and govern sites. The British had a 'great triad of consideration: economic necessity, strategic calculation and civilizing zeal'. Sport embodied the latter via the promise of 'egalitarian and apolitical agency' [...] This zeal saw the successful spread of association football (soccer) virtually worldwide and the export of cricket to those colonies which Britain controlled through the twentieth century. On the US end, Allen Guttmann [...] sees American football as a lightning-rod of expansionary development from within. Its essence is modernization: English rugby's 'relatively continuous play' was transformed into a system of downs, with the capacity for routine, often tiny, incremental advance fetishized into value. US football is utterly Tayloristic in its division of labour" (MILLER et al., 2001a, p. 15).

3 Como o Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, tão competentemente estudado por Fernanda Paiva: PAIVA, F. S. L. de. **Ciência e Poder Simbólico**. Vitória: Editora CEFD-UFFES, 1994.

4 O Brasil e o México talvez sejam os casos mais antigos e importantes desse fenômeno, que se manifestou também

Esporte, Capitalismo e Impérios


Segundo Miller e seus colegas (2001a, p. 10), o processo de governamentalização do esporte, iniciado sob a égide da Inglaterra vitoriana, adotará um viés particular no momento da passagem da hegemonia inglesa para a norte-americana: "what began as a cultural exchange based on empire has turned into one based on capital".²

Esta mudança de tendência, detalhada no segundo capítulo do seu livro, revelar-se-á, com o avanço da globalização, no domínio das empresas multinacionais sobre o negócio dos esportes, no declínio das equipes nacionais e na sua privatização. Ela está relacionada, como sabemos, à passagem do capitalismo concorrencial ao monopolista e suas consequências para o Estado e a esfera pública (BOLAÑO, 2000). Assim, no momento da hegemonia inglesa, o esporte cumpre funções mais próximas às da esfera pública burguesa clássica, para transformar-se, depois, em indústria cultural. No primeiro caso, constitui-se uma governança nacional e global do esporte que, em seguida, adquirirá, progressivamente, a dupla função – publicidade e propaganda – característica da produção cultural sob o capitalismo monopolista. Manifesta-se, então, mais intensamente a contradição capital-Estado e a hegemonia, em última instância, do primeiro.

Dois conceitos são fundamentais, para os autores. Primeiro, GGATaC, sigla utilizada para representar os seis processos que caracterizam o esporte atualmente: globalização, governamentalização, americanização, televisualização e mercantilização (*commodification*). Podemos dizer que o conjunto representa, na verdade, aquele movimento geral de expansão da lógica do capital no setor. O processo de "comodificação" é facilitado, no caso do esporte, porque o processo pressuposto de construção de uma "governança" não é puramente estatal, mas articula-se através de entidades privadas para-estatais, como são os clubes, ligas, colégios,³ associações, federações e confederações.

O segundo conceito fundamental é o de NICL (sigla inglesa para "nova divisão internacional do trabalho cultural"), derivado, segundo os autores, de revisões das teorias da dependência que se seguiram ao "caos inflacionário" dos anos 70, quando surge a idéia de uma "nova divisão internacional do trabalho" (NIDL), decorrente, como se sabe, do reconhecimento da importância dos processos de industrialização realizados na periferia do capitalismo.⁴ O seguinte trecho condensa a perspectiva dos autores a respeito:

[...] in the new system, core and periphery are blurred, the spatial mobility of capital is enhanced, unions are disciplined, the strategic strength of labour is undermined, and the power of the state is circumscribed by the ability of capital to move across borders – a fundamental shift in the bargaining power relations between capital and labour, facilitated by



no milagre espanhol dos anos 60 e nos casos mais recentes do sudeste asiático. Trata-se de um processo que está na raiz da expansão multinacional das empresas norte-americanas, japonesas e européias e do que se chama hoje de globalização, ou mundialização, como preferem alguns.

5 Os autores lembram, com propriedade, que o desenvolvimento das tecnologias da informação e da comunicação tem um papel fundamental nesse processo, ao alterar os fatores locais que determinam vantagens competitivas.

6 No livro em exame, os autores analisarão o problema no que se refere ao esporte. Em Miller et al. (2001b), o mesmo será feito para o tema da globalização do cinema americano. Mais uma vez, o caso do Brasil (da música, da televisão e do futebol brasileiros, por exemplo) poderia ser tomado como paradigma.

7 O caso das biotecnologias, por exemplo (BOLAÑO, 2001), poderia ser analisado nesse sentido, na perspectiva de uma crítica da economia política do conhecimento, revelando elementos fundamentais para a compreensão do conjunto da reestruturação capitalista e da constituição de um novo modo de regulação.

transportation and information technologies, but still displaying the traces of specific national modes of integration into the NICL (MILLER et al., 2001a, p. 35).⁵

A definição de NICL é posta, no texto, como uma simples extensão dessa problemática para o campo da cultura: “we suggest that just as manufacturing fled the First World, cultural production has also relocated, though largely within the industrialized market economies” (MILLER et al., 2001a, p. 33), o que ocorreria em diferentes setores das indústrias culturais e no esporte.⁶ Seria interessante tomar, no sentido proposto pelos autores, a questão das especificidades das indústrias culturais no que se refere aos limites à subsunção do trabalho (BOLAÑO, 2000), bem como, ampliar a discussão para o conjunto do trabalho intelectual (NIIL), como venho fazendo em diferentes artigos (BOLAÑO, 2001; 2002), por exemplo, com o que se poderia generalizar e repor a questão no nível do modo de produção e não apenas no das indústrias culturais e do esporte.⁷ Mas não há espaço aqui para tanto. No que se refere à relação entre esporte e globalização, os autores argumentam:

[...] against a singular phenomenon of globalization as the truly worldwide operation of multinational capital, and claiming that the sport experience must be a weighty one in wider deliberations on globalization because it intricates nationalism, public policy, the media, and contemporary cultural industrialization. Just as sport manages to be a global phenomenon when it stands for the nation, so the nation, as embodied in sovereign politics, continues to be the critical unit of international commerce (MILLER et al., 2001a, p. 8).

A questão do nacionalismo é apresentada com muita propriedade:

The demise of the nation-state and the emergence of international sovereignty have been routinely – and mistakenly – predicted over the past century. More and more such entities appear, even as the discourse announcing their departure becomes more and more insistent... The internationalism of new communications technologies and patterns of ownership and control and increases in the variety and extent of global diasporas in fact extend the significance of the state as a regulatory and stimulatory entity, because their corollary has been a need to create national subjectivities from disparate identities (MILLER et al., 2001a, p. 20).

Um dos méritos do livro de Toby Miller e seus colegas é, a meu ver, o de mostrar o papel central do esporte na organização da nova esfera pública global – cujo caráter dual, mantendo, para as imensas massas da população mundial, o paradigma da massificação da Indústria Cultural, da manipulação e do Estado nacional soberano, tive a oportunidade de discutir em outras ocasiões (BOLAÑO, 1997) –, deixando claro que “even institutions such as

8 A ideia de “tradição inventada”, a que me referirei adiante, também faz parte dessa perspectiva dos autores que, logo em seguida, afirmam: “for the most part, the state articulates the nation as a spirit-in dwelling that gives it legitimacy, but which also reserves the right to name and monitor. For nations are always coterminous with existing or desired systems of government. This is a paradox. Even as the nation is manufactured, it is said to be an already existing, authentic essence of statehood and peoplehood, a one, true culture” (MILLER et al., 2001a, p. 21).

the Olympics, which are allegedly built around universal humanism rather than nationalism, are shot through with national symbols” (MILLER et al., 2001a, p. 20). E afirmam:

Forming nation-states requires the establishment of both order and authenticity. The order may be new in its type and operation, but it must invoke an older connection to essences as part of its claim to be. The nation becomes a base for this claim. It is ‘authentic’ and cannot be superseded, because it represents a one, true culture (MILLER et al., 2011a, p. 21).⁸

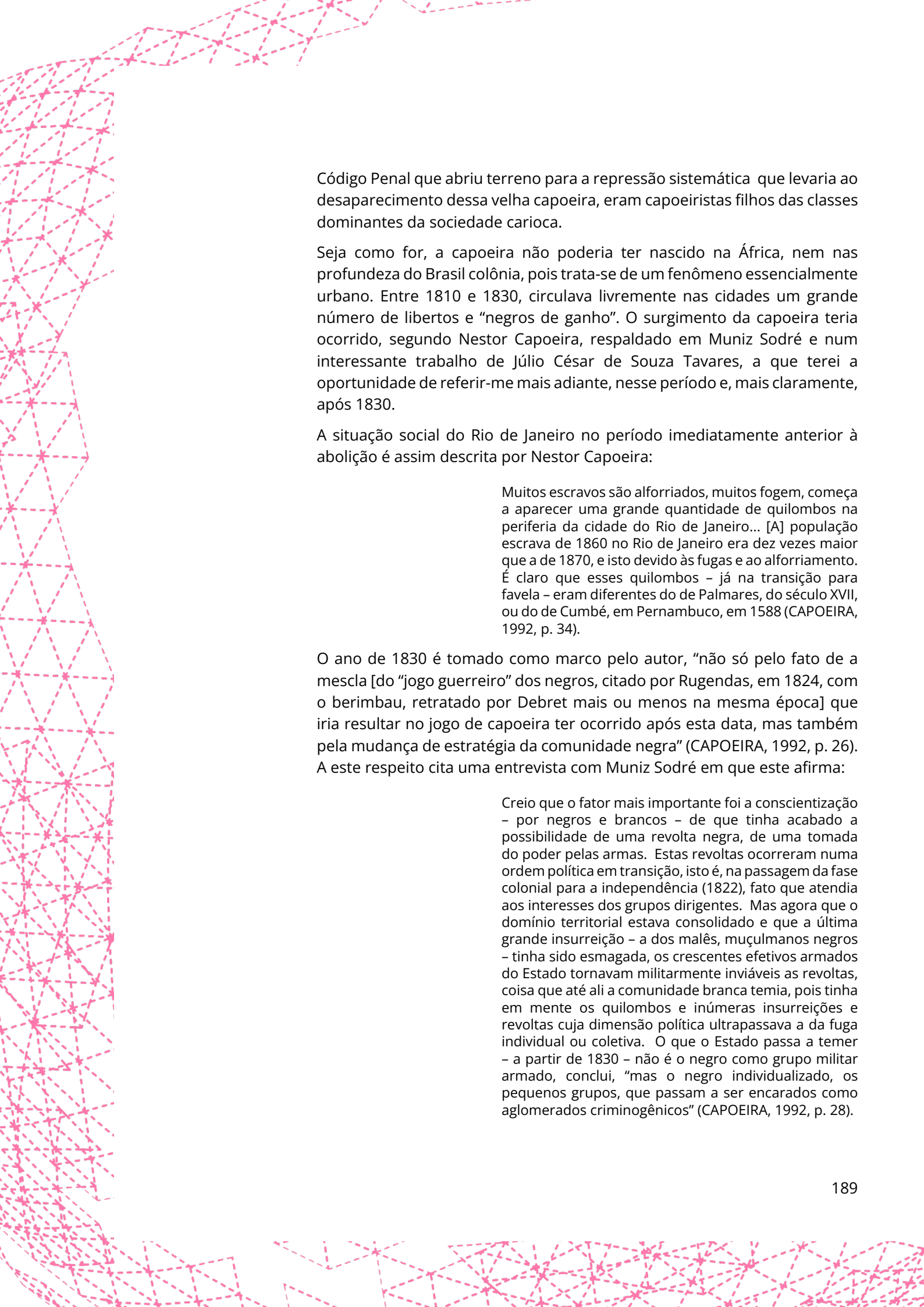
Arte Ordinária, Arte Nacional

A história da capoeira no Brasil ilustra bem o ponto, reforçando a ideia de um processo de estatização prévio à mercantilização de um elemento da cultura popular que servirá para a construção da hegemonia, como defendi em 1999. Uma das hipóteses levantadas naquela ocasião foi a de que, assim como as artes marciais chinesas foram desenvolvidas a partir de uma reelaboração de práticas corporais milenares levadas da Índia, a capoeira é o resultado da reelaboração, no Brasil, de práticas corporais vindas da África. Há uma fórmula de autoria, ao que me consta, de Muniz Sodré, que resume o ponto de forma simples e cristalina, tão óbvio, que parece inexplicável a discórdia sobre as origens da luta: *princípio africano, origem brasileira*.

E quando se diz brasileira, diz-se mestiça, em alguns casos até surpreendentemente branca, como nas maltas cariocas que infernizaram os chefes de polícia, como o major Nunes Vidigal, no início do século XIX :

Os registros da Casa de Detenção mostram que de 15 de novembro de 1889 a 13 de janeiro de 1890 – escassos dois meses – pelo menos 110 capoeiras foram presos. O primeiro dado que chama a atenção é o grande número de ‘capoeiras brancos’ entre os presos (um terço do total), dos quais metade era de não-brasileiros (BRETAS, 1997, p. 55).

Infelizmente, o trecho citado não menciona a origem desses “capoeiras brancos não-brasileiros”. Segundo Jair Moura, em entrevista a André Luiz Lacé Lopes, Hermeto Lima, em um artigo de 1940, “aponta um militar lusitano, João Moreira, mais conhecido como ‘Amotinado’ [...] como o primeiro capoeira registrado nos anais da história carioca” (LOPES, 1999). Em todo caso, a capoeira carioca do século XIX, contava entre seus adeptos com figuras lendárias como Manduca da Praia ou Juca Reis, este, filho do conde de São Salvador de Matosinhos, homem influente na corte. Também o chefe de polícia Bassom de Miranda Osório, o poeta Luís Murat, secretário geral do Governo do Estado do Rio e o próprio Sampaio Ferraz, chefe de polícia nomeado por Deodoro da Fonseca em 1890, ano da implantação do



Código Penal que abriu terreno para a repressão sistemática que levaria ao desaparecimento dessa velha capoeira, eram capoeiristas filhos das classes dominantes da sociedade carioca.

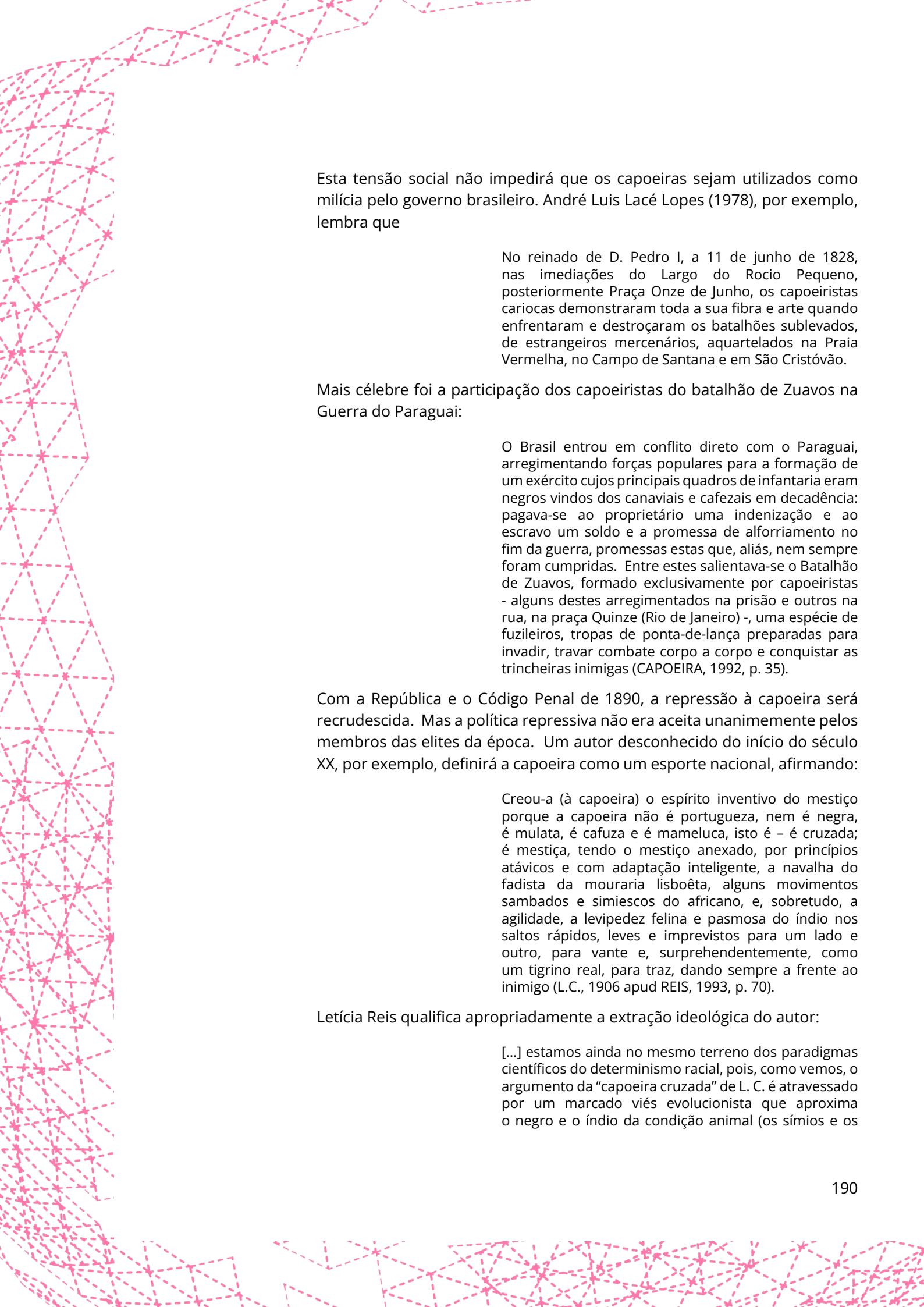
Seja como for, a capoeira não poderia ter nascido na África, nem nas profundezas do Brasil colônia, pois trata-se de um fenômeno essencialmente urbano. Entre 1810 e 1830, circulava livremente nas cidades um grande número de libertos e “negros de ganho”. O surgimento da capoeira teria ocorrido, segundo Nestor Capoeira, respaldado em Muniz Sodré e num interessante trabalho de Júlio César de Souza Tavares, a que terei a oportunidade de referir-me mais adiante, nesse período e, mais claramente, após 1830.

A situação social do Rio de Janeiro no período imediatamente anterior à abolição é assim descrita por Nestor Capoeira:

Muitos escravos são alforriados, muitos fogem, começa a aparecer uma grande quantidade de quilombos na periferia da cidade do Rio de Janeiro... [A] população escrava de 1860 no Rio de Janeiro era dez vezes maior que a de 1870, e isto devido às fugas e ao alforriamento. É claro que esses quilombos – já na transição para favela – eram diferentes do de Palmares, do século XVII, ou do de Cumbé, em Pernambuco, em 1588 (CAPOEIRA, 1992, p. 34).

O ano de 1830 é tomado como marco pelo autor, “não só pelo fato de a mescla [do “jogo guerreiro” dos negros, citado por Rugendas, em 1824, com o berimbau, retratado por Debret mais ou menos na mesma época] que iria resultar no jogo de capoeira ter ocorrido após esta data, mas também pela mudança de estratégia da comunidade negra” (CAPOEIRA, 1992, p. 26). A este respeito cita uma entrevista com Muniz Sodré em que este afirma:

Creio que o fator mais importante foi a conscientização – por negros e brancos – de que tinha acabado a possibilidade de uma revolta negra, de uma tomada do poder pelas armas. Estas revoltas ocorreram numa ordem política em transição, isto é, na passagem da fase colonial para a independência (1822), fato que atendia aos interesses dos grupos dirigentes. Mas agora que o domínio territorial estava consolidado e que a última grande insurreição – a dos malês, muçulmanos negros – tinha sido esmagada, os crescentes efetivos armados do Estado tornavam militarmente inviáveis as revoltas, coisa que até ali a comunidade branca temia, pois tinha em mente os quilombos e inúmeras insurreições e revoltas cuja dimensão política ultrapassava a da fuga individual ou coletiva. O que o Estado passa a temer – a partir de 1830 – não é o negro como grupo militar armado, conclui, “mas o negro individualizado, os pequenos grupos, que passam a ser encarados como aglomerados criminogênicos” (CAPOEIRA, 1992, p. 28).



Esta tensão social não impedirá que os capoeiras sejam utilizados como milícia pelo governo brasileiro. André Luis Lacé Lopes (1978), por exemplo, lembra que

No reinado de D. Pedro I, a 11 de junho de 1828, nas imediações do Largo do Rocio Pequeno, posteriormente Praça Onze de Junho, os capoeiristas cariocas demonstraram toda a sua fibra e arte quando enfrentaram e destroçaram os batalhões sublevados, de estrangeiros mercenários, aquartelados na Praia Vermelha, no Campo de Santana e em São Cristóvão.

Mais célebre foi a participação dos capoeiristas do batalhão de Zuavos na Guerra do Paraguai:

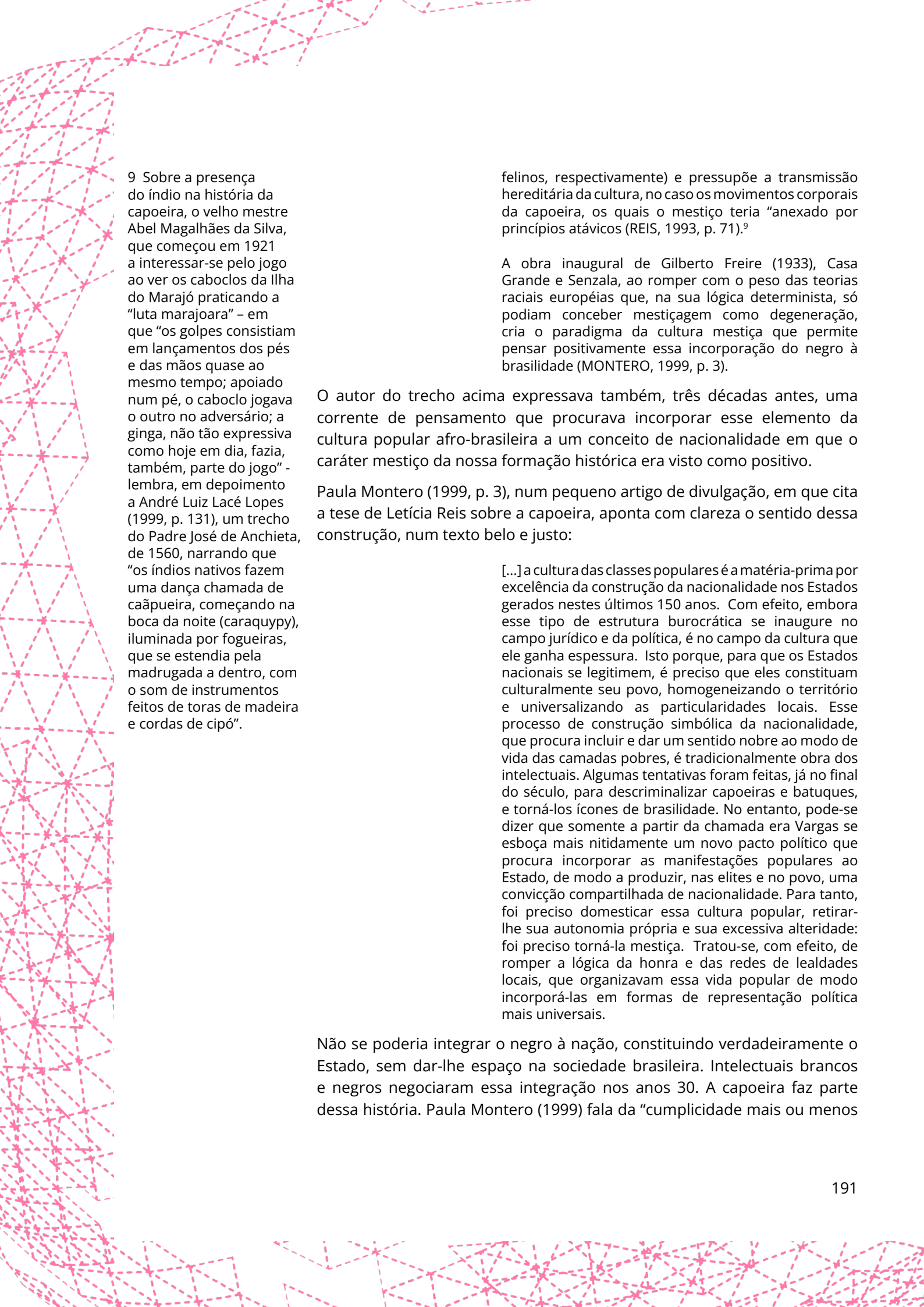
O Brasil entrou em conflito direto com o Paraguai, arregimentando forças populares para a formação de um exército cujos principais quadros de infantaria eram negros vindos dos canaviais e cafezais em decadência: pagava-se ao proprietário uma indenização e ao escravo um soldo e a promessa de alforriamento no fim da guerra, promessas estas que, aliás, nem sempre foram cumpridas. Entre estes salientava-se o Batalhão de Zuavos, formado exclusivamente por capoeiristas - alguns destes arregimentados na prisão e outros na rua, na praça Quinze (Rio de Janeiro) -, uma espécie de fuzileiros, tropas de ponta-de-lança preparadas para invadir, travar combate corpo a corpo e conquistar as trincheiras inimigas (CAPOEIRA, 1992, p. 35).

Com a República e o Código Penal de 1890, a repressão à capoeira será recrudescida. Mas a política repressiva não era aceita unanimemente pelos membros das elites da época. Um autor desconhecido do início do século XX, por exemplo, definirá a capoeira como um esporte nacional, afirmando:

Creou-a (à capoeira) o espírito inventivo do mestiço porque a capoeira não é portuguesa, nem é negra, é mulata, é cafuza e é mameluca, isto é - é cruzada; é mestiça, tendo o mestiço anexado, por princípios atávicos e com adaptação inteligente, a navalha do fadista da mouraria lisboêta, alguns movimentos sambados e simiescos do africano, e, sobretudo, a agilidade, a levipedez felina e pasmosa do índio nos saltos rápidos, leves e imprevistos para um lado e outro, para vante e, surpreendentemente, como um tigrino real, para traz, dando sempre a frente ao inimigo (L.C., 1906 apud REIS, 1993, p. 70).

Letícia Reis qualifica apropriadamente a extração ideológica do autor:

[...] estamos ainda no mesmo terreno dos paradigmas científicos do determinismo racial, pois, como vemos, o argumento da "capoeira cruzada" de L. C. é atravessado por um marcado viés evolucionista que aproxima o negro e o índio da condição animal (os símios e os



9 Sobre a presença do índio na história da capoeira, o velho mestre Abel Magalhães da Silva, que começou em 1921 a interessar-se pelo jogo ao ver os caboclos da Ilha do Marajó praticando a “luta marajoara” – em que “os golpes consistiam em lançamentos dos pés e das mãos quase ao mesmo tempo; apoiado num pé, o caboclo jogava o outro no adversário; a ginga, não tão expressiva como hoje em dia, fazia, também, parte do jogo” - lembra, em depoimento a André Luiz Lacé Lopes (1999, p. 131), um trecho do Padre José de Anchieta, de 1560, narrando que “os índios nativos fazem uma dança chamada de caãpueira, começando na boca da noite (caraquypy), iluminada por fogueiras, que se estendia pela madrugada a dentro, com o som de instrumentos feitos de toras de madeira e cordas de cipó”.

felinos, respectivamente) e pressupõe a transmissão hereditária da cultura, no caso os movimentos corporais da capoeira, os quais o mestiço teria “anexado por princípios atávicos (REIS, 1993, p. 71).⁹

A obra inaugural de Gilberto Freire (1933), *Casa Grande e Senzala*, ao romper com o peso das teorias raciais européias que, na sua lógica determinista, só podiam conceber mestiçagem como degeneração, cria o paradigma da cultura mestiça que permite pensar positivamente essa incorporação do negro à brasilidade (MONTERO, 1999, p. 3).

O autor do trecho acima expressava também, três décadas antes, uma corrente de pensamento que procurava incorporar esse elemento da cultura popular afro-brasileira a um conceito de nacionalidade em que o caráter mestiço da nossa formação histórica era visto como positivo.

Paula Montero (1999, p. 3), num pequeno artigo de divulgação, em que cita a tese de Letícia Reis sobre a capoeira, aponta com clareza o sentido dessa construção, num texto belo e justo:

[...] a cultura das classes populares é a matéria-prima por excelência da construção da nacionalidade nos Estados gerados nestes últimos 150 anos. Com efeito, embora esse tipo de estrutura burocrática se inaugure no campo jurídico e da política, é no campo da cultura que ele ganha espessura. Isto porque, para que os Estados nacionais se legitimem, é preciso que eles constituam culturalmente seu povo, homogeneizando o território e universalizando as particularidades locais. Esse processo de construção simbólica da nacionalidade, que procura incluir e dar um sentido nobre ao modo de vida das camadas pobres, é tradicionalmente obra dos intelectuais. Algumas tentativas foram feitas, já no final do século, para descriminalizar capoeiras e batuques, e torná-los ícones de brasilidade. No entanto, pode-se dizer que somente a partir da chamada era Vargas se esboça mais nitidamente um novo pacto político que procura incorporar as manifestações populares ao Estado, de modo a produzir, nas elites e no povo, uma convicção compartilhada de nacionalidade. Para tanto, foi preciso domesticar essa cultura popular, retirar-lhe sua autonomia própria e sua excessiva alteridade: foi preciso torná-la mestiça. Tratou-se, com efeito, de romper a lógica da honra e das redes de lealdades locais, que organizavam essa vida popular de modo incorporá-las em formas de representação política mais universais.

Não se poderia integrar o negro à nação, constituindo verdadeiramente o Estado, sem dar-lhe espaço na sociedade brasileira. Intelectuais brancos e negros negociaram essa integração nos anos 30. A capoeira faz parte dessa história. Paula Montero (1999) fala da “cumplicidade mais ou menos

10 A autora fala em três mitos de origem (e de pureza), ligados a essas três estratégias: “os dois mestres baianos criam um mito de origem para a capoeira que a coloca como negra, vinculando-a diretamente às lutas dos escravos por sua liberdade. Estamos longe, portanto, do mito de origem criado pelos intelectuais cariocas do final do século passado e princípios deste, que ligava o advento da capoeira às lutas dos brasileiros contra os portugueses durante o processo de independência do Brasil. No entanto, enquanto o mito de origem formulado por Bimba supõe a origem negro-brasileira da capoeira, para Pastinha a capoeira é negro-africana” (REIS, 1993, p. 83).

consciente” entre os “intelectuais das elites e das camadas populares” na construção do Estado Nacional. Sabemos como esse processo é contraditório e conflitivo.

A repressão, no Rio de Janeiro, até 1930, parece ter sido muito eficaz, como também em outras partes do Brasil, como Recife ou São Paulo, que tiveram uma capoeira tradicional, ao que parece, no século XIX, mas sobre a qual se tem pouco conhecimento. “Assim, essa tentativa de esportização da capoeira, empreendida pela elite branca carioca no começo do século, teria que esperar até as décadas de 30 e 40 para se tornar hegemônica” (MONTERO, 1999, p. 72).

Só com Getúlio a perspectiva da integração esportivizada da capoeira ganha relevância, mas agora em uma situação modificada, já que, como apontou a autora, a capoeira baiana foi apenas tardiamente reprimida, quando comparada com as outras, inclusive, e paradigmaticamente, a carioca, a qual “longe de ter conotação religiosa, era arma de ataque – com uso de punhal, navalha e porrete, além das cabeçadas, pernadas e rasteiras – usada por malandros, marginais e também elementos da sociedade que trafegavam na boemia carioca” (CAPOEIRA, 1992, p. 39).

Segundo Letícia, o getulismo elegeu a capoeira negra baiana como modelo de integração racial, contra a capoeira negra e mestiça carioca, alçando a Bahia à condição de centro da pureza das tradições capoeirísticas nacionais (na perspectiva dominante), regional-baianas (na da corrente de Bimba) ou africanas (na de Pastinha e seus seguidores) (REIS, 1993)¹⁰. Uma comparação com a religião é esclarecedora.

Segundo Diana Brown, por exemplo, Luis Renato Vieira (1998, p. 77) compara o surgimento do estilo regional com o da umbanda, no mesmo período:

A umbanda é uma das formas que o sincretismo religioso afro-brasileiro assumiu a partir da fusão dos princípios cosmológicos do kardecismo, do cristianismo e do candomblé tradicional. Embora a umbanda, como outros cultos sincretizados, apresente uma ampla gama de variações na combinação das cosmovisões mencionadas acima, produzindo formas mais ou menos próximas do candomblé tradicional, pode-se detectar uma forte absorção dos princípios ascéticos do kardecismo: exclusão de charutos, cachimbos e bebidas alcoólicas; mudanças na roupa ritual feminina, substituindo a exuberância da tradição baiana por higiênicos aventais brancos; exclusão dos atabaques e do culto a Exu; incentivo ao uso do tênis em substituição à tradição de dançar descalço. Durante o Estado Novo os centros de umbanda foram cadastrados, exigindo-se alvará expedido pelo departamento de polícia local para seu funcionamento. Assim, o surgimento da umbanda está situado nas relações engendradas entre Estado e sociedade civil na

11 É sintomático, por exemplo, que os únicos três “*contramestres*” formados por Bimba, de acordo com a forma e graduação que criou, em 1959, foram Jair Moura, um comunista, Ângelo Decânio Filho, homem que se vinculou mais tarde ao regime autoritário inaugurado em 64, e um terceiro sobre o qual não tenho referências. O próprio Bimba, segundo Muniz Sodré, era militante e cabo eleitoral do Partido Comunista.

12 Segundo Reis (1992, p. 84): “utilizo, aqui, do conceito de “tradição inventada”, tal qual o formulou o historiador Eric Hobsbawn, [HOBBSAWN, Eric RANGER, Terence (orgs.). A invenção das tradições. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 9], definindo-o como um conjunto de práticas sociais de natureza ritual ou simbólica, que visam inculcar valores e comportamentos por intermédio da repetição, o que implica uma continuidade em relação a um passado histórico apropriado”.

década de 30, em que o incentivo à produção de uma “cultura nacional” alia-se a um forte componente de controle das ações das massas.

Como a capoeira baiana, o candomblé representaria a preservação da pureza das tradições negras. Mas qual candomblé, então, seria mais puro: o da nação Angola ou da nação Keto? Letícia Reis (1993, p. 87) nota que,

[...] se no candomblé a nação Angola é desvalorizada em relação à nação Keto como “menos pura” (isto é, mais afastada das “tradições africanas”), na capoeira é a iniciação aos fundamentos da capoeira Angola (considerada “mais pura” e mais “tradicional”) que dignifica o capoeirista – inclusive o mesmo capoeirista que, muitas vezes adepto do candomblé, desqualifica a prática do candomblé de Angola.

A autora toma a boa explicação de Beatriz Dantas para o fenômeno, aplicando-a à análise da capoeira:

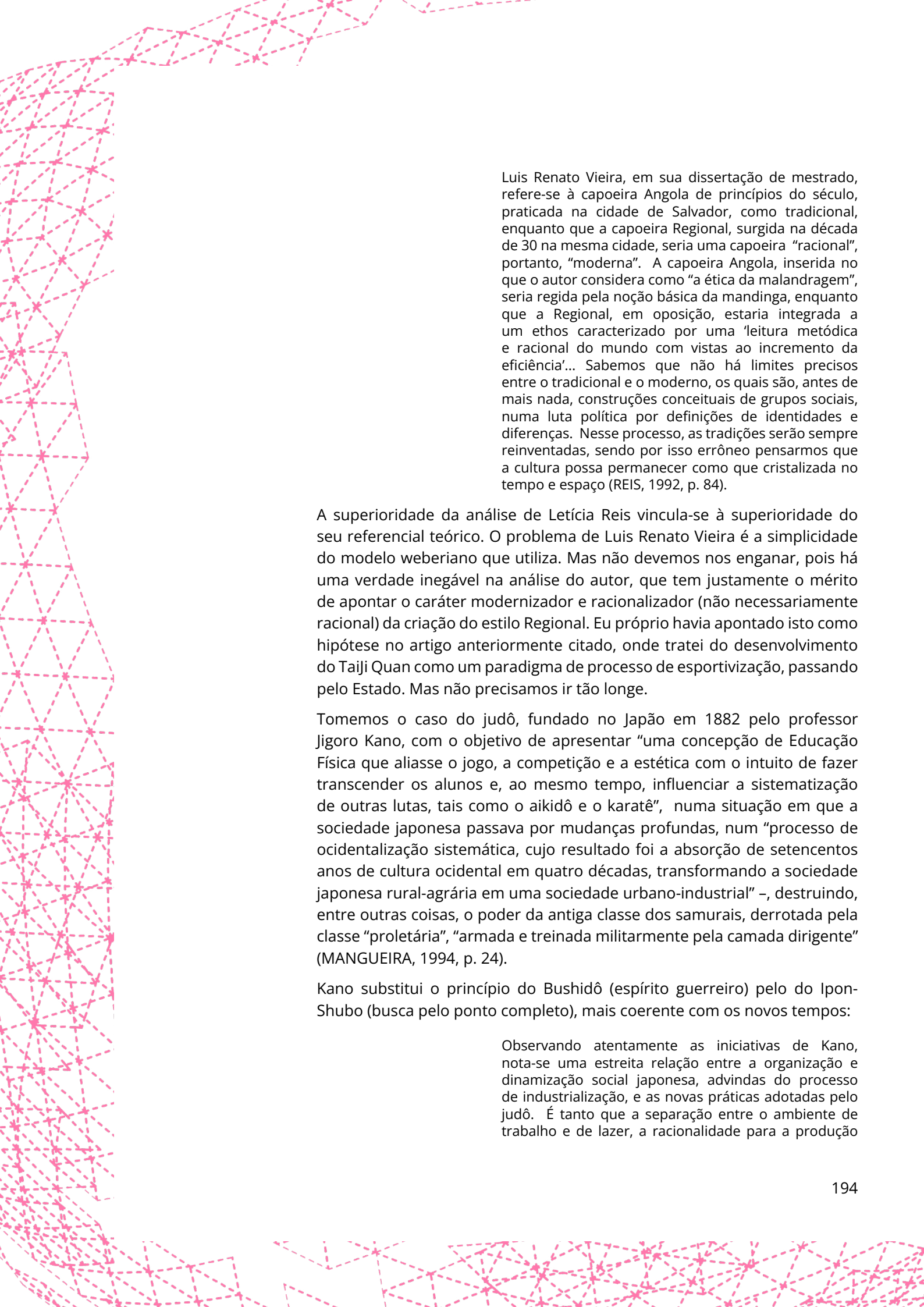
Segundo Beatriz Dantas, a ‘invenção’ da ‘pureza’ nagô do candomblé da Bahia seria uma estratégia política que estaria ligada à conquista e à busca da manutenção de uma hegemonia por parte dos seguidores do candomblé de Keto, ameaçados pelos candomblés de caboclo, ‘dotados de uma estrutura organizacional muito mais fluida e melhor adaptados às exigências da sociedade moderna (REIS, 1993, p. 87).

Capoeira e Modernização Capitalista

Luis Renato Vieira, por seu turno, faz uma análise bastante esclarecedora, no capítulo 3 de seu livro, sobre a capoeira tradicional baiana e, no capítulo 4, sobre a ruptura promovida pela introdução do estilo regional, traçando bem as diferenças entre os dois ramos. A ressalva importante que deve ser feita ao livro de Luis Renato talvez seja justamente o exagero na identificação da proposta de Bimba com o autoritarismo da era Vargas, descuidando em parte do tema da ambigüidade presente no processo de construção da hegemonia de que Paula Montero falava nos trechos citados acima (CAPOEIRA, 1992, p. 78)¹¹.

Letícia Reis, ao contrário, consegue equacionar de forma brilhante o problema, deixando claro que os dois ramos – Angola e Regional – da capoeira baiana, que se tornaram os dois paradigmas fundadores da capoeira brasileira desde os anos 30 e 40 do século XX até os nossos dias, constituem duas estratégias de integração da comunidade negra.

Ela critica Luis Renato quando este classifica o estilo Angola, de Salvador, como a capoeira tradicional, por não perceber criticamente que as tradições são “inventadas”, no sentido de Hobsbawn (REIS, 1993)¹².



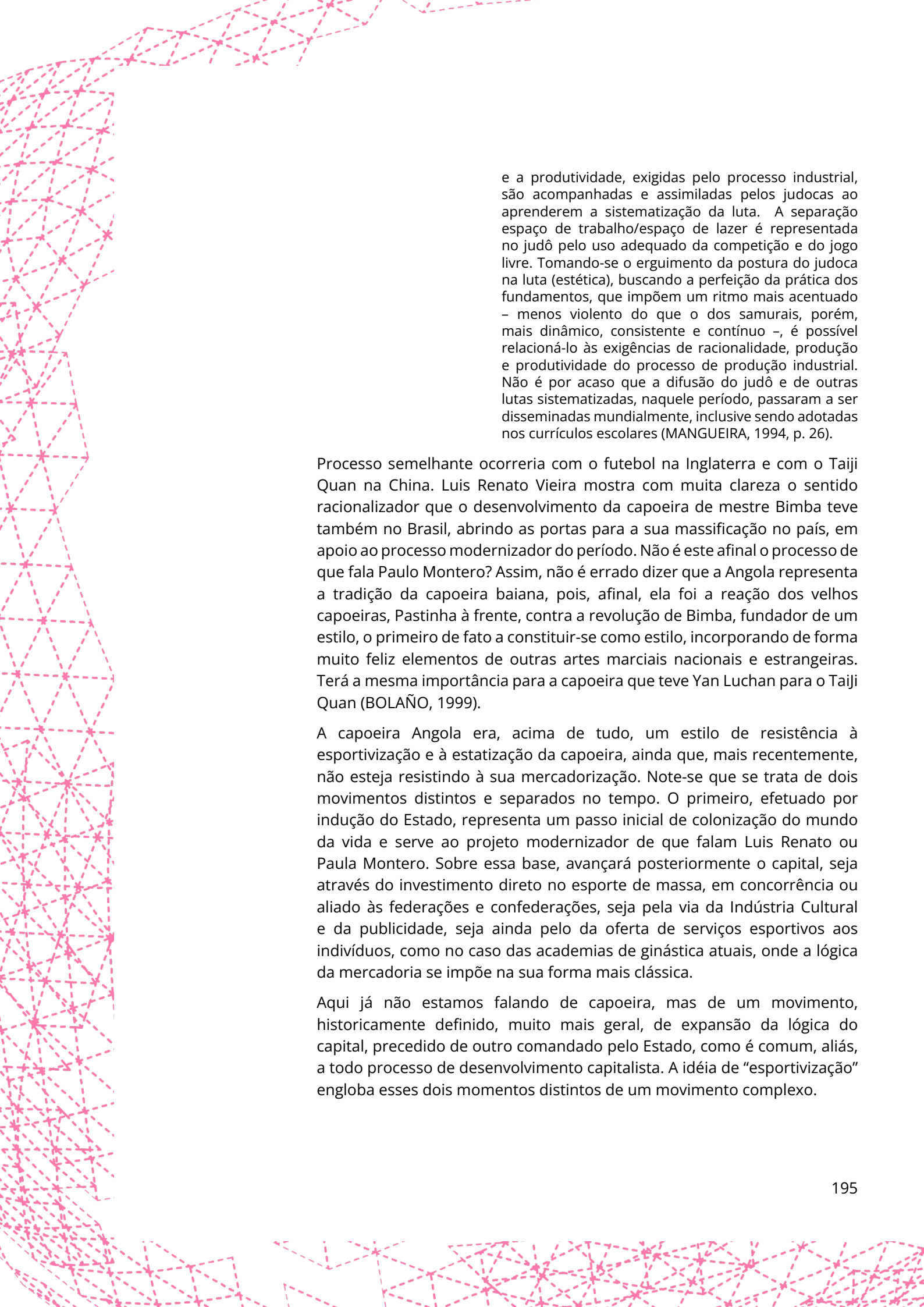
Luis Renato Vieira, em sua dissertação de mestrado, refere-se à capoeira Angola de princípios do século, praticada na cidade de Salvador, como tradicional, enquanto que a capoeira Regional, surgida na década de 30 na mesma cidade, seria uma capoeira “racional”, portanto, “moderna”. A capoeira Angola, inserida no que o autor considera como “a ética da malandragem”, seria regida pela noção básica da mandinga, enquanto que a Regional, em oposição, estaria integrada a um ethos caracterizado por uma ‘leitura metódica e racional do mundo com vistas ao incremento da eficiência’... Sabemos que não há limites precisos entre o tradicional e o moderno, os quais são, antes de mais nada, construções conceituais de grupos sociais, numa luta política por definições de identidades e diferenças. Nesse processo, as tradições serão sempre reinventadas, sendo por isso errôneo pensarmos que a cultura possa permanecer como que cristalizada no tempo e espaço (REIS, 1992, p. 84).

A superioridade da análise de Letícia Reis vincula-se à superioridade do seu referencial teórico. O problema de Luis Renato Vieira é a simplicidade do modelo weberiano que utiliza. Mas não devemos nos enganar, pois há uma verdade inegável na análise do autor, que tem justamente o mérito de apontar o caráter modernizador e racionalizador (não necessariamente racional) da criação do estilo Regional. Eu próprio havia apontado isto como hipótese no artigo anteriormente citado, onde tratei do desenvolvimento do Taiji Quan como um paradigma de processo de esportivização, passando pelo Estado. Mas não precisamos ir tão longe.

Tomemos o caso do judô, fundado no Japão em 1882 pelo professor Jigoro Kano, com o objetivo de apresentar “uma concepção de Educação Física que aliasse o jogo, a competição e a estética com o intuito de fazer transcender os alunos e, ao mesmo tempo, influenciar a sistematização de outras lutas, tais como o aikidô e o karatê”, numa situação em que a sociedade japonesa passava por mudanças profundas, num “processo de ocidentalização sistemática, cujo resultado foi a absorção de setecentos anos de cultura ocidental em quatro décadas, transformando a sociedade japonesa rural-agrária em uma sociedade urbano-industrial” –, destruindo, entre outras coisas, o poder da antiga classe dos samurais, derrotada pela classe “proletária”, “armada e treinada militarmente pela camada dirigente” (MANGUEIRA, 1994, p. 24).

Kano substituiu o princípio do Bushidô (espírito guerreiro) pelo do Ipon-Shubo (busca pelo ponto completo), mais coerente com os novos tempos:

Observando atentamente as iniciativas de Kano, nota-se uma estreita relação entre a organização e dinamização social japonesa, advindas do processo de industrialização, e as novas práticas adotadas pelo judô. É tanto que a separação entre o ambiente de trabalho e de lazer, a racionalidade para a produção



e a produtividade, exigidas pelo processo industrial, são acompanhadas e assimiladas pelos judocas ao aprenderem a sistematização da luta. A separação espaço de trabalho/espaço de lazer é representada no judô pelo uso adequado da competição e do jogo livre. Tomando-se o erguimento da postura do judoca na luta (estética), buscando a perfeição da prática dos fundamentos, que impõem um ritmo mais acentuado – menos violento do que o dos samurais, porém, mais dinâmico, consistente e contínuo –, é possível relacioná-lo às exigências de racionalidade, produção e produtividade do processo de produção industrial. Não é por acaso que a difusão do judô e de outras lutas sistematizadas, naquele período, passaram a ser disseminadas mundialmente, inclusive sendo adotadas nos currículos escolares (MANGUEIRA, 1994, p. 26).

Processo semelhante ocorreria com o futebol na Inglaterra e com o Taiji Quan na China. Luis Renato Vieira mostra com muita clareza o sentido racionalizador que o desenvolvimento da capoeira de mestre Bimba teve também no Brasil, abrindo as portas para a sua massificação no país, em apoio ao processo modernizador do período. Não é este afinal o processo de que fala Paulo Montero? Assim, não é errado dizer que a Angola representa a tradição da capoeira baiana, pois, afinal, ela foi a reação dos velhos capoeiras, Pastinha à frente, contra a revolução de Bimba, fundador de um estilo, o primeiro de fato a constituir-se como estilo, incorporando de forma muito feliz elementos de outras artes marciais nacionais e estrangeiras. Terá a mesma importância para a capoeira que teve Yan Luchan para o Taiji Quan (BOLAÑO, 1999).

A capoeira Angola era, acima de tudo, um estilo de resistência à esportivização e à estatização da capoeira, ainda que, mais recentemente, não esteja resistindo à sua mercadorização. Note-se que se trata de dois movimentos distintos e separados no tempo. O primeiro, efetuado por indução do Estado, representa um passo inicial de colonização do mundo da vida e serve ao projeto modernizador de que falam Luis Renato ou Paula Montero. Sobre essa base, avançará posteriormente o capital, seja através do investimento direto no esporte de massa, em concorrência ou aliado às federações e confederações, seja pela via da Indústria Cultural e da publicidade, seja ainda pelo da oferta de serviços esportivos aos indivíduos, como no caso das academias de ginástica atuais, onde a lógica da mercadoria se impõe na sua forma mais clássica.

Aqui já não estamos falando de capoeira, mas de um movimento, historicamente definido, muito mais geral, de expansão da lógica do capital, precedido de outro comandado pelo Estado, como é comum, aliás, a todo processo de desenvolvimento capitalista. A ideia de “esportivização” engloba esses dois momentos distintos de um movimento complexo.

13 Os autores lembram que *"Foucault sees both the physiocrats and Smith as concerned with the transformation of sovereignty from legitimacy to technique"* (idem, p. 98).

14 Para Foucault, como lembram os autores, há um paradoxo nessa governamentalização, na medida em que, para garantir o funcionamento da esfera econômica, lança-se mão da ideologia da família nuclear como modelo quando, na realidade, ela já não é mais que um segmento.

Governamentalidade e bio-poder

Toby Miller e seus colegas analisam esse processo de expansão da lógica do capital sobre o esporte, retomando os conceitos de governamentalidade e de bio-poder, de Foucault, para quem a emergência da modernidade européia do século XVIII torna o governo do território secundário em relação ao governo das coisas e das relações sociais dominadas pela lógica econômica. Assim,


[...] government was conceived and actualized anew, in terms of climate, disease, industry, finance, custom, and disaster ... Wealth and health became goals to be attained through the disposition of capacities across the population: "biological existence was reflected in political existence" through the work of "bio-power" (MILLER et al., 2001a, p. 98).

Os corpos humanos passam a ter um interesse político, que fundamenta uma administração da vida, baseada na quantificação estatística, na demografia e na Economia Política (MILLER et al., 2001a).¹³ Nesse processo, "science and government combined in new environmental-legal relations, under the sign of civic management and economic productivity" (idem, p. 99). Do ponto de vista do Estado, isso se traduz na expansão da medicalização e da lógica sanitarista:

Clearly, the emergence of modern capitalism is linked to the rise of the nation-state, which is concerned to deliver a docile and healthy labour force to business; but not only to business, and not merely in a way that shows the lineage of that desire. Cholera, sanitation, and prostitution are figured as problems for government to address in the modern era, through 'the emergence of the health and physical well-being of the population in general as one of the essential objectives of political power'. The entire 'social body' is assayed and treated (MILLER et al., 2001a, p. 98).¹⁴

O desenvolvimento do esporte seguirá também esta lógica. Ele cumpre a função de regulação social, como mostram os autores, servindo à divisão social do trabalho e à constituição de uma base de consumo eficiente.

No segundo caso, é fundamental o papel da mídia, especialmente a televisão, enquanto "a key arena for the diversification and standardization of audience experience" (MILLER et al., 2001a, p. 5) colocando o esporte no centro da cultura global e do projeto neoliberal. O tema é discutido ao longo do capítulo 3, onde se explicita também a contradição inerente a todo o processo de regulação da relação entre comunicação, economia e esporte, inclusive os elementos de resistência, presentes na relação entre nacionalismo e as divisões de classe, gênero, raça e etnia. É especialmente interessante a idéia de um "complexo esportivo-cultural-midiático":



15 Um conceito mais desenvolvido de “complexo esportivo-cultural-midiático”, incorporando sistematicamente as temáticas dos modelos de financiamento e da duplicidade da mercadoria audiência (BOLAÑO, 2000) – lembrando que, neste caso, aquela duplicidade se reduplica, pois o público é, ao mesmo tempo, o público da emissora de TV ou de rádio e o público do espetáculo esportivo, o que pode ter implicações econômicas e de estruturação da esfera pública –, poderia ser muito interessante para a Economia Política da Comunicação.

This complex places the media at the heart of sports structures and practices, because without the media's capacity to carry sports signs and myths to the large and diverse audiences across the globe, sport could be a relatively minor and increasingly anachronistic folk pursuit. Television coverage, specially in its satellite form, has become the prime unit of currency in the cultural economy of sport (MILLER et al., 2001a, p. 8).¹⁵

Assim, a televisão terá um papel crucial na evolução do esporte rumo à globalização:

In its nascent medieval form, and as it matured in the moment of early modernity, sport was above all a local cultural pursuit, linked first to the “rough play” of mainly young men in the festival seasons and later through more formal regular contests between settlements in particular regions [...] While never disappearing entirely, local sport has progressively given way to regulated professional competitions organized on national and international lines. The forces that, above all others, have transported sport from local pitches to the global stage are the mass (and specially electronic) media (MILLER et al., 2001a, p. 61).

No caso da sua relação com o mundo da produção, explicita-se a importância dos corpos esportivos, que atuam como modelo de disciplina, espelho, locus de dominação e forma de comunicação:

The disciplined body is modelled through diet, training and technologies. The mirroring body functions as a machine of desire, encouraging mimetic conduct via the purchase of commodities. The dominating body exercises power through physical force, both on the field and – potentially – off it. Finally, the communicative body is an expressive totality, balletic and beautiful (MILLER et al., 2001a, p. 31).

Para cumprir sua função reguladora, “labouring bodies are the principal objects of sport. They are selected, trained, disciplined, bought, sold, monitored, invaded, celebrated, desired and despised” (MILLER et al., 2001a, p. 31). O sentido ideológico do conjunto é assim expresso: “the sporting body bears triumphalistic national mythologies in a double way, extending the body to encompass the nation and compressing it to obscure the social divisions that threaten national unity” (Ibid.). O objetivo da regulação, por outro lado, é o corpo dos cidadãos, transformados em audiência pela ação do complexo esportivo-cultural-midiático: “these spectating bodies, no less than their athletic counterparts, are also subjected to regulating processes, because the successful production of sport must be mirrored and, indeed, measured by its consumption” (Ibid.).



16 O mesmo ocorre com outros esportes, como o futebol na Inglaterra, o hóquei no Canadá ou o rúgbi na Austrália: *“as part of GGATaC, the media have been fundamental in destabilizing the customary links among sport, hegemonic masculinity and place”* (MILLER et al., 2001a, p. 93), ao passo que o sentido colonialista da expansão do esporte no período da hegemonia inglesa coloca obviamente a questão étnica – e logo a nacional – no centro das atenções desde o início.


Saber popular, Arte de resistência

Ao longo de todo o livro, e particularmente do capítulo quarto, analisando situações concretas, os autores insistem em que “governmentality can be both a state exercising power over it’s citizens and a form of resistance” (MILLER et al., 2001a, p. 104). Ambas, administração e resistências, estarão sempre referidas a categorias como raça, etnia, classe, gênero etc. Tudo isto se aplica à análise da evolução da capoeira que vimos fazendo. A questão racial, em particular, é fundamental desde o início, enquanto que a do gênero só será problematizada mais tarde.¹⁶

O que a capoeira tem de especial é que os rumos e os mecanismos da sua expansão ao longo do século XX não seguem estritamente o modelo GGATaC dos esportes de massa, como o futebol. Se o império inglês teve a capacidade de globalizar uma parte fundamental da cultura das camadas populares, proletárias, da metrópole, como é o futebol (HOBSBAWM; RANGER, 1984), o império português facilitou o desenvolvimento de uma arte popular de resistência de origem africana, urbana no que se refere a suas raízes menos remotas, mas essencialmente marginal, como foi toda a cultura afro-brasileira após a abolição.

Se a Indústria Cultural teve a capacidade de incorporar o futebol à cultura de massa do século XX, o mesmo só poderá ser feito de forma muito limitada no caso da capoeira, cuja expansão a partir dos anos 30 é fruto não simplesmente do seu (relativo e progressivo) reconhecimento pelas camadas médias urbanas brasileiras, mas fundamentalmente das migrações de mestres, que acompanham os movimentos populacionais no interior de um país em acelerado processo de modernização capitalista, que não apaga as marcas do escravismo, antes contribuindo para consolidar um modelo de impressionante exclusão e violência. O processo de esportivização da capoeira revelará, nessas condições, todas as contradições, as iniquidades e as mazelas da sociedade brasileira.

Letícia Reis (1997) vai ao centro da questão quando dedica o terceiro capítulo do seu trabalho ao estudo da capoeira paulista, à constituição da Federação Paulista (que dará origem à Confederação Brasileira) de Capoeira e à disputa com os mestres baianos tradicionalistas da capoeira regional dos grupos Capitães de Areia e Cativoiro. À perspectiva da “arte marcial brasileira” da Federação, contrapõe-se a capoeira como “arma dos oprimidos”, dos mestres baianos Suassuna, Almir, Demir, Valdir, Baiano e Pessoa, e da capoeira como “forma de expressão de uma raça” do grupo Cativoiro que, iniciado na Regional, o estilo mais difundido em São Paulo e no resto do Brasil, com exceção da Bahia, até o final dos anos 70, passará a privilegiar a Angola a partir dos anos 80, quando esse estilo passa a expandir-se também por todo o país e no exterior, promovendo, em São Paulo, uma “rebaianização” do jogo. O grande pólo da industrialização brasileira, que atraiu os mestres baianos, foi, assim, o centro também de uma segunda



17 Em Sergipe, por exemplo, a entrada, através de academias de ginástica, de grupos franqueados, exibindo a marca dos grandes franqueadores nacionais, romperá em parte as velhas identidades que ligavam os mestres mais jovens à tradição capoeirística local, que é basicamente a tradição de uma capoeira de rua que vai se organizando autonomamente, com o apoio do movimento de confederação, por volta dos anos 80, quando se torna célebre a disputa entre os grupos Molas e Novos Irmãos. Nesse processo vão sendo esquecidos os nomes dos antigos mestres e da capoeira de rua local, substituídos pelos mestres proprietários dos grupos nacionais, os quais acabam adquirindo uma relevância local que, na realidade, não têm. Esse movimento contribui, assim, não apenas para a mercantilização, centralização do capital, esportivização, embranquecimento e elitização da arte, mas também para a homogeneização e padronização do jogo.

18 Segundo me informou o Dr. Roberto Emerson Benjamin, uma das maiores autoridades no campo dos estudos sobre comunicação e cultura popular no Brasil.

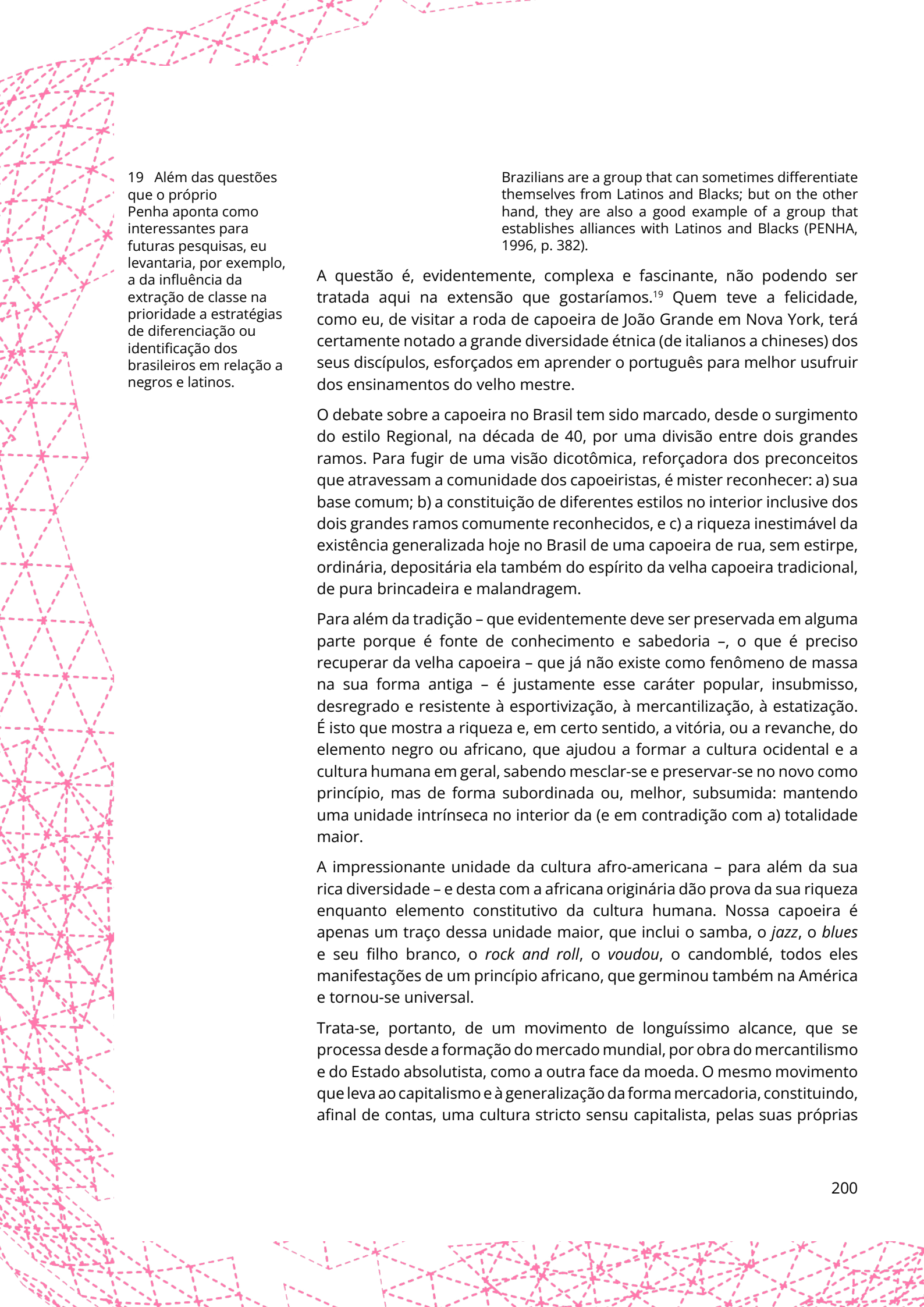
onda de institucionalização e nacionalização da capoeira, a partir dos anos 70, da qual fizeram parte também importantes grupos cariocas, como o Senzala, de Nestor Capoeira.

Mesmo a expansão internacional do jogo guerreiro dos negros do Brasil é um movimento que parte essencialmente do mundo da vida, ainda que isto não o torne infenso à mercantilização. Trata-se sempre de pequenos empreendedores, ligados às diferentes escolas e linhagens da Regional e da Angola, que se aventuram em negócios mais ou menos bem sucedidos. O caso da roda de Angola de mestre João Grande em Nova York contrasta com o triste fim de mestre Pessoa na capital paulista do início dos anos 80, quando um novo movimento se instalava, de expansão nacional de novos grupos, no mais das vezes ligados a academias de ginástica freqüentadas pela classe média branca, que passarão a adotar uma estratégia de franquias de marca.¹⁷ Em todos os casos, o processo não chega jamais a se destacar do mundo da vida. O caráter ordinário da arte marcial brasileira deve, sem dúvida, haver contribuído para isso.

É interessante, a este respeito, a história da expansão da capoeira em Nova York, iniciada, ao que consta, em 1975, com a chegada àquela cidade dos mestres do estilo regional Jelon Vieira (Dance Brazil) e Loremil Machado (PENHA, 1996). “Capoeira became part of New York popular and street culture since the emergence of Hip-Hop in the late 70s and early 80s, since then creating close relation with the African American community as well as with Afro-Latin and Caribbean immigrant groups” (idem, p. 376). Essa influência da capoeira na criação do Hip-Hop, semelhante, diga-se de passagem, à influência que a velha capoeira pernambucana teve na criação do passo do frevo,¹⁸ mostra, mais do que a inegável força dessa específica manifestação da cultura popular brasileira, a unidade dinâmica e contraditória das culturas populares de resistência surgidas da expansão capitalista desde as suas origens. Ainda mais se pensarmos na forma como o hip-hop seria posteriormente incorporado à cultura popular das principais metrópoles brasileiras.

O próprio Marcelo Penha (1996, p. 376) aponta corretamente fenômeno, ao afirmar que “this relation of capoeira as an Afro-Latin cultural element, was absorbed by the host society because its marks of tradition. This tradition is embraced by Blacks and Latinos, increasing its pan-ethnic characteristics, also reaching other ethnic groups”, apontando ainda, mais adiante, o caráter contraditório e estratégico do processo:

Falling under the minority category, Brazilians struggle to re-create, or manage their identities when displaying and performing them ... The effect of historical and cultural factors of self-identification becomes important in understanding cultural coalitions between Blacks and Latinos, as well as how Brazilians can fit into these interethnic relations in the context of the United States.



19 Além das questões que o próprio Penha aponta como interessantes para futuras pesquisas, eu levantaria, por exemplo, a da influência da extração de classe na prioridade a estratégias de diferenciação ou identificação dos brasileiros em relação a negros e latinos.

Brazilians are a group that can sometimes differentiate themselves from Latinos and Blacks; but on the other hand, they are also a good example of a group that establishes alliances with Latinos and Blacks (PENHA, 1996, p. 382).

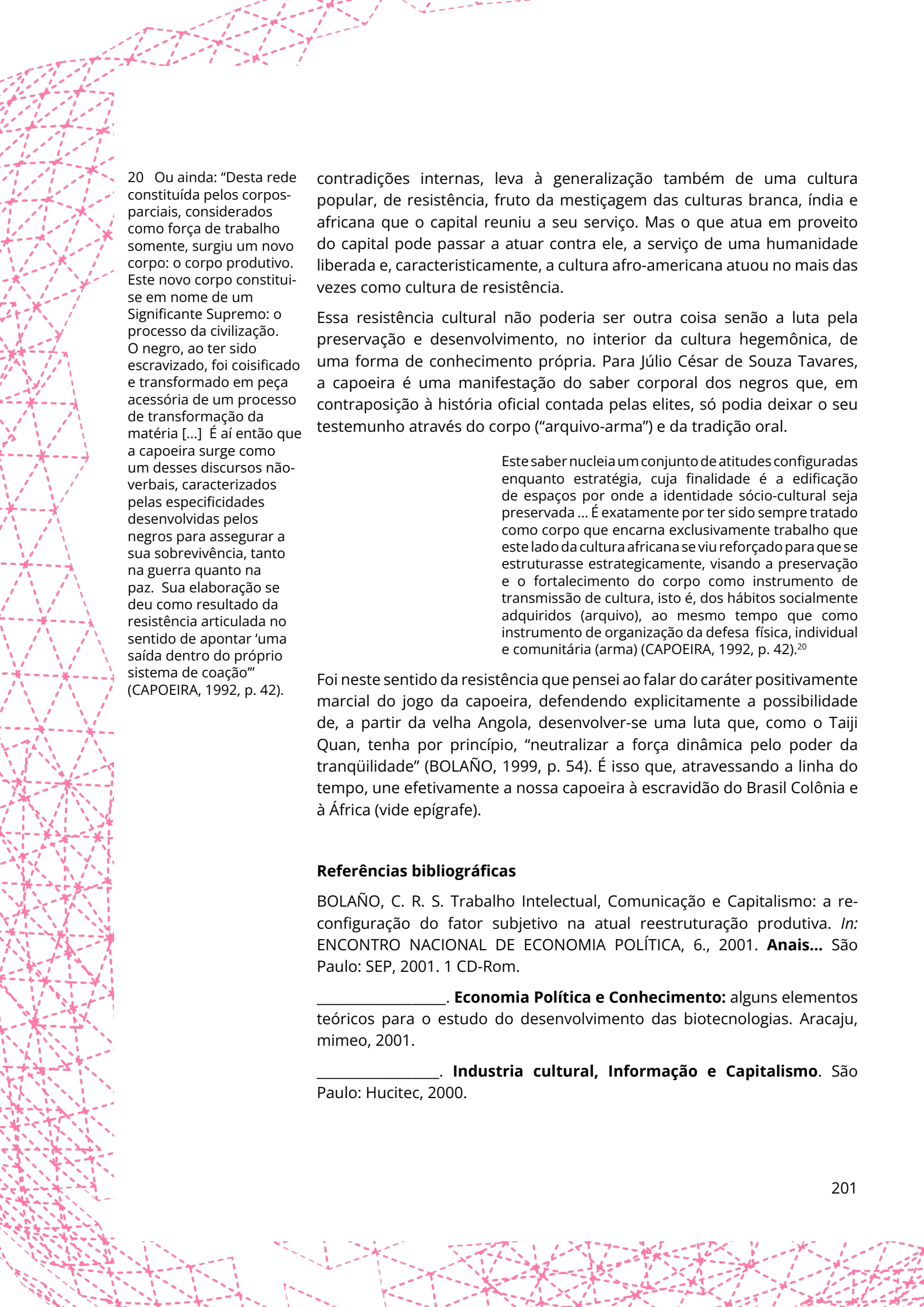
A questão é, evidentemente, complexa e fascinante, não podendo ser tratada aqui na extensão que gostaríamos.¹⁹ Quem teve a felicidade, como eu, de visitar a roda de capoeira de João Grande em Nova York, terá certamente notado a grande diversidade étnica (de italianos a chineses) dos seus discípulos, esforçados em aprender o português para melhor usufruir dos ensinamentos do velho mestre.

O debate sobre a capoeira no Brasil tem sido marcado, desde o surgimento do estilo Regional, na década de 40, por uma divisão entre dois grandes ramos. Para fugir de uma visão dicotômica, reforçadora dos preconceitos que atravessam a comunidade dos capoeiristas, é mister reconhecer: a) sua base comum; b) a constituição de diferentes estilos no interior inclusive dos dois grandes ramos comumente reconhecidos, e c) a riqueza inestimável da existência generalizada hoje no Brasil de uma capoeira de rua, sem estirpe, ordinária, depositária ela também do espírito da velha capoeira tradicional, de pura brincadeira e malandragem.

Para além da tradição – que evidentemente deve ser preservada em alguma parte porque é fonte de conhecimento e sabedoria –, o que é preciso recuperar da velha capoeira – que já não existe como fenômeno de massa na sua forma antiga – é justamente esse caráter popular, insubmisso, desregrado e resistente à esportivização, à mercantilização, à estatização. É isto que mostra a riqueza e, em certo sentido, a vitória, ou a revanche, do elemento negro ou africano, que ajudou a formar a cultura ocidental e a cultura humana em geral, sabendo mesclar-se e preservar-se no novo como princípio, mas de forma subordinada ou, melhor, subsumida: mantendo uma unidade intrínseca no interior da (e em contradição com a) totalidade maior.

A impressionante unidade da cultura afro-americana – para além da sua rica diversidade – e desta com a africana originária dão prova da sua riqueza enquanto elemento constitutivo da cultura humana. Nossa capoeira é apenas um traço dessa unidade maior, que inclui o samba, o jazz, o blues e seu filho branco, o rock and roll, o voodoo, o candomblé, todos eles manifestações de um princípio africano, que germinou também na América e tornou-se universal.

Trata-se, portanto, de um movimento de longuíssimo alcance, que se processa desde a formação do mercado mundial, por obra do mercantilismo e do Estado absolutista, como a outra face da moeda. O mesmo movimento que leva ao capitalismo e à generalização da forma mercadoria, constituindo, afinal de contas, uma cultura stricto sensu capitalista, pelas suas próprias



20 Ou ainda: “Desta rede constituída pelos corpos-parciais, considerados como força de trabalho somente, surgiu um novo corpo: o corpo produtivo. Este novo corpo constitui-se em nome de um Significante Supremo: o processo da civilização. O negro, ao ter sido escravizado, foi coisificado e transformado em peça acessória de um processo de transformação da matéria [...] É aí então que a capoeira surge como um desses discursos não-verbais, caracterizados pelas especificidades desenvolvidas pelos negros para assegurar a sua sobrevivência, tanto na guerra quanto na paz. Sua elaboração se deu como resultado da resistência articulada no sentido de apontar ‘uma saída dentro do próprio sistema de coação’” (CAPOEIRA, 1992, p. 42).

contradições internas, leva à generalização também de uma cultura popular, de resistência, fruto da mestiçagem das culturas branca, índia e africana que o capital reuniu a seu serviço. Mas o que atua em proveito do capital pode passar a atuar contra ele, a serviço de uma humanidade liberada e, caracteristicamente, a cultura afro-americana atuou no mais das vezes como cultura de resistência.

Essa resistência cultural não poderia ser outra coisa senão a luta pela preservação e desenvolvimento, no interior da cultura hegemônica, de uma forma de conhecimento própria. Para Júlio César de Souza Tavares, a capoeira é uma manifestação do saber corporal dos negros que, em contraposição à história oficial contada pelas elites, só podia deixar o seu testemunho através do corpo (“arquivo-arma”) e da tradição oral.

Este saber nucleia um conjunto de atitudes configuradas enquanto estratégia, cuja finalidade é a edificação de espaços por onde a identidade sócio-cultural seja preservada ... É exatamente por ter sido sempre tratado como corpo que encarna exclusivamente trabalho que este lado da cultura africana se viu reforçado para que se estruturasse estrategicamente, visando a preservação e o fortalecimento do corpo como instrumento de transmissão de cultura, isto é, dos hábitos socialmente adquiridos (arquivo), ao mesmo tempo que como instrumento de organização da defesa física, individual e comunitária (arma) (CAPOEIRA, 1992, p. 42).²⁰

Foi neste sentido da resistência que pensei ao falar do caráter positivamente marcial do jogo da capoeira, defendendo explicitamente a possibilidade de, a partir da velha Angola, desenvolver-se uma luta que, como o Taiji Quan, tenha por princípio, “neutralizar a força dinâmica pelo poder da tranqüilidade” (BOLAÑO, 1999, p. 54). É isso que, atravessando a linha do tempo, une efetivamente a nossa capoeira à escravidão do Brasil Colônia e à África (vide epígrafe).

Referências bibliográficas

BOLAÑO, C. R. S. Trabalho Intelectual, Comunicação e Capitalismo: a reconfiguração do fator subjetivo na atual reestruturação produtiva. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 6., 2001. **Anais...** São Paulo: SEP, 2001. 1 CD-Rom.

_____. **Economia Política e Conhecimento**: alguns elementos teóricos para o estudo do desenvolvimento das biotecnologias. Aracaju, mimeo, 2001.

_____. **Industria cultural, Informação e Capitalismo**. São Paulo: Hucitec, 2000.

_____. A Capoeira e as Artes Marciais Orientais, **Revista Candeeiro**, Aracaju, n. 3, ano 2, ADUFS, p. 54-60, 1999.

_____. La Génesis de la Esfera Pública Global. **Nueva Sociedad**, Caracas, n. 147, jan./fev. 1997.

CAPOEIRA, N. **Capoeira - Os Fundamentos Da Malícia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, RJ, 1997.

HOBSBAWN, E.; RANGER, T. (orgs.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HOBSBAWN, E. J. **Mundos do Trabalho**. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

LOPES, A. L. L. **A Volta do Mundo da Capoeira**. s/l: Coreográfica Editora e Gráfica Brasil, 1999.

MANGUEIRA, F. I. O Século XIX, Japão e Judô: A Gênese Dessa Luta. **Hora de Estudo**, Revista do Sistema Municipal de Ensino de Aracaju, n. 3, ano 2, jun. 1999.

MILLER, T. *et al.* **Globalization and Sport**. Londres: SAGE Publications Ltd, 2001a.

MILLER, T. *et al.* **Global Hollywood**. Londres: BFI Publishing, 2001.

MONTERO, P. A Cultura Popular na Fabricação da Identidade Nacional. **Revista NOTÍCIAS FAPESP**, São Paulo, n. 42, p. 3, maio 1999.

PAIVA, F. S. L. de. **Ciência e Poder Simbólico**. Vitória: Editora CEFD-UFFES, 1994.

PENHA, M. M. **Capoeira in New York City: An Ethnographic Perspective of An Afro-Brazilian Art-Form**. 1996. Tese (Mestrado em Antropologia Cultural) - Mestrado em Antropologia Cultural, NYU, 1996.

_____. African Heritage and National Representation: Two cases of brasilidade in New York City. *In*: Torres, S. (org.). **Raízes e rumos: perspectivas interdisciplinares em estudos americanos**. Rio de Janeiro: Viveiros Castro Editora, 2001.

REIS, L. V. de S. **O mundo de perna para o ar: a capoeira no Brasil**. São Paulo: Editora Publisher Brasil, 1997.

_____. Capoeira e Identidade Negra: um jogo de tradições inventadas. **Revista Impulso** – Ciência e Cidadania, São Paulo, 1993.

VIEIRA, L. R. **O Jogo de Capoeira – cultura popular no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Sprint Ltda, 1998.

revista *Eptic*

VOL. 24, Nº 2, MAI.-AGO. 2022
ISSN 1518-2487

APOIO

PPGcom

*Programa de Pós-graduação em Comunicação
Universidade Federal de Sergipe*



União Latina de Economia
Política da Informação,
Comunicação e da Cultura
SEÇÃO BRASIL